



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1749

Segunda-feira - 25 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4	Grão Pará	164	Petrolândia	351
Anchieta	5	Guaraciaba	165	Pinheiro Preto	352
Antônio Carlos	6	Guaramirim.....	168	Pomerode.....	353
Arroio Trinta.....	8	Guarujá do Sul	180	Porto Belo.....	357
Balneário Rincão	13	Herval d'Oeste	181	Porto União.....	358
Barra Velha.....	14	Ilhota	185	Pouso Redondo.....	360
Benedito Novo	16	Imarui	186	Presidente Castello Branco.....	361
Biguaçu	17	Imbituba	187	Presidente Nereu.....	362
Blumenau	21	Indaial.....	193	Rio do Sul.....	364
Bom Jesus do Oeste	30	Iomerê	219	Santa Cecília	365
Botuvera.....	32	Ipumirim	249	Santa Rosa do Sul	366
Braço do Trombudo	33	Itá	254	Santa Terezinha do Progresso	368
Brusque.....	44	Itaiópolis	255	Santiago do Sul.....	369
Caçador.....	46	Itapiranga.....	256	São Bento do Sul.....	370
Camboriú.....	47	Itapoá	258	São Domingos.....	377
Campo Alegre	49	Ituporanga	263	São José.....	378
Campos Novos	66	Jacinto Machado	264	São José do Cedro.....	385
Canelinha	70	Joaçaba	270	São Lourenço do Oeste.....	386
Canoinhas.....	71	Lages	287	São Miguel da Boa Vista	389
Capinzal	74	Laguna	288	São Miguel do Oeste.....	531
Catanduvas.....	77	Leoberto Leal.....	289	São Pedro de Alcântara.....	533
Chapadão do Lageado	79	Luzerna	291	Schroeder.....	535
Cocal do Sul.....	80	Maracajá	300	Serra Alta	548
Concórdia	85	Maravilha.....	306	Siderópolis.....	549
Cordilheira Alta	89	Massaranduba.....	307	Sombrio.....	562
Coronel Martins.....	90	Meleiro	308	Tigrinhos	565
Correia Pinto.....	91	Modelo	316	Timbé do Sul	566
Corupá	116	Morro da Fumaça	318	Timbó	567
Curitibanos	119	Navegantes.....	320	Três Barras	569
Forquilha.....	147	Nova Trento	323	Trombudo Central.....	570
Fraiburgo.....	150	Novo Horizonte	330	Tunápolis.....	577
Frei Rogério	155	Orleans	331	Urussanga	579
Garopaba.....	156	Palhoça	332	Vargeão.....	580
Garuva	157	Palmitos	333	Videira.....	581
Gaspar	158	Papanduva.....	334	Xavantina	588
Governador Celso Ramos	163	Paulo Lopes	335	Xaxim.....	589

Associações

AMMVI	602	FECAM	603
-------------	-----	-------------	-----

Consórcios

AGIR	606
CIGA	606
CIMCATARINA.....	607
CIMVI.....	608
CIASAMREC	610
CIASS.....	611



Ponte Serrada SOLIDÁRIA

Colabore com as vítimas do tornado

Conta Corrente para doações:

Banco do Brasil:

Agência: 2479-1

Conta Corrente: 13881-9

Defesa Civil de Ponte Serrada

CNPJ: 15.364.703/0001-76

Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101

#JuntosSomosMaisFortes



XANXERÊ SOLIDÁRIA

DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES
BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X

CNPJ: 83.009.860/0001-13

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS
USE O CÓDIGO ABAIXO

IBAN: BR8600000000005860000020150C1

INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500

Incubus



PREFEITURA DE
XANXERÊ
xanxere.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

04 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 1/2014 FMS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2014

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 1/2014, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Gestor Sr. ORLANDO FÁVERO, e de outro lado o Lucas Pereira Construtora ME estabelecida na Rua Bento José de Lima, nº 595, Canoinhas – SC CEP: 89460 - 000, CNPJ n. 18.978.770/0001-79, neste ato representado por seu Proprietário, Sr. LUCAS PEREIRA, brasileiro, portador do CPF nº 094.693.189-51, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 22/07/2015.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 22 de maio de 2015

ORLANDO FÁVERO
Secretário de Saúde
Contratante

LUCAS PEREIRA
Lucas Pereira Construtora ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

PORTARIA 183/2015

PORTARIA Nº 183/2015 – DE 20 DE MAIO DE 2015

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO A MÁQUINA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que a máquina Retroescavadeira Randon RK 460B, Ano 2009, usado na Secretaria Transportes e Infraestrutura Rural ficará à disposição da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo a partir desta data.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de maio de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 009_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 009/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, para Aquisição de água mineral e material de limpeza e material de expediente para ser utilizado na sala de atendimento do conselho tutelar, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 08/06/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 22 de maio de 2015.
Rozane Maria Provin
Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO LEILÃO - 001-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE LEILÃO ELETRÔNICO 01/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, em consonância com o que dispõe a Lei Federal 8.666/93 consolidada, torna público para o conhecimento dos interessados, que estará alienando, através do Processo Administrativo 49/2015 Edital de Leilão Eletrônico nº 001/2015, às 10h00min do dia 22 de junho de 2015, veículos, máquinas e outros bens inservíveis desta municipalidade. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3653-3200, pelo e-mail: licitações@anchieta.sc.gov.br, ou através do portal Superbid.

Anchieta-SC, 22 de maio de 2015.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

56º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO N 001/2014

56º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 25/05/2015 a 25/06/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 22 de maio de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: FARMACEUTICO

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
03º	JESSICA SILVEIRA DA CRUZ	1276

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
03º	WALTER FELIPE PORTINHOW	0937

CONVITE: AUDIÊNCIA PÚBLICA AVALIAÇÃO METAS QUADRIMESTRAIS 1º QUADRIMESTRE 2015

CONVITE: AUDIÊNCIA PÚBLICA AVALIAÇÃO METAS QUADRIMESTRAIS 1º QUADRIMESTRE 2015.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, em cumprimento ao disposto no Artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº 598/2001, CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 18:00 horas do dia 27 DE MAIO de 2015 na Câmara de Vereadores, com o objetivo de apresentarmos e avaliarmos o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o 1º QUADRIMESTRE DE 2015.

Por este ato ficam as entidades civis organizadas de Antônio Carlos convocadas a indicar seus representantes até a data da audiência pública.

Antônio Carlos, 25 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N 041/2015

DECRETO Nº 041/2015

Institui o Fórum Municipal de Educação.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Fórum Municipal de Educação, de caráter permanente, que tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal e/ou Intermunicipal de Educação de Antônio Carlos, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, acompanhar e avaliar a elaboração ou readequação do Plano Municipal de Educação e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, Fórum de Educação Estadual e dos demais municípios.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I – Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como, divulgar suas deliberações;

II – Acompanhar e avaliar o processo de encaminhamentos das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

III – Zelar para que a Conferência Municipal de Educação esteja articulada com a Conferência Estadual de Educação;

IV – Acompanhar, avaliar e participar do processo de elaboração ou readequação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), representada por:

- Secretário Municipal de Educação e Cultura;
- Coordenadora de Educação;
- Diretora de Ensino;
- Diretora de Projetos e Articulação com o Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Educação;
- Técnicas em Educação;
- Representante titular e suplente dos diretores das escolas da Rede Municipal de Ensino;
- Representante titular e suplente dos professores da Rede Municipal de Ensino;

II – Entidades e instituições representativas do município de Antônio Carlos:

- Representante titular e suplente do Conselho Municipal de Educação;
- Representante titular e suplente do Conselho do FUNDEB;
- Representante titular e suplente do Conselho Tutelar;
- Representante titular e suplente das Associações de Pais e Professores – APPs;
- Representante titular e suplente da Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães (Rede Estadual de Educação);

- f) Representante titular e suplente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Antônio Carlos;
g) Representante titular e suplente da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores;
h) Representante titular e suplente da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Antônio Carlos);
i) Representante titular e suplente da ACIAC (Associação Comercial de Antônio Carlos).

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único – Serão indicados um titular e um suplente para cada órgão ou entidade, conforme o art. 4º.

Art. 6º. Os representantes de que trata o art. 4º desde decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado e relevante interesse público.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 22 de maio de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 0040/2015

DECRETO Nº 000040/15 de 21 de Maio de 2015

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.013-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 1.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 □ Aplicações Diretas 1.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de Maio de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 117/2014; Origem: Processo Licitatório nº 061/2014 – Pregão Presencial 040/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP; Objeto: Aditar o prazo e reajustar o presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, tais como: mecânica, elétrica, hidráulico, ar condicionado, torno e solda, balanceamento, alinhamento e geometria, lataria, pintura e estofamento." Valor Total: R\$ 126.757,80 (cento e vinte e seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos). Prazo: O novo vencimento dar-se-á em 14 de maio de 2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 13 de maio de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA N 300/2015

PORTARIA Nº 300/2015

Nomeia Pregoeiro Oficial

e Equipe de Apoio e dá

outras providências.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, senhora ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANTES, para ocupar o Cargo de PREGOEIRO OFICIAL, do município de Antônio Carlos – SC, e designar os servidores CARLICE BENICE SCHMITZ, ANA PAULA RICHARTZ e SILVIA TESSARI para compor a Equipe de Apoio aos Pregões.

Artigo 2º - Em decorrência do acima, fica revogada a Portaria nº 070/2015 de 09 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, em 22 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 25 de maio de 2015.

PORTARIA N 301/2015

PORTARIA Nº 301/2015

Nomeia Comissão de Licitação.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, COMISSÃO DE LICITAÇÃO, passando a constituir a os senhores ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANTES, como Presidente, SILVIA TESSARI, ANA PAULA RICHARTZ e CARLICE BENICE SCHMITZ, como membros.

Artigo 2º - Em decorrência do acima, fica revogada a Portaria nº 071/2015 de 09 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, em 22 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 25 de maio de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1692

DECRETO Nº 1692, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.714 de 06/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 489.000,00 (Quatrocentos e oitenta e nove mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2004.12.361.12.1.6.1 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
44900000-0132 Aplicações Diretas R\$ 489.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 489.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 489.000,000 (Quatrocentos e oitenta e nove mil reais), por conta do excesso de arrecadação relativo ao termo de compromisso PAR Nº. 201401870/2014, nota de empenho 2014NE651047, na Fonte 0132 – Transferências de Convênios – União/Educação. Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de maio de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 12 de maio de 2015.

Nelson Campagnin
Diretor Departamento de Administração

DECRETO Nº 1694

DECRETO Nº 1694, de 20 de maio de 2015

Convoca Conferência Municipal de Saúde e Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, de 11/05/2015, fica convocada a 3ª Conferência de Saúde do Município para o dia 17/06/2015.

Art. 3º. Convoca-se nesta data também a Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde

Art. 4º. O tema central da Conferência será, "Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro".

Art. 5º. A Conferência de Saúde, será realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Arroio Trinta, à Rua Galdino Nesi, nº 04, Centro, Arroio Trinta

Art. 6º A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde, senhor Tarcisio Lidani e pelo Prefeito Municipal, senhor Alcidir Felchilcher e coordenada por servidores da Secretaria Municipal de Saúde e membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 7º. As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º. As despesas correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde de Arroio Trinta.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de maio de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176

PORTARIA Nº 176, DE 12/05/2015.

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00016/15-4, nos assentos funcionais do servidor OLIVO VIERO, detentor da matrícula nº 028 e do cargo de provimento efetivo de Motorista – 40 horas, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor OLIVO VIERO, detentor da matrícula nº 028 e do cargo de provimento efetivo de Motorista – 40 horas, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00016/15-4, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Parágrafo único. Fica averbado os intervalos de 01/09/1976 a 19/01/1979, 01/06/1979 a 01/05/1982, 01/10/1982 a 08/11/1982 e 09/08/1983 a 28/02/1990, correspondente a 11 anos, 11 meses e 20 dias (4.365 dias) conforme registrado pela CTC expedida pelo INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de maio de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177

PORTARIA Nº 177, DE 20/05/2015

Nomeia a Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Saúde de Arroio Trinta e Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Saúde de Arroio Trinta e Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde conforme determinação legal do Decreto nº 1694/2015, que acontecerá do dia 17/06/2015, das 13:30 às 17:30 horas. O tema central da conferência segue a 15ª Conferência Nacional de Saúde "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Artigo 2º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Artigo 3º - A Conferência será realizada na Câmara Municipal de Vereadores, situado em Rua Galdino Nesi, 04, Centro, Arroio Trinta – SC, CEP 89590-000.

Artigo 4º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Artigo 5º - As despesas com a organização e realização da 3ª Conferência Municipal de Saúde e Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde de Arroio Trinta.

Artigo 6º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:
Presidente: Tarcísio Lidani
Coordenador Geral: Sibebe Munaro
Coordenadores Adjuntos: Lídia Maria Locatelli
Secretaria de Credenciamento: Maria Iracema Sônego.
Tesoureira: Juliana Serighelli
Secretaria de Divulgação e Comunicação: Tarcísio Lidani e Lídia Maria Locatelli
Relatores: Sibebe Munaro, Juliana Serighelli

Artigo 7º - As diversas sub-divisões da referida Comissão terão as seguintes funções:

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.

Coordenadores Adjuntos: Auxiliarão os coordenadores e se responsabilizarão pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário à organização, antes e durante a realização do evento.

Tesoureiro: Ordenar a receita e a despesa da Conferência.

Relator Geral e Adjunto: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferência, e elaborar o relatório final da Conferência.

Secretaria de Credenciamento: Se responsabilizará pelo credenciamento dos delegados da Conferência e ficará à disposição até o dia 16/06/2015 na sede da Secretaria, durante a Conferência dia 17/06/2015 na Câmara Municipal de Vereadores de Arroio Trinta;

depois da Conferência na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para atender aos delegados.

Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Artigo 8º - Os integrantes da Comissão Organizadora trabalharão em sistema de solidariedade mútua com relação às atribuições e tarefas de organização da Conferência.

Artigo 9º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Artigo 10 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178

PORTARIA Nº 178, de 20/05/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, LUIZ ANTONIO CIVIDINI, admitido por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, através da Portaria de Nomeação nº 233 de 01/02/1994 relativas ao período aquisitivo de 01/02/1999 à 31/01/2004, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179

PORTARIA Nº 179, de 20/05/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, JOICE LIANE NAVA, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 058 de 15/02/2006 relativas ao período aquisitivo de 15/02/2006 à 14/02/2011, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 180

PORTARIA Nº 180, de 20/05/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, ERONI APARECIDA SCHULLER BIAVA, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 053 de 07/02/2008 relativas ao período aquisitivo de 07/02/2008 à 06/02/2013, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181

PORTARIA Nº 181, de 20/05/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, SALUTE LEGNANI NESI, admitida por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, através da Portaria de Nomeação nº 012 de 12/03/1992 relativas ao período aquisitivo de 12/03/2002 à 11/03/2007, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182

PORTARIA Nº 182, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, FERNANDO ANDRÉ MANENTI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo FISCAL DE VIGILÂNCIA E MEIO AMBIENTE, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 20/05/2015 a 18/06/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 183

PORTARIA Nº 183, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CESAR LUIZ ALTENHOFEN, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTENTE DE ESPORTES, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 20/05/2015 a 08/06/2015, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184

PORTARIA Nº 184, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, GERALDO PEDRO PERAZZOLI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MÉDICO VETERINÁRIO, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 20/05/2015 a 18/06/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185

PORTARIA Nº 185, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, FRANCIANE APARECIDA MORATELLI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTENTE SOCIAL, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 20/05/2015 a 18/06/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186

PORTARIA Nº 186, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ROSELI SECCO FELCHILCHER, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR II (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 20/05/2015 a 18/06/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187

PORTARIA Nº 187, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, TÂNIA CRISTINA MANENTI CONSTANTINI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas

ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 20/05/2015 a 18/06/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188

PORTARIA Nº 188, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JULIANA CAMPOS, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 05/05/2014 à 05/05/2015 e gozo das mesmas no período de 20/05/2015 a 18/06/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189

PORTARIA Nº 189, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, EVERTON CAMPAGNIN, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTENTE DE CPD, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2014 à 01/06/2015 e gozo das mesmas no período de 01/07/2015 a 31/07/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190

PORTARIA Nº 190, de 20/05/2015.

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido LICENÇA PRÊMIO a servidora Municipal ADRIANE BIAVA, admitida por concurso público para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, através da Portaria nº 054 de 01/04/1998, relativas aos períodos aquisitivos de 01/04/1998 à 31/03/2003 e gozo das mesmas no período de 08/06/2015 à 07/07/2015, ou seja, 30 (trinta) dias consecutivos, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191

PORTARIA Nº 191, de 20/05/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ADRIANE BIAVA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 02/05/2015 e gozo das mesmas no período de 08/07/2015 a 06/08/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de maio de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO E POSSE CONCURSO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 001/2015
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO TORNA PÚBLICO, que encontra-se disponível no site www.balneariorincao.sc.gov.br e no Mural da Prefeitura A LISTA DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE DO CONCURSO 001/2015.

Balneário Rincão, 22 de Maio de 2015. .
DECIO GOMES GOES
Prefeito Municipal.

Barra Velha

PREFEITURA

DECRETO Nº 1033 - DE 22 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 1033 - DE 22 DE MAIO DE 2015

Convoca a 5ª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha a se realizar nos dias 24 e 25 de junho de 2015, nesta cidade, com o tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pelo representante do Conselho Municipal de Saúde designado para Comissão Organizadora.

Art. 3º O detalhamento da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha constará no regimento interno que será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e editado mediante Resolução do Conselho Municipal de Saúde a ser publicado.

Art. 5º As despesas com a organização e realização da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 22 de maio de 2015.

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

PORTARIA Nº 657/2015 – DE 22 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 657/2015 – DE 22 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a Convocação da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Barra Velha, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde, RESOLVE.

Art. 1º Fica convocada a 5ª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha conforme determinação legal do Decreto nº 1033/2015, de 22 de maio de 2015, do Poder Executivo de Barra Velha.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Art. 3º A Conferência será realizada na Câmara de Vereadores de Barra Velha, situado na Rua Pedro Alcântara de Freitas, 125 - Centro

Art. 4º A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5º A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: Ronnye Peterson Aparecido Nasser dos Santos

Coordenadora Geral: Eliane Maria Mello

Secretária Geral: Suélen Boreck

Relatora: Ana Paula Beck

Subcomissão de Divulgação: Felipe Rafael Chaves

Subcomissão de Infraestrutura e Acessibilidade: Maria Rosa Radavelli

Subcomissão de Credenciamento: Maria Gabriela Pimenta

Subcomissão de Articulação e Mobilização: Elisabeth Pinheiro

Art. 6º As diversas sub-divisões da referida Comissão terão as seguintes funções.

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.

Secretária Geral: Elaborar os documentos relacionados à organização da Conferência: ofícios, convites, certificados, listas de presença, regimento e outros.

Relator: Compilar todas as informações resultantes das pré-conferências e da conferência e organizar a elaboração do relatório final da Conferência Municipal de Saúde.

Subcomissão de Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Subcomissão de Infraestrutura e Acessibilidade: Se responsabilizará em garantir a infraestrutura necessária nos dois dias de evento.

Subcomissão de Credenciamento: Se responsabilizará pelo credenciamento dos delegados e demais participantes da Conferência e ficará à disposição até o dia 23 de junho na sede da Secretaria, durante a Conferência dias 24 e 25 de junho, na Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Subcomissão de Articulação e Mobilização: Mobilizar e articular as Pré-Conferências, às demais Subcomissões da Comissão Organizadora da Vª Conferência Municipal de Saúde e em relação às definições de data, horário, previsão de público, local e infraestrutura necessária.

Art. 7º Serão realizadas 5 (cinco) Pré-Conferências que terão por finalidade levantar os problemas por área geográfica e escolher os delegados da Conferência Municipal de Saúde.

Art. 8º As Pré-Conferências serão realizadas no mês de maio em datas e horários a serem divulgados.

Art. 9º Os relatos das Pré-Conferências farão parte do Plano Municipal e do Relatório Final da Conferência.

Art. 10 Os demais delegados serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município.

Art. 11 A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão Organizadora.

Art. 12 Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Barra Velha, 22 de maio de 2015.

Ronnye Peterson Aparecido Nasser dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

PP 036/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 046/2015 - Pregão Presencial nº 036/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de material para uso no sistema viário do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 08/06/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 08/06/2015 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 22 de maio de 2015

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RESOLUÇÃO 03/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC

RESOLUÇÃO 03/2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha, em sua 2ª Reunião Ordinária no ano de 2015, realizada em 07 de maio de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal 045/97, de 28/11/1997, alterada pela Lei Municipal 0857/2009 de 15/04/2009 e regulamentada pelo Decreto 535/2009 de 18/06/2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a Conselheira Maria Rosa Radavelli como representante para ter acesso ao Sistema de Apoio do Relatório Anual de Gestão do SUS – SARGSUS.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Barra Velha – SC, 21 de maio de 2015.

Ronnye Peterson Aparecido Nasser da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO 04/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC

RESOLUÇÃO 04/2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha, em sua 2ª Reunião Ordinária no ano de 2015, realizada em 07 de maio de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal 045/97, de 28/11/1997, alterada pela Lei Municipal 0857/2009 de 15/04/2009 e regulamentada pelo Decreto 535/2009 de 18/06/2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a Comissão Organizadora da Vª Conferência Municipal de Saúde de Barra Velha, conforme relacionado abaixo:

- Presidente: Ronnye Peterson Aparecido Nasser dos Santos
- Coordenadora Geral: Eliane Maria Mello
- Secretária Geral: Suélen Boreck
- Relatora: Ana Paula Beck
- Subcomissão de Divulgação: Felipe Rafael Chaves
- Subcomissão de Infraestrutura e Acessibilidade: Maria Rosa Radavelli
- Subcomissão de Credenciamento: Maria Gabriela Pimenta
- Subcomissão de Articulação e Mobilização: Elisabeth Pinheiro

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Barra Velha – SC, 21 de maio de 2015.

Ronnye Peterson Aparecido Nasser da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO E PROPOSTA CV 42/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2015.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 42/2015.

DATA: 22/05/2015 - HORA DE INÍCIO: 09:00 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA JURÍDICA, ASSESSORAMENTO ESPECIAL E GABINETE, ACOMPANHAMENTO DAS ROTINAS DE DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS..

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços - 42/2015, com a presença dos membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº 156/2015. Aberta a sessão, sendo que nenhum dos participantes se fizeram presentes. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes conferidos e rubricados por todos os presentes na sessão. Analisada a documentação, a Comissão inabilitou a pessoa física do senhor DIONEI SCHIMANSKI, por deixar de apresentar a declaração disposta no edital, item 4.2.2.3, declaração de inexistência de empregados, ou CND(FGTS). Os demais participantes foram considerados HABILITADOS. Na sequência, procedeu-se a abertura dos envelopes de proposta, sendo declarada VENCEDORA a proposta de menor valor, a do Senhor LADEMIR KUMMROW, com o valor de R\$ 6.200,00(seis mil e duzentos reais). Pela ausência dos representantes dos licitantes, a Comissão decide pelo prazo recursal de 2 (dois) dias úteis. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada pela Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA Presidente	JOAO ULLER Membro	MAURICIO STEFFEN Membro
---	----------------------	----------------------------

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 078/2015

DECRETO Nº 078/2015 DE 22 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2015 da Unidade Gestora Prefeitura.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I, da Lei Municipal nº 3.514/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 2.269.839,52 (dois milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos) por conta do excesso de arrecadação apurado em fonte de recursos, a(s) dotação (s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual de 2015, Lei Municipal nº 3.530/2014:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu B Biguaçuorte Escolar – Ensino Fund.	2.269.839,52
4.4.00.00	Investimentos	2.269.839,52
4.4.50.00	Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos.	2.269.839,52
0.2.71.000060	Convênio SES - Hospital	2.269.839,52

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1434/2015

PORTARIA nº 1434 de 15 de maio de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Maria Terezinha Soares, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Artes), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/04/2015.

Biguaçu, 15 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1510/2015

PORTARIA nº 1510 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA TEREZINHA SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1543/2015

PORTARIA nº 1543 de 22 de maio de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Aparecida Santos da Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I (Educação Infantil), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/04/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1544/2015

PORTARIA nº 1544 de 22 de maio de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Débora Alexandre, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I (Educação Infantil), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/04/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1545/2015

PORTARIA nº 1545 de 22 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSCAR LUIZ GHIDINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/06/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1546/2015

PORTARIA Nº 1546/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE ANTONIO TEODOSIO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4722/2015 em anexo no período de 14/05/2015 a 31/07/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1547/2015

PORTARIA Nº 1547/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALICE MARIA VIEIRA MARÇAL MOMM, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4807/2015 em anexo no período de 16/05/2015 a 31/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1548/2015

PORTARIA Nº 1548/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREIA LUCIA GOULART ROSA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4890/2015 em anexo no período de 17/05/2015 a 05/06/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1549/2015

PORTARIA Nº 1549/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GLAUCIA MACHADO BUZZI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4881/2015 em anexo no período de 20/05/2015 a 08/06/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1550/2015

PORTARIA nº 1550 de 22 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAIR PEDROSO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/05/2015 a 19/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1551/2015

PORTARIA nº 1551 de 22 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUANA COMICHOLLI LINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21/05/2015 a 20/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1552/2015

PORTARIA nº 1552 de 22 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IVETE ERTAL CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 25/04/2015

a 24/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 25/04/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1553/2015

PORTARIA nº 1553 de 22 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KÁTIA PAULINA GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 30/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1554/2015

PORTARIA nº 1554 de 22 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1555/2015

PORTARIA nº 1555 de 22 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KREIZE FERNANDA DE SOUZA MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL E HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 20/05/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 1556/2015**

PORTARIA Nº 1556/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA FERREIRA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4944/2015 em anexo no período de 21/05/2015 a 29/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração**PORTARIA Nº 1557/2015**

PORTARIA Nº 1557/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSANA DAS NEVES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4899/2015 em anexo nos períodos de 07/05/2015 a 08/05/2015, 18/05/2015 a 21/05/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração**PORTARIA Nº 1558/2015**

PORTARIA nº 1558/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, GISELI ELSA SCHIMITZ, ocupante do cargo de provimento comissionado de GERENTE OPERACIONAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 10/05/2015 a 06/09/2015. CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 07/09/2015 a 06/10/2015.

Biguaçu, 22 de maio de 2015.

WILLIAN LOFY
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.107/2015

LEI Nº 8.107, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA DA FORMA DE PAGAMENTO, NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE NÃO ACEITAM CHEQUES OU CARTÕES DE CRÉDITO OU DE DÉBITO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que não aceitam pagamento por meio de cheques ou cartões de crédito ou de débito são obrigados a fixarem placas, em local visível no seu interior, informando ao cliente sobre a restrição na forma de pagamento.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta lei sujeita o infrator às seguintes sanções administrativas:

I - advertência, através de notificação com prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento da lei, na primeira infração;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em caso de descumprimento da notificação;

III - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), caso persista o descumprimento da lei, após 60 (sessenta) dias da aplicação da multa prevista no inciso II;

IV - suspensão do alvará de funcionamento, caso persista a infração, após 15 (quinze) dias da aplicação da multa prevista no inciso III.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.108/2015

LEI Nº 8.108, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DENOMINA DE "HELMUT DOS SANTOS", PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO VELHA GRANDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Helmut dos Santos, a ponte de concreto a ser construída sobre o Ribeirão da Velha, no início da Rua Emil Wehmuth, localizada no Bairro Velha Grande.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.110/2015

LEI Nº 8.110, DE 19 DE MAIO DE 2015.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DA FIBROSE CÍSTICA" E O "SETEMBRO VERDE", DE CONSCIENTIZAÇÃO DA FIBROSE CÍSTICA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal da Fibrose Cística, a ser realizada, anualmente, a partir do dia 5 de setembro e o Setembro Verde, de conscientização da Fibrose Cística, a ser realizado, anualmente, durante o mês de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.111/2015

LEI Nº 8.111, DE 19 DE MAIO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO PROFESSOR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS", EM BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Professor de Alunos com Necessidades Especiais, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de dezembro (Dia da Criança Especial).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.630/2015

DECRETO Nº 10.630, DE 13 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, por

conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 4.438,42 (quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

26 – FUNDAÇÃO PROMOT. EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB
2601 – Fundação Prom. Exposições de Blumenau – PROEB
Atividade 26.01.23.695.0008.2140 – Man. das Ativ. de Outros Eventos
Modalidade 3.3.90 (20) Aplicação Diretas R\$ 4.438,42
Fonte de Recursos 0634.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.635/2015

DECRETO Nº 10.635, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, TRÊS TERRENOS PERTENCENTES A BELA VISTA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação os seguintes imóveis pertencentes a Bela Vista Investimentos e Participações Ltda.:

I – o terreno situado nesta cidade, no Bairro Velha, nos fundos do lado par da Rua General Osório, representado pelo lote nº9 do Loteamento Deschamps, contendo a área de quinhentos e vinte e cinco metros quadrados, fazendo frente em quinze metros com o lado par da Rua Tóquio, fundos em dezesseis metros, sendo em sete metros com terras de Felix Giesele e em nove metros com terras do Município de Blumenau; extremado pelo lado direito em trinta e sete metros com terras de Bela Vista Investimentos e Participações Ltda. e pelo lado esquerdo em trinta e três metros com terras do Município de Blumenau, sem benfeitorias, inscrito no cadastro técnico municipal sob nº42.696, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº9.499;

II – o terreno situado nesta cidade, no bairro Velha, nos fundos do lado par da Rua General Osório, representado pelo lote nº8 do Loteamento Deschamps, contendo a área de quatrocentos e sessenta e dois metros quadrados, fazendo frente em doze metros com o lado par da Rua Tóquio, fundos em doze metros e trinta centímetros com terras de Felix Giesele; extremado pelo lado direito em quarenta metros, sendo em cinco metros com o virador da Rua Tóquio, e em trinta e cinco metros com terras de Bela Vista Investimentos e Participações Ltda., e pelo lado esquerdo em trinta e sete metros com terras Bela Vista Investimentos e Participações Ltda., sem benfeitorias, inscrito no cadastro técnico municipal sob nº42.697, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº9.500;

III – o terreno situado nesta cidade, no bairro Velha, nos fundos do lado par da Rua General Osório, representado pelo lote nº7 do Loteamento Deschamps, contendo a área de quinhentos e vinte metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados, fazendo frente em dezesseis metros e setenta centímetros com o lado par da Rua Tóquio, fundos em onze metros e oitenta centímetros com terras de Felix Giesele; extremado pelo lado direito em trinta e oito metros e cinquenta centímetros com terras de Iara Meri Herkenhoff

Camargo, e pelo lado esquerdo em trinta e cinco metros com terras de Bela Vista Investimentos e Participações Ltda, sem benfeitorias, inscrito no cadastro técnico municipal sob nº42.698, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº9.501.

Art. 2º Os imóveis descritos no artigo primeiro são destinados ao prolongamento da Rua Humberto de Campos.

Art. 3º Para fins do artigo 15 do Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941, estas desapropriações são declaradas de natureza urgente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.637/2015

DECRETO N. 10.637, DE 18 DE MAIO DE 2015.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO

N. 8.611, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2008, QUE REGULAMENTA O PROGRAMA DE QUALIDADE DA PRAÇA DO CIDADÃO E DA OUVIDORIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 59, V, e 75, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 101 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 3º do Decreto n. 8.611, de 1º de fevereiro de 2008, que regulamenta o Programa de Qualidade da Praça do Cidadão e da Ouvidoria, passa a vigorar acrescido do §3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º. [...]

[...]

§3º. A gratificação mensal de que trata este Decreto estende-se aos servidores efetivos que atuam na Praça do Empreendedor."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.638/2015

DECRETO Nº 10.638, DE 20 DE MAIO DE 2015.

ESTABELECE DIRETRIZES E PROVIDÊNCIAS

PARA A REDUÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, INCLUINDO SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, II, na forma do art. 75, "f", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO, a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;

CONSIDERANDO os princípios e normas que norteiam a conduta administrativa pautada pela responsabilidade na gestão fiscal, controle de despesas e, em especial, aqueles contidos na Constituição

Federal, Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a necessidade de imprimir imediato processo de revisão e de controle dos gastos públicos, sob pena de inviabilizar as ações essenciais e de imprescindível interesse coletivo;

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos da Administração Direta do Município, as Autarquias, as Fundações Públicas e os Fundos Municipais deverão adotar medidas para redução de 5% (cinco por cento) das despesas com custeio constantes na Lei nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Blumenau para o exercício de 2015.

Art. 2º Os órgãos e entidades descritas no art. 1º deverão apresentar planos individuais de redução de despesas com custeio à Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG, em até 30 (trinta) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º As ações de redução de despesas propostas serão implementadas em Sistemas de acompanhamento orçamentário pelos órgãos competentes, no que couber, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 4º O plano de que trata o artigo 2º deverá contemplar, dentre outras, ações:

I - a renegociação das condições de preços e quantidades vigentes nos contratos firmados para despesas de custeio, mediante acordo entre as partes;

II - reavaliação das licitações em curso que ainda não tenham sido homologadas ou adjudicadas, bem como daquelas ainda a serem instauradas;

III – a redução de despesas relativas ao pagamento de:

- a) horas extraordinárias;
- b) passagens e locomoção;
- c) locação de veículos;
- d) serviços de telecomunicações (fixa e móvel);
- e) serviços de energia elétrica;
- f) outras despesas operacionais.

§1º A renegociação de contratos e a reavaliação de licitações previstas nos incisos I e II deste artigo deverão ser ajustadas às estritas necessidades da demanda e da disponibilidade orçamentária do exercício com apresentação de justificativas e esclarecimentos quando não realizadas.

Art. 5º Na hipótese do não atendimento das metas previstas para redução das despesas elencadas nos planos de que trata o art. 2º deste Decreto, ou, ainda, mesmo que atendidas, não ficar comprovada, no decorrer do exercício, a realização das receitas constantes do anexo de metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, será promovido contingenciamento da despesa.

Parágrafo único. O contingenciamento de que trata o caput será formalizado mediante as reduções de dotações orçamentárias e das correspondentes cotas financeiras, nos montantes necessários, cujas recomposições somente ocorrerão no caso de restabelecimento da receita prevista e até que seja atingido o equilíbrio fiscal preconizado pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º Este Decreto não se aplica à Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB e ao Instituto de Seguridade Social de Blumenau - ISSBLU.

Art. 7º As normas complementares para aplicação deste Decreto serão expedidas por resolução conjunta das Secretarias Municipais de Gestão Governamental, da Fazenda e de Administração.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.526/2015

PORTARIA Nº 18.526, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CRISTIANE CARLA LARGURA FERREIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA E.B.M. "VISCONDE DE TAUNAY"
E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 77/2015, de 26/02/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

NOMEAR,

a contar de 23 de março de 2015, CRISTIANE CARLA LARGURA FERREIRA, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Visconde de Taunay", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 18.752/2015

PORTARIA Nº 18.752, DE 13 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O AUMENTO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER PERMANENTE, COM AUMENTO PROPORCIONAL DOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os arts. 40, I, II e III

e §1º e 42 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e nos termos do Edital de Processo Seletivo Interno

para Aumento de Jornada Semanal de Trabalho nº 138/2015,

em caráter permanente, resolve:

AUTORIZAR o aumento de jornada de trabalho, em caráter permanente, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, dos servidores públicos municipais efetivos e estáveis, abaixo relacionados, ocupantes de cargos integrantes do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, a contar de 01 de maio de 2015:

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO	JORNADA SEMANAL DE TRABALHO	
			DE	PARA
ANA CLAUDIA MACIEL GAVA AGOSTINHO	Cirurgião Dentista	SEMUS	20	40
ANA CRISTINA CANCHERINI BRANDT	Engenheiro Civil	SEMOB	30	40
ANA MARIA DA SILVA	Técnico em Enfermagem	SEMUS	30	40
ANALISE KNOPF	Psicólogo	SEMUS	20	30
ANDRÉ LUIZ CORREA DA CUNHA	Médico	SEMUS	10	20
ARLI VEIGA	Analista de Políticas Públicas	SEDECI	30	40
CHRISTIANE SCHLUTER PADARATZ	Técnico em Enfermagem	SEMUS	30	40
CLAITON TADEU LOSS STUMPF	Médico	SEMUS	20	40
CRISTIANE MAFRA	Técnico em Higiene Dental	SEMUS	30	40
DOUGLAS COMANDOLLI	Engenheiro Civil	SESUR	30	40
EDNA MARTINS	Auxiliar de Consultório Dentário	SEMUS	30	40
ELISABETH KUEHN DE SOUZA	Enfermeiro	SEMUS	30	40
ELOIVA DA LUZ FIDELIS	Técnico em Enfermagem	SEMUS	30	40
EMERSON MARCELO LINHARES	Engenheiro Civil	SEMED	30	40
ENEZITA TEREZINHA DOS SANTOS	Auxiliar de Enfermagem	SEMUS	30	40
FABIANA DE LIMA RIBEIRO	Auxiliar de Enfermagem	SEMUS	30	40
FABIANA GONÇALVES FELIX MACIEL	Psicólogo	SEMUS	20	40
FABIANA MORAES LUIZ	Auxiliar de Enfermagem	SEMUS	30	40
FERNANDA PELLENS	Assistente Social	SEMUDES	30	40
IVANETE TERESINHA SPIGOSSO	Técnico em Enfermagem	SEMUS	30	40
JULIANA MARY DE AZEVEDO OURIQUES	Assistente Social	SEDECI	30	40
KARIN MARA GEORG	Psicólogo	SEMUS	20	40
KÁTIA ANDRÉA DA SILVA FELSKI	Técnico em Enfermagem	SEMUS	30	40
LUCIANA SCHRAMM CORREIA	Assistente Social	SEDECI	30	40
LUCIANO ANTONIO MULLER	Cirurgião Dentista	SEMUS	20	40
LUIZ CARLOS SENS	Engenheiro Civil	SESUR	30	40
LUIZ FERNANDO PROCÓPIO GOMES	Engenheiro Civil	SESUR	30	40
LUIZ FERNANDO SUPIS	Engenheiro Civil	SESUR	30	40
MÁRCIA MARIA QUINTINO LUZ	Professor	SEMUDES	20	40
MARIA TERESINHA DA SILVA	Assistente Social	SEMUS	30	40
MARILEIVA SCHUSSLER	Enfermeiro	SEMUS	30	40
MARLI RUPP	Engenheiro Civil	SESUR	30	40
MÔNICA ANDRADE DE MORAES VIEIRA	Engenheiro Civil	SEMED	30	40
PAMELA MARCHI AVOSANI	Médico	SEMUS	20	40
PAULO ROBERTO SKROCH	Engenheiro Civil	SESUR	30	40
ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA	Enfermeiro	SEMUS	30	40
SABRINA DEMMER	Enfermeiro	SEMUS	30	40
SANDRA PATRÍCIA GALVÃO DE MEDEIROS DA CUNHA	Médico	SEMUS	20	40
SERGIO ANTONIO DOS SANTOS	Médico	SEMUS	20	30
SILVANA PINTO CORREIA	Auxiliar de Consultório Dentário	SEMUS	30	40
SONIA REGINA FURLANI MOMO	Técnico em Enfermagem	SEMUS	30	40
SUELI TERESINHA MATHIONI	Auxiliar de Enfermagem	SEMUS	30	40
TIAGO VIRGILIO KRUEGER	Assistente Social	SEMUDES	30	40
TÚLIO MORIZ JUNIOR	Auxiliar de Enfermagem	SEMUS	30	40
WAGNER IANSEN PANSARD	Cirurgião Dentista	SEMUS	15	40

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 18.772/2015

PORTARIA Nº 18.772, DE 18 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIREM

O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO

E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E

DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar

nº 652, de 16 de outubro de 2007 e o Memorando SEMED nº 194/2015, de 12/05/2015, resolve:

NOMEAR, a contar de 07 de maio de 2015, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 652, de 16 de outubro de 2007, para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB:

EDENISE FERREIRA e ROBERTA BRITO DA SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, dos estudantes da educação básica do Município, em substituição a LUIS SIERPINSKI e TALITA PAGANINI, nomeados pela Portaria nº 17.984, de 22/07/2014;

MARIA APARECIDA HORDINA LAURENTINO E VALDICLÉA ALMEIDA DE JESUS, representantes titular e suplente, respectivamente, dos estudantes da educação básica do Município, em substituição a LEONIR RODRIGUES DOS SANTOS e NATÁLIA HERMANN, nomeados pela Portaria nº 17.984, de 22/07/2014; VAGNER AUGUSTO MACIEL DA SILVA, representante suplente dos pais de alunos das escolas públicas municipais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.775/2015

PORTARIA Nº 18.775, DE 18 DE MAIO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Encarregada de Analisar e Julgar Licitação, com as atribuições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, destinada à contratação de empresa especializada para elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT – IN INSS/PRES nº 45, de 06/08/2010 – DOU de 11/08/2010 e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA – Norma Regulamentadora de nº 09 – Portaria TEM nº 3.214, de 08/06/1978, com a devida responsabilidade técnica de profissional habilitado, conforme especificações constantes no Projeto Básico e demais especificações constantes do Edital de Concorrência nº 03-037/2014 e anexos – SEDEAD.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta pelos servidores públicos abaixo designados, tendo o primeiro como seu presidente:

JONAS JACINTO, matrícula nº 22182-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD;

ADILVO ANDREAZZA, matrícula nº 21525-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD;

JOÃO MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 22029-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD;

MARCOS CARVALHO, matrícula nº 19840-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;

JANAINA DO AMARAL BATALHA BACCI, matrícula nº 22894-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, lotada na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD;

IEDA BERNARDINA VARGAS LADEWIG, matrícula nº 10191-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.776/2015

PORTARIA Nº 18.776, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPENSA SANDRA REGINA NOBREGA KUCHENBECKER DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEMUDES nº 172/2015-DAF, de 14/05/15, resolve:

DISPENSAR, no dia 17 de maio de 2015, a servidora pública municipal SANDRA REGINA NOBREGA KUCHENBECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Acolhimento Institucional para Adolescentes (Abrigo Nossa Casa Unidade II) - FGC 50%, concedida pela Portaria nº 16.875, de 12/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.777/2015

PORTARIA Nº 18.777, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA ANDREA CORDEIRO MIGUEL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com

o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando nº 172/2015 - DAF, de 14/05/2015, resolve:

DESIGNAR, na data de 18 de maio de 2015, a servidora pública municipal ANDREA CORDEIRO MIGUEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Acolhimento Institucional para Adolescentes (Abrigo Nossa Casa Unidade II), símbolo FGC 50%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.778/2015

PORTARIA Nº 18.778, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL "ALICE THIELE".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 196, de 13/05/2015, da Secretária Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR,
a contar de 17 de abril de 2015,
a servidora pública municipal ADRIANA RAIMUNDO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar da Escola Básica Municipal "Alice Thiele", designada pela Portaria nº 15.656, de 16 de abril de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.779/2015

PORTARIA Nº 18.779, DE 19 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLENE DA SILVA LOPES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal MARLENE DA SILVA LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 11 de maio de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3602/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.780/2015

PORTARIA Nº 18.780, DE 19 DE MAIO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,
de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 146/2015,
da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública,
a nomeação dos seguintes cidadãos:

RAFAEL BINI FIGUEIREDO, nomeado através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

ELY CARLO LEUTHAUSER, nomeado através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

JOSÉ ANTÔNIO HENRIQUES LAMÔNICA, nomeado através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

JAQUELINE SUSAN MACHADO, nomeada através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MATHEUS NUNES GILARTE, nomeado através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

ANA PAULA RIBEIRO KRUGER, nomeada através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

DANIEL SCHATTSCHNEIDER, nomeado através da Portaria nº 18.631, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.605, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MERI TEREZINHA BIZ WILLRICH, nomeada através da Portaria nº 18.605, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANNA HELENA HOFMANN BARBETA, nomeada através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

JONAS WEITGENANT, nomeado através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

MORGANA APARECIDA DE AVIZ, nomeada através da Portaria nº 18.607, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

VITOR HUGO FELIPE KNOBLAUCH, nomeado através da Portaria nº 18.632, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

FLAVIA MACHADO ALVES BASILIO SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.414, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Dermatologista, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANDREZZA CARMINATTI DE AQUINO, nomeada através da Portaria nº 18.531, de 09 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Dermatologista, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CLARISSA DOS SANTOS BARBOZA, nomeada através da Portaria nº 18.633, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MIRIAN GOTIN, nomeada através da Portaria nº 18.606, de 01 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GEAN CARLOS RAMOS, nomeado através da Portaria nº 18.633, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

ELIANE HELGA DA SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.520, de 05 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

DOUGLAS KELLER, nomeado através da Portaria nº 18.628, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovado pelo Concurso Público nº 003/2014;

FRANCINE PALOMA DE SOUZA, nomeada através da Portaria nº 18.628, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ADRIANA LUIZA DE SOUZA, nomeada através da Portaria nº 18.630, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

NILCE TEREZINHA DE PAULA, nomeada através da Portaria nº 18.630, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

CLEUSA MARIS DE PAULA, nomeada através da Portaria nº 18.630, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ELIANE NEVES DE ARAUJO ZACARIAS, nomeada através da Portaria nº 18.629, de 07 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.781/2015

PORTARIA Nº 18.781, DE 19 DE MAIO DE 2015.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 391/2015, de 11/05/2015, resolve:

ALTERAR, a contar de 11 de maio de 2015, o percentual de gratificação de condução dos servidores públicos municipais abaixo, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SESUR:

EDSON FAGUNDES, matrícula nº 175544, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, concedida pela Portaria nº 18.581/2015, para GC de 30% (trinta por cento);

ERIVALDO MAFFEZZOLLI, matrícula nº 192090, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, concedida pela Portaria nº 18.171/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

EDEZIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 145203, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, concedida pela Portaria nº 18.171/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

JOSÉ GERALDO FELIZZETI, matrícula nº 68004, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, concedida pela Portaria nº 18.171/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

LUIZ CESAR TAVARES, matrícula nº 132616, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, concedida pela Portaria nº 18.171/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

RICHARD ZWICKER, matrícula nº 228719, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, concedida pela Portaria nº 18.171/2014, para GC de 30% (trinta por cento);

VILSON RAISER, matrícula nº 145181, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, concedida pela Portaria nº 18.171/2014, para GC de 30% (trinta por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.782/2015

PORTARIA Nº 18.782, DE 19 DE MAIO DE 2015.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MÁRCIO CORREA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº

8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e atendendo à solicitação contida no Memorando SEDEAD nº 390/2015, resolve:

ALTERAR o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal MÁRCIO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, concedida pela Portaria nº 16.921/13, para GC de 30% (trinta por cento), a contar de 05 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.783/2015

PORTARIA Nº 18.783, DE 19 DE MAIO DE 2015.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EUCLIDES MARTINS, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e atendendo à solicitação contida no Memorando SEDEAD nº 394/2015, resolve:

ALTERAR o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal EUCLIDES MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, concedida pela Portaria nº 13.835/10, para GC de 30% (trinta por cento), a contar de 11 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.784/2015

PORTARIA Nº 18.784, DE 20 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores, e conforme Memorando GAC/SEMUDES nº 030/2015, de 15/05/15, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 com alterações posteriores, e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

MARCOS ROBERTO GOMES e CESAR AUGUSTO AUGUSTIN, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Municipal de Desportos – FMD, em substituição a CESAR AUGUSTO AUGUSTIN e MILTON CARVALHO, nomeados pelas Portarias nº 17.786, de 08/05/2014 e nº 18.569, de 23/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.785/2015

PORTARIA Nº 18.785, DE 21 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA NORBERTO RAMALHO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PADRONIZAÇÃO DE SERVIÇOS E PRODUTOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

NORBERTO RAMALHO, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Padronização de Serviços e Produtos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, no dia 25 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.786/2015

PORTARIA Nº 18.786, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO – SEDECI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotados na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, das seguintes funções gratificadas de confiança:

JOSÉ CARLOS LEAL, Balseiro, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços, FGC-50%, designado pela Portaria nº 16.881, de 12/04/2013, no dia 02 de maio de 2015;

ALESSANDRA FABIANA BELZ, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor do Sistema de Informação, FGC-30%, designada pela Portaria nº 17.889, de 11/06/2014, no dia 02 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.787/2015

PORTARIA Nº 18.787, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO - SEDECI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 02/12/2014:

ALESSANDRA FABIANA BELZ, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, para a função de Coordenador de Serviços, FGC-50%, no dia 03 de maio de 2015;

MARIA DO CARMO CAMPIGOTO, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, para a função de Assessor do Sistema de Informações, FGC-30%, no dia 03 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de maio de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17/2015 - ANEXO VI

TERMO DE PARCELAMENTO - ITBI

PROCESSO/ITBI Nº:	
CONTRIBUINTE:	
Nome:	
CPF/CNPJ:	
IMÓVEL:	
Inscrição Municipal:	
Matrícula Reg. Imóveis:	
VALOR VENAL R\$	
VALOR DO ITBI R\$	

Com fundamento no Art. 254 da LC 632/2007, defere-se o parcelamento do valor do ITBI solicitado pelo contribuinte, que se compromete a efetuar o recolhimento de acordo com o número de parcelas, valores e prazos a seguir:

Parcela	Valor R\$	Vencimento
1		
2		
3		
4		
5		
6		

Declara o contribuinte estar ciente de que:

todas as parcelas deverão estar quitadas antes da inscrição do ato no Registro de Imóveis competente (LC 632/2007 Art. 254, §4º); o pagamento parcelado não interrompe nem suspende o prazo de validade da estimativa fiscal, findo o qual deverá ser refeita, sujeitando o contribuinte ao recolhimento de eventuais diferenças; o atraso no pagamento das parcelas implica em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo da atualização monetária quando cabível, nos termos da legislação municipal (LC 632/2007, Arts. 82 e 258, II).

Blumenau, ____ de _____ de ____ .

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4715/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4715/2015 de 22 de Maio de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0997/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2015, sob o Processo de Licitação nº 0997/2015, que tem por objeto Aquisição de medalhas e troféus para premiação esportiva do departamento de educação cultura e esportes para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 128 cm, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças, tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada, estatueta intercambiável, colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada, plaqueta para gravação, uma estatueta de honra ao mérito (Deusa da Vitoria) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira	1,00	250,00
2	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 122 cm, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças, tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada, estatueta intercambiável, colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada, plaqueta para gravação, uma estatueta de honra ao mérito (Deusa da Vitoria) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	1,00	277,50
3	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 1152 cm, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça metalizada na cor prata com 45 cm de largura a partir das alças, tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada, estatueta intercambiável, colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada, plaqueta para gravação, uma estatueta de honra ao mérito (Deusa da Vitoria) fixa na base e quatro águias fixas no estágio em base de madeira.	1,00	230,00
4	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com 23 cm de altura com placa de metal na cor vermelho metálico, na parte superior consta um ramo com leito liso em metalização prata para inserção de adesivo, leito do adesivo personalizável, adesivo vendido separadamente, base de polímero em metalização prata e plaqueta para gravação.	25,00	1.750,00
5	Ivonei Dall Agnol ME	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 65 mm e centro liso de 35 mm de diâmetro e com brasão arte colorida, com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha, espessura máxima de 3,4 mm, metalizada na cor dourada, prata e bronze, suporte para fita com 2,5 cm de largura, a medalha vem acompanhada de fita de cetim azul e verso com dados do evento com gravação arte sensibilizada e colorida	255,00	1.402,50
6	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 85 cm, com base octogonal com 14,6 cm de largura em polímero na cor preta, suporte metalizado na cor dourada, copa fechada com frisos e textura metalizada na cor dourada, sobre esta outra copa fechada composta de cesta metalizada na cor dourada e copa no cor preta fosca com 21 cm de largura a partir das alças, estatueta superior intercambiável, plaqueta para gravação, demais componentes metalizados na cor dourada	3,00	510,00
7	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 78 cm, com base octogonal com 13,2 cm de largura em polímero na cor preta, suporte metalizado na cor dourada, copa fechada com frisos e textura metalizada na cor dourada, sobre esta outra copa fechada composta de cesta metalizada na cor dourada e copa no cor preta fosca com 21 cm de largura a partir das alças, estatueta superior intercambiável, plaqueta para gravação, demais componentes metalizados na cor dourada	3,00	450,00
8	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 71 cm, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta, suporte metalizado na cor dourada, copa fechada com frisos e textura metalizada na cor dourada, sobre esta outra copa fechada composta de cesta metalizada na cor dourada e copa no cor preta fosca com 21 cm de largura a partir das alças, estatueta superior intercambiável, plaqueta para gravação, demais componentes metalizados na cor dourada	3,00	420,00

9	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 88 cm com base triangular de 25 cm de largura em polímero na cor preta no centro uma estatueta deusa, nas laterais desta base três cones tipo carretel na cor dourada, com três tampas cor dourada e anel azul e suporte dourado, acima quatro colunas azuis com 30 cm de comprimento e 19 cm de circunferência acima suporte dourado com anel azul que sustenta a segunda base triangular de 25 cm, preta adornada de 3 bolas, no centro um cone dourado com anel frisado azul que sustenta uma taça fechada composta por cesta metalizada na cor azul com 21 cm de largura a partir das alças, tampa metalizada na cor dourada estatueta superior intercambiável, gravação na base em arte colorida e	1,00	170,00
10	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 82 cm com base triangular de 25 cm de largura em polímero na cor preta no centro uma estatueta deusa, nas laterais desta base três cones tipo carretel na cor dourada, com três tampas cor dourada e anel azul e suporte dourado, acima quatro colunas azuis com 24 cm de comprimento e 19 cm de circunferência acima suporte dourado com anel azul que sustenta a segunda base triangular de 25 cm, preta adornada de 3 bolas, no centro um cone dourado com anel frisado azul que sustenta uma taça fechada composta por cesta metalizada na cor azul com 21 cm de largura a partir das alças, tampa metalizada na cor dourada estatueta superior intercambiável, gravação na base em arte colorida e	1,00	160,00
11	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 78 cm com base triangular de 25 cm de largura em polímero na cor preta no centro uma estatueta deusa, nas laterais desta base três cones tipo carretel na cor dourada, com três tampas cor dourada e anel azul e suporte dourado, acima quatro colunas azuis com 20 cm de comprimento e 19 cm de circunferência acima suporte dourado com anel azul que sustenta a segunda base triangular de 25 cm, preta adornada de 3 bolas, no centro um cone dourado com anel frisado azul que sustenta uma taça fechada composta por cesta metalizada na cor azul com 21 cm de largura a partir das alças, tampa metalizada na cor dourada estatueta superior intercambiável, gravação na base em arte colorida e	1,00	155,00
12	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 82 cm, com base octogonal com 14,6 cm de largura em polímero na cor preta, suporte metalizado na cor dourada, copa fechada com frisos e textura metalizada na cor verde e com 31 cm de largura a partir das alças, sobre esta copa uma bola em polímero metalizada na cor dourada, estatueta superior intercambiável, plaqueta para gravação, alças e tampas e demais componentes metalizados na cor dourada	2,00	320,00
13	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 79 cm, com base octogonal com 13,2 cm de largura em polímero na cor preta, suporte metalizado na cor dourada, copa fechada com frisos e textura metalizada na cor verde e com 31 cm de largura a partir das alças, sobre esta copa uma bola em polímero metalizada na cor dourada, estatueta superior intercambiável, plaqueta para gravação, alças e tampas e demais componentes metalizados na cor dourada	2,00	190,00
14	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 66 cm, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta, suporte metalizado na cor dourada, copa fechada com frisos e textura metalizada na cor verde e com 31 cm de largura a partir das alças, sobre esta copa uma bola em polímero metalizada na cor dourada, estatueta superior intercambiável, plaqueta para gravação, alças e tampas e demais componentes metalizados na cor dourada	2,00	180,00
15	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu com altura de 64 cm, com base octogonal com 14 cm de largura em polímero na cor preta, na parte superior desta base um suporte com frisos metalizados na cor dourada e sobre este uma coroa com 12 pontas com 15 cm de largura, com uma copa interna metalizado na cor roxo com uma tampa metalizada na cor dourada, sobre esta coroa uma bola metalizada na cor dourada, estatueta superior intercambiável, plaqueta para gravação, demais componentes metalizados na cor dourada	21,00	1.575,00
16	Ivonei Dall Agnol ME	Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 8,6 cm de diâmetro gravado com brasão do município em arte colorida, e com gravura de águia e um ramo em alto relevo na parte inferior, espessura máxima de 3,0 mm, metalizada na cor dourada, prata e bronze, suporte para fita com 2,5 cm de largura, a medalha vem acompanhada de fita de cetim azul e verso com dados do evento com gravação arte sensibilizada e colorida	120,00	900,00
17	Ivonei Dall Agnol ME	Troféu resinado envelhecido 120 cm com base quadrada de 30 cm adornada de 4 cores e no centro uma deusa com honra ao mérito acima destes cone segunda base, esta de 30 cm com quatro águias douradas e no centro um cone que sustenta uma taça fechada de 44 cm de alça a alça esta com estatueta cambiável conforme modalidade, troféu todo preto com banho envelhecido, na base do troféu dados do evento gravado em vinil aço escovado com brasão e dados com arte colorida	6,00	1.560,00

dez mil e quinhentos reais

10.500,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 22/05/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL27/2015-PP09/2015-MACADAME BRITADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório, para aquisição de MACADAME DE BRITADO DE ROCHA SÃ. Recebimento da documentação e propostas: Até as 15:00 Horas do dia 08/06/2015. Abertura da sessão: dia 08/06/2015 às 15:00 horas, na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170/3359-3200, www.botuvera.sc.gov.br, e-mail, licitacao@botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 25 de Maio de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 064/2015

DECRETO Nº 064/2015

Constitui a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Saúde

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 060/2015, que convoca a 6ª Conferência Municipal da Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a comissão preparatória da 6ª Conferência Municipal da Saúde.

Art. 2º A Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Saúde, tem o objetivo de organizar o referido evento, e será constituída pelos (as) Sr. (as) Nicolas Hofemann, Marina Solange Georg Erbs, Denise Schussler Werter, Nildo Melmestet e Daíse Lúcia Conci.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos será feita pelos (as) Sr. (as). Nicolas Hofemann e Marina Solange Georg Erbes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de maio de 2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO 21 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 21/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 21/2015 . Processo licitatório 27/2015. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame as empresas a seguir: - I.TRAPP & CIA LTDA CNPJ: 02.666.159/0001-75, LOTE 1, no valor de R\$ 10.250,00;

- LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ: 09.488.584/0001-60 LOTE 02, no valor de R\$ 100.000,00;

- COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA LOTE 3, no valor de R\$ 9.135,00;

- LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ: 09.488.584/0001-60 LOTE 04, no valor R\$ 12.500,00;

- APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ:05.919.156/0001-94 LOTE 5, no valor de R\$ 27.500,00;

- LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ: 09.488.584/0001-60 LOTE 6, no valor de R\$ 750,00;

- NELSON KNAUL ME CNPJ 81.818.502/0001-26, LOTE 7, no valor de R\$ 3.480,00;

- CLEITON DE SOUZA CNPJ: 18.531.205/0001-69, LOTE 8, no valor de R\$ 6.149,00;

- COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME CNPJ 75.779.223/001-06, LOTE 09, no valor de R\$ 44.617,00,

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 19/05/2015.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 02 2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 02/2015 FMAS

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 02/2015 FMAS. Processo licitatório 02/2015 FMAS. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir:

- PANIFICADORA KI SABOR CNPJ 00.288.428/0001-81, LOTE 1 , no valor R\$ 21.500,00; e

- NELSON KNAUL ME CNPJ 81.818.502/0001-26, LOTE 2, no valor de R\$ 4.090,00;

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 22/05/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5 2014 FMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014			Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra:			Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Bolo mármore (632)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	11,9768	1	
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	12,0000	2	
2	Bolo laranja (633)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	13,4544	1	
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	13,4800	2	
3	Bolo formigueiro (634)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	13,4544	1	
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	13,4800	2	
4	Cuca de frutas (banana), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (636)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1	
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2	
5	Cuca de frutas (abacaxi), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (637)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1	
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2	
6	Cuca de frutas (pêssego), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (638)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1	
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2	
7	Mini pão de queijo (639)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	16,7182	1	

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	16,7500	2
8	Orelha de gato (640)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	12,9554	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	12,9800	2
9	Sanduíche natural (pão pullman, frango desfiado, queijo prato, alface, tomate, maionese industrializada) (1278)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,9943	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	3,0000	2
10	Sanduíche de pão francês (queijo prato, presunto, alface, tomate, maionese industrializada) (1279)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,4953	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	2,5000	2
11	Bolo nega maluca (bolo de chocolate com cobertura de chocolate e granulado de chocolate preto) (1280)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	14,3527	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	14,3800	2
12	Risoles de massa caseira, tamanho pequeno, recheio de frango (1281)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,7486	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	0,7500	2
13	Risoles de massa caseira, tamanho pequeno, recheio de carne (1282)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,7486	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	0,7500	2

Página: 3/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014			Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de frango) (645)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,9981	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	1,0000	2
15	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de carne) (646)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,9981	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	1,0000	2
16	Sonho com recheio de doce de leite, com peso aproximado de 100 a 120 gramas, macio, feito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela (1283)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,4953	1

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014 Data do Registro: 21/07/2014 Válido até: 21/07/2015**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

	PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen		0	2,5000	2
--	---	---------	--	---	--------	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9 2014 FMAS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Açúcar refinado especial (pct 5 kg) (1360)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ALTO ALEGRE	0	8,2300	1
2	Adoçante dietético líquido ciclamato de sódio e sacarina sódica gotas 200 ml (1361)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AZUCRIM	0	4,3613	1
3	Água mineral galão retornável 20 lt (sem frasco) (1362)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SATA CATARII	0	5,6062	1
4	Água mineral - galão retornável 20 lt. (com frasco) (1363)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANTA CATAF	0	18,1376	1
5	Água mineral sem gás, garrafa de 500 ml (1364)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANTA CATAF	0	1,0305	1
6	Água mineral com gás, garrafa de 500 ml (1365)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANTA CATAF	0	1,1542	1
7	Bala de banana pct c/700gr (1366)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OLIVEIRA	0	5,6062	1
8	Bolacha tipo Maria pct c/ 740gr (1367)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	NINFA	0	6,1008	1
9	Café solúvel (vidro de 200gr) (1368)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	IGUACU	0	8,7390	1
10	Café torrado e moído (cx 500gr) (1369)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	IGUACU	0	7,3375	1
11	Chá em sachês, no sabor CHA VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, cx c/ 10 unidades com 1g a 1,5 g cada sachê (1370)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,4733	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA E CANELA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1371)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,2672	1
13	Chá em sachês, no sabor CHA VERDE E LARANJA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1372)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,5557	1
14	Chá em sachês, no sabor CHA AMORA SILVESTRE, cx c/ 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1373)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	3,0504	1
15	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1374)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,3909	1
16	Chá em sachês, no sabor CHA CAMOMILA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1375)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,0199	1
17	Chá em sachês, no sabor CHA CAPIM CIDREIRA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1376)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,5557	1
18	Chá em sachês, no sabor CHA ERVA DOCE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1377)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,2260	1
19	Chá em sachês, no sabor CHA HORTELA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1378)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,1435	1
20	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra park) (1379)	L	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PIRACANJUB,	0	1,9786	1
21	LEITE EM PÓ (LATA 400GR) (311)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AURORA	0	9,9757	1
22	Suco concentrado de frutas, frasco de 500 ml sabor maracujá (652)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	6,1008	1

Página: 3/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Suco concentrado de frutas, frasco de 500 ml sabor uva (653)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	5,5237	1
24	suco concentrado de frutas-frasco de 500ml no sabor laranja (1380)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	5,5237	1

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2014

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Suco concentrado de frutas, frasco de 500 ml sabor abacaxi (654)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	5,4413	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2014

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 9/2014
PROCESSO N° 9/2014

(6192) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 25 de Novembro de 2014.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 09/2015, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE E A CÂMARA DE VEREADORES DE BRUSQUE. Objeto: cooperação operacional da administração municipal para com a Câmara de Vereadores. Prazo de vigência: da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2016. Pela Câmara de Vereadores: Jean Daniel dos Santos Pirola, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. Pelo Município de Brusque: Roberto Pedro Prudêncio Neto, Prefeito Municipal. Data: 21 de maio de 2015.

PORTARIA Nº 10.011, DE 18 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.011, DE 18 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargo efetivo de PSICÓLOGO, conforme abaixo nominado:

PSICÓLOGO

BEATRIZ FUZETO FERREIRA Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.037, DE 22 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.037, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária n.º 3.243/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, gestão 2015/2017, conforme segue:
I - Representantes Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Flávia dos Santos Cunha

Suplente: Mariana Schlindwein Brandt

b) Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Rodrigo Voltolini

Suplente: Lilian Gisele Pereira do Nascimento

c) Fundação Cultural de Brusque e Fundação Municipal de Esportes:

Titular:Israel Luiz Pereira

Suplente:Rosnei Hoffmann Scherer

d) Secretaria de Comunicação Social e Fundação Zoobotânico:

Titular: Ana Roberta Eccel Venturelli Costa

Suplente: Rodrigo Fischer Silveira de Souza

e) Gabinete do Prefeito:

Titular: Evandro Carneiro Flora

Suplente: Catia Fischer Custódio

f) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Simone Regina Flores Junks

Suplente: Simone Alice Regis

II – Representantes Não-Governamentais:

a) Grupo Escoteiro de Brusque:

Titular: Charliston Braz da Silva Araújo

Suplente: Schirlei Knihs Freitas

b) Associação Empresarial de Brusque – ACIBr:

Titular: Marlon Sávio Sassi

Suplente: Rita Cassia Conti

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Valdete Battisti Archer

Suplente: Sandra Helena de Almeida

d) Representantes do Lar Sagrada Família:

Titular: Silvana Cestari dos Santos

Suplente: Sonia Maria Machado

e) Representantes do Centro Universitário de Brusque – Unifebe:

Titular: Luiz Elias Valle

Suplente: Adriana Bina da Silveira

f) Representantes do Centro de Direitos Humanos – CDH:

Titular: Helton Hörner

Suplente: Karla Avila.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 34, DE 18 DE MAIO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 34, de 18 de maio de 2015.

Homologa resultado da Avaliação de Desempenho.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que estabelece os arts. 18 e seguintes da Lei nº 3.250/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado da Avaliação de Desempenho para fins de progressão funcional do servidor abaixo relacionado:

Servidor	Nível atual	Nível de progressão
Cyntia Ristow da Costa Pereira	L	M
Rose Marie Ulrich	M	N

Art. 2º Os efeitos financeiros oriundos do presente ato entrarão em vigor a partir do mês de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 18 de maio de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56-2015 – PR – 37-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56-2015 – PR – 37-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARIMBOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/06/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/06/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 20 de maio de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59-2015 – PR – 40-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59-2015 – PR – 40-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DESTINADAS A CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DO INTERIOR E DO PERÍMETRO URBANO DE CAÇADOR – SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/06/2015 as 16h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15/06/2015 as 16h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 22 de maio de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 016/2015 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 007/2015 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER A POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/05/2016

1ª Publicação.

LEI N.º 2.816/2015

LEI N.º 2.816/2015

Institui a Gratificação Especial para Regime de Plantão em Unidade Móvel do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação Especial para Regime de Plantão em Unidade Móvel do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, a ser concedida e destituída por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º A gratificação de que trata esta Lei será concedida aos servidores públicos municipais de caráter temporário, ocupantes das funções de Técnico de Enfermagem e Motorista Socorrista, com aprovação em processo seletivo específico para desempenhar funções em unidade móvel do SAMU, e corresponderá ao valor de 50% (cinquenta por cento), a ser calculado sobre o vencimento base da categoria.

§ 1º A Gratificação Especial para Regime de Plantão em Unidade Móvel do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU será paga apenas se cumprido efetiva e integralmente o plantão, não sendo devida nos seguintes casos:

I - faltas, ainda que abonadas;

II - atrasos e saídas antecipadas do plantão;

III - afastamentos de quaisquer espécies, com exceção do tratamento de saúde por até 30 (trinta) dias.

§ 2º A gratificação não se incorpora, bem como não se torna permanente aos vencimentos dos servidores que desempenham suas funções na unidade móvel do SAMU, mas serve como base de cálculo das férias, do adicional de férias e da gratificação natalina.

§ 3º A percepção da Gratificação Especial para Regime de Plantão em Unidade Móvel do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU exclui o adicional pela prestação de serviço extraordinário.

Art. 3º A Gratificação Especial para Regime de Plantão em Unidade Móvel do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU é

cumulativa e devida àqueles que exercem função gratificada de coordenação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º A presente Lei não produzirá efeitos retroativos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.817/2015

LEI N.º 2.817/2015

Dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos do Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos efetivos e comissionados, bem como do subsídio dos agentes políticos do Município de Camboriú para o exercício de 2015, fixada em 6,56% (seis vírgula cinquenta e seis por cento), conforme variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado no exercício de 2014.

Art. 2º Os proventos dos servidores inativos e pensionistas do Instituto Próprio de Previdência Social serão reajustados na mesma proporção e na mesma data prevista, respectivamente, nos artigos 1º e 4º desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.818/2015

LEI N.º 2.818/2015

Dispõe sobre autorização para repasse de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Saúde e a Comunidade Terapêutica Viver Livre e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Comunidade Terapêutica Viver Livre, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.981.194/0001-04, com sede na Rua Morro da Pedra Branca, n.º 795, Bairro Nova Esperança, Balneário Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do presente convênio consiste no repasse de recursos financeiros à Comunidade Terapêutica Viver Livre, com o objetivo de custear as despesas com o atendimento de pessoas com dependência química, sendo disponibilizado um total de 15 (quinze) vagas para adultos do sexo feminino e/ou masculino.

§ 1º O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição.

§ 2º O pagamento das parcelas dentro do prazo estabelecido no § 1º deste artigo será efetuado de acordo com a quantidade de atendimentos realizados, devidamente comprovados junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo estabelecido o valor de R\$ 500,00 (quatrocentos reais) ao mês, por interno, para o custeio da internação e tratamento de dependência química.

§ 3º O pagamento das parcelas mencionadas no § 1º deste artigo fica condicionado à entrega e aprovação das prestações de contas. Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as cláusulas do convênio ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.819/2015

LEI N.º 2.819/2015

Altera a Lei Municipal n.º 2.124, de 19 de março de 2010 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do artigo 3º e a tabela do artigo 6º da Lei Municipal n.º 2.124/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

(...)

IV - 10 agentes de endemias.

Art. 6º (...)

CATEGORIA FUNCIONAL:	N.º DE VAGAS	REMUNERAÇÃO:
(...)	(...)	(...)
Agentes de Endemias	10	(...)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 21/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2015-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FONECIMENTO DE MATERIAL PARA SERVIÇO MECANICO DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 11 (Onze) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 22 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 41/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2015-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PRODUTOS DE PADARIA) DESTINADOS AOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 09 (Nove) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 22 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.020 DE 20 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.020 DE 20 DE MAIO DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO, Resolução nº 01 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO REGIMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

CONSIDERANDO o que ficou deliberado e aprovado em Reunião do Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico e Urbano deste Município, reunião realizada em data de sete de maio do ano de dois mil e quinze, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos a serem adotados nas reuniões pelos diversos grupos de trabalhos colegiados da Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina;

BRUNO SEEFELD, Coordenador dos trabalhos de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram o Regimento do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., e ele promulga a seguinte Resolução;

RESOLVE:

Art.1º - Fica aprovado o REGIMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, o qual é parte integrante desta Resolução, que se publica.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 20 de Maio de 2015.

BRUNO SEEFELD

Coordenador do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.

Publicada a presente Resolução no Mural do Prédio sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., nos seguintes endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/05/2015.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC.

REGIMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Coordenador do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram este Regimento:

Art.1.º - A presente norma tem por finalidade regulamentar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC, de forma a garantir:

I - a instituição de canais de participação, com implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados, considerando, inclusive, o estabelecimento de fóruns de caráter propositivo, consultivo e deliberativo;

II - o estabelecimento de regras claras, decididas coletivamente e válidas em todo o processo;

III - a disponibilização e produção de informação sobre a realidade do Município, em linguagem acessível;

IV - a combinação de estudos técnicos com a visão comunitária da cidade.

Art.2.º - O processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., terá os seguintes objetivos:

I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos da sociedade;

II - Tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

III - Promover um processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão urbanos;

IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade, de modo a integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

V - Acompanhar e avaliar a revisão dos vários programas, projetos e instrumentos durante a revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC;

VI - Evitar, através da gestão democrática, a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município.

Art.3.º - O processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., cumprirá etapas, a serem definidas pelo Núcleo Gestor e validadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

Art.4.º - Será da responsabilidade do Poder Executivo Municipal observar os princípios constitucionais de participação social e de

publicidade pertinentes ao processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., em especial:

I - Garantir o previsto nas disposições sobre participação e controle social, previstas:

a) na Lei Federal nº 10.257/2001;

b) nas Resoluções do Conselho Nacional das Cidades, especialmente os artigos 4.º ao 10 da Resolução nº 25;

II - Instituir uma equipe interna da prefeitura denominada Grupo Interlocutor, que atuará para:

a) operacionalizar a comunicação e a interação entre todos os órgãos do Poder Executivo Municipal;

b) conferir operacionalidade e agilidade às tarefas internas da prefeitura destinadas à revisão do Plano Diretor Participativo;

c) facilitar a interação e colaboração para com o Núcleo Gestor, e para com outros técnicos internos e externos do Poder Executivo Municipal, neste último caso, especialmente, a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC;

d) auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal na resposta às demandas relativas ao processo de Revisão do Plano Diretor Participativo, sejam estas demandas geradas pela AMUNESC ou por qualquer interessado.

e) levantar e disponibilizar para a equipe técnica da AMUNESC as informações técnicas demandadas, relacionadas com o planejamento urbano e territorial;

f) acompanhar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas de trabalho, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes;

g) elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais e cargos e funções de seus integrantes;

h) auxiliar na articulação das diversas políticas públicas executadas e por executar, relacionadas ao processo;

i) prestar apoio ao Executivo e Legislativo municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;

j) estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estadual e federal, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando a colaboração destes no processo de elaboração do plano diretor;

k) auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal no encaminhamento de respostas aos munícipes, no tocante às reivindicações que forem referentes ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, e, ainda, de esclarecimentos sobre o que for reivindicado e que não tenha relação com o processo;

l) fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;

m) promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;

n) apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;

o) providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata dos eventos oficiais.

Art.5.º É assegurada a participação da sociedade em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor, mediante as seguintes instâncias:

I - Núcleo Gestor;

II - Colegiado de Delegados;

III - Audiências Públicas.

Parágrafo Único – A participação da Sociedade em todas as etapas do processo participativo de revisão do Plano Diretor deverá basear-se na plena informação, a ser disponibilizada pelo Poder Público Municipal com antecedência, seguindo a orientação do inciso II do art. 4.º da Resolução nº 25 e correlatas, todas emitidas pelo

Conselho Nacional das Cidades.

Art.6.º O Núcleo Gestor é um órgão colegiado do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, e que tem como objetivos:

I - Gerenciar o processo de revisão do Plano Diretor;

II - Garantir a efetiva participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor;

III - Promover e integrar políticas e ações voltadas à revisão do Plano Diretor;

IV - Interagir:

a) com o Conselho da Cidade e os outros órgãos colegiados de políticas públicas existentes no município, visando a integração dos mesmos ao processo participativo de revisão do Plano Diretor;

b) com os diversos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o espaço urbano.

Art.7.º Compete ao Núcleo Gestor:

I - facilitar e defender a efetiva participação da Sociedade Civil no processo de revisão do Plano Diretor, de forma a cumprir o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001);

II - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social no processo de Revisão do Plano Diretor;

III - propor critérios e realizar a divisão do município em áreas, contemplando comunidades urbanas e rurais, para fins de realização de reuniões territoriais voltadas à coleta de dados, informações e eleição de delegados territoriais - partes integrantes da Leitura Comunitária;

IV - supervisionar os seguintes produtos aplicados ao processo de revisão do Plano Diretor:

a) Plano de Trabalho das ações;

b) Calendário dos eventos participativos;

c) Análises e diagnósticos realizados;

d) Versões preliminares de documentos a serem divulgados;

e) Produtos gerados por estudos e projetos apresentados por técnicos internos e externos à Prefeitura.

V - acompanhar, avaliar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor, em especial, nesse último caso, as audiências públicas;

VI - acompanhar, avaliar e validar, durante todo o processo de revisão do Plano Diretor, o cadastro das organizações da sociedade civil atuantes no Município;

VII - supervisionar a compatibilização do trabalho técnico com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;

VIII - propor critérios para decidir prioridades, de forma a garantir o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;

IX - acompanhar e validar o processo de estabelecimento do conteúdo mínimo do Plano Diretor Participativo;

X - emitir resoluções, com o objetivo de orientar decisões em casos omissos na presente norma.

§ 1.º - Fica facultado ao Núcleo Gestor a realização de estudos, seminários ou eventos municipais e regionais sobre temas relacionados aos seus objetivos.

§ 2.º - O cadastro citado no inciso VI deste artigo será elaborado e atualizado por órgão competente do Poder Executivo Municipal.

§ 3.º - Por ocasião de sua primeira reunião, o Núcleo Gestor aprovará o seu Regimento Interno, por meio de Resolução, que disporá, no mínimo, sobre:

I - as Competências do Coordenador do Núcleo Gestor;

II - as prerrogativas dos membros, quando da realização das reuniões do Núcleo Gestor;

III - o caráter público e a definição de quem tem direito de participar das reuniões do Núcleo Gestor;

IV - as reuniões ordinárias e extraordinárias do Núcleo Gestor;

V - o quorum mínimo para realização das reuniões do Núcleo Gestor;

VI - o horário de início e término das reuniões do Núcleo Gestor;

VII - a ordem a ser seguida, com relação à pauta das reuniões do Núcleo Gestor;

VIII - a manifestação dos participantes das reuniões do Núcleo Gestor;

IX - as deliberações das reuniões do Núcleo Gestor;

X - o registro das reuniões do Núcleo Gestor;

XI - as regras de justificativa de ausência e de perda de mandato.

Art.8.º - O Núcleo Gestor é composto por todos os integrantes do Conselho da Cidade e por representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - 01 (um) representante dos Movimentos Sociais Populares ou Comunitários atuantes no Município, sendo eles:

a) 01 representante da Rádio Comunitária;

II - 03 (três) representante (s) de Entidades Sindicais de Trabalhadores atuantes no Município, sendo eles;

a) 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

b) 01 representante do Sindicato dos Empregadores Rurais;

c) 01 representante do Sindicato dos Servidores Públicos.

III - 10 (dez) representante (s) de Entidades do setor Empresarial e Industrial atuantes no Município, sendo eles;

a) 02 representantes da Associação dos Criadores de Ovinos;

b) 02 representantes do Núcleo de Ovinocultores;

c) 02 representantes da Associação de Turismo Rural de Campo Alegre Caminhos da Serra;

d) 02 representantes da COOPERDIA;

e) 02 representantes da COOPERVITA.

IV - 03 (três) representante (s) de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa atuantes no Município, sendo eles;

a) EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SA;

b) CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina;

c) FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre.

V - 01 (um) Representante de Movimentos Sociais de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, sendo;

a) APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Campo Alegre.

VI - 03 (três) Representante (s) das seguintes Instituições Públicas, sendo eles:

a) CONSEG – Conselho de Segurança do Município;

b) Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

c) Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

§ 1.º - Haverá um Suplente para cada representante previsto neste artigo.

§ 2.º - O mandato dos membros do Núcleo Gestor durará até a aprovação da nova Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Campo Alegre/SC.

§3.º - O membro do Núcleo Gestor, representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município, será o Coordenador do Núcleo Gestor e indicará o Vice Coordenador e um Secretário.

Art.9.º - O Colegiado de Delegados é composto por representantes que serão escolhidos diretamente pelos participantes dos eventos comunitários e setoriais do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único – O Núcleo Gestor definirá os critérios de representação para a eleição referida no caput deste Artigo.

Art.10 - O Colegiado de Delegados atuará das atividades de definição do conteúdo do Plano Diretor Participativo, por meio da participação nas Oficinas de Planejamento Participativo.

Parágrafo único – O Núcleo Gestor definirá o método e as regras das Oficinas de Planejamento Participativo, que serão validadas pelo Conselho da Cidade.

Art.11 - As Audiências Públicas são espaço público para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social no processo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.

Art.12 - As Audiências Públicas terão como objetivo viabilizar a

validação, pela Sociedade, do Projeto de Lei que regulará o novo Plano Diretor.

Parágrafo Único – O Núcleo Gestor definirá as regras de funcionamento das audiências públicas, que deverão ser validadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano e considerar, no mínimo:

I - a observância do inciso I do § 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, combinado com os artigos 8º, 9º e 10 da Resolução nº 25 do Conselho das Cidades, de forma a contemplar o direito constitucional ao planejamento e à gestão urbana participativa;

II - a garantia do direito de participação do cidadão, individualmente considerado;

III - as regras para possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

b) associações representativas dos vários segmentos da sociedade;

c) movimentos sociais de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

d) entidades de classe;

e) fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais, organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público.

IV - a convocação por edital, publicado pela imprensa local e/ou afixado em locais públicos e de fácil acesso à população;

V - a utilização, como principais meios para convocação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios oficiais ou de outros meios de divulgação e mobilização:

a) a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura no município;

b) a divulgação e mobilização através de convites distribuídos pela rede escolar, Programa Saúde da Família (PSF) e igrejas do Município e emissoras de rádio e/ou televisão, e/ou demais meios de comunicação de massa ao alcance da população local;

VI - a condução pelo Poder Executivo Municipal;

VII - acontecer em locais e horários acessíveis à maioria da população, indistintamente, e não proibir a presença de qualquer interessado no processo;

VIII - a garantia de igualdade de espaço e de tempo para a manifestação de opinião dos participantes;

X - os critérios para deliberação;

IX - serem gravadas e, ao final de cada audiência, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei que regulará o novo Plano Diretor Participativo, compondo o processo, sobretudo na etapa de tramitação no Legislativo Municipal.

Art.13 - Compõe anexo à presente norma o cronograma de ações relacionadas com o processo.

Art. 14 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SEEFELD

Coordenador do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.

CRONOGRAMA DE AÇÕES - REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Preparo do processo

- Compor equipe interna do Poder Executivo Municipal, denominada Grupo Interlocutor que atuará no processo de Revisão do plano Diretor;
- Verificar a composição do Conselho da Cidade, relacionando os segmentos participantes com o mínimo estabelecido pela legislação;
- Instituir um Núcleo Gestor do processo;
- Elaboração e aprovação do Regimento Interno do Núcleo Gestor;
- Elaborar e aprovar Cronograma de Ações;
- Definir estratégias de divulgação do processo.

Ações

1	Instalação formal do processo de revisão do plano através de audiência pública.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação para tornar público que o processo de Revisão do Plano Diretor está sendo retomado; - Momento para sustentar a importância do trabalho e da metodologia a ser adotada, bem como para a sensibilização e mobilização para participação comunitária no processo.
2	Leitura Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com a comunidade visando obter elementos para a leitura comunitária do Município; - As reuniões deverão acontecer em localidades distintas e em horário e recintos acessíveis, de forma a abranger todas as regiões do Município; - A leitura comunitária poderá ser dividida em três etapas: sensibilização/mobilização, levantamento e audiências públicas.
3	Leitura Técnica	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da legislação existente e base de dados do Município como: mapeamento das áreas de risco (nas suas diversas modalidades), áreas de preservação ambiental, patrimônio histórico-cultural, assentamentos irregulares, condicionantes hidrológicas, entre outros;
4	Audiências públicas de retorno e eleição de delegados comunitários	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da compatibilização das informações levantadas nas atividades de leitura comunitária e leitura técnica (Leitura do Município); - Eleição dos delegados de cada comunidade; - As audiências deverão acontecer em localidades distintas e em horário e recinto acessíveis, de forma a abranger todas as regiões do Município;
5	Oficinas de Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades a serem realizadas com os delegados para estabelecimento das bases: do zoneamento; dos sistemas de acompanhamento e controle; e de demais conteúdos do plano que forem definidos a partir dos resultados da leitura do município.
6	Elaboração da Minuta do Plano Diretor	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da minuta do projeto de lei do plano diretor e de seus anexos (ex: mapeamentos necessários, tabela de índices urbanísticos e congêneres) - Disponibilização eletrônica para consulta popular com prazo para manifestações.
7	Ajustes na minuta do Plano Diretor	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilização entre minuta e eventuais contribuições resultantes das manifestações descritas na Ação 6.
8	Audiências Públicas para apresentação da minuta para a comunidade e para promoção de ajustes finais.	<ul style="list-style-type: none"> - As audiências deverão acontecer em localidades distintas e em horário e recinto acessíveis, de forma a abranger todas as regiões do Município; - As audiências públicas deverão ser divididas em uma para apresentação e disponibilização da minuta para a comunidade e outra para deliberação sobre propostas de ajustes apresentadas. Nas regras do processo, deverá ser definido um intervalo razoável entre uma audiência e outra (sugestão: mínimo de trinta dias). - As propostas que vierem a ser acolhidas por deliberação, de acordo com as regras do processo, dos presentes à segunda audiência deverão ser incorporadas ao projeto;
9	Encaminhamento do projeto de Lei do Plano Diretor para Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - O Projeto de Lei do Plano Diretor deverá ser encaminhado pelo Prefeito à Câmara Municipal para aprovação.

Observação: Todos os Eventos deverão possuir ampla divulgação de acordo com a Resolução nº 25/2005.

PORTARIA Nº 11.906 DE 22 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.906 DE 22 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, MARLI AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000379, Registro no Sistema Sob nº 832910, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 13 de Março de 2010 á 13 de Março de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.907 DE 22 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.907 DE 22 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Agosto de 2013 á 31 de Julho de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.908 DE 22 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.908 DE 22 DE MAIO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, ocupante do Cargo Público e exercendo suas funções na Sede do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Santa Catarina, no Município Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Agosto de 2014 á 31 de Julho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.909 DE 22 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.909 DE 22 DE MAIO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A DIRETORA DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19

de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Diretora de Saúde, DEISI ESTELA AMORIM, Registro no Sistema sob nº 955169, ocupante do Cargo Público e exercendo suas funções na SECRETARIA Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.910 DE 22 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.910 DE 22 DE MAIO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, Registro no Sistema sob nº 352110, ocupante de Cargo Comissionado e exercendo suas atribuições de Diretor Executivo do IPRECAL do Município Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 08 de Junho de 2014 á 07 de Junho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de:

25/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 12/2015 FMS

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 12/2015 FMS)

Às 10:00 do dia 22/05/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de material odontológico para uso nas unidades de saúde deste Município e para o Programa Saúde Bucal.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

PREGÃO ELETRÔNICO 14/2015 FMS

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 14/2015 FMS)

Às 10:00 do dia 21/05/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de material de expediente para as unidades de saúde do Município.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2000

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O USO DE AMBULÂNCIA.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) O uso da ambulância fica restrito aos casos considerados de urgência ou emergência, conforme critérios do Conselho Federal de Medicina, Resolução nº 145/.

Art.2º) Para o transporte de doentes internados ou que tiverem alta hospitalar, o uso da ambulância ficará a critério da solicitação do médico assistente ou de plantão.

Art.3º) Para os casos em que não existam pré atendimento médico ao paciente a liberação do uso da ambulância fica a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.4º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de fevereiro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE MAIO DE 2015

CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO REGIMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

CONSIDERANDO o que ficou deliberado e aprovado em Reunião do Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico e Urbano deste Município, reunião realizada em data de sete de maio do ano de dois mil e quinze, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos a serem adotados nas reuniões pelos diversos grupos de trabalhos colegiados da Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina;

BRUNO SEEFELD, Coordenador dos trabalhos de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram o Regimento do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., e ele promulga a seguinte Resolução;

RESOLVE:

Art.1º - Fica aprovado o REGIMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, o qual é parte integrante desta Resolução, que se publica.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 20 de Maio de 2015.

BRUNO SEEFELD

Coordenador do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.

Publicada a presente Resolução no Mural do Prédio sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., nos seguintes endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/05/2015.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC.

REGIMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Coordenador do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram este Regimento:

Art.1.º - A presente norma tem por finalidade regulamentar o

processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC, de forma a garantir:

I - a instituição de canais de participação, com implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados, considerando, inclusive, o estabelecimento de fóruns de caráter propositivo, consultivo e deliberativo;

II - o estabelecimento de regras claras, decididas coletivamente e válidas em todo o processo;

III - a disponibilização e produção de informação sobre a realidade do Município, em linguagem acessível;

IV - a combinação de estudos técnicos com a visão comunitária da cidade.

Art.2.º - O processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., terá os seguintes objetivos:

I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos da sociedade;

II - Tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

III - Promover um processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão urbanos;

IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade, de modo a integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

V - Acompanhar e avaliar a revisão dos vários programas, projetos e instrumentos durante a revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC;

VI - Evitar, através da gestão democrática, a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município.

Art.3.º - O processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., cumprirá etapas, a serem definidas pelo Núcleo Gestor e validadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano.

Art.4.º - Será da responsabilidade do Poder Executivo Municipal observar os princípios constitucionais de participação social e de publicidade pertinentes ao processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., em especial:

I - Garantir o previsto nas disposições sobre participação e controle social, previstas:

a) na Lei Federal nº 10.257/2001;

b) nas Resoluções do Conselho Nacional das Cidades, especialmente os artigos 4.º ao 10 da Resolução nº 25;

II - Instituir uma equipe interna da prefeitura denominada Grupo Interlocutor, que atuará para:

a) operacionalizar a comunicação e a interação entre todos os órgãos do Poder Executivo Municipal;

b) conferir operacionalidade e agilidade às tarefas internas da prefeitura destinadas à revisão do Plano Diretor Participativo;

c) facilitar a interação e colaboração para com o Núcleo Gestor, e para com outros técnicos internos e externos do Poder Executivo Municipal, neste último caso, especialmente, a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC;

d) auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal na resposta às demandas relativas ao processo de Revisão do Plano Diretor Participativo, sejam estas demandas geradas pela AMUNESC ou por qualquer interessado.

e) levantar e disponibilizar para a equipe técnica da AMUNESC as informações técnicas demandadas, relacionadas com o planejamento urbano e territorial;

f) acompanhar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas de trabalho, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes;

g) elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais e cargos e funções de seus integrantes;

h) auxiliar na articulação das diversas políticas públicas executadas e por executar, relacionadas ao processo;

i) prestar apoio ao Executivo e Legislativo municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;

j) estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estadual e federal, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando a colaboração destes no processo de elaboração do plano diretor;

k) auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal no encaminhamento de respostas aos municípios, no tocante às reivindicações que forem referentes ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, e, ainda, de esclarecimentos sobre o que for reivindicado e que não tenha relação com o processo;

l) fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;

m) promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;

n) apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;

o) providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata dos eventos oficiais.

Art.5.º É assegurada a participação da sociedade em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor, mediante as seguintes instâncias:

I - Núcleo Gestor;

II - Colegiado de Delegados;

III - Audiências Públicas.

Parágrafo Único – A participação da Sociedade em todas as etapas do processo participativo de revisão do Plano Diretor deverá basear-se na plena informação, a ser disponibilizada pelo Poder Público Municipal com antecedência, seguindo a orientação do inciso II do art. 4.º da Resolução nº 25 e correlatas, todas emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades.

Art.6.º O Núcleo Gestor é um órgão colegiado do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, e que tem como objetivos:

I - Gerenciar o processo de revisão do Plano Diretor;

II - Garantir a efetiva participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor;

III - Promover e integrar políticas e ações voltadas à revisão do Plano Diretor;

IV - Interagir:

a) com o Conselho da Cidade e os outros órgãos colegiados de políticas públicas existentes no município, visando a integração dos mesmos ao processo participativo de revisão do Plano Diretor;

b) com os diversos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o espaço urbano.

Art.7.º Compete ao Núcleo Gestor:

I - facilitar e defender a efetiva participação da Sociedade Civil no processo de revisão do Plano Diretor, de forma a cumprir o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001);

II - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social no processo de Revisão do Plano Diretor;

III - propor critérios e realizar a divisão do município em áreas, contemplando comunidades urbanas e rurais, para fins de realização de reuniões territoriais voltadas à coleta de dados, informações e eleição de delegados territoriais - partes integrantes da Leitura Comunitária;

IV - supervisionar os seguintes produtos aplicados ao processo de revisão do Plano Diretor:

a) Plano de Trabalho das ações;

b) Calendário dos eventos participativos;

c) Análises e diagnósticos realizados;

- d) Versões preliminares de documentos a serem divulgados;
- e) Produtos gerados por estudos e projetos apresentados por técnicos internos e externos à Prefeitura.

V - acompanhar, avaliar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor, em especial, nesse último caso, as audiências públicas;

VI - acompanhar, avaliar e validar, durante todo o processo de revisão do Plano Diretor, o cadastro das organizações da sociedade civil atuantes no Município;

VII - supervisionar a compatibilização do trabalho técnico com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;

VIII - propor critérios para decidir prioridades, de forma a garantir o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;

IX - acompanhar e validar o processo de estabelecimento do conteúdo mínimo do Plano Diretor Participativo;

X - emitir resoluções, com o objetivo de orientar decisões em casos omissos na presente norma.

§ 1.º - Fica facultado ao Núcleo Gestor a realização de estudos, seminários ou eventos municipais e regionais sobre temas relacionados aos seus objetivos.

§ 2.º - O cadastro citado no inciso VI deste artigo será elaborado e atualizado por órgão competente do Poder Executivo Municipal.

§ 3.º - Por ocasião de sua primeira reunião, o Núcleo Gestor aprovará o seu Regimento Interno, por meio de Resolução, que disporá, no mínimo, sobre:

- I - as Competências do Coordenador do Núcleo Gestor;
- II - as prerrogativas dos membros, quando da realização das reuniões do Núcleo Gestor;
- III - o caráter público e a definição de quem tem direito de participar das reuniões do Núcleo Gestor;
- IV - as reuniões ordinárias e extraordinárias do Núcleo Gestor;
- V - o quorum mínimo para realização das reuniões do Núcleo Gestor;
- VI - o horário de início e término das reuniões do Núcleo Gestor;
- VII - a ordem a ser seguida, com relação à pauta das reuniões do Núcleo Gestor;
- VIII - a manifestação dos participantes das reuniões do Núcleo Gestor;
- IX - as deliberações das reuniões do Núcleo Gestor;
- X - o registro das reuniões do Núcleo Gestor;
- XI - as regras de justificativa de ausência e de perda de mandato.

Art.8.º - O Núcleo Gestor é composto por todos os integrantes do Conselho da Cidade e por representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - 01 (um) representante dos Movimentos Sociais Populares ou Comunitários atuantes no Município, sendo eles:

- a) 01 representante da Rádio Comunitária;
- II - 03 (três) representante (s) de Entidades Sindicais de Trabalhadores atuantes no Município, sendo eles:
 - a) 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - b) 01 representante do Sindicato dos Empregadores Rurais;
 - c) 01 representante do Sindicato dos Servidores Públicos.
- III - 10 (dez) representante (s) de Entidades do setor Empresarial e Industrial atuantes no Município, sendo eles:
 - a) 02 representantes da Associação dos Criadores de Ovinos;
 - b) 02 representantes do Núcleo de Ovinocultores;
 - c) 02 representantes da Associação de Turismo Rural de Campo Alegre Caminhos da Serra;
 - d) 02 representantes da COOPERDIA;
 - e) 02 representantes da COOPERVITA.
- IV - 03 (três) representante (s) de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa atuantes no Município, sendo eles:

- a) EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SA;
- b) CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina;
- c) FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre.

V - 01 (um) Representante de Movimentos Sociais de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, sendo;

a) APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre.

VI - 03 (três) Representante (s) das seguintes Instituições Públicas, sendo eles:

- a) CONSEG – Conselho de Segurança do Município;
- b) Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;
- c) Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

§ 1.º - Haverá um Suplente para cada representante previsto neste artigo.

§ 2.º - O mandato dos membros do Núcleo Gestor durará até a aprovação da nova Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Campo Alegre/SC.

§3.º - O membro do Núcleo Gestor, representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município, será o Coordenador do Núcleo Gestor e indicará o Vice Coordenador e um Secretário.

Art.9.º - O Colegiado de Delegados é composto por representantes que serão escolhidos diretamente pelos participantes dos eventos comunitários e setoriais do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único – O Núcleo Gestor definirá os critérios de representação para a eleição referida no caput deste Artigo.

Art.10 - O Colegiado de Delegados atuará das atividades de definição do conteúdo do Plano Diretor Participativo, por meio da participação nas Oficinas de Planejamento Participativo.

Parágrafo único – O Núcleo Gestor definirá o método e as regras das Oficinas de Planejamento Participativo, que serão validadas pelo Conselho da Cidade.

Art.11 - As Audiências Públicas são espaço público para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social no processo de revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.

Art.12 - As Audiências Públicas terão como objetivo viabilizar a validação, pela Sociedade, do Projeto de Lei que regulará o novo Plano Diretor.

Parágrafo Único – O Núcleo Gestor definirá as regras de funcionamento das audiências públicas, que deverão ser validadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano e considerar, no mínimo:

I - a observância do inciso I do § 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, combinado com os artigos 8º, 9º e 10 da Resolução nº 25 do Conselho das Cidades, de forma a contemplar o direito constitucional ao planejamento e à gestão urbana participativa;

II - a garantia do direito de participação do cidadão, individualmente considerado;

III - as regras para possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

- a) organizações e movimentos populares;
- b) associações representativas dos vários segmentos da sociedade;
- c) movimentos sociais de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- d) entidades de classe;
- e) fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais, organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público.

IV - a convocação por edital, publicado pela imprensa local e/ou afixado em locais públicos e de fácil acesso à população;

V - a utilização, como principais meios para convocação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios oficiais ou de outros meios de divulgação e mobilização:

- a) a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura no município;
- b) a divulgação e mobilização através de convites distribuídos pela

rede escolar, Programa Saúde da Família (PSF) e igrejas do Município e emissoras de rádio e/ou televisão, e/ou demais meios de comunicação de massa ao alcance da população local;
 VI - a condução pelo Poder Executivo Municipal;
 VII - acontecer em locais e horários acessíveis à maioria da população, indistintamente, e não proibir a presença de qualquer interessado no processo;
 VIII - a garantia de igualdade de espaço e de tempo para a manifestação de opinião dos participantes;
 X - os critérios para deliberação;
 IX - serem gravadas e, ao final de cada audiência, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei que regulará o novo Plano Diretor Participativo, compondo o processo, sobretudo na etapa de tramitação no Legislativo Municipal.
 Art.13 - Compõe anexo à presente norma o cronograma de ações relacionadas com o processo.
 Art. 14 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SEEFELD

Coordenador do Processo de Revisão Participativa do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.

CRONOGRAMA DE AÇÕES - REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Preparo do processo

- a) Compôr equipe interna do Poder Executivo Municipal, denominada Grupo Interlocutor que atuará no processo de Revisão do plano Diretor;
- b) Verificar a composição do Conselho da Cidade, relacionando os segmentos participantes com o mínimo estabelecido pela legislação;
- c) Instituir um Núcleo Gestor do processo;
- d) Elaboração e aprovação do Regimento Interno do Núcleo Gestor;
- e) Elaborar e aprovar Cronograma de Ações;
- f) Definir estratégias de divulgação do processo.

Ações		
1	Instalação formal do processo de revisão do plano através de audiência pública.	- Apresentação para tornar público que o processo de Revisão do Plano Diretor está sendo retomado; - Momento para sustentar a importância do trabalho e da metodologia a ser adotada, bem como para a sensibilização e mobilização para participação comunitária no processo.
2	Leitura Comunitária	- Reuniões com a comunidade visando obter elementos para a leitura comunitária do Município; - As reuniões deverão acontecer em localidades distintas e em horário e recintos acessíveis, de forma a abranger todas as regiões do Município; - A leitura comunitária poderá ser dividida em três etapas: sensibilização/mobilização, levantamento e audiências públicas.
3	Leitura Técnica	- Análise da legislação existente e base de dados do Município como: mapeamento das áreas de risco (nas suas diversas modalidades), áreas de preservação ambiental, patrimônio histórico-cultural, assentamentos irregulares, condicionantes hidrológicas, entre outros;
4	Audiências públicas de retorno e eleição de delegados comunitários	- Apresentação da compatibilização das informações levantadas nas atividades de leitura comunitária e leitura técnica (Leitura do Município); - Eleição dos delegados de cada comunidade; - As audiências deverão acontecer em localidades distintas e em horário e recinto acessíveis, de forma a abranger todas as regiões do Município;

5	Oficinas de Planejamento	- Atividades a serem realizadas com os delegados para estabelecimento das bases: do zoneamento; dos sistemas de acompanhamento e controle; e de demais conteúdos do plano que forem definidos a partir dos resultados da leitura do município.
6	Elaboração da Minuta do Plano Diretor	- Elaboração da minuta do projeto de lei do plano diretor e de seus anexos (ex: mapeamentos necessários, tabela de índices urbanísticos e congêneres) - Disponibilização eletrônica para consulta popular com prazo para manifestações.
7	Ajustes na minuta do Plano Diretor	- Compatibilização entre minuta e eventuais contribuições resultantes das manifestações descritas na Ação 6.
8	Audiências Públicas para apresentação da minuta para a comunidade e para promoção de ajustes finais.	- As audiências deverão acontecer em localidades distintas e em horário e recinto acessíveis, de forma a abranger todas as regiões do Município; - As audiências públicas deverão ser divididas em uma para apresentação e disponibilização da minuta para a comunidade e outra para deliberação sobre propostas de ajustes apresentadas. Nas regras do processo, deverá ser definido um intervalo razoável entre uma audiência e outra (sugestão: mínimo de trinta dias). - As propostas que vierem a ser acolhidas por deliberação, de acordo com as regras do processo, dos presentes à segunda audiência deverão ser incorporadas ao projeto;
9	Encaminhamento do projeto de Lei do Plano Diretor para Câmara Municipal	- O Projeto de Lei do Plano Diretor deverá ser encaminhado pelo Prefeito à Câmara Municipal para aprovação.

Observação: Todos os Eventos deverão possuir ampla divulgação de acordo com a Resolução nº 25/2005.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

APROVA USO DA VERBA DO PAB PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o uso de verba do PAB "Piso de Assistência Básica", para compra de medicamentos.

Parágrafo único – Os medicamentos citados no caput deste Artigo, trata-se de medicamentos não pertencentes a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. e Bem Estar Social de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de VERBA DO PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.
EDA RIGON SCHEFFER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 16 DE MARÇO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 16 DE MARÇO DE 2000
APROVA AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a ampliação do Posto de Saúde do Distrito de Bateias de Baixo, para instalação de um Gabinete Odontológico.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de março de 2000.
EDA RIGON SCHEFFER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DO HOSPITAL SÃO LUIZ JUNTO AO SUS.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica o Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, autorizado a solicitar o credenciamento do Hospital São Luiz, junto ao SUS "Sistema Único de saúde".

Parágrafo único – O Credenciamento que versa o caput deste Artigo dará condições ao Hospital, para realização de cirurgias ortopédicas (prótese) SIPAC "Sistema Integrado de Procedimentos de Alta Complexidade".

Art.2º) O Conselho Municipal de Saúde encaminhará ao SUS, a documentação necessária para o referido Credenciamento.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.
EDA RIGON SCHEFFER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 16 DE MARÇO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 16 DE MARÇO DE 2000
APROVA BALANCETE GERAL DE 1999 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete Geral do ano de 1999 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de março de 2000.
EDA RIGON SCHEFFER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999
APROVA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2000.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica para todos os efeitos, aprovada a proposta Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC, para o exercício de 2000.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.
EDA RIGON SCHEFFER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 16 DE MARÇO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 16 DE MARÇO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Janeiro do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de março de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO AEDES ALBOPCITUS NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Programa de Combate ao mosquito Aedes Albopcitus no Município de Campo Alegre/SC., o qual terá como custo total o valor de R\$ 2.690,00 (dois mil, seiscentos e noventa reais).

Parágrafo único – O Programa que versa o caput deste Artigo terá como objetivo a erradicação do mosquito Aedes Albopcitus, causador da Dengue.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de repasses de verba do Ministério da Saúde e Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 16 DE MARÇO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 16 DE MARÇO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Fevereiro do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de março de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Programa de Agentes Comunitários para o Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único – O Programa que versa o caput deste Artigo tem por objetivo atender as Comunidades que não possuem serviços de Saúde.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de repasses de verba do Ministério da Saúde e Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

APROVA E RATIFICA REFORMA E PINTURA DO POSTO DE SAÚDE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada e ratificada a reforma e Pintura do Prédio do Posto de Saúde da Sede do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 26 DE ABRIL DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 26 DE ABRIL DE 2000

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO 1999 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Relatório de Gestão de 1999 da Secretaria Municipal de Saúde e bem estar Social – Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de abril de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

APROVA E RATIFICA REFORMA E PINTURA DO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada e ratificada a Reforma e Pintura do Prédio do Posto de Saúde do Distrito de Bateias de Baixo no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 26 DE ABRIL DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 26 DE ABRIL DE 2000

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Programa Saúde da Família para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do Ministério da Saúde e do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de abril de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

APROVA E RATIFICA REFORMA E PINTURA DO POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE SANTANA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada e ratificada a Reforma e Pintura do Prédio do Posto de Saúde da Localidade de Santana no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 26 DE ABRIL DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 26 DE ABRIL DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE MARÇO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Março do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de abril de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

APROVA E RATIFICA REFORMA E PINTURA DO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DE FRAGOSOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada e ratificada a Reforma e Pintura do Prédio do Posto de Saúde do Distrito de Fragosos no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 26 DE ABRIL DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 26 DE ABRIL DE 2000

APROVA O AUMENTO DE VALORES E QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS PAB "PISO DE ATENÇÃO BÁSICA" OFERTADOS PELO IEAS – HOSPITAL SÃO LUIZ DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a seguinte tabela de quantidade e valores dos procedimentos de Atenção Básica ofertados pelo IEAS – Hospital São Luiz, do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de abril de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1999

APROVA E RATIFICA REFORMA E PINTURA DO POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE BATEIAS DE CIMA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada e ratificada a Reforma e Pintura do Prédio do Posto de Saúde da Localidade de Bateias de Cima no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 26 DE ABRIL DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 26 DE ABRIL DE 2000

APROVA A CONTRATAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE/SC, COMO PRESTADOR DE SERVIÇOS PARA CONSULTAS MÉDICAS DE ATENÇÃO BÁSICA.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a Contratação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre/SC, como Prestador de Serviços para Consultas Médicas de Atenção Básica

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de abril de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1999

APROVA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO, MARCA WOLKSWAGEN, ANO DE FABRICAÇÃO 1999, MODELO 1999.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a compra de um veículo marca Volkswagen, ano 1999, modelo 1999, gasolina, tipo camionete, com 09 (zero nove) lugares, modelo Kombi SID, para uso dos usuários do SUS "Sistema Único de Saúde" que necessitam de transporte para tratamento fora de nosso Município.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de dezembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 24 DE MAIO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 24 DE MAIO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Abril do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999

APROVA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2000.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a proposta Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC., para o exercício de 2000.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1999.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos quinze dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 21 DE JUNHO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 21 DE JUNHO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Maio do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de junho de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 29 DE JUNHO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 29 DE JUNHO DE 2000

APROVA A PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA – EPIDEMIOLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a Programação Pactuada Integrada – Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 29 de junho de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 23 DE AGOSTO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 23 DE AGOSTO DE 2000

APROVA OS BALANCETES DOS MESES DE JUNHO E JULHO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes dos meses de Junho e Julho do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do PAB.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de agosto de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 23 DE AGOSTO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 23 DE AGOSTO DE 2000

APROVA A REALIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a realização da I CONFERÊNCIA MUNICIPAL

DE SAÚDE da Secretaria Municipal de Saúde e bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de agosto de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

APROVA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a Comissão organizadora realização da I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE da Secretaria Municipal de Saúde e bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de Setembro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE AGOSTO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Agosto do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de Setembro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Regimento Interno da I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE da Secretaria Municipal de Saúde e bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de Setembro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

APROVA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2001.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a proposta Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC., para o exercício de 2001.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de Setembro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Setembro do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de Dezembro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Outubro do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de Dezembro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil.

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000

APROVA BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2000 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eda Rigon Scheffer, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete do mês de Outubro do ano de 2000 do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de Dezembro de 2000.

EDA RIGON SCHEFFER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 12/2015

Portaria nº 12 de 20 de Maio de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial ao Artigo 333 e 338, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Avaliação de Desempenho a Servidora Pública Municipal – Agente Administrativo II – Betina Moreira da Silva, matricula funcional nº 026, lotado nesta Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo Único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de desempenho passando do Nível 2, Sub-nível 21, referencia "C", para Nível 2, Sub-nível 21, referencia "D", passando seu vencimento para 1.277,19 (um mil duzentos e setenta e sete reais e dezenove centavos) conforme

Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar do Legislativo nº 64 de 30 de Abril de 2009.

Art.2º) A diferença de vencimento de que trata a Progressão concedida no Artigo 1º e parágrafo único, desta Portaria, conforme Processo Administrativo nº 01/2015, importam o valor de R\$ 112,89 (cento e doze reais e oitenta e nove centavos), já devidamente corrigido pelo INPC, do qual será descontado o valor de R\$ 12,42 (doze reais e quarenta e dois centavos) referente a contribuição da servidora ao IPRECAL. O valor Patronal de R\$ 24,84 (vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos), tendo como base para o cálculo o valor de R\$ 112,89 (cento e doze reais e oitenta e nove centavos), que se refere as diferenças devidas a servidora.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Maio de 2015.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

Campos Novos

PREFEITURA

ERRATA Nº 02 PP 22-2015 MEDICAMENTOS

ERRATA Nº 02 DO PROCESSO Nº 22/2015 – REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-SC

Quanto a validade dos medicamentos

No ato da entrega do objeto deverá apresentar o Laudo Técnico de Controle de

Qualidade, realizado pelo fabricante, assinado pelo profissional farmacêutico que o firmou, contendo seu número de inscrição no CRF, e o(s) Registro(s) do(s) Medicamento(s) no Ministério da Saúde, dentro da validade. Os medicamentos isentos do referido registro devem apresentar documento que comprove sua isenção junto ao Ministério da Saúde. Somente serão aceitos os medicamentos que, por ocasião da data de entrega, apresentar no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu período de validade vigente a contar da sua data de fabricação.

Nelson Luiz de Paula
Secretário de Saúde

LEI Nº. 4.168/2015 DE 22/05/2015 DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E/OU FUNDAÇÕES

LEI Nº 4.168/2015 DE 22/05/2015

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E/OU FUNDAÇÕES.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Os créditos não tributários do Município, de suas autarquias e/ou fundações, inclusive aqueles imputados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser parcelados na forma e condições descritas nesta Lei.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos créditos não tributários devidos por pessoa jurídica ou natural, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo os discutidos judicialmente em ação proposta pelo devedor ou com ação de cobrança ou de execução já ajuizada e aos honorários advocatícios de sucumbência.

§ 2º. As ações judiciais relativas aos créditos parcelados serão suspensas pelo prazo previsto no termo de parcelamento e prosseguirão caso este seja rescindido.

§ 3º. O parcelamento da presente lei não se aplica aos créditos não tributários do Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto □ SAMAE.

Art. 2º. Os créditos não tributários poderão ser pagos ou parcelados em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais.

Parágrafo único. As parcelas mensais a que se refere o caput não poderão ser inferiores a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 3º. A partir da data de assinatura do termo de parcelamento, os créditos não sofrerão incidência de juros, exceto os créditos oriundos de imputação do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina – TCE/SC, que serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 4º. A pessoa jurídica ou natural que possui ação judicial em curso, caso opte por aderir ao parcelamento de que trata esta Lei, deverá desistir da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação ou direito sobre o qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo, nos termos do inciso V, do artigo 269 do CPC, antes de requerer a concessão do parcelamento.

Art. 5º. O parcelamento de que trata o artigo 1º desta Lei será rescindido, automaticamente, quando:

I - verificada a inadimplência do sujeito passivo por 03 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) alternados, relativamente às prestações mensais previstas no parcelamento;

II - constatada a existência de discussão administrativa ou judicial do débito parcelado;

§ 1º. A rescisão do parcelamento referida no caput deste artigo, implicará na inscrição em dívida ativa do crédito remanescente e posterior execução ou, no caso de crédito já ajuizado, no prosseguimento da ação.

§ 2º. A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e a automática execução da garantia prestada, quando existente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos, em 22 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.169/15 DE 22/05/2015 ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº. 3.950/13 DE 21/10/2013

LEI Nº 4.169/15 DE 22/05/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 3.950/13 DE 21/10/2013

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O art. 2º da lei 3.950/2013 de 21/10/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O objeto da cessão de uso é um terreno urbano, localizado na Avenida Belincanta Neto, com área de 838,10 m² (oitocentos e trinta e oito metros e dez centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº 31.277.

Art. 2º. As demais disposições da Lei 3.950/13 de 21/10/2013 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 22 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.170/15 DE 22/05/2015 AUTORIZA CELEBRAR ACORDO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.170/2015 DE 22/05/2015

AUTORIZA CELEBRAR ACORDO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o município autorizado a firmar acordo judicial nos Autos da Ação de Execução Fiscal nº 0300204-95.2014.8.24.0014; da Ação Anulatória nº 0300023-60.2015.8.24.0014; e da Ação de Cobrança nº 0300311-08.2015.8.24.0014, em que figura como ré na primeira e autora nas duas últimas a empresa Construcórdia Construções Ltda.

Art. 2º. O acordo a ser firmado consiste na redução do valor do débito cobrado pelo município nos autos da Execução Fiscal mencionada no art. 1º, de R\$ 30.390,36 (trinta mil trezentos e noventa reais e trinta e seis centavos) para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Parágrafo único. A redução de que trata o caput está condicionada à renúncia, pela empresa Construcórdia Construções Ltda, do direito sob o qual se fundam as ações mencionadas no art. 1º da presente Lei, que ajuizou em desfavor do município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 22 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.112/15

PORTARIA Nº 1.112/15 de 21/05/15

CONCEDE, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA ANA MARIA VASEN DOS SANTOS, CONFORME ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Concede a servidora ANA MARIA VASEN DOS SANTOS o benefício de Licença Remunerada para Tratamento de Saúde por conta do empregador, neste ato a Prefeitura Municipal de Campos Novos, conforme determinação do Sr. Juiz da Vara Cível de Campos Novos, Exmo. Sr. Dr. Juliano Schneider de Souza, Antecipação de Tutela, através dos Autos nº 0300412-45.2015.8.0014, e o Mandado 014.2015/0002490-3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

REPUBLICADO PORTARIA Nº 379/15

PORTARIA Nº 379/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) LUANA DEBASTIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora LUANA DEBASTIANI, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/2014 a 05/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

REPUBLICADO PORTARIA Nº 380/15

PORTARIA Nº 380/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) ROBSON JOUBERT DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ROBSON JOUBERT DOS SANTOS, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/2014 a 05/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

REPUBLICADO PORTARIA Nº 381/15

PORTARIA Nº 381/15 DE 27/02/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, referente GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/2014 a 05/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

REPUBLICADO PORTARIA Nº 382/15

PORTARIA Nº 382/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANA HELENA ROSSA MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ADRIANA HELENA ROSSA MELO, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/2014 a 05/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

REPUBLICADO PORTARIA Nº 389/15

PORTARIA Nº 389/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, referente a GFDE PREGÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/2014 a 05/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 07/2015

DECRETO Nº 7/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS/SC.

O cidadão Nelson Carafa, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas do Prefeito referente ao Exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Campos Novos - SC, conforme parecer exarado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, favorável ao parecer prévio do Tribunal de Contas, relativo ao processo nº. PCP - 14/00121253.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 21 de maio de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 21/2015

Portaria Nº 21/2015

EXONERA SERVIDORA MILAINE PEREIRA DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora MILAINE PEREIRA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 6.986.272 e CPF nº 065.867.579-67, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 22 de Maio de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 029/2015**

PORTARIA SAMAE CNO 029/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista as necessidades administrativas do SAMAE:

RESOLVE

Art. 1º. Servidores do SAMAE, portadores da Carteira Nacional de Habilitação, poderão dirigir veículos da autarquia, quando houver necessidade de locomoção para o exercício das funções de seus respectivos cargos, desde que devidamente autorizados pelo Diretor por escrito, após requerimento verbal.

Art. 2º. A locomoção para fora do Município de Campos Novos somente será permitida mediante requerimento por escrito contendo a devida justificativa.

Art. 3º. Os servidores a seguir poderão dirigir os veículos da Autarquia, em qualquer situação, sem precisar de nova autorização, salvo ocorrer desligamento do SAMAE por qualquer motivo:

01 Adão Alvisio Cordeiro;
02 Alexandre José Biolchi;
03 Alexandre Kunen;
04 Altamir Boff;
05 Auri Sérgio Liston;
06 Celso José Vezolli;
07 Cláudio Rayzer;
08 Daniani Elves Colombo;
09 Davi de Souza Thibes;
10 Denis Francisco de Assis;
11 Edilson Joacir Lago;
12 Edson Daniel Mocelin;
13 Edson Jair Lago;
14 Eliseu Martendal;
15 Fabiano dos Santos;
16 Fernando Moreira dos Santos;
17 Giovane Luiz de Alvarenga;
18 Hermínio Tadeu de Jesus Almeida;
19 Joel Francisco Fagundes;
20 Joneci Ferreira;
21 Josué Fabiano Melo;
22 Luiz Mazochini;
23 Nádia Thomé Filippi;
24 Pedro Henrique Ribeiro;
25 Robson Molon;
26 Rudinei Antônio do Nascimento;
27 Sebastião Antunes da Silva.

Art. 4º. Os servidores a seguir poderão pilotar as motocicletas da Autarquia:

01 Agostinho Becker;
02 Alexandre Kunen;
03 Daniani Elves Colombo;
04 Davi de Souza Thibes;
05 Eliseu Martendal;
06 Fabiano dos Santos;
07 Fernando Moreira dos Santos;
08 Flávio Júnior Varela;
09 Jair da Silva Lesse;
10 Jurandir Vieira Sarmento;
11 Murilo Campagnoni;
12 Robson Molon;
13 Rudinei Antônio do Nascimento;
14 Sebastião Antunes da Silva.

Obs.: Toda e qualquer avaria que ocorrer nos veículos da Autarquia,

o motorista será responsabilizado e deverá arcar com os devidos reparos, salvo a hipótese de não ser o causador do referido dano.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 142/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 142/2014 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CANELINHA E A EMPRESA CONSTRUTORA TERTEL LTDA – ME. OBJETO: . O presente Termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Administrativo de Execução de Obra nº 142/2014, firmado em 10 de junho de 2014, alterado pelo contrato nº 211/2014 (termo aditivo nº 001) de 14 de novembro de 2014 e contrato nº 082/2015 (termo aditivo nº 002) de 06 de março de 2015, celebrados com a empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA – ME, referente à prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplanagem, drenagem, pavimentação, passeios e sinalização do trecho final da Avenida Prefeito Silvestre Nunes Junior, compreendendo da estaca 26 ao PF, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de dimensão, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, parte integrante e inseparável do Edital de Licitação nº 58/2014, Tomada de Preço nº 06/2014 (processo nº 44/2014, TP: 05/2014). VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigor nesta data, estando rescindido o Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 142/2014, firmado em 10 de junho de 2014, bem como suas alterações posteriores. Depois de lido e achado conforme assina o presente Termo de Rescisão, lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e rubricadas para todos os fins de direito, para que produza seus efeitos imediatamente.

Canelinha (SC), 08 de maio de 2015.

ANTONIO DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 460/2015

PORTARIA Nº. 460/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a CRISTIANE JUNGLES FERREIRA PADILHA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/05/2015, conforme comunicação interna nº 187/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 461/2015

PORTARIA Nº. 461/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional JOCIMERI MARTINS PIRES, na função de Professor de Projetos Esportivos, MAG II, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação sendo 10 horas semanais na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e 10 horas semanais no GEM Menino Jesus, no período de 22/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 261/SME/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 462/2015

PORTARIA Nº. 462/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a JAQUELINE APARECIDA ALVES, concursada no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 07/05/2015 a 03/09/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 463/2015

PORTARIA Nº. 463/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido VIVIAN LACHMAN, efetiva no cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais no GEM Reinaldo Krüger, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 464/2015

PORTARIA Nº. 464/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a MIRELLA GALLOTTI SILVEIRA SCHOLZE, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 189/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 465/2015

PORTARIA Nº. 465/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art. 1º - Fica nomeada TÂNIA ELISETTE GONCHOROWSKI para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 20/05/2015, conforme comunicação interna nº 137/SEMAS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 06/2015 (PRESENCIAL)

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 06/2015
EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 06/2015 (PRESENCIAL)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/06/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM POLIÉSTER, GOLA REDONDA EM RIBANA, COR ROSA FORTE, SENDO 60 CAMISETAS TAMANHO "M", 150 CAMISETAS TAMANHO "G" E 90 CAMISETAS TAMANHO "GG", DESTINADAS AO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 08/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 55/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 90/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 55/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/06/2015, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS, TAIS COMO O LIVRO "O UNIVERSO RELIGIOSO", COLEÇÃO REDESCOBRINDO O UNIVERSO, REVISTA DE ENSINO RELIGIOSO DIÁLOGO E PROJETO, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA MANUTENÇÃO DAS NOVAS TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA. Recebimento de propostas até as 09h55min do dia 11/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 57/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 92/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 57/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/06/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE KITS DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E ACÚSTICA, PARA SEREM INSTALADOS NAS VIATURAS DE EMERGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRACAN, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 10/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 58/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 93/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 58/2015 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/06/2015, às 15h00min, licitação REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 11/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 21/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 81/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 21/2015, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DA PONTE NA LOCALIDADE DE ARROIOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO.

Aos 22 (treze) dias, do mês de maio do ano de 2015, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e José Carlos Herbst, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas MAURI METKA RODRIGUES & CIA. LTDA ME, representada pelo Sr. Mauri Metka Rodrigues, CRISLAINE DE FÁTIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, representada pelo Sr. Marcos Antonio Verissimo. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite, foi constatado que a empresa MAURI METKA RODRIGUES & CIA. LTDA ME protocolou seus envelopes às 14h15min., porém em virtude da participação de apenas 02 (duas) empresas e levando em consideração que o protocolo ocorreu antes do início da sessão, a comissão de Licitação decidiu acolher a Empresa no certame em virtude de que o fato não ocasionou prejuízo à Administração ou à Terceiros, e ainda considerando que a participação da referida Empresa aumentará o caráter competitivo da Licitação, e por consequência possível economia aos Cofres Públicos. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dada a palavra aos licitantes o representante da empresa CRISLAINE DE FÁTIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, representada pelo Sr. Marcos Antonio Verissimo pediu para que se consignasse em ata que o CNAE da empresa MAURI METKA não é compatível com o objeto da Licitação, que o credenciamento não está reconhecido em cartório por verdadeiro e que não possui visto do CREA/SC no seu registro. As empresas MAURI METKA RODRIGUES & CIA. LTDA ME e CRISLAINE DE FÁTIMA CHAGAS ESTOKERO - ME participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes e os CPFs dos Sócios foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes, bem como nenhum dos seus sócios constam como inidônea no referido Portal. A comissão de licitação entendeu que

os apontamentos não são suficientes para inabilitar a empresa MAURI METKA RODRIGUES & CIA. LTDA ME, pelos seguintes motivos: 1 – Com relação ao CNAE o mesmo não é a única fonte para definir o ramo de atividade da empresa, a Empresa figura como Construtora, tanto no seu Contrato Social, como no seu Registro no CREA; 2 – Com relação ao credenciamento está presente na reunião o Sr. Mauri Metka Rodrigues, Sócio-administrador da Empresa; 3 – Com relação ao visto do CREA/SC, temos que o mesmo somente é necessário na execução do serviço e não no momento da habilitação. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas MAURI METKA RODRIGUES & CIA. LTDA ME e CRISLAINE DE FÁTIMA CHAGAS ESTOKERO - ME habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura desta para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação apresentada. Não havendo interposição de recursos no prazo estipulado, a comissão de licitação procederá a abertura das propostas das licitantes habilitadas às 9h15min. do dia 01 de junho de 2015. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
PresidenteCleison Tarcisio Fuck
SecretárioJosé Carlos Herbst
MembroMAURI METKA RODRIGUES & CIA. LTDA ME
Mauri Metka Rodrigues,CRISLAINE DE FÁTIMA CHAGAS ESTOKERO - ME
Marcos Antonio Verissimo**TERMO DO CONVÊNIO Nº 11/2015**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 11/2015 PARTÍCIPIES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a ASSOCIAÇÃO DOS DOADORES DE SANGUE DA REGIÃO DE CANOINHAS - ADOSAREC. OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo cobrir parcialmente as despesas de manutenção da entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondentes à totalidade do repasse anual, a ser pago em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Srº. Silmar Luiz Golanovski, pela Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas – ADOSAREC.

TERMO DO CONVÊNIO Nº 12/2015PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 12/2015 PARTÍCIPIES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DO CEDUP VIDAL RAMOS – COOPESA. OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar na manutenção das atividades da COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DO CEDUP VIDAL RAMOS – COOPESA. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 45.750,00 (quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), correspondentes à totalidade do repasse anual, a ser pago em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e o Presidente Srº. Sandiego José Irias e o Diretor Sr. Edumar Ricardo da Silva pela Cooperativa Escola dos alunos do Cedup Vidal Ramos – COOPESA.

Capinzal

PREFEITURA

FMS CONTRATO 0005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0005/2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA - EPP Valor : 1.089,20 (um mil e oitenta e nove reais e vinte centavos) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/05/2016 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo: 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Abrigo Casa Lar, Centro de Convivência da Terceira Idade e ACESSUAS Trabalho, conforme solicitação Capinzal, 22 de Maio de 2015</p>		

FMS CONTRATO 0007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0007/2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: DOLMORA & MASSON LTDA Valor : 22.253,30 (vinte e dois mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta centavos) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/05/2016 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo: 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Abrigo Casa Lar, Centro de Convivência da Terceira Idade e ACESSUAS Trabalho, conforme solicitação Capinzal, 22 de Maio de 2015</p>		

FMS CONTRATO 0006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0006/2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: CAPINZAL CENTER LTDA Valor : 38.557,72 (trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/05/2016 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo: 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Abrigo Casa Lar, Centro de Convivência da Terceira Idade e ACESSUAS Trabalho, conforme solicitação Capinzal, 22 de Maio de 2015</p>		

FMS CONTRATO 0008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0008/2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA ME Valor : 16.086,80 (dezesseis mil e oitenta e seis reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/05/2016 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo: 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Abrigo Casa Lar, Centro de Convivência da Terceira Idade e ACESSUAS Trabalho, conforme solicitação Capinzal, 22 de Maio de 2015</p>		

FMS CONTRATO 0009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0009/2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME Valor : 912,00 (novecentos e doze reais) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/05/2016 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo: 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Abrigo Casa Lar, Centro de Convivência da Terceira Idade e ACESSUAS Trabalho, conforme solicitação</p>		
Capinzal, 22 de Maio de 2015		

FMS CONTRATO 0011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0011/2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: SUPER DELAZERI LTDA Valor : 206.055,95 (duzentos e seis mil cinqüenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/05/2016 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo: 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Abrigo Casa Lar, Centro de Convivência da Terceira Idade e ACESSUAS Trabalho, conforme solicitação</p>		
Capinzal, 22 de Maio de 2015		

FMS CONTRATO 0010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0010/2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: SACOLAO DE FRUTAS E VERDURAS CAPINZAL LTDA - EPP Valor : 15.712,24 (quinze mil setecentos e doze reais e vinte e quatro centavos) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 23/05/2016 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Abrigo Casa Lar, Centro de Convivência da Terceira Idade e ACESSUAS Trabalho, conforme solicitação</p>		
Capinzal, 22 de Maio de 2015		

PMC CONTRATO 001/2015 C183

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Aditivo Nº : TA 001/2015 C183 - Contrato Nº: 0183/2014 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: IVAN MACHADO - ME Valor : 3.237,50 (três mil duzentos e trinta e sete reais e cinqüenta centavos) Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 18/07/2015 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades do item 03 em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 3.237,50 (três mil duzentos e trinta e sete reais e cinqüenta centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico.</p>		
Capinzal, 22 de Maio de 2015		

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C141

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2015 C141 - Contrato Nº: 0141/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: ALTO URUGUAI SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA - EPP	
Valor : 0,00 (zero)	
Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 12/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2014	
Processo 0076/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Objeto do presente TERMO ADITIVO é a alteração da	
forma de pagamento para a forma abaixo descrita, conforme solicitação,	
justificativa e Art. 65, inciso I da Lei nº 8.666/93:	
- 30% na entrega do Relatório de Detalhamento dos Programas Ambien-	
tais;	
- 30% na entrega da Minuta de Lei para criação do Parque Municipal;	
- 20% na entrega do protocolo de solicitação da Licença Ambiental de	
Operação junto a FATMA;	
- 20% quando do recebimento pelo Município de Capinzal da Licença	
Ambiental de Operação.	

Capinzal, 22 de Maio de 2015

PMC TERMO ADITIVO 002/2015 C141

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 002/2015 C141 - Contrato Nº: 0141/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: ALTO URUGUAI SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA - EPP	
Valor : 6.162,50 (seis mil cento e sessenta e dois reais e cin-	
quenta centavos)	
Vigência : Início: 22/05/2015 Término: 12/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2014	
Processo: 0076/2014	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aditamento do	
valor de R\$ 6.162,50 (seis mil cento e sessenta e dois com cinquenta	
centavos), pela inclusão de novos serviços, em conformidade com a	
solicitação, justificativas e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 22 de Maio de 2015	

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/18/2015****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/18/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADO: GILBERTO BAZZO EIRELI ME.

CNPJ DO CONTRATADO: 18.366.785/0001-86

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/42/2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADA À AMPLIAÇÃO (ETAPA 01) DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 12/05/2015.

VIGÊNCIA: 14/05/2015 A 10/11/2015.

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 0004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2015

CONCORRÊNCIA Nº 0004/2015

Objeto: CONCESSÃO DE USO ESPECIAL REMUNERADO DE BEM PÚBLICO, assim constituído: Um (1) terreno urbano, com área de 4.800,00m² (quatro mil e oitocentos metros quadrados), situado na Rua Sete de Abril, Centro, nesta cidade de Catanduvas-SC, com uma edificação em alvenaria, com área edificada de 1.067,62 (mil e sessenta e sete vírgula sessenta e dois centímetros quadrados), devidamente registrado e matriculado sob nº 3.690 – Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis desta cidade de Catanduvas-SC, do tipo de MAIOR OFERTA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Capítulo I do Edital.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 29 de junho de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 22 de maio de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 22 de maio de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0016/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0016/2015

PREGÃO Nº 0022/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: VALDIR DEMETRIO DA SILVA

OBJETO: Contratação de músicos profissionais para os encontros semanais dos idosos e para os encontros mensais realizados pelo departamento de Assistência Social, CRAS, CREAS e Programa Acesse Suas Trabalho (PRONATEC).

VALOR: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 04 de maio de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0017/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0017/2015

PREGÃO Nº 0020/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: Contratação empresa para fornecimento de material de expediente para a Gestão da Assistência Social, CRAS, CREAS, PRONATEC no ano de 2015.

VALOR: R\$ 8.923,25 (oito mil novecentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 06 de maio de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS N° 0018/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS N° 0018/2015

PREGÃO N° 0026/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 0034/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para a cozinha da Assistência Social utilizado para os lanches do CRAS, CREAS, SCFV e os grupos de artesanato das idosas, bairro Sebaldo kunz e interior no ano de 2015.

VALOR: R\$ 43.027,52 (quarenta e três mil e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 12 de maio de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS N° 0054/2015

TERMO DE CONTRATO FMS N° 0054/2015

PREGÃO N° 0024/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 0031/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: GRAFICA, EDITORA E JORNAL O FATO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Social e Administração.

VALOR: R\$ 1.299,00 (um mil duzentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 30 de abril de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS – SC

Elizete Cardoso da Silva

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMS N° 0062/2014

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMS N.º 0062/2014

CONCORRÊNCIA N° 0002/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0073/2014

OUTORGANTE CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OUTORGADA CONCESSIONÁRIA: INSTITUTO SANTE

Pelo presente Termo, reportam-se ao contrato firmado entre os signatários na data de 19 de dezembro de 2014.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido o Termo de Contrato FMS N.º 0062/2015, por mútuo acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CLÁUSULA TERCEIRA - A rescisão amigável do contrato em epígrafe é realizada sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando as partes o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no processo licitatório modalidade Concorrência objeto de contratação, quer seja na esfera cível, administrativa, trabalhista, criminal, tributária e previdenciária.

Catanduvas – SC, 21 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 6/2015

CREDENCIAMENTO Nº 6/2015

O Município de Chapadão do Lageado - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de que estará realizando CREDENCIAMENTO de Empresas Jornalísticas interessadas em prestar serviços de publicação de Atos Institucionais e demais matérias de interesse público emanados pelo Poder Executivo, no período de 25 de maio de 2015 à 31 de dezembro de 2015, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 6/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JOSÉ CRISTÓVÃO BATISTA

Vigência: 25/05/2015 à 31/12/2015.

Processo Licitatório nº 59/2015 – PM

Fundamento Legal: art. 25, caput e inciso III, da Lei n. 8.666/93;

Valor: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Objeto: Aquisição de Monumento ao Tropeiro Portal do Município de Chapadão do Lageado composto por 03 (três) mulas com cargueiros e 01 (uma) mula com tropeiro montado para Construção de um Portal Turístico e de um Posto de Informação Turística. Contrato de Repasse Nº 783208/2013MTUR/CAIXA.

DATA DA ASSINATURA: 25 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 255.15

DECRETO SAF/ Nº. 255/15, de 09 de abril de 2015.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.241, de 17 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência
2.028 – Manutenção do FIA

3.3.90.00.00.00.00.0221 – Aplicações Diretas	R\$ 20.454,00
TOTAL	R\$ 20.454,00

Parágrafo único. A suplementação acima, ocorre por conta do superávit financeiro do exercício de 2014 na fonte de recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, Imposto de Renda, depositados na conta corrente 14181-X, Banco do Brasil – Agência 3072-4.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 256/15

DECRETO SAF/Nº. 256/15, de 14 de abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

CAMILA FURLAN, portadora do CPF nº. 071.148.739-13, Psicólogo ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 79/14, de 12 de fevereiro de 2014, a partir de 16 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 257.15

DECRETO SAF/Nº. 257/15, de 14 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

LUIZ MARIO FRANCO WELDMANN, portador do CPF nº. 488.179.290-34, Motorista de Ambulância, nomeado pelo Decreto SAF/N. 292/14, de 23 de maio de 2014, a partir de 15 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 258.15

DECRETO SAF/Nº. 258/15, de 14 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

GARDEL MACHADO, portador do CPF nº. 019.942.709-77, Motorista de Ambulância ACT 40 horas, para atuar na Secretaria de Saúde, a partir de 13 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 259.15

DECRETO SAF/Nº. 259/15, de 14 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

MARINA VIEIRA, portador do CPF nº. 068.691.169-54, Psicólogo ACT 30 horas, para atuar no CAPS, a partir de 13 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 260.15

DECRETO SAF/Nº. 260/15, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

CONCEDER a

BRUNA BEATRIZ ROSSO, Recepcionista, nomeada por Concurso Público em 01 de abril de 2008, Licença sem vencimentos pelo período de 17 de abril de 2015 à 31 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 261.15

DECRETO SAF/Nº. 261/15, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

o cargo de INGRID TORETTI, portadora do CPF nº. 099.862.209-55, nomeada pelo Decreto SAF/N. 173/14, de 20 de fevereiro de 2014, para SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 262.15

DECRETO SAF/Nº. 262/15, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERA:

por término de Contrato de Trabalho, JULIANE ZANETTE, portadora do CPF nº. 799.587.109-00, nomeada pelo Decreto SAF/N. 114/13, de 29 de janeiro de 2013, a partir de 20 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 263.15

DECRETO SAF/Nº. 263/15, de 14 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

JULIANE ZANETTE, portadora do CPF nº. 799.587.109-00, Diretor Adjunto de Unidade Escolar, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, a partir de 21 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 264.15

DECRETO SAF/Nº. 264/15, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

ALEXANDRA POSSAMAI DELLA portadora do CPF nº. 009.673.889-88, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 231/15, de 17 de março de 2015, a partir de 16 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 265.15

DECRETO SAF/Nº. 265/15, de 17 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 3º da Lei n. 1.232 e da Lei 1.245, de 26 de fevereiro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Cocal do Sul-CMDI, tem a seguinte composição:

a) Área Governamental:

I – Zuleide Maximiano Tavares – titular e
Cristiane Prudêncio Ramos – suplente – representantes da Secretaria de Ação Social e da Família;

II – Jane do Carmo José Kafcka – titular e
Zenaide Ghizzo – suplente – representantes da Secretaria de Saúde Pública;

III – Juarez Fogaça – titular e

Ana Paula Canuto de Luca – suplente – representantes da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

IV – Rafael Uggioni Colombo – titular e
Sandro Roberto Faraco – suplente – representantes da Procuradoria do Município;

V – Reginaldo Fontanella – titular e
Amanda Caroline Cologni – suplente – representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas.

b) Área Não Governamental:

I – Maria de Fátima Dajori Magagnin – titular e
Sérgio Pereira Ruzza – suplente – representantes do Lions Clube de Cocal do Sul;

II – Rosa Albertina De Lorenzi Carrer – titular e
Áurea Pereira Búrigo – suplente – representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul – CDL;

III – Aldo Cândido Morona – titular e
Rosiclei Prior Viola – suplente – representantes da Associação de Moradores de Cocal do Sul;

IV – Maria Salete Teixeira Búrigo – titular e
Fernando Souza da Gama – suplente – representantes da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cocal do Sul;

V – Vidal Souza – titular e
Claudina Cesca Sartor – suplente – representantes de organização de grupo ou movimento do idoso.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 267.15

DECRETO SAF/Nº. 267/15, de 20 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO
FÁBIO JOSÉ DA SILVA, portador do CPF nº. 017.634.039-47, Gari I, nomeado pelo Decreto SAF/N. 91/15, de 02 de fevereiro de 2015, a partir de 17 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 268.15

DECRETO SAF/Nº. 268/15, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE GALERIAS PLUVIAIS, MEIO FIO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Legislação em vigor resolve,

NOMEAR:

Art. 1º CLEDIO FACHIN, Secretário de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas; HOMERO DE BONA FILHO, Engenheiro Agrimensor; LEONARDO DE BONA, Engenheiro Civil; LUIZ GOULART, Oficial Administrativo; VANESSA MUSSOI GARCIA, Assessor Jurídico; LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT; ANGELA MARIA MENDES ANJO e ROSENY CITTADIN BARBOSA, Vereadores; PEDRINHO CAUDURO; MANOEL MARQUES DA SILVA e JHONYS PONCIANO, Corretores de Imóveis; MELISSA FACHIN; GENESIO ORBEM CREMA; ANTONIO RABELO DE SOUZA; AGENOR FURLAN; MAICO ZANINI CARRER; PAULO BERTAN; IRINEU JOSÉ GONÇALVES; NIRTO FORMENTIN, EZIO GABRIEL; JOÃO TADEU MELO DE LIMA; FERNANDO GUOLLO; FERNANDA GUOLLO; ELISANGELA MARQUES GOMES; KALITA P. S. LOLE; CASSIANO JASKULSKI; MIGUEL ESTADLER; ITALO RAFAEL ZACCARON; FELIPE GUOLLO; RAFAEL FELTRIN ZANELATO; ZALMIR BOZELLO; PAULO SERGIO SAZAN; LOURIVAL MAXIMIANO DA SILVA E ADALBERTO PINHEIRO, representantes da comunidade, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de avaliação dos projetos de galerias pluviais, meio fio e pavimentação de ruas para cobrança da contribuição de melhoria, nas Ruas e Avenidas de Cocal do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 269.15

DECRETO SAF/Nº. 269/15, de 20 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

FAZER CESSAR

os efeitos do Decreto SAF/N. 66/2002, de 26 de agosto de 2002, que designou PEDRO JOÃO SNOEYER, médico clínico geral, para trabalhar no Programa Saúde da Família – PSF, a partir de 01 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de abril de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 270.15

DECRETO SAF/N. 270/15, de 29 de abril de 2015.

CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, em conjunto com o Coordenador Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCAL DO SUL, que tem como tema central: "Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 2º A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCAL DO SUL, será realizada no dia 27 de maio de 2015, das 13h00 às 17h00.

Art. 3º A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCAL DO SUL, será realizada no Anfiteatro do Instituto Maximiliano Gaidzinski, situado na Rua Edson Gaidzinski, n. 352, Centro.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

PÂMELA ROQUE VENSON

Coordenador Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO SAF/N. 271.15

DECRETO SAF/ Nº. 271/15, de 30 de abril de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.241, de 17 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Ref., Transp e Serv. Públicos

1.022 – Pavimentação e Recup. De Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.00.0095 – Aplicações Diretas	R\$ 645.000,00
TOTAL	R\$ 645.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do excesso de arrecadação de recursos estaduais fonte 64 – Transferências de Convênios – FUNDAM.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 272.15

DECRETO SAF/Nº. 272/15, de 05 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

PRISCILA INOCENTE, portadora do CPF nº. 066.451.589-47, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, em substituição a titular que reduziu a carga horária, a partir de 04 de maio de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 273.15

DECRETO SAF/Nº. 273/15, de 05 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado, EDNÉIA MACHADO DOS SANTOS portadora do CPF nº. 029.606.579-00, Professor ACT, 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 151/14, de 18 de fevereiro de 2014, a partir de 06 de maio de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 280.15

DECRETO SAF/N. 280/15, de 14 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

DECRETA:

Art. 1º. A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal nº. 8.142/90.

Art. 2º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em 06/05/15, fica convocada a "6º. Conferência Municipal de Saúde do Município", para o dia 18 de junho de 2015.

Art. 3º. O tema central da Conferência será "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro"

Art. 4º. A Conferência de Saúde será realizada no dia 18 de junho de 2015, no Anfiteatro do Instituto Maximiliano Gaidzinski, Centro.

Art. 5º. A Conferência será presidida pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde e coordenada pela comissão organizadora do evento.

Art. 6º. As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas pelo regimento interno da 6ª Conferência Municipal de Saúde e resoluções deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e devidamente publicadas.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

SINARA MARIA CRIPPA MILANEZ

Secretária de Saúde Pública

DECRETO SAF/N. 282.15

DECRETO SAF/Nº. 282/15, de 20 de maio de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.253, de 20 de maio de 2015, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
2.047 – Implantação e Manut. de Programa de Incentivos e Ger. Renda

3.1.71.00.00.00.00.00.0110 – Transf. a consórcios Públicos	R\$ 990,00
TOTAL	R\$ 990,00

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzido no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
2.047 – Implantação e Manut. de Programa de Incentivos e Ger. Renda

3.3.71.00.00.00.00.00.0110 – Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 390,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0110 – Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 600,00
TOTAL	R\$ 990,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 283.15

DECRETO SAF/N. 283/15, de 21 de maio de 2015.

CONVOCA A "X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município para os próximos 10(dez) anos.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 02 de julho de 2015, no Auditório do Centro da Pastoral da Igreja Católica, Centro, tendo como tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026", e como lema: "Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos".

Art. 2º A Conferência será presidida pelo presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e coordenada pela comissão organizadora do evento.

Art. 3º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas pelo regimento interno da X Conferência Municipal de Assistência Social e resoluções deliberadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social e devidamente publicadas.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito de Cocal do Sul

ROSICLEI PRIOR VIOLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Cocal do Sul

DECRETO SAF/N. 284.15

DECRETO SAF/ Nº. 284/15, de 21 de maio de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.241, de 17 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Ref., Transp e Serv. Públicos	
2.040 – Manutenção Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 37.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 52.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do excesso do superávit financeiro verificado no exercício de 2014 de recursos municipais fonte 00 – Recursos Ordinários – Convênio Funrebom, depositados em c/c 12067-7 – Banco do Brasil – Ag. 3072-4.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de instalação de infraestrutura de redes sem fio, com manutenção, suporte, cabeamento, link internet e provimento de acesso à internet e demais equipamentos necessários, dentro dos limites geográficos da Praça Dogello Goss e Rua Coberta Leonel Mosele. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 10/06/2015.

Abertura: dia 10/06/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164

Concórdia, SC, 21 de Maio de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2015 – PMC

Objeto: Aquisição de Motocicletas novas nas cores branca original de fábrica para o item 01 e azul original de fábrica para o item 02, com baú e capacetes para uso dos novos fiscais da SEMURB nas vistorias de obras e posturas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 11/06/2015.

Abertura: dia 12/06/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164

Concórdia, SC, 22 de Maio de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EDITAL DE TERMOS DE INDEFERIMENTO DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL 01/2015

EDITAL DE TERMOS DE INDEFERIMENTO DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL 01/2015

Com fundamento no § 6º do Art. 16 e Art.17 da Lei Complementar Federal No 123, de 14 de dezembro de 2.006, e no Art. 8º da Resolução CGSN No 4, de 30 de maio de 2.007, ficam as pessoas jurídicas, listadas na Relação de CNPJs abaixo com Impedimentos, notificadas da vedação de ingresso no SIMPLES NACIONAL por incorrer em pelo menos uma das seguintes situações: débito com o Município, cuja exigibilidade não está suspensa, débito inscrito em Dívida Ativa do município, cuja exigibilidade não está suspensa, falta de inscrição e regularização no cadastro fiscal do município.

A pessoa jurídica poderá impugnar o indeferimento da opção pelo Simples Nacional no prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta publicação. A impugnação deverá ser dirigida ao Prefeito do Município e se submeterá ao rito processual administrativo da Legislação Tributária Municipal, conforme determina o § 1º do Art. 8º da Resolução CGSN No 4, de 30 de maio de 2.007, alterada pelo art. 5º da resolução nº 50 de 22 de dezembro de 2008.

02.508.649/0001-43	07.504.562/0001-11	17.694.760/0001-49
02.810.167/0001-43	08.775.941/0001-09	21.012.253/0001-55
04.753.879/0001-01	09.530.761/0001-20	60.423.365/0018-07
05.049.794/0001-00	10.714.672/0001-12	75.413.286/0001-36
05.615.872/0003-40	11.184.882/0001-09	84.583.608/0027-15
07.328.154/0001-56	12.664.958/0001-66	86.791.597/0001-55
07.397.105/0001-75	15.657.863/0001-03	97.533.590/0001-50

Concórdia, 4 de maio de 2015

Joaquim Pedro de B. Bicca N. Segundo Secretário Municipal de Finanças	Marioni Rosa Santuari Fiscal de Tributos
--	---

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 16/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 16/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ALTO PERIQUITO, inscrita no CNPJ sob nº 03.186.175/0001-23, com sede em Linha Alto Periquito, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor LEONEL PARAVISI.

OBJETO: Conjunção esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Periquito e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 20 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 18/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 18/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DE LURDES, inscrito no CNPJ sob nº 00.751.127/0001-42, com sede no Distrito de Tamanduá, Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor NORMELIO DAMETTO.

OBJETO: Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Tamanduá e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 10.000,00.

PRAZO: Até 21 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 20/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 20/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA PINHAL, inscrita no CNPJ sob nº 02.877.297/0001-01, com sede em Linha Pinhal, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ALVADI SIGNOR.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 21 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 21/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 21/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SOCIEDADE ESPORTIVA E CULTURAL LAJEANO, inscrita no CNPJ sob nº 80.627.318/0001-36, com sede em Linha Lajeano, Interior, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor OLMIRO MANICA.

OBJETO: Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Lajeano e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 8.000,00.

PRAZO: Até 21 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TRÊS DE OUTUBRO, inscrita no CNPJ sob nº 80.633.688/0001-86, com sede em Linha Três de Outubro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor NELSON BOIANI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 24/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 24/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FONTANA, inscrita no CNPJ sob nº 95.995.502/0001-06, com sede no Bairro Itaíba, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor VILMAR MACHADO DE AGUIAR.

OBJETO: Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Fontana e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 52.000,00.

PRAZO: Até 21 de setembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.240/0001-55, com sede no Bairro Jardim, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ALCIONE MARCELO MOCELIN.

OBJETO: Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 15.000,00.

PRAZO: Até 23 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SÃO GERALDO, inscrita no CNPJ sob nº 07.086.898/0001-01, com sede em Linha São Geraldo, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ALCIR PRIMO SCHIAVINI

OBJETO: Conjunção esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores da Comunidade, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 9.000,00.

PRAZO: Até 24 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE CANHADA FUNDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.810.463/0001-32, com sede em Canhada Funda, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor JANDIR GRANDO.

OBJETO: Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Canhada Funda e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 4.000,00.

PRAZO: Até 21 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 36/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 36/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA URBANA DE PLANALTO, inscrita no CNPJ sob nº 13.277.180/0001-03, com sede no Distrito de Planalto, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ADEMAR ANTONIO SIEGA.

OBJETO: Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 10.000,00.

PRAZO: Até 21 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUAD.2014

Estado de Santa Catarina

Município de Concórdia

Poder Executivo do Município

Relatório de Gestão Fiscal 1º Quadrimestre do Exercício de 2015

A Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, concernente às normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e Órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela Administração Financeira e pelo Controle Interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada poder ou órgão.

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito do Município, respectivamente, pela Secretaria Municipal de Finanças e pelo Sistema de Controle Interno.

Com efeito, determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que se refere, prazo este que, para o primeiro quadrimestre de 2015, se encerra em 30 de maio de 2015.

Receita Corrente Líquida últimos 12 meses		R\$ 195.304.277,06
DESPESAS COM PESSOAL	Valor R\$	%
PODER EXECUTIVO	Últimos 12 meses	40,16
Pessoal Ativo	77.715.956,99	
Inativos e Pensionistas	7.117.681,43	
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirizações	718.981,03	
Despesas não computacionais (art. 19 § 1º da LRF)	7.119.422,86	
(-) Decorrentes de Dec. Judicial	0,00	
(-) Inativos pagos com Rec. Regime Próprio de Previd.	7.117.681,43	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	1.741,43	
Repasse ao RPPS – Contribuições Patronais	0,00	
PODER LEGISLATIVO		1,06
Pessoal Ativo	2.076.751,53	
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirizações	0,00	
Repasse ao RPPS – Contribuições Patronais	0,00	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	80.509.948,12	41,22
Receita Corrente Líquida	195.304.277,06	
% DLP/RCL	41,22 %	
Limite Prudencial	57,00 %	
Limite Legal	60,00 %	
% da Fixação ou Alteração de Remuneração ou Subsídio por Lei Específica e Revisão Geral sobre RCL(V)	7,00%	
Dívida Consolidada	Quadrimestre Anterior	Quadrimestre Atual
Contratual	9.165.420,60	9.153.420,60

Dívida Consolidada	11.407.236,10	11.380.329,52
Ativo Financeiro	28.463.755,72	42.064.144,64
Dívida consolidada Líquida	-16.863.695,70	-32.453.762,88
Receita Corrente Líquida	189.253.666,86	195.304.277,06
DC/RCL	6,03%	5,83%
DCL/RCL	-8,91%	-16,62%
Limite definido Resolução Senado Federal	120%	120%
Excesso a Regularizar	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Consolidada	0,00	0,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00
Concessões e Garantias	0,00	0,00
Realizadas no Exercício	0,00	0,00
Operações de Crédito	3.469.600,48	478.179,28
Empréstimos/Financiamentos	3.469.600,48	478.179,28
Realizadas no Exercício	1,83	0,24
Limite Legal	16,00	16,00
Antec. de Receita Orçamentária	0,00	0,00
Realizadas no Exercício	0,00	0,00
Limite Legal	0,00	0,00

Anexos:

R.R.E.O – Anexos I a XIV

R.G.F – Anexos I a VI

Concórdia – SC, 30 de abril de 2015.

Maria Gabriela Vieira da Luz

Contador

Joaquim Pedro de Barros Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Alceone José Muller

Auditor Interno

João Girardi

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES CONCORRÊNCIA Nº1/2015-FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

SUSPENSÃO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 12/2012

Concorrência nº 1/2012

Contrato nº 2/2013

Contratada: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA LTDA

Em virtude de decisão proferida nos autos nº 0301490-59.2015.8.24.0019, que deferiu o pedido de liminar da empresa CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA LTDA, com sede na Rua Izabete Griza, 929, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Irani-SC, inscrita no CNPJ sob nº 04.651.199/0001-79, neste ato representada pelo seu sócio administrador, senhor Itacir Antonio Sganzerla inscrito no CPF sob nº 460.483.759-72, DECLARAMOS QUE FICAM SUSPENSAS, por ora, conforme decisão judicial, as seguintes sanções que foram aplicadas à empresa em 22 de maio de 2015:

Rescisão Contratual, conforme prevê a Clausula Decima Segunda do Contrato nº 02/2013, c/c os arts. 77, 78 I e II, e 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93;

-Multa pela obrigação não cumprida, no valor de R\$20.397,18 (vinte mil, trezentos e noventa e sete reais e dezoito centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor contratado, conforme prevê o subitem 13.1.2, da Cláusula Décima Terceira do Contrato, c/c o art. 87, II, da Lei Federal nº 8.666/93;

-Declarar a empresa impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal de Concórdia-SC, por 2(dois) anos (art.8, inciso III, da Lei 8.666/93 e Clausula 13.6.1 do contrato nº 2/2013

Concórdia, SC, 22 de maio de 2015.

Gilmar Luiz Monticelli

Diretor Geral – Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 252/2015

DECRETO Nº 252/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014.

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 2.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

Da: Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

03.01 – Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

04.122.2503.2.020 – 3.3.90.00 – 07 R\$ 2.000,00

Para: Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

03.01 – Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

04.122.2503.2.020 – 3.3.90.00 – 07 R\$ 2.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 253/2015

DECRETO N. 253/2015 DE 20 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família à Servidora Municipal, Sra . LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ERRATA A PORTARIA Nº. 069, DE 18 DE MAIO DE 2015.

ERRATA A PORTARIA Nº. 069, DE 18 DE MAIO DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria 069, de 18 de maio de 2015, o qual possui erro no ano de Referência, onde lê-se:

Nome	Cargo	Referências
Elisangela de Fatima Salvador	Enfermeira	07/2019 á 07/2012

Leia-se:

Nome	Cargo	Referências
Elisangela de Fatima Salvador	Enfermeira	07/2009 á 07/2012

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 22 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 03/2015 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL – PROCESSO 03/2015 FHMCP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia 29 do mês de abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569 , bairro CENTRO , CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VÂNIO FORSTER, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 03/2015, Processo Licitatório nº. 03/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CORREIA PINTO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa Itens

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas CNPJ / CPF Nome do Representante CPF

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 35.820.448/0107-94

Representante: Enio Lucio Monteiro

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CORREIA PINTO. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Item	Quant.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
3	60	Carga de oxigênio medicinal 1m3	33,00	1.980,00
4	6.000	Carga de oxigênio medicinal 7m3	4,80	28.800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar

conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas

úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Criciúma para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 29 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 03/2015 FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0303/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA CNPJ: 35.820.448/0107-94

Processo Licitatório nº 03/2015 – Pregão Presencial

Item	Quant.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	60	Carga de oxigênio medicinal 1m3	33,00	1.980,00
2	6.000	Carga de oxigênio medicinal 7m3	4,80	28.800,00

Valor total da obra: 30.780,00

Vigência: 07/05/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 25 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 29/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015 – PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 10.06.2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs,

ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 23 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 03/2015

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015
REGISTRO DE PREÇOS

Razão Social:
CNPJ N.º
Endereço:
E-mail:
Cidade: Estado:
Telefone/Fax
Pessoa para contato:

Recebemos, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, de _____ de 2015.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre a Câmara Municipal de Correia Pinto e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Câmara por meio do Fax (049) 3243-1166 ou digitalizado, via e-mail: camara.correiapinto@gmail.com

A não remessa do recibo exime a Câmara da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Correia Pinto, 22 de maio de 2015.

ELOISA BEATRIZ MARTINS
Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, estabelecida na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, na cidade de Correia Pinto – SC torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL para selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CÂMARA, CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO, REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS VEREADORES, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SOFTWARES, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas legais federais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I (ARQUIVO EM PDF)– Relação de itens;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Modelo padrão de Proposta de Preços;

Anexo IV – Identificação dos Envelopes;

Anexo V – Recibo de Documentos;

Anexo VI – Modelo de Declaração;

Anexo VII – Declaração Comprobatória de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VIII– Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo IX – Minuta de Contrato.

1 – DA LICITAÇÃO

1.1 – Do Objeto

A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) objetivando A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CÂMARA, CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO, REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS VEREADORES, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SOFTWARES, nas condições previstas neste edital, conforme especificado no Anexo II.

Item 01 - CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO;

Item 02 - DIVULGAÇÃO NA INTERNET DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, AO VIVO E SOB DEMANDA;

Item 03 - GERENCIAMENTO DO CONTEÚDO LEGISLATIVO E HOSPEDAGEM.

Item 04 – HORA TÉCNICA

1.1.1 – A Câmara de Vereadores não se obriga a adquirir integralmente o objeto definido neste edital podendo adjudicar, durante a vigência do contrato, os itens, no momento necessário, em função da disponibilidade financeira e da infra estrutura de informática, bem como, da sua conveniência e interesse.

1.1.2 - Os serviços de instalação, assistência técnica e suporte considerados de atendimento especial, terão seus custos cobrados através do critério hora técnica

1.1.3 - A licitante deverá estar legalmente habilitada a modificar os códigos-fonte e/ou executáveis dos sistemas sempre que necessário mediante fornecimento de responsável legal devidamente habilitado ou intitulado "Programador".

1.1.4 - Os softwares contratados deverão estar instalados e em plenas condições de funcionamento em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

1.2 – Entrega dos Envelopes

1.2.1 – Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação).

1.2.2 – Envelope nº 3 – (Anexo V – Declaração), quando a empresa não enviar representante.

1.2.3 – até as 10:00 horas do dia 05 de junho de 2015.

1.3 – Abertura da Sessão na sede da Câmara de Vereadores de Correia Pinto com endereço a Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC, às 10:00 do dia 05 de junho de 2015.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar desta licitação somente empresas que:

2.1.1 – desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame e em cujos atos constitutivos constem, como objeto, atividade relacionada com o presente Edital;

2.1.2 – atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação requerida para a habilitação;

2.2 – Não será admitida a participação de:

2.2.1 – Empresas em consórcio;

2.2.2 – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

2.2.3 – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.2.4 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.5 – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

2.2.6 – Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

2.3 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

São atribuições do Pregoeiro:

- 3.1 – O credenciamento dos interessados;
- 3.2 – A abertura dos envelopes das propostas de preços, a sua análise e a classificação dos licitantes;
- 3.3 – A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço por item;
- 3.4 – A adjudicação da proposta de menor preço por item;
- 3.5 – A elaboração de ata;
- 3.6 – O recebimento, a análise e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação; e
- 3.7 – O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

4 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

- 4.1 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.
- 4.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes que poderão credenciar novos representantes na data apazada.
- 4.3 – O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

5 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 - Em data e horário estabelecidos, no preâmbulo deste edital, para a realização da sessão pública do Pregão as licitantes deverão se fazer presentes para o credenciamento.

5.1.1 - Para comprovar a condição de representante da licitante entregar-se-á o pregoeiro:

- a) cópia do documento de identidade de fé pública (será aceito o RG - Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);
- b) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa em licitações em todas as suas fases e em todos os demais atos, em nome da licitante;
- c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.
- d) a entrega da declaração (Anexo V).
- e) O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de:

e.1) a entrega da Declaração de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º, do art. 3º (Anexo VII).

e.2) certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da Instrução Normativa nº 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007.

A falta de credenciamento da empresa como ME ou EPP não dará o direito previsto na LC 123/06 na etapa de lances.

5.2 - Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada.

5.3 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

5.4 - A falta de comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

5.5 - A fase de credenciamento será encerrada, pelo pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 – A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados (preferencialmente opacos) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, e rubricados no fecho, identificados com etiqueta conforme o Anexo IV.

6.2 – Os envelopes deverão conter externamente as informações constantes no Anexo IV.

6.3 – O Recibo de Documentos (Anexo V) deverá ser preenchido em 02 vias e entregue diretamente ao Pregoeiro ou membro da comissão de apoio até às 10:00 do dia 05/06/2015.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1

7.1 – A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I, deste edital, devendo obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou endereço eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado. Preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.

7.1.1 – A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo III deste edital, deverá obrigatoriamente conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I e II do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente pregão foram ou não atendidas;

b) o preço unitário e total por item e total do lote, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

b.1) as licitantes deverão ofertar preços para todos os itens do lote cotado, sob pena de desclassificação;

b.2) em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;

c) o número do lote ofertado que deverá corresponder exatamente ao lote e quantidade do Anexo I deste edital;

7.2 – No preço apresentado deverão estar incluídas todas as despesas concernentes à execução dos serviços prestados e especificados com o fornecimento de mão de obra com os encargos sociais, taxas, impostos, ferramental, equipamentos, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, licenças inerentes à especialidade e atributos, deslocamento dos veículos e máquinas (reboque), e tudo mais necessário à perfeita e cabal execução dos serviços.

7.3 – As propostas apresentadas para este Pregão terão validade de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão.

7.4 – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

7.5 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura da sessão pública deste pregão, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8 – DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

8.1 – Aberta à sessão pública do Pregão, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço global.

8.2 – Participarão dos lances verbais e sucessivos o autor da proposta de menor preço por item e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço global.

8.2.1 – Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três).

8.3 – Os lances verbais e sucessivos pelo preço total do item, serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

8.4 - O pregoeiro reserva-se no direito de pedir amostras dos produtos licitados aos classificados, que terão até 03 (três) dias úteis para apresentá-las, a aprovação ou reprovação de amostras influirá no julgamento.

8.5 – Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pelo Pregoeiro, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

8.5.1 – Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

8.5.2 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que habilitadas no credenciamento para

tanto, procedendo-se da seguinte forma:

8.5.2.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.5.2.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.5.2.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.5.3 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.6 – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 – É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

8.8 – Os lances poderão observar um decréscimo mínimo, o qual será informado pelo pregoeiro no início da etapa de lances.

8.9 – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.10 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.11 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.12 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

8.13 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 8.5.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.14 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.15 – Encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 8.2, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

8.16 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, às propostas, o pregoeiro examinará:

a) a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante, decidindo a respeito;

b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

8.17 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

8.18 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital, que será declarada vencedora da licitação.

8.19 – Serão desclassificadas as licitantes em razão de:

a) não atendimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos;

b) fixação de condicionantes para a aquisição dos produtos/serviços;

c) omissões, disposições vagas ou que apresentem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;

d) apresentação de duas ou mais opções de preços.

8.19.1 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

8.20 – Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) classificada(s).

9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 – A habilitação das licitantes será verificada através da conferência pelo Pregoeiro e equipe de apoio, dos documentos exigidos neste Edital.

9.1.1 – Os documentos exigidos neste Edital deverão apresentar prazo de validade, quando for o caso, até a data limite fixada para a abertura da sessão.

9.1.2 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.1.3 – As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES, deverão apresentar documento que comprove esta situação, certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da Instrução Normativa nº 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007.

Obs.: Dispensável no caso de já ter sido apresentada no credenciamento.

9.2 – As licitantes deverão apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

9.2.1 – Quanto à REGULARIDADE JURÍDICA, a licitante apresentará:

9.2.1.1 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

Obs.: Dispensável no caso de já ter sido apresentada no credenciamento.

9.2.1.2 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.3 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.4 – Os documentos acima citados, quanto à regularidade jurídica, deverão ser apresentados somente se não tiverem sido apresentados no credenciamento.

9.3 – Quanto à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, a licitante apresentará:

9.3.1 – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

9.3.2 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal;

9.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

9.3.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.3.5 – Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

9.3.6 – Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

9.3.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.4 – Da habilitação de micro empresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:

9.4.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, no item 9.3, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

9.4.2 - Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão;

9.4.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.4.4 – A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e

impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9.5 – Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, a licitante apresentará:

9.5.1 – Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.5.1.1 – se a certidão tratada no subitem anterior não indicar seu prazo de validade, a mesma será considerada vigente pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua emissão.

9.6 – Quanto a DECLARAÇÕES, a licitante apresentará:

9.6.1 – Declaração de habilitação (ANEXO V)

Obs.: Dispensável no caso de já ter sido apresentada no credenciamento.

9.7 – Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

9.8 – Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is).

9.10 – Será(ão) aceito(s) comprovante(s) de regularidade obtido(s) na rede Internet, condicionado que o(s) mesmo(s) tenha(m) sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.

9.11 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos a que se refere o item 9 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

a) se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

10 – DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

10.2 – Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto correspondente.

10.3 – Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada as penalidades previstas.

10.4 – O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis sob pena de inutilização.

10.4.1 – Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o subitem 8.2 deste edital serão devolvidos às interessadas.

11 – DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

11.1 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

a) das licitantes credenciadas;

b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;

c) da análise da documentação exigida para a habilitação;

d) da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

11.1.1 – A ata circunstanciada será assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

12 – DO JULGAMENTO

12.1 – Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com os itens licitados;
- c) as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital;
- d) as que conflitem com a legislação em vigor;
- e) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens da proposta de preços deste edital;
- f) as empresas que solicitadas a apresentação de amostras, não trouxerem no prazo avençado;

12.1.1 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

12.2 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “MENOR PREÇO GLOBAL”.

12.3 – Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do Pregão.

13.1.1 – Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior. Sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento, sob pena de o recurso/impugnação ser desconsiderado e/ou julgado prejudicado por falta da juntada do original.

13.2 – Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer das decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

13.3 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

13.4 – A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

13.5 – As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser protocolizados na secretaria da Câmara de Vereadores, situada na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC.

14 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – Homologado o procedimento, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito ao registro de preços.

14.1.1 – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pelo pregoeiro.

14.1.2 – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da Ata de Registro de Preços, o pregoeiro cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

14.1.3 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.2 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

14.3– Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres das partes.

14.4 – A minuta da ata de Registro de Preços – Anexo VIII, a ser assinada pelo licitante vencedor, é parte integrante deste edital.

14.5 – É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.6 – Da execução da Ata de Registro de Preços

14.6.1 – A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pela Câmara de Vereadores de Correia Pinto.

14.6.2 – A existência de preços registrados não obriga a Câmara de Vereadores a firmar as contratações que deles podem advir.

14.6.3 – Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.6.3.1 – A Câmara de Vereadores não está obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos previstos na ata, podendo contratar de forma parcelada, de acordo com as suas necessidades.

14.7 – Da alteração da Ata de Registro de Preços

14.7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.7.1.1 – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.7.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos produtos registrados, cabendo o pregoeiro, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

14.7.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o pregoeiro, deverá:

14.7.3.1 – Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.7.3.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.7.3.3 – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.7.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o pregoeiro, poderá:

14.7.4.1 – Negociar os preços;

14.7.4.2 – Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

14.7.3 – Não havendo êxito nas negociações, o pregoeiro deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.8 – A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão participante/contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

15 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

15.1.1 – não retirar o respectivo contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.2 – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.1.3 – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

15.1.4 – tiver presentes razões de interesse público.

15.2 - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

16 – DA CONTRATAÇÃO

16.1 – A celebração do Contrato será formalizada com a Câmara de Vereadores, mediante a expedição da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

16.2 – Da convocação para assinatura do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento:

16.2.1 – Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento.

16.2.1.1 – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

16.2.1.2 – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, o órgão/entidade requisitante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste edital.

16.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

16.3 – Da rescisão contratual:

16.3.1 – A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.3.1.1 – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

16.3.2 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratante são as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Contrato e no Decreto Estadual nº 4.777, de 11 de outubro de 2006.

16.4 – Dos direitos da Administração:

Ficam resguardados os direitos da Câmara de Vereadores, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.5 – Da execução do Contrato:

16.5.1 – São partes integrantes do Contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

16.5.2 – Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Câmara de Vereadores e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

16.5.3 – São de responsabilidade da Contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

16.5.4 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

16.6 – Da alteração do Contrato:

16.6.1 – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.6.1.1 – A contratada fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

16.7 – Da vigência do Contrato:

O prazo de vigência deste instrumento tem início na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015.

16.8 - Do reajuste de preço – O preço estabelecido é fixo, único e irreajustável, durante a vigência do presente Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos

necessários à execução do objeto do Contrato;

16.8.1 - A revisão dos preços poderá ser concedida, pela contratante, nos termos do art. 65, inc. II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a partir da análise e discussão de planilha de custos.

16.9- A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

17 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento de 2015 da Câmara de Vereadores.

18 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

18.1 – As despesas resultantes do presente Pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

18.2 – O pagamento será:

18.2.1 – efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Câmara de Vereadores de Correia Pinto, devendo constar também o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

18.2.2 – liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de Correia Pinto e, se for o caso, do município em que for sediada a licitante vencedora;

18.2.3 – realizado por intermédio depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura.

18.3 – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19 – DAS SANÇÕES:

19.1 - A licitante vencedora, nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Municipalidade, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

19.1.1 - deixar de entregar documentação exigida no Edital;

19.1.2 - apresentar documentação falsa;

19.1.3 - não mantiver a proposta;

19.1.4 - não assinar o contrato;

19.1.5 - comportar-se de modo inidôneo;

19.1.6 - fizer declaração falsa;

19.1.7 - cometer fraude fiscal.

19.1.8 - atrasar na prestação dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;

19.1.9 - não executar o objeto nos termos estabelecidos neste Pregão e na proposta da licitante vencedora, consubstanciada na não execução dos serviços em até quarenta dias da assinatura do pactuado.

19.2 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.3 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e no Decreto Estadual nº 4.777, de 11 de outubro de 2006, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

19.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

19.5 – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito ao pregoeiro, mediante requerimento, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

20.2 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

20.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

20.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

20.5 – A Câmara de Vereadores de Correia Pinto poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.6 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pelo setor de licitações, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

20.7 – Informações sobre o edital serão prestadas por meio de e-mail: câmara.correiapinto@gmail.com ou, no seguinte endereço: Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC, no horário das 14:00 às 18:00, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

20.8 – Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados na secretaria da Câmara de Vereadores, no endereço e horários mencionados no subitem acima.

20.9 – A Câmara de Vereadores não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

20.10 – A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.

20.11 – Fica eleito o foro da Comarca da Correia Pinto - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Correia Pinto, 22 de maio de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES

Presidente

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015

Relação de Itens

Item	Qtde.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máx.	Preço Total Máx.
1	12	mês	CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO	660,00	7.920,00
2	12	mês	DIVULGAÇÃO NA INTERNET DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, AO VIVO E SOB DEMANDA	676,00	8.112,00
3	12	mês	GERENCIAMENTO DO CONTEÚDO LEGISLATIVO E HOSPEDAGEM	326,00	3.912,00
4	40	hora	HORA TÉCNICA	126,66	5.066,40
			TOTAL R\$		25.010,40

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015

Termo de Referência

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1 - Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de criação, implantação, atualização, treinamento, gerenciamento e manutenção do portal da câmara, controle do processo legislativo e administrativo, registro da atuação dos Vereadores, transmissão ao vivo das sessões plenárias e disponibilização das gravações no site da Câmara de Vereadores de Correia Pinto, através de licença de uso temporário de softwares.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 – A contratação dos serviços aqui descritos justifica-se pela obrigatoriedade da implantação do Portal da Transparência, bem como ao atendimento do que dispõe a Lei de Acesso à Informação e ainda ao Termo de Ajuntamento de Conduta firmado com o Ministério Público.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA E CONDIÇÕES

2.1 - CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO

- Protocolo de documento e controle de resposta;

- Cadastro e geração de documentos oficiais;
- Controle e vinculação de todo o trâmite das proposições (projetos, decretos, resoluções, resoluções administrativas, substitutivos, emendas e subemendas, indicações, requerimentos, representações, pedidos de informação, moções, vetos, pareceres, diligências, pedido de vistas, portaria, redação-final, correspondências/ofícios);
- Cadastro de presença e pronunciamentos dos Vereadores nas sessões plenárias;
- Geração da Ordem do Dia e Ata da Reunião;
- Possibilidade de cadastramento de comissões permanentes, mesa diretora, presidente e vice-presidente desde a primeira legislatura;
- Controle de prazos;
- Consolidação e vinculação de leis;
- Possibilidade de emissão de consultas e relatórios;
- Possibilidade de pesquisa por verbetes;
- Possibilidade de consulta da legislação municipal;
- Possibilidade de anexar arquivos tais como, planilhas, tabelas, documentos digitalizados;
- Cadastro dos Vereadores com dados pessoais, histórico, fotos;
- Possibilidade de localização e acesso rápido dos arquivos de gravação em áudio e/ou vídeo das sessões da Câmara;
- Registro das atividades realizadas por cada usuário do sistema;
- Possibilidade de impressão a partir de qualquer consulta realizada;
- Geração da agenda do Presidente;
- Possibilidade de cadastramento de usuários e respectivas senhas, permitindo configurar quais opções o usuário poderá acessar;
- Atualizar o website da Câmara diariamente em horários definidos pelo usuário;
- Atualizar somente documentos novos e alterados evitando o reenvio de documento;
- Possibilidade de pesquisa por verbetes que constem nos textos dos Atos supracitados, não necessitando o cadastramento prévio de palavras-chave para pesquisa.
- Permitir consultas dos documentos disponibilizados por vários tipos de argumentos, como período, verbetes, autoria, tipo e número do documento.
- Disponibilização na Internet, com exportação direta do sistema, além das informações textuais dos documentos, as respectivas imagens da lei, documentos oficiais, arquivos anexados, tais como planilhas, etc., quando existirem.
- Possibilidade de obter consultas da Legislação Municipal, juntamente com as respectivas alterações e/ou revogações, quando existirem.

2.2 - DIVULGAÇÃO NA INTERNET DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, AO VIVO E SOB DEMANDA

- Gravação Audiovisual da Sessão Plenária, com Transmissão Ao Vivo pela Internet, mensalmente de 06 (seis) sessões plenárias, e sob demanda;
 - Configuração de serviço streaming;
 - Transmissão streaming para pelo menos 2000 (duas mil) pessoas simultaneamente, com utilização do servidor da contratante;
 - Possibilitar a transmissão ao vivo da sessão plenária para dispositivos móveis (Android/IOS);
- Compatível com sistema operacional WINDOWS.
- Interface gráfica;
 - Multiusuário;
 - Permitir utilizar 02 (duas) câmeras simultaneamente e até 05 (cinco) câmaras intercaladas;
 - Os audiovisuais deverão ficar hospedados no servidor da proponente, sendo disponibilizados os vídeos (sob demanda) dos últimos 12 (doze) meses.
 - Possibilidade de pesquisa por verbetes que constem dos textos, informados na edição do audiovisual da sessão plenária;
 - Possibilidade de suporte via Acesso Remoto diretamente via sistema;
 - Possibilidade de utilização de recursos do Windows, como transferência de informações do sistema, para outros aplicativos, como Word;
 - Possibilidade de consultar quais os vídeos já encontram-se disponíveis na Internet;
 - Atualização automática do sistema, sempre que existirem novas versões disponíveis;
 - Armazenar e distribuir com segurança as informações gravadas nas sessões plenárias, não sendo possível remover ou modificar as gravações.
 - Permitir a edição da gravação audiovisual tanto durante a ocorrência da mesma como posteriormente, para organização da gravação audiovisual, permitindo marcação e indexação por título, pronunciamento, vereador, texto.
 - Possibilitar a localização rápida e o acesso para visualização, na Internet ou localmente, tanto da gravação audiovisual de determinada sessão plenária, como de determinado trecho da gravação audiovisual, permitindo a pesquisa por título, nome do vereador, pronunciamento, explicação pessoal.
 - Possibilitar a marcação e indexação da gravação audiovisual por Título, Vereador, Pronunciamento, explicação pessoal e ainda, auxiliar a confecção da Ata da Sessão, facilitando o acompanhamento e registro dos pronunciamentos com a possibilidade de variação da posição e da velocidade na visualização do audiovisual;
 - Permitir e facilitar a cópia da Sessão e/ou dos Pronunciamentos por Vereador (em áudio e vídeo) podendo ser disponibilizados em qualquer mídia (DVD, PenDrive, etc.).
 - Possibilidade de gerar arquivo somente de áudio – MP3, permitindo consulta por Título, Vereador, Pronunciamento, Explicação Pessoais, etc.
 - Gerar automaticamente texto para a Ata da Sessão Plenária, a partir dos Pronunciamentos/Explicação Pessoais registradas;
 - Registro das atividades ocorridas no sistema, tendo-se segurança total sobre qualquer procedimento realizado, com o registro exato de data, horário, computador e ação nas telas de cadastramento que determinado Usuário realizou.

2.3 - GERENCIAMENTO DO CONTEÚDO LEGISLATIVO E HOSPEDAGEM

- Disponibilizar hospedagem em servidor de Internet da empresa contratada, com disponibilização de pelo menos 5Gb (cinco gigabytes) de espaço em disco, além de transferência ilimitada de arquivos;
- Ser compatível com os softwares de navegação, que utilizam HTML5 tais como, Internet Explorer, Firefox, Mozilla, Chrome e Safari;
- Possibilidade de criação de links;

- Possibilitar a execução regular e automática de backups da base de dados relacionada à página.
- Disponibilizar links de acesso para integração e importação de dados contábeis, patrimonial e de recursos humanos da Câmara;
- Possuir facilidade de navegação com recurso de web design responsivo, para vários dispositivos (computador, tablet, celular);
- Possuir integração com mídias sociais, tais como facebook e twitter;
- Fornecer meios para o atendimento da Lei de Transparência Pública, com a divulgação das contas públicas, processos licitatórios, relatórios de gestão fiscal, publicação de editais, contratos, legislação, com possibilidade de seleção dos itens;
- Possibilitar contato direto com o internauta através das rotinas de Ouvidoria, nas quais é possível anexar arquivos, enviar e-mail para internauta em resposta a solicitação e opção de apresentar a situação da solicitação;
- Possibilitar cadastro de textos com editor de texto completo;
- Possibilitar redimensionamento de fotos;
- Possibilitar a inserção, visualização, alteração e exclusão das informações cadastradas;
- Possibilitar o envio de jornais e notícias para os internautas cadastrados;
- Possibilitar a consulta de todos os internautas cadastrados no site;
- Possibilitar a inserção e alteração de textos, links, imagens, arquivos de áudio e vídeo, contendo em sua estrutura: história do Município e do Poder Legislativo, principais símbolos do Município e do Poder Legislativo, tais como o brasão, a bandeira e hino; dados culturais e turísticos da cidade; aspectos físicos e demográficos; indicação sobre os serviços prestados pela Câmara; estrutura funcional do Poder Legislativo, contendo informações sobre os setores, cargos, nomes dos servidores;
- Possibilitar a comunicação entre o internauta e os vereadores e/ou com Câmara Municipal, através de rotinas de "Ouvidoria", possibilitando o contato com comunicação direta por e-mail;
- Possibilitar o acesso do internauta, diretamente nas páginas pessoais do vereador, através da inserção dos respectivos ícones das redes sociais, no site da câmara;
- Possibilitar o cadastro de enquetes, dados estatísticos, links importantes;
- Apresentar a Mesa Diretora, com exibição dos Vereadores que a compõem, com nome, foto, e-mail, e respectivo cargo, ordenados a critério do usuário e link no nome do Vereador para acessar automaticamente as informações de seu cadastro, bem como acessar as proposituras e projetos de sua autoria e vídeos de seus pronunciamentos;
- Apresentar os Vereadores, com exibição ordenada por nome, com foto, e-mail, e link no nome do Vereador para acessar automaticamente as informações de seu cadastro, bem como acessar as proposituras e projetos de sua autoria e vídeos dos seus pronunciamentos.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 - O serviço será realizado a partir da data da assinatura do Contrato, de acordo com as necessidades da Contratante.

4.2 - O serviço deverá ser prestado, pelo preço adjudicado para a vencedora, sem quaisquer acréscimos, seja de impostos, seguros, fretes, encargos trabalhistas ou tributários.

4.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a prestar os serviços de instalação do(s) sistema(s), capacitação e treinamento dos usuários, acompanhamento pós instalação, suporte técnico para adequações e customizações que se fizerem necessárias, hospedagem por até 12 (doze) meses dos audiovisuais transmitidos ao vivo, das sessões plenárias da Câmara, e hospedagem do site, nas condições e formas previstas no presente Edital.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO

5.1 Serviços orçados na sua totalidade, segundo valores praticados pelo mercado, atualmente. A proposta vencedora será a que apresentar o menor preço global. Nos preços apresentados na proposta, deverão estar inclusos todas as despesas legais e adicionais incidentes direta ou indiretamente nos serviços ofertados, inclusive ICMS, PIS e COFINS.

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL n.º 03/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À Câmara Municipal de Correia Pinto

Item	Produto	Qtde.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO	12	mês		
02	DIVULGAÇÃO NA INTERNET DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, AO VIVO E SOB DEMANDA	12	mês		
03	GERENCIAMENTO DO CONTEÚDO LEGISLATIVO E HOSPEDAGEM	12	mês		
04	HORA TÉCNICA	40	hora		
	Total				

Preço total da proposta por extenso:

Validade da Proposta: 60 dias

Dados da Licitante

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município: Estado:

CEP: CNPJ/CPF/MF:

Fone: () Fac-símile: ()

E-Mail:

Banco: Agência:

Conta:
Representante:
Fone: () Fac-símile: ()

Local e data:

Assinatura/Carimbo

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015

Identificação dos Envelopes

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015, CMCP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –

PROPOSTA DE PREÇOS, ENVELOPE nº 01
AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015, CMCP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ENVELOPE nº 02
AO PREGOEIRO DA CÂMARA DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015, CMCP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –

DECLARAÇÃO, ENVELOPE nº 03 (quando a empresa não enviar representante)
ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2015

Recibo de Documentos

Declaro que recebi na secretaria da Câmara Municipal de Correia Pinto, com endereço a Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC, os envelopes nº 01 (Proposta de Preços), nº 02 (Documentos de Habilitação) e nº 03 (Declaração - quando a empresa não enviar representante), para serem anexados ao Pregão Presencial nº 03/2015, da empresa: _____.

Correia Pinto/SC, ____/____/2015 às ____:____hs.

NOME DO FUNCIONÁRIO: _____

ASSINATURA: _____

Observações: 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta;
2) Não pode conter rasuras;
3) Válido somente com carimbo e visto da secretaria. ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015

Modelo de Declaração

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CGC/CNPJ:
ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeitos do atendimento da alínea "d" do subitem 5.1.1, do Edital de Pregão Presencial nº 01/2015, instaurado pela Câmara Municipal de Correia Pinto, conforme exigido pelo inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015

DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa
....., CNPJ, esta enquadrada na categoria (Pequeno Porte ou Micro-
empresa), bem como não está incluída nas hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, a CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sita a Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº, doravante denominado Órgão Gerenciador, neste ato representado pelo seu Presidente Tadeu José Gonçalves, portador do CPF nº, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015, para Registro de Preços, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, sujeitando-se as partes ao edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, demais normas legais federais e municipais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

ITEM 01 – Quantidade: (.....) unidade(s) de ao preço unitário de R\$ 0,00 (zero vírgula zero zero). Empresa: inscrita no CNPJ/MF sob o nº , com sede na rua, neste ato representada por seu Sr., portador do CPF nº, documento de identidade nº e, doravante, denominada FORNECEDORA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2015 com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte integrante desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CÂMARA, CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO, REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS VEREADORES, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SOFTWARES, conforme Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Parágrafo Único – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Câmara Municipal de Correia Pinto não está obrigada a contratar exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os serviços cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Contrato

Para consecução dos serviços registrados nesta Ata, será celebrado contrato específico entre a empresa julgada vencedora – FORNECEDORA e a Câmara Municipal de Correia Pinto.

CLÁUSULA QUARTA – Da alteração da Ata de Registro de Preços

§ 1º – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

§ 3º – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

§ 4º – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador, deverá:

a) Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 5º – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador, poderá:

a) Negociar os preços;

b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de serviço; e

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 6º – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações

§ 1º – Obriga-se a FORNECEDORA:

a) a atender todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada lote/item, observado o disposto na Cláusula Quarta;

b) a prestação do serviço licitado de acordo com as especificações constantes nos Anexo I e II do Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

d) prestar o serviço do objeto licitado com qualidade exigida pelo órgão regulador;

e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata;

f) manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015;

g) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo Órgão Gerenciador ao local de prestação do serviço;

h) estender aos contratos objeto desta Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada.

§ 2º – Obriga-se o Órgão Gerenciador:

a) a prática de todos os atos de controle e administração do serviço;

b) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades dos Órgãos Participantes, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

d) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA com relação a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

O pagamento correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Correia Pinto, de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Cancelamento do Registro de Preços

§ 1º – O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) não retirar o respectivo contrato, ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

d) tiver presentes razões de interesse público

§ 2º – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

§ 3º – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA

São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015, seus Anexos e a proposta da FORNECEDORA.

CLÁUSULA NONA

A existência de preço registrado não obriga o Órgão Gerenciador a firmar contratação que dele pode advir.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo senhor José Tadeu Gonçalves, portador do CPF nº _____, representando o ÓRGÃO GERENCIADOR, e pelo(s) representante(s) da(s) Empresa(s) Registrada(s), abaixo identificado(s), tendo como testemunhas os senhores _____, portador do CPF nº _____ e, _____, portador do CPF nº _____, presentes neste ato.

Correia Pinto/SC, emde 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES

Presidente

CPF nº

.....
Representante da Empresa (.....)

CPF nº

.....
Representante da Empresa (.....)

CPF nº

Testemunhas

.....
(Fulano de Tal)

CPF nº

.....
(Fulano de Tal)

CPF nº

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E A EMPRESA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio da(o)(órgão contratante), com sede na rua, inscrito no CNPJ sob o nº, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu, Sr., portador do CPF nº, e de outro lado a empresa,, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu, Sr., portador do CPF nº, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, demais normas legais federais e municipais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CÂMARA, CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO, REGISTRO DA ATUAÇÃO DOS VEREADORES, TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES PLENÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES NO SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SOFTWARES, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviço do(s) item(s) nº com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 03/2015 e seus anexos.

§ 1º – A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, e/ou municipal aplicáveis.

§ 2º – O fornecimento dar-se-á a partir da data de assinatura do contrato.

§ 3º – São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Condições

Constitui condições do presente contrato:

§ 1º – Os serviços de assistência técnica e suporte considerados de atendimento normal têm seus custos inclusos na mensalidade. Os serviços de instalação, assistência técnica e suporte considerados de atendimento especial têm seus custos cobrados à parte, através do critério hora técnica.

§ 2º – Tanto a hospedagem do site deve utilizar 'Servidor' da CONTRATADA, como o sistema para divulgação na Internet das sessões plenárias, com transmissão mensal, das sessões plenárias da Câmara e para armazenar as mesmas, durante o período de 12 (doze) meses.

§ 3º – A CONTRATANTE terá acesso as informações, disponibilizadas na Internet, através de chamada direta (Link) no próprio site da Câmara.

§ 4º – Os equipamentos como recursos para gravação e filmagem das sessões plenárias, são de responsabilidade da CONTRATANTE, sendo responsabilidade da CONTRATADA a transmissão ao vivo para a Internet, armazenagem destas e a manutenção dos programas.

§ 5º – A CONTRATANTE, assim como qualquer cidadão, terá acesso tanto a transmissão ao vivo pela Internet das sessões plenárias da Câmara como das sessões passadas, pelo sistema, através de chamada direta no próprio site da Câmara.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Prazos

A Contratada deverá instalar o(s) sistema(s) fornecido(s), deixando em perfeitas condições de uso atendendo todas as exigências do edital, em até 10 (dez) dias a partir da assinatura do contrato.

§ 1º – Fica a cargo da Contratante estabelecer o calendário de implantação, podendo ser contratados no todo ou em partes respeitando o grau de interdependência entre eles, durante a vigência do contrato em função da disponibilidade financeira e da infra-estrutura de informática, bem como, da conveniência e interesse da Câmara.

§ 2º – O prazo de execução do serviço é de 12 meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado pelo período de 12 (doze) meses até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme prevê o art. 57º inc. IV da Lei 8.666/93, a critério da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA

Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste.

Do Preço

§ 1º – O preço unitário dos produtos adquiridos é aquele constante na Ata de Registro de Preço.

§ 2º – Do reajuste de preço – O preço estabelecido é irrealizável, durante a vigência do presente Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato;

Das Condições de Pagamento

§ 1º – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, mediante depósito bancário, mensalmente, em até 30 dias mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do órgão requisitante, devendo constar CNPJ, o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

§ 2º – O pagamento será liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de Correia Pinto e, se for o caso, do município em que for sediada a CONTRATADA, bem como certidão negativa do INSS.

§ 3º – A não apresentação do documento enunciado no parágrafo anterior implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 4º – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 5º – O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 1º – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA SEXTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência deste instrumento tem início em e término em, não podendo ultrapassar o exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações das Partes

Da Contratada

- Realizar o fornecimento estabelecido no presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Pregão nº 03/2015, e na forma e condições estabelecidas no edital e neste Contrato, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante.
- Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.
- Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.
- Fornecer o produto com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do produto.
- Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços.

Da Contratante

- Emitir a Autorização de Fornecimento/Contrato do produto licitado.
- Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso
- prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes;
- notificar, por escrito, à Contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- efetuar pagamento à Contratada de acordo com a forma e prazo estabelecido em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – Da Alteração Contratual por Aditamento

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA NONA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no

Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Sanções Administrativas

§ 1º – As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Municipalidade, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

I - deixar de entregar documentação exigida no Edital;

II - apresentar documentação falsa;

III - não manter a proposta;

IV - não assinar o contrato;

V - comportar-se de modo inidôneo;

VI - fazer declaração falsa;

VII - cometer fraude fiscal.

VIII - atrasar na prestação dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;

IX - não executar o objeto nos termos estabelecidos neste Pregão e na proposta da licitante vencedora, consubstanciada na não execução dos serviços em até quarenta dias da assinatura do pactuado.

§ 2º – Na aplicação das penalidades, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e no Decreto Estadual nº 4.777, de 11 de outubro de 2006, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 4º – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§ 5º – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

..... /SC, de de 2015.

JOSÁ TADEU GONÇALVES
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

PROCURADORIA DA CÂMARA

O presente edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 do parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Correia Pinto, 22 de maio de 2015.

Kárem Rosa dos Passos
Procuradora da Câmara

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3341/15

PORTARIA Nº 3341/15

NOMEIA A SENHORA MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, a SRA. MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA, para ocupar o cargo em comissão de Assessora de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas, percebendo a remuneração prevista no fator 53, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas atribuições.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

13 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3342/15

PORTARIA Nº 3342/15

EXONERA O SERVIDOR SR. MAURI EDGAR PADILHA DO O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, o SR. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, do cargo em comissão de Assessoria de Controle Interno.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

13 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3343/15

PORTARIA Nº 3343/15

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DO SERVIDOR MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, do servidor MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

13 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3344/15

PORTARIA Nº 3344/15

LICENCIA O SERVIDOR MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciado do cargo de Auxiliar de Setor, o servidor SR. MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1769/12.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

13 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3345/15

PORTARIA Nº 3345/15

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DO SERVIDOR JOEL BIANCHINI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, do servidor JOEL BIANCHINI.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
13 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3346/15

PORTARIA Nº 3346/15

LICENCIA O SERVIDOR JOEL BIANCHINI DO CARGO DE MOTORISTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciado do cargo de Motorista, o servidor SR. JOEL BIANCHINI, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
13 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3349/15

PORTARIA Nº 3341/15

NOMEIA A SENHORA MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, a SRA. MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA, para ocupar o cargo em comissão de Assessora de Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas, percebendo a remuneração prevista no fator 53, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas atribuições.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
13 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3351/15

PORTARIA Nº 3351/15

NOMEIA O SENHOR MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE CONVÊNIOS E CONTROLES DE e-SFINGE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, o SR. MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, para ocupar o cargo em comissão de Chefe de Convênios e Controles de e-Sfinge, com carga horária de 40 horas, percebendo a remuneração prevista no fator 28, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas atribuições.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
13 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3353/15

PORTARIA Nº 3353/15

NOMEIA O SENHOR JOEL BIANCHINI PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, o SR. JOEL BIANCHINI, para ocupar o cargo em comissão de Gerente de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 horas, percebendo a remuneração prevista no fator 34, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas atribuições.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
13 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3357/15

PORTARIA Nº 3357/15
EXONERA A PEDIDO A SENHORITA JULIANA JUDACHEWSKY DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido do cargo em Comissão de Coordenadora Pedagógica, a Srta. JULIANA JUDACHEWSKY.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 21 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2297/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
22 de maio de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

RESOLUÇÃO Nº 05/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

RESOLUÇÃO Nº 05/2015.

Dispõe da aprovação do Demonstrativo Físico-Financeiro 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Assistência Social o Demonstrativo Físico Financeiro 2014 quais sejam:

- Demonstrativo-Serviço/Programas do Governo Federal - Sistema Único de Assistência Social-SUAS 2014;
- Demonstrativo para Co-Financiamentodo Governo Federal/ PBF -Programa Bolsa Família/ IGD/ Índice de Gestão Descentralizada 2014;
- Demonstrativo para Co-Financiamentodo Governo Federal- Gestão SUAS/Sistema Único de Assistência Social-SUAS 2014.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 18 de Maio de 2015.
Celso Garcia
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 06/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

RESOLUÇÃO Nº 06/2015.

Dispõe da aprovação do Demonstrativo Físico-Financeiro 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Assistência Social o Demonstrativo Físico Financeiro 2013 quais sejam:

- Demonstrativo-Serviço/Programas do Governo Federal - Sistema Único de Assistência Social-SUAS 2013.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 18 de Maio de 2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE SISTEMAS DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO NO PAVILHÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 10/06/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 10/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Secretaria Municipal de Educação e a empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, no valor total de R\$ 582,99 (Quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DOS 60.000KM DO VEÍCULO SPIN PLACA MLJ0114, EM USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:
- XVII – "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso, XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 22 de Maio de 2015.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 22 de Maio de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 22 de Maio de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE TONNER PARA USO DO SETOR DE TRÂNSITO NA UNIDADE DA POLÍCIA MILITAR. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 08/06/2015. A partir das 14:00 horas do dia 08/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 22 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

ANEXOS DA RREO JAN/ABR/2015 BIMESTRE MAR-ABR/2015

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	77.164.039,00	77.164.039,00	14.919.272,56	19,33	28.682.328,29	48.481.710,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	76.783.239,00	76.783.239,00	14.749.461,53	19,21	27.554.368,56	49.228.870,44
IMPOSTOS	11.077.299,00	11.077.299,00	3.571.481,57	32,24	5.002.783,59	6.074.515,41
TAXAS	8.963.186,00	8.963.186,00	2.903.557,85	32,39	3.844.863,90	5.118.322,10
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.004.403,00	2.004.403,00	610.709,18	30,47	1.035.147,05	969.255,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	109.710,00	109.710,00	57.214,54	52,15	122.772,64	-13.062,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.813.966,00	3.813.966,00	779.541,23	20,44	1.300.303,09	2.513.662,91
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.885.070,00	1.885.070,00	361.902,83	19,20	655.026,97	1.230.043,03
RECEITA PATRIMONIAL	1.928.896,00	1.928.896,00	417.638,40	21,65	645.276,12	1.283.619,88
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.048.221,00	1.048.221,00	623.838,67	59,51	1.406.361,11	-358.140,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.048.221,00	1.048.221,00	623.838,67	59,51	1.406.361,11	-358.140,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	57.853.257,00	57.853.257,00	8.623.194,35	14,91	18.113.599,75	39.739.657,25
Transferências de Instituições Privadas	57.497.156,00	57.497.156,00	8.597.804,35	14,95	18.088.209,75	39.408.946,25
Transferências de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transfer. de Conv.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	341.101,00	341.101,00	25.390,00	7,44	25.390,00	315.711,00
Multas e Juros de Mora	2.990.496,00	2.990.496,00	1.151.405,71	38,50	1.731.321,02	1.259.174,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.191.639,00	1.191.639,00	255.414,04	21,43	462.250,27	729.388,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	90.865,00	90.865,00	420.430,47	462,70	599.781,64	-508.916,64
RECEITAS DIVERSAS	1.146.470,00	1.146.470,00	453.988,32	39,60	632.261,85	514.208,15
RECEITAS DE CAPITAL	561.522,00	561.522,00	21.572,88	3,84	37.027,26	524.494,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	380.800,00	380.800,00	169.811,03	44,59	1.127.959,73	-747.159,73
Operações de Crédito Internas	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
Alienação de Bens Móveis	11.000,00	11.000,00	19.815,00	180,14	19.815,00	-8.815,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	7.000,00	7.000,00	11.315,00	161,64	11.315,00	-4.315,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.000,00	4.000,00	8.500,00	212,50	8.500,00	-4.500,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	350.800,00	350.800,00	149.996,03	42,76	1.108.144,73	-757.344,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	349.800,00	349.800,00	149.996,03	42,88	1.108.144,73	-758.344,73
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
	3.932.467,50	3.932.467,50	834.197,02	21,21	1.311.467,67	2.620.999,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.096.506,50	81.096.506,50	15.753.469,58	19,43	29.993.795,96	51.102.710,54

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas						
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	81.096.506,50	15.753.469,58	19,43	29.993.795,96	51.102.710,54
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		81.096.506,50	15.753.469,58	19,43	29.993.795,96	51.102.710,54
Superávit Financeiro		4.651.460,46			692.183,05	
Reabertura de Créditos Adicionais		4.651.460,46			692.183,05	
		0,00			0,00	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.164.039,00	86.386.393,61	11.716.123,70	33.474.846,33	52.911.547,28	11.609.074,82	19.490.980,60	66.895.413,01	18.274.590,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	68.209.480,12	69.214.613,26	10.566.541,47	27.380.820,93	41.833.792,33	11.012.029,02	18.027.922,46	51.186.690,80	16.815.624,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.318.933,75	42.435.316,00	6.539.870,30	12.316.150,90	30.119.165,10	6.512.287,98	12.063.899,13	30.371.416,87	11.447.932,21
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS	25.254.546,37	26.143.297,26	4.021.013,92	13.165,99	11.091.793,22	5.657,25	13.165,99	622.834,01	13.165,99
Amortização da Dívida	7.065.718,88	15.282.940,35	1.149.582,23	6.094.025,40	9.188.914,95	597.045,80	1.463.058,14	13.819.882,21	1.458.965,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.007.458,88	14.224.680,35	874.633,90	5.752.320,68	8.472.359,67	322.097,47	1.121.353,42	13.103.326,93	1.117.260,75
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.058.260,00	1.058.260,00	274.948,33	341.704,72	716.555,28	274.948,33	341.704,72	716.555,28	341.704,72
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
	1.888.840,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.932.467,50	3.932.467,50	1.280.266,50	1.279.450,21	2.653.017,29	1.279.450,21	1.279.450,21	2.653.017,29	1.279.450,21

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.932.467,50	3.932.467,50	1.280.266,50	1.279.450,21	2.653.017,29	1.279.450,21	1.279.450,21	2.653.017,29	1.279.450,21
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.096.506,50	90.318.861,11	12.996.390,20	34.754.296,54	55.564.564,57	12.888.525,03	20.770.430,81	69.548.430,30	19.554.040,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	81.096.506,50	90.318.861,11	12.996.390,20	34.754.296,54	55.564.564,57	12.888.525,03	20.770.430,81	69.548.430,30	19.554.040,63
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	9.223.365,15	—	29.993.795,96
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	81.096.506,50	90.318.861,11	12.996.390,20	34.754.296,54	—	12.888.525,03	29.993.795,96	—	49.547.836,59

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 47.765,65

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	
	(a)	(a)	(b)	(c)	(b/a)	(a - c)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	3.932.467,50	3.932.467,50	834.197,02	1.311.467,67	21,21	2.620.999,83
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.932.467,50	3.932.467,50	834.197,02	1.311.467,67	21,21	2.620.999,83
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.932.467,50	3.932.467,50	834.197,02	1.311.467,67	21,21	2.620.999,83
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.932.467,50	3.932.467,50	834.197,02	1.311.467,67	21,21	2.620.999,83

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	3.932.467,50	3.932.467,50	672.468,22	1.279.450,21	2.653.017,29	672.468,22	1.279.450,21	2.653.017,29	1.279.450,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.932.467,50	3.932.467,50	672.468,22	1.279.450,21	2.653.017,29	672.468,22	1.279.450,21	2.653.017,29	1.279.450,21

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FONTE:

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87
2088	0,00	0,00	0,00	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	10.121.723,00	10.121.723,00	4.465.327,16	44,12		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.236.324,00	3.236.324,00	1.850.879,59	57,19		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.316.520,00	1.316.520,00	407.671,55	30,97		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.291.300,00	3.291.300,00	1.126.855,97	34,24		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	462.634,10	41,34		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.466,00	50.466,00	25.623,38	50,77		
Dívida Ativa dos Impostos	680.202,00	680.202,00	421.096,29	61,91		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	427.869,00	427.869,00	170.566,28	39,86		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.482.724,00	40.482.724,00	12.454.280,20	30,76		
Cota-Parte FPM	20.500.000,00	20.500.000,00	6.413.050,81	31,28		
Cota-Parte ITR	131.652,00	131.652,00	11.118,00	8,44		
Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	968.511,28	32,28		
Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	4.965.521,64	30,09		
Cota-Parte IPI-Exportação	219.420,00	219.420,00	76.149,45	34,70		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	131.652,00	131.652,00	19.929,02	15,14		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	131.652,00	131.652,00	19.929,02	15,14		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	50.604.447,00	50.604.447,00	16.919.607,36	33,44		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.362.140,00	5.362.140,00	1.898.292,77	35,40		
Provenientes da União	4.994.612,00	4.994.612,00	1.801.084,74	36,06		
Provenientes dos Estados	312.673,00	312.673,00	79.913,03	25,56		
Provenientes de Outros Municípios	54.855,00	54.855,00	17.295,00	31,53		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	68.826,00	68.826,00	11.832,98	17,19		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.430.966,00	5.430.966,00	1.910.125,75	35,17		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	14.076.946,00	15.348.995,57	7.025.463,85	45,77	4.488.641,66	29,24
Pessoal e Encargos Sociais	9.353.597,00	9.623.597,00	2.910.201,50	30,24	2.907.201,50	30,21
Outras Despesas Correntes	4.723.349,00	5.725.398,57	4.115.262,35	71,88	1.581.440,16	27,62
DESPESAS DE CAPITAL	806.689,00	1.220.087,13	580.525,06	47,58	29.270,00	2,40
Investimentos	806.689,00	1.220.087,13	580.525,06	47,58	29.270,00	2,40

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	806.689,00	1.220.087,13	580.525,06	47,58	29.270,00	2,40
Investimentos	806.689,00	1.220.087,13	580.525,06	47,58	29.270,00	2,40
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	14.883.635,00	16.569.082,70	7.605.988,91	45,90	4.517.911,66	27,27
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE AFURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.362.140,00	7.047.587,70	4.025.949,61	52,93	1.609.190,89	35,62
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.362.140,00	7.047.587,70	4.025.949,61	52,93	1.609.190,89	35,62
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.362.140,00	7.047.587,70	4.025.949,61	52,93	1.609.190,89	35,62
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.521.495,00	9.521.495,00	3.580.039,30	47,07	2.908.720,77	64,38
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII] - (15 x IIIb)/100] ⁶						
						370.779,67

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2014	0,00	68,93	47.813,45	-47.813,45			0,00
TOTAL	0,00	68,93	47.813,45	-47.813,45			0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	68,93			0,00			68,93
TOTAL (VIII)	68,93			0,00			68,93
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-	-						-
DESPESAS COM SAÚDE (Por subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS				
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica	12.651.036,00	5.103.205,15	67,09	3.906.205,23	86,46		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.095.461,00	2.432.425,39	31,98	604.491,21	13,38		
Vigilância Epidemiológica	137.138,00	70.358,37	0,93	7.215,22	0,16		
TOTAL	14.883.635,00	7.605.988,91	100,00	4.517.911,66	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

CURITIBANOS, 21/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMALURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 21/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial				0,00
Previsão Atualizada				0,00
Receitas Realizadas				0,00
Déficit Orçamentário				40.324.471,44
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				0,00
DESPESAS				
Dotação Inicial				81.096.506,50
Créditos Adicionais				9.222.354,61
Dotação Atualizada				90.318.861,11
Despesas Empenhadas				34.754.296,54
Despesas Liquidadas				20.770.430,81
Despesas pagas				19.554.040,63
Superavit Orçamentário				9.223.365,15
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		34.754.296,54		
Despesas Liquidadas		20.770.430,81		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		74.030.374,79		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		3.544.564,13		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		2.312.879,57		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.312.879,57		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-5.645.902,80	0,00
Resultado Primário		0,00	8.152.059,75	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.258.076,50	429.745,89	2.674.346,41	2.153.984,20
EXECUTIVO	5.258.076,50	429.745,89	2.674.346,41	2.153.984,20
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
EXECUTIVO	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
TOTAL:	5.815.228,19	429.745,89	3.199.343,19	2.186.139,11
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.203.177,34	25%	13,02
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.676.109,27	60%	70,03
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	19.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.463.058,14	13.819.882,21	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)		4.321.900,55	2.258.546,57	569.105,25	8.079,43	
Despesas Previdenciárias (V)		4.188.016,42	4.517.759,15	4.355.956,26	1.832.871,60	
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		133.884,13	-2.259.212,58	-3.786.851,01	-1.824.792,17	
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				19.815,00	-8.815,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	2.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual			
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	15,00		0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP						
		Valor apurado no exercício corrente				
Total das despesas/RCL (%)				0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 21/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	77.164.039,00	86.386.393,61	11.716.123,70	33.474.946,33	52.911.547,28	11.609.074,82	19.490.980,60	66.895.413,01
Ação Legislativa	2.756.432,00	2.756.432,00	320.219,29	664.334,06	2.092.097,94	333.511,73	604.269,66	2.152.162,34
Administração	7.697.969,67	7.693.169,67	1.183.613,88	2.846.277,31	4.846.892,36	1.210.159,71	2.062.914,54	5.630.255,13
Planejamento e Orçamento	686.476,80	686.476,80	104.289,71	199.695,41	486.781,39	99.336,44	183.575,56	502.901,24
Administração Geral	2.478.971,05	2.424.171,05	306.328,73	735.685,57	1.688.485,48	298.390,70	582.745,27	1.841.425,78
Administração Financeira	4.431.821,82	4.481.821,82	761.960,53	1.885.153,00	2.596.668,82	800.744,54	1.273.789,42	3.208.032,40
Controle Interno	100.700,00	100.700,00	11.034,91	25.743,33	74.956,67	11.688,03	22.804,29	77.895,71
Segurança Pública	874.717,00	1.007.250,92	155.897,34	337.518,94	669.731,98	87.293,06	123.976,96	883.273,96
Policimento	795.717,00	928.250,92	155.897,34	333.055,61	595.155,31	86.613,06	122.613,63	805.637,29
Defesa Civil	79.000,00	79.000,00	0,00	4.423,33	74.576,67	680,00	1.363,33	77.636,67
Assistência Social	3.327.476,00	3.877.012,18	362.442,60	680.224,61	3.196.787,57	269.539,08	471.476,66	3.405.535,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	427.586,50	459.379,56	21.937,45	51.686,96	407.692,60	23.504,87	42.710,09	416.689,47
Assistência Comunitária	2.263.889,50	2.781.632,62	334.847,90	615.371,66	2.166.260,96	240.376,96	415.600,58	2.366.032,04
Serviço da Divisão Interna	636.000,00	636.000,00	5.657,25	13.165,99	622.834,01	5.657,25	13.165,99	622.834,01
Previdência Social	6.253.754,70	6.253.754,70	1.172.759,91	2.249.373,84	4.004.380,86	1.172.759,91	2.249.098,67	4.004.656,03
Previdência do Regime Estatutário	6.253.754,70	6.253.754,70	1.172.759,91	2.249.373,84	4.004.380,86	1.172.759,91	2.249.098,67	4.004.656,03
Saúde	15.829.939,00	17.516.045,09	2.604.926,00	8.702.313,32	8.813.731,77	3.001.388,00	4.501.995,49	13.014.049,60
Atenção Básica	11.828.211,00	12.891.440,92	1.754.663,41	4.774.788,44	8.116.652,48	2.239.283,03	3.577.788,52	9.313.652,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.095.461,00	2.717.678,78	574.219,13	2.432.425,39	2.85.253,39	458.465,72	604.491,21	2.113.187,57
Vigilância Epidemiológica	137.138,00	137.138,00	67.768,37	70.368,37	66.779,63	5.508,14	7.215,22	129.922,78
Alimentação e Nutrição	1.769.129,00	1.769.787,39	208.275,09	1.424.741,12	345.046,27	298.131,11	312.500,54	1.457.286,85
Educação	22.210.893,80	23.930.816,92	2.728.156,82	7.538.919,12	16.391.897,80	3.080.843,45	5.188.196,31	18.762.660,61
Ensino Fundamental	12.561.281,50	14.777.049,09	1.204.360,87	4.561.104,12	10.215.944,97	1.582.318,32	2.690.012,96	12.087.036,13
Ensino Médio	261.109,80	261.109,80	11.176,52	86.513,37	174.596,43	19.979,72	29.012,57	232.097,23
Ensino Superior	93.253,50	93.253,50	16.000,00	16.000,00	77.253,50	3.200,00	3.200,00	90.053,50
Educação de Jovens e Adultos	9.196.510,00	8.700.665,63	1.451.619,43	2.830.301,63	5.870.363,90	1.470.345,41	2.440.930,78	6.259.734,75
Educação Especial	21.942,00	21.942,00	0,00	0,00	21.942,00	0,00	0,00	21.942,00
Cultura	76.797,00	76.797,00	45.000,00	45.000,00	31.797,00	5.000,00	5.000,00	71.797,00
Diffusão Cultural	766.600,00	766.600,00	46.442,00	96.812,78	669.787,22	54.332,00	93.752,78	672.847,22
Urbanismo	5.394.031,58	9.737.156,90	920.233,75	6.496.965,73	3.240.191,17	1.288.102,18	2.476.223,68	7.260.933,22
Serviços Urbanos	5.372.831,58	9.715.956,90	920.233,75	6.496.965,73	3.218.991,17	1.288.102,18	2.476.223,68	7.239.733,22
Preservação e Conservação Ambiental	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00
Habituação	460.138,80	460.138,80	6.538,51	16.875,09	443.263,71	5.631,36	7.234,15	452.904,65
Habitação Urbana	460.138,80	460.138,80	6.538,51	16.875,09	443.263,71	5.631,36	7.234,15	452.904,65
Saneamento	7.500,00	91.000,00	0,00	0,00	91.000,00	0,00	0,00	91.000,00
Saneamento Básico Urbano	7.500,00	91.000,00	0,00	0,00	91.000,00	0,00	0,00	91.000,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	77.164.039,00	86.386.393,61	11.716.123,70	33.474.946,33	52.911.547,28	11.609.074,82	19.490.980,60	93,84
Preservação e Conservação Ambiental	782.336,45	727.536,45	537.820,00	617.956,66	109.579,79	54.990,63	129.188,16	0,62
Controle Ambiental	770.336,45	715.536,45	536.460,00	615.596,45	99.546,45	54.003,97	128.181,50	0,62
Agricultura	12.000,00	12.000,00	1.360,00	1.966,66	10.033,34	986,66	986,66	0,00
Extensão Rural	2.009.328,80	2.633.728,80	698.470,66	1.231.742,49	1.401.986,31	134.088,71	231.835,22	1,12
Promoção da Produção Agropecuária	1.141.358,80	1.849.258,80	699.970,66	1.231.742,49	617.516,31	134.088,71	231.835,22	1,12
Indústria	867.970,00	784.470,00	-1.500,00	0,00	784.470,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	438.161,60	458.161,60	32.499,21	42.636,41	415.525,19	28.837,41	38.974,61	0,19
Comércio e Serviços	438.161,60	458.161,60	32.499,21	42.636,41	415.525,19	28.837,41	38.974,61	0,19
Turismo	430.000,00	430.000,00	0,00	9.105,48	420.894,52	1.186,70	2.030,51	0,01
Energia	430.000,00	430.000,00	0,00	9.105,48	420.894,52	1.186,70	2.030,51	0,01
Energia Elétrica	1.930.896,00	1.930.896,00	137.910,11	262.375,68	1.668.520,32	137.910,11	262.375,68	1,26
Transporte	604.756,50	654.756,50	172.863,58	483.904,06	170.852,44	190.550,22	222.556,53	1,07
Transporte Aéreo	148.956,50	148.956,50	18.281,43	38.015,24	110.941,26	19.775,12	31.482,02	0,15
Transporte Rodoviário	455.800,00	505.800,00	154.582,15	445.888,82	59.911,18	170.775,10	191.074,51	0,92
Desporto e Lazer	1.333.369,00	1.406.198,98	288.951,09	663.528,94	742.670,04	211.571,61	310.959,18	1,50
Desporto Comunitário	1.167.369,00	1.167.369,00	286.981,09	511.244,96	656.124,04	210.581,61	309.969,18	1,49
Lazer	166.000,00	238.829,98	1.970,00	152.283,98	86.546,00	990,00	990,00	0,00
Encargos Especiais	2.166.898,10	2.166.898,10	346.378,95	533.981,81	1.632.916,29	346.378,95	533.981,81	2,57
Serviço da Dívida Interna	1.319.057,10	1.319.057,10	274.948,33	341.704,72	977.352,38	274.948,33	341.704,72	1,65
Outros Encargos Especiais	847.841,00	847.841,00	71.430,62	192.277,09	655.563,91	71.430,62	192.277,09	0,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.888.840,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	3.932.467,50	3.932.467,50	672.468,22	1.279.450,21	2.653.017,29	672.468,22	1.279.450,21	6,16
Ação Legislativa	98.739,00	98.739,00	14.227,08	27.410,74	71.328,26	14.227,08	27.410,74	0,13
Administração	98.739,00	98.739,00	14.227,08	27.410,74	71.328,26	14.227,08	27.410,74	0,13
Administração Geral	1.272.000,00	1.272.000,00	189.881,03	362.601,61	909.398,39	189.881,03	362.601,61	1,75
Saúde	1.272.000,00	1.272.000,00	189.881,03	362.601,61	909.398,39	189.881,03	362.601,61	1,75
Atenção Básica	822.825,00	822.825,00	173.621,43	328.416,71	494.408,29	173.621,43	328.416,71	1,58
Educação	822.825,00	822.825,00	173.621,43	328.416,71	494.408,29	173.621,43	328.416,71	1,58
Ensino Fundamental	1.738.903,50	1.738.903,50	294.738,68	561.021,15	1.177.882,35	294.738,68	561.021,15	2,70
Educação Infantil	833.796,00	833.796,00	144.730,11	276.370,39	557.425,61	144.730,11	276.370,39	1,33
	905.107,50	905.107,50	150.008,57	284.650,76	620.456,74	150.008,57	284.650,76	1,37

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FONTE:

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	ESPECIFICAÇÃO													
	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	6.776.134,27	5.951.078,76	6.006.101,01	6.585.841,10	6.186.056,97	6.900.775,16	6.860.886,77	7.045.513,46	7.394.680,85	6.753.552,98	7.189.884,50	8.738.481,83	82.868.886,26	
RECEITA TRIBUTÁRIA	671.334,09	563.393,85	769.333,80	601.070,63	708.363,05	612.174,05	636.463,35	712.724,66	434.654,74	966.647,28	1.121.394,53	2.451.897,04	10.300.823,27	
IPTU	102.171,67	91.513,56	93.999,00	87.595,07	78.470,38	20.426,85	12.817,20	10.585,48	1.633,66	1.068,47	343.965,04	1.504.163,82	2.348.330,20	
IRPJ	109.394,73	92.390,25	115.248,10	97.746,52	103.659,53	99.686,23	115.151,06	184.066,67	17.141,49	138.753,05	174.706,53	132.033,03	1.379.916,19	
I.S.S.	253.170,51	237.392,74	248.151,20	244.634,31	292.326,93	272.237,76	266.731,32	292.085,72	261.410,53	326.740,91	254.383,90	264.001,99	3.222.267,75	
I.T.E.I.	113.494,95	99.251,93	220.135,54	88.026,80	130.094,14	126.259,68	135.138,60	101.113,33	97.393,16	96.174,78	115.248,91	96.864,70	1.316.530,00	
Outras Receitas Tributárias	93.642,23	63.001,37	92.303,96	82.067,93	104.012,07	93.567,53	106.625,37	134.903,46	57.075,90	432.920,07	233.080,15	434.843,57	1.928.073,61	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	257.078,11	259.183,88	266.505,92	276.312,55	255.061,95	167.286,84	376.841,49	408.113,29	299.887,37	251.074,49	329.980,50	449.590,73	3.813.966,00	
RECEITA PATRIMONIAL	656.390,18	134.409,39	258.805,89	769.423,29	114.688,92	119.074,86	169.639,86	-168.600,34	594.156,51	188.365,93	171.285,98	452.552,69	1.047.721,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.021.403,74	4.447.257,74	4.470.412,76	4.705.103,03	4.535.498,49	5.761.967,37	5.306.925,74	5.737.989,92	5.701.581,74	5.102.130,46	4.676.050,50	5.121.248,65	65.949.801,00	
Cota-Parte do FPM	1.719.287,93	1.288.338,96	1.107.378,89	1.345.278,17	1.178.246,79	1.114.511,54	1.475.198,56	2.372.718,22	1.798.007,00	1.835.416,80	1.336.831,54	1.442.786,47	20.500.000,00	
Cota-Parte do ICMS	1.021.839,61	1.030.335,32	958.720,11	1.004.595,05	1.076.609,94	1.111.560,51	1.224.441,71	1.178.244,86	1.325.776,75	1.183.692,00	1.182.594,63	1.273.068,26	16.500.000,00	
Cota-Parte do IPI/LA	320.796,69	296.042,77	337.318,51	293.343,94	314.286,66	333.547,63	245.400,43	146.498,21	159.331,49	213.377,67	288.549,88	307.082,14	3.000.000,00	
Cota-Parte do ITR	2.809,03	1.446,30	322,94	292,17	23.791,08	213.264,80	34.317,77	14.185,48	8.634,18	794,40	1.699,42	0,00	31.952,00	
Outras Transferências Correntes	628.118,70	570.685,07	888.582,32	813.038,95	668.460,40	1.659.078,40	937.485,77	646.395,52	1.017.408,52	590.188,70	621.867,30	729.501,88	9.558.427,00	
Transferências de LC 61/1996	16.445,30	15.693,28	16.091,06	16.595,33	15.068,59	16.715,49	19.194,36	18.899,26	27.294,87	16.239,15	15.990,73	16.894,70	218.420,00	
Transferências de LC 87/1996	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	0,00	0,00	0,00	19.929,02	31.952,00	
Transferências do FUNDEB	1.309.598,45	1.239.307,01	1.147.593,90	1.227.539,38	1.252.724,70	1.303.850,97	1.366.449,11	1.357.632,34	1.364.927,93	1.262.431,74	1.231.176,90	1.332.227,20	15.907.850,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	169.438,75	528.657,90	840.533,64	233.931,60	572.244,55	240.292,04	340.996,13	354.285,93	364.380,49	215.334,82	888.182,99	263.222,72	2.960.465,00	
DEDUÇÕES (II)	761.230,75	670.618,49	636.259,78	685.951,90	664.651,09	724.753,76	754.248,43	883.102,62	816.875,45	790.552,49	744.393,23	786.276,58	8.928.519,47	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	144.091,67	143.248,30	151.405,89	153.047,22	141.735,07	165.952,61	153.651,48	226.595,43	152.448,91	140.675,23	175.197,17	174.972,84	1.895.070,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	617.139,08	527.370,19	484.853,89	532.904,68	522.916,02	558.801,15	600.597,95	596.517,09	653.423,54	649.877,26	555.201,06	611.903,74	8.086.544,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.014.904,12	5.280.460,27	5.369.841,23	5.899.889,20	5.521.405,88	6.176.021,40	6.106.567,34	6.162.410,84	6.548.782,40	5.963.000,49	6.446.496,27	7.951.605,25	74.080.374,79	
FONTE: CURITIBANOS, 2005/2015														

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	2.552.107,00	2.552.107,00	2.233.096,46	1.461.040,11	
Receita de Contribuições dos Segurados	2.552.107,00	2.552.107,00	2.233.096,46	1.461.040,11	
Pessoal Civil	1.885.070,00	1.885.070,00	647.284,15	545.483,59	
Ativo	1.885.070,00	1.885.070,00	647.284,15	545.483,59	
Inativo	10.000,00	10.000,00	641.638,73	538.164,26	
Pensionista	10.000,00	10.000,00	3.400,80	4.509,29	
Pessoal Militar			2.244,82	2.810,04	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	634.124,00	634.124,00	990.068,16	915.556,52	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	634.124,00	634.124,00	990.068,16	915.556,52	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	32.913,00	32.913,00	595.744,15	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	32.913,00	32.913,00	595.744,15	0,00	
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	1.311.467,67	1.579.342,45	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	6.484.574,50	6.484.574,50	3.544.564,13	3.040.382,56	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes	6.624.574,50	6.624.574,50	2.361.831,36	2.312.879,57	2.027.414,68
Despesas de Capital	370.819,80	370.819,80	112.457,52	63.780,90	74.559,80
PREVIDÊNCIA SOCIAL	351.072,00	351.072,00	112.457,52	63.780,90	69.981,80
Pessoal Civil	19.747,80	19.747,80	0,00	0,00	4.578,00
Aposentadorias	6.253.754,70	6.253.754,70	2.249.373,84	2.249.098,67	1.952.854,88
Pensões	0,00	0,00	1.952.854,88	2.249.098,67	1.952.854,88
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.767.281,68	1.767.006,51	1.530.798,83
Pessoal Militar	0,00	0,00	481.624,96	481.624,96	421.822,45
Reformas	0,00	0,00	467,20	467,20	233,60
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	6.253.754,70	6.253.754,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	6.253.754,70	6.253.754,70	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	6.624.574,50	6.624.574,50	2.361.831,36	2.057.273,43	2.312.879,57	2.027.414,68
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(140.000,00)	(140.000,00)	-	-	1.231.684,56	1.012.967,88
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						581.551,28
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						581.551,28
Recursos para Formação de Reserva						581.551,28
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor	1.450.000,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00	0,00		
Bancos Conta Movimento			1.346.159,24	409.369,43		
Investimentos			18.298.505,89	13.781.529,07		
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			RECEITAS REALIZADAS			
			PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015		
				Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			3.932.467,50	1.311.467,67		
RECEITAS CORRENTES (VIII)			3.932.467,50	1.311.467,67		
Receita de Contribuições Patronais			3.932.467,50	1.311.467,67		
Pessoal Civil			3.932.467,50	1.311.467,67		
Ativo			3.932.467,50	1.311.467,67		
Inativo			0,00	0,00		
Pensionista			0,00	0,00		
Pessoal Militar			0,00	0,00		
Ativo			0,00	0,00		

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	3.932.467,50	3.932.467,50	1.311.467,67	1.579.342,45
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.861.916,04	2.795.159,65	2.520.211,32
DEDUÇÕES (II)	13.091.086,39	16.701.834,14	18.404.532,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.648.238,08	17.084.492,80	18.446.522,07
Demais Haveres Financeiros	0,00	23,18	622,14
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	557.151,69	382.681,84	42.611,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.229.170,35	-13.906.674,49	-15.884.321,54
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	375.224,27	370.812,04	365.975,88
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-10.604.394,62	-14.277.486,53	-16.250.297,42

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	-1.972.810,89	-5.645.902,80

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-580.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	17.038.260,02	18.162.452,26	19.644.665,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.443,45	882.465,35	1.346.159,24
Investimentos	16.317.816,57	17.279.986,91	18.298.505,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-17.038.260,02	-18.162.452,26	-19.644.665,13
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-17.038.260,02	-18.162.452,26	-19.644.665,13

FONTE:

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	79.667.485,50	27.459.475,12	25.528.052,60
Receita Tributária	11.077.299,00	5.002.783,59	4.629.184,76
I.P.T.U.	3.236.324,00	1.850.820,99	1.881.170,11
I.S.S.	3.291.300,00	1.125.537,26	933.588,67
I.T.B.I.	1.316.520,00	405.871,55	402.293,41
I.R.R.F.	1.119.042,00	462.634,10	343.505,24
Outras Receitas Tributárias	2.114.113,00	1.157.919,69	1.068.627,33
Receita de Contribuição	7.746.433,50	2.611.770,76	2.221.971,83
Receitas Previdenciárias	5.817.537,50	1.958.751,82	1.624.826,04
Outras Contribuições	1.928.896,00	653.018,94	597.145,79
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.048.221,00	1.406.361,11	1.210.435,92
(-) Aplicações Financeiras	1.048.221,00	1.406.361,11	1.210.435,92
Transferências Correntes	57.853.257,00	18.113.599,75	17.395.273,04
F.P.M.	16.400.000,00	5.130.440,74	4.888.472,88
I.C.M.S.	13.200.000,00	3.972.417,61	3.290.263,40
Convênios	341.101,00	25.390,00	0,00
Outras Transferências Correntes	27.912.156,00	8.985.351,40	9.216.536,76
Demais Receitas Correntes	2.990.496,00	1.731.321,02	1.281.622,97
Dívida Ativa	1.146.470,00	632.261,85	318.140,74
Diversas Receitas Correntes	1.844.026,00	1.099.059,17	963.482,23
RECEITAS DE CAPITAL (II)	380.800,00	1.127.959,73	1.176.966,75
Operações de Crédito (III)	19.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	11.000,00	19.815,00	59.055,00
Transferências de Capital	350.800,00	1.108.144,73	1.117.911,75
Convênios	349.800,00	1.108.144,73	1.117.911,75
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	350.800,00	1.108.144,73	1.117.911,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	80.018.285,50	28.567.619,85	26.645.964,35

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	73.147.080,76	28.660.271,14	27.835.505,35	19.307.372,67	16.945.814,00
Pessoal e Encargos Sociais	46.367.783,50	13.595.601,11	11.996.463,60	13.343.349,34	11.854.760,16
Juros e Encargos da Dívida (IX)	636.000,00	13.165,99	23.044,03	13.165,99	23.044,03
Outras Despesas Correntes	26.143.297,26	15.051.504,04	15.815.997,72	5.950.857,34	5.068.009,81
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	72.511.080,76	28.647.105,15	27.812.461,32	19.294.206,68	16.922.769,97
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.282.940,35	6.094.025,40	7.449.465,64	1.463.058,14	613.472,16
Investimentos	14.224.680,35	5.752.320,68	7.318.096,40	1.121.353,42	482.102,92
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.058.260,00	341.704,72	131.369,24	341.704,72	131.369,24
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.224.680,35	5.752.320,68	7.318.096,40	1.121.353,42	482.102,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	438.840,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	88.624.601,11	34.399.425,83	35.130.557,72	20.415.560,10	17.404.872,89
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.606.315,61	-5.831.805,98	-8.484.593,37	8.152.059,75	9.241.091,46
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	616.039,00

FONTE:

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (arb)
	Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Cancelados	Pagos	Liquidados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	533.610,81	0,00	501.455,90	32.154,91	133.841,78	5.124.234,72	429.745,89	2.674.346,41	2.684.802,85
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	321.528,69	0,00	291.591,59	32.154,91	133.841,78	5.124.234,72	429.745,89	2.674.346,41	2.684.802,85
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	23.937,10	132.841,78	2.123.772,05	164.239,17	1.333.606,27	1.336.798,17
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,60	0,00	23,43	23,43
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	0,00	14,28	0,00	14,28	0,00	1.200,00	66.993,24	4.067,57	61.883,84	61.883,84
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	30.812,38	0,00	30.812,38	0,00	0,00	4.811,87	0,00	4.034,00	4.034,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSES	0,00	81.108,10	0,00	78.890,29	2.217,81	0,00	330,00	0,00	1.061.927,91	1.061.927,91
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	100.147,36	0,00	100.147,36	0,00	0,00	2.592.180,99	242.720,63	44,67	242.720,63
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	23.540,88	0,00	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	23.540,88	0,00	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91	133.841,78	5.124.234,72	429.745,89	2.674.346,41	2.684.802,85

FONTE:

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalANILAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.121.723,00	10.121.723,00	4.465.327,16	44,12
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.185.315,00	4.185.315,00	2.314.135,95	55,29
1.1.1- IPTU	3.236.324,00	3.236.324,00	1.850.879,59	57,19
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	16.456,00	16.456,00	259,08	1,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	548.550,00	548.550,00	324.376,79	59,13
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	383.985,00	383.985,00	138.620,49	36,10
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.317.617,00	1.317.617,00	408.122,22	30,97
1.2.1- ITBI	1.316.520,00	1.316.520,00	407.671,55	30,97
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.097,00	1.097,00	450,67	41,08
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.499.749,00	3.499.749,00	1.280.434,89	36,59
1.3.1- ISS	3.291.300,00	3.291.300,00	1.126.855,97	34,24
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	32.913,00	32.913,00	24.913,63	75,70
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	131.652,00	131.652,00	96.719,50	73,47
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	43.884,00	43.884,00	31.945,79	72,80
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	462.634,10	41,34
1.4.1- IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	462.634,10	41,34
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.482.724,00	40.482.724,00	12.454.280,20	30,76
2.1- Cota-Parte FPM	20.500.000,00	20.500.000,00	6.413.050,81	31,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.500.000,00	20.500.000,00	6.413.050,81	31,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	4.965.521,64	30,09
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	131.652,00	131.652,00	19.929,02	15,14
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	219.420,00	219.420,00	76.149,45	34,70
2.5- Cota-Parte ITR	131.652,00	131.652,00	11.118,00	8,44
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	968.511,28	32,28
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.604.447,00	50.604.447,00	16.919.607,36	33,44
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.153.697,00	2.153.697,00	950.222,05	44,12
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.316.520,00	1.316.520,00	729.870,18	55,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.486,00	5.486,00	1.110,00	20,23
5.3- Transferências Diretas - PNAE	446.000,00	446.000,00	100.942,00	22,63
5.4- Transferências Diretas - PNATE	142.720,00	142.720,00	14.174,20	9,93
5.5- Outras Transferências do FNDE	232.000,00	232.000,00	56.480,00	24,34
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.971,00	10.971,00	47.645,67	434,29
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	411.939,00	411.939,00	49.025,67	11,90
6.1- Transferências de Convênios	400.391,00	400.391,00	25.390,00	6,34
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	11.548,00	11.548,00	23.635,67	204,67
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.194,00	2.194,00	26.174,77	1.193,02
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.567.830,00	2.567.830,00	1.025.422,49	39,93
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.096.544,00	8.096.544,00	2.490.411,60	30,76
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.100.000,00	4.100.000,00	1.282.610,07	31,28
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.300.000,00	3.300.000,00	993.104,03	30,09
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	26.330,00	26.330,00	3.965,80	15,14
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	43.884,00	43.884,00	15.229,86	34,70
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	26.330,00	26.330,00	2.223,58	8,45
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	193.258,26	32,21
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.962.805,00	15.962.805,00	5.249.510,67	32,89
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.907.950,00	15.907.950,00	5.190.763,77	32,63
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	54.855,00	54.855,00	58.746,90	107,09
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.811.406,00	7.811.406,00	2.700.352,17	34,57
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.972.103,75	12.613.259,28	3.676.109,27	29,14	3.676.109,27	29,14
13.1- Com Educação Infantil	6.505.803,00	6.846.958,53	2.034.221,85	29,71	2.034.221,85	29,71
13.2- Com Ensino Fundamental	5.466.300,75	5.766.300,75	1.641.887,42	28,47	1.641.887,42	28,47
14- OUTRAS DESPESAS	3.990.701,25	3.990.701,25	1.971.872,79	49,41	884.842,61	22,17
14.1- Com Educação Infantil	1.135.498,50	705.498,50	340.395,93	48,25	331.699,31	47,02
14.2- Com Ensino Fundamental	2.855.202,75	3.285.202,75	1.631.476,86	49,66	553.143,30	16,84
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.962.805,00	16.603.960,53	5.647.982,06	34,02	4.560.951,88	27,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						641.155,53
17.1 - FUNDEB 60%						641.155,53
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						641.155,53
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.919.796,35
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						57,81
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						16,86
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						25,33
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						641.155,53
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						641.155,53
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	12.651.111,75		12.651.111,75		4.229.901,84	33,44
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.685.690,50	9.529.846,03	3.058.552,39	32,09	2.719.941,54	28,54
23.1- Creche	4.842.845,25	4.764.923,02	1.529.276,20	32,09	1.359.970,77	28,54
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.820.650,75	3.776.228,52	1.187.308,89	31,44	1.182.960,58	31,33
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.022.194,50	988.694,50	341.967,31	34,59	177.010,19	17,90
23.2- Pré-escola	4.842.845,25	4.764.923,01	1.529.276,19	32,09	1.359.970,77	28,54
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.820.650,75	3.776.228,51	1.187.308,89	31,44	1.182.960,58	31,33
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.022.194,50	988.694,50	341.967,30	34,59	177.010,19	17,90
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.872.513,50	12.669.513,50	4.437.371,36	35,02	2.883.490,40	22,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.321.503,50	9.051.503,50	3.273.364,28	36,16	2.195.030,72	24,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.551.010,00	3.618.010,00	1.164.007,08	32,17	688.459,68	19,03
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.558.204,00	22.199.359,53	7.495.923,75	33,77	5.603.431,94	25,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.700.352,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						58.746,90
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						609.097,75
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						3.368.196,82
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.235.235,12
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						13,21
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.327.491,00	2.361.370,20	155.933,97	6,60	35.973,97	1,52
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.239.145,00	1.284.691,78	960.101,04	74,73	193.068,42	15,03
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.566.636,00	3.646.061,98	1.116.035,01	30,61	229.072,39	6,28
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.124.840,00	25.845.421,51	8.611.958,76	33,32	5.832.504,33	22,57

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.850.298,51	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.190.763,77	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.325.348,52	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.506.603,06	0,00
49.2 Restos a Pagar	818.745,46	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	58.746,90	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.774.460,66	0,00

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILJO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREQ do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	19.000,00	0,00			19.000,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL	15.282.940,35	6.094.025,40	1.463.058,14	0,00	9.188.914,95
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	15.282.940,35	6.094.025,40	1.463.058,14	0,00	9.188.914,95
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-15.263.940,35	-6.094.025,40	-	-	-9.169.914,95

FONTE:

CURITIBANOS, 20/05/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Forquilha

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/PMF/2015

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Recorrente: ROSANGELA REZIN DOS SANTOS LTDA. ME.

WALMIR DE SOUZA WS – ME.

KAF RIO SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA.

Recorrido: COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME.

WALMIR DE SOUZA WS – ME.

ZOLEIDE SERAFIM DE SOUZA – ME.

RELATÓRIO

ROSANGELA REZIN DOS SANTOS LTDA. ME., WALMIR DE SOUZA WS – ME. e KAF RIO SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA. Apresentaram Recurso Administrativo contra decisão da Pregoeira Municipal que, no Edital de Pregão Presencial nº 058/PMF/2015, que tem por objeto a contratação de até 02 (duas) empresas para prestação de serviços funerários, declarou vencedoras as empresas COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME. e WALMIR DE SOUZA WS – ME.

Alegam, em apertada síntese, as recorrentes:

ROSANGELA REZIN DOS SANTOS LTDA. ME. dispôs que as licitantes, com exceção da Recorrente e da Comercial Santo Antônio, deixaram de apresentar planilha demonstrando a viabilidade das propostas, contrariando o item 9.7.2 do Edital, devendo ser consideradas nulas e, consequentemente, desclassificadas; e que WALMIR DE SOUZA WS – ME apresentou certificado de especialização em tanatopraxia expedido por pessoa física, contrariando o item 8.1.6 (f.1-III) do Edital, devendo ser inabilitado.

WALMIR DE SOUZA WS – ME. dispôs que a terceira errata publicada pela Administração trouxe significativo prejuízo a Recorrente, tendo em vista que ampliou de três para seis empresas classificadas para a etapa de lances, que esta alteração exigia a alteração da proposta, exigindo-se, desta forma, a reabertura do prazo inicialmente estabelecido. Desta forma, pugnou que seja realizada novamente a segunda fase do certame com a convocação de apenas das três primeiras classificadas com as maiores propostas de preço, ou, alternativamente, a anulação de todo processo licitatório.

KAF RIO SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA. dispôs que COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME. apresentou atestado de capacidade técnica em desconformidade com o item 8.1.6(a) do Edital, visto que o atestado apresentado se refere a serviço de tanatopraxia e não de serviços funerários, bem como, descumpriu o item 8.1.6 (f.1) do Edital, visto não ter apresentado a Relação de Empregados da GFIP para comprovar o vínculo do Tanatopraxia com a licitante.

Devidamente notificadas, apenas as empresas COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME., WALMIR DE SOUZA WS – ME. e ZOLEIDE SERAFIM DE SOUZA – ME apresentaram contrarrazões aos Recursos Administrativos.

COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME. dispôs que a comprovação do profissional de tanatopraxia se deu na forma disposta pelo Edital, ou seja, a través da apresentação da Carteira de Trabalho e que o atestado de capacidade técnica contempla as duas atividades exigidas pelo edital.

WALMIR DE SOUZA WS – ME. dispôs que a apresentação da planilha demonstrando a viabilidade das propostas não é um documento obrigatório, que só deve ser apresentada caso o pregoeiro entenda necessário para analisar a exequibilidade da proposta; que a tênue diferença entre as quatro primeiras propostas evidencia a exequibilidade das propostas; que o Certificado de especialização em Tanatopraxia foi expedido pela empresa LAIDON Cursos e Treinamentos LTDA. ME., cumprindo, assim, as exigências edilícias.

ZOLEIDE SERAFIM DE SOUZA – ME dispôs que KAF RIO SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA não lhe representa, solicitando que sejam tornadas sem efeito e desconsideradas as considerações feitas pela empresa KAF RIO SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA em relação a empresa ZOLEIDE SERAFIM DE SOUZA – ME.

É o relatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO

DA PLANILHA DEMONSTRANDO A VIABILIDADE DAS PROPOSTAS

De acordo com o Edital, o Pregoeiro deverá analisar as propostas e desclassificar as manifestamente inexecutáveis, contudo esta desclassificação não se dará de plano, visto que deverá solicitar prova de que a licitante possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada, vejamos:

9.7. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.7.1. Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexecutáveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

9.7.2 Para fins de aferição de inexecutabilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.7.3. Sendo aceitável a proposta de maior preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

De tal modo, fica nítido que a planilha disposta no item 9.7.2 do Edital somente deve ser apresentada se o Pregoeiro ficar em dúvida sobre a exequibilidade da proposta, não sendo o caso em tela, pois, conforme asseverado pela empresa WALMIR DE SOUZA WS – ME em suas contrarrazões, a tênue diferença entre as quatro primeiras propostas evidencia a exequibilidade das propostas.

DO CERTIFICADO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TANATOPRAXIA DA EMPRESA WALMIR DE SOUZA WS – ME

A alegação de que WALMIR DE SOUZA WS – ME apresentou

certificado de especialização em tanatopraxia expedido por pessoa física, contrariando o item 8.1.6 (f.1-III) do Edital, é completamente estapafúrdia, visto que uma simples análise do certificado apresentado se vislumbra que foi expedido pela empresa LAIDON Cursos e Treinamentos LTDA. ME., cumprindo, desta forma, as exigências edilícias.

DA TERCEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL

Quanto a terceira alteração do edital que ampliou de três para seis empresas classificadas para a etapa de lances, trazemos o disposto pela Procuradoria-Geral do Município em parecer acostado aos autos deste certame:

A Lei n. 10.520/2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, assevera que serão classificadas para etapa de lances os autores das ofertas com preços até 10% (dez por cento) da melhor proposta, ou não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nestas condições, serão classificados os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), vejamos:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

IX - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

Uma interpretação gramatical deste dispositivo poderia levar a conclusão que se deveria se classificar apenas 3 (três) empresas para a etapa de lances, contudo reputo que esta não é a interpretação mais adequada para a situação em tela.

O Decreto 3.555/2000 (que é o regulamento do pregão presencial no âmbito Federal), ex vi de seu art. 4º, parágrafo único, contém preceito no sentido de que "as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação".

Assim, não nos parece tão simplista a solução do conflito, visto que a interpretação da legislação deve atender ao princípio da competitividade que deve esgueirar a condução dos trabalhos licitatórios. Princípio, na inteligência do mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, "[...] é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido do harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo. Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de estrutura mestra".

Como dito, o caso em tela é uma situação sui generis, visto que prevê que duas empresas serão declaradas vencedoras, ou seja, teremos dois itens a serem licitados.

Se fossemos considerar que seriam dois itens, teríamos que classificar três empresas para cada item, contudo, no caso em tela não serão divididos os itens em etapas de lances distintos, mas todos em uma única etapa de lances, desta forma, para não evitar prejuízo na disputa deverão ser classificadas seis empresas para

os lances.

Por exemplo, digamos que se estivéssemos licitando a exploração de serviços funerários para quatro empresas, o que seria feito se a interpretação quanto ao limite de propostas fosse de poderíamos classificar somente três licitantes? Teríamos que ficar sem declarar uma empresa vencedora?

Por princípio, a Administração sempre deve buscar a ampliação da disputa e proposta mais vantajosas, sendo que a alteração proposta foi exatamente neste sentido.

Também, é completamente infundada a alegação de que a terceira retificação do edital exigiu a alteração da proposta, visto que esta não fazia nenhuma menção a formulação da proposta de preços, não havendo nenhuma influência neste sentido.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME.

O Edital, item 8.1.6 (a), quanto a documentação exigida para comprovação da qualificação técnica, exigiu:

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços da mesma natureza técnica por intermédio de permissão pública ou permissão pública compatível com os serviços licitados; (grifamos)

Assim, o Edital exigiu apresentação de atestado de capacidade técnica comprovando que a licitante executou ou executa serviços da mesma natureza técnica compatível com os serviços licitados.

Ou seja, o atestado não precisa descrever *ipsis litteris* o mesmo serviço que está sendo licitado, somente precisa ser compatível.

Contudo, a Lei nº 2.076, de 25 de março de 2015, que regula a prestação de serviço funerário no âmbito do Município de Forquilha, em seu art. 2º, classifica a preparação de cadáveres, com realização de tanatopraxia, como atividades integrantes do serviço funerário.

Desta forma, o atestado de capacidade técnica apresentado pela COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME. atende ao solicitado no 8.1.6(a) do Edital, visto que o serviço de tanatopraxia está entre os elencados como serviços funerários.

Também, o Edital, item 8.1.6 (f), quanto a documentação exigida para comprovação da qualificação técnica, exigiu:

f) Declaração do próprio licitante de que manterá durante o prazo contratual da outorga da permissão, no mínimo, 02 (dois) funcionários a serem empregados para a adequada prestação dos serviços funerários, sendo pelo menos 01 (um) funcionário "especializado" em TANATOPRAXIA;

f.1) Para a comprovação da alínea acima a licitante deverá juntar os seguintes documentos:

I - Cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que os profissionais indicados pertencem ao quadro permanente da empresa, ou

II - Cópia da "Certidão Simplificada" emitida pela Junta Comercial do Estado ou cópia da última alteração contratual da empresa, no caso dos profissionais serem sócios/proprietários da mesma, e

III - Certificado de especialização em TANATOPRAXIA expedido por instituição pública ou provada reconhecida.

O Edital exigiu a apresentação de cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que os profissionais indicados pertencem ao quadro da empresa, não obrigando a apresentação da Relação de Empregados

da GFIP.

Assim, a empresa COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME. comprovou possuir os funcionários a serem empregados para a adequada prestação dos serviços funerários na forma disposta pelo Edital, ou seja, a través da apresentação da Carteira de Trabalho.

DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, recebo e indefiro os Recursos Administrativos formulados por ROSANGELA REZIN DOS SANTOS LTDA. ME., WALMIR DE SOUZA WS – ME. e KAF RIO SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA., no processo de Pregão Presencial nº. 058/PMF/2015, mantendo a decisão da Pregoeira, declarando as empresas COMERCIAL DE URNAS SANTO ANTÔNIO LTDA. ME. e WALMIR DE SOUZA WS – ME. vencedoras do certame, pelos motivos acima expostos.

P.R.I. Comunique-se os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Pregoeira para processamento devido.

Forquilha/SC, 21 de maio de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 090, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 090, DE 08 DE MAIO DE 2015.
DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 05 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 05 de junho do corrente ano, tendo em vista o feriado municipal de Corpus Christi declarado pela Lei nº 200, de 22 de janeiro de 1993.

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos na data referida no artigo primeiro.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais e inadiáveis permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de maio de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/PMF/2015

ERRATA - RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 86/PMF/2015 que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para locação de máquinas impressoras, multifuncionais e digitalizadoras, com fornecimento de suprimentos, incluindo manutenção legal, corretiva e suporte técnico, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha.

A retificação do edital se dá na inclusão do item abaixo:

1.3. A empresa vencedora do certame licitatório será convocada durante a cessão para fazer apresentação dos hardwares e softwares, objeto deste processo licitatório, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. A equipe técnica do município verificará a compatibilidade do objeto apresentado com as exigências da planilha de itens e sistema de abertura de chamados constantes no ANEXO I.

As demais cláusulas do edital de chamamento permanecem inalteradas.

Edital alterado e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br ou licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 22 de maio de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15FME10

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME10

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

Contratada...: TOTAL SPORTS LTDA

Valor : 7.100,00 (sete mil e cem reais)

Vigência : Início: 20/05/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE LIQUIDO A BASE D'AGUA PARA DEMARCAÇÃO DE SUPERFÍCIES GRAMADAS, DURANTE OS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

Antonio Marcos de Almeida

Superintendente

AT15FMS10

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FMS10

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: JULIO & CATARINA LTDA - ME

Valor : 10.161,91 (dez mil cento e sessenta e um reais e noventa e um centavos)

Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 30/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE HEMOGRAMA NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS11

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FMS11

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: TRANS ANR LTDA

Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/10/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE FREQUENTAM O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DURANTE O PERÍODO DE MAIO A OUTUBRO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS12

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FMS12

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA

Valor : 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)

Vigência : Início: 18/05/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DAS AGENTES COMUNITARIAS DE SAÚDE, DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A AGOSTO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15PMF64

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF64

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 30/09/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras de tubos e canaletas de concreto para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de maio a setembro de 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF65

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF65

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DELCIR BOESING ME

Valor : 41.880,00 (quarenta e um mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 30/09/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras de tubos e canaletas de concreto para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de maio a setembro de 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF66**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF66
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 744.998,00 (setecentos e quarenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEDRAS BRITAS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME) DURANTE OS MESES DE MAIO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15PMF67**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF67
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SÍMBOLO COMÉRCIO DE BANDEIRAS LTDA
Valor : 8.049,95 (oito mil e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2015
Objeto : OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BANDEIRAS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL FUNDAMENTALEINFANTIL DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

AT15SF05**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15SF05
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA
Valor : 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 30/09/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015
Objeto : O PREGÃO PRESENCIAL TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA PARA INSTALAÇÃO EM POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI, DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A SETEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2015

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0008/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2015 – PMF
Processo Administrativo Licitatório nº 0104/2015-PMF
Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de serviços técnicos especializados de Consultoria Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial para orientação dos servidores municipais

que atuam nessas áreas, com vista a implementação das normas de contabilidade aplicada ao setor público (PCASP) compreendendo: Receita Pública; Despesa Pública; Créditos Orçamentários; Lançamentos Contábeis; início e encerramento de exercícios; Elaboração de Balancetes Mensais; Elaboração do Balanço Geral; Relatório da Execução Orçamentária e Gestão; Planejamento Orçamentário (PPA, LOA LDO); Geração e Transmissão da e-Sfinge e de Atos Administrativos (SICONFI, SIOPS, SIOPE e SIGPC); Fechamento de Balanços e Demonstrativos Mensais e Anuais. Modalidade: Tomada de Preços; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 10.06.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. Recursos: O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo(SC), 22 de maio de 2015. Ivo Biazolo – Prefeito Municipal.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2015 SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0023/2015 – SF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2015 – SF
A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI torna público a Inexigibilidade de Licitação de nº 0006/2015 – SF, para locação de um poço artesiano localizado no Lote nº 0001 da Quadra nº 292, bairro das Nações, pelo período de maio a dezembro de 2015. Contratada: IRIS AUTOMÓVEIS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 82.695.867/0001-73. Valor e pagamento: R\$ 7.176,40 (sete mil, cento e setenta e seis reais e quarenta centavos) em 08 parcelas mensais de R\$ 897,05 (oitocentos e noventa e sete reais e cinco centavos), irrevogável durante toda a vigência contratual. Fundamento Legal: Art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 22 de maio de 2015.
Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

AVISO DE REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011A/2015-FMS

Aviso da Republicação do Pregão Presencial Nº 0011A/2015 – FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa do ramo para fornecimento de um kit de direção hidráulica e serviços de instalação do kit, no veículo Saveiro placas MIU-8666, frota nº 258. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 09.06.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de maio de 2015.
Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0068/2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0068/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (grupos formais ou informais) e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, de acordo com o art. 24 da resolução nº 26 de 17/06/2013 do FNDE, para merenda escolar dos alunos que frequentam os Centros Municipais De Educação Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 03.06.2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de maio de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

CT15PMF59**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15PMF59

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA

Valor : 14.700,00 (quatorze mil setecentos reais)

Vigência : Início: 18/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE SOPRO PARA OS ALUNOS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, DURANTE OS MESES DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

CT15SF09**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15SF09

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: HEXIS CIENTÍFICA S.A.

Valor : 11.695,00 (onze mil seiscentos e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE ÁGUA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO (ETA).

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

CT15SF10**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15SF10

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI

Valor : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA BANCADA COM PIA E TAMPA DE GRANITO, PARA INSTALAÇÃO NA CASA DE QUÍMICA DA NOVA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTE LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

CT15SF11**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15SF11

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Valor : 7.410,00 (sete mil quatrocentos e dez reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE MANTA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, LISA, COM ESPESSURA NOMINAL DE 1MM, COM SERVIÇOS DE SOLDA E COLOCAÇÃO EM CÉLULA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

CT15SF12**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15SF12

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: SANEGRAPH SERVICOS DE INFORMATICA TICA SS LTDA

Valor : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA DIMENSIONAMENTO HIDRÁULICO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO PARA USO DO SETOR DE ENGENHARIA DA SANEFRAI E TREINAMENTO DE PESSOAL, INDICANDO O SOFTWARE DENOMINADO SANCAD FOX, FORNECIDO PELA EMPRESA SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA - EPP.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

DECRETO Nº 094/2015

DECRETO Nº 094, DE 22 DE MAIO DE 2015.

FIXA O REAJUSTE DE PREÇO DE TARIFA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO E AUTORIZA A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI EFETIVAR O REAJUSTE.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem os artigos 10, inciso VIII e 61, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Deliberação n. 0009/2015 da ARIS, publicada no DOM do dia 14/04/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o reajuste dos preços das tarifas dos serviços de abastecimento de água e saneamento no percentual de 8,41 (oito inteiros e quarenta e um milésimos percentuais), correspondente ao INPC acumulado no período de abril de 2014 a março de 2015, a título de atualização monetária para vigência no exercício financeiro do ano de 2015, administrados pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 22 DE MAIO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO 0003 OPERADOR DE MÁQUINA

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0003 DE 22 DE MAIO DE 2015.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de OPERADOR DE MÁQUINA - RETROESCAVADEIRA. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 25 de maio de 2015 a 9 de junho de 2015, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 22 de maio de 2015.

Elói Regalin

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1154/2015

PORTARIA Nº 1154, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85,

contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF108, Processo Administrativo Licitatório nº 0109/2014, Tomada de Preços nº 0009/2014, cujo objeto é a execução de cobertura da quadra poliesportiva de 19x33 m, ao lado da Escola São Miguel, localizada na Av. Michelle Simonetti, esquina com a Guido Brandt nº 510, sobre o Lote 0001 da Quadra 402 no bairro São Miguel, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1155/2015

PORTARIA Nº 1155, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF179, Processo Administrativo Licitatório nº 0197/2014, Tomada de Preços nº 0020/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma edificação em alvenaria com área a ser construída de 382,32 m², para uso do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo – FUNREBOM, a ser edificada sobre o Lote nº 0257 da Quadra nº 0039 na Avenida Caçador, no bairro São José, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe à fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1156/2015

PORTARIA Nº 1156, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor LUIZ SIDNEI CAETANO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 516.287.329-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 27 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1157/2015

PORTARIA Nº 1157, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUIZ SIDNEI CAETANO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 516.287.329-20, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 28 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15SF07

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15SF07 - Contrato Nº: AT14SF09

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: BUSCHLE & LEPPER S.A

Valor : 8.470,00 (oito mil quatrocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM A PEDIDO DA SANEFRAI O ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 8.470,00 (OITO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA REAIS), ATENDENDO A NECESSIDADE DA AUTARQUIA JUSTIFICADA NA CI 056/2015, PRORROGANDO-SE A VIGÊNCIA DA AT14SF09 ATÉ 31.07.2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

TA15FMS04

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: TA15FMS04 - Contrato Nº: CT13FMS11

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CLÍNICA MÉDICA BASSAN E MORITA LTDA – ME

Valor : 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Vigência : Início: 06/05/2015 Término: 08/05/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2013

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, DE COMUM ACORDO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO II, DO ARTIGO 57 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E COM BASE NO PREJULGADO Nº 425 DO TCE/SC, COMO O CONTRATO DECORRENTE DO PRESENTE CERTAME É CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA, CUJAS CONDIÇÕES PARA A SUA CONCRETIZAÇÃO FICARAM DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS NO PARECER JURÍDICO E NA DECISÃO ANEXAS AO PAL, FICA PRORROGADO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA SUA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PARA ATÉ O DIA 08 DE MAIO DE 2016.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

TA15PMF77

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF77 - Contrato Nº: CT14PMF100

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência : Início: 15/05/2015 Término: 16/06/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv.

Engenharia Nº.: 11/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA FISCAL DE OBRAS NOMEADA, ARQUITETA FISCAL MICHELLE RIBEIRO, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CT14PMF100, PARA

ATÉ A DATA DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF78

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF78 - Contrato Nº: CT14PMF22

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA

Vigência : Início: 15/05/2015 Término: 15/08/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv.

Engenharia Nº.: 1/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA FISCAL DE OBRAS NOMEADA, ARQUITETA FISCAL MICHELLE RIBEIRO, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CT14PMF22, PARA ATÉ A DATA DE 15 DE AGOSTO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Maio de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 16/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

O MUNICIPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, torna público aos interessados que fará realizar através do Pregoeiro Oficial do Município, no dia 10 de junho de 2015 as 09h00min na sede da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis nº 10520 e nº 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto a aquisição de brinquedos para manutenção da Escola de Educação Infantil Meus Primeiros Passos.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-MAIL compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 22 de maio de 2015

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em exercício.

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 090/2015

DECRETO N.º 090, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo no dia 05/06/2015 (sexta-feira) em virtude da realização da 17ª Quermesse de Garopaba.

Art.2º. Os Setores Administrativos da Prefeitura Municipal de Garopaba, Licitação e Protocolo funcionarão em horário especial de expediente no dia 05/06/2015 (sexta-feira), ficando o horário de atendimento ao público fixado a partir das 13:00 as 15:00 horas.

Art. 3º. Os senhores Secretário e dirigentes dos diversos órgãos da Administração Municipal, cabe fazer observar o funcionamento normal dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 087, de 18 de maio de 2015.

Garopaba, 22 de maio de 2015.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE A. PEREIRA RIVOIRE

Secretária de Administração Interina

DECRETO Nº 091/2015

DECRETO N.º 091, DE 22 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.100.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.100.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.000.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.100.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.100.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE A. PEREIRA RIVOIRE

Secretária de Administração Interina

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2015

FMS

Ata nº. 021/2015; Processo nº. 039/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: CIRURGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSP.; ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES; ALTERMED MATERIAL HOSPITALARES; TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAIS; HOMINUM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA; LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS; FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA; L A DALLA PORTA JUNIOR – EPP Objeto: Registro de preço para aquisição de material de enfermagem para atender a demanda das unidades básicas de saúde de Garopaba/SC Valor: R\$ 554.472,75 (quinhentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos); Data da Assinatura: 23/04/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2015

PMG

Ata nº. 022/2015; Processo nº.051/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ROGERIO G. DA SILVA – INFORMATICA - ME; Objeto: Registro de Preço pretendendo a aquisição de toner e cartuchos para impressora, para atender as secretarias administrativas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 70.860,00; Data da Assinatura: 05/05/2015.

Garuva

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO TESTE SELETIVO N° 005/2015

Garuva, 21 de maio de 2015.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 005/2015

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	INSCRIÇÃO
001	Nello Chescon Neto	Homologada
002	Francisco José Cunha Vieira	Homologada

Vanessa Marilyng Backes Nagel
Presidente da Comissão

RESULTADO FINAL TESTE SELETIVO N° 05/2015

Garuva, 22 de maio de 2015.

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 005/2015

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	COLOCAÇÃO
001	Francisco José Carvalho Vieira	17	1º
002	Nello Chescon Neto	13	2º

Vanessa Marilyng Backes Nagel
Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO NO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO NO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2015

OBJETO: Contratação de Empresa prestadora dos serviços de locação de contêineres (banheiros e bilheteria) para a XIV Expo Feira Pecuária Regional e 1º Festival da Tilápia. O Município de Gaspar torna público para conhecimento dos interessados que foram efetivadas ALTERAÇÕES no Edital do Pregão Presencial supramencionado e seus Anexos. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes, dia 08/06/2015 às 13h30min, e abertura às 13h45min do mesmo dia. A íntegra do ADITIVO está disponível no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 22 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.433, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.433, DE 19 DE MAIO DE 2015.

SUBSTITUI MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, o seguinte servidor para integrar a Comissão de Estágio Probatório:

I – SILVIA RAQUEL SCHREIBER BONIATI, ocupante do cargo de Psicóloga, em substituição a Cleber Sabel.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 6.434, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.434, DE 20 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ELISANGELA SILVA	ENFERMEIRO (A)	40	7º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.435, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.435, DE 20 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA DEBORA FERNANDES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ENSINO – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada DEBORA FERNANDES, portadora do CPF nº 786.005.029-34, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Ensino – Educação de Jovens e Adultos – EJA, Nível CC, ref. 55, com 40 horas semanais, a partir de 22/05/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.436, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.436, DE 20 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA EDUARDO FERNANDES DA ROCHA SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DE SETOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado EDUARDO FERNANDES DA ROCHA SANTOS, portador do CPF nº 504.945.627-49, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, Nível CC, ref. 33, com 40 horas semanais, a partir de 07/05/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07/05/2015.

Gaspar, 20 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 20 DE MAIO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 20 DE MAIO DE 2015.

CRIA O FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ENTRE OS PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Nos processos judiciais em que o Município seja parte, os honorários advocatícios incluídos na condenação, por sucumbência, bem como aqueles decorrentes de acordos serão atribuídos:

I - setenta por cento (70%) aos servidores ativos ocupantes do cargo de provimento efetivo de Procurador Municipal; e

II - trinta por cento (30%) ao Fundo de Especial da Procuradoria-Geral do Município instituído por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os valores dos honorários advocatícios serão integralmente recolhidos em conta especial (PMG - honorários advocatícios) aberta com a exclusiva finalidade de receber recursos dessa natureza.

Art. 2º A conta especial (PMG - honorários advocatícios) será fiscalizada pela Procuradoria-Geral do Município, por meio de tesoureiro indicado pelos Procuradores, ao qual compete fazer a fiscalização da movimentação, em especial a aplicação financeira dos recursos nela depositados e os repasses realizados mensalmente:

I - ao Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município o valor correspondente a 30% (trinta por cento) dos honorários efetivamente recolhidos no mês imediatamente anterior; e

II - ao erário o valor dos honorários rateados entre os Procuradores do Município.

Parágrafo único. O tesoureiro indicado pelos Procuradores será nomeado por ato do Procurador-Geral do Município para o mandato de um ano, renovável por igual período.

Art. 3º O saldo remanescente no final do exercício financeiro permanecerá na conta especial para o exercício subsequente, de forma a assegurar a destinação prevista nesta Lei Complementar.

Art. 4º Os honorários advocatícios de que trata o inciso I do art. 1º serão rateados mensalmente entre os Procuradores do Município, em partes iguais, limitado o valor individual mensal em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º O valor individual mensal a que se refere o caput será atualizado anualmente no mês de maio com base na variação acumulada do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 2º Compete aos Procuradores fixar o valor individual mensal dos honorários que será rateado entre os seus titulares, observado o limite de que trata o caput.

§ 3º A remuneração de cada Procurador, acrescidos dos honorários advocatícios, não poderá exceder o limite estabelecido no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 4º Eventual saldo positivo existente na conta especial (PMG - honorários advocatícios) apurado em cada mês será transferido para o mês seguinte.

§ 5º Os valores dos honorários não se incorporam aos vencimentos para qualquer efeito, não gerando direitos futuros.

Art. 5º Consideram-se em efetivo exercício, para efeito de direito ao rateio mensal dos honorários a que se refere o art. 1º, os Procuradores do Município que, na data do rateio, estejam:

I - em gozo de férias regulamentares;

II - em gozo de licença prêmio;

III - em gozo de licença:

a) para tratamento de saúde e acidente em serviço;

b) por motivo de gestação, lactação ou adoção;

c) em razão de paternidade;

d) por motivo de doença em pessoa da família até o limite de 30 dias; e

e) para aperfeiçoamento profissional, desde que no interesse da Administração;

IV - afastados em razão de:

a) doação de sangue;

b) convocação judicial, júri e outras consideradas obrigatórias por lei;

c) casamento; e

d) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos ou irmãos; e

V – participando de comissões instituídas pela Administração Pública.

Art. 6º Será excluído automaticamente do rateio dos honorários o Procurador que se encontrar nas seguintes condições:

I - em licença para tratar de interesses particulares;

II - em licença por motivo de doença em pessoa da família após os primeiros 30 dias;

III - em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - em afastamento preliminar à aposentadoria;

V - em licença para campanha eleitoral;

VI - no exercício de mandato eletivo;

VII - em licença do cargo para a realização de curso de aperfeiçoamento profissional, com ou sem vencimentos, salvo quando declarado o interesse da Administração;

VIII - quando suspenso em cumprimento de penalidade disciplinar;

IX - afastado em virtude de aposentadoria;

X - quando cedido ou colocado à disposição de outro órgão ou entidade para exercer atividades não previstas no art. 5º desta Lei Complementar;

XI - cedido à Administração Direta ou Indireta de outro Ente; e

XII - exonerado do cargo.

Parágrafo único. A reinclusão do Procurador do Município no rateio, após os afastamentos previstos nesta Lei Complementar, dará direito ao recebimento de honorários proporcionalmente aos dias de efetivo exercício das suas funções.

Art. 7º O tesoureiro responsável pela fiscalização da conta especial informará mensalmente ao Procurador-Geral do Município e à Secretaria de Administração e Finanças os valores individuais e totais que deverão ser repassados a título de honorários advocatícios aos Procuradores do Município.

Parágrafo único. A Secretaria de Administração e Finanças consignará os valores dos honorários na folha de pagamento dos Procuradores, respectivamente, sob a rubrica "honorários advocatícios".

Art.8º Fica instituído o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Gaspar (FEPGM), com autonomia administrativa e

financeira, que será gerido e administrado pelo Procurador-Geral do Município de Gaspar, nos termos desta Lei Complementar.

§ 1º O Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município tem por finalidade:

I - informatização, equipamentos, instalações, biblioteca e reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município;

II - custeio de suas atividades de pesquisa, estudos jurídicos e intercomunicação com órgãos e entidades públicas especializadas na área do Direito;

III - aperfeiçoamento da capacitação profissional de seus servidores;

IV - realização e participação em cursos, seminários, aulas, palestras, simpósios, congressos e outros encontros de fundo jurídico;

V - assinatura e aquisição de jornais, revistas, livros, vídeos e documentários de interesse jurídico do órgão; e

VI - outras aplicações e investimentos de interesse da Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º A receita do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município será constituída de:

I - transferências do Município;

II - honorários advocatícios repassados na forma dessa Lei Complementar; e

III - receitas próprias diversas.

§ 3º A movimentação bancária dos recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município será realizada em conjunto pelo Procurador-Geral do Município e pelo Tesoureiro.

§ 4º O Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 20 de maio de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº. 3.671, DE 20 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 3.671, DE 20 DE MAIO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ANGELA CRISTINA SEMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ANGELA CRISTINA SEMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, lotada na Secretaria de Agricultura, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 07/05/15 a 05/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos para 07/05/2015.

Gaspar, 20 de maio de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº. 3.672, DE 20 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 3.672, DE 20 DE MAIO DE 2015,
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA
FAMÍLIA À SERVIDORA VERA BEDUSCHI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere
o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VERA BEDUSCHI, ocupante do cargo
de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Edu-
cação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no
período compreendido entre 19/05/15 a 17/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
retroagindo seus efeitos para 19/05/2015.

Gaspar, 20 de maio de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA RH 54/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 54/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com
o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a)
servidor(a) KELLI CRISTINE SILVA SANTOS, ocupante do cargo
efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educa-
ção, referente ao período aquisitivo de 15/03/2008 a 14/03/2013,
devendo folgar a partir de 31/05/2015 a 28/08/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de maio de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de mate-
riais de construção. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia
12/06/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos,
435, Centro. ABERTURA: às 9h30min. Íntegra do Edital está dispo-
nível no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 22/05/2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de tubos, gre-
lhas, tampões e galerias. ENTREGA DOS ENVELOPES até as 9h do
dia 09/06/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos,
nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. do mesmo dia. Íntegra do
Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 22/05/2015
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de caixas
de concreto montáveis para jazigos (cabeceiras, laterais e tam-
pas) - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia
10/06/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº
435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. do mesmo dia. Íntegra do
Edital disponível no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 22/05/2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2015

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para realização do contro-
le tecnológico da base de brita graduada de obra realizada na Rua
Amadio Beduschi, bairro Barracão na cidade de Gaspar/SC. ENTRE-
GA ENVELOPES: até 09h de 11/06/2015, no Depto. de Compras,
Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min.
do mesmo dia. A íntegra do Edital está disponível no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 22/05/2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL N° 094/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 094/2015

OBJETO: Contratação de empresa para instalação de entrada de energia elétrica monofásica, conforme padrão da CELESC. ENTREGA ENVELOPES: até 09h de 08/06/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. do mesmo dia e local. A íntegra do Edital está disponível no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 25 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO = PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2015

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2015 – COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão n° 01/2015 (objeto: aquisição, através de compra, de aparelhos de ar condicionado, tipo SPLIT, novos, instalados, com fornecimento de materiais e equipamentos para a instalação e mão de obra, de plena responsabilidade da contratada), para análise do Edital e possíveis alterações, o que acarretará a publicação de um novo Edital. O novo Edital e a nova data da seção pública serão informados através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (47) 3332-2028.

Gaspar/SC, 22 de maio de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

Aviso de Dispensa de Licitação 04/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.703.018/0001-14

Processo Licitatório nº 004/2015

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Compra de um armário planejado em 100% MDF nas medidas 1230 x 3000 mm, 03 portas inferiores e 03 superiores, puxadores em alumínio, 06 prateleiras com corredeira telescópica e 01 espaço aberto para bebedouro com 01 prateleira inferior e outra superior, para a sala de som desta Câmara Municipal.

Valor: R\$ 2.939,20 (Dois mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos)

Governador Celso Ramos, 22 de Maio de 2015.

LEONARDO OSNI QUINTINO

Presidente da Comissão de Licitação

Grão Pará

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N 2001-2015-SUBVENÇÃO L.A.B. (ESTÁTUA)

LEI MUNICIPAL Nº 2.001/2015

(De 21 de maio de 2015)

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL FINANCEIRA AO CENTRO COMUNITÁRIO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, E dá outras providências"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder Subvenção Social Financeira ao Centro Comunitário Nossa Senhora da Glória, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 78.829.850/0001-94, estabelecido na Localidade de Linha Antunes Braga, Município de Grão-Pará/SC, no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), para pagamento de despesas a serem fixadas no Plano de Aplicação.

§ 1º. O Centro Comunitário Nossa Senhora da Glória se obriga a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o Plano de Aplicação dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, o qual deverá ser aprovado pelo Poder Executivo Municipal, para posterior concessão da Subvenção Social.

§ 2º. Após a concessão da Subvenção Social de que trata o caput deste artigo, o Centro Comunitário se obriga a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas pertinente.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento vigente do Município de Grão-Pará.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 21 de maio de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 21 de maio de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 57, 73.2015 PMGBA

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 2/2015

PROCESSO Nº 57/2015 HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: VENDA DE BENS IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO DO LOTE URBANO LOCALIZADO NA RUA JOAQUIM NABUCO, CONFORME LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA Nº2745/2014, E DECRETO MUNICIPAL 203/2015 ANEXOS .

CONTRATADO: ADEMIR CHRISTOFF

VALOR DA DESPESA: R\$ 106.423,01 (cento e seis mil quatrocentos e vinte e três reais e um centavo)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015

PROCESSO Nº 73/2015 HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADO: ISOLDE TELEKEN GRANDO- ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.769,60 (dois mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.711,25 (dois mil setecentos e onze reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.287,30 (dois mil duzentos e oitenta e sete reais e trinta centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 271,10 (duzentos e setenta e um reais e dez centavos)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 08.15 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS FESTA JUNINA IDOSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 11/15, Edital de Pregão Presencial Nº 08/15. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção dos Grupos de Idosos; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 09/06/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 09/06/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 22 de maio de 2015.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenadora do FMAS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 09.15 CONTRATAÇÃO DE ONIBUS PARA VIAGEM ATÉ AMTISTA DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 12/15, Edital de Pregão Presencial Nº 09/15. Objeto: Contratação de empresa de ônibus para transporte de cuidadores do CRAS; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 09/06/15; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 09/06/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 22 de maio de 2015.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenadora do FMAS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 10.15 AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 13/15, Edital de Pregão Presencial Nº 10/15. Objeto: Aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADO; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 10/06/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 10/06/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 22 de maio de 2015.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenadora do FMAS

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e tendo em vista os dispostos da Lei Municipal nº 2486/2012 e:

CONSIDERANDO, que o Conselho Tutelar constitui-se órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, tendo sido concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal 2486/2012, que trata sobre a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em deliberar sobre a Política Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente, prevendo processo de eleição direta do conselheiro tutelar e outras;

CONSIDERANDO, a deliberação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente em plenária ordinária realizada no dia 21 de maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Guaraciaba/SC.

Art. 2º. A Comissão Especial Eleitoral será composta por Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Guaraciaba/SC, abaixo relacionados:

Eliza Maristela Anschau Kinsel, Daiane Capitaneo, Odete Balensiefer, Inêz Pomiencinski, Sandra Lorena Trevisol Scapin, Ana Célia Lopes Pereira, Diana Paula Zilli Marcon, Roberta Gabiatti Dalma-gro, Rosa Mari Balbinot, Marli Ivoni Montagna, Ana Paula Bianchi e Cláudia Regina Minetto.

Parágrafo Único. Cabe à Comissão Especial Eleitoral, pelo voto da maioria de seus membros, eleger seu coordenador.

Art. 3º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I - Conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto no Edital nº 01/2015, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis;

II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

III - Dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

IV - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos;

V - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

VI - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VII - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VIII - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração dos votos;

IX - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção de urnas eletrônicas e listas de eleitores, efetuando todo planejamento necessário para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos, inclusive pela Resolução nº 22.685/2007 do TSE;

X - Providenciar a confecção das células para votação manual, conforme modelo a ser aprovado;

XI - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito, podendo, para tanto, selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XIII - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos

candidatos ou à sua ordem;

XIV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XVI - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

XVII - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores;

XVIII - Resolver os casos omissos.

Art. 4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer à Comissão Especial Eleitoral assessoria técnica (inclusive jurídica) necessária ao regular desempenho de suas atribuições.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 22 de maio de 2015.

ELIZA MARISTELA ANSCHAU KINSEL

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

Prorroga o prazo de inscrição para candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar do município de Guaraciaba, nos termos da Resolução.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da criança e do Adolescente) e a Lei Municipal nº 2486/2012, torna público a prorrogação das inscrições para candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Guaraciaba - SC.

CONSIDERANDO, que o Edital 01/2015 inciso 6.2 estabelece que: Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições para candidato a Conselheiro Tutelar foram prorrogadas até o dia 03 de junho de 2015, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Guaraciaba, no horário de expediente.

Art. 2º As inscrições serão homologadas pela Comissão Eleitoral e afixadas no mural da Prefeitura Municipal, em 09 de junho de 2015.

Art. 3º Fica alterado o cronograma do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, conforme anexo.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 22 de maio de 2015.

ELIZA M. A. KINSEL

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

ANEXO

Cronograma

Publicação do Edital	14/04/2015
Inscrições	27/04/2015 à 22/05/2015
Prorrogação das inscrições	25/05/2015 à 03/06/2015
Análise das Inscrições	08/06/2015
Publicação da relação de candidatos	09/06/2015
Prazo para impugnação dos candidatos	10/06/2015 à 11/06/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	12/06/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	15/06/2015
Análise e decisão da impugnação	16/06/2015
Interposição de recurso	17/06/2015 à 19/06/2015
Decisão dos recursos	22/06/2015
Curso de formação aos candidatos e prova de conhecimentos	06/07/2015
Divulgação do gabarito	07/07/2015
Interposição e decisão de recursos referentes à prova aplicada	07/07/2015 à 10/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	13/07/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	05/10/2015
Posse dos conselheiros	10/01/2016

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015 - PMG.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 54/2015 – PMG

Processo Licitatório: 54/2015 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA LEVE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 08/06/2015 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 08/06/2015 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 22 de maio de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO 56/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 56/2015

Processo Licitatório: 56/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, VASILHAME E GÁS DE COZINHA PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 09/06/2015 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 09/06/2015 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de maio de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 104

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO 245/2014 - PMG

Processo de Licitação: nº 104/2014 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADERNO UNIVERSITÁRIO PERSONALIZADO, PARA O USO NO PLANEJAMENTO DOS PROFESSORES DAS UNIDADES ESCOLARES.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: EXPRESSÃO COMERCIO DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.314.098/0001-38, estabelecida na Rua Procópio Gomes de Oliveira, 1510, Bairro Bucarein, município de Joinville – SC.

Valor do Contrato: R\$ 10.426,30 (dez mil quatrocentos e vinte e seis e trinta centavos)

Data da Assinatura: 5/11/2014 Vigência: 04/11/2015

GUARAMIRIM (SC), 05/11/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO □ ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECIBO ANEXO 12 (LC 14/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até Fevereiro 2015 (b)	% (b/a) x 100		
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	10.473.000,00	10.473.000,00	813.091,69	7,76		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.603,53	0,10		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	93.758,54	6,70		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.600.000,00	3.600.000,00	639.127,41	17,75		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	21.501,26	1,16		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	97.000,00	97.000,00	7.056,48	7,27		
Dívida Ativa dos Impostos	650.000,00	650.000,00	36.497,84	5,62		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	266.000,00	266.000,00	12.546,63	4,72		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	78.140.000,00	78.140.000,00	11.329.290,56	14,50		
Cota-Parte FPM	24.300.000,00	24.300.000,00	3.633.423,80	14,95		
Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	562,03	0,62		
Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	393.244,13	10,35		
Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	7.175.918,62	14,64		
Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	126.141,98	18,02		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00		
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	88.613.000,00	88.613.000,00	12.142.382,25	13,70		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até Fevereiro 2015 (d)	% (d/c) x 100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
Provenientes da União	0,00	0,00	0,00	0,00		
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00		
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	4.850.000,00	4.850.000,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	55.000,00	55.000,00	13.159,95	23,93		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.905.000,00	4.905.000,00	13.159,95	0,27		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (f)	% (f/e) x 100	Até Fevereiro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Fevereiro (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL						
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (Vi / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)					0,00	
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi - (15 x IIib) / 100)]					(1.821.357,34)	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				0,00		
Total				0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de referência (j)		SALDO FINAL (Não Aplicado)	
Restos Cancelados	19.030,16		-		19.030,16	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)	
		0,00		0,00	0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Fevereiro (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN
Total	0,00	0,00	0,00	NaN	0,00	NaN

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 22/mai/2015 Hora de emissão: 13h e 53m

Notas:

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro a Fevereiro (b)	%(b/a)	Até Fevereiro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	128.785.800,00	128.785.800,00	14.429.278,84	11,20	14.429.278,84	11,20	114.356.521,16
RECEITAS CORRENTES	103.245.800,00	103.245.800,00	14.160.849,64	13,72	14.160.849,64	13,72	89.084.950,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.902.000,00	11.902.000,00	887.336,65	7,46	887.336,65	7,46	11.014.663,35
Impostos	9.460.000,00	9.460.000,00	756.990,74	8,00	756.990,74	8,00	8.703.009,26
Taxas	2.042.000,00	2.042.000,00	130.345,91	6,38	130.345,91	6,38	1.911.654,09
Contribuição de Melhoria	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.600.000,00	1.600.000,00	311.866,18	19,49	311.866,18	19,49	1.288.133,82
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	311.866,18	19,49	311.866,18	19,49	1.288.133,82
RECEITA PATRIMONIAL	227.000,00	227.000,00	92.819,88	40,89	92.819,88	40,89	134.180,12
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	227.000,00	227.000,00	92.819,88	40,89	92.819,88	40,89	134.180,12
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.190.000,00	5.190.000,00	858.280,93	16,54	858.280,93	16,54	4.331.719,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.676.800,00	82.676.800,00	11.863.743,16	14,35	11.863.743,16	14,35	70.813.056,84
Transferências Intergovernamentais	80.986.800,00	80.986.800,00	11.863.743,16	14,65	11.863.743,16	14,65	69.123.056,84
Transferências de Instituições Privadas	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.590.000,00	1.590.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590.000,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.650.000,00	1.650.000,00	146.802,84	8,90	146.802,84	8,90	1.503.197,16
Multas e Juros de Mora	679.000,00	679.000,00	70.946,32	10,45	70.946,32	10,45	608.053,68
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	13.760,74	0,00	13.760,74	0,00	(13.760,74)
Receita da Dívida Ativa	890.000,00	890.000,00	59.844,11	6,72	59.844,11	6,72	830.155,89
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	81.000,00	81.000,00	2.251,67	2,78	2.251,67	2,78	78.748,33
RECEITAS DE CAPITAL	25.540.000,00	25.540.000,00	268.429,20	1,05	268.429,20	1,05	25.271.570,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.500.000,00	8.500.000,00	219.989,29	2,59	219.989,29	2,59	8.280.010,71
Operações de Crédito Internas	8.500.000,00	8.500.000,00	219.989,29	2,59	219.989,29	2,59	8.280.010,71
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Alienação de Bens Móveis	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.302,57	0,00	1.302,57	0,00	(1.302,57)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.900.000,00	16.900.000,00	47.137,34	0,28	47.137,34	0,28	16.852.862,66
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	16.900.000,00	16.900.000,00	47.137,34	0,28	47.137,34	0,28	16.852.862,66
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	128.850.800,00	128.850.800,00	14.429.278,84	11,20	14.429.278,84	11,20	114.421.521,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pág 1 / 3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	128.850.800,00	128.850.800,00	14.429.278,84	11,20	14.429.278,84	11,20	114.421.521,16
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	128.850.800,00	128.850.800,00	14.429.278,84	11,20	14.429.278,84	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	95.999.290,00	96.017.290,00	20.489.603,01	20.489.603,01	75.527.686,99	8.302.361,34	8.302.361,34	87.714.928,66	5.645.507,19
DESPESAS CORRENTES	64.315.790,00	64.315.790,00	18.929.338,91	18.929.338,91	45.386.451,09	7.732.991,10	7.732.991,10	56.582.798,90	5.263.903,66
Pessoal e Encargos Sociais	34.565.200,00	34.565.200,00	4.025.139,61	4.025.139,61	30.540.060,39	4.025.139,61	4.025.139,61	30.540.060,39	3.552.296,35
Juros e Encargos da Dívida	450.000,00	450.000,00	78.328,44	78.328,44	371.671,56	78.328,44	78.328,44	371.671,56	78.328,44
Outras Despesas Correntes	29.300.590,00	29.300.590,00	14.825.870,86	14.825.870,86	14.474.719,14	3.629.523,05	3.629.523,05	25.671.066,95	1.633.278,87
DESPESAS DE CAPITAL	31.633.500,00	31.651.500,00	1.560.264,10	1.560.264,10	30.091.235,90	569.370,24	569.370,24	31.082.129,76	381.603,53
Investimentos	27.642.500,00	27.660.500,00	1.183.031,08	1.183.031,08	26.477.468,92	192.137,22	192.137,22	27.468.362,78	4.370,51
Inversões Financeiras	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00
Amortização da Dívida	3.946.000,00	3.946.000,00	377.233,02	377.233,02	3.568.766,98	377.233,02	377.233,02	3.568.766,98	377.233,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	25.000,00	25.000,00	13.047,95	13.047,95	11.952,05	9.847,95	9.847,95	15.152,05	9.847,95
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	96.024.290,00	96.042.290,00	20.502.650,96	20.502.650,96	75.539.639,04	8.312.209,29	8.312.209,29	87.730.080,71	5.655.355,14
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	96.024.290,00	96.042.290,00	20.502.650,96	20.502.650,96	75.539.639,04	8.312.209,29	8.312.209,29	87.730.080,71	5.655.355,14
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	6.117.069,55	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	96.024.290,00	96.042.290,00	20.502.650,96	20.502.650,96	75.539.639,04	8.312.209,29	14.429.278,84	81.613.011,16	5.655.355,14

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	%(b/a)	Até Fevereiro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)		
DESPESAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	13.047,95	13.047,95	11.952,05	9.847,95	9.847,95	15.152,05	9.847,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	13.047,95	13.047,95	11.952,05	9.847,95	9.847,95	15.152,05	9.847,95
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25.000,00	25.000,00	13.047,95	13.047,95	11.952,05	9.847,95	9.847,95	15.152,05	9.847,95

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 22/mar/2015

Hora de emissão: 11h e 55m

Notas:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.473.000,00	10.473.000,00	813.091,69	7,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.325.000,00	3.325.000,00	42.746,31	1,29
1.1.1- IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.603,53	0,10
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	371,11	1,48
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	29.399,40	5,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	10.372,27	5,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.403.000,00	1.403.000,00	93.774,25	6,68
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	93.758,54	6,70
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	15,71	0,79
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.885.000,00	3.885.000,00	655.069,87	16,86
1.3.1- ISS	3.600.000,00	3.600.000,00	639.127,41	17,75
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	70.000,00	70.000,00	6.669,66	9,53
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	7.098,44	4,73
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	65.000,00	65.000,00	2.174,36	3,35
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	21.501,26	1,16
1.4.1- IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	21.501,26	1,16
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	78.140.000,00	78.140.000,00	11.329.290,56	14,50
2.1- Cota-Parte FPM	24.300.000,00	24.300.000,00	3.633.423,80	14,95
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	24.300.000,00	24.300.000,00	3.633.423,80	14,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	7.175.918,62	14,64
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	126.141,98	18,02
2.5- Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	562,03	0,62
2.6- Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	393.244,13	10,35
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	88.613.000,00	88.613.000,00	12.142.382,25	13,70

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.874.800,00	1.874.800,00	472.680,75	25,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.380.000,00	1.380.000,00	447.166,35	32,40
5.2- Transferência Diretas do PDDE	10.000,00	10.000,00	3.100,37	31,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	379.000,00	379.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferência Diretas do PNATE	85.800,00	85.800,00	8.003,33	9,33
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	20.000,00	20.000,00	14.410,70	72,05
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.050.000,00	1.050.000,00	9.844,67	0,94
6.1- Transferências de Convênios	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	9.844,67	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.300.000,00	3.300.000,00	9.900,00	0,30
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.224.800,00	6.224.800,00	492.425,42	7,91

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	%(c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	15.628.000,00	15.628.000,00	2.265.857,72	14,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.860.000,00	4.860.000,00	726.684,72	14,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	9.800.000,00	9.800.000,00	1.435.183,56	14,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	140.000,00	140.000,00	25.228,38	18,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	18.000,00	18.000,00	112,39	0,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	760.000,00	760.000,00	78.648,67	10,35
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.030.000,00	15.030.000,00	2.304.011,14	15,33
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.000.000,00	15.000.000,00	2.290.210,68	15,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	13.800,46	46,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	(628.000,00)	(628.000,00)	24.352,96	(3,88)
DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Fevereiro (e)	%(f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	%(h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.174.300,00	12.174.300,00	1.350.080,33	11,09	1.350.080,33	11,09
13.1- Com Educação Infantil	2.974.300,00	2.974.300,00	357.756,63	12,03	357.756,63	12,03
13.2- Com Ensino Fundamental	9.200.000,00	9.200.000,00	992.323,70	10,79	992.323,70	10,79
14- OUTRAS DESPESAS	2.855.700,00	2.855.700,00	1.159.090,33	40,59	183.822,92	6,44
14.1- Com Educação Infantil	600.700,00	600.700,00	129.313,64	21,53	28.856,83	4,80

Pág 1 / 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

14.2- Com Ensino Fundamental	2.255.000,00	2.255.000,00	1.029.776,69	45,67	154.966,09	6,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.030.000,00	15.030.000,00	2.509.170,66	16,69	1.533.903,25	10,21

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	1.533.903,25
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100%))	58,60
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100%))	7,98
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	33,42

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Fevereiro 2015 (b)	%(b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	22.153.250,00	22.153.250,00	3.035.595,56	13,70

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	11.733.900,00	11.733.900,00	2.308.647,10	19,68	1.435.031,97	12,23
23.1- Creche	11.733.900,00	11.733.900,00	2.308.647,10	19,68	1.435.031,97	12,23
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.575.000,00	3.575.000,00	487.070,27	13,62	386.613,46	10,81
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.158.900,00	8.158.900,00	1.821.576,83	22,33	1.048.418,51	12,85
23.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.252.000,00	14.252.000,00	2.916.910,52	20,47	1.639.513,78	11,50
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.455.000,00	11.455.000,00	2.022.100,39	17,65	1.147.289,79	10,02
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.797.000,00	2.797.000,00	894.810,13	31,99	492.223,99	17,60
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	25.990.900,00	25.990.900,00	5.225.557,62	20,11	3.074.545,75	11,83

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	24.352,96
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	13.800,46
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	19.030,16
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	57.183,58
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	3.017.362,17
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	24,85

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Fevereiro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Fevereiro (g)	% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	14.436,91	48,12
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.395.000,00	1.395.000,00	411.089,02	29,47	140.218,35	10,05
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	7.330.800,00	7.330.800,00	1.155.952,10	15,77	366.445,11	5,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	8.755.800,00	8.755.800,00	1.567.041,12	17,90	521.100,37	5,95
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	34.746.700,00	34.746.700,00	6.792.598,74	19,55	3.595.646,12	10,35

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.063.770,06	19.030,16
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	1.060.867,50	17.134,64
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	2.902,56	1.895,52

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	371.803,63	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.290.210,68	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.401.402,38	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	1.240.502,76	0,00
49.2 - Restos a Pagar	160.899,62	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	13.800,46	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.274.412,39	0,00
---	--------------	------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 22/mai/2015

Hora de emissão: 13h e 32m

Notas:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Janeiro a Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)		Janeiro a Fevereiro	Até Fevereiro (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	95.999.290,00	96.017.290,00	20.489.603,01	20.489.603,01	99,94	75.527.686,99	8.302.361,34	8.302.361,34	99,88	87.714.928,66
Administração	12.363.590,00	12.381.590,00	2.478.865,49	2.478.865,49	12,09	9.902.724,51	1.085.647,68	1.085.647,68	13,06	11.295.942,32
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	660.000,00	660.000,00	175.423,03	175.423,03	0,86	484.576,97	83.004,06	83.004,06	1,00	576.995,94
Planejamento e Orçamento	1.415.000,00	1.415.000,00	207.605,23	207.605,23	1,01	1.207.394,77	180.000,04	180.000,04	2,17	1.234.999,96
Administracao Geral	7.079.590,00	7.082.090,00	1.218.637,86	1.218.637,86	5,94	5.863.452,14	403.320,03	403.320,03	4,85	6.678.769,97
Administração Financeira	166.000,00	171.500,00	151.007,60	151.007,60	0,74	20.492,40	25.528,08	25.528,08	0,31	145.971,92
Controle Interno	470.000,00	470.000,00	73.788,89	73.788,89	0,36	396.211,11	52.700,62	52.700,62	0,63	417.299,38
Normatização e Fiscalização	570.000,00	570.000,00	154.396,18	154.396,18	0,75	415.603,82	70.496,01	70.496,01	0,85	499.503,99
Tecnologia da Informação	1.275.000,00	1.285.000,00	376.360,75	376.360,75	1,84	908.639,25	177.355,41	177.355,41	2,13	1.107.644,59
Ordenamento Territorial	18.000,00	18.000,00	1.384,00	1.384,00	0,01	16.616,00	184,00	184,00	0,00	17.816,00
Administração de Receitas	710.000,00	710.000,00	120.261,95	120.261,95	0,59	589.738,05	93.059,43	93.059,43	1,12	616.940,57
Segurança Pública	892.000,00	892.000,00	347.453,04	347.453,04	1,69	544.546,96	86.281,19	86.281,19	1,04	805.718,81
Policciamento	462.000,00	462.000,00	63.908,24	63.908,24	0,31	398.091,76	7.481,11	7.481,11	0,09	454.518,89
Defesa Civil	430.000,00	430.000,00	283.544,80	283.544,80	1,38	146.455,20	78.800,08	78.800,08	0,95	351.199,92
Assistência Social	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Assistência ao Idoso	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Trabalho	206.000,00	206.000,00	0,00	0,00	0,00	206.000,00	0,00	0,00	0,00	206.000,00
Empregabilidade	206.000,00	206.000,00	0,00	0,00	0,00	206.000,00	0,00	0,00	0,00	206.000,00
Educação	35.754.700,00	35.754.700,00	6.784.392,21	6.784.392,21	33,09	28.970.307,79	3.574.002,68	3.574.002,68	43,00	32.180.697,32
Alimentação e Nutrição	3.224.000,00	3.224.000,00	1.013.085,98	1.013.085,98	4,94	2.210.914,02	279.870,77	279.870,77	3,37	2.944.129,23
Ensino Fundamental	18.154.000,00	18.154.000,00	3.163.123,85	3.163.123,85	15,43	14.990.876,15	1.720.283,82	1.720.283,82	20,07	16.433.716,18
Ensino Médio	506.500,00	506.500,00	180,00	180,00	0,00	506.320,00	180,00	180,00	0,00	506.320,00
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação Infantil	13.748.200,00	13.748.200,00	2.577.661,82	2.577.661,82	12,57	11.170.538,18	1.551.648,77	1.551.648,77	18,67	12.196.551,23
Educação de Jovens e Adultos	117.000,00	117.000,00	30.340,56	30.340,56	0,15	86.659,44	22.019,32	22.019,32	0,26	94.980,68
Cultura	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Difusão Cultural	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Direitos da Cidadania	410.000,00	410.000,00	62.494,07	62.494,07	0,30	347.505,93	25.275,44	25.275,44	0,30	384.724,56
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	410.000,00	410.000,00	62.494,07	62.494,07	0,30	347.505,93	25.275,44	25.275,44	0,30	384.724,56
Urbanismo	16.927.000,00	16.927.000,00	3.578.909,67	3.578.909,67	17,46	13.348.090,33	745.295,42	745.295,42	8,97	16.181.704,58
Infra-Estrutura Urbana	11.537.000,00	11.537.000,00	717.116,26	717.116,26	3,50	10.819.883,74	46.609,52	46.609,52	0,56	11.490.390,48
Serviços Urbanos	2.188.000,00	2.188.000,00	1.666.293,77	1.666.293,77	8,13	521.706,23	296.000,31	296.000,31	3,56	1.891.999,69
Transportes Coletivos Urbanos	90.000,00	90.000,00	3.274,10	3.274,10	0,02	86.725,90	2.884,10	2.884,10	0,03	87.115,90
Preservação e Conservação Ambiental	182.000,00	182.000,00	122.234,94	122.234,94	0,60	59.765,06	27.163,32	27.163,32	0,33	154.836,68
Controle Ambiental	2.606.000,00	2.606.000,00	1.069.990,60	1.069.990,60	5,22	1.536.009,40	372.638,17	372.638,17	4,48	2.233.361,83
Turismo	324.000,00	324.000,00	0,00	0,00	0,00	324.000,00	0,00	0,00	0,00	324.000,00
Habitacão	572.000,00	572.000,00	26.560,89	26.560,89	0,13	545.439,11	12.918,33	12.918,33	0,16	559.081,67
Habitacao Urbana	572.000,00	572.000,00	26.560,89	26.560,89	0,13	545.439,11	12.918,33	12.918,33	0,16	559.081,67
Saneamento	10.668.000,00	10.668.000,00	3.218.018,63	3.218.018,63	15,70	7.449.981,37	785.373,82	785.373,82	9,45	9.882.626,18
Saneamento Básico Urbano	10.668.000,00	10.668.000,00	3.218.018,63	3.218.018,63	15,70	7.449.981,37	785.373,82	785.373,82	9,45	9.882.626,18
Agricultura	1.791.000,00	1.791.000,00	311.942,89	311.942,89	1,52	1.479.057,11	228.323,18	228.323,18	2,75	1.562.676,82
Promoção da Produção Animal	305.000,00	305.000,00	68.845,32	68.845,32	0,34	236.154,68	54.327,11	54.327,11	0,65	250.672,89
Extensão Rural	1.486.000,00	1.486.000,00	243.097,57	243.097,57	1,19	1.242.902,43	173.996,07	173.996,07	2,09	1.312.003,93
Indústria	545.000,00	545.000,00	0,00	0,00	0,00	545.000,00	0,00	0,00	0,00	545.000,00
Promoção Industrial	545.000,00	545.000,00	0,00	0,00	0,00	545.000,00	0,00	0,00	0,00	545.000,00
Comércio e Serviços	1.773.000,00	1.773.000,00	163.504,05	163.504,05	0,80	1.609.495,95	80.178,26	80.178,26	0,96	1.692.821,74
Empregabilidade	176.000,00	176.000,00	81.183,48	81.183,48	0,40	94.816,52	38.673,94	38.673,94	0,47	137.326,06
Promoção Comercial	503.000,00	503.000,00	0,00	0,00	0,00	503.000,00	0,00	0,00	0,00	503.000,00
Turismo	1.094.000,00	1.094.000,00	82.320,57	82.320,57	0,40	1.011.679,43	41.504,32	41.504,32	0,50	1.052.495,68
Transporte	6.096.800,00	6.096.800,00	1.709.455,11	1.709.455,11	8,34	4.387.344,89	845.521,05	845.521,05	10,17	5.251.278,95
Transporte Rodoviário	6.096.800,00	6.096.800,00	1.709.455,11	1.709.455,11	8,34	4.387.344,89	845.521,05	845.521,05	10,17	5.251.278,95
Desporto e Lazer	2.191.000,00	2.191.000,00	418.077,00	418.077,00	2,04	1.772.923,00	217.910,94	217.910,94	2,62	1.973.089,06
Desporto de Rendimento	41.000,00	41.000,00	22.843,00	22.843,00	0,11	18.157,00	10.103,00	10.103,00	0,12	30.897,00
Desporto Comunitário	2.150.000,00	2.150.000,00	395.234,00	395.234,00	1,93	1.754.766,00	207.807,94	207.807,94	2,50	1.942.192,06
Encargos Especiais	5.647.200,00	5.647.200,00	1.389.929,96	1.389.929,96	6,78	4.257.270,04	615.633,35	615.633,35	7,41	5.031.566,65
Outros encargos Especiais	5.647.200,00	5.647.200,00	1.389.929,96	1.389.929,96	6,78	4.257.270,04	615.633,35	615.633,35	7,41	5.031.566,65
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Reserva de contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação	Dotação	Despesas Empenhadas	Saldo (c) =	Despesas Liquidadas	Saldo (e) =
------------------	---------	---------	---------------------	-------------	---------------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Feveireiro

	Inicial	Atualizada (a)	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot. (b)	(a-b)	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (d)	%(d) /tot. (d)	(a-d)
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	25.000,00	25.000,00	13.047,95	13.047,95	0,06	11.952,05	9.847,95	9.847,95	0,12	15.152,05
Educação	17.000,00	17.000,00	8.206,53	8.206,53	0,04	8.793,47	7.206,53	7.206,53	0,09	9.793,47
Ensino Fundamental	7.000,00	7.000,00	5.354,86	5.354,86	0,03	1.645,14	5.354,86	5.354,86	0,06	1.645,14
Educação Infantil	10.000,00	10.000,00	2.851,67	2.851,67	0,01	7.148,33	1.851,67	1.851,67	0,02	8.148,33
Agricultura	2.000,00	2.000,00	342,47	342,47	0,00	1.657,53	342,47	342,47	0,00	1.657,53
Extensão Rural	2.000,00	2.000,00	342,47	342,47	0,00	1.657,53	342,47	342,47	0,00	1.657,53
Transporte	3.000,00	3.000,00	1.704,10	1.704,10	0,01	1.295,90	1.704,10	1.704,10	0,02	1.295,90
Transporte Rodoviário	3.000,00	3.000,00	1.704,10	1.704,10	0,01	1.295,90	1.704,10	1.704,10	0,02	1.295,90
Desporto e Lazer	3.000,00	3.000,00	2.794,85	2.794,85	0,01	205,15	594,85	594,85	0,01	2.405,15
Desporto Comunitário	3.000,00	3.000,00	2.794,85	2.794,85	0,01	205,15	594,85	594,85	0,01	2.405,15
TOTAL (III) = (I + II)	96.024.290,00	96.042.290,00	20.502.650,96	20.502.650,96	100,00	75.539.639,04	8.312.209,29	8.312.209,29	100,00	87.730.080,71

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 22/mai/2015

Hora de emissão: 13h e 21m

Notas:

Guarujá do Sul

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Administração de Guarujá do Sul comunica a realização de audiência pública no dia 29 de maio de 2015, as 14h00min horas no centro de convivência de idosos, que tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais relativas ao primeiro quadrimestre de 2015

Atenciosamente;

Jose Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

DECRETO 84

DECRETO nº 84/2015

Anula Processo Licitatório, e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulado o Processo Licitatório n. 31/2015, na modalidade de Pregão Presencial n. 19/2015, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 para melhor adequação do objeto licitado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 22 de maio de 2015.

60º ano da Fundação e 49º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO:

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 01 de junho de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Agente Administrativo	FRANCIELI SCHNEIDER	40 H/S
Agente Administrativo	KARINE CRISTIANE CERIOLI THALHEIMER	40 H/S
Tesoureira	JANICE INES RIFFEL	40 H/S
Fiscal de Obras	LIDIANE ISABEL HUHOFF	40 H/S

2. O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3. O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 22 de maio de 2015. 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

O Município de Herval d'Oeste/SC, considerando o disposto no artigo 9º parágrafo da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), torna público que realizará a Audiência Pública de Prestação de Contas, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2015, no próximo dia 27 de maio de 2015, às 15h00min, na Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste na Rua Nereu Ramos, 389 Centro Herval d'Oeste – SC.

Herval d'Oeste 21 de maio de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.418/2015

DECRETO Nº 3.418/2015.

"NOMEIA OS MEMBROS DO Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município de Herval d'Oeste os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a seguir relacionados:

I - Governamentais

a) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ivone Debus Costa Bebbber

Suplente: Marli Aparecida Coronetti Nora

b) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Jiana Glaucia Cella

Suplente: Fabiana Chiamulera Loraschi

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Lourdes Brandão

Suplente: Valdecir Pereira

d) Secretaria de Administração e Finanças.

Titular: Gilberto José Durigon

Suplente: Kelli Cristina Waldrigues Mohl

e) Procuradoria do Município ou Assessoria Jurídica

Titular: Taise Savi

Suplente: Michele Benedetti

II - Sociedade Civil

a) União da Associação de Moradores:

Titular: Hallan Peterson Severino - Associação de Moradores Bairro N. Sra. de Fátima

Suplente: Ângelo Júnior Radavelli - Associação de Moradores Bairro São Jorge

b) Credo religioso com políticas explícitas em regulares de atendimento e promoção da criança e adolescente:

Titular: Abel De Col - Pastoral da Criança

Suplente: Célis Terezinha Rebelatto - Pastoral da Criança

c) Clube de serviço

Titular: João Alfredo Belló - Rotary Club

Suplente: Juarez Proner - Rotary Club

d) Usuários

Titular: Gabriel de Oliveira - Escola Cruz e Sousa

Suplente: Andressa Lisboa – Serviço de Acolhimento Institucional Abrigo Anjos da Luz

e) Associações de Pais e Professores - APP de todas as escolas do município.

Titular: Nilce Bortoluzzi - APP Escola Cruz e Sousa

Suplente: Rosângela Durigon Ceroni - APP Escola Estação Luzerna

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 22 de maio de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 645/2015

PORTARIA Nº 645/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ADEMIR SÁVIO PIRES DA SILVA (Matr. 1437), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manutenção de Máquinas e Veículos, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/E, para o Nível/Referência – 8/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 646/2015

PORTARIA Nº 646/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ALICE VANAZZI (Matr.

2752), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 12/1/B, para o Nível/Referência – 12/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 647/2015

PORTARIA Nº 647/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora CARINE PANERAI DE LAVI (Matr. 2750), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 12/1/B, para o Nível/Referência – 12/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 648/2015

PORTARIA Nº 648/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor CARLOS ROGÉRIO LOPES DE LIMA (Matr. 2743), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 14/B, para o Nível/Referência – 14/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 649/2015

PORTARIA Nº 649/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor IGOR BERNARDES DA SILVA (Matr. 2744), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 14/B, para o Nível/Referência – 14/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 650/2015

PORTARIA Nº 650/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor LUIZ FRANCISCO FERREIRA LIRA (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manutenção de Máquinas e Veículos, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/E, para o Nível/Referência – 8/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 651/2015

PORTARIA Nº 651/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor OLMES GHIGGI (Matr. 802), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 7/E, para o Nível/Referência – 7/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 652/2015

PORTARIA Nº 652/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor WALDIR REKSHAUSE (Matr. 115), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 3/M, para o Nível/Referência – 3/N, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 653/2015

PORTARIA Nº 653/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor WILLIAN CÉSAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 12/1/B, para o Nível/Referência – 12/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 654/2015

PORTARIA Nº 654/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO BRUNO ANTUNES (Matr. 507), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 3/H, para o Nível/Referência – 3/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 655/2015

PORTARIA Nº 655/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ZULEICA BARTH DASSI (Matr. 972), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, 10 horas semanais, do Nível/Referência – 10/E, para o Nível/Referência – 10/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 10 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 656/2015

PORTARIA Nº 656/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora LIGIA BACALTCHUK (Matr. 774), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, 20 horas semanais, do Nível/Referência – 10/2/E, para o Nível/Referência – 10/2/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 20 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os

artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 657/2015

PORTARIA Nº 657/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora DAIANE CORREIA BAZZI (Matr. 2745), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de maio de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

TERMO DE SUSPENSÃO DE PRAZO Nº 001/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

CNPJ/MF 09.428.416.0001-80

Empresa: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRA LTDA ME

Endereço: Rua Prefeito José Acco, nº 250

CONTRATADA

TERMO DE SUSPENSÃO DE PRAZO Nº 001/2015

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, vem por meio deste instrumento conceder a empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRA LTDA ME, CNPJ nº 09.428.416/0001-80, SUSPENSÃO do prazo de execução dos serviços, estipulados na cláusula segunda do contrato nº 012/2014 de 06 de março de 2014, que tem por objeto a execução de pavimentação em paralelepípedos da

Estrada Municipal Serra Alta (compreendendo desde o final do calçamento existente até o limite final do perímetro urbano) Estrada Municipal Barra Verde (trecho Compreendido desde o final do pavimento existente até o britador municipal) e rua Sebastião Antonio da Silva, no bairro Santo Antonio no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Memoriais Descritivos, planilhas de orçamento, cronograma físico financeiro e projetos, em decorrência do Processo Licitatório nº 0067/2013, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2013.

Parágrafo Primeiro: A Suspensão se dá em virtude do atraso no pagamento das parcelas, em decorrência do não repasse dos recursos financeiros provenientes do Contrato de Repasse nº 1003041-51/2012 do Ministério das Cidades – Governo Federal.

Parágrafo Segundo: O Prazo mencionado na cláusula segunda do contrato acima mencionado voltará a ser computado a partir da notificação ao contratado, de que o local da obra encontra-se em plenas condições para início da obra.

Parágrafo Terceiro: O presente termo entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 21 de maio de 2015.

NELSON GUINADNI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Contratante

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin

CPF: 052.051.949-36

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 70 2015

DECRETO Nº 70 DE 20 DE MAIO DE 2015.

Fixa valores a serem cobrados na prestação de serviços a particulares, através do uso de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de Ilhota, disciplinados conforme a Lei nº 1663, de 12 de março de 2011.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.12 inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fixa valores a serem cobrados relativos a tabela de serviços correspondente ao Anexo I da Lei nº 1663/2011, e itens 9 a 18 acrescidos através do Decreto nº 04/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA, em 21 de maio de 2015.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

ANEXO I

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR(R\$)	SC/KM/HS/UM
01	Inseminação	40,00	Unidade
02	Pá Carregadeira	70,00	Hora
03	Caminhão-Toco	50,00	Hora
04	Caminhão Trucado	65,00	Hora
05	Retroescavadeira	50,00	Hora
06	Escavadeira Hidráulica – Convênio nº 18887/2009-5-SDR-BNU	70,00	Hora
07	Escavadeira Hidráulica	85,00	Hora
08	Motoniveladora	80,00	Hora
09	Trator de Pneu 80cv	50,00	Hora
10	Plantadeira de milho 3 linhas	40,00	Diária (24hs)
11	Roçadeira	40,00	Diária (24hs)
12	Arado de 3 discos	40,00	Diária (24hs)
13	Plaina traseira	40,00	Diária (24hs)
14	Grade aradora	50,00	Diária (24hs)
15	FORAGEIRA	100,00	Diária (24hs)
16	Vagão Forrageiro	50,00	Diária (24hs)
17	Enxada rotativa	120,00	Diária (24hs)
18	Distribuidor de Calcário	80,00	Diária (24hs)

EXTRATO DE CONTRATO 009 - PRG 031 2015 - CARBONI - CAMINHÃO CAÇAMBA

Extrato de Contrato nº 009/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Pregão Presencial nº 031/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COM CAÇAMBA, DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO Nº 797156/2013/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS.

Valor: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

Assinatura: 22/05/2015

Vigência: 30 dias após emissão da Autorização de Compras.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 041/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site www.bll.org.br. Menor preço por lote para eventual aquisição de locação de veículo, aquisição de combustível, filtros, lubrificantes, contratação de pessoa jurídica para fornecimento de técnicos de nível médio e superior, aquisição de refeições, apetrechos para pesca e aquicultura, rações para peixe e material de expediente para uso da Secretaria de Pesca e Aquicultura. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até às 13h50min do dia 10/06/2015. Informações e entrega do Edital, no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Imaruí, ou pelo telefone (48) 3643-0161, pelo e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 22 de Maio de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 092, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 092, de 18 de maio de 2015.

Reconstitui o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 3.334, de 27 de maio de 2008, que criou a Medalha Henrique Lage,

CONSIDERANDO a reforma administrativa decorrente da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconstituído o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage com a seguinte composição:

- I – Jaison Cardoso de Souza, Chefe do Poder Executivo Municipal;
- II – Elísio Sgrott, Vice-Prefeito;
- III – Titulares das Secretarias Municipais:
 - a) Nicolau Corsino Bento, Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública;
 - b) Michela da Silva Freitas, Secretária Municipal de Educação;
 - c) Eduardo dos Passos Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
 - d) Paulo Juchem Sefton, Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;
 - e) Rui Geraldo Rodrigues, Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura;
 - f) Maria Martins dos Passos Souza, Secretária Municipal de Saúde;
 - g) Ivan Vitório, Secretário Municipal da Fazenda;
 - h) Selma Elias Westphal, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda;
- IV – Dr. Luiz Dário Rocha, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Imbituba;
- V - Representantes dos movimentos sociais juridicamente constituídos no município:
 - a) Sandra Leal, integrante da Indústria da Solidariedade; e
 - b) Jandir Silva de Aguiar, integrante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

§ 1º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage será presidido pelo Chefe do Poder Executivo, que indicará o Secretário do referido colegiado.

§ 2º O Vice-Prefeito substituirá o Chefe do Poder Executivo na presidência do Conselho Municipal, nas ausências do mesmo.

§ 3º A Secretaria do Conselho Municipal Medalha Henrique Lage será exercida pela titular da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º Os membros do Conselho Municipal não serão remunerados pelo exercício da função.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage:

- I - elaborar seu regimento;
- II - aprovar o nome dos candidatos indicados para receber a Medalha;
- III - zelar pelo prestígio da Medalha;
- IV - aprovar as medidas necessárias ao bom desempenho de suas funções;

V - suspender ou cancelar o direito de uso da Medalha, nos termos do regimento;

VI - manter acervo atualizado de objetos e publicações referentes

ao homenageado;

VII - manter livro de registro, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a medalha e seus dados biográficos.

§ 1º Constarão no regimento do Conselho Municipal as especificações de tamanho e desenho da Medalha e do Diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

§ 2º A concessão da Medalha será aprovada pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal.

§ 3º O "quorum" para deliberação do Conselho Municipal é de dois terços de seus membros.

Art. 3º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage se reunirá ordinariamente, conforme determinar o regimento, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Art. 4º Compete aos membros do Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage a indicação dos nomes dos candidatos ao seu recebimento.

Parágrafo único. A indicação conterá o nome completo e a qualificação do candidato à homenagem, seus dados biográficos, a relação de serviços por ele prestados ao desenvolvimento do município.

Art. 5º Fica revogado o Decreto PMI nº 091, de 09 de maio de 2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EDITAL DE PROCLAMAÇÃO 01/2015 SECULT. PROCULT

EDITAL DE PROCLAMAÇÃO 01/2015

Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba
RESULTADO FINAL DOS PROJETOS CULTURAIS AVALIADOS PELA
COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – CMIC
Edital SECULT/PROCULT 01/2014

O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC de Imbituba/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em observância ao disposto no art. 43, XVI, da Lei Municipal nº 4.175, de 18 de abril de 2013, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura, e do art. 15 da Lei Complementar nº 4.276, de 05 de novembro de 2013, que instituiu o Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba – PROCULT, bem como pelo art. 12, V, do Regimento Interno do CMPC estabelecido pela Resolução CMPC/IMB Nº 01, de 5 de junho de 2013, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, o presente EDITAL DE PROCLAMAÇÃO do Resultado Final dos Projetos Culturais apresentados no âmbito do Programa

Municipal de Incentivo à Cultura – PROCULT, avaliados pela COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – CMIC, referentes ao

Edital SECULT/PROCULT 01/2014.

Art. 1º O Conselho Municipal de Política Cultural, conforme deliberação do seu Plenário -instância máxima do CMPC, na 23ª Sessão Ordinária, de 4 de maio de 2015, TORNA PÚBLICO, conforme Anexo Único deste Edital, que foi aprovado por unanimidade de seus membros, o Resultado Final dos Projetos Culturais referentes ao Edital SECULT/PROCULT 01/2014, em conformidade com a ANÁLISE CONCLUSIVA da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC e após julgamento dos recursos apresentados pelos Proponentes Culturais, conforme consta em ata da referida Sessão.

Art. 2º Cabe a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETEC:

I – por intermédio da Superintendência de Cultura – SECULT, a emissão da Declaração de Incentivo e publicação dos projetos aprovados, com os respectivos valores;

II – informar os Proponentes Culturais, cujos Projetos Culturais não foram contemplados, que os mesmos podem ser reapresentados por ocasião de novo edital do PROCULT, observada a correção das falhas apontadas e demais imposições normativas.

Imbituba/SC, 5 de maio de 2015.

Dorvalino Pedro de Mello Filho Presidente do CMPC	Gláucia Maindra da Silva Secretária-Geral do CMPC
--	--

ANEXO ÚNICO

RESULTADO FINAL DOS PROJETOS CULTURAIS AVALIADOS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – CMIC, RETIFICADO APÓS ANÁLISE DE RECURSOS

Edital SECULT/PROCULT 01/2014

QUADRO DE PROJETOS INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO GERAL

PROCULT 2014/2015 – 1º Edital – INSCRITOS						
ÁREAS	CLASSIFICAÇÃO GERAL	VALOR MÁXIMO DO INCENTIVO PREVISTO (R\$)				
	HABILITAÇÃO	APROVAÇÃO	AVALIAÇÃO (NOTA)			
I - ÁREAS TÉCNICO-ARTÍSTICAS VOLTADAS À CULTURA:	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
Artes visuais	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Artes digitais	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Design - ISABELLA MELENDRES – 19981/2014		X		X	-	R\$ 8.399,51
Música - CARLOS FERNANDO DEMÉTRIO – 19850/2014		X		X	-	R\$ 8.399,51
Música - FRANK CELESTINO DE MELLO – 19851/2014		X		X	-	
Música - GERALDO FRANCISCO CAVALCANTI – 19402/2014		X		X	-	
Música - ELIAQUIM COSTA DEMÉTRIO – 19983/2014		X		X	-	
Música - HERMES FAUSTINO BERNARDES – 19848/2014		X		X	-	
Teatro	-	-	-	-		R\$ 8.399,51
Dança - MARILEI BATISTA DOS SANTOS – 19743/2014*	X		X		7,63*	R\$ 8.399,51
Dança - ALDENIR ESPÍNDOLA DE SOUZA – 19905/2014		X		X		
Dança - JOELMA SOARES GUIMARÃES – 19980/2014	X			X	7,0	
Circo	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Audiovisual - KALEBE PAIVA SILVA – 19946/2014	X		X		8,63	R\$ 8.399,51
Literatura, livro e leitura.	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Artesanato	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Arquitetura e urbanismo	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
II - ÁREA DO PATRIMÔNIO CULTURAL:	-	-	-	-	-	
Culturas afro-brasileiras	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Culturas dos povos indígenas	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Cultura açoriana	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Culturas populares	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Arquivos e museus	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Patrimônio material e imaterial	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Empresas, produtores culturais.	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Instituições culturais não-governamentais	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
III - ÁREA DE PESQUISA CULTURAL:	-	-	-	-	-	
Antropologia	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Ciências sociais	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Filosofia	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
Literatura	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51

História	-	-	-	-	-	R\$ 8.399,51
IV - OUTROS SEGMENTOS CULTURAIS, COMPREENDENDO ATIVIDADES E ÁREAS NÃO PREVISTAS NAS ACIMAS CITADAS:	-	X	-	X	-	
Difusão –KELLEN CRISTINA LIMA – 19794/2014						R\$ 8.399,58
TOTAL						R\$ 209.987,82

*Projeto Cultural CONTEMPLADO por obter a maior nota entre os projetos Habilitados e Aprovados na área de Dança.

QUADRO DE PROJETOS CULTURAIS CONTEMPLADOS

PROCULT 2014/2015 – 1º Edital – ROL DE PROJETOS CULTURAIS CONTEMPLADOS						
ÁREA/PROponente	PROJETOS CULTURAIS CONTEMPLADOS					
	HABILITADO	APROVADO	NOTA DE AVALIAÇÃO	VALOR APROVADO		
I - áreas técnico-artísticas voltadas à cultura:	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
Dança - MARILEI BATISTA DOS SANTOS – 19743/2014	X		X		7,63*	R\$ 8.318,00
Audiovisual - KALEBE PAIVA SILVA – 19946/2014	X		X		8,63	R\$ 7.661,50

*Projeto Cultural CONTEMPLADO por obter a maior nota entre os projetos Habilitados e Aprovados na área de Dança.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Presidente do CMPC

Gláucia Maindra da Silva
Secretária-Geral do CMPC

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.560, DE 20 DE MAIO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.560, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Imbituba e dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 1.145/91 que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aumentado o piso salarial dos servidores de carreira da Câmara Municipal de Imbituba no percentual de 9% (nove por cento), dos quais:

I – 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento) correspondem à revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais, conforme apuração do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015; e

II – 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) a título de aumento real de salário.

Art. 2º Consoante modificação imposta pelo Art. 1º desta Lei Complementar, fica alterado o §1º do art. 21. da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, passando o parágrafo a vigorar com a seguinte redação:

“§1º O Piso Salarial dos servidores públicos de carreira da Câmara Municipal de Imbituba é de R\$ 699,07 (seiscentos e noventa e nove reais e sete centavos).”

Art. 3º Fica aumentado o valor da remuneração dos cargos de provimento em Comissão, no mesmo percentual concedido aos servidores públicos de carreira da Câmara Municipal de Imbituba, conforme Art. 1º da presente Lei e representado pelo Anexo I da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991.

Parágrafo único. Consoante modificação imposta pelo caput deste artigo, fica alterado o ANEXO I “Nominata de Cargos de Provimento em Comissão”, da Lei Complementar nº 1.145/1991, passando os valores remuneratórios a vigorar conforme ANEXO A desta Lei Complementar.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015.

Imbituba, 20 de maio de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

ANEXO A

ANEXO I

Art. 18 da Lei Complementar nº 1.145/91

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA REMUNERAÇÃO (R\$)
Secretário(a) Administrativo	Secretaria Administrativa	1	Remuneração	1.990,34
Secretário(a) de Gabinete	Secretaria de Gabinete	1	Remuneração	1.990,34
Diretor(A) Executivo da Escola do Legislativo	Escola do Legislativo	1	Remuneração	1.853,00
Coordenador(a) de Cerimonial e Eventos	Coordenadoria de Cerimonial e Eventos	1	Remuneração	1.401,65
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.244,55
Assessor(a) Jurídico da Presidência	Assessoria Jurídica da Presidência	2	Remuneração	2.239,14
Assessor(a) de Relações Institucionais	Assessoria de Relações Institucionais	1	Remuneração	870,78
Assessor(a) Parlamentar	Assessoria Parlamentar	13	Remuneração	870,78
Assessor(a) Parlamentar Especial	Assessoria Parlamentar Especial	4	Remuneração	1.244,55
Assistente Parlamentar	Assistência Parlamentar	4	Remuneração	746,38
Controlador(a) Interno	Controladoria Interna	1	Remuneração	2.239,14
Ouvidor(a) Geral	Ouvidoria Legislativa	1	Remuneração	1.168,04
Assessor(a) de Ouvidoria	Ouvidoria Legislativa	1	Remuneração	986,99
	TOTAL	36		

PORTARIA PMI/GGP Nº 305/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 305, de 21 de maio de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Iara Sousa Diogo	Técnica em Enfermagem - 40h	068.847.249-43	22/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de maio de 2015.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 306/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 306, de 21 de maio de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Jane Natália de Souza Custódio	Servente Merendeira	507.256.539-49	22/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONCORRÊNCIA 01/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 53/2015

CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 26 de junho de 2015, licitação na modalidade de Concorrência, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada para execução das obras para construção do monumento à santa paulina e urbanização da área no seu entorno, localizada no morro do mirim Município de Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de maio de 2015

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS 02/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 54/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 10 de junho de 2015, licitação na modalidade de Tomada de Preços tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para implantação da drenagem, pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - PCC, sinalização viária na rua André Ferreira de Carvalho, situada no bairro Arroio - Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de maio de 2015

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

RESOLUÇÃO Nº003/2015 - C.M.D.C.A.

RESOLUÇÃO Nº003/2015 - C.M.D.C.A.

No dia 21/05/2015, as 14:00 horas, reuniram-se em sede provisória, cito a Rua Adelfo Pamato,722, Centro, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Imbituba, deliberando:

Art.1º Fica criada a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada composta por um presidente, um relator e três membros

do CMDCA, para a organização da referida eleição.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por:

I - Simone Hipólito Martins – Presidente;

II - Clara Regina Martins – Relatora;

III – Renata Domingos Nunes Francisco – Membro;

IV - Ronaldo Augusto Pires – Membro;

V - Maristela da Rosa Guimarães – Membro;

VI - Luciana Niehues de Souza– Membro.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Resolução nº. 002/2015 - CMDCA.

Marivone Mendonça Damazio

Presidente do C.M.D.C.A.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 022/15

Ato da Presidência nº 022/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 16ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 25 de maio de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO	REGIME							
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
054	PLC nº 343/2015	14/05/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Cria vaga de emprego público de Advogado no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
055	PLC nº 344/2015	14/05/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
057	PLC nº 345/2015	20/05/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores municipais e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
062	PLC nº 347/2015	21/05/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Institui o Programa de Recuperação Fiscal do município de Imbituba - Refis Municipal, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
059	PL 4.705/2015	21/05/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a criação da Gratificação do PMAQ para os Profissionais que atuam na Atenção Básica, Saúde Bucal, NASF e Centro de Especialidades Odontológicas, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
060	PL 4.706/2015	21/05/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre alteração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
061	PL 4.707/2015	21/05/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal da Assistência Social e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ 028/2015	18/05/15	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Requer a retirada da cerca e reabertura da Rua Abrão Silvino dos Passos na comunidade de Arroio, município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	MOÇÃO nº 006/2015	20/05/2014	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	MOÇÃO DE APOIO para externar apoio em relação ao aumento do efetivo da Polícia Civil no município de Imbituba e à aprovação da escolha do delegado-geral da Polícia Civil por meio de votação da classe, através de lista tríplice.	Ordinário	Única	Única
	MOÇÃO nº 007/2015	21/05/2014	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	MOÇÃO DE APOIO para externar apoio em relação à greve dos Profissionais do Magistério da Rede Pública de Ensino Estadual.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 21 de maio de 2015.

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 003 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 259/2014

EDITAL DE PREGÃO Nº 095/2014-10430

TERMO ADITIVO 003 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 259/2014 – Edital de Pregão nº 095/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.953.067/0001-78, estabelecida à Rua Quintino Bocaiúva, nº 185 – Bairro Centro, no município de Apiúna – Estado de Santa Catarina.

2. VALORES REGISTRADOS:

2.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

2.1.1. Empresa SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, vencedor do lote 09 no item 44 com o valor unitário de R\$ 2,21 (dois reais e vinte e um centavos), do lote 09 no item 45 com o valor unitário de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos), do lote 10 no item 47 com o valor unitário de R\$ 1,83 (um real e oitenta e três centavos), do lote 13 no item 58 com o valor unitário de R\$ 3,19 (três reais e dezenove centavos).

2.1.2. Tendo em vista pedido de realinhamento de preços encaminhado dia 20/05/2015, e ainda, justificando que os novos preços estão dentro da margem de aumento dos citados produtos, percentualmente, estamos concedendo tal reajuste, conforme ofício e notas fiscais em anexo.

3. AS PARTES:

3.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 21 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO FISTAROL LTDA
Moacir Antônio Fistarol
Sócio Gerente

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 100/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 100/2014

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552/0001-05, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.769.103/0001-09, estabelecida à Rua Maria Simão, nº 278, Bairro das Nações, no nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Gustavo Albuquerque Gollnick, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 737.938.099-00 e Cédula de Identidade nº 44.525.488-SSP/PR, residente à Rua Rio Branco, nº 378, Bairro Tapajós, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 087/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2014-18201, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1 e terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, com as seguintes características: imóvel urbano, terreno com área de 445,50m², com edificação em alvenaria com cobertura de telhas cerâmicas, com área de 140,99m², contendo 03 quartos/dormitórios 02 BWC, sala, cozinha, área de serviço, e área coberta de varanda e garagem. Imóvel registrado no 1º Ofício de Imóveis da Comarca de Indaial/SC, sob Matrícula no 29116. O respectivo imóvel destina-se ao uso exclusivo do "CRAS do Bairro Tapajós", passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 23 de abril de 2015 até 23 de abril de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$ 1.134,60 (um mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total de R\$ 13.615,20 (treze mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 23 de abril de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊN- CIA SOCIAL Lindomar Lindner Locatário
--	---

IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA PROCURADORA GERAL DO MU-
NICÍPIO Gustavo Albuquerque Gollinick Silmara Fruet
Locador OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

EDITAL DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1661/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1661/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARO5495	55721278E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
HSA7788	55486871E	5185/1	13/02/2015	R\$ 127,69	167
LXR0370	55721416E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYV9086	55721437E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCC1795	55721810E	5185/1	26/01/2015	R\$ 127,69	167
MCU0565	55486734E	5452/6	23/01/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCW8277	55720695E	6050/2	19/12/2014	R\$ 191,53	208
MDO7714	55721428E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEP9771	55486438E	5835/0	23/02/2015	R\$ 127,69	195
MHP2705	55721839E	5207/0	23/02/2015	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1665/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1665/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFP9442	55721753E	5185/1	19/01/2015	R\$ 127,69	167
BTF8361	55721415E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
HHR9754	55486848E	5185/1	10/02/2015	R\$ 127,69	167
HSU1423	55486640E	5185/1	14/01/2015	R\$ 127,69	167
JAM8988	54034394N	5002/0	10/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
JEH9896	55721576E	5185/1	18/01/2015	R\$ 127,69	167
LWW1933	55486811E	5185/2	27/01/2015	R\$ 127,69	167
LWX5208	55721384E	5185/1	09/02/2015	R\$ 127,69	167
LYP5545	55721432E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYR4582	55486784E	5185/1	02/02/2015	R\$ 127,69	167
LYR4582	55486785E	5835/0	02/02/2015	R\$ 127,69	195
LYR4582	55486786E	6050/2	02/02/2015	R\$ 191,53	208
LZF9381	55486689E	5541/1	19/01/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZN8753	55486976E	5541/1	28/02/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZR7292	55721409E	6564/0	25/01/2015	R\$ 191,53	230 * II
MAK0538	55486906E	5185/2	10/02/2015	R\$ 127,69	167
MBP7587	55486901E	5185/1	10/02/2015	R\$ 127,69	167
MBQ9211	55486621E	5967/0	16/12/2014	R\$ 957,69	203 * V
MBQ9211	55486622E	6050/2	16/12/2014	R\$ 191,53	208
MBR3029	55722118E	5231/1	07/03/2015	R\$ 85,12	172
MBR3029	55722119E	5185/1	07/03/2015	R\$ 127,69	167
MCA7304	55486776E	5185/1	29/01/2015	R\$ 127,69	167
MCM3939	54430189E	5185/1	04/02/2015	R\$ 127,69	167
MCW8277	55720689E	6050/2	19/12/2014	R\$ 191,53	208
MCW8277	55720692E	5720/0	19/12/2014	R\$ 127,69	186 * I
MCY6254	55486812E	5207/0	27/01/2015	R\$ 53,20	169

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDL8632	55721372E	5185/1	01/02/2015	R\$ 127,69	167
MDX3142	55721724E	5835/0	10/02/2015	R\$ 127,69	195
MDX3142	55721725E	7048/1	10/02/2015	R\$ 191,53	244 * II
MEC7399	55486782E	5967/0	30/01/2015	R\$ 957,69	203 * V
MEG9503	55721795E	5940/1	11/02/2015	R\$ 957,69	203 * III
MEG9503	55721798E	7048/1	11/02/2015	R\$ 191,53	244 * II
MEP9771	55486437E	6050/2	23/02/2015	R\$ 191,53	208
MEP9771	55486439E	6394/1	23/02/2015	R\$ 191,53	220 * XIV
MEW6713	55486423E	5185/1	04/02/2015	R\$ 127,69	167
MEZ6389	55721826E	5550/0	04/02/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MF33944	55486759E	5207/0	23/01/2015	R\$ 53,20	169
MFY0648	55721420E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGD3752	55486733E	5207/0	23/01/2015	R\$ 53,20	169
MGD6146	55486807E	5193/0	27/01/2015	R\$ 191,53	168
MGR7620	55485627E	5541/1	30/01/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHU6716	55720038D	5525/0	27/08/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MHY8535	55486424E	5185/2	09/02/2015	R\$ 127,69	167
MIA0595	55486797E	5193/0	06/02/2015	R\$ 191,53	168
MIB8068	55721726E	5835/0	13/02/2015	R\$ 127,69	195
MIO0709	55486827E	7366/2	27/01/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MJB6503	55486957E	5622/1	21/02/2015	R\$ 53,20	182 * VI
MKP4504	54033646N	5002/0	09/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKZ4309	55486425E	5185/1	09/02/2015	R\$ 127,69	167
MLS9816	55487030E	5541/4	02/03/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLT9107	55486684E	5967/0	17/01/2015	R\$ 957,69	203 * V
MLU2792	55721436E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLU8461	55486763E	5207/0	27/01/2015	R\$ 53,20	169
MMC1427	55486962E	5541/1	21/02/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF6451	55486743E	5967/0	26/01/2015	R\$ 957,69	203 * V
MMM6969	55487007E	5185/1	24/02/2015	R\$ 127,69	167
MZC1968	55721719E	7366/2	05/02/2015	R\$ 85,12	252 * VI
OUN9360	55486844E	5185/1	07/02/2015	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 250/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 250/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADV9719	8789047777	7455/0	10/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
BXG3432	8789047532	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
JII1246	54023583N	5002/0	27/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
LYM9424	8789046718	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYM9424	8789047857	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEJ6554	8789047853	7463/0	18/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MEX9899	8789047062	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIL9404	8789047152	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJE0319	54024397N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKX3976	8789047874	7455/0	22/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
QHH1077	8789045644	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 252/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 252/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAS6179	8789047334	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ACJ8896	8789047499	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AEA6503	8789047674	7455/0	02/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AEL6889	8789047383	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AEV4469	8789047861	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AHF9830	8789047697	7455/0	03/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AIX1072	8789048075	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AJH8072	8789046102	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJL0695	8789048321	7455/0	27/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
AJO7943	8789046239	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJO7943	8789046240	7463/0	20/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
AKK8232	8789047602	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
ANJ5846	8789045745	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANY7623	8789047597	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
APS5584	8789046286	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQL1532	8789046279	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARW9011	8789047246	7455/0	20/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AUH1406	8789046474	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AUK0791	8789047465	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AVA3573	8789047568	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
AVI1952	8789048106	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
BOA5385	8789046643	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
BXA2308	8789047058	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CMB8347	8789045459	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
CPM3578	8789046958	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CWG9775	8789045794	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 7

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXA7218	8789046477	7455/0	05/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CXA7218	8789046478	7455/0	05/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CXA7601	8789047572	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
CXY1051	8789047633	7455/0	01/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
DGD8069	8789047553	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
DGV7445	8789047539	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
DWA5716	8789047509	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
DXQ7753	8789048004	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
FJA6155	8789045589	7455/0	02/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
HCS8705	8789046121	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
HOG8444	8789047621	7455/0	01/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
HSX4146	8789046809	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
HWR5970	8789047187	7463/0	18/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
IKF3165	8789046409	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
JLB7833	8789047288	7463/0	22/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
JLB7833	8789047327	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
KFZ2400	8789047089	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
KNP1450	8789046355	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
KZT2554	8789048286	7455/0	26/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LBM4553	8789047385	7471/0	24/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
LNK2171	8789045599	7455/0	02/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LOU8741	8789046303	7455/0	16/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWT5610	8789046031	7463/0	13/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
LWX2553	8789046512	7463/0	28/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXB4644	8789047895	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXF3176	8789047401	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXI7034	8789046190	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXM5596	8789047013	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXR6894	8789047560	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXS7896	8789046083	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXW0122	8789048345	7455/0	28/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYC9642	8789048076	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYF0980	8789047338	7463/0	23/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
LYF1293	8789047537	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYG6387	8789047420	7463/0	25/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
LYH5200	8789047412	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYQ8235	8789047740	7463/0	07/02/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYV8202	8789046070	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYZ0109	8789046116	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZE1605	8789046315	7455/0	22/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT3293	8789045907	7455/0	11/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU8302	8789046600	7455/0	31/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU8302	8789046604	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZW5072	8789046282	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC5215	8789046973	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAG8186	8789047279	7455/0	21/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAM3349	8789045405	7455/0	27/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ0912	8789046766	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAU6467	8789047159	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAU6467	8789047723	7463/0	05/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAU6467	8789048095	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAU6467	8789048434	7455/0	03/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAV1754	8789047515	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAV7327	8789048122	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAY5870	8789047517	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAZ6503	8789046297	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA1022	8789047368	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBE7741	8789045847	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBK6318	8789047419	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBL0509	8789046907	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBP3182	8789046135	7455/0	16/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ9211	8789047500	7463/0	28/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBW5170	8789047619	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCC6566	8789047421	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCC8740	8789046073	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF9717	54024407N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MCH5252	8789047037	7455/0	14/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8789047361	7463/0	24/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCH6829	8789047508	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCU5597	8789047516	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCV7594	8789047601	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCY5045	8789047581	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCY5045	8789047780	7455/0	10/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCZ1064	8789047769	7463/0	09/02/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDB3078	8789047656	7455/0	02/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDD0736	8789046226	7455/0	19/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF9137	8789045595	7455/0	02/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG4017	8789046552	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI0879	8789047397	7471/0	24/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
MDI6229	8789047535	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDI9887	8789047428	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDK4689	8789045647	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK5747	8789047218	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDQ6844	8789048013	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDR6592	8789047146	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEB4743	8789047923	7455/0	25/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEC7968	8789047575	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEK9983	8789045442	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP9771	8789047910	7455/0	23/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEQ2441	8789047418	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MER0574	8789047742	7463/0	07/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MET2139	8789046968	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEU7821	8789047293	7455/0	22/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEV9475	54024408N	5002/0	02/02/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MFA8297	8789047433	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFB9973	8789047533	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFC5103	8789048054	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFE6634	8789047830	7463/0	16/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFH7703	8789046526	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFJ6948	8789047543	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFJ7877	8789047677	7455/0	03/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFK4175	8789046916	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFL5498	8789046924	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFO3785	8789047112	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFR4210	8789046603	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFU8902	8789047639	7455/0	01/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFY6086	8789047332	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGC0784	8789047018	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGD5403	8789046979	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGE2763	8789045439	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGF1173	8789047698	7455/0	03/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGF1173	8789047703	7455/0	04/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGI3677	8789046375	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGK8086	8789045767	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR0384	8789047452	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGU6652	8789047290	7455/0	22/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHB0923	8789048086	7455/0	18/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHI8699	8789047725	7455/0	05/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHJ4392	8789047730	7455/0	06/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHJ4392	8789047763	7455/0	08/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHK2894	8789047328	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHM6548	8789047430	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHM6548	8789047431	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHM6548	8789047704	7455/0	04/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHP8418	8789047550	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHT2203	8789046977	7455/0	12/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHT2380	8789045416	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV6169	8789047002	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHX1465	8789047604	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHY9265	8789047717	7455/0	04/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3709	8789047541	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIA5519	8789047487	7463/0	27/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIB8068	8789046551	7455/0	29/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC8740	8789048276	7455/0	26/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MID1803	8789047442	7463/0	26/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIH6935	8789047555	7455/0	29/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1951	8789048327	7455/0	27/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIK4385	8789047757	7455/0	08/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIK4582	8789045732	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL4323	8789046823	7455/0	08/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIO0885	8789046685	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIO8878	8789047722	7455/0	05/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIP4374	8789048008	7455/0	15/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIT2809	8789047258	7455/0	20/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIT7771	8789047449	7463/0	26/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIU8794	8789046522	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX7097	8789047422	7455/0	25/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIX9065	54024400N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIZ2192	8789046997	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJD8516	8789047007	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJG0388	8789047453	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJG3846	8789047779	7455/0	10/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJH6538	54024401N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJH8889	54024409N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJK3883	8789047040	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJN1846	8789047761	7455/0	08/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4399	8789045693	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJR0942	8789047577	7455/0	30/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJS5791	8789047109	7455/0	16/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJT5566	8789045488	7455/0	30/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU3688	8789047658	7463/0	02/02/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJY3054	8789047969	7471/0	01/03/2015	R\$ 574,61	218 * III
MJZ4176	8789047644	7455/0	02/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKC7417	54024399N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKF9321	8789046214	7455/0	19/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKH9026	8789047262	7455/0	21/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKI5135	54024404N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKJ7594	8789047603	7455/0	31/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKJ9344	8789048245	7455/0	25/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKO0064	8789047061	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKP6547	8789047751	7455/0	07/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKS8982	8789046648	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKT8945	8789047031	7471/0	14/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
MKV1627	8789047157	7455/0	17/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKX0873	54024398N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKZ4309	8789047055	7455/0	15/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKZ4309	8789047298	7455/0	22/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLB6167	8789047206	7455/0	18/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLB6167	8789047222	7455/0	19/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLH9042	8789046218	7455/0	19/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLM0579	8789047081	7455/0	07/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLM0579	8789047204	7463/0	18/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLM0773	8789047844	7455/0	17/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLS9816	8789047939	7471/0	27/02/2015	R\$ 574,61	218 * III
MLS9816	8789047940	7455/0	27/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLZ2068	8789047086	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLZ5053	8789047429	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMC5224	8789047286	7455/0	22/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMD6099	54024406N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MMD7001	8789047011	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMH3920	8789047455	7455/0	26/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMH4060	8789047001	7455/0	13/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMK1937	8789047285	7471/0	22/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
MMM0747	8789046150	7455/0	17/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKF4526	8789047514	7455/0	28/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
QHB6174	8789047443	7471/0	26/01/2015	R\$ 574,61	218 * III
QJA2908	8789048109	7455/0	19/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1659/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1659/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHO1291	55487207E	5185/2	31/03/2015	167
AJZ9901	55487322E	5185/1	09/04/2015	167
CNW6000	55722222E	6076/0	01/04/2015	210
CNW6000	55722223E	5835/0	01/04/2015	195
CYF9552	55487323E	5185/1	09/04/2015	167
LYS3695	55722316E	5185/1	04/04/2015	167
MCD3909	55487084E	5541/1	12/03/2015	181 * XVII
MCW3461	54041070N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MDI7966	55487253E	5665/0	08/04/2015	182 * X
MDM2943	55487272E	5541/6	09/04/2015	181 * XVII
MEW6713	54041068N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MHF8481	55487107E	5541/1	12/03/2015	181 * XVII
MIN2613	55487228E	5967/0	02/04/2015	203 * V
MJI1681	55721671E	5738/0	23/03/2015	186 * II
MKZ4309	54041069N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MLT0868	55487079E	7366/2	11/03/2015	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1663/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1663/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACT9493	55722344E	5193/0	12/04/2015	168
ACT9493	55722345E	5185/1	12/04/2015	167
CCP5420	55487074E	5410/0	09/03/2015	181 * IV
LXW8087	55487243E	5452/1	07/04/2015	181 * VIII
LYS1722	55487162E	5185/2	25/03/2015	167
LYW6846	55485631E	5452/1	07/04/2015	181 * VIII
LYY6673	55487329E	5967/0	13/04/2015	203 * V
MAT2305	55485544E	6068/1	11/04/2015	209
MBE6803	55485542E	5819/1	11/04/2015	193
MDC1882	55722341E	5185/1	08/04/2015	167
MEB3055	55487195E	5991/0	06/04/2015	206 * I
MEW6713	54042342N	5002/0	22/04/2015	257 § 8º
MEW6713	54429876E	5185/1	16/04/2015	167
MGC5690	55487170E	5452/1	30/03/2015	181 * VIII
MGT1818	54042341N	5002/0	22/04/2015	257 § 8º
MJM8920	54042343N	5002/0	22/04/2015	257 § 8º
MJU6413	55722213E	6050/2	23/03/2015	208
MMH8823	54430194E	6122/0	26/03/2015	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 249/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 249/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACG4012	8789049439	7455/0	30/03/2015	218 * I
AFJ8475	8789049155	7455/0	21/03/2015	218 * I
AGN5982	8789049367	7455/0	28/03/2015	218 * I
AHT4284	8789048666	7455/0	08/03/2015	218 * I
AKG3705	8789049727	7455/0	29/03/2015	218 * I
AKU1880	8789049215	7463/0	23/03/2015	218 * II
AKU3912	8789048408	7455/0	02/03/2015	218 * I
AKV2252	8789049096	7455/0	20/03/2015	218 * I
ALL5442	8789048821	7463/0	12/03/2015	218 * II
AMH6222	8789049423	7455/0	30/03/2015	218 * I
ANF1997	8789049568	7455/0	04/04/2015	218 * I
AOU1054	8789049174	7455/0	21/03/2015	218 * I
APR2207	8789049226	7455/0	23/03/2015	218 * I
APV5722	8789049628	7455/0	06/04/2015	218 * I
AVF0053	8789049760	7455/0	02/04/2015	218 * I
AWS1970	8789049554	7455/0	03/04/2015	218 * I
BDC0922	8789048845	7455/0	13/03/2015	218 * I
BOV6518	8789048734	7455/0	09/03/2015	218 * I
CFM7620	8789049828	7455/0	09/04/2015	218 * I
CPX2296	8789049432	7455/0	30/03/2015	218 * I
CPX2296	8789049462	7455/0	31/03/2015	218 * I
CSN7596	8789049492	7455/0	01/04/2015	218 * I
CVB4083	54035510N	5002/0	17/03/2015	257 § 8º
CYJ8364	8789049736	7455/0	30/03/2015	218 * I
CZH7487	8789049235	7455/0	24/03/2015	218 * I
DAD4625	8789048728	7455/0	09/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEJ0259	8789049532	7455/0	03/04/2015	218 * I
DIR8117	8789049392	7463/0	29/03/2015	218 * II
DIR8117	8789049407	7463/0	29/03/2015	218 * II
DJO8293	8789049720	7455/0	29/03/2015	218 * I
DLB9054	8789049834	7455/0	09/04/2015	218 * I
DLC5200	8789049353	7455/0	28/03/2015	218 * I
DQK1224	8789049737	7455/0	30/03/2015	218 * I
DSX3647	8789048790	7455/0	11/03/2015	218 * I
DTK4772	8789049214	7455/0	23/03/2015	218 * I
DYU9720	8789049185	7455/0	22/03/2015	218 * I
ELX2761	8789049738	7455/0	30/03/2015	218 * I
ELX2761	8789049859	7455/0	10/04/2015	218 * I
FUG2633	8789049057	7455/0	05/03/2015	218 * I
IBW5503	8789049487	7455/0	01/04/2015	218 * I
IBZ5975	8789049773	7455/0	04/04/2015	218 * I
IIO1854	8789049173	7455/0	21/03/2015	218 * I
IKV2354	8789049409	7455/0	29/03/2015	218 * I
ILG4874	8789049779	7455/0	05/04/2015	218 * I
INN9078	8789049414	7455/0	29/03/2015	218 * I
JIC5312	8789048800	7455/0	11/03/2015	218 * I
JQQ6631	8789049511	7455/0	02/04/2015	218 * I
JYN0558	8789049796	7455/0	08/04/2015	218 * I
KEX8660	8789048682	7463/0	08/03/2015	218 * II
LAC7086	8789049566	7455/0	04/04/2015	218 * I
LWT1570	8789048804	7455/0	12/03/2015	218 * I
LXD7898	8789048591	7455/0	07/03/2015	218 * I
LXM0047	8789049111	7455/0	20/03/2015	218 * I
LXM5596	8789049180	7455/0	22/03/2015	218 * I
LXN3283	8789049231	7455/0	24/03/2015	218 * I
LXN7998	8789049178	7455/0	21/03/2015	218 * I
LXO0611	8789049459	7455/0	31/03/2015	218 * I
LXP7953	8789049786	7455/0	07/04/2015	218 * I
LXU9380	8789049366	7455/0	28/03/2015	218 * I
LYN8756	8789049344	7455/0	28/03/2015	218 * I
LYO7820	8789049517	7455/0	02/04/2015	218 * I
LYO9632	8789049158	7455/0	21/03/2015	218 * I
LYS7096	8789048552	7455/0	05/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYV1171	8789049343	7455/0	28/03/2015	218 * I
LZD0318	8789049726	7463/0	29/03/2015	218 * II
MAC5192	8789049807	7455/0	09/04/2015	218 * I
MAI6086	8789049203	7455/0	22/03/2015	218 * I
MAN1794	8789049377	7455/0	28/03/2015	218 * I
MAP3585	8789049506	7455/0	02/04/2015	218 * I
MAS6432	8789049521	7463/0	03/04/2015	218 * II
MAS6432	8789049522	7463/0	03/04/2015	218 * II
MAU3659	8789049160	7455/0	21/03/2015	218 * I
MAU6467	8789048795	7463/0	11/03/2015	218 * II
MAU6467	8789048893	7455/0	14/03/2015	218 * I
MAU6467	8789049164	7455/0	21/03/2015	218 * I
MAU6467	8789049167	7455/0	21/03/2015	218 * I
MAU6467	8789049169	7463/0	21/03/2015	218 * II
MBB1564	8789049026	7455/0	19/03/2015	218 * I
MBB3806	54041538N	5002/0	16/04/2015	257 § 8º
MBD8292	8789048859	7455/0	13/03/2015	218 * I
MBG6466	8789049655	7455/0	07/04/2015	218 * I
MBI4461	8789049778	7455/0	05/04/2015	218 * I
MBK1035	8789049617	7455/0	06/04/2015	218 * I
MBK4624	8789049371	7455/0	28/03/2015	218 * I
MBK6716	8789049761	7455/0	02/04/2015	218 * I
MBO9056	8789049827	7455/0	09/04/2015	218 * I
MBP2772	8789049279	7455/0	25/03/2015	218 * I
MBR0916	8789049808	7455/0	09/04/2015	218 * I
MBS0946	8789049183	7455/0	22/03/2015	218 * I
MBS6507	8789049143	7455/0	21/03/2015	218 * I
MBW8377	8789049294	7455/0	26/03/2015	218 * I
MCG2521	8789049263	7455/0	25/03/2015	218 * I
MCG2521	8789049268	7455/0	25/03/2015	218 * I
MCG2521	8789049484	7455/0	01/04/2015	218 * I
MCH3817	8789049774	7455/0	04/04/2015	218 * I
MCH5417	8789049559	7455/0	03/04/2015	218 * I
MCN4705	8789048618	7463/0	07/03/2015	218 * II
MCQ9055	8789049880	7455/0	11/04/2015	218 * I
MCS9262	8789049150	7455/0	21/03/2015	218 * I
MCY8419	8789049228	7455/0	24/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDJ8166	8789049240	7455/0	24/03/2015	218 * I
MDM2127	8789048744	7455/0	10/03/2015	218 * I
MDQ7063	8789049362	7455/0	28/03/2015	218 * I
MDV7769	8789049307	7455/0	27/03/2015	218 * I
MDY3919	8789048672	7463/0	08/03/2015	218 * II
MEA4979	8789049862	7463/0	10/04/2015	218 * II
MEB5862	8789049817	7455/0	09/04/2015	218 * I
MEB9658	8789048588	7455/0	07/03/2015	218 * I
MEC5667	8789049756	7463/0	01/04/2015	218 * II
MEI2358	8789049125	7455/0	20/03/2015	218 * I
MEK6892	8789049641	7455/0	07/04/2015	218 * I
MEK6892	8789049874	7455/0	11/04/2015	218 * I
MEK7788	8789049801	7455/0	08/04/2015	218 * I
MEP9771	8789049139	7455/0	20/03/2015	218 * I
MEP9771	8789049368	7455/0	28/03/2015	218 * I
MER5875	8789049867	7455/0	10/04/2015	218 * I
MES9565	8789049237	7455/0	24/03/2015	218 * I
MEU7821	8789049597	7455/0	04/04/2015	218 * I
MEV5223	8789049657	7455/0	07/04/2015	218 * I
MFE2896	8789049305	7455/0	27/03/2015	218 * I
MFG2877	8789048863	7455/0	13/03/2015	218 * I
MFH2008	8789049650	7455/0	07/04/2015	218 * I
MFQ4478	8789048533	7471/0	05/03/2015	218 * III
MFR0103	8789049677	7455/0	08/04/2015	218 * I
MFT0499	8789049869	7455/0	10/04/2015	218 * I
MFU2051	8789049600	7455/0	05/04/2015	218 * I
MFV6885	8789049284	7455/0	25/03/2015	218 * I
MGA0109	8789049261	7455/0	24/03/2015	218 * I
MGA8176	8789049833	7463/0	09/04/2015	218 * II
MGD1662	8789048754	7455/0	10/03/2015	218 * I
MGD3180	8789049495	7463/0	02/04/2015	218 * II
MGG3047	8789049734	7455/0	30/03/2015	218 * I
MGI2475	8789049133	7455/0	20/03/2015	218 * I
MGI4920	8789049165	7455/0	21/03/2015	218 * I
MGJ1299	8789049469	7455/0	01/04/2015	218 * I
MGK8033	8789049493	7455/0	02/04/2015	218 * I
MGK8450	8789049398	7455/0	29/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGS3216	8789049781	7455/0	05/04/2015	218 * I
MGU5225	8789049373	7455/0	28/03/2015	218 * I
MGW1886	8789049172	7455/0	21/03/2015	218 * I
MGW1886	8789049549	7455/0	03/04/2015	218 * I
MGW2683	8789049171	7455/0	21/03/2015	218 * I
MGY5126	8789049397	7455/0	29/03/2015	218 * I
MGZ0342	8789049634	7455/0	06/04/2015	218 * I
MGZ1336	8789049501	7455/0	02/04/2015	218 * I
MHB6477	8789049359	7455/0	28/03/2015	218 * I
MHB6477	8789049714	7455/0	28/03/2015	218 * I
MHD4165	8789048675	7455/0	08/03/2015	218 * I
MHD7918	8789049467	7455/0	01/04/2015	218 * I
MHG2407	8789049746	7455/0	31/03/2015	218 * I
MHH5606	8789049753	7455/0	01/04/2015	218 * I
MHI6960	8789049605	7455/0	05/04/2015	218 * I
MHJ8507	8789049118	7455/0	20/03/2015	218 * I
MHL2926	8789049451	7455/0	31/03/2015	218 * I
MHL2926	8789049856	7455/0	10/04/2015	218 * I
MHM6548	54041007N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MHM6548	54041008N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MHM6548	54041012N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MHN0198	8789049476	7455/0	01/04/2015	218 * I
MHN3542	8789049881	7455/0	11/04/2015	218 * I
MHP8418	54041009N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MHT0305	8789049820	7455/0	09/04/2015	218 * I
MHU5974	8789049769	7455/0	04/04/2015	218 * I
MHV6169	54041003N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MHW1109	8789048379	7455/0	01/03/2015	218 * I
MIC3292	8789049519	7455/0	02/04/2015	218 * I
MIC8605	8789049852	7463/0	10/04/2015	218 * II
MIC8740	54041563N	5002/0	16/04/2015	257 § 8º
MID2842	8789049537	7455/0	03/04/2015	218 * I
MIH9718	8789049876	7455/0	11/04/2015	218 * I
MIJ2319	8789048645	7455/0	08/03/2015	218 * I
MIO1270	8789049317	7463/0	27/03/2015	218 * II
MIQ8014	8789049526	7455/0	03/04/2015	218 * I
MIU7116	8789049816	7455/0	09/04/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV0089	8789049725	7455/0	29/03/2015	218 * I
MIW8858	8789049479	7455/0	01/04/2015	218 * I
MIW8858	8789049480	7455/0	01/04/2015	218 * I
MIZ5312	8789049765	7455/0	03/04/2015	218 * I
MIZ8444	8789049639	7455/0	06/04/2015	218 * I
MJC7131	8789049229	7463/0	24/03/2015	218 * II
MJC7131	8789049304	7455/0	27/03/2015	218 * I
MJG3846	54041013N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MJK3883	54041002N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MJM7109	8789048574	7455/0	06/03/2015	218 * I
MJQ4399	54040996N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MJS3819	8789049286	7455/0	25/03/2015	218 * I
MJU3688	54041010N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MJV3110	8789048536	7463/0	05/03/2015	218 * II
MJW3335	8789049422	7455/0	30/03/2015	218 * I
MJX0206	8789049652	7455/0	07/04/2015	218 * I
MKA5182	8789049400	7455/0	29/03/2015	218 * I
MKF0324	8789049207	7455/0	23/03/2015	218 * I
MKI3141	8789049449	7455/0	31/03/2015	218 * I
MKJ7140	8789049250	7455/0	24/03/2015	218 * I
MKK4271	8789049146	7455/0	21/03/2015	218 * I
MKM0069	8789049548	7455/0	03/04/2015	218 * I
MKO0064	54041001N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MKP4415	8789048522	7455/0	05/03/2015	218 * I
MKP6547	8789049590	7455/0	04/04/2015	218 * I
MKP8914	8789049619	7463/0	06/04/2015	218 * II
MKQ1720	8789049399	7463/0	29/03/2015	218 * II
MKQ2060	8789049513	7455/0	02/04/2015	218 * I
MKQ8245	8789049381	7455/0	29/03/2015	218 * I
MKQ8245	8789049382	7455/0	29/03/2015	218 * I
MKS1910	8789049097	7455/0	20/03/2015	218 * I
MKU1016	8789048803	7455/0	11/03/2015	218 * I
MKU9606	8789048714	7455/0	09/03/2015	218 * I
MKV3216	8789049312	7463/0	27/03/2015	218 * II
MKZ0315	8789049247	7455/0	24/03/2015	218 * I
MKZ0433	8789049512	7455/0	02/04/2015	218 * I
MKZ2256	8789049794	7455/0	08/04/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKZ4309	54041000N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MKZ4309	54041006N	5002/0	14/04/2015	257 § 8º
MLC5275	8789049647	7455/0	07/04/2015	218 * I
MLE4943	8789048610	7455/0	07/03/2015	218 * I
MLF3778	8789048896	7455/0	14/03/2015	218 * I
MLG5274	8789048684	7455/0	08/03/2015	218 * I
MLH9727	8789048376	7455/0	01/03/2015	218 * I
MLP6746	8789049668	7455/0	08/04/2015	218 * I
MLQ0341	8789049485	7463/0	01/04/2015	218 * II
MLQ1004	8789049733	7463/0	30/03/2015	218 * II
MLT5090	8789048856	7455/0	13/03/2015	218 * I
MLV2618	8789049860	7455/0	10/04/2015	218 * I
MLY0640	8789049354	7463/0	28/03/2015	218 * II
MMB7783	8789049184	7455/0	22/03/2015	218 * I
MMC5391	8789049849	7455/0	10/04/2015	218 * I
MMH2511	8789049775	7455/0	04/04/2015	218 * I
MML4216	8789049114	7455/0	20/03/2015	218 * I
NZU5548	8789048492	7455/0	26/02/2015	218 * I
OKE6464	8789048161	7455/0	21/02/2015	218 * I
OKG3337	8789049861	7455/0	10/04/2015	218 * I
OVS4110	8789049695	7463/0	24/03/2015	218 * II
QHF9191	8789049743	7463/0	31/03/2015	218 * II
QHL0611	8789049785	7455/0	06/04/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 251/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 251/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACY5608	8789048498	7455/0	27/02/2015	218 * I
AJM3919	8789049049	7455/0	19/03/2015	218 * I
DRO9900	8789049005	7455/0	17/03/2015	218 * I
DTU9702	8789049793	7455/0	08/04/2015	218 * I
DTU9702	8789049806	7455/0	09/04/2015	218 * I
EIP3212	8789048960	7463/0	16/03/2015	218 * II
EJE7474	8789048975	7463/0	16/03/2015	218 * II
IOR0571	8789048496	7455/0	27/02/2015	218 * I
LYV6039	8789048914	7455/0	15/03/2015	218 * I
LZR7843	8789048953	7455/0	15/03/2015	218 * I
MAL7334	8789048972	7455/0	16/03/2015	218 * I
MAZ0461	8789049038	7455/0	19/03/2015	218 * I
MEG4273	8789049092	7455/0	18/03/2015	218 * I
MEX8697	8789049012	7455/0	18/03/2015	218 * I
MFA0920	8789048983	7455/0	17/03/2015	218 * I
MFY8519	54042338N	5002/0	22/04/2015	257 § 8º
MGI1098	54042337N	5002/0	22/04/2015	257 § 8º
MHK8598	8789048962	7463/0	16/03/2015	218 * II
MIN4556	8789048751	7455/0	10/03/2015	218 * I
MIN4556	8789048844	7455/0	13/03/2015	218 * I
MIZ3383	8789048986	7455/0	17/03/2015	218 * I
MJM1924	8789048994	7455/0	17/03/2015	218 * I
MJN2602	8789048743	7463/0	10/03/2015	218 * II
MKD0667	8789048966	7455/0	16/03/2015	218 * I
MKY9158	8789049011	7455/0	18/03/2015	218 * I
OKH8355	54042339N	5002/0	22/04/2015	257 § 8º

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
OKH8355	54042340N	5002/0	22/04/2015	257 § 8º
QHL6791	8789049060	7455/0	06/03/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 20 DE MAIO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Iomerê

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº 01/2015

Município de Iomerê

Edital de Credenciamento 01/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público o credenciamento de empresas editoras de jornais de circulação no Município de Iomerê para divulgação da XXX Festa Julina de Iomerê. Cópia do Edital ou mais informações no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de maio de 2015.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

CREENCIAMENTO Nº 02/2015

Município de Iomerê

Edital de Credenciamento 02/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público o credenciamento de empresas editoras de jornais de circulação no Município de Iomerê para divulgação da XXX Festa Julina de Iomerê. Cópia do Edital ou mais informações no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 22 de maio de 2015.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

DECRETO 1609/2015

DECRETO Nº 1609 DE 21 DE MAIO DE 2015

FIXA PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM DIVULGAÇÃO DE EVENTO, VEICULADAS EM JORNAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Iomerê, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado preço para contratação de serviço de publicidade em divulgação da XXX Festa Julina de Iomerê, para veiculação na forma impressa, através de jornais de circulação regional, abrangência no Município de Iomerê:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR (R\$)
01	Contratação de empresas editoras de jornais, com circulação no Município de Iomerê, para publicação nos dias 06, 13, 20, 27/06/2015 e 04 e 11/07/2015, de meia página colorida, de anúncios institucionais, sendo o conteúdo dos anúncios a serem veiculadas, de responsabilidade da assessoria de imprensa do Município.	Meia página com tiragem e circulação mínima de 50 exemplares e com circulação dentro do Município de Iomerê.	1.200,00

Art. 2º - A Publicidade Institucional tem como objetivo divulgação da XXX Festa Julina de Iomerê.

Art. 3º - A contratação deverá ser feita através de Edital de Credenciamento onde no máximo de até 05 empresas jurídicas editoras de jornais de circulação regional, com abrangência no município de Iomerê/SC e interessadas na prestação dos serviços acima citados, poderão se credenciar mediante o preenchimento de condições pré-estabelecidas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Iomerê (SC), 21 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1610/2015

DECRETO Nº 1610 DE 21 DE MAIO DE 2015

FIXA PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM DIVULGAÇÃO DE EVENTO, VEICULADAS EM EMISSORAS DE RÁDIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Iomerê, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;
DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado preço para contratação de serviço de publicidade em divulgação da XXX Festa Julina de Iomerê, para veiculação em rádio, abrangência no Município de Iomerê:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR (R\$)
01	Contratação de empresas emissoras de rádio, com abrangência no Município de Iomerê, para divulgação com inserções de 30 segundos no total de 40 por emissora, no período de 01/06/2015 até 17/07/2015, nas programações dos horários das 7:30 às 23, o conteúdo da inserção será produzido e repassados às emissoras pela assessoria de imprensa do município.	A emissora deverá apresentar CD com a gravação de todas as inserções, juntamente com a nota fiscal.	1.348,00

Art. 2º - A Publicidade Institucional tem como objetivo divulgação da XXX Festa Julina de Iomerê.

Art. 3º - A contratação deverá ser feita através de Edital de Credenciamento onde no máximo de até 04 empresas jurídicas emissoras de rádio, com abrangência regional e interessadas na prestação dos serviços acima citados, poderão se credenciar mediante o preenchimento de condições pré-estabelecidas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Iomerê (SC), 21 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DISPENSA Nº 01/2015

Município de Iomerê
Dispensa de Licitação Nº 0001/2015

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de animação em evento do Município – Aniversário Político-administrativo.

Contratado: Klic Produções Artísticas Eireli - ME.

Valor: 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Iomerê, 22 de maio de 2015.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º BIMESTRE 2015

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREÇO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.170.087,83	15,48	4.569.228,02	32,60	9.446.465,98
	14.015.676,00	14.015.676,00	2.170.087,83	15,48	4.569.228,02	32,60	9.446.447,98
	574.200,00	574.200,00	115.904,81	20,19	200.438,16	34,91	373.761,84
	506.000,00	506.000,00	91.655,26	18,11	168.376,27	33,28	337.623,73
	67.100,00	67.100,00	24.249,55	36,14	32.061,89	47,78	35.038,11
	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
	71.500,00	71.500,00	16.371,94	22,90	31.600,30	44,20	39.899,70
	71.500,00	71.500,00	16.371,94	22,90	31.600,30	44,20	39.899,70
	75.655,00	75.655,00	33.176,59	43,85	60.146,37	79,50	15.508,63
	12.100,00	12.100,00	1.907,08	15,76	2.931,08	24,22	9.168,92
	63.555,00	63.555,00	31.269,51	49,20	57.215,29	90,02	6.339,71
	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
	20.900,00	20.900,00	8.445,72	40,41	39.522,42	189,10	-18.622,42
	13.224.776,00	13.224.776,00	1.978.734,42	14,96	4.198.810,87	31,75	9.025.965,13
	13.174.176,00	13.174.176,00	1.974.144,42	14,98	4.194.220,87	31,84	8.979.955,13
	50.600,00	50.600,00	4.590,00	9,07	4.590,00	9,07	46.010,00
	47.545,00	47.545,00	17.454,35	36,71	38.709,90	81,42	8.835,10
	20.790,00	20.790,00	8.578,02	41,26	18.001,24	86,59	2.788,76
	6.600,00	6.600,00	8.116,57	122,98	11.418,76	173,01	-4.818,76
	6.270,00	6.270,00	759,76	12,12	6.034,53	96,24	235,47
	13.885,00	13.885,00	0,00	0,00	3.255,37	23,45	10.629,63
	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.170.087,83	15,48	4.569.228,02	32,60	9.446.465,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continúa 1/3							

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.170.087,83	15,48	4.569.228,02	32,60	9.446.465,98
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.015.694,00	14.015.694,00	2.170.087,83	15,48	4.569.228,02	32,60	9.446.465,98
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	599.005,17	—	—	167.746,14	—	—
Superávit Financeiro	—	599.005,17	—	—	167.746,14	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.015.694,00	14.861.344,44	2.929.078,95	7.271.958,34	7.589.386,10	2.257.314,38	4.243.536,79	10.617.807,65	4.160.181,18
DESPESAS CORRENTES	13.011.156,00	13.448.502,93	2.886.559,19	6.577.354,51	6.871.148,42	2.100.596,98	3.853.010,66	9.595.492,27	3.798.169,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.776.781,00	6.968.173,93	1.056.135,71	2.099.354,03	4.868.819,90	1.061.623,21	2.078.877,53	4.889.296,40	2.078.877,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	12.000,00	0,00	10.570,00	1.430,00	3.402,73	8.511,53	3.488,47	8.511,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.222.375,00	6.468.329,00	1.830.423,48	4.467.430,48	2.000.898,52	1.035.571,04	1.765.621,60	4.702.707,40	1.710.780,85
DESPESAS DE CAPITAL	982.538,00	1.390.841,51	42.519,76	694.603,83	696.237,68	156.717,40	390.526,13	1.000.315,38	362.011,27
INVESTIMENTOS	445.438,00	853.741,51	42.519,76	159.897,08	693.844,43	39.324,98	155.741,30	698.000,21	127.226,44
INVERSOES FINANCEIRAS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	536.000,00	536.000,00	0,00	534.706,75	1.293,25	117.392,42	234.784,83	301.215,17	234.784,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.015.694,00	14.861.344,44	2.929.078,95	7.271.958,34	7.589.386,10	2.257.314,38	4.243.536,79	10.617.807,65	4.160.181,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre			No Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.015.694,00	14.861.344,44	2.929.078,95	7.271.958,34	7.589.386,10	2.257.314,38	4.243.536,79	10.617.807,65	4.160.181,18
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	325.691,23	—	4.569.228,02
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.015.694,00	14.861.344,44	2.929.078,95	7.271.958,34	—	2.257.314,38	4.569.228,02	—	8.729.409,20

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Sirlei Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças
--	--------------------------------	---

Leandro José Stefani Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	410,00	2.645,21	-2.235,21
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	410,00	2.645,21	-2.235,21
TOTAL	410,00	2.645,21	-2.235,21

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS REALIZADAS DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	410,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,00
Investimentos	410,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,00
TOTAL	410,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	109.211,77		2.645,21
			111.856,98

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini
Ordenador da DespesaSirlei Altenhofen
ContadoraLeandro José Stefani
Controlador InternoDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	520.520,00	520.520,00	177.916,08	34,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	99.000,00	99.000,00	16.760,26	16,93
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	99.000,00	99.000,00	29.502,66	29,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	48.431,18	44,03
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.000,00	198.000,00	73.682,17	37,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.060,00	5.060,00	1.959,74	38,73
Dívida Ativa dos Impostos	5.610,00	5.610,00	5.380,90	95,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.850,00	3.850,00	2.199,17	57,12
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.088.020,00	13.088.020,00	4.197.805,01	32,07
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	2.137.683,62	32,39
Cota-Parte ITR	3.520,00	3.520,00	237,81	6,76
Cota-Parte IPVA	385.000,00	385.000,00	135.819,42	35,28
Cota-Parte ICMS	5.720.000,00	5.720.000,00	1.887.102,32	32,99
Cota-Parte IPI-Exportação	88.000,00	88.000,00	29.296,15	33,29
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	291.500,00	291.500,00	7.666,69	2,63
Desoneração ICMS (LC 87/96)	38.500,00	38.500,00	7.666,69	19,91
Outras	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.608.540,00	13.608.540,00	4.375.721,09	32,15

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	873.260,00	873.260,00	216.261,70	24,76
Provenientes da União	873.260,00	873.260,00	209.376,16	23,98
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	6.885,54	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	5.503,00	5.503,00	0,00	0,00
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.400,00	1.400,00	731,70	52,26
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	880.163,00	880.163,00	216.993,40	24,65

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.483.341,00	3.681.439,35	1.573.926,42	42,75	966.274,34	26,25
Pessoal e Encargos Sociais	2.103.200,00	2.170.907,59	607.213,99	27,97	597.213,99	27,51
Outras Despesas Correntes	1.380.141,00	1.510.531,76	966.712,43	64,00	369.060,35	24,43

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	62.903,00	81.684,19	29.670,88	36,32	28.822,48	35,29
Investimentos	62.903,00	81.684,19	29.670,88	36,32	28.822,48	35,29
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.546.244,00	3.763.123,54	1.603.597,30	42,61	995.096,82	26,44
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	879.863,00	1.077.961,35	270.967,66	16,90	212.246,38	21,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	879.863,00	1.077.961,35	270.967,66	16,90	212.246,38	21,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	879.863,00	1.077.961,35	270.967,66	16,90	212.246,38	21,33
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.666.381,00	2.685.162,19	1.332.629,64	83,10	782.850,44	78,67
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			17,89			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VI) - (15 x IIIb)/100			126.492,28			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
SALDO INICIAL		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
SALDO INICIAL		-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (Total l)/100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.223.944,00	3.381.749,07	1.453.799,41	90,66	846.473,93	85,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	293.550,00	304.014,80	90.328,29	5,63	90.328,29	9,08
Vigilância Sanitária	13.750,00	62.359,67	57.839,60	3,61	56.664,60	5,69
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	1.630,00	0,10	1.630,00	0,16
TOTAL	3.546.244,00	3.763.123,54	1.603.597,30	100,00	995.096,82	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+h) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Iomerê, 11/05/2015

Ludiano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

<div>Luciano Paganini</div> <div>Ordenador da Despesa</div>	<div>Sirlei Altenhofen</div> <div>Contadora</div>	<div>Douglas Francisco Zardo</div> <div>Secretário de Administração e Finanças</div>
<div>Leandro José Stefani</div> <div>Controlador Interno</div>		

Município de Iomerê - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		14.015.694,00	
Previsão Atualizada		14.015.694,00	
Receitas Realizadas		4.569.228,02	
Déficit Orçamentário		3.834.489,95	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		167.746,14	
DESPESAS			
Dotação Inicial		14.015.694,00	
Créditos Adicionais		845.650,44	
Dotação Atualizada		14.861.344,44	
Despesas Empenhadas		7.271.958,34	
Despesas Liquidadas		4.243.536,79	
Despesas pagas		4.160.181,18	
Superávit Orçamentário		325.691,23	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		7.271.958,34	
Despesas Liquidadas		4.243.536,79	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		13.557.508,38	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-500.000,00	-625.370,67
Resultado Primário		484.445,00	511.772,30
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	641.895,82	0,00	235.334,93
EXECUTIVO	641.895,82	0,00	235.334,93
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	220,54	0,00	220,54
EXECUTIVO	220,54	0,00	220,54
TOTAL:	642.116,36	0,00	235.555,47
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.274.494,16	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		403.379,62	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		390.526,13	1.000.315,38

Continua 1/2

Município de Iomerê - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						479,34	110,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
					0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)							0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)												RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	%	(d/Total d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)					
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	14.015.664,00	14.861.344,44	2.929,078,95	7.271.958,34	7.589.386,10	4.243.536,79	2.257.314,38	10.617.807,65	100,00			
	500.000,00	500.000,00	80.934,05	165.099,68	334.900,32	132.424,20	67.035,67	367.575,80	3,12			
	500.000,00	500.000,00	80.934,05	165.099,68	334.900,32	132.424,20	67.035,67	367.575,80	3,12			
	1.657.050,00	1.677.050,00	312.343,92	924.216,91	752.833,09	567.673,82	263.070,78	1.109.376,18	13,38			
	1.657.050,00	1.677.050,00	312.343,92	924.216,91	752.833,09	567.673,82	263.070,78	1.109.376,18	13,38			
	35.360,00	115.382,50	2.580,00	22.255,95	93.126,55	6.387,15	5.211,20	108.995,35	0,15			
	31.360,00	111.382,50	2.580,00	22.255,95	89.126,55	6.387,15	5.211,20	104.995,35	0,15			
	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00			
	244.781,00	244.781,00	32.421,95	98.191,22	146.589,78	50.577,89	35.818,23	194.203,11	1,19			
	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00			
	232.781,00	232.781,00	32.421,95	98.191,22	134.589,78	50.577,89	35.818,23	182.203,11	1,19			
	3.649.655,00	3.866.551,00	537.442,05	1.674.381,43	2.192.169,57	1.019.661,81	548.198,72	2.846.889,19	24,03			
	3.223.944,00	3.381.749,07	425.304,97	1.453.799,41	1.927.949,66	846.473,93	429.455,78	2.535.275,14	19,95			
	293.550,00	304.014,80	45.336,86	90.328,29	213.686,51	90.328,29	45.336,86	213.686,51	2,13			
	13.750,00	62.359,67	3.839,60	57.839,60	4.520,07	56.664,60	56.664,60	5.696,07	1,34			
	15.000,00	15.000,00	1.235,00	1.630,00	13.370,00	1.630,00	1.235,00	13.370,00	0,04			
	100.110,00	100.126,46	61.725,62	70.784,13	29.342,33	24.564,99	15.506,48	75.561,47	0,58			
	3.301,00	3.301,00	0,00	0,00	3.301,00	0,00	0,00	3.301,00	0,00			
	Educação	3.854.553,00	4.010.389,35	1.239.324,25	1.886.896,92	2.123.532,43	616.564,29	2.927.753,13	2.927.753,13	25,51		
	Ensino Fundamental	2.980.553,00	3.136.389,35	1.043.106,81	1.631.983,23	1.504.406,12	487.443,24	2.241.135,43	2.241.135,43	21,10		
Ensino Médio	185.000,00	185.000,00	1.030,00	1.030,00	183.970,00	1.030,00	183.970,00	183.970,00	0,02			
Ensino Superior	175.000,00	175.000,00	135.536,00	136.714,65	38.285,35	83.228,29	90.593,06	90.593,06	1,99			
Educação Infantil	501.500,00	501.500,00	50.029,84	107.507,44	393.992,56	84.406,94	401.478,96	401.478,96	2,36			
Educação Especial	12.500,00	12.500,00	9.621,60	9.621,60	2.878,40	100.021,04	10.575,68	10.575,68	0,05			
Cultura	367.500,00	367.500,00	11.893,84	75.204,14	292.295,86	20.352,89	347.147,11	347.147,11	0,48			
Diffusão Cultural	367.500,00	367.500,00	11.893,84	75.204,14	292.295,86	20.352,89	347.147,11	347.147,11	0,48			
Urbanismo	1.053.669,00	1.417.518,00	274.587,96	581.151,25	836.366,75	277.784,09	1.139.733,91	1.139.733,91	6,55			
Infra-Estrutura Urbana	17.104,00	380.953,00	0,00	0,00	380.953,00	0,00	380.953,00	380.953,00	0,00			
Serviços Urbanos	1.036.565,00	1.036.565,00	274.587,96	581.151,25	455.413,75	277.784,09	758.780,91	758.780,91	6,55			
Habitação	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	3.501,00	0,00	3.501,00	3.501,00	0,00			
Habitação Urbana	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	3.501,00	0,00	3.501,00	3.501,00	0,00			
Saneamento	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	2.001,00	2.001,00	0,00			
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	2.001,00	2.001,00	0,00			
Gestão Ambiental	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	3.300,00	3.300,00	0,00			
Preservação e Conservação Ambiental	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	3.300,00	3.300,00	0,00			

Continuação 2/2

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	14.015.694,00	14.861.344,44	2.929.078,95	7.271.958,34	100,00	2.257.314,38	4.243.536,79	100,00
Promoção da Produção Vegetal	1.191.102,00	1.191.102,00	266.194,81	580.456,02	7,98	215.288,51	370.372,67	8,73
Extensão Rural	15.002,00	15.002,00	9.378,00	9.378,00	0,13	9.378,00	9.378,00	0,22
Indústria	1.176.100,00	1.176.100,00	256.816,81	571.078,02	7,85	205.910,51	360.994,67	8,51
Promoção Industrial	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	624.089,70	633.136,29	130.045,13	481.382,51	6,62	175.791,82	396.429,87	9,34
Desporto e Lazer	624.089,70	633.136,29	130.045,13	481.382,51	6,62	175.791,82	396.429,87	9,34
Desporto Comunitário	82.501,00	82.501,00	41.310,99	71.484,79	0,98	22.285,22	26.405,48	0,62
Encargos Especiais	82.501,00	82.501,00	41.310,99	71.484,79	0,98	22.285,22	26.405,48	0,62
Outros Encargos Especiais	714.131,30	714.131,30	0,00	711.277,52	9,78	143.392,19	292.830,70	6,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	714.131,30	714.131,30	0,00	711.277,52	9,78	143.392,19	292.830,70	6,90
	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.015.694,00	14.861.344,44	2.929.078,95	7.271.958,34	100,00	2.257.314,38	4.243.536,79	100,00

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Sirlei Altenhofen
Contadora

Leandro José Stefani
Controlador Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
RECEITAS CORRENTES (I)		1.484.171,75	1.150.743,38	1.259.905,85	1.205.650,44	1.177.402,86	1.216.624,66	1.345.148,74	1.657.814,43	1.469.482,04	1.378.925,17	1.215.519,13	1.344.861,85	15.946.250,30	16.582.680,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		133.222,05	47.533,65	51.973,79	47.010,08	46.814,51	42.543,94	56.570,00	90.082,39	41.286,97	43.246,38	41.991,27	73.913,54	715.188,57	574.200,00
IPTU		63.733,42	828,47	4.650,00	612,75	4.280,88	1.076,19	4.218,81	791,82	0,00	0,00	0,00	16.780,26	96.933,61	98.000,00
IRPJ		16.890,15	18.218,89	19.762,88	16.994,73	16.642,21	8.473,21	26.883,89	38.665,64	19.930,04	17.253,78	17.535,00	16.983,35	236.213,77	198.000,00
I.R.R.F.		8.283,29	7.635,62	14.372,33	18.058,62	11.404,69	12.187,91	17.182,41	19.999,12	15.165,01	8.605,38	11.069,24	13.550,55	157.555,57	110.000,00
I.S.S.		6.545,00	16.520,00	8.486,13	10.000,00	7.020,00	14.383,06	4.985,24	27.916,50	4.863,80	10.902,00	4.583,90	9.152,96	125.335,59	99.000,00
I.T.E.I.		37.770,19	4.330,47	4.702,45	1.343,78	6.486,72	6.423,57	3.317,65	2.709,31	1.328,12	6.484,22	8.773,13	15.476,42	98.148,03	68.200,00
Outras Receitas Tributárias		5.828,85	5.308,62	5.786,49	6.296,63	6.304,12	7.205,46	7.126,60	6.961,28	7.394,94	7.263,42	6.609,22	9.762,72	82.360,65	71.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		16.328,37	16.546,76	15.666,18	10.789,50	12.975,88	14.376,06	12.745,01	13.531,19	13.884,30	13.694,48	17.446,73	15.729,86	173.145,42	75.655,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	150,00	1.140,00	0,00	0,00	405,00	6.284,93	1.765,00	2.336,95	28.737,75	5.613,23	2.832,49	49.246,35	20.900,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.327.540,20	1.077.875,73	1.223.963,64	1.135.038,40	1.109.501,69	1.150.479,57	1.263.117,92	1.542.285,89	1.380.702,17	1.278.641,30	1.138.121,80	1.229.865,77	14.865.195,08	15.791.780,00
Cota-Parte do FPM		573.089,30	429.779,99	399.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	445.610,52	490.931,82	5.754.557,74	6.600.000,00
Cota-Parte do ICMS		448.370,93	454.883,27	422.716,17	443.475,70	475.514,37	490.711,00	540.884,63	520.981,59	503.907,98	448.524,46	450.454,81	484.215,07	5.684.646,98	5.720.000,00
Cota-Parte do IPVA		33.534,94	39.816,26	42.500,13	28.363,15	34.919,24	36.346,23	23.669,27	10.821,20	36.510,72	27.365,71	30.813,77	38.129,22	365.884,96	385.000,00
Cota-Parte do ITR		0,00	22,77	6,41	12,75	61,48	2.802,20	75,12	16,13	12,37	126,53	22,87	76,04	3.484,67	3.520,00
Outras Transferências Correntes		146.785,74	36.302,75	280.192,13	96.108,38	86.956,75	125.597,84	73.510,90	339.274,76	108.118,75	63.816,19	86.325,48	84.035,76	1.533.026,43	1.556.780,00
Transferências da LC 61/1989		7.340,09	6.991,04	7.181,97	7.403,04	6.966,65	7.460,70	8.453,25	8.453,25	10.500,77	6.247,33	6.128,45	6.418,60	89.655,99	88.000,00
Transferências da LC 87/1996		1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	1.979,89	3.959,78	0,00	0,00	0,00	7.869,69	25.465,70	38.500,00
Transferências do FUNDEB		114.439,31	108.297,74	100.280,31	107.299,44	108.470,37	114.374,87	119.408,15	118.637,67	130.315,91	120.755,47	117.765,90	127.431,57	1.388.446,71	1.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.252,28	3.326,42	1.320,75	6.571,83	2.806,56	1.615,63	2.324,28	3.196,88	13.903,53	7.352,02	4.736,88	12.717,47	61.121,23	47.545,00
DEDUÇÕES (II)		212.862,85	186.654,85	186.701,59	185.951,91	182.614,71	182.101,19	213.436,57	216.874,68	230.453,30	218.813,72	186.605,87	203.887,28	2.388.741,92	2.567.004,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		212.862,85	186.654,85	186.701,59	185.951,91	182.614,71	182.101,19	213.436,57	216.874,68	230.453,30	218.813,72	186.605,87	203.887,28	2.388.741,92	2.567.004,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.271.308,90	964.088,53	1.131.203,86	1.019.718,53	994.788,15	1.034.523,47	1.131.712,17	1.440.939,75	1.239.028,74	1.160.111,45	1.028.913,26	1.141.174,57	13.557.508,38	14.015.676,00
FONTE:															
Iomerê, 11/05/2015															
Luciano Pagani Ordinador da Despesa	Sílei Altenhofen Controlador	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças													
	Leandro José Siqueira Controlador Interno														

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Pessoal Civil					

Continua 1/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
PERÍODO DE REFERÊNCIA						
BENS E DIREITOS DO RPPS			2015	2014		
Caixa						0,00
Bancos Conta Movimento			0,00			0,00
Investimentos			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

.....

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Sirllei Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças	Leandro José Stefani Controlador Interno
--	---------------------------------	---	---

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.079.573,37	544.866,62	544.866,62
DEDUÇÕES (II)	1.841.378,41	2.233.271,27	1.932.042,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.841.598,95	2.299.389,65	2.015.397,94
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	220,54	66.118,38	83.355,61
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-761.805,04	-1.688.404,65	-1.387.175,71
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-761.805,04	-1.688.404,65	-1.387.175,71

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	301.228,94	-625.370,67

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-500.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.952.121,00	4.512.012,73	4.371.612,96
Receita Tributária	574.200,00	200.438,16	177.296,33
I.P.T.U.	99.000,00	16.760,26	11.380,25
I.S.S.	110.000,00	48.431,18	39.902,15
I.T.B.I.	99.000,00	29.502,66	36.110,00
I.R.R.F.	198.000,00	73.682,17	63.765,55
Outras Receitas Tributárias	68.200,00	32.061,89	26.138,38
Receita de Contribuição	71.500,00	31.600,30	23.112,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	71.500,00	31.600,30	23.112,00
Receita Patrimonial Líquida	12.100,00	2.931,08	2.470,48
Receita Patrimonial	75.655,00	60.146,37	35.117,42
(-) Aplicações Financeiras	63.555,00	57.215,29	32.646,94
Transferências Correntes	13.224.776,00	4.198.810,87	4.151.216,03
F.P.M.	5.280.000,00	1.710.147,02	1.629.491,04
I.C.M.S.	4.576.000,00	1.509.682,23	1.446.850,51
Convênios	50.600,00	4.590,00	8.539,53
Outras Transferências Correntes	3.318.176,00	974.391,62	1.066.334,95
Demais Receitas Correntes	69.545,00	78.232,32	17.518,12
Dívida Ativa	6.270,00	6.034,53	1.625,07
Diversas Receitas Correntes	63.275,00	72.197,79	15.893,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	0,00	753.489,70
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	0,00	753.489,70
Convênios	18,00	0,00	753.489,70
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	0,00	753.489,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.952.139,00	4.512.012,73	5.125.102,66

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.448.502,93	6.577.354,51	6.139.293,29	3.853.010,66	3.609.744,91
Pessoal e Encargos Sociais	6.968.173,93	2.099.354,03	1.916.062,62	2.078.877,53	1.894.487,88
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	10.570,00	85.000,00	8.511,53	26.313,01
Outras Despesas Correntes	6.468.329,00	4.467.430,48	4.138.230,67	1.765.621,60	1.688.944,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.436.502,93	6.566.784,51	6.054.293,29	3.844.499,13	3.583.431,90
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.390.841,51	694.603,83	1.560.768,15	390.526,13	303.277,83
Investimentos	853.741,51	159.897,08	1.153.613,67	155.741,30	167.559,67
Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	536.000,00	534.706,75	407.154,48	234.784,83	135.718,16
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	854.841,51	159.897,08	1.153.613,67	155.741,30	167.559,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.000,00	-	-	-	-

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.313.344,44	6.726.681,59	7.207.906,96	4.000.240,43	3.750.991,57
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-361.205,44	-2.214.668,86	-2.082.804,30	511.772,30	1.374.111,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	484.445,00

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos			Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	220,54	-	641.895,82	235.334,93	235.334,93	235.334,93	-	406.560,89
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.334,93	1.010,00	1.010,00	0,00	406.560,89
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	220,54	0,00	104.109,92	19.114,92	19.114,92	19.114,92	0,00	84.995,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364.830,50	188.210,01	188.210,01	188.210,01	0,00	176.620,49
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
	-	-	-	-	-	-	-	144.945,40	-	0,00	0,00	-	144.945,40
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	220,54	220,54	0,00	0,00	220,54	0,00	641.895,82	235.334,93	235.334,93	235.334,93	0,00	406.560,89

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Lucilene Pagani
Ordenador da DespesaSirllei Altenhofen
ContadoraDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasLeandro José Stefani
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	520.520,00	520.520,00	177.916,08	34,18
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	108.460,00	108.460,00	23.734,75	21,88
1.1.1- IPTU	99.000,00	99.000,00	16.760,26	16,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	660,00	660,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.500,00	5.500,00	5.055,77	91,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.300,00	3.300,00	1.918,72	58,14
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	99.000,00	99.000,00	29.502,66	29,80
1.2.1- ITBI	99.000,00	99.000,00	29.502,66	29,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	115.060,00	115.060,00	50.996,50	44,32
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	48.431,18	44,03
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.400,00	4.400,00	1.959,74	44,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110,00	110,00	325,13	295,57
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	550,00	550,00	280,45	50,99
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.000,00	198.000,00	73.682,17	37,21
1.4.1- IRRF	198.000,00	198.000,00	73.682,17	37,21
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.835.020,00	12.835.020,00	4.197.805,01	32,71
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	2.137.683,62	32,39
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	2.137.683,62	32,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.720.000,00	5.720.000,00	1.887.102,32	32,99
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	38.500,00	38.500,00	7.666,69	19,91
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	88.000,00	88.000,00	29.295,15	33,29
2.5- Cota-Parte ITR	3.520,00	3.520,00	237,81	6,76
2.6- Cota-Parte IPVA	385.000,00	385.000,00	135.819,42	35,28
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.355.540,00	13.355.540,00	4.375.721,09	32,76
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	218.420,00	218.420,00	93.684,44	42,89
5.1- Transferências do Salário-Educação	132.000,00	132.000,00	71.562,64	54,21
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	11.500,00	28,75
5.4- Transferências Diretas - PNATE	44.000,00	44.000,00	7.491,18	17,03
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.420,00	2.420,00	3.130,62	129,36
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.002,00	44.002,00	9.865,64	22,42
6.1- Transferências de Convênios	44.002,00	44.002,00	4.590,00	10,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	5.275,64	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.070,00	257.070,00	4.406,31	1,71
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	519.492,00	519.492,00	107.956,39	20,78
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.567.004,00	2.567.004,00	839.560,17	32,71
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	427.536,60	32,39
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.144.000,00	1.144.000,00	377.420,09	32,99
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.700,00	7.700,00	1.533,33	19,91
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	17.600,00	17.600,00	5.859,03	33,29
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	704,00	704,00	47,54	6,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	77.000,00	77.000,00	27.163,58	35,28
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	496.268,85	35,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	496.268,85	35,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.167.004,00	-1.167.004,00	-343.291,32	29,42
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.403.300,00	1.403.300,00	403.379,62	28,75	403.379,62	28,75
13.1- Com Educação Infantil	126.500,00	126.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.276.800,00	1.276.800,00	403.379,62	31,59	403.379,62	31,59
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	33.685,34	33.685,30	100,00	33.685,30	100,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	33.685,34	33.685,30	100,00	33.685,30	100,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.403.300,00	1.436.985,34	437.064,92	30,42	437.064,92	30,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						437.064,92
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						81,28
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						6,79
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						11,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*		3.338.885,00		3.338.885,00	1.093.930,27	32,76
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	501.500,00	501.500,00	107.507,44	21,44	100.021,04	19,94
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.758.131,00	2.791.816,34	1.415.660,77	50,71	831.181,80	29,77
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.276.800,00	1.310.485,34	437.064,92	33,35	437.064,92	33,35
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.481.331,00	1.481.331,00	978.595,85	66,06	394.116,88	26,61
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.259.631,00	3.293.316,34	1.523.158,21	46,25	931.202,84	28,28
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-343.291,32
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-343.291,32
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.274.494,16
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						29,13
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	134.200,00	230.663,14	102.439,14	44,41	34.318,16	14,88
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200.832,00	200.930,85	168.693,57	83,96	30.637,79	15,25
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	335.032,00	431.593,99	271.132,71	62,82	64.955,95	15,05
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.594.663,00	3.724.910,33	1.794.290,92	48,17	996.158,79	26,74

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		496.268,85	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		496.268,85	0,00

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.390.841,51	694.603,83	390.526,13	0,00	696.237,68	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.390.841,51	694.603,83	390.526,13	0,00	696.237,68	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.390.841,51	-694.603,83	-	-	-696.237,68	

FONTE:

FONTE:

Iomerê, 11/05/2015

Luciano Paganini
Ordenador da DespesaSirlei Altenhofen
ContadoraDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasLeandro José Stefani
Controlador Interno

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.36.9660 DE 22 DE MAIO DE 2015/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 36/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015, do PROCESSO Nº 36/2015, homologado aos 22 de maio de 2015, cujo objeto é contratação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos de Futebol Suíço, Futebol de Campo, Futsal e vôlei de areia e de quadra, bocha e bolão para Campeonatos Municipais., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.36.9660
de 22 de maio de 2015

FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS, situada na RUA XANXERE, Nº 999, Município de Seara-SC, inscrita no CNPJ sob n. 06.232.732/0001-93, representado pelo Senhor RICARDO MOISÉS HOCH, CPF: 033.123.679-64.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço taxa de arbitragem de Futebol Suíço	JG	160,00		170,00	27.200,00
2	Serviço de Arbitragem Futsal	JG	200,00		160,00	32.000,00
3	Serviço Taxa de Arbitragem Futebol de Campo	JG	120,00		320,00	38.400,00
4	serviço taxa de arbitragem jogos volei de quadra e areia	JG	150,00		100,00	15.000,00
5	Deslocamento equipe de Arbitragem para jogos camp.municipal	UN	150,00		60,00	9.000,00
6	serviço arbitragem de bocha e bolão	UN	100,00		60,00	6.000,00
Valor Total Registrado	127.600,00					

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 32/2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 32/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015, Processo de Licitação nº 38/2015, homologado em 20 de maio de 2015.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço (material + mão de obra) para instalação de iluminação publica na Rua Celso Ramos, com fornecimento de ART, conforme projeto elétrico e memorial descritivo anexo.

Valor: R\$ 7.999,85 (Sete Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

Assinatura: 21/05/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME, situada na TRAVESSA DAS LAGOAS Nº 80, Bairro: NATUREZA, cidade de CONCÓRDIA -SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.926.473/0001-78.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 36, PP 14-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos de Futebol Suíço, Futebol de Campo, Futsal e volei de areia e de quadra, bocha e bôla para Campeonatos Municipais.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 15/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 20 de Maio de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 36/2015, Licitação nº 14/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliar, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deu abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº CARLINHOS CENTOFANTE representante credenciado da empresa ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS. A empresa acima transcrita não se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 9660 - ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviço taxa de arbitragem de Futebol Suíço em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	160,00		0,0000	170,00	27.200,00
2	Serviço de Arbitragem Futsal em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	200,00		0,0000	160,00	32.000,00
3	Serviço Taxa de Arbitragem Futebol de Campo em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	120,00		0,0000	320,00	38.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR	
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC		Processo Administrativo: 36/2015 Processo de Licitação: Data do Processo: 05/05/2015	
		Folha: 2/2	

Participante: 9660 - ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	serviço taxa de arbitragem jogos volei de quadra e areia em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	150,00		0,0000	100,00	15.000,00
5	Deslocamento equipe de Arbitragem para jogos camp.municipal, até a sede do município.	UN	150,00		0,0000	60,00	9.000,00
6	Serviço taxa de arbitragem de bocha e bolão em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa , devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	UN	100,00		0,0000	60,00	6.000,00

Total do Participante -----> 127.600,00

Total Geral -----> 127.600,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 20 de Maio de 2015

COMISSÃO:

LAUDÉCIR FRANCO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 36, PP 14-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2015
b) Licitação Nr.: 14/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 22/05/2015
e) Objeto da Licitação contratação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos de Futebol Suíço, Futebol de Campo, Futsal e volei de areia e de quadra, bocha e bolão para Campeonatos Municipais.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS (9660)

1 Serviço taxa de arbitragem de Futebol Suíço em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	160,00	0,0000	170,00	27.200,00
2 Serviço de Arbitragem Futsal em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	200,00	0,0000	160,00	32.000,00

Ipumirim, 22 de Maio de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS (9660)

3 Serviço Taxa de Arbitragem Futebol de Campo em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	120,00	0,0000	320,00	38.400,00
4 serviço taxa de arbitragem jogos volei de quadra e areia em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	JG	150,00	0,0000	100,00	15.000,00
5 Deslocamento equipe de Arbitragem para jogos camp.municipal, até a sede do município.	UN	150,00	0,0000	60,00	9.000,00
6 Serviço taxa de arbitragem de bocha e bolão em campeonatos instituídos pelo município, conforme tabelas disponibilizadas pelo Departamento de Esportes, compreendendo a arbitragem, confecção de súmula, cumprimento de encargos de mesa, devendo repassar os relatórios após cada rodada e fazer os julgamentos.	UN	100,00	0,0000	60,00	6.000,00

Total do Fornecedor: 127.600,00

Total Geral: 127.600,00

Ipumirim, 22 de Maio de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Itá

PREFEITURA

EDITAL 011 - PROCESSO SELETIVO 001/2015

EDITAL011 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
N° 001/2015 - 7° CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2015, homologado pelo Decreto 024/2015 de 09 de abril de 2015, para comparecerem no dia 25 de MAIO de 2015, às 8h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 – Vila Gerasul, Itá/SC.

Auxiliar de Classe

37	275	IVONE TERESINHA NOSSAL BEVILAQUA
----	-----	----------------------------------

Itá, 22 de maio de 2015
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS - DL Nº 2/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015 – OBJETO: contratação de empresas para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis. CONTRATADAS: CONTRATOS: VALOR TOTAL – Aristeu Olsen EIRELI ME. Nº 57/2015. Linhas: 8, 15, 17 e 32, - R\$ 26.946,93; Bitur Transportadora Turística Ltda. Nº 58/2015. Linhas: 1, 3, 5, 14, 18, 19 e 24 – R\$ 44.478,81; Stylus Transportes Coletivos Ltda. Nº 59/2015. Linhas: 20 e 29 – R\$ 14.645,12; Baluci Transportes Ltda. ME. Nº 60/2015. Linhas: 10, 12, 21, 28, 31 e 33 - R\$ 35.643,32; Trans Pinotti Ltda. EPP. Nº 61/2015. Linhas: 9, 16, 22 e 23 - R\$ 23.822,29; Transportes Jatzombek Ltda. ME. Nº 62/2015. Linha: 6 - R\$ 4.072,08; Pinottitur Transportes Ltda. ME. Nº 63/2015. Linhas: 7, 26 e 27 - R\$ 13.801,98; Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME. Nº 64/2015. Linhas: 02 e 34 - R\$ 26.270,78; Soetur Turismo Ltda. ME. Nº 65/2015. Linha: 35 – R\$ 16.265,94; Comércio e Transportes Adamek Ltda. ME. Nº 66/2015. Linhas: 11 e 13 – R\$ 13.107,95; Transebo Transportes Coletivos Ltda. Nº 67/2015. Linha: 25 – R\$ 5.169,14; Erivaldo Kuhl MEI. Nº 69/2015. Linha: 37 – R\$ 5.296,36 e Transportes Grossel Ltda. ME. Nº 70/2015. Linha: 38 – R\$ 2.167,43. Valor Global: R\$ 231.688,13. PRAZO: 04/05/2015 a 31/05/2015. Itaiópolis, 28/04/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 88, DE 22 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 88, DE 22 DE MAIO DE 2015.

	Convoca a V Conferência Municipal de Saúde do Município de Itapiranga/SC.
--	---

O Prefeito Municipal de Itapiranga/SC, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Artigo 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde fica convocada a V Conferência de Saúde do Município para o dia 25 de junho de 2015.

Artigo 3º - O tema central da Conferência será, "Saúde Pública de qualidade para atender bem das pessoas" e eixo, "Direito do Povo Brasileiro"

Artigo 4º - A Conferência de Saúde, será realizada na Sociedade Recreativa Imigrantes.

Artigo 5º - A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pela comissão organizadora.

Artigo 6º A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Artigo 7º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

- I. Presidente: LUÍS CARLOS STEFFENON
- II. Coordenadora Geral: CLAUDINA MAYER
- III. Coordenadora adjunta: CLAIR HEINEN
- IV. Secretária Executiva: ROSELI PUHL
- V. Secretaria de Divulgação e Comunicação: JULIAN WILDNER
- VI. Relatores: IARA SOARES DA LUZ, CÉLIA PETRY, VIVIANA DARTORA
- VII. Secretária recursos materiais: KÁTIA GRISOTTI
- VIII. Secretária articulação e mobilização: LÍDIA SEGER

Artigo 8º - As diversas sub-divisões da referida Comissão terão as seguintes funções:

I. Coordenador Geral e adjunto: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma;

II. Secretário Executivo: Encaminhar as solicitações das diversas sub seções, adquirir material, providenciar recursos para o funcionamento destas sub-seções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos em conjunto com o Coordenador Geral;

III. Relatores: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados a Conferência, responsável pela leitura na plenária final das diretrizes propostas pelos grupos, auxiliar elaborar o relatório final da Conferência;

IV. Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência;

V. Secretária de Recursos Materiais: Será responsável pela organização da do local do evento como também responsável pelos materiais didáticos utilizados no dia da Conferência Municipal de Saúde;

VI. Secretária articulação e mobilização: Será responsável pelo auxílio de divulgação do evento, entrega de convites.

Artigo 9º - Os delegados para V Conferência Municipal Saúde serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município (Conselho Municipal de Saúde), cada Agente comunitária de Saúde indicará duas lideranças de cada micro área e o Secretário Municipal de Saúde indicará Servidores como delegados da Conferência, respeitando a paridade conforme resolução 333/2003 serão 60 delegados segmento usuário, 30 delegados segmento gestor e prestador de serviço e 30 delegados segmento trabalhador de saúde.

Artigo 10º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Artigo 11º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 12º - Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Itapiranga – SC, 22 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

INEXIGIBILIDADE Nº 100/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 100/2015

OBJETO: Contratação de empresa para participação de professores municipais na 11ª Jornada das Licenciaturas, com o tema: Educação em Ação: Diferentes olhares, Novos Caminhos - o Direito de (Re) Aprender”;

Contratado: Sociedade Educacional de Itapiranga.

CNPJ: 03.882.782/0001-28

Valor: R\$ 10.590,00

Fundamento: Artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666.

Itapiranga – SC., 22 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 101/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/2015

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar palestra para a conferência, formação e coordenação dos grupos para a 3ª Conferência Municipal da Criança e Adolescente.

Contratado: JJS Desenvolvimento Humano Ltda.

CNPJ: 19.468.645/0001-81.

Valor: R\$ 1.390,00

Fundamento: Artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666.

Itapiranga – SC., 22 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 18/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2015 - FMS

OBJETO: Contratação da Comunidade Terapêutica Monte Moria, para internação de paciente, conforme Decisão Judicial, conforme Autos do Processo Nº 0000488-82.2015.8.24.0034.

Contratada: Comunidade Terapêutica Monte Moria.

CNPJ: 21.672.637/0007-02

Valor: R\$ 900,00 mensais

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga – SC., 22 de maio de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

PREGÃO Nº 102/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 102/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 102/2015, cujo objeto é a aquisição de móveis para as Escolas Municipais. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 08 de junho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 22 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 103/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 103/2015, cujo objeto é a aquisição de troféus e medalhas destinados para premiação aos participantes das diversas atividades esportivas e culturais desenvolvidas pelo departamento de esportes e cultura desta municipalidade, conforme autoriza a Lei nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 08 de junho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 22 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 104/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 104/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 104/2015, cujo objeto é a contratação de seguros de veículos, de propriedade do Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 09 de junho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 22 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2457 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2457/2015

Data: 21 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme segue:

Suplementações

16.00 INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

16.01 Departamento de Previdência

00902720014.2136 Manutenção do IPESI

33390 Aplicações Diretas (481) DR 30300 R\$ 80.000,00

34490 Aplicações Diretas (482) DR 30300 R\$ 60.000,00

00902720014.2137 Capacitação de Servidores e Conselheiros

33390 Aplicações Diretas (483) DR 30300 R\$ 10.000,00

Total das Suplementações R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2458 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2458/2015

Data: 21 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma funcional programática, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), conforme segue:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

01203610021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (338) DR 10100 R\$ 100.000,00

33390 Aplicações Diretas (361) DR 23600 R\$ 20.000,00

13.02 Ensino Infantil

01203650021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

33390 Aplicações Diretas (362) DR 23600 R\$ 20.000,00

Total das Suplementações R\$ 140.000,00

Anulações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

01203610021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

34490 Aplicações Diretas (354) DR 10100	R\$ 100.000,00
34490 Aplicações Diretas (365) DR 23600	R\$ 20.000,00
13.02 Ensino Infantil	
01203650021.2098 Manutenção do Ensino Infantil	
34490 Aplicações Diretas (366) DR 23600	R\$ 20.000,00
Total das Anulações	R\$ 140.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 576/2015 ALTERA OS ANEXOS IV E V DA LEI MUNICIPAL Nº 075/2001, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E INSTITUI O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 576/2015

Data: 21 de maio de 2015

ALTERA OS ANEXOS IV e V DA LEI MUNICIPAL Nº 075/2001, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E INSTITUI O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o anexo IV da Lei Municipal nº 075/2001, passando a constar:

Anexo IV:

Quadro de pessoal do magistério público municipal

Anexo IV

grupo 1- docente

Cargo	Nº de Cargos	Nível	Formação Mínima/Requisitos
Professor	03	Em extinção	Habilitação obtida em curso de nível médio / magistério, com registro na Secretaria Estadual de Educação.
Professor	200 350	I	Habilitação obtida em curso de nível superior, De licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.
		II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério com registro no MEC e curso de pós-graduação – especialização, na área de atuação e formação.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação-mestrado, na área de atuação e formação.

Art. 2º Fica alterado o anexo V, da Lei Municipal nº 075/2001, passando a constar:

Anexo V:

Quadro de pessoal do magistério público municipal

Anexo V

Grupo 2 - Especialista em assuntos educacionais

Cargo	Nº de Cargos	Nível	Formação Mínima/Requisitos
Administrador escolar	13 15	I	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena em Administração Escolar ou Gestão Escolar, com registro no MEC, ou Pedagogia com curso de especialização em Administração Escolar ou Gestão Escolar.
		II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação — especialização, na área de atuação e formação.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação — mestrado, na área de atuação e formação.
Cargo	Nº de Cargos	Nível	
Orientador Educacional	15	I	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena em Orientação Educacional, com registro no MEC, ou Pedagogia com curso de especialização em Orientação Educacional.

		II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação — especialização, na área de atuação e formação.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação — mestrado, na área de atuação e formação.
Cargo	Nº de Cargos	Nível	
Supervisor escolar	13 15	I	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena em Supervisão Escolar, com registro no MEC, ou Pedagogia com curso de especialização em Supervisão Escolar.
		II	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação — especialização, na área de atuação e formação.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação — mestrado, na área de atuação e formação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 577/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 577/2015

Data: 21 de maio de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado proceder à alienação dos bens móveis, inservíveis à Administração Pública, abaixo relacionados, em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei Orgânica Municipal e Processo Administrativo nº 01, 02 e 03/2014, acompanhados dos LAP – Laudo de Avaliação Patrimonial nº 01, 02 e 03/2015, da CPPM – Comissão de Patrimônio Público Municipal:

I. Veículo Caterpillar/retro-escavadeira 416C 4x4 pá carregadeira;

II. Veículo Caterpillar/retro-escavadeira hidráulica 416C;

III. Veículo Fiat-hitachi/escavadeira hidráulica FH 130.3;

IV. Veículo Lavrale/roçadeira articulada RHA 150 x 490;

V. Veículo GM/Astra GL – placa AJJ – 4659;

VI. Veículo Ford/Fiesta Sedan 1.6 flex – placa MHR 0015;

VII. Veículo Fiat/Uno Mille Fire – placa MDU 1211;

VIII. Veículo Fiat/Fiorino IE placa MBL 2882;

IX. Veículo GM/Kadet GL – placa LZG 3787;

X. Veículo GM/Corsa GL 1.6 – placa GBG 0327;

XI. Veículo VW/Gol CI 1.6 MI – placa HZM 9666;

XII. Veículo Fiat/Uno Flex – placa MCF 9895;

XIII. Veículo Fiat/Fiorino flex – placa MKM 8230;

XIV. Veículo VW/Masca Granmini W120 – placa MEJ 0872,

Art. 2º Os bens serão leiloados individualmente, com lance mínimo no valor estipulado pela CPPM – Comissão de Patrimônio público Municipal.

Art. 3º A alienação será procedida em conformidade com a Seção VI do Capítulo I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º A receita decorrente do processo de alienação terá destinação exclusiva para as despesas de capital ou previdenciária, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 34/2015

TERMO ADITIVO Nº 34/2015 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2014. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, o Sr. CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR, portador do CNPF/MF nº 802.858.999-53 e do CI.RG. nº 4.250.140-7/SC e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 230.944.279-87 e do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa: EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, com sede á Rua Alberto Torres, nº 2001 – sala nº 02, Bairro: Centenário, na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.391.386/0001-63 e Inscrição Estadual nº 255.711.239, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. FERNANDO CESAR VILLAIN, portador do CNPF/MF nº 065.588.199-96 e do CI.RG nº 428155-6-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente aditivo a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução 4647,33m2 de pavimentação tipo lajota sextavada, e Urbanização com área total de 1771,39 m2 na Rua Bento Francisco da Silva, localizada no Balneário Itapema do Norte, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 10/2014 – PROCESSO Nº 86/2014, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa promover adequações no projeto inicial em conformidade com justificativa, projetos complementares, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, anexos ao processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Por força destas adequações, altera a cláusula quinta “do preço” aditando o respectivo contrato em um percentual de 23,11%, totalizando o valor de R\$ 125.207,12 (cento e vinte cinco mil duzentos e sete reais e doze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 61/2014, em 90 (noventa) dias contados a partir do dia 26/05/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 61/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 61/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 22 de maio de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA FERNANDO CESAR VILLAIN
CONTRATANTE CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR SECRETÁRIO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA	
Testemunhas: Nome: CNPF/MF:	Nome: CNPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº 32/2015

TERMO ADITIVO Nº 32/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade e de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede á Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a construção da Unidade Básica de Saúde, na localidade do Balneário Paese, compreendendo 366,56m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 03/2014 – PROCESSO Nº 42/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 30/2014, em 90 (noventa) dias corridos contados a partir do dia 23/05/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 30/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 30/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de

02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 21 de maio de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME OSMAR MEYER RIBEIRO
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 22 de maio de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATADA DUMA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP DEOCLECIO DUARTE
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº 33/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2015. (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 33/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2015. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portadora do CNPF/MF nº: 355.669.909-59 e do CI.RG. nº 2090978 SSP/PR, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa DUMA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, com sede á Rua Arnaldo Braz Prestes, nº 120, Bairro: Industrial na cidade de Barração/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 72.040.892/0001-65 e Inscrição Estadual nº 90619260-86, representada neste ato Pelo sócio administrador DEOCLECIO DUARTE, portador do CNPF/MF nº 021.754.439-81 e do CI.RG nº 10.670.810-0 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pintura predial nas áreas internas e externas das Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº01/2015 – PROCESSO Nº05/2015, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº13/2015, em 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do dia 27/05/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº13/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº13/2015, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 24/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, SERVENTE, CALCETEIRO, ELETRICISTA, ENCANADOR E PINTOR, PARA REPAROS EM PAVIMENTAÇÕES E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº24/2015

Processo: 34/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, SERVENTE, CALCETEIRO, ELETRICISTA, ENCANADOR E PINTOR, PARA REPAROS EM PAVIMENTAÇÕES E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 09 de junho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 09 de junho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 25 de maio de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE PREGÃO Nº 27/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA, CONFORME LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº27/2015

Processo: 37/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA, CONFORME LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 10 de junho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 10 de junho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 25 de maio de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 2º BIMESTRE DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, avisa que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 2º Bimestre de 2015, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00, encontra-se publicado no mural público da Prefeitura Municipal a disposição dos interessados.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	27.000.000,00	27.000.000,00	3.694.756,31	13,68	7.935.366,64	19.064.633,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.733.000,00	24.733.000,00	3.694.756,31	14,94	7.399.116,64	17.333.883,36
IMPOSTOS	1.350.000,00	1.350.000,00	248.558,81	18,41	326.326,37	1.023.673,63
TAXAS	930.000,00	930.000,00	146.817,83	15,79	213.592,10	716.407,90
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	385.000,00	385.000,00	101.740,98	26,43	112.734,27	272.265,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	230.000,00	230.000,00	44.846,57	19,50	85.236,05	144.763,95
RECEITA PATRIMONIAL	230.000,00	230.000,00	44.846,57	19,50	85.236,05	144.763,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	479.000,00	479.000,00	56.030,85	11,70	148.935,90	330.064,10
RECEITA AGROPECUÁRIA	479.000,00	479.000,00	56.030,85	11,70	148.935,90	330.064,10
Outras Receitas Agropecuárias	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	949.000,00	949.000,00	179.032,05	18,87	308.850,57	640.149,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.734.000,00	20.734.000,00	3.090.641,02	14,91	6.388.901,11	14.345.098,89
Transferências de Instituições Privadas	20.093.000,00	20.093.000,00	2.984.263,52	14,85	6.281.733,05	13.811.266,95
Transf. de Pessoas	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
Transf. de Pessoas	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Transf. de Conv.	636.000,00	636.000,00	106.377,50	16,73	107.168,06	528.831,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	972.000,00	972.000,00	75.647,01	7,78	140.866,64	831.133,36
Multas e Juros de Mora	170.000,00	170.000,00	12.547,89	7,38	15.026,92	154.973,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	219,19	0,15	30.322,29	119.677,71
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	203.000,00	203.000,00	57.466,05	28,31	89.604,38	113.395,62
RECEITAS DIVERSAS	449.000,00	449.000,00	5.413,88	1,21	5.913,05	443.086,95
RECEITAS DE CAPITAL	2.267.000,00	2.267.000,00	0,00	0,00	536.250,00	1.730.750,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	74.000,00	74.000,00	0,00	0,00	0,00	74.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.123.000,00	1.123.000,00	0,00	0,00	536.250,00	586.750,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.123.000,00	1.123.000,00	0,00	0,00	536.250,00	586.750,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	27.000.000,00	27.000.000,00	3.694.756,31	13,68	7.935.366,64	19.064.633,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	27.000.000,00	3.694.756,31	13,68	7.935.366,64	29,39
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	27.000.000,00	27.000.000,00	3.694.756,31	13,68	7.935.366,64	29,39
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.248.750,14	—	—	588.773,95	—
Superávit Financeiro	—	1.248.750,14	—	—	588.773,95	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
						19.064.633,36

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.000.000,00	30.880.699,68	4.250.856,86	7.655.002,67	23.225.697,01	4.232.231,43	7.283.673,42	23.597.026,26	6.016.191,42
DESPESAS CORRENTES	21.431.000,00	22.309.711,39	3.432.392,09	6.372.678,95	15.937.032,44	3.413.766,66	6.001.349,70	16.308.361,69	5.147.702,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.003.000,00	12.299.936,65	1.905.668,74	3.691.529,08	8.608.407,57	1.903.988,87	3.689.849,21	8.610.087,44	3.416.862,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	122,34	221,81	99.778,19	122,34	221,81	99.778,19	221,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.328.000,00	9.909.774,74	1.526.601,01	2.680.928,06	7.228.846,68	1.509.655,45	2.311.278,68	7.598.496,06	1.730.618,45
DESPESAS DE CAPITAL	5.519.000,00	8.520.988,29	818.464,77	1.282.323,72	7.238.664,57	818.464,77	1.282.323,72	7.238.664,57	868.488,50
INVESTIMENTOS	3.769.000,00	7.734.288,29	802.308,66	1.255.398,62	6.478.889,67	802.308,66	1.255.398,62	6.478.889,67	841.563,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.750.000,00	786.700,00	16.156,11	26.925,10	759.774,90	16.156,11	26.925,10	759.774,90	26.925,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.000.000,00	30.880.699,68	4.250.856,86	7.655.002,67	23.225.697,01	4.232.231,43	7.283.673,42	23.597.026,26	6.016.191,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.000.000,00	30.880.699,68	4.250.856,86	7.655.002,67	23.225.697,01	4.232.231,43	7.283.673,42	23.597.026,26	6.016.191,42
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	280.363,97	—	—	651.693,22	—	7.935.366,64
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.000.000,00	30.880.699,68	4.250.856,86	7.935.366,64	—	4.232.231,43	7.935.366,64	—	13.951.558,06

FONTE:

JACINTO MACHADO , 22/05/2015

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
ORDENADOR DA DESPESAMÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇASKATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.000.000,00	30.880.699,68	4.250.856,86	7.655.002,67	100,00	4.232.231,43	7.283.673,42	100,00	23.597.026,26	
	1.195.000,00	1.195.000,00	197.717,70	360.692,59	4,71	156.234,86	284.640,58	3,91	910.359,42	
	1.195.000,00	1.195.000,00	197.717,70	360.692,59	4,71	156.234,86	284.640,58	3,91	910.359,42	
	1.990.000,00	1.990.000,00	317.157,97	768.119,70	10,03	1.221.880,30	617.504,33	8,48	1.372.495,67	
	1.915.000,00	1.915.000,00	316.423,07	766.309,61	10,01	1.148.890,39	615.930,75	8,46	1.299.069,25	
	75.000,00	75.000,00	734,90	1.810,09	0,02	73.189,91	1.573,58	0,02	73.426,42	
	907.000,00	1.117.642,65	227.285,16	278.204,70	3,63	839.437,95	273.882,45	3,76	843.760,20	
	94.000,00	94.000,00	9.789,54	17.353,34	0,23	76.646,66	17.353,34	0,24	76.646,66	
	813.000,00	1.023.642,65	217.496,62	260.851,36	3,41	762.791,29	256.529,11	3,52	767.113,54	
	4.487.000,00	4.649.719,06	727.386,97	1.381.332,75	18,04	3.268.386,31	1.314.680,96	18,05	3.335.038,10	
	4.487.000,00	4.649.719,06	727.386,97	1.381.332,75	18,04	3.268.386,31	1.314.680,96	18,05	3.335.038,10	
	8.622.000,00	9.286.453,67	1.390.398,69	2.364.429,08	30,89	6.922.024,59	1.386.412,17	32,13	6.946.078,51	
	355.000,00	455.000,00	44.178,87	51.230,17	0,67	403.769,83	51.230,17	0,70	403.769,83	
	7.682.000,00	8.036.453,67	1.174.238,75	2.069.399,46	27,03	5.967.054,21	2.049.524,74	28,14	5.986.928,93	
	470.000,00	680.000,00	137.796,58	217.614,96	2,84	462.385,04	138.841,38	2,93	466.564,24	
	115.000,00	115.000,00	24.184,49	26.184,49	0,34	88.815,51	26.184,49	0,36	88.815,51	
	472.000,00	654.610,45	8.797,78	11.852,84	0,15	642.757,61	7.117,91	0,14	644.437,48	
	Difusão Cultural	472.000,00	654.610,45	8.797,78	11.852,84	0,15	642.757,61	7.117,91	0,14	644.437,48
	Urbanismo	3.077.000,00	3.105.312,99	447.790,00	695.595,43	9,09	2.409.717,56	694.951,43	9,54	2.410.361,56
	Serviços Urbanos	3.077.000,00	3.105.312,99	447.790,00	695.595,43	9,09	2.409.717,56	694.951,43	9,54	2.410.361,56
	Saneamento	1.035.000,00	1.035.000,00	123.022,06	331.464,15	4,33	703.535,85	136.467,38	3,98	745.429,24
Saneamento Básico Urbano	1.035.000,00	1.035.000,00	123.022,06	331.464,15	4,33	703.535,85	136.467,38	3,98	745.429,24	
Gestão Ambiental	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00	
Agricultura	607.000,00	607.000,00	115.107,01	149.485,39	1,95	457.514,61	144.068,74	1,98	462.931,26	
Extensão Rural	607.000,00	607.000,00	115.107,01	149.485,39	1,95	457.514,61	144.068,74	1,98	462.931,26	
Indústria	77.000,00	468.250,00	252.800,00	339.724,00	4,44	128.526,00	339.724,00	4,66	128.526,00	
Administração Geral	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	
Propriedade Industrial	54.000,00	445.250,00	252.800,00	339.724,00	4,44	105.526,00	339.724,00	4,66	105.526,00	
Transporte	1.784.000,00	4.678.339,36	305.278,43	510.178,50	6,66	4.168.160,86	305.278,43	7,00	4.168.160,86	
Serviços Urbanos	520.000,00	580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580.000,00	
Transporte Rodoviário	1.264.000,00	4.098.339,36	305.278,43	510.178,50	6,66	3.588.160,86	305.278,43	7,00	3.588.160,86	
Desporto e Lazer	371.000,00	680.671,50	61.551,11	155.562,70	2,03	525.108,80	61.551,11	2,14	525.108,80	
Desporto Comunitário	371.000,00	680.671,50	61.551,11	155.562,70	2,03	525.108,80	61.551,11	2,14	525.108,80	
Encargos Especiais	2.300.000,00	1.336.700,00	86.563,98	308.360,84	4,03	1.028.339,16	86.563,98	4,23	1.028.339,16	
Outros Encargos Especiais	2.300.000,00	1.336.700,00	86.563,98	308.360,84	4,03	1.028.339,16	86.563,98	4,23	1.028.339,16	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	

Continua 1/2

Município de JACINTO MACHADO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.000.000,00	30.880.699,68	4.250.856,86	7.655.002,67	100,00	23.225.697,01	4.232.231,43	7.283.673,42	100,00	23.597.026,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.000.000,00	30.880.699,68	4.250.856,86	7.655.002,67	100,00	23.225.697,01	4.232.231,43	7.283.673,42	100,00	23.597.026,26

FONTE:

JACINTO MACHADO , 22/05/2015

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI ORDENADOR DA DESPESA	MÁRCIO LUIZ ABATTI SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS	KATIANE DA CUNHA MAFOLETTI CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4
MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS CONTROLE INTERNO		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 005/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 005/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JOÃO GABRIEL BELEGANTE SCALABRIN
MODALIDADE: CICLISMO BICICROSS
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 5.000,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 22 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JOÃO GABRIEL BELEGANTE SCALABRIN
Atleta de Ciclismo

EXTRATO CONTRATO 10/2015/FUNREBOM

EXTRATO DO CONTRATO
Nº 10/2015/FUNREBOM
PL 1/2015/FUNREBOM – TP 1/2015/FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM.

CONTRATADA: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA

OBJETO: Execução pela CONTRATADA dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma do quartel do Corpo de Bombeiros, na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, bairro Frei Bruno, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 373.232,89 (trezentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos), sendo:

R\$ 264.374,10 (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e dez centavos), correspondente ao material e meio mecânico;

R\$ 108.858,79 (cento e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos), correspondente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.007 – AMPLIAÇÃO DO QUARTEL - FUNREBOM

1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

9 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 210 (duzentos e dez) dias, contados da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da lei.

DATA DE ASSINATURA: 21/05/2015.

FISCAL: Sd. BM Neocir José Parizotto / Jaison Strapassola.

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 007/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 007/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: BRUNO CESAR CARDOSO
MODALIDADE: HANDEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.055,00 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAS.
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 22 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

BRUNO CESAR CARDOSO
Atleta de Handebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 008/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 008/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: ALISSON TAKEO GIULANI TOKUSUMI
MODALIDADE: HANDEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 4.100,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 22 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

ALISSON TAKEO GIULANI TOKUSUMI
Atleta de Handebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 010/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 010/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: JOÃO PEDRO ZANELA CONSTANTIN
MODALIDADE: HANDEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.055,00 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 22 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

JOÃO PEDRO ZANELA CONSTANTIN
Atleta de Handebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 013/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 013/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: LEONARDO LUIS VIDI ROESLER
MODALIDADE: HANDEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.500,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 22 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

LEONARDO LUIS VIDI ROESLER
Atleta de Handebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 038/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 038/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: SHAYANY DALBEM PASCOALINO

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 6.000,00 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 22 de Maio de 2015

RONY EDSON LENZ

Diretor do FME

SHAYANY DALBEM PASCOALINO

Atleta de Judô

HOMOLOGAÇÃO PL 42/2015

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 42/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 28/2015/PMJ.

Objeto: a aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2015 e de 01 (um) veículo tipo picape, semi novo, quilometragem máxima de 30.000 (trinta mil) quilômetros, ano/modelo mínimo 2012, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

DE MARCO LTDA

VALOR R\$ 34.000,00

S.J.M. VEICULOS LTDA

VALOR R\$ 39.500,00

Fiscal: EDSON BARETTA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 304 DE 22 DE MAIO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 304 DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/07 – LEI DE ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica alterado de zoneamento ZEU-1 para ZR-3 no prolongamento da Rua José Firmo Bernardi (Loteamento Brisas do Vale 2, projetado e aprovado de acordo com as Diretrizes Urbanísticas ZR-3), na forma do mapa anexo;

Art. 2º. Fica alterado de zoneamento ZEU-1 e ZA para ZR-3 no prolongamento do Loteamento Brisas do Vale I, na forma do mapa anexo;

Art. 3º. Fica alterado de zoneamento ZEU-1 para ZEU-2 na área ampliada do Perímetro Urbano, no prolongamento da Rua Celso Brás de Carli até a Linha Antinha, na forma do mapa anexo;

Art. 4º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 22 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 305 DE 22 DE MAIO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 305 DE 22 DE MAIO DE 2015

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2007 – CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Os artigos 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 14, 17, 34, 35 38 e 41 da Lei Complementar 158/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Atendidas as disposições da Lei Federal nº 8.069/90, da resolução 170 do CONANDA e desta Lei, o CMDCA definirá, por Resolução, todo o processo eleitoral, desde o edital de escolha, o registro das candidaturas, forma e prazo para suas impugnações, os atos preparatórios, o ato eleitoral, a apuração dos votos, a proclamação dos eleitos, sua diplomação e posse.

(...)

Art. 6º O CMDCA publicará com antecedência de no mínimo 06 (seis) meses, o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e na legislação local referente ao Conselho Tutelar.

Parágrafo primeiro: No edital deverá ser previsto os requisitos exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069, de 1990, e pela legislação local correlata, bem como as seguintes disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei Municipal de criação dos Conselhos Tutelares;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

(...)

Art. 8º São requisitos mínimos para se inscrever e participar do processo seletivo e eletivo para exercer as funções de Conselheiro Tutelar:

(...)

Art. 9 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá delegar a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar a uma comissão especial, que deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observados os mesmos impedimentos legais.

§1º A composição, assim como as atribuições da comissão referida no caput deste artigo, devem constar na resolução regulamentadora do processo de escolha.

§2º A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

(...)

Art. 10 O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

(...)

Art. 14 Encerrada a votação será realizada a apuração e proclamação do resultado, sendo declarados membros titulares do Conselho Tutelar os cinco candidatos mais votados e os candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

(...)

Art. 17 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

(...)

Art. 34 Aplicar-se-á a advertência nas hipóteses previstas nos incisos I, II, V, VI, VIII, XII do art. 23 desta Lei.

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - exercer atividade no horário fixado na lei municipal ou do Distrito Federal para o funcionamento do Conselho Tutelar;

V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990;

(...)

Art. 35 Aplicar-se-á a penalidade de suspensão não remunerada

ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos III, IV, VII, IX, X e XI e na reincidência das hipóteses previstas no artigo anterior.

III - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem

IX - proceder de forma desidiosa;

X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

(...)

Art. 38 Na hipótese de vacância ou de afastamento anual remunerado de 30 (trinta) dias, ou por outra licença permitida ao titular, será convocado a assumir um suplente, obedecida a ordem de classificação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

Parágrafo Único - Quando necessária a convocação de suplente e não houver nenhum na lista caberá ao CMDCA realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

(...)

Art. 41 Constará da Lei Orçamentária Municipal, previsão de recursos destinados ao funcionamento do Conselho Tutelar, bem como para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 2º. Ficam inseridos o parágrafo único ao art. 3º; o § 2º ao art. 12; os incisos V e VI ao art. 37; o parágrafo único ao art. 39; o § 5º ao art. 42; todos da Lei Complementar nº 158/2007, com a seguinte redação:

Art. 3º.

(...)

Parágrafo Único – O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio poderá participar de processo de escolha subsequente.

(...)

Art. 12.

(...)

§ 2º Para os candidatos que não possuírem certificado de curso de informática, mas tiverem conhecimento na área, será aplicada prova de digitação de texto, conforme determinado no Edital de convocação das eleições.

Art. 37.

(...)

V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral;

VI - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada.

Art. 39.

(...)

Parágrafo Único: Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem

como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

Art. 42.
(...)

§ 5º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer fins que não sejam destinados à formação e à qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares.

Art. 3º. Ficam alterados os incisos VI e VIII do art. 8º e os incisos I ao XIII do art. 23 da Lei Complementar nº 158/2007, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 8º.
(...)

VI - comprovar conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente através de prova escrita com nota mínima de 5,0 pontos;

(...)

VIII - ter conhecimentos básicos em informática, com apresentação de certificado ou declaração emitido por Escola Gestora de no mínimo 20h aula ou mediante comprovação através de digitação de texto a ser realizado junto com a prova escrita.

(...)

Art. 23 (...)

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - exercer atividade no horário fixado na lei municipal ou do Distrito Federal para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990; e

XIII - descumprir os deveres funcionais mencionados no art.38 desta Resolução e na legislação local relativa ao Conselho Tutelar.

Art. 4º. Fica inserido o Art. 38A na Lei Complementar nº 158/2007, com a seguinte redação:

Art. 38A Inexistindo suplementes, caso o período de mandato dos eleitos tenha ultrapassado dois anos e seis meses o CMDCA poderá realizar eleição indireta, na qual votarão somente os membros titulares e suplentes do CMDCA.

§ 1º. A documentação para inscrição e posse será a prevista nesta lei, sendo que os prazos de edital e do trâmite da escolha serão reduzidos, a fim de que seja atendido ao interesse público.

§ 2º O edital e os atos para escolha de conselheiros com mandato suplementar serão publicados no Diário Oficial dos Municípios.

§ 3º As demais regras para seleção de conselheiros para mandato suplementar serão definidas pelo CMDCA e pelo edital que regerá a seleção.

Art.5º. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Art.6º. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Parágrafo Único - Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Art. 7º. Os funcionários públicos e da iniciativa privada, convocados para trabalhar na eleição do Conselho Tutelar será computados como 02 dias de trabalho, devendo ser compensados no período de 60 dias após a eleição.

Art. 8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.603 DE 22 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 4.603 DE 22 DE MAIO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO COM A ESCOLA DE PAIS DO BRASIL – SECÇÃO DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a Escola de Pais do Brasil – Secção de Joaçaba e Herval d'Oeste, em parcela única, de valor específico, sem reajuste, destinados ao desenvolvimento e manutenção de atividades realizadas, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art.2º O valor dos recursos financeiros é fixado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser repassado em parcela única conforme cronograma de desembolso, parte integrante do Plano de Trabalho protocolizado pela entidade.

Parágrafo único. O repasse das parcelas de que trata o caput deste artigo fica vinculado à apresentação da respectiva prestação, que acontecerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do exercício

financeiro de 2015.

Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito
Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 22 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.604 DE 22 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 4.604 DE 22 DE MAIO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, em parcelas mensais e sucessivas, de valores específicos, sem reajuste, destinados ao desenvolvimento e manutenção de atividades realizadas, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art.2º O valor dos recursos financeiros é fixado em R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), a ser repassado em parcelas mensais conforme cronograma de desembolso, parte integrante do Plano de Trabalho protocolizado pela entidade.

Parágrafo único. O repasse das parcelas de que trata o caput deste artigo fica vinculado à apresentação da respectiva prestação de contas mensal da parcela anterior, que acontecerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Unidade orçamentária: 01 Manutenção do Gabinete do Prefeito
Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000-2
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 - 236

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 22 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.605 DE 22 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 4.605 DE 22 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BNDES PMAT.

Art. 2º - A adesão ao Programa BNDES PMAT propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de produtos e serviços de acordo com a Circular nº 31/2013-BNDS de 26 de setembro de 2013.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionado no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto a Caixa Econômica Federal - com recursos do Programa BNDES PMAT, até o montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Projeto BNDES PMAT, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba, SC, 22 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.606 DE 22 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 4.606 DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA, DO CONSELHO E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

- Considerando a RESOLUÇÃO Nº 105 DE 15 DE JUNHO DE 2005. Dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências:

- Considerando a RESOLUÇÃO Nº 106 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005. Altera dispositivos da Resolução Nº 105/2005 que dispõe

sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- Considerando a RESOLUÇÃO CONANDA nº 116 /2006. Altera dispositivos das Resoluções Nº 105/2005 e 106/2006, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- Considerando a RESOLUÇÃO CONANDA Nº 137, DE 21 DE JANEIRO DE 2010

Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- Considerando a RESOLUÇÃO No -157, DE 27 DE MARÇO DE 2013. Revoga o art. 7º da Resolução n.º 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 1º - Esta Lei disciplina e regulamenta a Política, o Conselho e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade ao Estatuto da Criança e do Adolescente, das resoluções do CONANDA e da Legislação Estadual vigente, normatizando a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento da criança e do adolescente no Município de Joaçaba será realizado por meio de medidas articuladas por órgãos governamentais e não governamentais do Município, assegurando-se primordialmente, o tratamento digno e humano, o respeito a liberdade, a convivência familiar, a educação religiosa com liberdade de crença ou religião, a educação, a saúde, o esporte, a recreação, a cultura, a profissionalização, o lazer, e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, bem como o encaminhamento dos portadores de deficiência as instituições especializadas.

Art. 3º - Ficam estabelecidos nesta Lei os parâmetros para Criação e Funcionamento do Conselho e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Joaçaba, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações, em todos os níveis de implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 4º - O Conselho deverá ser composto paritariamente de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas.

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA NECESSÁRIA AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS

Art. 5º - Cabe à administração pública municipal fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para

tanto instituir dotação orçamentária específica sem ônus para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º. A dotação orçamentária a que se refere o caput deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive para as despesas com capacitação dos conselheiros;

§2º. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá contar com espaço físico adequado para o seu funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, devendo ser dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento.

§3º. A função de membro do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

4º. Caberá à administração pública municipal o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes a reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

SEÇÃO II

DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

Art. 6º - Os atos deliberativos do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação pertinentes aos demais atos do Executivo.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO E MANDATO DOS REPRESENTANTES DO GOVERNO

Art. 7º - Os representantes do governo junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser designados pelo Chefe do Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato.

§ 1º. Observada a estrutura administrativa dos diversos níveis de governo, deverão ser designados, prioritariamente, representantes dos setores responsáveis pelas políticas sociais básicas, direitos humanos e finanças e planejamento;

§2º. Para cada titular deverá ser indicado um suplente que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 3º - O exercício da função de conselheiro, titular e suplente, requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas funções em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurado aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 8º - O mandato do representante governamental no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente está condicionado à manifestação expressa contida no ato designatório da autoridade competente.

§ 1º. O afastamento dos representantes do governo junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do Conselho;

§ 2º. A autoridade competente deverá designar o novo conselheiro governamental no prazo máximo da assembleia ordinária subsequente ao afastamento a que alude o parágrafo anterior;

§3º. O mandato dos representantes governamentais junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 02 (dois) anos.

SEÇÃO IV

DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Art. 9º - A representação da sociedade civil garantirá a participação da população por meio de organizações representativas escolhidas em fórum próprio.

§1º. Poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos com atuação no município de Joaçaba;

§ 2º. A representação da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha;

§ 3º. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deve observar o seguinte:

- a) instauração pelo Conselho do referido processo, até 60 dias antes do término do mandato;
- b) designação de uma comissão eleitoral composta por conselheiros representantes da sociedade civil para organizar e realizar o processo eleitoral;
- c) convocação de assembléia para deliberar exclusivamente sobre a escolha.

§4º. O mandato no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante;

§ 5º. A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicada e justificada para que não cause prejuízo algum às atividades do Conselho;

§6º. O Ministério Público deverá ser solicitado para acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral dos representantes das organizações da sociedade civil.

Art. 10 - É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 11 - O mandato dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - A legislação competente, respeitando as necessidades locais, estabelecerá os critérios de reeleição da organização da sociedade civil à sua função,

devendo em qualquer caso submeter-se a nova eleição, vedada a prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

SEÇÃO V

DOS IMPEDIMENTOS, DA CASSAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 12 - Não deverão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento:

I - Conselhos de políticas públicas;

II - Representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III - Ocupantes de cargo de confiança e ou função comissionada do poder público na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Conselheiros Tutelares no exercício da função.

Parágrafo Único. Também não deverão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do

Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em exercício na Comarca, foro regional, Distrital ou Federal.

Art. 13 - Os representantes do governo e das organizações da sociedade civil poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados, notadamente quando:

- I - for constatada a reiteração de faltas injustificadas às sessões deliberativas do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - for determinado, em procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento, conforme artigos 191 a 193, da Lei nº 8.069/90; a suspensão cautelar dos dirigentes da entidade, conforme art.191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90; ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97, do mesmo Diploma Legal;
- III - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art.4º, da Lei nº 8.429/92.

Parágrafo Único. A cassação do mandato dos representantes do governo e das organizações da sociedade civil junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos componentes do conselho.

SEÇÃO VI

DA POSSE DOS CONSELHEIROS

Art. 14 - Os representantes da sociedade civil e os indicados de órgãos governamentais serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes.

SEÇÃO VII

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES

Art. 15 - Considerando que a função precípua do Conselho é a deliberação e controle relativos às ações públicas (governamentais e da sociedade civil) de promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente, com eficiência, eficácia e proatividade, é imprescindível aos conselheiros:

- a) acompanhar, monitorar e avaliar as políticas no seu âmbito;
- b) divulgar e promover as políticas e práticas bem-sucedidas;
- c) difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma da proteção integral como prioridade absoluta;
- d) conhecer a realidade de seu território e elaborar o seu plano de ação;
- e) definir prioridades de enfrentamento dos problemas mais urgentes;
- f) propor e acompanhar o reordenamento institucional, buscando o funcionamento articulado em rede das estruturas públicas governamentais e das organizações da sociedade;
- g) promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente;
- h) propor a elaboração de estudos e pesquisas com vistas a promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas;
- i) participar e acompanhar a elaboração, aprovação e execução do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual) municipal e suas execuções, indicando modificações necessárias à consecução dos objetivos da política dos direitos da criança e do adolescente;

j) gerir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente no sentido de definir a utilização dos respectivos recursos por meio de plano de aplicação;

k) acompanhar e oferecer subsídios na elaboração legislativa local relacionada à garantia dos direitos da criança e do adolescente;

l) fomentar a integração do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Segurança Pública na apuração dos casos de denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade que versem sobre ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;

m) atuar como instância de apoio no nível local nos casos de petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, participando de audiências ou ainda promovendo denúncias públicas quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente, acolhendo-as e dando encaminhamento aos órgãos competentes;

n) integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais Conselhos setoriais.

o) registrar as organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art.90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;

p) inscrever os programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em execução na sua base territorial por entidades governamentais e organizações da sociedade civil;

q) cadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

r) regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações legais e as resoluções do CONANDA;

s) instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de sua função, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com resoluções do CONANDA.

SEÇÃO VIII

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DO REGIMENTO INTERNO

Art. 16 - O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá elaborar regimento interno que defina o funcionamento do órgão, prevendo dentre outros os seguintes itens:

- a) a estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria definindo suas respectivas atribuições;
- b) a forma de escolha dos membros da presidência do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil organizada;
- c) a forma de substituição dos membros da presidência na falta ou impedimento dos mesmos;
- d) a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e permita a participação da população em geral;
- e) a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;
- f) a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;
- g) o quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- h) as situações em que serão exigidas o quorum qualificado,

discriminando o referido quórum para

- i) a criação de comissões e grupos de trabalho que deverão ser compostas preferencialmente de forma paritária;
- j) a forma como ocorrerá a discussão das matérias colocadas em pauta;
- k) a forma como se dará a participação dos presentes à assembléia ordinária;
- l) a garantia de publicidade das assembléias ordinárias, salvo os casos expressos de sigilo;
- m) a forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias com a previsão de solução em caso de empate;
- n) a forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão da organização da sociedade civil ou de seu representante quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, nos moldes da legislação específica;
- o) a forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público quando se fizer necessário.

Art. 17 - O trabalho dos Conselheiros deverá estruturar-se em comissões temáticas paritárias, definidas no Regimento Interno, as quais se encarregarão de preparar e analisar as matérias que serão apreciadas na plenária.

SEÇÃO IX

DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 18 - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar de acordo com a legislação vigente:

- a) o registro das organizações da sociedade civil sediadas no município que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas previstos legalmente;
- b) a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução no município por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ainda realizar periodicamente, a cada 02 (dois) anos no máximo, o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 19 - O Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto em legislação.

Parágrafo Único. Os documentos a serem exigidos visarão exclusivamente comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 20 - Quando do registro ou renovação o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade e/ou do programa às normas e princípios estatutários, bem como a outros requisitos específicos que venha a exigir por meio de resolução própria.

§1º. Será negado registro à entidade nas hipóteses relacionadas por legislação e resoluções.

§2º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos pela legislação e/ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. O Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente

atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§4º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido à entidade ou programa comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 21 - Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis, constante em legislação.

Art. 22 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme o previsto em legislação.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DAS REGRAS E PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 23 - Ficam estabelecidos os parâmetros para o funcionamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente no município de Joaçaba

Art. 24 - O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser vinculado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município, órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente responsável por gerir o fundo, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto na legislação vigente.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser constituído em fundo especial, criado e mantido por lei, com recursos do Poder Público e de outras fontes.

Art. 25 - O Poder Executivo deve designar os servidores públicos que atuarão como gestor e/ou ordenador de despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§ 1º O órgão responsável pela política de promoção, de proteção, de defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes ao qual o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente for vinculado deve ficar responsável pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.

§ 2º Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ter um registro próprio de modo que a disponibilidade de caixa, receita e despesa fique identificada de forma individualizada e transparente.

§ 3º A destinação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação plenária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo a resolução ou ato administrativo equivalente que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas.

§ 4º As providências administrativas necessárias à liberação dos recursos após a deliberação do Conselho, deverão observar o

princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo do efetivo e integral respeito às normas e princípios relativos à administração dos recursos públicos.

SEÇÃO II

Das atribuições do Conselho de Direitos em relação ao Fundo da Criança e do Adolescente

Art. 26 - Cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das demais atribuições:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - publicar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balançotes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicação dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Seção III

Das Fontes de Receitas e Normas para as Contribuições ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 27 - O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ter como receitas:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo "fundo a fundo" entre essas esferas

de governo, desde que previsto na legislação específica;
II - doações de pessoas físicas e jurídicas sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;
III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.
IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;
V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;
VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 28 - Os recursos consignados no orçamento da União, dos Estados e dos Municípios devem compor o orçamento do respectivo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelo Conselho dos Direitos.

Art. 29 - A definição quanto à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente em conformidade com o disposto no artigo 24, deve competir única e exclusivamente ao Conselho dos Direitos.

§ 1º Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho dos Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§ 2º As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 30 - Deve ser facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente cancelar projetos mediante edital específico.

§ 1º Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente destinados a projetos aprovados pelo

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as condições dispostas em resolução e legislação próprias.

§ 2º A captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§ 3º O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§ 5º Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§ 6º A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 31 - O nome do doador ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Seção IV

Das Condições de Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 32 - A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou

inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto legal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 33 - É vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados por lei, exceto em situações emergenciais ou de

calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 34 - Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

Art. 35 - O financiamento de projetos pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve estar condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 36 - O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina a legislação.

Seção V

Das Atribuições do Gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 37 - O Gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, nomeado pelo Poder Executivo conforme dispõe o artigo 25, caput, desta Lei, deve ser responsável pelos seguintes

procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ,

endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;
VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;
VII - apresentar trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente através de balancetes e relatórios de gestão;
VIII - manter arquivados pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo para fins de acompanhamento e fiscalização;
IX - observar quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

CAPÍTULO II

Do Controle e da Fiscalização

Art. 38 - Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Parágrafo Único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 39 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve utilizar os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação dos mesmos;
IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício;

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 40 - Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Das Disposições Finais

Art. 41 - A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da legislação que regulamenta a formalização de convênios no Município.

Art. 42 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 1.995 de 23 de setembro de 2015.

Joaçaba, SC, 22 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ATA 14/2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 20/05/2015		Válido até: 20/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus novos, destinados à manutenção de veículo da Frota Municipal e do 11º Batalhão de Bombeiros Militar.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 295/80 R 22.5 - borrachudo - misto	UN	MODELO PNEUS LTDA (8544)	PIRELLI/TG85 16 LONA	0	1.238,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 20/05/2015		Válido até: 20/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus novos, destinados à manutenção de veículo da Frota Municipal e do 11º Batalhão de Bombeiros Militar.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Pneu 205/55x17 - Radial	UN	MODELO PNEUS LTDA (8544)	CONTINENTAL/PREMIUM	0	696,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 20/05/2015		Válido até: 20/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus novos, destinados à manutenção de veículo da Frota Municipal e do 11º Batalhão de Bombeiros Militar.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015
PROCESSO Nº 43/2015
(8544) - MODELO PNEUS LTDA

Joaçaba, 20 de Maio de 2015.

IMPRES**BALANCETE FINANCEIRO IMPRES ABRIL/2015**

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Abril
Página: 1

SANTA CATARINA
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.268.885,68	ORÇAMENTÁRIAS	491.892,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	208.577,83	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	490.064,87
RECEITA PATRIMONIAL	492.631,44	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	475.924,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.277,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.140,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	414.981,96	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.828,08
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	142.417,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.828,08
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	595.507,36	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	593.289,92
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	102.866,52	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	100.862,72
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	492.640,84	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	492.427,20
SALDOS ANTERIORES	46.053.367,49	SALDOS ATUAIS	46.832.577,66
(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORI	-173.398,07	(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORI	-138.514,07
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	46.173.376,60	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	46.955.477,19
BANCO C/ MOVIMENTO	53.388,96	BANCO C/ MOVIMENTO	15.614,54
TOTAL	47.917.760,53	TOTAL	47.917.760,53

JOACABA, 22/05/2015

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

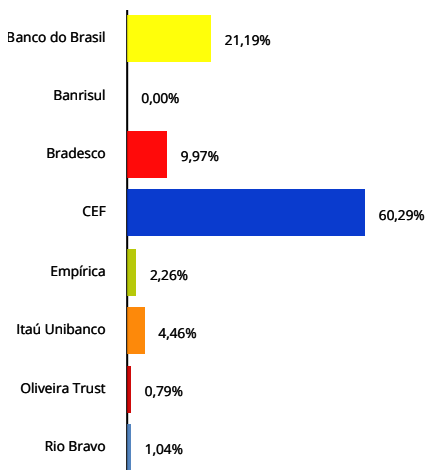
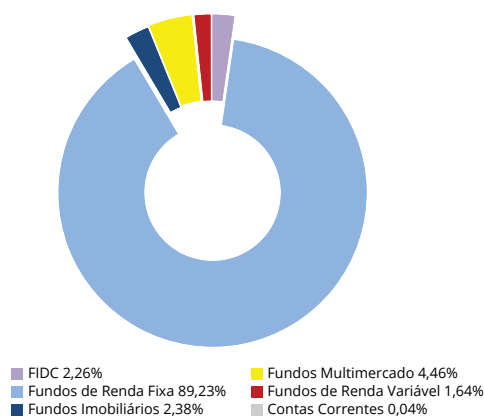
RELATÓRIO RENTABILIDADE CARTEIRA ABRIL/2015
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC

Relatório da Carteira de Investimentos

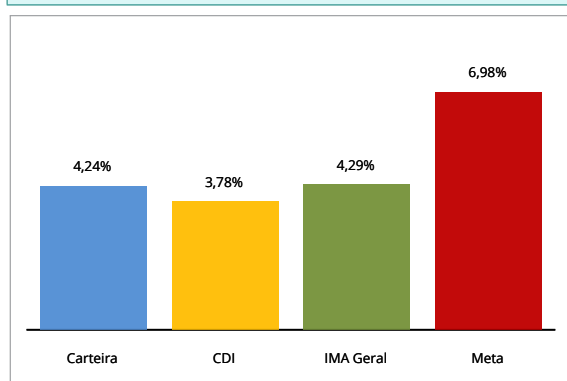
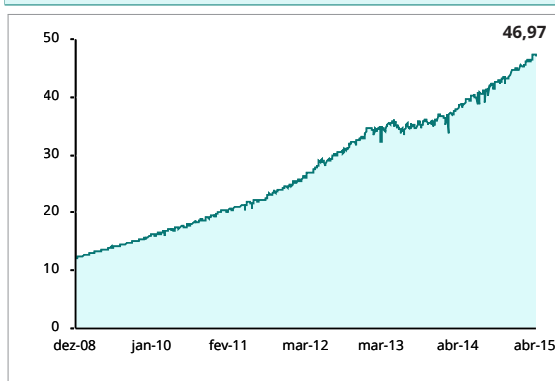
ABRIL

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira**Distribuição da Carteira por Segmento****HISTÓRICO DE RENTABILIDADE**

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	0,99%	4,24%	12,12%
CDI	0,95%	3,78%	11,35%
IMA Geral	1,59%	4,29%	12,07%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	1,20%	6,98%	14,74%

Carteira x Indicadores em 2015**Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)**

Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 112/2015**

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 112/2015 DE 22.05.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba , Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: o servidor Paulo César Lamin, Químico, P-8, N-1, Ref. G-2, para responder pela Função de Diretor Adjunto, no período de 23 de maio à 29 de maio de 2015, por motivo de viagem do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-2, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspende a designação do servidor como Assessor da Qualidade, conforme Portaria 111/2014 de 16/07/2014 para o período em que estiver respondendo pela função de Direção.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 22 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 61/2015 SMS

Onde se lê

LOCADOR: EMA COSTA BRUN inscrita no CPF sob nº 005.408.179-37, com endereço comercial a Rua Correia Pinto, 467 – Bairro Centro – CEP 88502-000 – Lages/SC.

Leia-se:

LOCADOR: LEDA MARIA MOREIRA CESAR DA COSTA inscrita no CPF sob nº 892680599-91, com A Praça João Ribeiro 122 apto 22 Bloco B Ed Terraze di Fiore – Centro – Lages/SC, representada por Sra. Ema da Costa Brun.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 176/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 176/2015 PML.

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO CULTURAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

PERMISSIONÁRIA: GABY PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 05.094.608/0001-46 com sede a Rua Araribóia, 38 sala 02 – Bairro Rio Branco - CEP 93.310-350 – Novo Hamburgo/RS.

Contrato em decorrência do Processo Processo Licitatório nº 121/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 45/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Outorga de Concessão de uso para Realizar, organizar e explorar a Festa Nacional do Pinhão, com concessão do direito de exploração, com o uso dos bens públicos a ela afeitos, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e do Presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) E CONDIÇÃO(ÕES) PARA ASSINATURA DO CONTRATO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega: impreterivelmente até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura oficial do evento;

2.3 Da Desmontagem: impreterivelmente em até 15 (quinze) dias após o término do evento;

2.4 Do Contrato, a sua validade será de 60 (sessenta) meses a contar da data da sua assinatura, conferindo o direito de realização de 05 (cinco) edições da Festa Nacional do Pinhão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA OFERTA

O valor da oferta é de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais) por edição da festa, sendo que, o depósito deverá ser efetuado na seguinte conta: Banco do Brasil AG. 0307-7, Conta Corrente 734.042-7 Titular Fundação Cultural de Lages

Lages, 27 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

Laguna

PREFEITURA

ACÓRDÃO 2/15 - CMC

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

REF.PROCESSO 4942/2013

REQUERENTE: CELSON LUIZ BENDER

ASSUNTO: CANCELAMENTO DE IPTU

PARECER:

A área do terreno é de 15.394,00m², situado na localidade de Barbacena, neste município, é titulado conf.docs. fls.17,18 e 19 do processo.

A referida área é terreno rural desde 04/2000, em nome do requerente, e como tal pagando o ITR declarações, fls.06 a 10, e, o mesmo possui produção agrícola comprovada, como criação de codornas, criação de galinha caipira e cultivo de hortaliças, inclusive com emissão de notas fiscais de produtor rural(vide fls.23 e 26).

O citado imóvel foi vendido a Nilza Maria Demétrio(vide fls. 13,14 e 15, em 26/02/98.

O Departamento de Cadastro da Prefeitura de Laguna, efetuou um cadastramento 0042426, para cobrança do IPTU, de 2009, 2010, 2011 e 2012. indevidamente.

As informações constantes do processo, são convincentes e bem esclarecedoras.

Assim, considerando, os Pareceres já exarados, no processo, fls.26, 27 e 28 e 30v, bem como do Parecer do Procurador Fiscal do Município (fl.23), sou de PARECER FAVORAVEL ao pleito, no sentido que sejam canceladas as dívidas do IPTU, OBJETO DO REQUERIMENTO.

VOTO, portanto, pelo cancelamento da dívida inscrita, recomendando ao Departamento de Cadastro que efetue a BAIXA NO CADASTRO do terreno, em tela, em virtude de ser inscrito no INCRA e pagar ITR.

Laguna, 28 de janeiro de 2015.

Ivo Perin
Conselheiro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES Nº 04/2015

Edital de Convocação do Conselho Municipal de Contribuintes

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do disposto no art. 15 do Regimento Interno, vem, por meio deste, convocar os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, bem como dar ciência aos interessados, de sessão ordinária a ser realizada no dia 01.06.2015, às 14h00min, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, localizado na Rua Voluntário Carpes, 155, Centro, Laguna/SC, onde serão julgados os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo n. 4717/13

Interessado: Maria de Lourdes de Quadro Martins

Relator: Samir Ahmad

Processo Administrativo n. 2944/15

Interessado: Luiz Paulo da Fonseca Carneiro

Relator: Fernando Fernandes

Processo Administrativo n. 6776/13

Interessado: Gold Participações Ltda.

Relator: André Felipe da Rosa

Processo Administrativo n. 3517/14 e 298/14

Interessado: Hotel Laguna Praia Ltda. ME

Relator: André Felipe da Rosa

Observação: Os processos para julgamento estão à disposição dos interessados para consulta.

Publique-se no Diário Oficial do Município.

Laguna, 22 de maio de 2015.

Luís Fernando Nandi Vicente

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 052/2015

DECRETO Nº 052, DE 22 DE MAIO DE 2015.

"CANCELA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, DO EXERCÍCIO 2014".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita do Município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados saldos remanescentes dos empenhos abaixo relacionados, referentes ao exercício de 2014:

PREFEITURA MUNICIPAL

EMPENHO	SALDO	CREDOR
0008/2014	278,99	BRASIL TELECOM S.A/OI S.A.
0009/2014	222,69	BRASIL TELECOM S.A/OI S.A.
0010/2014	83,63	BRASIL TELECOM S.A/OI S.A.
0011/2014	24,80	BRASIL TELECOM S.A/OI S.A.
0013/2014	123,71	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNIC.
0014/2014	70,70	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNIC.
0015/2014	3,51	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNIC.
0016/2014	40,89	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNIC.
0017/2014	329,39	COMPANHIA CATARIN. DE ÁGUAS E SANEAM.
0020/2014	54,28	COMPANHIA CATARIN. DE ÁGUAS E SANEAM.
0024/2014	4,28	COMPANHIA CATARIN. DE ÁGUAS E SANEAM.
0036/2014	35,54	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A
0038/2014	219,01	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A
0043/2014	124,25	CLARO S/A
0046/2014	93,95	CLARO S/A
0071/2014	96,00	BRAUN OTTO INFORMÁTICA EPP
0072/2014	228,00	INTELLIBR SISTEMAS LTDA
0275/2014	61,23	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA
0920/2014	49,15	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUN.
1048/2014	0,02	EPAGRI-EMP. DE PESQ. AGROPEC. E EXTEN. RURAL
1147/2014	591,32	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEG.
1148/2014	3.025,00	RÁDIO ITUPORANGA LTDA
1322/2014	480,09	MARSCHALL CONSTRUTORA LTDA
1398/2014	21,99	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUN.
2194/2014	44,24	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANIME
2222/2014	169,78	CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANIME
2230/2014	357,16	BRASIL TELECOM S.A/OI S.A.
2251/2014	576,00	CLERISON BESCHINOCK ME – DIGITAL ART
2312/2014	1.333,58	EJC VEÍCULOS LTDA
2313/2014	245,59	EJC VEÍCULOS LTDA
2492/2014	66,06	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A
2710/2014	96,68	PADARIA VÓ RUTH LTDA
2733/2014	0,02	CLERISON BESCHINOCK ME – DIGITAL ART

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EMPENHO	SALDO	CREDOR
0009/2014	28,97	COMPANHIA CATARIN. DE ÁGUAS E SANEAM.
0015/2014	79,28	BRASIL TELECOM S.A/OI S.A.
0017/2014	0,30	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNIC.
0018/2014	23,81	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNIC.
0019/2014	97,62	EMBRATEL EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNIC.
0023/2014	210,00	MEDICALBLU EQUIP. MÉDICOS E HOSPITALARES
0207/2014	581,71	ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI EPP

0231/2014	0,85	BETHA SISTEMAS LTDA
0323/2014	84,90	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0562/2014	259,30	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0626/2014	22,00	ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI EPP
0675/2014	234,66	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0676/2014	475,50	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALAR
0683/2014	40,30	DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES
0684/2014	12,00	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALAR
0688/2014	15,50	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALAR
0692/2014	42,38	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉDICOS HOSP.
0694/2014	318,85	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0696/2014	1.520,70	PROSAÚDE – DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA
0699/2014	50,94	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME
0709/2014	59,88	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉDICOS HOSP.
0716/2014	681,93	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME
0784/2014	745,49	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0786/2014	161,28	PROSAÚDE – DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA
0790/2014	650,86	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME
0791/2014	6,14	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0795/2014	0,40	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉDICOS HOSP.
0860/2014	232,03	CLARO S/A
0883/2014	2,59	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0895/2014	259,20	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
0900/2014	125,84	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME
0985/2014	2.480,00	LM AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO LTDA ME
0986/2014	669,96	LM AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO LTDA ME

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 053/2015

DECRETO Nº 053, DE 22 DE MAIO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.862,42
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.862,42
Função	10	Saúde	1.862,42
Sub-função	301	Atenção Básica	1.862,42
Programa	06	Saúde com Excelência	1.862,42
Atividade	2.019	Assistência Farmacêutica – Componente Básico de Assistência Farmacêutica - União	1.862,42
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.862,42
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.862,42
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.862,42
Fonte de Recursos	0.3.0038.27	Assistência Farmacêutica Básica União – Superávit	1.862,42
Atividade	2.035	Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica – Estado	13.226,70
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.226,70
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	13.226,70
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	13.226,70
Fonte de Recursos	0.3.0067.73	Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica Básica Estado – Superávit	13.226,70
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			15.089,12

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte	Código Fonte	Valor
Assistência Farmacêutica Básica União– Superávit	0.3.0067	1.862,42
Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica Básica Estado – Superávit	0.3.0067.73	13.226,70
TOTAL DO SUPERAVID		15.089,12

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONSULTA PÚBLICA 0012015

CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

CONSIDERANDO, que a elaboração do Plano Municipal de Educação de Luzerna - PME está integrada ao Plano Nacional de Educação, tendo ainda como base a realidade e as políticas públicas do Município e sua proposta de desenvolvimento;

CONSIDERANDO, que o documento do Plano Municipal de Educação de Luzerna - PME de Luzerna é resultado de um trabalho coletivo que envolveu os educadores da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e instituições da sociedade;

CONSIDERANDO, que essa consulta pública serve para colher pareceres e opiniões sobre as informações coletadas e análises feitas pela equipe sobre a situação atual da educação de Luzerna;

CONSIDERANDO, que o objetivo é enriquecer e dar transparência ao processo de consolidação deste importante instrumento de política pública, ampliando a participação da sociedade na tomada de decisão, fundamental para a finalização do documento, pois, além de complementar dados e oferecer subsídios para a continuidade do trabalho, aprimora a metodologia de elaboração do Plano Municipal;

CONSIDERANDO, que o próximo passo, após a consulta, será a re-elaboração considerando a opinião da comunidade, para constituir o documento final, que será encaminhado ao Executivo e posteriormente ao Legislativo;

CONSIDERANDO, que todos os Municípios brasileiros estão em fase de adequação ou construção do seu PME;

CONSIDERANDO, que em Luzerna os trabalhos de atualização do diagnóstico, iniciaram em novembro de 2014;

CONSIDERANDO, que o Plano constituirá, em um conjunto integrado e articulado das metas e estratégias educacionais para o decênio 2015/2025.

CONSIDERANDO, que a partir desta atualização é possível retratar a situação educacional do Município, com relação aos níveis e modalidades de ensino, aos profissionais da educação básica, a gestão democrática e ao financiamento da educação;

RESOLVE:

Art.1º- Submeter à CONSULTA PÚBLICA, para colher contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral, receber sugestões, críticas e comentários, a versão preliminar do PME - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, elaborada por COMISSÃO COORDENADORA E EQUIPE TÉCNICA DE APOIO DE ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), nomeada através do Decreto nº 1936 de 27 de

novembro de 2014.

Art. 2º- Informar que a proposta ou versão preliminar do PME - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, está disponível na íntegra no site da Prefeitura Municipal de Luzerna na internet <http://luzerna.sc.gov.br/> e que as sugestões deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço eletrônico: sec.educacao@luzerna.sc.gov.br.

Art. 3º- O prazo para envio de contribuições será de 15 dias, contados desta data.

Luzerna(SC), 15 de maio de 2015.

Regina Carin Jacoby Cureau

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

CONTRATO FMAS Nº 004.2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº 026/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - CAPINZAL CENTER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Carmelo Zocolli, na cidade de Capinzal/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, neste ato representada por seu sócio administrador ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.870.202 e inscrito no CPF/MF nº 453.533.100-63, residente e domiciliado à Rua Carmelo Zocolli, s/n, no Município de Capinzal/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 043/2015, Pregão Presencial nº 026/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de cestas básicas de alimentos, destinadas ao auxílio de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Município de Luzerna/SC, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.095 de março de 2013, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	CESTAS BASICAS EMBALADAS (EMBALAGEM DE GRANDE RESISTÊNCIA) CONTEUDO: 01 PACOTE DE AÇUCAR REFINADO COM 5KGS 01 PACOTE ARROZ PARBOILIZADO COM 5 KGS 02 KGS DE FEIJÃO PRETO 01 PACOTE FARINHA DE TRIGO COMUM COM 5 KGS 02 LATAS DE OLEO DE SOJA – EMBALAGEM COM 900ML 01 PACOTE DE SAL REFINADO COM 1 KG 01 PACOTE DE CAFÉ EM PÓ COM 500GRS 02 PACOTES DE FARINHA DE MILHO (FUBA), COM 01 KG 03 PACOTES DE MASSA COM OVOS TIPO PARAFUSO COM 500 GRS 04 LATAS DE ATUM (DIVERSOS SABORES) 05 CAIXAS DE LEITE LONGA VIDA INTEGRAL DE 1 LITRO	UN	200	104,00	20.800,00

O FORNECEDOR 1 CAPINZAL CENTER LTDA responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega da mercadoria em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, em dias de expediente, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30mins nas dependências do Fundo Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Assistência Social.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela montagem da cesta, seu envio e frete.

1.5. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.6. Todas as embalagens dos produtos inclusos na cesta deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.7. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura e observar as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.8. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.9. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.10. Por ocasião do recebimento das cestas, o Fundo Municipal de Assistência Social, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada das cestas enviadas, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.13. O aceite das cestas não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente, e pelas eventuais consequências delas decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo Fornecedor.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4.A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do FORNECEDOR documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação das cestas solicitadas, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas

Elemento: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 12.01.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao FMAS, a obrigação de solicitar os fornecimentos

que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o FMAS poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o FMAS, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de maio de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMAS
CONTRATANTE

ENIO DELAZERI
CAPINZAL CENTER LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CONTRATO FMS Nº 034.15

CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº 034/2015
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015 FMS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - FISIOTERAPIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, WALMOR SILVESTRE DRESCH STRÖHER, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.630.159-11 e portador da cédula de identidade nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e a empresa REABILITAR FISIOTERAPIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.424.429/0001-60, com endereço na Rua Júlio Wasseberg, nº 306, sala térreo Centro no Município de Luzerna/SC, CEP 89.609-000 representada por seu sócio administrador EDERSON LUIZ TOPANOTTI DA SILVA, brasileiro, maior e capaz, solteiro, fisioterapeuta, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.641.209-76 e portador da cédula de identidade nº 4.373.477, doravante denominado simplesmente CREDENCIADO(A), acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO.

O processo de credenciamento é regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores modificações, e demais legislações pertinentes, aplicando-se, no que couber, os princípios gerais de direito público, suplementados pelo direito privado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

0.1. Este procedimento tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA

ÁREA DE FISIOTERAPIA DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo.

0.2. O Município credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

0.3. O presente contrato terá vigência por tempo indeterminado.

0.4. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, na cidade de Luzerna, estado de Santa Catarina, diretamente a população, mediante ordem de serviço fornecida pelo Fundo Municipal de Saúde.

0.5. A vencedora deverá disponibilizar estabelecimento comercial localizado no município de Luzerna, em um raio de 500 (quinhentos) metros da sede da Secretaria Municipal de Saúde (Av. 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna), para que os pacientes não necessitem percorrer grandes distâncias para realizar as sessões de fisioterapia.

0.6. Os horários de atendimento em que a credenciada deverá prestar serviços serão: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min de segunda a sexta-feira.

0.7. Os interessados credenciados deverão executar os serviços pelo valor estabelecido no anexo I deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA:

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. O(A) CREDENCIADO(A) deverá:

a). Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

b). Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;

c). Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;

d). Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

e). Justificar ao Fundo Municipal de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento;

f). Facilitar ao Fundo Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90;

g). Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

h). Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;

i). Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

j). Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

k). Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;

l). Informar ao Fundo Municipal de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado;

m). Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

n). Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

o). Encaminhar ao Fundo Municipal de Saúde até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições dos serviços realizados, e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA TERCEIRA:

DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

3.1. Caberá o(a) CREDENCIADO(A):

a) O fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados neste Termo de Credenciamento.

b) Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.

c) Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA:

DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Credenciamento terá vigência por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA:

DA TABELA DE VALORES

5.1. Será adimplido ao CREDENCIADO(A) por cada serviço executado, os valores abaixo indicados:

Item	Tipo de procedimento	UN	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Fisioterapia	2.500,00	R\$ 17,00	42.500,00

CLÁUSULA SEXTA:
DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do Anexo I
- 6.2. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 6.3. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.
- 6.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 6.5. A proponente vencedora deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 6.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CREDENCIADA.

CLÁUSULA SETIMA:
DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pelo(a) CREDENCIADO(A), podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações.

CLÁUSULA OITAVA:
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento a Secretaria Municipal de Saúde poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:
- a) Advertência;
 - b) Multa na forma prevista no subitem 8.3;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 8.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:
- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
 - b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
 - c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas despesas;
 - d) Desatender as determinações do Fundo Municipal de Saúde;
 - e) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
 - f) Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;
 - g) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
 - h) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.
- 8.3. O atraso injustificado na prestação do serviço sujeitará a credenciada à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do total contratado.
- 8.4. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 8.5. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
- 8.6. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA NONA:
DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

- 9.1 No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará o(a) CREDENCIADO(A), para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do descumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA:
DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1. O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:
- a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
 - b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso o(a) CREDENCIADO(A):
 - i) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIATE.
 - ii) venha a agir com dolo, culpa, simulação, fraude na execução dos serviços contratados.
 - iii) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.

iv) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

v) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará ao(à) CREDENCIADO(A), o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O Município de Luzerna/SC pagará à entidade contratada os serviços efetivamente prestados, de acordo com os valores constantes da Tabela de Preços dos Serviços Credenciados.

10.2. Para atender as despesas decorrentes dos credenciamentos oriundos deste contrato, o Município de Luzerna utilizará recursos próprios, livres e não comprometidos, em conformidade com a(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas

Elemento: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

FUNDO MUNICIPAL DE LUZERNA/SC

Atividade: Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

DOS CASOS OMISSOS

12.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no Edital de Credenciamento nº 001/2015, Processo de Licitatório nº 040/2015 Inexigibilidade de licitação nº 005/2015 e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Luzerna/SC, 20 de maio de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CREDENCIANTE	EDERSON LUIZ TOPANOTTI DA SILVA REABILITAR FISIOTERAPIA LTDA CREDENCIADA
TESTEMUNHAS: 1. _____ 2. _____	

DECRETO 2041

DECRETO Nº 2041 de 22 de maio de 2015

“CONVOCA CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso De suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art.2º- Conforme decisão do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no dia 23 de fevereiro, fica convocada a CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA para o dia 24 de junho de 2015.

Art.3º - O tema central da Conferência será: “Saúde Pública de qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”.

Art.4º- A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada no Clube Vitória, localizado na Av. 16 de Fevereiro, Centro, neste Município de Luzerna(SC).

Art.5º- A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e Conselho Municipal de Saúde.

Art.6º- As normas de organização e funcionamento da Conferência, constarão no Regimento, deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art.7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de maio de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2042

DECRETO Nº 2042 de 22 de maio de 2015

"PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fundamento no item 1.7 do Edital do Processo Seletivo nº 002/2014 de 07/04/2014,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a validade do PROCESSO SELETIVO - Edital nº 002/2014 de 07/04/2014, por mais 01 (um) ano, ou seja, até 30/05/2016, referente à homologação do Resultado Final publicada em 02/06/2014.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 046/2015 - PP 028/2015 - PNEUS - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 046/2015 - PML

Pregão Presencial nº 028/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o registro de preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada de pneus, destinada para os ônibus do transporte escolar pertencentes a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de Luzerna/SC, conforme descrição em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 03 de junho de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 03 de junho de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Maracajá

PREFEITURA

LEI 1026/2015

LEI Nº 1026 DE 20 DE MAIO DE 2015.

ALTERA SALÁRIO DO CARGO QUE ESPECIFICA DA LEI Nº 985 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Altera o Salário Base do Cargo de Assistente de Farmácia, constante no Anexo I, Quadro IV, Grupo IV – Cargos Isolados, da Lei nº 985, de 12 de Junho de 2014, para o valor de R\$ 1.113,00 (um mil cento e treze reais) como Vencimento Inicial para o Cargo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 20 de Maio de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1027/2015

LEI Nº 1027 DE 20 DE MAIO DE 2015.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL, CONCEDE DESCONTOS PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Calendário Fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas decorrentes da utilização de serviços públicos, no Município de Maracajá, para o exercício de 2015, está fixado da seguinte forma:

I - Pagamento em parcela única:	
a) vencimento da primeira parcela única	
II - Pagamento em segunda parcela única:	15/06/2015;
a) vencimento da segunda parcela única	15/07/2015;
II - Pagamento parcelado em até 5 vezes:	
a) vencimento da primeira parcela	15/06/2015;

b) vencimento da segunda parcela	15/07/2015;
c) vencimento da terceira parcela	
d) vencimento da quarta parcela	15/08/2015;
e) vencimento da quinta parcela	15/09/2015;
	15/10/2015;

Art. 2º O contribuinte em dia até 31/12/2014 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em primeira parcela única até 15 de junho de 2015, ser-lhe-á concedido um desconto de 40% (quarenta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 3º O contribuinte com débitos até 31/12/2014 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em primeira parcela única até 15 de junho de 2015, ser-lhe-á concedido um desconto de 30% (trinta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 4º O contribuinte em dia até 31/12/2014 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em segunda parcela única até 15 de julho de 2014, ser-lhe-á concedido um desconto de 30% (trinta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 5º O contribuinte com débitos até 31/12/2014 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em segunda parcela única até 15 de julho de 2015, ser-lhe-á concedido um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 6º O contribuinte em dia até 31/12/2014 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em até 05 (cinco) parcelas, ser-lhe-á concedido um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 7º O contribuinte com débitos até 31/12/2014 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em até 05 (cinco) parcelas, ser-lhe-á concedido um desconto de 10% (dez por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 8º Para o contribuinte que parcelar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 50,00 (cinquenta reais).

Art. 9º Os tributos que não forem pagos no prazo, sofrerão um acréscimo de 1,00% (um por cento) de juros de mora ao mês e de trinta e três décimos por cento (0,33%) ao dia até o limite de dez por cento (10%) de multa sobre o valor corrigido.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 20 de Maio de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1028/2015

LEI Nº 1028 DE 20 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Maracajá, no valor de R\$ 7.480,00 (sete mil, quatrocentos e oitenta reais), assim classificado:

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Órgão: 05 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj. Atividade: 2.012 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.50.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 1.630,00

Proj. Atividade: 2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.50.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.850,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I – de orçamento próprio do município de Maracajá para atender a Lei Municipal nº 1008 de 02 de dezembro de 2014.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência plurianual podendo ser reaberto no exercício seguinte pelos seus saldos, conforme § 2º do art.167 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 06 de Maio de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1029/2015

LEI Nº 1029 DE 20 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INDENIZAR IMÓVEL QUE MENCIONA PARA DESAPROPRIAÇÃO POR COMPRA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado adquirir por desapropriação o imóvel urbano de propriedade de MAICON ROCHA DA SILVA, localizado nesta cidade, a seguir descrito e caracterizado: TERRENO Nº 1, sem benfeitorias, com área de 786,00 ms², Área Desmembrada 08, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE onde mede 60,00ms, com Áreas Desmembradas nºs 06 e 07, de Sônia Cecília Rocha Gonçalves; ao SUL, onde mede

79,50ms, com a Área Desmembrada nº 09 de Sônia Cecília Rocha Gonçalves; ao LESTE, onde mede 32,80ms, com o Acesso Lateral da Rodovia BR-101; e ao OESTE, ponto agudo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá, sob a Matrícula nº 60.669, do Livro Nº 2, Folhas 01, Ano 2001.

Parágrafo único - A avaliação do Município atribuiu ao imóvel sem benfeitoria, o valor total de R\$69.000,00 (sessenta e nove mil reais).

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei, tem por finalidade manter as tubulações de escoamento pluvial de águas da comunidade de Vila Beatriz, desta cidade de Maracajá/SC.

Art. 3º O imóvel foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação por meio do Decreto Municipal nº 129 de 28 de novembro de 2014.

Art. 4º O valor da indenização ao vendedor é o constante no processo de avaliação apurado pela Comissão de Avaliação, constituída através do Decreto Municipal nº 01 de 06 de janeiro de 2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 20 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 20 de Maio de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 173/2015

PORTARIA Nº. 173 DE 4 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

José Manoel Rocha, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao período aquisitivo de 2/1/2014 a 1º/1/2015, com gozo em 1º/5/2015 e término em 30/5/2015.

Domingos Antonio Fernandes, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao período aquisitivo de 19/4/2014 a 18/4/2015, com gozo em 4/5/2015 e término em 2/6/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 4 de maio de 2015.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 174/2015

Portaria nº 174 de 4 de maio de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 4 de maio de 2015, JULIANA BALTAZAR DA ROSA, brasileira, maior, nascida em 24 de fevereiro de 1986 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 060.828.279-02, para exercer o cargo de Faxineira/Copeira - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 175/2015

Portaria nº 175 de 4 de maio de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, a partir do dia 4 de maio de 2015 CLAUDIONEI MAIA ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 5 de fevereiro de 1977, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 029.393.179-84, para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos - ACT, 40 horas.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, por atuar na Coleta de Lixo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 176/2015

Portaria nº 176 de 4 de maio de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 4 de maio de 2015, JANIELLI SCARPARI

MATIAS, brasileira, maior, nascida em 7 de maio de 1986 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 065.749.329-55, para exercer o cargo de Faxineira/Copeira - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 177/2015

PORTARIA Nº 177 DE 04 DE MAIO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a 2ª Conferência Municipal de Saúde de Maracajá conforme determinação legal do Decreto nº 28 de 22 de abril de 2015 do Prefeito Municipal.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Vilmar Leandro.

Art. 3º A Conferência será realizada no Parque Ecológico, situado na Rod. BR 101, KM 400, nº 700 Bairro Beatriz.

Art. 4º A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5º A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

I - Presidente e Coordenador geral: Vilmar Leandro;
II - Coordenadores Adjuntos: Karine dos Santos Marques;
III - Secretaria Executiva: Rosilane Dassoler da Silva;
IV - Relatores Geral e adjunto: Samara Demetrio;

Art. 6º As diversas sub-divisões da referida Comissão terão as seguintes funções:

I - Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnico, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma;
II - Coordenadores Adjuntos: Auxiliará os coordenadores e se responsabilizará pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário a organização, antes e durante a realização do evento;
III - Secretaria Executiva: Encaminhar as solicitações das diversas sub-seções, comprar material, providenciar recursos para o funcionamento destas sub-seções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto o Coordenador Geral;
IV - Relator Geral e Adjunto: elaborar documentos, ofícios convocando palestras, convidados e delegados da Conferência, e elaborar o relatório final da Conferência.

Art. 7º Os relatos das Pré-Conferências farão parte do Plano Municipal e do Relatório Final da Conferência.

Art. 8º Os demais delegados serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município.

Art. 9º O Departamento Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 178/2015

Portaria N.º 178 de 11 de maio de 2015.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO FRANCISCO JOÃO NARCIZO DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM RAZÃO DE SEU FALECIMENTO.

O Prefeito Municipal de Maracajá em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 73 da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º Exonerar o servidor público Francisco João Narcizo nomeado pela Portaria nº 244/2014 para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, tendo em vista o seu falecimento conforme Certidão de Óbito, matrícula: 108076 01 55 2015 4 00119 175 0040386 16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de maio de 2015.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 179/2015

Portaria nº 179 de 11 de maio de 2015.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO (CURSOS) DE PROFESSORES E TÉCNICOS PEDAGÓGICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município, combinados os artigos 16 e 17, da Lei Complementar Nº 06 de 22 de dezembro de 2003 e a Lei Nº 984 de 29 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional por mérito (Cursos) aos Professores e Técnicos Pedagógicos, conforme quadro abaixo:

Professor (a)	Matrícula	Do nível Ref.	Para nível Ref.
Carla Viviane Darós Scarduelli	295	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Cinara Minato	537	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Claudia Scarduelli da Rocha	742	P.G./E 4C	P.G./E 4D
Cristiane Sant' Ana	550	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Cristina Farias de Souza	463	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Ediane Pavei Fontana	477	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Elizete Leandro	296	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Enedir Manoel Monteiro	466	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Giane da Rocha Pietsch	318	P.G./E 4B	P.G./E 4C
Izabel de Almeida Souza	27	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Josiane da Silva da Silva	300	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Jucélia Noemia Estevam	036	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Luciane Lemos Mondardo	698	P.G./E 4A	P.G./E 4B
Maria Eliete Martinello dos Santos	325	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Maria Doralice de Jesus	740	L.P.-1B	L.P.-1C
Maria Juliani Peruchi Monteiro	467	P.G./E 4E	P.G./E 5A

Maria Sonia Cesário de Lima	309	P.G./E 4D	P.G./E 4E
Michele Goulart da Rocha Nolla	461	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Odécia de Almeida Souza	664	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Roberto Delfino da Silva	478	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Rosimar Martinelli	460	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Sandra Maria Souza	697	P.G./E 4A	P.G./E 4B
Silvana Estácio	741	P.G./E 4B	P.G./E 4C
Viviane Carradore Dagostim	663	P.G./E 4D	P.G./E 4E

Técnico Pedagógico	Matrícula	Do nível Ref.	Para nível Ref.
Luciane Ronchi Valnier	533	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Lúzia Estela de Oliveira Pedroso	686	P.G./E 4E	P.G./E 5A
Mercedes Nazário Farias	685	P.G./E 4C	P.G./E 4D

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de maio de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 11 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 180/2015

Portaria N.º 180 de 11 de maio de 2015.

EXONERA O SERVIDOR APOSENTADO VANDERLEI DE SOUZA EM RAZÃO DE SEU FALECIMENTO.

O Prefeito Municipal de Maracajá em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 73 da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 3 de maio de 2015 o servidor aposentado Vanderlei de Souza aposentado pelo Decreto nº 16/2015, tendo em vista o seu falecimento ocorrido em 3 de maio de 2015, conforme Certidão de Óbito, matrícula: 108076 01 55 2015 4 00119 150 0040361 39.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 3 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de maio de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 181/2015

Portaria nº 181 de 11 maio de 2015.

ENQUADRAMENTO FUNCIONAL POR NOVA TABELA A PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Nº 984 de 29 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Enquadrar Professora da Rede Municipal de Ensino, conforme quadro abaixo:

Nome	Matrícula	Do Nível - Ref.	Para Nível - Ref.
Janaina Ramos	699	P.G./E 5C	P.G./M 9D

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 11 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 182/2015

Portaria nº 182 de 20 de maio de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 20 de maio de 2015, VANESSA MARTINS, brasileira, maior, nascida em 27 de julho de 1987 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 057.069.689-50, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 20 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 183/2015

Portaria nº 183 de 20 de maio de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 20 de maio de 2015, RENATA DA LUZ PEDROSO, brasileira, maior, nascida em 10 de junho de 1985 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 067.790.549-17, para exercer o cargo de Faxineira/Copeira - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente no Cemasas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 20 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 184/2015

Portaria Nº 184, de 21 de maio de 2015.
EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 21 de maio de 2015 o servidor público nomeado para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos - ACT, OSVALDO RAMOS CPF 691.452.109-34, matrícula Nº 1940, nascido em 5 de novembro de 1963.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 087/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 185/2015

Portaria nº 185 de 21 de maio de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 6 de maio de 2015, KATYELE LAURENTINO ESPINDULA, brasileira, maior, nascida em 8 de julho de 1991 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 078.837.629-23, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 6 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de maio de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de maio de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 54/2015

DECRETO Nº 54, DE 19 DE MAIO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.857, de 19 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.03 – Departamento da Cultura

13 – Cultura

13.391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.50.00 – Transferências a Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.03 – Departamento da Cultura

13 – Cultura

13.391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 19 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.382/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 2.382/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 019/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para aquisição de material elétrico para Iluminação Pública, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 08 de junho de 2015 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas. Maravilha - SC, 21 de maio de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.398/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 2.398/2015 – Modalidade de Pregão Presencial n. 020/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a aquisição de roupa especial para combate a incêndio – Convênio FUNREBOM, nova, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei N. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 09 de junho de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 22 de maio de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

LEI Nº 1676/2015

LEI Nº 1676/2015

Autoriza a doação de veículo que especifica para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Massaranduba – APAE

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), com base nos arts. 21, II e 22, II, “a” da Lei Municipal nº 1286/11, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Massaranduba – APAE, o veículo abaixo descrito:

I – MIS/Camioneta, Marca VW, Modelo Kombi, Cor branca, com acessibilidade, Ano Fabricação/Modelo 2012/2013, Chassi 9BWMFO7X-9DP005316, Placa MKA 4276.

Art. 2º O veículo será destinado única e exclusivamente para o uso da Associação, não podendo ser alienado, permutado ou destinado para outros fins e, caso haja a dissolução da Associação, o bem será revertido automaticamente à doadora, inclusive as benfeitorias existentes.

Parágrafo Único As despesas decorrentes de transferência correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município e as despesas com a manutenção do veículo ficarão ao encargo da entidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 22 de maio de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LICITAÇÃO 33.2015 - PP 25.2015 - MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU 150

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 33/2015

PREGÃO PRESENCIAL – R.P. – Nº. 25/2015

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por lote, objetivando a aquisição de MATERIAL E MÃO DE OBRA REFERENTE MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA EHK 01 KOMATSU 150.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 08/06/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 08/06/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de Maio de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 10/06/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2015, objetivando a Contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviços de consultoria na captação de recursos e gestão de convênios e contratos com atuação voltada, para com os órgãos federais com objetivo de promover a melhoria da infraestrutura, patrimonial e dos serviços públicos oferecidos à população do Município de Meleiro. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400.

Meleiro/SC, 21 de maio de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

LEI Nº 1684/2015

LEI Nº 1684/2015
FIXA O VALOR DE DIÁRIAS PARA OS AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MELEIRO, REVOKA DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os agentes Políticos e os servidores Municipais públicos do Poder Legislativo que se afastarem da sede, no interesse do Município, em caráter eventual ou transitório farão jus, além das passagens, também a diárias destinadas a indenizar as despesas com alimentação, hospedagem, locomoção urbana, entre outras que tiverem no local de destino, nos seguintes valores:

I – R\$ 300,00 (trezentos reais) para afastamentos dentro do Estado com distância superior a 100 km (cem quilômetros) da sede;
II – R\$ 500,00 (quinhentos reais) para afastamentos para fora do Estado;
III – R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) para afastamento para a capital do país.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devido o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) quando o deslocamento for inferior a 40 km (quarenta quilômetros) da sede e não exigir pernoite fora da mesma.

§ 2º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devido o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) quando o deslocamento for superior a 40 km (quarenta quilômetros) da sede e não exigir pernoite fora da mesma.

§ 3º Quando o deslocamento incluir pernoite, o agente político ou

o servidor público terá direito à percepção de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), adicionado ao valor da diária.

Art. 2º A autorização de viagem e concessão de diária será dada pelo Presidente da Câmara Municipal após a formalização da proposta, de forma objetiva, de modo a permitir que se conheça a natureza e a finalidade da missão

Art. 3º O pagamento da diária deverá estar instruído da autorização de viagem expedida pela autoridade competente e da respectiva ordem de tráfego ou bilhete de passagem de ida e retorno. Na falta do segundo documento, o beneficiário deverá apresentar relatório do seu deslocamento, instruindo-o com documentos que comprovem a efetiva realização de viagem.

Art. 4º Fica permitido, desde que autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal, o adiantamento de diárias com antecedência máxima de 02 (dois) dias úteis da data de deslocamento, ficando o beneficiário sujeito a prestação de contas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do retorno.

§ 1º A prestação de contas será realizada através do encaminhamento de documentação comprobatória do deslocamento, bem como do relatório em que constem as atividades desenvolvidas durante o afastamento.

§ 2º Somente poderão afastar-se novamente do Município, nos termos do art. 1º da presente Lei, o Agente político ou Servidor Público que tiver atendido aos requisitos contidos no parágrafo anterior.
§ 3º No prazo de 05 (cinco) dias úteis deverá ser recolhido aos cofres do Município todo o valor excedente que porventura ocorrer em razão de eventual antecipação do retorno programado para o adiantamento do benefício.

§ 4º Se o Servidor Público ou o Agente Político receber a diária e por qualquer circunstância não ocorrer o afastamento, deverá, no prazo improrrogável de 72 (setenta e duas horas) restituir o valor em sua totalidade.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de publicação e seus efeitos retroativos a 15 de maio de 2015.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 1350/2009 e 1497/2011.

Meleiro, 20 de maio de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. De Adm. Finanças

PORTARIA N.º 207/2015

PORTARIA n.º 207/2015

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 160/2015 da Senhora TATIANI MACEDO ROCHA SCARDUELI, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Ana Paula Cardoso Vieira Vitorino, em virtude de Licença Maternidade, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 19/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Maio de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 209/2015

PORTARIA nº 209/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1º Licença saúde, ao servidor LINDOMAR FRANCISCO DAMÁSIO, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 23/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Maio de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 210/2015

PORTARIA n.º 210/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 103/2015, de 27 de Fevereiro de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 103/2015, de 27 de Fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 02 de Março de 2015, edição 1693, pg 505, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. 1º A Senhora MARILÉZIA PASINI DAL PONT, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas atividades vinculadas ao Cras”.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Maio de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.272.192,42	15,26	7.592.450,74	20.407.549,26
RECEITAS CORRENTES	26.168.000,00	26.168.000,00	3.333.003,81	12,74	6.520.167,13	19.647.832,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.473.000,00	3.473.000,00	378.312,47	10,89	580.197,15	2.892.802,85
IMPOSTOS	2.143.000,00	2.143.000,00	269.699,21	12,59	449.877,64	1.693.122,36
TAXAS	1.260.000,00	1.260.000,00	107.711,65	8,55	128.864,47	1.131.135,53
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	70.000,00	70.000,00	901,61	1,29	1.455,04	68.544,96
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	190.000,00	48.876,35	25,72	75.693,95	114.306,05
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	190.000,00	190.000,00	48.876,35	25,72	75.693,95	114.306,05
RECEITA PATRIMONIAL	253.800,00	253.800,00	31.959,16	12,59	58.103,07	195.696,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	253.800,00	253.800,00	31.959,16	12,59	58.103,07	195.696,93
RECEITA AGROPECUÁRIA	195.000,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	195.000,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	779.000,00	779.000,00	102.680,88	13,18	213.510,39	565.489,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.304.700,00	20.304.700,00	2.708.309,62	13,34	5.491.255,46	14.813.444,54
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.721.200,00	19.721.200,00	2.576.113,58	13,06	5.359.059,42	14.362.140,58
Transferências de Instituições Privadas	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Transf. de Pessoas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transf. de Conv.	574.500,00	574.500,00	132.196,04	23,01	132.196,04	442.303,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	972.500,00	972.500,00	62.865,33	6,46	101.407,11	871.092,89
Multas e Juros de Mora	301.500,00	301.500,00	24.138,64	8,01	36.382,20	265.117,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	1.500,10	1,50	1.500,10	98.499,90
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	312.000,00	312.000,00	37.226,59	11,93	63.524,81	248.475,19
RECEITAS DIVERSAS	259.000,00	259.000,00	0,00	0,00	0,00	259.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.832.000,00	1.832.000,00	939.188,61	51,27	1.072.283,61	759.716,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	46.500,00	46.500,00	0,00	0,00	0,00	46.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	46.500,00	46.500,00	0,00	0,00	0,00	46.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00	41.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.705.500,00	1.705.500,00	939.188,61	55,07	1.072.283,61	633.216,39
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.705.500,00	1.705.500,00	939.188,61	55,07	1.072.283,61	633.216,39
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.272.192,42	15,26	7.592.450,74	20.407.549,26

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	28.000.000,00	4.272.192,42	15,26	7.592.450,74	20.407.549,26
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	29.629,53	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.000.000,00	28.000.000,00	4.272.192,42	15,26	7.622.080,27	20.407.549,26
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.649.818,71	—	—	377.680,23	—
Superávit Financeiro	—	1.649.818,71	—	—	377.680,23	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.000.000,00	34.843.304,67	3.430.357,43	15.501.237,22	19.342.067,45	4.230.273,80	7.622.080,27	27.221.224,40	6.667.858,14
DESPESAS CORRENTES	22.400.500,00	23.079.478,13	3.078.755,43	9.089.316,74	13.990.161,39	2.816.843,75	5.248.535,29	17.830.942,84	4.782.888,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.896.500,00	13.127.070,79	1.749.467,58	3.336.562,50	9.790.508,29	1.697.533,59	3.284.094,96	9.842.975,83	3.091.921,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	0,00	34.000,00	166.000,00	3.712,40	10.702,95	189.297,05	10.702,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.304.000,00	9.752.407,34	1.329.287,85	5.718.754,24	4.033.653,10	1.115.597,76	1.953.737,38	7.798.669,96	1.680.264,06
DESPESAS DE CAPITAL	5.586.500,00	11.750.826,54	351.602,00	6.411.920,48	5.338.906,06	1.413.430,05	2.373.544,98	9.377.281,56	1.884.969,42
INVESTIMENTOS	5.106.500,00	11.270.826,54	351.602,00	6.064.677,29	5.206.149,25	1.295.959,74	2.150.761,63	9.120.064,91	1.662.186,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	480.000,00	480.000,00	0,00	347.243,19	132.756,81	117.470,31	222.783,35	257.216,65	222.783,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.000.000,00	34.843.304,67	3.430.357,43	15.501.237,22	19.342.067,45	4.230.273,80	7.622.080,27	27.221.224,40	6.667.858,14

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	28.000.000,00	34.843.304,67	3.430.357,43	15.501.237,22	19.342.067,45	4.230.273,80	7.622.080,27	27.221.224,40	6.667.858,14
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	7.592.450,74
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.000.000,00	34.843.304,67	3.430.357,43	15.501.237,22	19.342.067,45	4.230.273,80	7.622.080,27	27.221.224,40	14.260.308,88

FONTE:

MELEIRO, 18/05/2015

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 0229840-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)									RS 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	% (b/Total b)		No Bimestre	% (d/Total d)		
			Até o Bimestre (b)			Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.000.000,00	34.843.304,67	15.501.237,22	100,00	19.342.067,45	7.622.080,27	100,00	27.221.224,40	
Legislativa	900.000,00	900.000,00	118.919,96	1,48	670.405,23	214.508,58	2,81	685.491,42	
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	229.594,77	1,48	670.405,23	214.508,58	2,81	685.491,42	
Administração	2.300.000,00	2.300.000,00	335.694,71	6,81	1.244.782,69	648.229,70	8,50	1.651.770,30	
Administração Geral	2.300.000,00	2.300.000,00	1.055.217,31	6,81	1.244.782,69	648.229,70	8,50	1.651.770,30	
Assistência Social	1.266.000,00	1.406.509,78	385.078,61	2,48	1.021.431,17	151.157,16	1,98	1.255.352,62	
Assistência ao Idoso	158.000,00	158.000,00	35.045,33	0,23	122.954,67	4.427,62	0,06	153.572,38	
Assistência ao Portador de Deficiência	32.000,00	32.000,00	7.296,00	0,05	24.704,00	608,00	0,02	30.794,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	340.000,00	434.000,00	142.114,79	0,92	291.885,21	35.710,39	0,47	398.289,61	
Assistência Comunitária	736.000,00	782.509,78	200.622,49	1,29	581.887,29	106.803,15	1,44	672.706,63	
Saúde	5.083.000,00	5.335.663,41	2.451.253,74	15,81	2.884.409,67	1.352.502,63	17,74	3.983.190,78	
Atenção Básica	4.943.000,00	5.162.793,56	2.412.573,32	15,56	2.750.220,24	716.951,24	17,32	3.842.810,82	
Vigilância Sanitária	120.000,00	120.000,00	25.161,02	0,16	94.838,98	13.150,96	0,31	96.088,98	
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	52.869,85	13.519,40	0,09	39.350,45	8.608,87	0,11	44.280,98	
Educação	8.208.000,00	8.629.321,94	2.943.685,64	18,99	5.685.636,30	1.797.866,78	23,59	6.831.455,16	
Alimentação e Nutrição	540.000,00	540.851,10	288.191,95	1,73	272.659,15	73.119,28	1,31	441.250,72	
Ensino Fundamental	5.167.500,00	5.575.019,13	1.901.883,74	12,27	3.673.135,39	568.136,91	14,03	4.505.716,10	
Ensino Superior	115.500,00	115.500,00	66.690,00	0,43	48.810,00	32.556,90	0,43	82.943,10	
Educação Infantil	2.290.000,00	2.302.951,71	664.919,95	4,29	1.638.031,76	316.125,67	7,66	1.719.145,24	
Educação de Jovens e Adultos	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	42.000,00	0,27	18.000,00	8.400,00	0,17	47.400,00	
Cultura	556.000,00	801.000,00	107.418,15	0,69	693.581,85	84.364,07	1,11	716.635,93	
Diffusão Cultural	556.000,00	801.000,00	63.998,26	0,69	693.581,85	64.383,79	1,11	716.635,93	
Urbanismo	5.072.000,00	7.632.756,44	3.897.381,53	25,14	3.735.374,91	766.563,17	20,45	6.074.281,97	
Infra-Estrutura Urbana	1.516.000,00	3.857.681,94	2.284.134,75	14,74	1.573.547,19	355.731,82	10,90	3.027.019,49	
Serviços Urbanos	3.556.000,00	3.775.074,50	1.613.246,78	10,41	2.161.827,72	410.831,35	9,55	3.047.242,48	
Habituação	177.000,00	177.000,00	0,00	0,00	177.000,00	0,00	0,00	177.000,00	
Habituação Rural	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	
Habituação Urbana	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00	0,00	126.000,00	
Saneamento	1.733.500,00	3.690.908,77	2.197.229,68	14,17	1.493.679,09	463.115,32	7,07	3.151.765,90	
Saneamento Básico Rural	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	
Saneamento Básico Urbano	1.663.500,00	3.620.908,77	2.197.229,68	14,17	1.423.679,09	463.115,32	7,07	3.081.765,90	
Agricultura	1.442.000,00	2.392.635,13	80.046,24	8,96	1.003.681,14	545.725,92	12,69	1.425.329,88	
Extensão Rural	1.442.000,00	2.392.635,13	1.388.953,99	8,96	1.003.681,14	545.725,92	12,69	1.425.329,88	

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Indústria	28.000.000,00	34.843.304,67	3.430.357,43	15.501.237,22	19.342.067,45	4.230.273,80	7.622.080,27	27.221.224,40
Promoção Industrial	168.500,00	168.500,00	0,00	5.000,00	163.500,00	0,00	5.000,00	163.500,00
Desporto e Lazer	168.500,00	168.500,00	0,00	5.000,00	163.500,00	0,00	5.000,00	163.500,00
Desporto Comunitário	401.000,00	716.009,20	46.444,77	417.924,04	288.085,16	28.654,30	45.198,19	670.811,01
Encargos Especiais	401.000,00	716.009,20	46.444,77	417.924,04	288.085,16	28.654,30	45.198,19	670.811,01
Serviço da Dívida Interna	680.000,00	680.000,00	0,00	422.499,76	257.500,24	133.235,49	258.310,57	421.689,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	680.000,00	680.000,00	0,00	422.499,76	257.500,24	133.235,49	258.310,57	421.689,43
	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	28.000.000,00	34.843.304,67	3.430.357,43	15.501.237,22	19.342.067,45	4.230.273,80	7.622.080,27	27.221.224,40

FONTE:

MELEIRO, 18/05/2015

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIR LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.760.577,55	1.718.919,63	1.652.763,76	2.000.826,45	1.695.519,81	1.690.336,87	1.848.910,53	2.090.135,47	1.916.542,24	1.726.888,02	1.820.683,12	1.928.657,55	21.854.161,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	107.590,69	66.150,16	115.980,42	473.014,84	151.515,04	144.764,01	99.846,11	127.593,35	94.822,76	107.061,92	206.690,58	171.621,89	1.896.953,77
IPTU/L	0,00	0,00	9.940,05	269.313,77	28.138,65	14.153,53	11.239,65	8.165,81	0,00	0,00	16.032,17	26.529,74	383.214,27
I.R.R.F.	18.058,43	17.285,07	17.113,59	17.197,57	11.144,38	11.144,38	17.076,29	33.124,24	17.985,77	30.426,45	21.994,89	13.745,16	238.273,28
I.S.S.	39.726,57	35.090,62	48.786,68	47.958,81	63.220,35	69.244,46	48.880,49	52.609,26	61.180,65	54.124,85	35.061,73	51.294,87	608.169,34
I.T.B.I.	21.617,34	5.863,34	12.118,96	13.844,28	22.126,32	13.431,46	12.018,49	21.986,84	8.460,23	8.020,48	63.769,80	35.240,85	247.688,39
Outras Receitas Tributárias	28.898,35	7.931,13	18.200,24	124.700,31	26.895,34	30.793,22	10.653,19	11.707,20	7.216,11	14.460,14	69.801,99	38.811,27	399.788,49
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.313,90	22.016,18	24.279,74	23.371,66	21.510,23	24.036,11	23.516,00	42.751,88	3.253,87	23.563,73	23.710,19	25.166,16	271.482,55
RECEITA PATRIMONIAL	9.094,19	12.044,92	17.503,45	18.680,15	15.137,56	14.953,57	51.376,13	10.996,13	13.163,92	12.979,99	16.930,78	15.028,38	207.891,17
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	58.353,37	54.320,20	55.925,46	54.075,50	54.290,51	54.956,22	52.717,60	56.278,94	64.036,01	46.790,50	51.320,44	51.390,44	654.040,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.555.478,71	1.502.973,06	1.412.870,75	1.419.281,17	1.436.843,38	1.433.153,05	1.610.028,93	1.837.313,34	1.724.337,51	1.517.875,27	1.488.141,41	1.638.505,07	18.574.602,65
Cota-Parte do FPM	573.069,30	429.779,99	393.126,63	448.426,05	371.303,84	370.092,94	491.732,85	790.335,67	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	6.005.331,30
Cota-Parte do ICMS	469.723,63	475.531,53	441.304,26	463.605,14	467.099,14	512.509,91	565.439,71	544.640,69	521.088,03	463.700,75	465.694,16	500.597,53	5.920.532,50
Cota-Parte do IRVIA	93.178,49	90.897,93	90.330,59	73.123,59	75.593,63	68.952,12	52.071,91	27.470,02	29.256,46	52.586,46	82.589,29	84.912,56	821.469,09
Cota-Parte do ITR	23,00	0,00	85,28	644,70	9.334,52	5.790,59	160,50	152,84	86,29	1.306,13	269,19	183,65	18.008,69
Outras Transferências Correntes	145.331,50	246.235,41	299.089,05	174.901,62	196.288,46	199.284,17	212.685,50	185.037,88	249.946,81	91.993,37	203.881,24	246.263,31	2.425.924,42
Transferências da LC 61/1989	7.673,27	7.398,40	7.503,02	7.739,09	7.282,76	7.799,37	8.956,00	8.836,96	10.856,11	5.315,12	6.335,77	6.635,77	92.246,64
Transferências da LC 87/1996	2.093,96	2.093,96	2.093,96	2.093,96	2.093,96	2.093,96	2.093,96	4.139,92	0,00	0,00	0,00	7.936,07	26.555,71
Transferências do FUNDEB	265.392,56	251.149,84	232.395,94	248.765,02	253.893,97	265.243,09	276.915,49	275.128,86	313.168,12	290.964,81	263.761,24	307.091,26	3.284.566,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.343,79	61.415,11	26.703,92	12.403,13	16.223,09	19.063,91	11.418,76	15.201,63	19.028,17	18.613,61	33.889,72	28.975,61	279.180,65
DEDUÇÕES (II)	228.950,92	201.117,38	182.244,72	193.122,70	195.940,98	193.724,94	224.065,38	225.074,39	232.124,31	226.942,63	200.099,55	216.237,31	2.526.865,21
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	228.950,92	201.117,38	182.244,72	193.122,70	195.940,98	193.724,94	224.065,38	225.074,39	232.124,31	226.942,63	200.099,55	216.237,31	2.526.865,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.531.626,63	1.517.802,25	1.470.519,04	1.807.703,75	1.499.578,83	1.497.211,93	1.624.825,15	1.865.061,08	1.684.417,93	1.499.745,39	1.620.583,57	1.712.420,24	19.327.495,79

FONTE:

MELEIRO, 18/05/2015

ADAIR PASINI
Controlador CRC/SC 02238403

DIOGENES PIZZINI MANFREDINI
Agente Controlador Interno

JOINEI ZANETTE
Prefeito Municipal

JAIR LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

ERRATA AO EDITAL 171/2015 FMS

Errata ao Edital 171/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 171/2015 – Tomada de Preços n. 001/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que a Tomada de Preços n. 001/2015, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO PÚBLICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA COMPREENDENDO CONVERSÃO, CUSTOMIZAÇÃO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS E LOCAÇÃO COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, A SER EXECUTADO DE FORMA CONTINUADA, PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, DE CONFORMIDADE COM EDITAL E ANEXOS. Teve sua data de abertura alterada para o dia 09 de junho de 2015, às 08:30. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

EXTRATO DE CONTRATO 38/2015

Extrato de Contrato nº 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 82/2015

Contrato n. 38/2015

Contratada: GENUTRI COMÉRCIO DE SÊMEM LTDA

Valor: R\$ 30.447,50

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com GENUTRI COMÉRCIO DE SÊMEM LTDA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE SÊMEM PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015.

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 59/2015

Extrato de Contrato nº 59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 106/2015

Contrato n. 59/2015

Contratada: TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI ME

Valor: R\$ 81.114,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente

com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI ME OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS, ESTRADAS E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 60/2015

Extrato de Contrato nº 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 106/2015

Contrato n. 60/2015

Contratada: NC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 34.900,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com NC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME - ME OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS, ESTRADAS E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 61/2015

Extrato de Contrato nº 61/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 215/2015

Contrato n. 61/2015

Contratada: GB VEÍCULOS LTDA - ME

Valor: R\$ 6.806,93

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com GB VEÍCULOS LTDA - ME OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO MBB 2013, PLACAS LYN 9271, ANO 1978, DA FROTA DO DMER DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 62/2015

Extrato de Contrato nº 62/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 215/2015

Contrato n. 62/2015

Contratada: FERNANDO DE QUADROS FUNILARIA - ME

Valor: R\$ 6.452,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com FERNANDO DE QUADROS FUNILARIA - ME OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO MBB 2013, PLACAS LYN 9271, ANO 1978, DA FROTA DO DMER DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM 23/2015

Extrato de Contrato Administrativo nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato n. 23/2015

Contratado: ÉLIO HANAUER

Valor: R\$ 350,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou CONTRATO COM ÉLIO HANAUER, OBJETIVANDO AQUISIÇÃO, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE MODELO, DE CASCALHO A SER RETIRADO DO IMÓVEL DO CONTRATADO, LOCALIZADO NA LINHA BELA VISTA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MODELO –SC. O CASCALHO SERÁ RETIRADO DO LOCAL PELAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE, SENDO CONTROLADO PELO DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM 24/2015

Extrato de Contrato Administrativo nº 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato n. 24/2015

Contratado: COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA - ME

Valor: R\$ 3.547,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou CONTRATO COM COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA - ME OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO POR ALARME E SERVIÇO DE MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE SEGURANÇA, SENDO:

- a) MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ALARME E DE COMUNICAÇÃO;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS;
- c) CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADVINDAS DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO;

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM 25/2015

Extrato de Contrato Administrativo nº 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato n. 25/2015

Contratado: COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA - ME

Valor: R\$ 507,00

A Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO - SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, torna público para conhecimento dos interessados que realizou CONTRATO COM COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA - ME OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO POR ALARME E SERVIÇO DE MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE SEGURANÇA, SENDO:

- a) MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ALARME E DE COMUNICAÇÃO;
- b) MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS;
- c) CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADVINDAS DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO;

Modelo (SC), 22 de maio de 2015.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 053/2015

DECRETO Nº 053/2015, em 15 de Maio de 2015

"ESTABELECE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE AOS SERVIDORES COM CARGA HORÁRIA DE 16, 20 E 30 HORAS, ESTABELECIDADA PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Estabelece horário de expediente dos servidores com carga horária de 16, 20 e 30 horas, estabelecida por Lei Municipal:

I – 16 (dezesesseis) Horas:

a) Arquiteto:

· Terça-feira e Quinta-Feira: 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00;

II – 20 (vinte) Horas:

a) Técnico de Controle Interno:

· Segunda-feira a Sexta-Feira: 08:00 às 12:00.

III – 30 (trinta) Horas:

a) Engenheiro Agrimensor 1:

· Terça-feira e Quinta-Feira: 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00;
· Segunda-feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira: 08:00 às 12:00.

b) Engenheiro Agrimensor 2:

· Terça-feira e Quinta-Feira: 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00;
· Segunda-feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira: 08:00 às 12:00.

c) Analista de Controle Interno:

· Quarta-feira e Sexta-Feira: 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.
· Segunda-feira, Terça-Feira e Quinta-Feira: 13:30 às 17:00.

d) Assistente Social 1:

· Segunda-feira a Sexta-Feira: 08:00 às 12:00.

e) Assistente Social 2:

· Terça-feira e Quinta-Feira: 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00;
· Segunda-feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira: 13:00 às 17:00.

f) Assistente Social 3:

· Segunda-feira a Quinta-Feira: 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

g) Farmacêutica/Bioquímica:

· Segunda-feira a Sexta-Feira: 07:00 às 12:30.

Art. 2º - Para atender necessidades imediatas no desenvolvimento

de cada função, pode a chefia imediata, e de forma esporádica, de comum acordo com o servidor alterar o horário de expediente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 23 de Fevereiro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 054/2015

DECRETO Nº 054/2015, em 18 de Maio de 2015

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, X da Constituição Federal que assegura aos servidores públicos, revisão anual de suas remunerações;

CONSIDERANDO o disposto da Lei n.º 1.142, de 20 de Abril de 2004, que determina o cálculo da revisão anual utilizando o INPC, até o mês anterior a concessão do reajuste;

DECRETA:

Art. 1.º Fica estabelecido em 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento) o reajuste anual dos servidores e agentes políticos municipais, extensivo à Câmara de Vereadores do Município, que vigorará a partir de Maio de 2015.

Parágrafo Único – Ficam excluídos do reajuste que trata o "caput" deste artigo, os servidores vinculados a Lei Complementar 009 de 22 de Dezembro de 2011 que "Dispõe sobre os profissionais da educação, institui o plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Maio de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 055/2015

DECRETO Nº 055/2015, em 18 de Maio de 2015

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as indicações procedidas pelas entidades de que tratam os incisos do caput do artigo 3º da Lei nº 1.102/2002, com nova redação dada pela Lei nº 1.283/2008, designando os seguintes membros do Conselho Municipal de Saúde:

Representantes do segmento governamental:

Titular: Luiz dos Santos
Suplente: Adair de Biasi

Titular: Cristina Pereira Maccari
Suplente: Eliane Inácio Cardozo

Titular: Renata Dagostim
Suplente: Cintya Sartor

Titular: Ilson Antonio Luciano
Suplente: Fernando Dilton Teixeira

Titular: Miguel Zaccaron Darolt
Suplente: Claudenir Medeiros da Rosa

Titular: Djalmas Fragnani
Suplente: Ronaldo Othemar Teixeira

Representantes do segmento de prestadores de serviço de saúde.

Titular: Lucinara Aparecida Moreira Alves
Suplente: Maria Gorete Monteiro

Titular: Jaqueline Mello Costa
Suplente: Luciana Maccari

Representantes do Segmento Usuários de Serviços de Saúde:

Titular: Albertina Nunes Cardoso
Suplente: Maria das Graças Martins Salva

Titular: Isabel O. Teixeira
Suplente: Victor Santos Zaccaron

Titular: Marilene de Roch Sartor
Suplente: Salete Sartor Guollo

Titular: Ari Arlei Esteves de Matos
Suplente: Aguinaldo Seolin

Titular: Luciana Pagnan Maragno
Suplente: Ocineia Maragno

Titular: Margarete Bortolato
Suplente: Valdete Guollo Salvan

Titular: Fábio de Souza Medeiros
Suplente: Irinéia Frasson Cardoso

Titular: Rosa Ana Pagnan
Suplente: Jucélia Mendes Maccari
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 032/2013.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Maio de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 036/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 036/2015

"CONCEDE AUMENTO REAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS, INCLUÍDO O QUADRO ESPECIAL EM EXTINÇÃO E OS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE, AOS PROVENTOS E ÀS PENSÕES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, SC, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica concedido aumento real, a partir do primeiro dia do mês de vigência desta lei, pela aplicação do índice de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre os vencimentos dos servidores empregados públicos do Poder Executivo, incluídos os contratados temporariamente nos termos do inc. IX do art. 37 da Constituição Federal, exceto aos aposentados e pensionistas não detentores do direito à paridade.

§1º - Ficam excluídos do aumento real que trata o "caput" deste artigo, os subsídios dos Secretários Municipais, Prefeito e Vice-Prefeito, cuja fixação é de competência privativa do Legislativo.

§2º - Ficam excluídos do aumento real que trata o "caput" deste artigo, os servidores vinculados a Lei Complementar 009 de 22 de Dezembro de 2011 que "Dispõe sobre os profissionais da educação, institui o plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal".

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de Maio de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

TOMADA DE PREÇO 052/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preço 052/2015. Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES RODÓVIA TRANQUILO SARTOR, conforme anexo. Data: 23/06/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO FME003/2015.

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FME 03/2015
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FME nº 03/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 03/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLINHAS ESPORTIVAS, PROJETOS SOCIAIS, EQUIPES DE RENDIMENTOS E PRAÇAS ESPORTIVAS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC

Fornecedor: 2862 – TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$ 4.689,50.

Fornecedor: 2862 – L.MOHT LTDA

Valor: – R\$ 18.836,00.

Fornecedor: 9764 – JOSÉ PAULO BITTENCOURT ME

Valor: 9.562,80.

Fornecedor: 12965 – LUIZ RICARDO DE FREITAS ME

Valor: 14.103,30.

Fornecedor: 14065 – GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP

Valor: R\$ 10.458,20. Vigência: 21.05.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇO FME005/2015.

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FME 05/2015
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FME nº 05/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 05/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS COM FITAS, PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS E COMPETIÇÕES ORGANIZADOS ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: 11895 - CASA DOS TROFÉUS LTDA.

Valor: R\$ 17.245,00

Fornecedor: M.R.A CARTOES E MEDALHAS LTDA.

Valor: – R\$ 17.600,00.

Vigência: 20.05.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 20 de maio de 2015.

AValiação E CONCLUSÃO DA FASE DE AMOSTRAS PP 50/2015 PMN

Aviação e Conclusão da Fase de Amostra do Processo Licitatório
A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 50/2015 – PR.

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
38	Reprovado	Não Apresentou Amostra/fracassou

- PREGOEIRA SUBSTITUTA

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 22 DE MAIO DE 2015.

LEI 2996 ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

LEI N ° 2996 DE 22 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) no orçamento do exercício de 2015 para inclusão da modalidade de aplicação-50 (Transferências a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos) na programação orçamentária do Gabinete do Prefeito.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 ° Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) no orçamento do exercício de 2015 para inclusão da modalidade de aplicação-50 (Transferências a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos) na programação orçamentária do Gabinete do Prefeito” conforme detalhamento a seguir:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos: 10.000 – Recursos Ordinários

4.4.50.00.00.00 – Transf. a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos
R\$ 26.000,00

Total R\$ 26.000,00

Art. 2 ° Os recursos orçamentários para a abertura do crédito especial acima mencionado terão origem na anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos: 10.000 – Recursos Ordinários

3.3.50.00.00.00 – Transf. a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos
R\$ 26.000,00

Total R\$ 26.000,00

Art. 3 ° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

MARIA BENEDITA CORREA -



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2997 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AANAVE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2997 DE 22 DE MAIO DE 2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE NAVEGANTES – AANAVE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos de Navegantes – AANAVE, entidade sem fins lucrativos fundada em 27 de dezembro de 2013 com sede na Servidão Herta Beduschi n.º 76, Bairro Gravatá, em Navegantes, inscrita no CNPJ sob o nº 20.166.337/0001-80, com Estatuto Social devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da Comarca de Navegantes.

Art. 2.º Esta entidade tem por finalidades garantir a melhor qualidade de vida e defender os direitos coletivos e individuais dos cidadãos e:

I - Trabalhar em conjunto com a municipalidade na resolução de problemas, necessidades e anseios da população do município de Navegantes;

II – Zelar pela conservação, manutenção, reparação e melhoria dos serviços e equipamentos servientes aos navegantinos, bem como dos prédios públicos;

III – Atuar de forma colaborativa com os órgãos de segurança pública, saúde e educação;

IV – Buscar mecanismos que assegurem o lazer através de cultura e esporte aos munícipes;

V – Acompanhar e apoiar o poder público na busca de iniciativas e soluções ligadas a serviços públicos como iluminação pública, coleta de lixo, distribuição de água, entre outros;

VI – Prestar assistência a pessoas carentes;

VII – Contribuir na difusão de notícias através de canais de comunicação social.

Art. 3.º Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública todos os direitos e prerrogativas garantidos pela legislação vigente.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO 07/15 POLTRONA, PREGÃO 156/2014 - BARKI

OFÍCIO 07/2015 D.L Navegantes 22 de maio de 2015

ASSUNTO: PREGÃO 156-2014/ITEM 14/PARECER /POLTRONA GIRATÓRIA

A Equipe de Apoio e o Pregoeiro após requisição de parecer referente amostra piloto da POLTRONA GIRATÓRIA MODELO DIGITADOR item 14 do Pregão Presencial 156/2014 PMN, em resposta ao ofício 001/2015 CFC e CI 070/2015 CFC, informa:

a) A poltrona apresentada ATENDEU quanto aos requisitos descritos no seu item (diferentemente do apontado no ofício 001/2015 CFC esta poltrona não possui em seu descritivo encosto com regulagem de altura) o que não era obrigatório apresentação pelo licitante.

b) Não ficou comprovado que a marca da poltrona piloto apresentada é a CAVALETTI, mesma marca cotada pelo licitante, nem apresentado, caso seja outra marca, os certificados NR, NBR conforme item 4.4.1.6 do edital 156/2014:

4.4.1.6 Para o Item 14 – POLTRONA GIRATÓRIA MODELO DIGITADOR - Deverá ser apresentado Certificado de Conformidade com NR 17 do Ministério do TRABALHO e orientada com a NBR 13962, Emitido por Instituto Oficial e Carta de corresponsabilidade do fabricante (caso a licitante não seja fabricante do Item).

Desta forma esta Administração abre o prazo de 03 dias a partir da publicação desta para o saneamento do item (b) só assim será aprovado definitivamente a troca.

Douglas Lemos – Pregoeiro

Maria Benedita – Pregoeira Substituta

Equipe de Apoio:

Pedro Paulo

Josezite dos Santos

Carla Claudino

Franciele Justino

PORTARIA 002 CULTURA ERRATA

Portaria 002/2015

Publica o resultado preliminar da seleção de projetos do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2015.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura,

RESOLVE:

Art. 1.º - Publicar o resultado preliminar dos projetos aprovados no processo de seleção do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2015 do Fundo Municipal de Cultura. Abaixo, lista de projetos aprovados:

Protocolo	Proponente	Projeto	Valor
019/2015	Instituto Caracol	Cinemargens	R\$ 15.000,00
010/2015	Alessandro Moura Bandeira	5º Festival de Música de Navegantes – Embarque no Som	R\$ 15.000,00
001/2015	Caroline Westerkamp Costa	Novos Ares	R\$ 15.000,00
004/2015	Jacson de Souza	Resgatando nossa tradição do Terno de Reis	R\$ 15.000,00
007/2015	Carla Patrícia Moreira	1º SEMINÁRIO DAS ARTES VISUAIS DE NAVEGANTES "As artes e suas interfaces"	R\$ 15.000,00
018/2015	Cristiano Moreira	Poesia Reunida de Cristiano Moreira 2000 a 2015	R\$ 15.000,00
006/2015	Fábia Alves Francisca	2º Festival de Pintura "Cores na Cidade"	R\$ 15.000,00
014/2015	Bianca Alcântara Baldo	"Dançar e Brilhar"	R\$ 15.000,00
015/2015	Antonio Hugo Aresse Quintana	As Aventuras de Marujinho na Defesa do Meio Ambiente	R\$ 15.000,00
011/2015	José Carlos Inácio	Restauração da Colônia de Pescadores – projetos arquitetônicos	R\$ 15.000,00
005/2015	Vagner Duarte de Souza	Gravação do CD NAUNÇÃO	R\$ 15.000,00

Cotas exclusivas para financiamento de projetos da Fundação Cultural de Navegantes

009/2015	Fundação Cultural de Navegantes	3º Festival Literário de Navegantes - FLIN	R\$ 39.000,00
013/2015	Fundação Cultural de Navegantes	Salão de Artes Visuais de Navegantes	R\$ 26.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, 22 DE MAIO DE 2015.

Regina Célia Correia

SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

Nova Trento

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 1/7

Processo Nº.: 52/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015

No dia 21 do mês de Maio do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2015, Processo Licitatório nº. 52/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7414	CLINICA DE RADIOLOGIA AZAMBUJA LTDA	15, 16, 17, 18, 19
6247	CLÍNICA DO VALE DE TIJUCAS LTDA - CLINIVATI	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12
7413	CLINICA RADIOLOGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA	3
7415	TOP IMAGE DIAGNOSTICOS MEDICOS LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CLINICA DE RADIOLOGIA AZAMBUJA LTDA	12.757.792/0001-22	MARCIO RUGITZKY	168.948.719-49
CLÍNICA DO VALE DE TIJUCAS LTDA - CLINIVATI	80.935.885/0001-50	ADRIANA PACHECO ROSA	904.611.429-53
CLINICA RADIOLOGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA	90.169.061/0008-46	HELIO SANDRO SILVA DA SILVA	616.395.400-91
TOP IMAGE DIAGNOSTICOS MEDICOS LTDA - EPP	03.261.384/0001-94	CARLOS A RODEMBUSCH ALVES	582.931.910-15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6247 - CLÍNICA DO VALE DE TIJUCAS LTDA - CLINIVATI						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	EXAME - COLONOSCOPIA COM BIÓPSIA E OU CITOLOGIA	Unid.		10,000	700,0000	7.000,00
2	EXAME - COLONOSCOPIA COM BIÓPSIA E OU CITOLOGIA COM ANESTESIA	Unid.		10,000	950,0000	9.500,00
4	EXAME - ECDOPPLERCARDIOGRAMA TRANSTORACICO	Unid.		240,000	210,0000	50.400,00
5	EXAME - ELETROENCEFALOGRAFIA	Unid.		12,000	250,0000	3.000,00
6	EXAME - ELETRONEUROMIOGRAFIA	Unid.		10,000	300,0000	3.000,00
7	EXAME - ENDOSCOPIA DIGESTIVA SEM ANESTESIA	Unid.		36,000	350,0000	12.600,00
8	EXAME - ENDOSCOPIA DIGESTIVA	Unid.		36,000	350,0000	12.600,00
9	EXAME - HOLTER 24 H	Unid.		10,000	130,0000	1.300,00
11	EXAME - TESTE DE ESFORÇO/ TESTE ERGOMÉTRICO	Unid.		120,000	150,0000	18.000,00
12	EXAME - VIDEONASOLARINGOSCOPIA	Unid.		6,000	170,0000	1.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 52/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

Fornecedor: 7413 - CLINICA RADIOLOGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	EXAME - DENSITOMETRIA OSSEA	Unid.		12,000	57,8333	694,00

Fornecedor: 7414 - CLINICA DE RADIOLOGIA AZAMBUJA LTDA

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	EXAME - RESSONANCIA MAGNETICA	Unid.		60,000	289,4817	17.368,90
16	EXAME - TOMOGRAFIA COMPUT. DE CRANIO S/ CONTRASTE	Unid.		30,000	119,4112	3.582,34
17	EXAME - CONTRASTE RESSONANCIA MAGNÉTICA	Unid.		60,000	117,6020	7.056,12
18	EXAME - CONTRASTE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	Unid.		10,000	149,2640	1.492,64
19	EXAME - SEDAÇÃO RESSONANCIA MAGNÉTICA	Unid.		60,000	200,0000	12.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 3/7

Processo Nº.: 52/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 52/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 52/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 52/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 7/7
Processo N°.: 52/2015
PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2015

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 21 de Maio de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

CLINICA DE RADIOLOGIA AZAMBUJA LTDA	CNPJ: 12.757.792/0001-22	_____
CLÍNICA DO VALE DE TIJUCAS LTDA - CLINIVATI	CNPJ: 80.935.885/0001-50	_____
CLINICA RADIOLOGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA	CNPJ: 90.169.061/0008-46	_____
TOP IMAGE DIAGNOSTICOS MEDICOS LTDA - EPP	CNPJ: 03.261.384/0001-94	_____

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA N° 001 AO CA N° 002-2015 ECT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo N° : 001 ao Contrato Administrativo N°: 002/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Contratada...: EMBRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

Valor : 103,27 (Cento e três reais e vinte sete centavos)

Vigência : Início: 20/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 7/2015

Recursos : 012-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.90.00.00.00 – 109 - Manutenção da Administração Geral

Objeto : O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão do Anexo do serviço Certificação Digital e Produção de Objetos no Contrato Múltiplo n°. 9912369823 rubricado pelas partes, contendo os procedimentos pertinentes ao serviço incluído, efetivando-se quando da assinatura deste Termo.

Fundamento Legal: Art.65, I, b § 1º da Lei 8.666/93 – Novo Horizonte/SC – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO Nº 01/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

NOTA DE ANULAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015.

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SOCIAL DA FAMÍLIA (PSF) NO BAIRRO CORRIDAS EM ORLEANS

Motivo: O LOCATÁRIO NÃO ACEITOU O VALOR QUE HAVIA SIDO REAJUSTADO O CONTRATO.

Orleans, 26 de março de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

EXTRATO DE ADITIVO 65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 65/2015-1 - Contrato Nº: 65/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ALTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ACABAMENTO

LTDA - ME

Valor : 20.948,60 (vinte mil novecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 10/07/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2015

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (64) Saldo: 756.985,38

Objeto : PRIMEIROMTERMO ADITIVO REFERENTE AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2015 QUE TEM POR OBJETO A
REFORMA NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA SANTOS SPRICIGO,
CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 3.805 DE 09 DE JANEIRO DE
2015, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DIA
13/01/2015.

Orleans, 18 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº75/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº75/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.75/2015, no dia 09 de Junho de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº75/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada em decoração de eventos, sonorização, iluminação, visando atender aos eventos da Secretaria de Educação para 2015. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 22 de Maio de 2015. Pregoeiro.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 55/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto à contratação de empresa especializada em sinalização viária para execução de serviços de implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de materiais e dispositivos auxiliares, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1: - SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO IND. E COM. LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 1.077.399,00 (um milhão e setenta e sete mil e trezentos e noventa e nove reais).
LOTES 2 e 3 – SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais).
LOTE 5 – SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais).
LOTES 4, 6, 7 e 8 – SINALVIAS SINALIZADORA VIÁRIA LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 1.164.600,00 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais).

Palhoça, 22 de Maio de 2015.
André José Silveira
Pregoeiro

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 59/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto à aquisição de troféus e materiais esportivos, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1: - IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 22.678,00 (vinte dois mil seiscentos e setenta e oito reais).
LOTE 2 – QGX SERVIÇOS DE APOIO ADMIN. E COM. DE MAT. ESC. E ESPORTE LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 81.095,00 (oitenta e um mil e noventa e cinco reais).
LOTE 4 – RACINE COMERCIAL LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$30.299,00 (trinta mil duzentos e noventa e nove reais).
LOTE 9 – GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$11.869,99 (onze mil oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).
LOTES 3, 5, 6, 7, 8 e 10 – ADBX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, foi vencedora totalizando a importância de R\$ 95.718,97 (noventa e cinco mil, setecentos e dezoito reais e noventa e sete centavos).
LOTE 11 – JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$68.799,00 (sessenta e oito mil e setecentos e noventa e nove reais).

Palhoça, 22 de Maio de 2015.
André José Silveira
Pregoeiro

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº63/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 63/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desratização, dedetização e desinsetização, que serão prestados nas Unidades de Ensino do Município e demais setores que integram a Secretaria de Educação, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1: - BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 164.500,00 (cento e sessenta e quatro mil e quinhentos reais).

Palhoça, 22 de Maio de 2015.
André José Silveira
Pregoeiro

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 68/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 16/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO. Data da entrega dos envelopes: 10/06/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 10/06/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 22 de Maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de meios fios, tubos e lajotas de concreto. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 08 de junho de 2015 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: 08/06/2015 – 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 22 de maio de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 9912351967

Nº DO TERMO ADITIVO: 04/2015

CONTRATADO: ECT – EMPRESA PÚBLICA, CONSTITUÍDA NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº. 509, DE 20 DE MARÇO DE 1969.

CNPJ: 34.028.316/0028-23

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 MESES.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02/06/2014

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: 22/05/2015

VIGÊNCIA: 02/06/2015 À 02/06/2016

VALORES ESTIMATIVO: R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 22 DE MAIO DE 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

PRESIDENTE

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

LUIZ EDUARDO SALIBA

PROCURADOR JURÍDICO

OAB/SC 33.396

Paulo Lopes

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2015

ERRATA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2015

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público, retificação do extrato de contrato nº15/2015 (Empresa Contratada Labore Soluções para Administração Pública Ltda) publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 19/05/2015. Onde se lê valor de R\$ 36.320,00, leia-se R\$ 34.806,67. As demais informações presente no extrato de contrato continuam inalteradas.

Paulo Lopes, 22 de maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 198/2015

PORTARIANº 198/ 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR COMISSÃO do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Decreto Municipal nº 12/2015.

1- Representantes da Sociedade Civil

Mirka Slancowich
Eliziani Santos de Oliveira
Elizangela Felizardo da Silva Martins

2- Representantes do Governo

Juliana Dener de Oliveira
Elizabete Florinda Pedro
Luciane Firmina Silvano

Município de Paulo Lopes-SC, em 21 de Maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC nos termos do artigo 4º do Decreto 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	16.250.000,00	2.596.082,31	15,98	5.229.763,95	11.020.236,05
RECEITAS CORRENTES	16.250.000,00	16.250.000,00	2.595.997,63	15,98	5.229.541,98	11.020.458,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.398.000,00	1.398.000,00	299.420,47	21,42	535.377,54	862.622,46
IMPOSTOS	1.095.000,00	1.095.000,00	207.399,51	18,94	382.551,37	712.448,63
TAXAS	303.000,00	303.000,00	92.020,96	30,37	152.826,17	150.173,83
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	420.000,00	420.000,00	86.315,46	20,55	170.042,53	249.957,47
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	420.000,00	420.000,00	86.315,46	20,55	170.042,53	249.957,47
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	32.062,32	0,00	64.168,98	-64.168,98
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	32.062,32	0,00	64.168,98	-64.168,98
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	1.219,65	4,88	3.647,49	21.352,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.796.800,00	13.796.800,00	2.116.572,06	15,34	4.345.792,92	9.451.007,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.796.800,00	13.796.800,00	2.116.572,06	15,34	4.345.792,92	9.451.007,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	610.200,00	610.200,00	60.407,67	9,90	110.512,52	499.687,48
Multas e Juros de Mora	93.000,00	93.000,00	24.147,51	25,97	44.977,07	48.022,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	313,34	1,25	626,68	24.373,32
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	117.000,00	117.000,00	35.946,82	30,72	64.908,77	52.091,23
RECEITAS DIVERSAS	375.200,00	375.200,00	0,00	0,00	0,00	375.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	84,68	0,00	221,97	-221,97
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	84,68	0,00	221,97	-221,97
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	84,68	0,00	221,97	-221,97
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.250.000,00	16.250.000,00	2.596.082,31	15,98	5.229.763,95	11.020.236,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.250.000,00	17.081.593,09	3.831.217,64	7.351.163,92	9.730.429,17	3.224.469,85	5.318.587,49	11.763.005,60	4.857.451,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.094.500,00	14.194.879,95	2.263.730,36	5.779.254,45	8.415.625,50	2.358.658,13	4.451.743,58	9.743.136,37	4.175.366,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.653.000,00	8.653.000,00	1.364.110,10	2.784.955,66	5.868.044,34	1.363.284,34	2.784.129,90	5.868.870,10	2.624.158,83
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS	2.000,00	2.000,00	294,75	393,37	1.606,63	294,75	393,37	1.606,63	393,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.439.500,00	5.539.879,95	899.325,51	2.993.905,42	2.545.974,53	995.079,04	1.667.220,31	3.872.659,64	1.550.814,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA LEGAL DO RPPS	2.145.500,00	2.876.713,14	1.567.487,28	1.571.909,47	1.304.803,67	865.811,72	866.843,91	2.009.869,23	682.085,30
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.250.000,00	17.081.593,09	3.831.217,64	7.351.163,92	9.730.429,17	3.224.469,85	5.318.587,49	11.763.005,60	4.857.451,53
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	5.229.763,95
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.250.000,00	17.081.593,09	3.831.217,64	7.351.163,92	—	3.224.469,85	5.318.587,49	—	10.087.215,48

FONTE:

PAULO LOPES, 21/05/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE ABRIL DE 2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**
MES DE ABRIL DE 2015

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	181.430,77
1.2 - ITBI	3.876,70
1.3 - ISS	162.203,69
1.4 - FPM	2.137.683,62
1.5 - IRRF	35.040,21
1.6 - ICMS	1.242.580,81
1.7 - IPI	19.175,46
1.8 - IPVA	197.970,38
1.9 - ITR	1.027,33
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	5.018,24
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	39.261,50
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.580,17
TOTAL	4.047.848,88

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.011.962,22
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	835.610,66
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	9.132,27
2.3 - Convênios	461.089,18
TOTAL	2.317.794,33

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	720.691,17	720.690,40	-0,77
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	506.845,76	527.210,20	20.364,44
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	337.897,17	201.794,13	-136.103,04
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	291.271,05	283.907,42	-7.363,63
3.5 - Convênios e Transferências	461.089,18	182.899,05	-278.190,13
TOTAL	2.317.794,33	1.916.501,20	-401.293,13

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 20 de maio de 2015.

% APLICADO : 24,82%

Aplicado a menor : -7.364,40

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS DE ABRIL DE 2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE ABRIL DE 2015**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	181.430,77
1.2 - ITBI	3.876,70
1.3 - ISS	162.203,69
1.4 - FPM	2.137.683,62
1.5 - IRRF	35.040,21
1.6 - ICMS	1.242.580,81
1.7 - IPI	19.175,46
1.8 - IPVA	197.970,38
1.9 - ITR	1.027,33
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	5.018,24
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	39.261,50
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.580,17
TOTAL	4.047.848,88

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	607.177,33
2.2 - Rendimento de Aplicação	15.282,51
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	983.769,33
TOTAL	1.606.229,17

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	607.177,33	999.802,17	392.624,84
3.2 - Convênios e Transferências	999.051,84	415.182,23	-583.869,61
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.606.229,17	1.414.984,40	-191.244,77

% aplicado = 24,70%
 Aplicado a maior = 392.624,84

Paulo Lopes, 20 de maio de 2015.

PREFEITO MUNICIPAL**CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.620.042,73	0,00
Pessoal Ativo	7.469.217,75	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	150.824,98	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	44.203,50	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.203,50	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.575.839,23	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.015.246,88	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.575.839,23	50,45
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.108.233,32	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.702.821,65	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.297.409,98	48,60

FONTE:

PAULO LOPES, 20/05/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)											RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	%	DESPESAS LIQUIDADAS		%	%	SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	17.081.593,09	3.831.217,64	7.351.163,92	100,00		3.224.469,85	5.318.587,49	100,00		11.763.005,60
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	166.230,44	283.390,37	3,86		166.230,44	283.390,37	5,33		816.609,63
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	166.230,44	283.390,37	3,86		166.230,44	283.390,37	5,33		816.609,63
Administração	2.952.000,00	2.952.000,00	844.343,21	1.570.665,81	21,37		910.100,42	1.233.107,00	23,18		1.718.893,00
Administração Geral	2.507.000,00	2.507.000,00	777.783,32	1.438.524,51	19,57		842.040,53	1.102.465,70	20,73		1.404.534,30
Administração Financeira	445.000,00	445.000,00	66.559,89	132.141,30	1,80		68.059,89	130.641,30	2,46		314.358,70
Assistência Social	336.000,00	336.000,00	59.675,58	119.079,41	1,62		48.355,06	97.516,47	1,83		238.483,53
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		20.000,00
Assistência Comunitária	316.000,00	316.000,00	59.675,58	119.079,41	1,62		48.355,06	97.516,47	1,83		218.483,53
Saúde	4.208.000,00	4.377.400,00	713.320,37	1.578.633,68	21,47		717.905,80	1.436.048,42	27,00		2.941.351,58
Atenção Básica	4.208.000,00	4.377.400,00	713.320,37	1.578.633,68	21,47		717.905,80	1.436.048,42	27,00		2.941.351,58
Educação	4.728.000,00	4.768.379,95	1.000.450,88	1.634.992,08	22,24		772.577,74	1.255.961,73	23,61		3.512.418,22
Ensino Fundamental	3.933.000,00	3.973.379,95	826.295,32	1.386.571,77	18,86		692.580,37	1.114.076,05	20,95		2.859.303,90
Educação Infantil	755.000,00	755.000,00	174.155,56	245.620,31	3,34		79.997,37	139.085,68	2,62		615.914,32
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	2.800,00	0,04		0,00	2.800,00	0,05		37.200,00
Cultura	48.000,00	48.000,00	12.992,47	16.882,43	0,23		13.181,47	16.882,43	0,32		31.117,57
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	48.000,00	48.000,00	12.992,47	16.882,43	0,23		13.181,47	16.882,43	0,32		31.117,57
Direitos da Cidadania	122.000,00	122.000,00	14.329,37	39.322,65	0,53		15.569,95	31.646,62	0,60		90.353,38
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	122.000,00	122.000,00	14.329,37	39.322,65	0,53		15.569,95	31.646,62	0,60		90.353,38
Urbanismo	743.000,00	743.000,00	-2.424,00	727.576,00	9,90		186.606,18	376.857,07	7,09		366.142,93
Infra-Estrutura Urbana	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		2.000,00
Serviços Urbanos	740.000,00	740.000,00	-2.424,00	727.576,00	9,90		186.609,18	376.857,07	7,09		363.142,93
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		1.000,00
Habituação	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		88.000,00
Habituação Urbana	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		88.000,00
Saneamento	81.000,00	81.000,00	12.492,01	24.207,03	0,33		12.492,01	24.207,03	0,46		56.792,97
Saneamento Básico Rural	81.000,00	81.000,00	12.492,01	24.207,03	0,33		12.492,01	24.207,03	0,46		56.792,97
Agricultura	286.000,00	286.000,00	65.475,57	152.415,28	2,07		53.857,69	90.649,74	1,70		195.350,26
Extensão Rural	286.000,00	286.000,00	65.475,57	152.415,28	2,07		53.857,69	90.649,74	1,70		195.350,26
Transporte	1.377.000,00	1.868.700,00	796.374,21	1.038.967,34	14,13		320.065,45	458.186,60	8,61		1.410.513,40
Transporte Rodoviário	1.377.000,00	1.868.700,00	796.374,21	1.038.967,34	14,13		320.065,45	458.186,60	8,61		1.410.513,40
Desporto e Lazer	171.000,00	301.113,14	147.957,53	165.031,84	2,24		7.524,64	14.134,01	0,27		286.979,13
Desporto Comunitário	171.000,00	301.113,14	147.957,53	165.031,84	2,24		7.524,64	14.134,01	0,27		286.979,13

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	17.081.593,09	3.831.217,64	7.351.163,92	9.730.429,17	3.224.469,85	5.318.587,49	11.763.005,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.250.000,00	17.081.593,09	3.831.217,64	7.351.163,92	9.730.429,17	3.224.469,85	5.318.587,49	11.763.005,60

FONTE:

PAULO LOPES , 20/05/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.178.000,00	1.178.000,00	444.393,04	37,72		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	200.000,00	200.000,00	181.430,77	90,72		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	3.876,70	2,67		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	500.000,00	500.000,00	162.203,69	32,44		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	35.040,21	14,02		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.000,00	4.000,00	1.583,05	39,58		
Dívida Ativa dos Impostos	57.000,00	57.000,00	39.261,50	68,88		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	22.000,00	22.000,00	20.997,12	95,44		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.081.000,00	11.081.000,00	3.603.455,84	32,52		
Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	2.137.683,62	32,89		
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	1.027,33	17,12		
Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	197.970,38	28,28		
Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	1.242.580,81	32,70		
Cota-Parte IPH-Exportação	60.000,00	60.000,00	19.175,46	31,96		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	5.018,24	33,45		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	5.018,24	33,45		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.259.000,00	12.259.000,00	4.047.848,88	33,02		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.231.000,00	1.231.000,00	359.806,90	29,23		
Provenientes da União	1.231.000,00	1.231.000,00	359.806,90	29,23		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.231.000,00	1.231.000,00	359.806,90	29,23		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais	4.162.000,00	4.222.000,00	1.465.843,68	34,72	1.323.258,42	31,34
Outras Despesas Correntes	3.038.000,00	3.038.000,00	1.042.533,51	34,32	1.041.707,75	34,29
	1.124.000,00	1.184.000,00	423.310,17	35,75	281.550,67	23,78
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	149.400,00	112.790,00	75,50	112.790,00	75,50
Investimentos	40.000,00	149.400,00	112.790,00	75,50	112.790,00	75,50

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	149.400,00	112.790,00	75,50	112.790,00	75,50
Investimentos	40.000,00	149.400,00	112.790,00	75,50	112.790,00	75,50
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.202.000,00	4.371.400,00	1.578.633,68	36,11	1.436.048,42	32,85
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.398.000,00	1.567.400,00	502.983,03	31,86	436.246,25	30,38
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.328.000,00	1.497.400,00	481.919,01	30,53	415.182,23	28,91
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	70.000,00	70.000,00	21.064,02	1,33	21.064,02	1,47
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.398.000,00	1.567.400,00	502.983,03	31,86	436.246,25	30,38
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.804.000,00	2.804.000,00	1.075.650,65	68,14	999.802,17	69,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						392.624,84

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (m/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (n/Total m)*100
Atenção Básica	4.208.000,00	4.377.400,00	1.578.633,68	100,00	1.436.048,42	100,00
TOTAL	4.208.000,00	4.377.400,00	1.578.633,68	100,00	1.436.048,42	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PAULO LOPES , 20/05/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito MunicipalLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de FinançasLUCIANE FIRMINA SILVANC
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.178.000,00	1.178.000,00	444.393,04	37,72
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	272.000,00	272.000,00	230.509,62	84,75
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	181.430,77	90,72
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	502,89	25,14
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	31.663,86	63,33
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	16.912,10	84,56
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	3.876,70	2,67
1.2.1- ITBI	145.000,00	145.000,00	3.876,70	2,67
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	511.000,00	511.000,00	174.966,51	34,24
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	162.203,69	32,44
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	1.080,16	54,01
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.000,00	7.000,00	7.597,64	108,54
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	4.085,02	204,25
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	35.040,21	14,02
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	35.040,21	14,02
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.081.000,00	11.081.000,00	3.603.455,84	32,52
2.1- Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	2.137.683,62	32,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.500.000,00	6.500.000,00	2.137.683,62	32,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	1.242.580,81	32,70
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	5.018,24	33,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	19.175,46	31,96
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	1.027,33	17,12
2.6- Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	197.970,38	28,28
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.259.000,00	12.259.000,00	4.047.848,88	33,02
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	290.000,00	290.000,00	130.780,12	45,10
5.1- Transferências do Salário-Educação	285.000,00	285.000,00	130.780,12	45,89
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	216,42	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	216,42	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	470.000,00	470.000,00	117.595,80	25,02
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	760.000,00	760.000,00	248.592,34	32,71
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.216.200,00	2.216.200,00	720.690,40	32,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	427.536,60	32,89
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	760.000,00	760.000,00	248.515,79	32,70
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	1.003,64	33,45
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	3.835,10	31,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	205,45	17,12
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	140.000,00	140.000,00	39.593,82	28,28
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	835.610,66	32,14
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	835.610,66	32,14
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	383.800,00	383.800,00	114.920,26	29,94
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.635.000,00	1.635.000,00	527.210,20	32,25	527.210,20	32,25
13.1- Com Educação Infantil	270.000,00	270.000,00	79.079,70	29,29	79.079,70	29,29
13.2- Com Ensino Fundamental	1.365.000,00	1.365.000,00	448.130,50	32,83	448.130,50	32,83
14- OUTRAS DESPESAS	965.000,00	965.000,00	464.943,04	48,18	201.794,13	20,91
14.1- Com Educação Infantil	260.000,00	260.000,00	106.269,56	40,87	15.296,96	5,88
14.2- Com Ensino Fundamental	705.000,00	705.000,00	358.673,48	50,88	186.497,17	26,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.600.000,00	2.600.000,00	992.153,24	38,16	729.004,33	28,04
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						729.004,33
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						63,09
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						24,15
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						12,76
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*		3.064.750,00		3.064.750,00	1.011.962,22	33,02
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	670.000,00	670.000,00	207.262,10	30,93	111.289,50	16,61
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	670.000,00	670.000,00	207.262,10	30,93	111.289,50	16,61
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	530.000,00	530.000,00	185.349,26	34,97	94.376,66	17,81
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	140.000,00	140.000,00	21.912,84	15,65	16.912,84	12,08
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.155.000,00	3.155.000,00	1.073.865,86	34,04	901.622,25	28,58
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.070.000,00	2.070.000,00	806.803,98	38,98	634.627,67	30,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.085.000,00	1.085.000,00	267.061,88	24,61	266.994,58	24,61
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.825.000,00	3.825.000,00	1.281.127,96	33,49	1.012.911,75	26,48
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						114.920,26
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						114.920,26
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						897.991,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						22,18
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	285.000,00	285.000,00	36.359,64	12,76	6.445,64	2,26
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	618.000,00	658.379,95	317.504,48	48,23	236.604,34	35,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	903.000,00	943.379,95	353.864,12	37,51	243.049,98	25,76
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.728.000,00	4.768.379,95	1.634.992,08	34,29	1.255.961,73	26,34

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		583.520,05	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		835.610,66	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		993.374,14	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		699.715,47	0,00
49.2 Restos a Pagar		293.658,67	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		425.756,57	0,00

PAULO LOPES, 20/05/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATOS Nº 11 A 19/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015

EXTRATO DE CONTRATOS

Contratos que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO, PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DA SEDE, NASF E VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Contrato nº 11/2015, empresa Prohospital Sul Comércio de Materiais Médicos e Odontológicos Ltda, inscrita no CNPJ nº 05.077.346/0001-01, valor R\$ 2.977,80. Contrato nº 12/2015, empresa Célia Regina W. Sani ME, inscrita no CNPJ nº 04.195.853/0001-87, valor R\$ 1.064,80. Contrato nº 13/2015, empresa Sandro Vilmar Pires ME, inscrita no CNPJ nº 09.253.952/0001-91, valor R\$ 3.385,00. Contrato nº 14/2015, empresa DSM Distribuidora de Móveis e Suprimentos Eireli, inscrita no CNPJ nº 12.371.228/0001-77, valor R\$ 6.533,40. Contrato nº 15/2015, empresa Maria Cirlei da Veiga ME, inscrita no CNPJ nº 20.132.097/0001-01, valor R\$ 999,00. Contrato nº 16/2015, empresa Rodrigues do Amaral & Amaral Ltda ME, inscrita no CNPJ nº 14.211.527/0001-70, valor R\$ 8.857,40. Contrato nº 17/2015, empresa R A de Campos Departamentos Eireli, inscrita no CNPJ nº 19.830.899/0001-66, valor R\$ 1.129,60. Contrato nº 18/2015, empresa Bagatoli Comércio de Móveis Ltda ME, inscrita no CNPJ nº 09.053.748/0001-27, valor R\$ 3.435,00. Contrato nº 19/2015, empresa MM Comércio de Equipamentos Ltda ME, inscrita no CNPJ nº 15.275.465/0001-22, valor R\$ 6.420,00. Data: 19/05/2015. Valor total R\$ 34.802,00.

Petrolândia, 26 de maio de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 167/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 167/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REVISÃO NO VEÍCULO ESCAVADEIRA HIDRAULICA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 081/2015.

EMPRESA CONTRATADA: BMC HYUNDAI S.A

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços no valor de R\$ 4.603,59 (quatro mil seiscentos e três reais e cinquenta e nove centavos).

DATA DO CONTRATO: 22 de maio de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 168/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 168/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE ILUMINAÇÃO E PLACAS PARA O CENTRO EDUCACIONAL PADRE TRUDO PLESSERS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 082/2015.

EMPRESA CONTRATADA: OSBI EXTINTORES DE ADELVO BASQUERA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 6.676,00(seis mil seiscentos e setenta e seis reais).

DATA DO CONTRATO: 22 de maio de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 169/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 169/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto NO VEÍCULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO- PLACA IFE-7886.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 083/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais).

DATA DO CONTRATO: 22 de maio de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

PORTARIA Nº 132, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 132, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 001/2015 – MODALIDADE CONVITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO ter restado frustrado o certame, de acordo com o § 3º do art. 22 da Lei 8.666-92, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 001/2015, modalidade Convite.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 31 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

NÚMERO DO PROCESSO: 007/2015

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 007/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto. Empresa Contratada: LEANDRO TEDESCO. Objeto: Conserto de cadeiras giratórias e conserto de persianas. Valor: R\$ 4.790,20 (quatro mil setecentos e noventa reais e vinte centavos). Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Pinheiro Preto, 22 de maio de 2015. IVAN BOGONI, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.934 DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.934 DE 21 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE E NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 58.743,70 (cinquenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e setenta centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2009 – Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03370100 – Transf.referente ao PNAE R\$ 34.513,51

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03370500 – Progr.Nac.de Alim.Escolar UEJA R\$ 1.473,10

Projeto/Atividade: 12.365.00402.019 – Merenda Escolar Ensino Infantil

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03700500 – Transf.ref.ao PNAC R\$ 2.757,09

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020– Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 58.743,70

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 10.333,00 (dez mil trezentos e trinta e três reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços

Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020– Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 4.333,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Art 3º - O valor resultante da transposição do Art. 2º deste Decreto, serão destinados as seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020– Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 4.333,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do Orçamento em vigor da Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 14.000 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 14.001 – Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode,

Projeto/Atividade: 27.812.0090.2018 – Manutenção Do Desporto Amador e Estudantil

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art 5º - Os valores resultantes das transposições do Art. 4º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 14.000 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 14.001 – Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode,

Projeto/Atividade: 27.812.0090.2018 – Manutenção Do Desporto

Amador e Estudantil
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Pomerode, 21 de maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI MÔNICA SUSAN ZIMMER
Prefeito Municipal Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 2.935, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 2.935, DE 22 DE MAIO DE 2015.
CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal de Pomerode, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Municipal de Assistência Social de Pomerode, a ser realizada no dia 09 de Julho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 22 de maio de 2015.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

Almir Biegging
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2015

Processo Administrativo n.º 074/2014.
Concorrência n.º 002/2014 – Tipo Técnica e Preço.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA E/OU PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, CORRESPONDENTES AO ESTUDO, AO PLANEJAMENTO, À CONCEITUAÇÃO, À CONCEPÇÃO, À CRIAÇÃO, À EXECUÇÃO INTERNA, À INTERMEDIACÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E À DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO; À CRIAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAS INOVADORAS DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA, VISANDO À EXPANSÃO DOS EFEITOS DAS

MENSAGENS E DAS AÇÕES PUBLICITÁRIAS; E DEMAIS SERVIÇOS INERENTES À ATIVIDADE PUBLICITÁRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE COMUNICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS

Valor total contratado - estimado: R\$700.000,00 (setecentos mil reais).

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 11/05/2016.

Pomerode/SC, 12 de Maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2015

Processo Administrativo n.º 034/2015.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ENGELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE POSTES PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, DEVIDAMENTE INSTALADOS, COM ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$140.071,50 (cento e quarenta mil, setenta e um reais e cinquenta centavos).
Prazo de vigência – 31/12/2015.

Pomerode/SC, 07 de Maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2015

Processo Administrativo n.º 032/2015.
Pregão Presencial n.º 015/2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: RUDIPEL – RUDNICK PETRÓLEO LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado - estimado: R\$1.093.500,00 (um milhão, noventa e três mil e quinhentos reais).
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/05/2016.

Pomerode/SC, 08 de Maio de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025 / 2015

Processo Administrativo n.º 032/2015.
Pregão Presencial n.º 015/2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: DIBRAPE – DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓ-
LEO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA CO-
MUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO
DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICI-
PAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE PO-
MERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL
DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado - estimado: R\$298.000,00 (duzentos e no-
venta e oito mil reais).

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/05/2016.

Pomerode/SC, 08 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 026 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 026 / 2015

Processo Administrativo n.º 030/2015.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 004/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXE-
CUTAR OBRA DE FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES,

QUE É AQUELA IMPLANTADA NO TRECHO DA PISTA ONDE O PAVI-
MENTO É ELEVADO, CONFORME CRITÉRIOS E SINALIZAÇÃO DE-
FINIDOS EM RESOLUÇÃO DO CONTRAN, COM FORNECIMENTO DE
MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDA-
DE COM A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA
DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.

Valor total contratado: R\$64.070,10 (sessenta e quatro mil, setenta
reais e dez centavos).

Prazo de execução – 90 dias – Prazo final: 16/08/2015.

Pomerode/SC, 15 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 027 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 027 / 2015

Processo Administrativo n.º 036/2015.

Pregão Presencial n.º 018/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMANN
LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL
DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM LÍNGUA ALEMÃ,
PARA ATENDER ESPECIFICAMENTE O CONVÊNIO CELEBRADO EN-
TRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDA-
DE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, CONFORME DISPOSIÇÕES
CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor unitário – por viagem: R\$195,00 (cento e noventa e cinco
reais).

Valor total contratado: R\$37.050,00 (trinta e sete mil e cinquenta
reais).

Prazo de execução – 12 meses – Prazo final: 20/05/2016.

Pomerode/SC, 21 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 13/2015

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 13/2015 TIPO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS

DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESENVOLVIDAS PELO SAMAE DE POMERODE PARA INFORMAÇÕES DE INTERESSE
DOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DE RÁDIO EM FREQUÊNCIA AM E FM, POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE UM MINUTO.
LOCAL: NA SEDE DO SAMAE POMERODE ANEXO AO REFEITÓRIO

Entrega das propostas: Até as 14:00 horas do dia 08/06/2015

Início da sessão de disputa de Preços : 14:00 horas do dia 08/06/2015

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 20 de MAIO de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO 02-2014

Extrato do 2º Termo Aditivo Contrato Administrativo N.º 02/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)
Processo Administrativo n.º 09/2014.
Modalidade Pregão Tipo Presencial 08/2014
Contratante: SAMAE POMERODE.
Contratada: AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA ME
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de caráter continuado de AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL
Em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo Nº 02/2014, o presente contato sofrerá um ACRÉSCIMO de 7,50%, o qual representa o valor de R\$ 5.850,00 (cinco mil e oitocentos e cinquenta), .
Pomerode/SC,
06/04/2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO 02-2014

Extrato do 3º Termo Aditivo Contrato Administrativo N.º 02/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)
Processo Administrativo n.º 09/2014.
Modalidade Pregão Tipo Presencial 08/2014
Contratante: SAMAE POMERODE.
Contratada: AFER SERVIÇOS DE INSTRUMENTAÇÃO LTDA ME
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de caráter continuado de AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL
Fica prorrogado o contrato administrativo nº 02/2014, vigorando por mais 12 (doze) meses a contar de 08 de maio de 2015, inclusive, conforme previsão da CLÁUSULA 6 – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGENCIA, com fulcro no permissivo legal do inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

Pomerode/SC,
04/05/2015.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 01-2015

Extrato do Contrato Administrativo N.º 01/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001/2015
Processo Administrativo n.º 011/2015.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 – SAMAE

Contratante: SAMAE POMERODE.
Contratada: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Pública.
Objeto: Objeto – Contratação de empresa para realização de curso público para preenchimento dos cargos de provimento efetivo do quadro de servidores do SAMAE.
Valor Total contratado: Valor total arrecadado com as inscrições.
Prazo de vigência: 31/12/2015

Pomerode/SC,
12/05/2015.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE POMERODE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICIPIO DE POMERODE
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO (SAMAE)
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório nº 009/2015 - SAMAE
Pregão Eletrônico nº 009/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 007/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço
- Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MICRO MEDIDORES DE VAZÃO (HIDRÔMETROS) E SEUS COMPONENTES CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.

- Proponente(s) Vencedora(s):
HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA
- Valor total: R\$8.423,30
- Proponente(s) Vencedora(s):
A V S IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
- Valor total: R\$128.760,00

POMERODE (SC), 18 de maio de 2015.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE.

Porto Belo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.275, DE 20 DE MAIO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.275, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a Concessão de Uso de Bem Imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Concessão de Uso de bem imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal para o Grupo Escoteiros Pegasus - 105/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.829.169/0001-99, com sede na Escola Olinda Peixoto, neste Município.

Parágrafo Único. A Concessão de Uso de que trata este artigo, será formalizado através de termo próprio.

Art. 2º O bem imóvel público, objeto de concessão, refere-se a fração ideal a ser delimitado em ato próprio do imóvel matriculado sob o nº 22.493, situado ao final da Rua Virgínia Ledra Cavilha.

Art. 3º A presente Concessão de Uso destina-se exclusivamente à construção da sede própria do Grupo Escoteiros Pegasus – 105/SC, não podendo ter outra destinação, sob pena de revogação da presente concessão.

Parágrafo Único: Fica vedado qualquer tipo de cessão, aluguel ou qualquer transferência total ou parcial da posse do imóvel, não autorizado pela presente Lei.

Art. 4º O prazo para início das obras de construção da sede do Grupo Escoteiros Pegasus - 105/SC é de 04 (quatro) anos e, para sua conclusão, 05 (cinco) anos, ambos contados da data da publicação da presente lei, sendo que, o não cumprimento dos prazos, acarretará na imediata rescisão da concessão, retornando, o imóvel, ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 5º O prazo de vigência da Concessão de Uso será pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Durante o prazo de vigência da concessão, o Grupo Escoteiros Pegasus - 105/SC, arcará com as despesas decorrentes da manutenção e conservação do referido imóvel.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 20 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 716/2015

DECRETO Nº 716, de 19 de maio de 2015.

Convoca a I Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser realizada na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, no dia 18 de junho do ano de 2015.

Art. 2º A I Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional terá como lema "Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar", e desenvolverá trabalhos com o objetivo principal de ampliar e fortalecer os compromissos políticos, para a promoção da soberania alimentar e para garantir a todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com os seguintes Eixos:

I- Comida de Verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar;
II- Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito Local, Estadual, Regional, Nacional e Internacional;
III- Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade.

Art. 3º Fica estabelecido que a organização da I Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional da região da AMPLA-NORTE ficará sob a responsabilidade dos seguintes municípios: Coordenação geral – Município de Irineópolis; Credenciamento – Município de Três Barras; Organização do Evento – Município sede, Porto União; Financiamento – Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Porto União, Itaiópolis, Três Barras, Monte Castelo e Papanduva.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 717/2015

DECRETO Nº 717, de 21 de maio de 2015.

Dispõe sobre designação à Comissão Permanente de Licitação – CPL, na forma que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o insculpido no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitação – CPL, constituída através do Decreto nº 644, de 02 de fevereiro de 2015, fica designada, sem prejuízo das atribuições normais, a realizar a partir de 18 de maio de 2015, as Licitações do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 644, de 02 de fevereiro de 2015, permanecem inalterados.

Art. 3º Revogam-se a partir de 10 de junho de 2015, o Decreto nº 698, de 20 de abril de 2015, que dispõe sobre a constituição da Comissão Permanente de Licitação – CPL, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 037/2015 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 063/2015 - CARONA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 037/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de serviços gráficos. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 09 de junho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 22 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 023/2015

PORTARIA Nº 023, de 21 de maio de 2015.

Dispõe sobre designação à Equipe de Pregão Eletrônico, na forma que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 3º, Inciso IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Especial para atuar no Pregão Eletrônico, constituída através da Portaria nº 007, de 02 de fevereiro de 2015, fica designada, sem prejuízo das atribuições normais, a realizar a partir de 18 de maio de 2015, os procedimentos licitatórios do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Os demais dispositivos da Portaria nº 007, de 02 de fevereiro de 2015, permanecem inalterados.

Art. 3º Revogam-se a partir de 10 de junho de 2015, a Portaria nº 019, de 20 de abril de 2015, que designa as equipes de Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e composição nominativa da Equipe de Apoio da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2015

PORTARIA Nº 024, de 21 de maio de 2015.

Designa a equipe de Pregão Presencial e composição nominativa da Equipe de Apoio do Fundo Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 3º, Inciso IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Comissão Especial para atuar no Pregão Presencial e suas respectivas Equipes de Apoio nos procedimentos licitatórios realizados pelo Fundo Municipal de Saúde, na modalidade Pregão, conforme segue:

I- Pregão Presencial – Fundo Municipal de Saúde:

a) Pregoeiro: Orlando José Schmidt – Matrícula 5568/II/R;

b) Membros da Equipe de Apoio:

- Rudi Mauri Feix Junior – Matrícula 4712/II/R;

- Jeferson José da Cruz – Matrícula 5971/II/R.

c) Suplentes:

- Cláudio Michaliszyn – Matrícula 836;

- Arlene Alves Daubermann Padilha – Matrícula 5299/II/R.

Art. 2º A gratificação por participação em comissões somente será paga aos membros dos Pregões no mês em que ocorrer licitação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 008/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 008/2015 - Educação

Tomada de Preços 002/2015

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório, com base no artigo 49 da Lei 8666/93.

Porto União SC, 19 de maio de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 012 2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 08.06.2015, Aquisição de materiais gráficos para uso da Secretaria Municipal de Saúde. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 22 de Maio de 2015.

Paulo César Voltolini

Prefeito Municipal em exercício

RETIFICAÇÃO PROCESSOS 21 E 23 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 23/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o edital, acima citado, de objeto: Aquisição de materiais (areia, cimento, ferro, brita 1, taboas, rachão, concreto usinado, prego, tijolo maciço, tubos e blocos de concreto) para drenagem pluvial de diversas valas desde município, de acordo com o programa SANEAMENTO PARA TODOS.. Fica retificado: Altera-se no item 6 – Taboas de 10 a 30cm de altura, que passa a ter a seguinte descrição Taboas para caixaria com 10 á 30cm de largura, 3metros de comprimento e 2,5cm de espessura. Altera-se também o item 11 – Bloco de Concreto 20x40x20, que passa a ter a seguinte descrição: Bloco de Concreto 20x20x40. As demais cláusulas, inclusive a data de abertura permanecem inalteradas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 22 de Maio de 2015.

Paulo César Voltolini

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o edital, acima citado, de objeto: Materiais para uso na manutenção de estradas, pontes, boeiros, galeria de águas pluviais e utilização da secretaria de obras do município. Fica retificado: Altera-se no item 1 – Taboas de 10 a 30cm de altura, que passa a ter a seguinte descrição Taboas para caixaria com 10 á 30cm de largura, 3metros de comprimento e 2,5cm de espessura. Altera-se também o item 4 – Bloco de Concreto 15x20x25, que passa a ter a seguinte descrição: Bloco de Concreto 15x20x40. As demais cláusulas, inclusive a data de abertura permanecem inalteradas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 22 de Maio de 2015.

Paulo César Voltolini

Prefeito Municipal em Exercício

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015

OUTRAS MODALIDADES Nº 02/2015

CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 11 (onze) de junho de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para CREDENCIAMENTO, que tem como objeto o credenciamento de Leiloeiros Oficiais para elaboração, assessoria e realização de leilão para alienação de bens inservíveis de propriedade deste Município. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 22 DE MAIO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 26/2015

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 26/2015

O objeto da licitação: AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ABASTECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria 04/2015, considera-se vencedor da licitação, objeto do Pregão nº. 26/2015, o participante:

Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00001	500,00000	UN	12,4000	6.200,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00002	1.000,00000	KG	9,7500	9.750,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00003	500,00000	KG	12,4000	6.200,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00004	1.000,00000	KG	24,8500	24.850,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00005	1.000,00000	KG	13,6700	13.670,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00006	1.100,00000	KG	15,3800	16.918,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00007	300,00000	UN	3,0500	915,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00008	300,00000	UN	4,1500	1.245,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00009	2.000,00000	UN	5,5000	11.000,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00010	5.000,00000	UN	3,5500	17.750,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00011	500,00000	UN	10,1500	5.075,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00012	600,00000	UN	7,4500	4.470,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00013	100,00000	UN	1,5000	150,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 22 de maio de 2015.

VALDECI JOSÉ COMADOLI

GERENTE DE LICITAÇÕES

DECRETO 25/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 Centro- CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 Fax: 0** 47 3362-1108
- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452
Ano lei : 2014
Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 25, de 19 de maio de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.01010000	20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$20.000,00 (vinte mil reais)

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.31900000000000.01010000	10.200,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.44900000000000.01010000	9.800,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 19 de maio de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE LESKE
Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2015 - REPUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSIANE PAULA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 078.263.889-96, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Evaldir José Jasper, nº 397 - Bairro Fundo Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/05/2015 e encerrando-se em 03/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA	JOSIANE PAULA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

ERRATA Nº1 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

Errata nº 1

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOSUL informa a correção do edital de pregão presencial nº 16/2015 cujo objeto contratação de seguros de responsabilidade civil e total para os veículos que compõem a frota desta secretaria.

Onde lê:

0.1 – O INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PARA O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES contendo um a PROPOSTA DE PREÇOS e o outro a DOCUMENTAÇÃO será às 10:00 horas do dia 03/05/2015, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, localizado na Praça 25 de Julho, 01, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC.

Leia – se:

0.1 – O INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PARA O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES contendo um a PROPOSTA DE PREÇOS e o outro a DOCUMENTAÇÃO será às 10:00 horas do dia 03/06/2015, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, localizado na Praça 25 de Julho, 01, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC.

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 026/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 09 de junho de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais para uso no laboratório de análise clínica, através do Fundo Municipal de Saúde. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032/ e-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 22 de Maio de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 023, DE 21 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 023, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Fixa normas para avaliação de desempenho de docentes, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 28 da Lei 004 de 10/12/2010 do Plano de Carreira do magistério Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 004, de 10 de dezembro de 2010, Considerando que a Lei nº 004 de 10/12/2010 no art. 26 ao art. 29, sujeita o servidor em exercício no cargo de provimento efetivo do magistério, para conquistar o direito a Progressão por Mérito deverá ser submetido avaliação de desempenho, a ser efetuada por comissão composta para este fim;

Considerando que a Lei Nº 004 de 10/12/2010, disciplina os critérios a serem avaliados, sendo eles: assiduidade e pontualidade; experiência e dedicação ao serviço; participação extra-classe; e disciplina e responsabilidade;

Considerando a necessidade de fixar normas que regulamentem a avaliação do desempenho do docente na rede pública municipal, bem como a competência da Comissão.

DECRETA:

Art. 1º O docente nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a avaliação de desempenho durante o qual a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão objeto de avaliação.

Art. 2º A avaliação de que trata o artigo anterior será feita de acordo com as normas constantes desta Decreto, observados os seguintes fatores:

I – assiduidade e pontualidade

II – experiência e dedicação ao serviço

III – participação extra-classe;

IV – disciplina e responsabilidade

Art. 3º Os indicadores de avaliação apontados no art. 2º deste Decreto serão apurados através dos seguintes instrumentos:

a) Formulário para Avaliação de Desempenho de docente conforme o Anexo 1, a ser preenchido pelo Diretor da Escola e ou responsável pela escola ou Departamento, com o acompanhamento do professor avaliado

b) Controle de frequência, e comprovantes de Atestados médicos e comprovantes de afastamentos permitidos por lei".

Art. 4º A Comissão de Avaliação Docente deverá aferir os dados constantes dos instrumentos de avaliação tratados neste Decreto, bem como valer-se de outros indicadores que julgar necessários para elaborar relatório com parecer conclusivo.

Art. 5º A avaliação do desempenho do docente em será realizada anualmente

Art. 6º Ao final de cada ano letivo, a Comissão de Avaliação Docente realizará avaliações parciais que devem ser consolidadas numa avaliação final, sendo que no final de cada dois anos, só será promovido o docente que;

a) durante os dois anos letivos não apresentar nenhuma falta injustificada, no exercício de suas funções, bem como na participação das atividades extra-curricular previstas no calendário escolar;

b) não entrar em licença de tratamento de saúde por um período superior a 30 (trinta) consecutivos ou intercalados; exceto para a licença de gestação, correspondente a 180 (cento e oitenta) dias;

c) não se afastar da atividade docente para exercer outras funções fora do Quadro do Magistério;

d) Não constar em seu registro de ponto, mais de cinco faltas

justificadas e /ou autorizadas pela autoridade competente exceto as previstas em lei como luto, casamento, paternidade, etc.

e) apresentar resultado suficiente na avaliação de desempenho profissional (anexo 1).

Art. 7º Os resultados de cada avaliação parcial serão apresentados ao docente avaliado e discutidos em reunião da Comissão de Avaliação Docente, presentes o Diretor da escola e o interessado.

Art. 8º O docente que apresentar insuficiência de desempenho na avaliação, itens experiência e dedicação ao serviço, disciplina e responsabilidade, conforme anexo, serão informados pela Comissão e não será indicado para progressão por mérito naquele período;

Art. 9º A primeira avaliação do docente para fins de progressão horizontal na carreira do magistério ocorrerá após Estágio Probatório.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Avaliação de Desempenho do Pessoal do Magistério do município de Santa Rosa do Sul.

Art. 11. Excepcionalmente, a avaliação por desempenho profissional, correspondente ao período de 2013 e 2014 considerará apenas a artigo 6º, ou seja, avaliará: assiduidade, pontualidade e participação em atividades pedagógicas e extra classe no período compreendido de agosto de 2013 a maio de 2014, excetuando-se a alínea b, que será promovido o servidor que não entrar em licença de tratamento saúde por um período superior a trinta dias.

Art. 12. Esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de maio de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 024, DE 21 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 024, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Designa Servidores para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 004, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores, ANDRÉIA PEREIRA MONTEIRO CARDOSO, ocupante do Cargo Permanente de Professor, MARA REJANE DA SILVA ROXO, ocupante do Cargo Permanente de Professor, ROSANE FERREIRA EMERIM, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo, para comporem a Comissão de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de maio de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 052/2015- PR 052/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de móveis e eletrodomésticos para o Setor de Educação. Conforme especificações descritas no presente edital. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17:00 horas do dia 08 de Junho de 2015, início da sessão com credenciamento e abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas do dia 09 de Junho de 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 22 de Maio de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 053/2015- PR 053/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de pranchas e vigas de eucalipto para manutenção da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos. Conforme especificações descritas no presente edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 08:30 horas do dia 08 de junho de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:45 horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 22 de Maio de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DECISÃO CONTRATO 55_2015 ANCS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO SUL

TERMO DE DECISÃO

Licitação nº 19/2015 - CV

Contrato Nº 55/2015

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 01.980.629/0001-08, com sede à na Rua Pedro Hoffmann, 215 SL 01 – bairro Barro Vermelho município de Orleans-SC.

Objeto: fornecimento parcelado de Cartuchos de tinta original e Toners compatíveis para manutenção das Impressoras e copiadoras utilizadas nas Escolas da Rede Municipal e demais Secretarias desta Prefeitura Municipal, conforme especificações e quantitativo anexo a este contrato, exercício de 2015.

Conforme me foi informado pelo Secretário de Administração e Finanças, restou apurado a inadimplência da Contratada por inexecução parcial do contrato, caracterizado pelos atrasos na entrega dos produtos e a paralisação do fornecimento dos mesmos.

Desta forma, diante do total descaso com o interesse público e haja visto o flagrante descumprimento de cláusulas contratuais que concomitantemente viola o disposto na lei nº 8.666/93, decide-se pela rescisão unilateral do contrato, com supedâneo no art. 78, IV e V, da lei nº 8.666/93.

Aplique-se as penas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de a 2 (dois) anos, conforme inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rosa do Sul/SC, 18 de maio de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 077/2015 CONTRATAÇÃO RAQUEL PACHECO

PORTARIA Nº 077/2015

CONTRATA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Contratar RAQUEL PACHECO como servidora municipal por tempo determinado para desempenhar a função de Serviços Gerais para a Secretaria Municipal de Educação, com remuneração do quadro de pessoal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 21 de Maio de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 62/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	62/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	RECICLEPLAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA EPP
Objeto	Serviço de coleta de lixo e destinação final do interior do Município, com veículo de carga carroceria graneleira com capacidade mínima de 30m³, disponibilizando 03 funcionários, percorrendo aproximadamente 95km, sendo que o serviços será a cada quadrimestre.
Valor	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Vigência	18 de maio à 31 de dezembro de 2015.
Processo Nº.	47/2015
Pregão Presencial	37/2015
Santiago do Sul-SC, 11 de maio de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PAPANDUVA, BAIRRO CRUZEIRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 791370/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1009071-48/2013, para à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, TOTALIZANDO EM R\$ 727.709,39.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.
CASSIO LUIZ ZSCHOERPER
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 53/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00horas do dia 11 de junho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, COM MOTORISTA EXPERIENTE EM TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO E PACIENTES DE HEMODIALISE DENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2015.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

EDITAL Nº 004/2015

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 004/2015

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de candidatos deferidos e indeferidos do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 004/2015.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, o prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS – PREFEITURA MUNICIPAL

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	11	ELIANE MARIA DE AQUINO	9,5
2º	27	TANIA CRISTINA SAUER	6,5
3º	21	SEBASTIANA CLARISSE FERREIRA TERRES	5,5
4º	25	VILMA CRULIKOVSKI DE SOUZA	5,5
5º	3	GREICI NOSSOL	5,5
6º	53	ADRIANA PIRES	5,5

7º	32	MARIA ELIANE DA SILVA	4,5
8º	62	ANA VERÔNICA DA SILVA LIMA	4,5
9º	30	IRMA ALICE IDALENCIO VAZ	4,5
10º	13	VILMA DO ROCIO MARTINS PINTO	4,5
11º	41	MERCEDES TERESINHA PEREIRA DA LUZ CARVALHO	4,5
12º	26	MARIA JULIANE DE LIMA	4,0
13º	9	MARCIA APARECIDA REICHARDT	3,5
14º	39	MARIA ROSA ALVES MACHADO MARTINS	3,5
15º	63	PATRICIA FIGUEREDO CORRÊA	3,0
16º	55	ROZELIA DA SILVA FURST	3,0
17º	68	SIRLENE RODRIGUES MARTINS	3,0
18º	20	LARA TEREZINHA TAVARES	3,0
19º	47	MORGANA DO NASCIMENTO	3,0
20º	38	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA	3,0
21º	43	ISABEL CRISTINA SANTOS RODRIGUES	2,0
22º	29	DJNIFER NASCIMENTO	2,0
23º	14	MARIA DELAIR FRANCO	2,0
24º	66	LIDIA GONÇALVES DE LIMA	2,0
25º	31	SOLANGE APARECIDA DE MOURA MIRANDA	2,0
26º	37	VIVIANE CORRÊA	2,0
27º	45	MARISE SELKE RUDNICK	2,0
28º	31	SOLANGE APARECIDA DE MOURA MIRANDA	2,0
29º	56	MARIA GLACIR KUHNIR	2,0
30º	48	JOCELI APARECIDA BELDOVICZ MAGUEROVSKI	2,0
31º	4	MARIZETE DE FÁTIMA NASCIMENTO	2,0
32º	65	JAQUELINE APARECIDA PIRES FERNANDES	2,0
33º	2	MALENA CORRÊA DE OLIVEIRA	2,0
34º	59	KARIN IVANE IVANS	2,0
35º	15	PRISCILA MAFFIOLETTI	2,0
36º	46	MÁRCIA ANTONIA RIBEIRO	2,0
37º	24	ROSILDA APARECIDA STREIT	2,0
38º	67	PATRÍCIA OLIBONI	1,0
39º	50	JOSEANE APARECIDA MARTINS DE LIMA	1,0
40º	33	DIUCELIA APARECIDA BARBOSA MARTINS	1,0
41º	23	MARIA LEONIDES HONORATO DA SILVA CARDOSO	1,0
42º	60	SILVANIA VARGAS	1,0
43º	49	MARIA APARECIDA DE ANDRADE DOS PASSOS	1,0
44º	51	SOLANGE APARECIDA CAMARGO	1,0
45º	57	SIMONE IANOSKI	1,0
46º	58	JANETE ALVES PEREIRA	1,0
47º	34	ARLETE ROSENDO PEREIRA	0,0

CARGO: MECÂNICO – PREFEITURA MUNICIPAL

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	40	CRISTIANO RODRIGUES DE SOUZA	4,0
2º	5	MAURO LEODORO	4,0
3º	35	LUIZ GUSTAVO BARVIK	3,0
4º	52	PATRICK CLEBER SADZINSKI	2,0
5º	7	EVANDRO LOURENÇO DOS SANTOS VEIGA	2,0
6º	54	RICARDO SANTANA	2,0
7º	44	JAIR DA SILVA	1,0

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – PREFEITURA MUNICIPAL

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	18	ANTONIO CIELINSKI	9,5
2º	12	MAIKEL DO PRADO LUZ	4,5
3º	19	PETER CRISTIAN DAUT	4,0
4º	36	LEONIDES FORTESKI	3,0
5º	16	JIAN RODRIGO DE LIMA	3,0
6º	22	GABRIEL KOTH	3,0
7º	17	ELIZER RODOLFO FRANÇA	2,0
8º	6	DJONATAN WILLIAN DA SILVA SCHRODER	2,0
9º	61	NILTON SANTOS DO PRADO LUZ	2,0
10º	01	MATEUS LIMA DA SILVA	2,0

11º	42	DURVAL GALLINA	1,0
12º	10	MARCELO DO PRADO LUZ	1,0
13º	28	BRUNO CIDRAL AVELINO	1,0
14º	04	JOSÉ VANDERLEI FERREIRA	0,0

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015

Fernando Tureck
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DE RIO NEGRINHO – COOPERINE.

DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE DE SÃO BENTO DO SUL PELO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015, descritos nos itens enumerados em anexo a Chamada Pública n.º 62/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição, constante dos seguintes itens: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

DO VALOR: R\$ 201.374,01 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: De 08 de abril a 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DE RIO NEGRINHO – COOPERINE, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Cargas de Gás e Água Mineral que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de recarga de gás GLP 13 e água mineral 20 litros, para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, Famílias de Apoio, CRAS, Bolsa Família e CREAS, conforme anexo ao Convite nº 112/2015.

DO VALOR: R\$ 7.335,60 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 01 (um) dia, a contar desta data.

São Bento do Sul, 30 de abril de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ANDREI PADILHA 05153327981 (GRUPO ARTÍSTICO GUERREIROS CAMARÁ).

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa com profissional capacitado, para ministrar Oficina de Capoeira nos CRAS (Centenário, Serra Alta e Cruzeiro), pelo período de 12 (doze) meses, conforme anexo ao Convite nº 80/2015.

DO VALOR: R\$ 36.432,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/05/2015.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ANDREI PADILHA 05153327981 (GRUPO ARTÍSTICO GUERREIROS CAMARÁ), como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 030/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Análises Clínicas que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SOLUÇÃO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/A.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de laboratório de apoio para prestação de serviços de análises clínicas para o Laboratório Municipal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), como suporte técnico, conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Pregão Presencial nº 32/2015.

DO VALOR: R\$ 107.000,00 - Valor Total.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.
São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.
Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.
SOLUÇÃO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/A, como Contratada.

LEI Nº 3527/2015

LEI Nº 3527, DE 22 DE MAIO DE 2015.
CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL INCIDENTE SOBRE VENCIMENTOS, SUBSÍDIOS E BOLSAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei concede a revisão remuneratória geral anual aplicável aos vencimentos, subsídios e bolsas, aos servidores públicos, agentes políticos e estagiários do Poder Executivo, conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, na forma dos artigos seguintes.

Art. 2º A revisão geral anual, no percentual de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, será concedida a partir de 01 de maio de 2015, incidindo:

I – sobre os vencimentos de todos os servidores públicos municipais do Poder Executivo;

II – sobre o valor da bolsa auxílio dos estagiários da Administração Municipal, nos termos do inciso III, do § 2º, do art. 3º, da Lei Municipal nº 2274/09.

III - sobre os subsídios de todos os agentes políticos municipais do Poder Executivo, com base no § 1º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 982/2004.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2015.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

LEI Nº 3528/2015

LEI Nº 3528, DE 22 DE MAIO DE 2015.
CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO, E AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 1º de maio de 2015, revisão geral anual aplicável aos subsídios dos Agentes Políticos, bem como revisão geral anual aplicável sobre os vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de São Bento do Sul, conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º Fica concedido indistintamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, a revisão geral anual, no percentual de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), correspondente ao período de 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, aplicável aos subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º Fica concedido indistintamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, a revisão geral anual, no percentual de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), correspondente ao

período de 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015, aplicável aos vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo de São Bento do Sul.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2015.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 9197/2015

PORTARIA Nº 9197, DE 22 DE MAIO DE 2015
Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 22 de maio de 2015, o cargo de Auxiliar de Serviços, ocupado pela servidora MARILI TATIANE THEISGES DA SILVA.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9198/2015

PORTARIA Nº 9198, DE 22 DE MAIO DE 2015
Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 22 de maio de 2015, ADRIANA BROSWOSKI, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9199/2015

PORTARIA Nº 9199, DE 22 DE MAIO DE 2015

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 21 de maio de 2015, ANDRIELI TIBURSKI, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9200/2015

PORTARIA Nº 9200, DE 22 DE MAIO DE 2015

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 21 de maio de 2015, DANIELA LENTZ, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Médico Veterinário, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PAPANDUVA, BAIRRO CRUZEIRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 791370/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1009071-48/2013, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 39/2015 FMS

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DA PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 FMS

1 - No Extrato de convocação para o Edital de Pregão Presencial nº 39/2015 FMS

No item 13.1

ONDE SE LÊ O CONTRATADO NÃO PODERÁ CEDER OU TRANSFERIR A TERCEIROS NO TODO OU EM PARTE OS SERVIÇOS, LEIA-SE O CONTRATADO PODERÁ TRANSFERIR, A SUAS EXPENSAS, OS SERVIÇOS DE MONTAGEM, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO DOS PNEUS, TODAVIA A RESPONSABILIDADE DOS SERVIÇOS SERÁ DA EMPRESA CONTRATADA PELA PREFEITURA.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERA-SE A ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 FMS PARA O DIA 10/06/2015 ÀS 14:30 HORAS E PROTOCOLO ÀS 14:00 HORAS.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE COMPRAS

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 013, DE 21 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 013, DE 21 DE MAIO DE 2015

"Exonera Assessor de Comunicação."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a senhora Mariana Cristine Henning Baumgarten do cargo de Assessor de Comunicação, Símbolo CC-6, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2015, revogando-se especialmente a Portaria nº 014, de 1º de março de 2011.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 150/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 150, DE 22 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 228/2001 e o disposto no Decreto nº 0563/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. O auxílio alimentação será concedido mensalmente aos servidores efetivos públicos lotados na Administração Pública Indireta - IPRESBS.

Art. 2º. O valor do auxílio alimentação, a partir de 01 de maio de 2015, será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), respeitada a proporcionalidade prevista no art. 67A, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº 147/2015

RETIFICAÇÃO

Na Portaria 147/2015, de 20 de Maio de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 22 de Maio de 2015.

Onde se lê:

"Art. 1º (...) pelo período de 31/05/2015 a 31/05/2015 (...)"

Leia-se:

"Art. 1º. (...) pelo período de 31/05/2015 a 30/05/2015 (...)"

São Bento do Sul, 22/05/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 48/2013

Contrato Nº: 50/2015 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Segville Vigilância Patrimonial Eireli - ME

Vigência: Início: 20/05/15 - Término: 03/01/2016

Recursos: Dotação:

(14) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial para 03 imóveis da autarquia.

Valor mensal do contato: R\$ 24.843,69 (Vinte e Quatro Mil, Oitocentos e Quarenta e Três Reais e Sessenta e Nove Centavos).

São Bento do Sul, 22 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1984 DE 22 05 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1978 DE 19 04 15 A NOMEAÇÃO DE LAURECI LEMES DOS SANTOS NO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

DECRETO Nº 1984, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1978, de 19 de maio de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

· Considerando que o candidato nomeado pelo Decreto nº 1978, de 19 de maio de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 1128 /2015, de 19/05/2015;

· Considerando que caso o candidato não deseje assumir a vaga a que foi nomeado de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

· Considerando que no ato da posse o candidato preenchia os requisitos exigidos para assumir o cargo;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1978, de 19 de maio de 2015, que nomeou Laureci Lemes dos Santos, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, ficando o candidato reclassificado para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de maio de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1985 DE 22 05 15 NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS VANDERLI TEREZINHA BRUM SOUZA

DECRETO Nº 1985, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Nomeia servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

· Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Vanderli Terezinha Brum de Souza, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 11.02, Grupo 1 (Serviços Gerais - SEGER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de maio de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 137/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E EXECUÇÃO DE PRAÇA COM INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS URBANOS E PAISAGISMO NA RUA SANTINA MIRANDA, BAIRRO COLÔNIA SANTANA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA – 731.239,77 (setecentos e trinta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos);
- 2ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA - R\$ 834.523,20 (oitocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte centavos)

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 25/05/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 22 de maio de 2015.

Carlos Schmidt Presidente CPL	Paulo Dutra Membro CPL
Kety Silva Trierveiler Membro CPL	Ramon de Souza C. Martins Membro CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros
Membro CPL

DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO DA EMPRESA CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. - CONCORRÊNCIA 005/2014

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

AUTOS DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2014

RECORRENTE: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.

CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 80.708.084/0001-51 interpôs, tempestivamente, Recurso Administrativo em face de decisão da Comissão Permanente de Licitações, pronunciada ao final da análise e resultado de julgamento dos documentos de habilitação para a licitação em epígrafe.

Inconformada com a decisão da Comissão, a recorrente trouxe as seguintes razões:

- Alega que a Comissão Permanente de Licitações do Município de São José adotou "interpretação desvirtuada da sua finalidade essencial, que é, sem dúvida alguma, assegurar que empresas inidôneas participem do certame licitatório."
- Sustenta que a empresa se encontra regular perante o FGTS, inclusive tendo vencido processo licitatório recente;
- Alega, ainda, que manter a inabilitação da empresa resultaria em ofensa ao Princípio da Concorrência Pública;
- Por fim, após demonstração doutrinária, afirma que manter o posicionamento anterior seria ofensivo ao princípio da razoabilidade, tendo em vista que a recorrente acredita ser a decisão da comissão apegada a formalismos e rigorismos consentâneos.

É o Relatório.

Passamos a analisar os argumentos para que não haja dúvidas acerca do decidido por esta Comissão Permanente de Licitações (CPL).

A. INTERPRETAÇÃO DESVIRTUADA DA FINALIDADE POR PARTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.:

Destarte, a recorrente afirma que "a douda Comissão de Licitação, ao que parece, adotou uma interpretação desvirtuada da sua finalidade essencial que é, sem dúvida alguma, assegurar que empresas inidôneas participem do certame licitatório." (grifo nosso)

Acredita-se que há enorme equívoco nesta alegação, pois somente interessa à Administração Pública tratar com empresas que sejam IDÔNEAS, conforme se extrai do significado da palavra, presente no Dicionário Aurélio:

"idôneo. Adj. 1. Próprio para alguma coisa; conveniente, adequado. Adj. 2. Que tem condições para desempenhar certos cargos ou

realizar certas obras.” (grifo nosso)

Então, não há que se deliberar acerca de possível desvio de finalidade por parte da Comissão de Licitação, pois a apresentação dos documentos de habilitação, e posterior análise pelos membros, serve justamente para isso - a comprovação de idoneidade das empresas.

B. REGULARIDADE PERANTE O FGTS. VENCEDOR EM PROCESSO LICITATÓRIO CONTEMPORÂNEO AO PROCESSO EM EPÍGRAFE.:

A recorrente afirma que se encontra regular perante o FGTS, inclusive sendo declarada vencedora em licitação próxima. Nesse sentido, cabe destacar que cada processo licitatório é independente. O fato de a empresa ter sido declarada vencedora em outro processo, apenas constata que naquele momento ela se encontrava regular perante o FGTS e fez a devida comprovação perante a Comissão de licitações.

Assegurar habilitação a determinada empresa apenas pelo fato de ela ter sido vencedora em outro processo seria descabido por parte desta Comissão. O fato é que a Certidão de Regularidade do FGTS estava vencida no dia em que ocorreu a abertura dos envelopes de habilitação e não cabe à CPL fazer descobertas se a empresa está ou não regular perante o FGTS, cabe à comissão apenas habilitar ou inabilitá-las conforme os preceitos da Lei nº 8.666/93.

Além disso, faz-se relevante citar que a Administração Pública é vinculada aos preceitos legais, em virtude do princípio da legalidade. Nesse viés, pertinente é o trecho do Ilustre Professor Caio Tácito: “ao contrário da pessoa de direito privado, que, como regra, tem a liberdade de fazer aquilo que a lei não proíbe, o administrador público somente pode fazer aquilo que a lei autoriza expressa ou implicitamente” (grifo nosso)

Nesse mesmo sentido, cabe, também, transcrever o ensinamento de Joel de Menezes Niebuhr: “A propósito, o procedimento alusivo à licitação é prescrito em lei, bem como todas as exigências que nele podem ser feitas e outros pormenores. Em vista disso, o caput do art. 4º da Lei nº 8.666/93 prescreve que todos quantos participem de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nessa Lei. Isto é, as licitações públicas devem ser processadas em estrita obediência ao princípio da legalidade, uma vez que os agentes administrativos veem-se compelidos a agir nos termos das normas que lhes são apresentadas, procedendo conforme a lei e exigindo apenas o que nela for admitido. Impede-se que haja a invenção ou a criação de procedimentos estranhos àquele anteriormente definido pelo legislador.”

Diante do exposto, não merece prosperar a argumentação da recorrente.

C. JUNÇÃO DOS ARGUMENTOS FINAIS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. APEGO A FORMALISMO DESNECESSÁRIO.

Em últimas alegações, a recorrente traz a discussão de que a Comissão de Licitação ao inabilitá-la estaria infringindo o Princípio da Concorrência Pública, diminuindo o escopo legal de buscar a disputa entre as empresas para se chegar à proposta mais vantajosa. É claro, não existem dúvidas de que para a Administração Pública quanto mais participantes nos processos licitatórios, melhor. Porém, a Comissão de Licitação não pode (e não deve) deixar de lado o texto da lei por causa da inabilitação de apenas uma empresa. Além disso, restaram habilitadas no certame cinco empresas, não tendo dúvidas de que a concorrência se encontra mantida. Além disso, a empresa alega que teria ocorrido formalismo desnecessário pela Comissão de Licitação, bem como não teria sido razoável a decisão.

Importante relembrar que a exigência de regularidade perante o FGTS está previsto em lei. Ou seja, a CPL enquanto representante

da Administração Pública no certame licitatório está indiscutivelmente vinculada aos preceitos legais, sendo inoportuno utilizar do Princípio da Razoabilidade. Acerca do princípio aludido, ensina o brilhante doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello: “Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricionariedade, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional”

O princípio usado como argumentação não se aplica neste caso, pois não há margem de escolha, não há discricionariedade por parte da Administração em aplicar ou não a lei. Como dito antes, a Administração Pública é vinculada a aplicação da lei e, somente o texto legal pode autorizar alguma margem de decisão – o que não se encaixa aqui. A lei pede regularidade com o FGTS, a empresa trouxe uma certidão fora da validade, ponto, não há outro caminho que não seja a inabilitação.

Sobre a alegação de apego a formalismo desnecessário, não cabe ao âmbito Municipal discutir sobre o trâmite escolhido pelo legislador no momento da construção da Lei de Licitações. O trâmite seguido pela Comissão é o exposto na Lei nº 8.666/93 e legislação correlata, não cabendo aqui juízo de valor acerca da boa escolha do procedimento, ou não.

Por isso e por todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitações resolve NÃO ACATAR na integralidade o recurso interposto pela empresa CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, mantendo-se a ordem de habilitação já publicada.

Assim, com fundamento no que dispõe o § 4º do art. 109, da Lei nº 8.666/93, remete a peça recursal, apensada ao Processo Licitatório, à apreciação e julgamento da Senhora Secretária de Administração.

São José, 22 de maio de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Rejane Magali S. Medeiros	Kety Silva Trieveiler
Membro da CPL	Membro da CPL
Ramon de Souza C. Martins	
Membro da CPL	

DESPACHO: 22/05/2015.

Ratifico a decisão da Comissão Permanente de Licitações.
Prossiga-se com a Licitação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária de Administração

DECRETO Nº 4469/2015

DECRETO Nº 4469/2015

NOMEIA AGENTES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar Nº 123/2006 no seu Art. 85-A,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os seguintes servidores para comporem o quadro de Agentes de Desenvolvimento do Município de São José:

- I. Rosamônia Garcia – Mat. 11.882;
- II. Clésia Maria Fritzen Pagani – Mat. 35.254;
- III. João Pinheiro – Mat. 34.780;
- IV. Marcos André S. Bedin – Mat. 34.448;
- V. Fábio César Moraes – Mat. 10874;
- VI. Francisco Fernandes – Mat. 33079;
- VII. Joni Ramos – Mat. 15407;

VIII. Willian Quadros – Mat. 33064.

Art. 2º - Os Agentes Municipais de Desenvolvimento são parte indispensável para a efetivação do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre esse município e o SEBRAE/SC, que tem como objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – Lei Complementar Nº123/06, resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal de São José e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Art. 3º - Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

I. Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

II. Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

III. Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

IV. Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;

V. Manter registro organizado de todas as suas atividades; e

VI. Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria N.º 002/2013/GAB.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

BERNARDO MEYER

Secretário de Desenvolvimento Econômico,
Ciência e Tecnologia

DECRETO Nº 4470/2015

decreto nº 4470/2015

FICA NOMEADA A COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE E PARECER EM PROCESSOS DE REDUÇÃO DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II e IV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 340, §3º, da Lei Complementar nº 021/2005, dispositivo acrescentado pela LC 045/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para análise e parecer em processos de redução da taxa de coleta de resíduos sólidos, que será composta pelos seguintes servidores:

I. RAQUEL RONISE ALVES;

II. AMARILDO FABRICIO;

III. ISABEL CRISTINA SALM ARDIGO;

IV. IRIA BOGER BRAND.

Art. 2º - Os processos cujos requerimentos tratem de pedido de redução da taxa de coleta de resíduos sólidos para empresas e entidades filantrópicas, na forma do artigo 340 e seus parágrafos do Código Tributário Municipal, serão analisados e terão parecer emitido por comissão de servidores da Secretaria de Receita, nos termos deste Decreto.

Art. 3º - Os requerimentos de redução da taxa de coleta de resíduos sólidos serão decididos pelo Secretário de Receita, com

subsídios nas análises e pareceres técnicos e jurídicos assinados por pelo menos três membros da comissão.

§1º. Em caso de deferimento do desconto, o Secretário da Receita determinará a emissão de nova guia de recolhimento da taxa de coleta de resíduos sólidos (TCRS), com vencimento para 15 (quinze) dias contados a partir da data da ciência do Requerente.

§2º. Em caso de indeferimento da concessão de desconto ou discordância quanto ao desconto concedido, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do art. 145 do Código Tributário Municipal.

Art. 4º - A comissão terá sua vigência pelo período de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação podendo ser prorrogada por novo decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS

Secretário Municipal de Receita

DECRETO Nº 4478/2015

DECRETO Nº 4478/2015

DEMITE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, do Art. 31 e 160, II da Lei N.º 2.248/1991, e,

CONSIDERANDO o relatório final constante nos autos do Processo Administrativo Disciplinar N.º 5.263/2014-B no qual ficou configurado o abandono de emprego;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a servidora LÍGIA PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL 001/2015/FMCT

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA OCUPAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DO CENTRO COLETIVO DE ENSAIOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

EDITAL 001/2015/FMCT

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que durante o período de 18 de junho a 17 de julho de 2015 estarão abertas as inscrições para seleção de interessados em ocupar o Centro Coletivo de Ensaios durante o ano de 2015.

1 - PARTICIPAÇÃO

1.1 - A participação para o calendário de ensaios de grupos é aberto para grupos de artes cênicas, danças e música, desde que adequadas ao espaço.

1.2 - Poderão participar do processo de seleção artistas e grupos brasileiros e estrangeiros em situação legal no país, com inscrição

jurídica em São José ou, quando sem inscrição jurídica, se composto por até 80% dos membros do grupo com residência fixa na cidade.

2 - INSCRIÇÃO

2.1 - As inscrições deverão ser encaminhadas no período 18 de junho a 17 de julho de 2015, sendo o atendimento às inscrições de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h na sede da Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

2.2 - A inscrição é gratuita e deverá ser feita por meio de ficha própria, preenchida e assinada pelo representante legal do grupo.

2.3 - No ato da inscrição, o grupo deverá apresentar o plano de ensaios e a produção artística a ser apresentada.

3 - DA SELEÇÃO

3.1 - A análise das propostas estará, inicialmente, a cargo da Diretoria de Cultura que irá analisar os objetos de ensaios, contrapartida e horários solicitados dentre os apresentados nesse edital.

3.2 - Serão anuladas as inscrições que não atenderem aos termos do presente edital.

3.3 - Serão selecionados 09 grupos.

4 - DO RESULTADO DA SELEÇÃO

4.1 - O resultado da seleção será comunicado por e-mail aos inscritos, no site da Prefeitura Municipal de São José e nas redes sociais da Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

4.2 - Os artistas e grupos selecionados deverão confirmar sua presença junto à FMCT, por meio de assinatura de um Termo de Compromisso e Responsabilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de recebimento do comunicado de seleção.

5 - DA RESPONSABILIDADE DO(S) ARTISTA(S)

5.1 ☐ Manutenção e limpeza do espaço físico para a realização dos ensaios;

5.2 - Respeitar o calendário estabelecido pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo;

5.3 - Responsabilizar-se pelo espaço físico que deverá ser preservado, sem qualquer dano. Ao final de cada ensaio, a sala deverá ser entregue em estado ordeiro e limpo para uso do próximo grupo, bem como todas as janelas e acessos fechados, luzes apagadas e equipamentos desligados;

5.4 - O grupo, quando solicitado, deverá fornecer informações sobre uso do local.

5.5 ☐ O representante legal do grupo junto à Fundação Municipal de Cultura e Turismo será responsável direto pela chave de acesso, bem como pelas condições de uso do local.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DE CONTRAPARTIDA

6.1 Buscando incentivar a descentralização e democratização da cultura, de acordo com diretrizes da Conferência Municipal de Cultura, ficará instituída a obrigatoriedade de apresentação de um Plano de Contrapartidas Sociais, vinculado à proposta apresentada.

6.2 Por Contrapartidas Sociais entende-se a realização de apresentações públicas gratuitas, oferta de ingressos a preços populares, palestras, oficinas, workshops, ações de formação de platéia, dentre outras atividades a serem oferecidas.

6.3 Não há limite para a quantidade de atividades propostas no Plano de Contrapartidas Sociais, que deverá ser cumprido integralmente, sob pena de impedimento de participação em nova ocupação do Centro Coletivo de Ensaios.

7 - FICHA TÉCNICA DO CENTRO DE ENSAIOS

7.1 - Piso em taco de madeira;

7.2 - Pé-direito junto às paredes (com sanca) com 2,35m e no centro da sala com 2,65m;

7.3 - Paredes e painéis em mdf (fixos na parede) pintados na cor branca;

7.4 - Sistema de iluminação halógena por spots;

7.5 - Sistema de segurança eletrônico com vigilante noturno;

7.6 - Disponibilidade de 05 painéis acarpetados (móveis) nas dimensões 220 x 160 x 20cm;

8 - DO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

8.1 Os ensaios ocorrerão de terça a domingo, matutino, vespertino

e noturno.

9. Elege-se o foro de São José para dirimir eventuais dúvidas.

São José, 22 de maio de 2015.

Carlos Eduardo de Souza Martins

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.

PORTARIA - SA Nº 408/2015

P O R T A R I A - S A - N.º 408/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso IV da Lei Orgânica Municipal do Município de São José – SC.

RESOLVE:

I – Ficam compostas as Comissões que coordenarão a avaliação de Desempenho Funcional em Estágio Probatório, respeitando a Instrução normativa nº 001/2009 e demais legislações pertinentes.

II – Comissão Central de Avaliação de Desempenho em Estágio:

Mário Antônio Vieira

Nelsi Regina Schmitt

Adriana Silva Pacheco Pedro

Bianca Esther Silveira Nienkoetter Tavares

III – Subcomissão de Apoio de Apuração de Avaliação de Desempenho Funcional em Estágio Probatório:

a) Secretaria de Administração

Eneida Rosária Aparecida Corrêa

Neusa Garcia Soares

b) Secretaria de Educação

Jenair Maria Patrício

Carla Lúcia Nascimento

c) Secretaria de Receita

Rosana Maria Kuster

Roseli da Silva

d) Fundação Educacional

Juliano Alexandre dos Santos

Zuraide Maria da Silveira

e) Secretaria de Finanças

Maguidar Dutra

Salete Wessler Hinckel

f) Controle Interno e Auditoria

Gustavo Duarte do Valle Pereira

g) Secretaria de Infraestrutura

Lucirene Lemos de Souza

Valdenir Vitor de Souza

h) Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

Silvana Correia Machado

Vilson Viera

i) Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sergio Luiz de Almeida

Sergio Stahelin

j) Fundação Municipal de Cultura e Turismo

Eulália Lourdes da Silva Macário

Erica Veiga de Oliveira
l) Secretária de Assistência Social
Alessandra Zappellini
Letícia Zimmermann

m) Procuradoria Geral
Sandro José da Silva
Ilson Elias

n) Secretaria de Serviços Públicos
Caio Rogério Nichnig
Tatiane Cunha Pacheco de Souza

o) Secretaria de Saúde
Kellen Cristina Silva
Celio Joaquim

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria –SA – Nº 10/2013.

V - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA Nº 419/2015

PORTARIA– SA – Nº 419/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) VERA LÚCIA BUAES PIZZATO, matrícula nº 2733, lotado (a) na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 02.02.2015, referente ao período aquisitivo 2005/2010.

II – Conceder o gozo de 90 (noventa) dias de licença prêmio a partir de 04.05.2015, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Fevereiro de 2015.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.057 DE 21 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 1.057 de 21 de Maio de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 011439/2015, relativo a ato disciplinar do servidor Z.P.M. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Cláudia Regina Macário e Lenice Lucia Caldoro da Silva para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 21 de Maio de 2015.

Daniela da Silva Fraga

Secretária Interina Municipal de Educação

PREGÃO PRESENCIAL 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 034/2015 – Processo nº 092/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E DOS DEMAIS SETORES PERTENCENTES A MESMA, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 08/06/2015 às 13h15min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 08/06/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

CÂMARA MUNICIPAL**REABERTURA DO CONVITE N.01/2015**

	ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CNPJ: 83.708.248/0001-39 Praça Arnaldo de Souza nº 38 Centro - São José/SC, CEP: 88.103-005 Fone: (48) 3029-1321	CONVITE nº 001/2015 Processo nº: 16/2015 Data: 22/05/2015
--	--	---

EXTRATO DA SESSÃO PÚBLICA DE REABERTURA DO CONVITE N.º 01/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2015

– FASE HABILITAÇÃO**Objeto:**

A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a informatização do apoio legislativo da Câmara Municipal de São José/SC para a cessão de licença de Uso Temporária de sistema(s) de gestão pública municipal legislativa, com instalação, implantação e treinamento de usuários, alterações legais e manutenções corretivas, migração da base de dados, suporte técnico, conforme especificações constantes no Anexo I.

A Comissão Permanente de Licitações e Contratos, torna público aos interessados, em especial aos licitantes que, após aberta a sessão pública de licitação realizada nesta data (14h:30m):

O representante da empresa VH INFORMÁTICA LTDA questionou a Declaração (Anexo IV do edital) apresentada pela empresa PUBLICA INFORMÁTICA LTDA, uma vez que este documento estava assinado por pessoa estranha ao procedimento licitatório que não constava no quadro societário da empresa, e sem encaminhar procuração para realização (itens 6.6, 6.7 e 8.1.6).


Diante disso, a CPL entendeu pela inabilitação da empresa PUBLICA INFORMÁTICA LTDA pelo não atendimento aos requisitos do edital. Assim, restou prejudicado o andamento do certame para a fase de abertura das propostas de preços, estando suspenso até o prazo recursal da empresa PUBLICA INFORMÁTICA LTDA. Nada mais foi apresentado como recurso pelos representantes.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José, 22 de maio de 2015

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PRESIDENTE

BALANÇO FINANCEIRO DO MÊS DE ABRIL DE 2015

Câmara Municipal de São José				Anexo 13 - Balanço Financeiro	
 Praça Arnoldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC CNPJ: 83.708.248/0001-39 Fone: (48) 3029-1321 http://www.lansai.sc.gov.br		Usuário: Wilmar Hinkel	Chave de Autenticação 1615-0889-730	Página 1 / 1	
Ingressos			Despesas		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I)			Despesa orçamentária (VI)		
Ordinária			Ordinária	5.468.983,25	0,00
Vinculada			Vinculada	5.468.983,25	0,00
Recursos vinculados à educação			Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social			Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos			Outras destinações de recursos		
(-) Deduções da receita					
Ordinária					
Vinculada					
Recursos vinculados à educação					
Recursos vinculados à saúde					
Recursos vinculados à previdência social - RPPS					
Recursos vinculados à seguridade social					
Outras destinações de recursos					
Transferências financeiras recebidas (II)			Transferências financeiras concedidas (VII)		
Para execução orçamentária	6.611.247,20	0,00	Para execução orçamentária		
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS	6.611.247,20	0,00	Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
Recbimentos extraorçamentários (III)			Pagamentos extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar processados	3.054.517,36	0,00	Pagamento de restos a pagar processados	886.166,05	0,00
Inscrição de restos a pagar não processados	114.501,54	0,00	Pagamento de restos a pagar não processados	13.669,32	0,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.292.876,88	0,00	Depósitos restituíveis e valores vinculados	567.980,37	0,00
Saldo em espécie do exercício anterior (IV)			Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)		
Caixa e equivalentes de caixa	618.447,85	0,00	Caixa e equivalentes de caixa	3.929.063,11	0,00
Investimentos e aplicações temporárias	618.447,85	0,00	Investimentos e aplicações temporárias	3.929.063,11	0,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados			Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos			Outros rendimentos		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	10.284.212,41	0,00	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	10.284.212,41	0,00

ORVINO COELHO DE AVILA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO
ORDENADOR DA DESPESA

WILMAR HINCKEL
TECNICO EM CONTABILIDADE
CRC/SC-10613

CUSTODIO HORACIO DA SILVEIRA
DIRETOR FINANCEIRO

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.53/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 53/2015, Edital de Pregão Nº 53/2015, Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para uso no jardim de infância de Padre Réus e para uso do 1º GBM de São José do Cedro, bem como aquisição de uma cadeira executiva para uso no gabinete do prefeito municipal. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 17:00 horas do dia 08/06/2015. Abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 09/06/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO TOMADA DE PREÇO N.54/2015

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC.
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº54/2015.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 54/2015, Edital de Tomada de Preço Nº 54/2015, Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de ampliação na nova garagem de máquinas do município (construção da sede administrativa), localizada na rua Hermínio Conte, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução dos objetos, conforme projetos, memoriais descritivos e orçamentos anexos. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 10/06/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 10/06/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail – compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS – 1º A 30/04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/3
Data: 22/05/2015
Hora: 16:25:31
Período: 01/04/2015 - 30/04/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 08/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	18.419,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	27.629,51
Total de recursos recebidos em 08/04/2015:			46.049,19

Recursos recebidos em: 09/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	16.700,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Vigilância Epidemiológica	4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	5.810,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saude Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	18.900,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.243,14
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde da Família - SF	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	45.390,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	13.200,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.828,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	9.781,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	33.462,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	13.125,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Vigilância em Saúde	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	2.637,24
Total de recursos recebidos em 09/04/2015:			166.077,95

Recursos recebidos em: 10/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	291.203,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	15,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	6,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	72.800,94
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	3,77
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	121.334,90
Total de recursos recebidos em 10/04/2015:			485.364,70

Recursos recebidos em: 22/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	392.746,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	261.831,32
Total de recursos recebidos em 22/04/2015:			654.578,30

Recursos recebidos em: 23/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	77.863,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	33.335,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	80.006,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	20.001,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Mental - CAPS	4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	5.661,71
Total de recursos recebidos em 23/04/2015:			216.868,84

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/3

Data: 22/05/2015

Hora: 16:25:31

Período: 01/04/2015 - 30/04/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 27/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Vigilância em Saúde	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	815,31
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	PAB FIXO	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	47.801,00
Total de recursos recebidos em 27/04/2015:			48.616,31

Recursos recebidos em: 28/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	32,98
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	13,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	102.398,24
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	8,25
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	153.597,36
Total de recursos recebidos em 28/04/2015:			256.050,58

Recursos recebidos em: 29/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	9.158,85
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	49.148,00
Total de recursos recebidos em 29/04/2015:			58.306,85

Recursos recebidos em: 30/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ações e Serv Média e Alta Complexidade	4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	13.205,40
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	205.908,39
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 15%	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	3.358,98
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	9.476,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	UBS Reformas	4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	0,01
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 25%	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	5.598,31
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	1,49
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	85.795,16
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	110.928,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	53.076,46
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	5,98
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 60%	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	13.435,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	2,49
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PBF/CRAS	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	16.800,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	79.614,65

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 3/3
Data: 22/05/2015
Hora: 16:25:31
Período: 01/04/2015 - 30/04/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 30/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	51.477,10
Total de recursos recebidos em 30/04/2015:			648.685,57

TOTAL GERAL:

2.580.598,29

SÃO LOURENÇO DO OESTE, SC, 22 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Recebido em ____/____/____.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 42/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de mobiliário e equipamentos para Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 08/06/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 22 de maio de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO 43/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de peças e serviços de mecânica para os veículos e máquinas da Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 09/06/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 22 de maio de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de São Miguel da Boa Vista/SC, pessoa jurídica de direito publico interno, estabelecido na Rua São Luiz, 210, inscrita no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82, DISPENSA o Processo de Dispensa de Licitação fornecimento de peças originais para a retro escavadeira JCB 3C Plus da Secretaria Municipal de Agricultura, com fundamento no artigo 24 inciso IV da Lei 8.666/93 e suas alterações, pelas razões a seguir expostas:

- 1) Considerando que o equipamento em questão esta inutilizado pela necessidade de substituição de peças, sendo de extremamente importante na cobertura de silagem, que está no período de colheita;
- 2) Considerando que o município fornece este tipo de serviço com intuito de fomentar e incentivar a agricultura e a não efetivação destes serviços podem acarretarem em sérios prejuízos para os agricultores;
- 3) Considerando que não existe empresas particulares que possam executar este tipo de serviço no município de São Miguel da Boa Vista;
- 4) Considerando que as situações acima descritas tornam inviável a realização de processo licitatório pela urgência e a necessidade do referido equipamento, sendo solicitado pela Secretaria Municipal de Agricultura com fornecimento de orçamento prévio junto ao fornecedor autorizado da marca para fornecimento de peça original.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a contratação direta por dispensa de licitação da empresa MACROMAQ MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA estabelecida na Rua Xanxerê nº 360E, Bairro Líder CEP 89805-270 na Cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº83.675.413/0002-84, para fornecimento de peças originais para a retro escavadeira JCB 3C Plus da Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. O valor a ser pago pelos serviços, incluindo o fornecimento de peças, será conforme orçamento em anexo e tabela abaixo.

Item	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO	R\$ unit.	R\$ total
01	01	und	Bomba de combustível.	218,00	218,00
02	01	und	Kit bomba manual de combustível.	387,00	387,00
			TOTAL		605,00

Art. 2º. As despesas para execução do Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

2.025 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA.

Art. 3º. O pagamento será efetuado até o dia 12 do mês subsequente a realização do serviços, troca de peças e emissão da Nota Fiscal. Sendo assim, caracterizado o interesse público, necessário se faz a contratação da Empresa. Publique-se no local de costume.

São Miguel da Boa Vista, SC, 22 de maio de 2015.

Valmir Cesar Schroter Prefeito Municipal em exercício	Edson Cesar Rigotti Presidente da Comissão	Gilberto Jose Miorando Assessoria Jurídica
--	---	---

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO

BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

A Lei de Meios, para o exercício de 2014 de nº 0 de 01 de Janeiro de 1900, estimou a receita em 17.028.760,00 e fixou a despesa em 17.028.760,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		17.028.760,00
+ Créditos Suplementares:	3.438.337,92	
+ Créditos Especiais:	118.600,00	3.556.937,92
- Reduções:		1.778.726,99
DESPESA AUTORIZADA:		18.806.970,93

Créditos Adicionais:

No exercício considerado, foram autorizados 261 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 3.438.337,92, e 12 crédito(s) especiais no valor de R\$ 118.600,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	1.778.726,99
Despesa a Maior	1.778.210,93
TOTAL:	3.556.937,92

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 10.115.731,66, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 6.913.028,34, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	17.028.760,00
Arrecadação a Menor	-6.913.028,34
Receita Arrecadada	10.115.731,66

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	17.028.760,00	10.115.731,66	-6.913.028,34
RECEITAS CORRENTES	11.392.180,00	9.282.805,12	-2.109.374,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	264.000,00	292.936,39	28.936,39
IMPOSTOS	250.900,00	277.545,53	26.645,53
TAXAS	12.600,00	15.390,86	2.790,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	500,00	0,00	-500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.000,00	19.340,07	1.340,07
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	18.000,00	19.340,07	1.340,07
RECEITA PATRIMONIAL	76.000,00	115.905,04	39.905,04
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	76.000,00	115.905,04	39.905,04
RECEITA DE SERVIÇOS	108.700,00	95.789,23	-12.910,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.878.880,00	8.717.860,86	-2.161.019,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.801.880,00	8.640.568,36	-2.161.311,64
Transf. de Conv.	77.000,00	77.292,50	292,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.600,00	40.973,53	-5.626,47
Multas e Juros de Mora	19.400,00	10.843,03	-8.556,97
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.200,00	12.709,05	-4.490,95
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	17.421,45	7.421,45
RECEITAS DE CAPITAL	5.636.580,00	832.926,54	-4.803.653,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	0,00	-900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	0,00	-900.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	66.000,00	29.020,00	-36.980,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	66.000,00	29.020,00	-36.980,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.670.580,00	803.906,54	-3.866.673,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.670.580,00	803.906,54	-3.866.673,46

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e s			159.335,54
Totais:	17.028.760,00	10.115.731,66	-6.913.028,34

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 8.717.860,86 correspondem a 86,1812% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2011	465.555,34	8.386.855,82	362.310,97	9.214.722,13
2012	459.250,24	8.629.498,21	1.114.524,15	10.203.272,60
2013	509.855,37	9.482.339,47	393.500,00	10.385.694,84
2014	564.944,26	8.717.860,86	832.926,54	10.115.731,66

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 0 foi de R\$ 17.028.760,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 9.767.196,57, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	10.526.462,82	8.260.327,46	-2.266.135,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.059.704,76	4.779.115,06	-280.589,70
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00	7.459,08	-12.540,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.446.758,06	3.473.753,32	-1.973.004,74
DESPESAS DE CAPITAL	8.275.508,11	1.506.869,11	-6.768.639,00
INVESTIMENTOS	8.269.508,11	1.506.615,49	-6.762.892,62
AMORTIZACAO DA DIVIDA	6.000,00	253,62	-5.746,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	-5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,00	-5.000,00
Total	18.806.970,93	9.767.196,57	-9.039.774,36

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 4.779.115,06 , que representa 48,9303 % do total.

O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2011	5.951.386,40	970.296,68	6.921.683,08
2012	6.715.213,87	1.750.335,31	8.465.549,18
2013	7.217.314,25	922.862,64	8.140.176,89
2014	8.260.327,46	1.506.869,11	9.767.196,57

Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	17.028.760,00
Créditos Suplementares:	3.438.337,92
Créditos Especiais:	118.600,00
- Reduções:	1.778.726,99
Total	18.806.970,93

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	9.767.196,57
Despesa a Menor	-9.039.774,36
RECEITA ARRECADADA	10.115.731,66
(-) Receita Prevista	17.028.760,00
RECEITA A MENOR	-6.913.028,34

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA****Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional**Betha Sistemas
Exercício 2014

RECEITA ARRECADADA	10.115.731,66
(-) Receita Prevista	17.028.760,00
RECEITA A MENOR	-6.913.028,34

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA
BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	1.038.595,61
RECEITA ARRECADADA	
Orçamentária	10.115.731,66
Interferências Ativas	2.574.162,47
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Realizável	36.480,70
Depósitos	671.566,69
Restos a Pagar	155.512,67
Outras Operações	39.390,62
Acréscimos Patrimoniais	290,00
TOTAL	14.631.730,42
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	9.607.136,91
Empenhada e Paga	160.059,66
Empenhada a Pagar	2.574.162,67
Interferências Passivas	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Realizável	36.480,70
Depósitos	671.084,26
Restos a Pagar	69.337,97
Outras Operações	34.843,63
Saldo em 31/12/2014	1.478.624,62
TOTAL	14.631.730,42

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2014.

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	1.478.624,62
Total do Ativo Financeiro	1.478.624,62
PASSIVO FINANCEIRO	
DEPÓSITOS	482,43
RESTOS A PAGAR	454.923,41
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.546,99
Total do Passivo Financeiro	459.952,83
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.018.671,79

Por ser turno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:

ATIVO PERMANENTE	
CRÉDITOS	305.713,90
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.453,11
DÍVIDA ATIVA	14.937,90
IMOBILIZADO	11.789.161,89
Total do Ativo Permanente	12.111.266,80
SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)	13.129.938,59

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do Exercício Anterior	44.615,76
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	1.014,48
Saldo Para o Exercício Seguinte	43.601,28

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 455.405,84, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	482,43
RESTOS A PAGAR	454.923,41
TOTAL	455.405,84

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2014:

Saldo do Exercício Anterior	378.768,53 D
Nova Formação da Dívida	817.059,54 D
(-) Amortização no Exercício	740.422,23 D
Saldo do Exercício de 2014	455.405,84 D

SANTA CATARINABetha Sistemas
Exercício 2014**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA****Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional****DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RECEITA EFETIVA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	10.115.731,66
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	2.574.162,47
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	1.431.305,07
Total	14.121.199,20

DESPESA EFETIVA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	9.767.196,57
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	2.574.162,67
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	48.338,14
Total	12.389.697,38
Superávit (7)	1.731.501,82

INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas	15.475.120,77
Variações Passivas	13.157.722,97
Total (8)	2.317.397,80
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	4.048.899,62

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica do exercício de 2014, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

BALANÇO FINANCEIRO
SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	12.689.894,13	ORÇAMENTÁRIAS	12.341.359,24
Receitas	10.115.731,66	Despesas	9.767.196,57
Receitas Correntes	9.282.805,12	Despesas Correntes	8.260.327,46
Receita Tributária	297.561,45	Pessoal e Encargos Sociais	4.779.115,06
Receita de Contribuições	19.340,07	Juros e Encargos da Dívida	7.459,08
Receita Patrimonial	119.849,15	Outras Despesas Correntes	3.473.753,32
Receita de Serviços	95.789,23	Despesas de Capital	1.506.869,11
Transferências Correntes	10.428.948,60	Investimentos	1.506.615,49
Outras Receitas Correntes	40.973,53	Amortização da Dívida	253,62
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.719.656,91	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.574.162,67
Receitas de Capital	832.926,54	Transferências Financeiras Concedidas	2.574.162,67
Alienação de Bens	29.020,00		
Transferências de Capital	803.906,54		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.574.162,47		
Transferências Financeiras Recebidas	2.574.162,47		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	904.239,70	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	812.745,58
Realizável	36.480,70	Realizável	36.480,70
Créditos em Circulação	36.480,70	Créditos em Circulação	36.480,70
Depósitos	672.565,71	Depósitos	672.083,28
Consignações	666.792,71	Consignações	666.310,28
Depósitos de Diversas Origens	5.773,00	Depósitos de Diversas Origens	5.773,00
Restos a Pagar	155.512,67	Restos a Pagar	69.337,97
Obrigações a Pagar	155.512,67	Obrigações a Pagar	69.337,97
Fornecedores	70.245,34	Fornecedores	28.464,25
Restos a Pagar Não Processados	73.036,67	Restos a Pagar Não Processados	37.879,34
Restos a Pagar Não Processados	10.019,82	Obrigações Tributárias	2.994,38
Obrigações Tributárias	2.210,84	Outras Operações	34.843,63
Outras Operações	39.390,62	Credores - Entidades e Agentes	34.843,63
Credores - Entidades e Agentes	39.390,62		
Acréscimos Patrimoniais	290,00		
SOMA	13.594.133,83	SOMA	13.154.104,82
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.038.595,61	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.478.624,62
Bancos Conta Movimento	413.488,30	Bancos Conta Movimento	456.574,45
Bancos Conta Vinculada	622.505,08	Bancos Conta Vinculada	990.671,27
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	2.602,23	Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	31.378,90
TOTAL	14.632.729,44	TOTAL	14.632.729,44

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 05/05/2015

Gilnei Antonio Guth
 Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
 Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Período: Jz

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

RECEITA				DESPESA		
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO
Receitas Correntes	11.392.180,00	9.282.805,12	2.109.374,88	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTO/	18.688.370,93	9.667.393,45
Receita Tributária	264.100,00	297.561,45	-33.461,45	Despesas Corrente	10.410.774,82	8.163.262,03
Receita de Contribuições	18.000,00	19.340,07	-1.340,07	Despesas de Capital	8.277.596,11	1.504.131,42
Receita Patrimonial	76.000,00	119.849,15	-43.849,15	CRÉDITO ESPECIAL	118.600,00	99.803,12
Receita de Serviços	108.700,00	95.789,23	12.910,77	Despesas Corrente	115.688,00	97.065,43
Transferências Correntes	12.863.460,00	10.428.948,60	2.434.511,40	Despesas de Capital	2.912,00	2.737,69
Outras Receitas Correntes	46.600,00	40.973,53	5.626,47	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	2.574.162,67
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.984.680,00	-1.719.656,91	-265.023,09	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	2.574.162,67
Receitas de Capital	5.636.580,00	832.926,54	4.803.653,46			
Operações de Crédito	900.000,00	0,00	900.000,00			
Alienação de Bens	66.000,00	29.020,00	36.980,00			
Transferências de Capital	4.670.580,00	803.906,54	3.866.673,46			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	2.574.162,47	-2.574.162,47			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	2.574.162,47	-2.574.162,47			
SOMA	17.028.760,00	12.689.894,13	4.338.865,87	SOMA	18.806.970,93	12.341.359,24
DÉFICIT	1.778.210,93	0,00	1.778.210,93	SUPERÁVIT	0,00	348.534,89
TOTAL	18.806.970,93	12.689.894,13	6.117.076,80	TOTAL	18.806.970,93	12.689.894,13

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 05/05/2015

Gilnei Antonio Guth
 Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
 Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Janeiro à Dezembro
Página: 1

DIFERENÇA

9.020.977,48
2.247.512,79
6.773.464,69
18.796,88
18.622,57
174,31
-2.574.162,67
-2.574.162,67

6.465.611,69
-348.534,89
6.117.076,80

BALANÇO PATRIMONIAL

Betha Sistemas
Exercício 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	1.478.624,62	FINANCEIRO	459.952,83
DISPONÍVEL	1.478.624,62	DEPÓSITOS	482,43
Bancos Conta Movimento	456.574,45	Consignações	482,43
Bancos Conta Vinculada	990.671,27	RESTOS A PAGAR	454.923,41
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	31.378,90	Obrigações a Pagar	454.923,41
		OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.546,99
		Credores - Entidades e Agentes	4.546,99
PERMANENTE	12.111.266,80		
CRÉDITOS	305.713,90		
Devedores - Entidades e Agentes	305.713,90		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.453,11		
DÍVIDA ATIVA	14.937,90		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a (Curto Prazo)	8.549,74		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	6.388,16		
IMOBILIZADO	11.789.161,89		
Bens Imóveis	7.805.091,65		
Bens Móveis	3.984.070,24		
ATIVO REAL	13.589.891,42	PASSIVO REAL	459.952,83
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	13.129.938,59
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	13.129.938,59
COMPENSADO	2.910.976,12	COMPENSADO	2.910.976,12
Execução Orçamentária da Receita	216.300,00	Execução Orçamentária da Receita	216.300,00
Fixação Orçamentária da Despesa	716.910,74	Fixação Orçamentária da Despesa	716.910,74
Execução da Programação Financeira	1.937.692,60	Execução da Programação Financeira	1.937.692,60
Compensações Ativas Diversas	30.978,80	Compensações Passivas Diversas	30.978,80
Controle de Consórcios	9.093,98	Controle de Consórcios	9.093,98
TOTAL	16.500.867,54	TOTAL	16.500.867,54

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 05/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A RECEITA

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 GABINETE DO PREFEITO	549.315,00	0,00	549.315,00	492.253,12	57.061,88
02.01 GABINETE DO PREFEITO	549.315,00	0,00	549.315,00	492.253,12	57.061,88
0201.04 Administração					
0201.04.122 Administração Geral	549.315,00	0,00	549.315,00	492.253,12	57.061,88
02.01.04.122 0002 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	487.000,00	0,00	487.000,00	438.437,70	48.562,30
	487.000,00	0,00	487.000,00	438.437,70	48.562,30
02.01.04.122 0002.1.002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO GABINETE	112.800,00	0,00	112.800,00	112.500,00	300,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	79.700,00	300,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	32.800,00	0,00	32.800,00	32.800,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				79.700,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0000 Equipamentos e Material Permanente				32.800,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Veiculos de Tração Mecânica				79.700,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0000 Veiculos de Tração Mecânica				32.800,00	
02.01.04.122 0002.1.003 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_ GABINETE	3.000,00	0,00	3.000,00	349,00	2.651,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	349,00	2.651,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				349,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				349,00	
02.01.04.122 0002.2.002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	371.200,00	0,00	371.200,00	325.588,70	45.611,30
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	241.200,00	0,00	241.200,00	234.807,11	6.392,89
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				190.937,78	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários				190.937,78	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais				43.869,33	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				43.869,33	
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	130.000,00	0,00	130.000,00	90.781,59	39.218,41
3.3.90.14.00.00.00.01.0000 Diárias - Civil				69.187,23	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0000 Diárias no País - Civil				69.187,23	
3.3.90.30.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				14.060,29	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				11.187,63	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos				2.872,66	
3.3.90.39.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.534,07	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0000 Limpeza de Veículos				642,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Veículos				421,21	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0000 Serviços de Telecomunicações				2.929,49	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0000 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				18,40	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 GABINETE DO PREFEITO	549.315,00	0,00	549.315,00	492.253,12	57.061,88
02.01 GABINETE DO PREFEITO	549.315,00	0,00	549.315,00	492.253,12	57.061,88
0201.04 Administração	549.315,00	0,00	549.315,00	492.253,12	57.061,88
0201.04.122 Administração Geral	487.000,00	0,00	487.000,00	438.437,70	48.562,30
02.01.04.122.0002 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	487.000,00	0,00	487.000,00	438.437,70	48.562,30
02.01.04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	371.200,00	0,00	371.200,00	325.588,70	45.611,30
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0000 Serviços Gráficos e Editoriais				30,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0000 seguros em Geral				1.473,72	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0000 Multas e Infrações de Trânsito				170,25	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.849,00	
0201.04.124 Controle Interno	62.315,00	0,00	62.315,00	53.815,42	8.499,58
02.01.04.124.0002 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	62.315,00	0,00	62.315,00	53.815,42	8.499,58
02.01.04.124.0002.1.004 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE CI	5.000,00	0,00	5.000,00	520,00	4.480,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	520,00	4.480,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				520,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral				520,00	
02.01.04.124.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SISTEMA CONTROLE INTERNO	57.315,00	0,00	57.315,00	53.295,42	4.019,58
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	50.300,00	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				40.958,12	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários				40.958,12	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais				9.341,88	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				9.341,88	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	3.015,00	0,00	3.015,00	1.055,42	1.959,58
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0000 Passagens e Despesas com Locomocao				605,42	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0000 Passagens Para o País				605,42	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				450,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				450,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas				1.940,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente	4.000,00	0,00	4.000,00	1.940,00	2.060,00
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos de Processamento de Dados				1.940,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 3

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	1.606.482,30	4.000,00	1.610.482,30	399.409,17
03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04 Administração	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04.122 Administração Geral	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
03.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	888.785,68	1.760,00	890.545,68	357.284,21
03.01.04.122.0003.1.036 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00
03.01.04.122.0003.1.046 CONSTRUÇÃO COBERTURA ACESSO CENTRO ADMINISTRATIVO	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
03.01.04.122.0003.2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	581.785,68	1.760,00	583.545,68	51.289,21
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos	0,00	792,00	594,00	198,00
3.1.71.70.00.00.00.00.01.0000 Participação em Consórcios Públicos			594,00	
3.1.71.70.01.00.00.00.01.0000 Participação em Consórcios Públicos			594,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	255.785,68	0,00	255.785,68	20.469,79
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			235.315,89	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários			191.408,01	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais			191.408,01	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS			43.907,88	
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos			43.907,88	
3.3.71.70.00.00.00.00.01.0000 Rateio para Participação em Consórcios Públicos			880,00	
3.3.71.70.01.00.00.00.01.0000 Rateio para Participação em Consórcios Públicos			880,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas			880,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo	315.500,00	0,00	315.500,00	30.557,34
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo			284.942,66	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			36.017,30	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0000 Gás Engarrafado			3.134,34	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação			234,80	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0000 Material de Expediente			1.970,25	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados			8.958,73	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha			2.897,85	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização			412,36	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis			1.832,89	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico			90,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0000 Material de Proteção e Segurança			9.473,95	
			127,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 4

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	1.606.482,30	4.000,00	1.610.482,30	399.409,17
03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04 Administração	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04.122 Administração Geral	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
03.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	888.785,68	1.760,00	890.545,68	357.284,21
03.01.04.122.0003.2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	581.785,68	1.760,00	583.545,68	51.289,21
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0000 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			708,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos			86,00	
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0000 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			1.995,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo			4.096,13	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0000 Passagens e Despesas com Locomoção			685,42	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0000 Passagens Para o País			685,42	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			248.239,94	
3.3.90.39.01.00.00.00.01.0000 Assinatura de Periódicos e Anúncios			3.912,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0000 Serviços Técnicos Profissionais			32.950,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0000 Manutenção de Software			1.654,32	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0000 Locação de Softwares			3.240,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0000 Locação de Máquinas e Equipamentos			4.502,97	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0000 Limpeza de Veículos			114,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Móveis			2.730,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			745,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Veículos			160,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0000 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			1.120,00	
3.3.90.39.23.00.00.00.01.0000 Festividades e Homenagens			17.520,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica			6.952,71	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto			132,90	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0000 Serviços de Comunicação em Geral			20.208,04	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0000 Serviços de Seleção e Treinamento			13.650,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0000 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			313,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0000 Serviços de Telecomunicações			11.501,45	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0000 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto			7,20	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0000 Serviços Gráficos e Editoriais			20.252,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0000 seguros em Geral			167,37	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0000 Multas e Infrações de Trânsito			289,42	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0000 Serviços de Publicidade e Propaganda			46.748,25	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 5

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	1.606.482,30	4.000,00	1.610.482,30	399.409,17
03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04 Administração	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04.122 Administração Geral	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
03.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	888.785,68	1.760,00	890.545,68	357.284,21
03.01.04.122.0003.2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	581.785,68	1.760,00	583.545,68	51.289,21
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0000 Serviços de Publicidade Legal			7.990,00	
3.3.90.39.97.00.00.00.00.01.0000 Despesas de Teleprocessamento			19.944,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			31.435,31	
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos			66,00	22,00
4.4.71.70.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos	0,00	88,00	88,00	
4.4.71.70.01.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos			66,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	10.500,00	0,00	10.500,00	42,08
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente			10.457,92	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			10.457,92	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Utensílios Domésticos			140,00	
4.4.90.52.36.00.00.00.01.0000 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório			1.595,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral			990,00	
4.4.90.52.51.00.00.00.01.0000 Peças Não Incorporáveis a Imóveis			660,00	
			7.072,92	
03.01.04.122.0003.2.005 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	5.000,00	0,00	5.000,00	3.995,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	3.995,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.005,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			355,00	
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0000 Limpeza e Conservação			650,00	
03.01.04.122.0004 FORTALECIMENTO DE ENTIDADES	135.696,62	2.240,00	137.936,62	1.885,60
03.01.04.122.0004.2.006 CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES			135.211,02	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	135.696,62	0,00	135.696,62	485,60
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	126.183,60	0,00	126.183,60	485,60
3.3.50.41.00.00.00.00.01.0000 Contribuições	9.513,02	0,00	9.513,02	0,00
3.3.50.41.00.00.00.00.03.0000 Contribuições			125.698,00	
3.3.50.41.02.00.00.00.01.0000 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv			9.513,02	
3.3.50.41.02.00.00.00.03.0000 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv			117.998,00	
3.3.50.41.99.00.00.00.01.0000 Outras Contribuições			9.513,02	
			7.700,00	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 6

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	1.606.482,30	4.000,00	1.610.482,30	399.409,17
03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04 Administração	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
0301.04.122 Administração Geral	1.024.482,30	4.000,00	1.028.482,30	359.169,81
03.01.04.122.0004 FORTALECIMENTO DE ENTIDADES	135.696,62	2.240,00	137.936,62	1.885,60
03.01.04.122.0004.2.063 DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO	0,00	2.240,00	2.240,00	1.400,00
3.1.71.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos	0,00	1.344,00	1.344,00	840,00
3.1.71.70.00.00.00.01.0000 Participação em Consórcios Públicos			504,00	
3.1.71.70.01.00.00.00.01.0000 Participação em Consórcios Públicos			504,00	
3.3.71.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos	0,00	672,00	672,00	420,00
3.3.71.70.00.00.00.01.0000 Rateio para Participação em Consórcios Públicos			252,00	
3.3.71.70.01.00.00.00.01.0000 Rateio para Participação em Consórcios Públicos			252,00	
4.4.71.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos	0,00	224,00	224,00	140,00
4.4.71.70.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos			84,00	
4.4.71.70.01.00.00.00.01.0000 Transferências a Consórcios Públicos			84,00	
03.02 DEPARTAMENTO DE FAZENDA	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
0302.04 Administração	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
0302.04.123 Administração Financeira	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
03.02.04.123.0005 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
03.02.04.123.0005.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MATERIAIS PERMANENTES_FINANÇAS	17.000,00	0,00	17.000,00	270,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	215,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	55,00
4.4.90.52.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente			9.785,00	
4.4.90.52.00.00.00.03.0000 Equipamentos e Material Permanente			6.945,00	
4.4.90.52.30.00.00.01.0000 Máquinas e Equipamentos Energéticos			6.945,00	
4.4.90.52.30.00.00.03.0000 Máquinas e Equipamentos Energéticos			6.945,00	
4.4.90.52.42.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral			2.840,00	
03.02.04.123.0005.2.007 MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	565.000,00	0,00	565.000,00	39.969,36
3.1.90.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	527.000,00	0,00	527.000,00	14.135,43
3.1.90.11.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			422.047,02	
3.1.90.11.01.00.00.01.0000 vencimentos e salários			422.047,02	
3.1.90.13.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais			90.817,55	
3.1.90.13.02.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS			90.817,55	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 7

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	1.606.482,30	4.000,00	1.610.482,30	399.409,17
03.02 DEPARTAMENTO DE FAZENDA	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
0302.04 Administração	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
0302.04.123 Administração Financeira	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
03.02.04.123.0005 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	582.000,00	0,00	582.000,00	40.239,36
03.02.04.123.0005.2.007 MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	565.000,00	0,00	565.000,00	39.969,36
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	38.000,00	0,00	38.000,00	25.833,93
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo			3.341,30	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados			249,80	
3.3.90.30.26.00.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico			2.913,50	
3.3.90.30.46.00.00.00.00.01.0000 Material Bibliográfico não Imobilizável			178,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8.824,77	
3.3.90.39.12.00.00.00.00.01.0000 Locação de Máquinas e Equipamentos			3.325,62	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			1.140,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0000 Serviços Bancários			3.290,40	
3.3.90.39.90.00.00.00.00.01.0000 Serviços de Publicidade Legal			818,75	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			250,00	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12.306 Alimentação e Nutrição	153.444,80	0,00	153.444,80	26.754,61
04.01.12.306.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	153.444,80	0,00	153.444,80	26.754,61
04.01.12.306.0006.2.008 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAMENTAL	145.404,00	0,00	145.404,00	22.075,16
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	99.500,00	0,00	99.500,00	10.163,19
3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0000 Contratacao por Tempo Determinado			1.909,39	
3.1.90.04.04.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais			1.909,39	
3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			73.105,31	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários			73.105,31	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais			14.322,11	
3.1.90.13.02.00.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS			14.322,11	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas			25.819,73	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0060 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	9.180,27
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo	6.904,00	0,00	6.904,00	816,60
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0060 Material de Consumo			6.087,40	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 8

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE				
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação				
0401.12.306 Alimentação e Nutrição	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
04.01.12.306.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	153.444,80	0,00	153.444,80	26.754,61
	153.444,80	0,00	153.444,80	26.754,61
04.01.12.306.0006.2.008 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAMENTAL				
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0000 Gás Engarrafado	145.404,00	0,00	145.404,00	22.075,16
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	1.915,10
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Utensílios Domésticos				
04.01.12.306.0006.2.009 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_PRÉ ESCOLA				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 Aplicacoes Diretas	3.240,00	0,00	3.240,00	1.707,80
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0060 Material de Consumo	3.240,00	0,00	3.240,00	1.707,80
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0060 Gêneros de Alimentação				
04.01.12.306.0006.2.010 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_CRECHE				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 Aplicacoes Diretas	4.800,80	0,00	4.800,80	2.971,65
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0060 Aplicacoes Diretas	4.800,00	0,00	4.800,00	2.971,65
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0060 Material de Consumo	0,80	0,00	0,80	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0060 Material de Consumo				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0060 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0060 Gêneros de Alimentação				
0401.12.361 Ensino Fundamental				
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006.1.008 AQUISIÇÃO VEÍCULO_EDUCAÇÃO				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00
	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00
04.01.12.361.0006.1.009 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	806.780,00	0,00	806.780,00	258.000,00
	138.000,00	0,00	138.000,00	13.500,00

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 9

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12.361 Ensino Fundamental	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006.1.009 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	806.780,00	0,00	806.780,00	258.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	668.780,00	0,00	668.780,00	244.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos e Material Permanente			124.500,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0022 Equipamentos e Material Permanente			424.280,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Veículos de Tração Mecânica			124.500,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0022 Veículos de Tração Mecânica			424.280,00	
04.01.12.361.0006.1.010 CONSTRUÇÃO GARAGEM VEÍCULOS TRANSPORTE ESCOLAR	60.900,00	0,00	60.900,00	60.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	60.900,00	0,00	60.900,00	60.900,00
04.01.12.361.0006.1.011 READEQUAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO PRÉDIO CENTRO EDUCACIONAL	451.000,00	0,00	451.000,00	451.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	445.000,00	0,00	445.000,00	445.000,00
04.01.12.361.0006.1.012 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_CENTRO EDUCACIONAL	48.711,00	0,00	48.711,00	12.155,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	22.000,00	0,00	22.000,00	12.155,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	23.211,00	0,00	23.211,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058 Aplicacoes Diretas	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos e Material Permanente			9.845,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0022 Equipamentos e Material Permanente			23.211,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0058 Equipamentos e Material Permanente			3.500,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Máquinas e Equipamentos Energéticos			760,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			2.570,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.00.01.0001 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			4.575,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.00.01.0058 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			3.500,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos de Processamento de Dados			1.940,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.00.01.0022 Mobiliário em Geral			23.211,00	
04.01.12.361.0006.1.013 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_LABORATÓRIO INFORMÁTICA	6.000,00	0,00	6.000,00	4.070,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	4.070,00
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos e Material Permanente			1.930,00	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 10

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12.361 Ensino Fundamental	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006.1.013 AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_LABORATÓRIO INFORMÁ	6.000,00	0,00	6.000,00	4.070,00
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0001 Equipamentos de Processamento de Dados			1.930,00	1.930,00
04.01.12.361.0006.1.014 AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_PRÉ ESCOLA	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
04.01.12.361.0006.2.008 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAMENTAL	16.428,36	0,00	16.428,36	16.428,36
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	16.428,36	0,00	16.428,36	16.428,36
04.01.12.361.0006.2.011 MANUTENÇÃO ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	494.940,55	0,00	494.940,55	33.536,31
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	32.288,12
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 Aplicacoes Diretas	401.940,55	0,00	401.940,55	0,84
3.1.90.01.00.00.00.00.01.0001 Aposentadorias e Reformas			524,88	
3.1.90.01.99.00.00.00.01.0001 Outras Aposentadorias - Pessoal Civil			524,88	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0001 Contratacao por Tempo Determinado			12.304,86	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0018 Contratacao por Tempo Determinado			62.643,80	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0001 Professores Substitutos			10.172,53	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0018 Professores Substitutos			51.804,60	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0001 Obrigações Patronais			2.132,33	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0018 Obrigações Patronais			10.839,20	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			32.939,87	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			275.915,48	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0001 vencimentos e salários			32.939,87	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0018 vencimentos e salários			275.915,48	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 Obrigações Patronais			11.942,27	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0018 Obrigações Patronais			63.380,43	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS			11.942,27	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0018 Contribuições Previdenciárias - INSS			63.380,43	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	1.247,35
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo			1.752,65	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 11

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	2.402.736,64	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	2.312.211,40	1.248.705,67
0401.12 Educação	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	2.312.211,40	1.248.705,67
0401.12.361 Ensino Fundamental	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.876.714,67	1.116.966,55
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.876.714,67	1.116.966,55
04.01.12.361.0006.2.011 MANUTENÇÃO ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	494.940,55	0,00	494.940,55	481.404,24	33.536,31
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0001 Material Educativo e Esportivo				835,15	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0001 Material de Expediente				917,50	
04.01.12.361.0006.2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	352.024,00	0,00	352.024,00	330.856,94	21.167,06
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	196.000,00	0,00	196.000,00	192.131,56	3.868,44
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				155.592,50	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0001 vencimentos e salários				155.592,50	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 Obrigacoes Patronais				36.539,06	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS				36.539,06	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	90.508,82	0,00	90.508,82	77.295,29	13.213,53
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	3.625,57	2.374,43
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	5.400,00	0,00	5.400,00	5.379,00	21,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo				18.874,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0000 Material de Consumo				4.482,48	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0001 Gás Engarrafado				985,95	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0001 Gêneros de Alimentação				1.286,66	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0001 Material Educativo e Esportivo				927,90	
3.3.90.30.14.00.00.00.03.0000 Material Educativo e Esportivo				4.204,94	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0001 Material de Expediente				6.605,49	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0001 Material de Processamento de Dados				2.028,70	
3.3.90.30.20.00.00.00.01.0001 Material de Cama, Mesa e Banho				243,45	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0001 Material de Copo e Cozinha				555,75	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0001 Material de Limpeza e Produção de Higienização				4.889,09	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização				34,50	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Imóveis				628,60	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				12,94	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Móveis				130,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0001 Material Elétrico e Eletrônico				191,80	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0000 Material Elétrico e Eletrônico				130,30	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 12

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE				
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO				
0401.12 Educação				
0401.12.361 Ensino Fundamental				
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA				
04.01.12.361.0006.2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0001 Material de Proteção e Segurança	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0000 Material de Proteção e Segurança	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0001 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos				
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0001 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0001 Material de Distribuição Gratuita	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0001 Outros Materiais de Distribuição Gratuita	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0001 Passagens e Despesas com Locomoção	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0058 Passagens e Despesas com Locomoção				
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0000 Passagens e Despesas com Locomoção				
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0001 Passagens Para o País				
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0058 Passagens Para o País	352.024,00	0,00	352.024,00	21.167,06
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Passagens Para o País				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0058 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.01.00.00.00.01.0001 Assinatura de Periódicos e Anuidades				
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0001 Serviços Técnicos Profissionais				
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0001 Manutenção de Software				
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0001 Locação de Máquinas e Equipamentos				
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0001 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				
3.3.90.39.20.00.00.00.03.0000 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0001 Serviços de Energia Elétrica				
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0001 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0000 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				
3.3.90.39.57.00.00.00.01.0001 Serviços de Processamento de Dados				
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0001 Serviços de Telecomunicações				
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0001 Serviços Gráficos e Editoriais				

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 13

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12.361 Ensino Fundamental	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006.2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	352.024,00	0,00	352.024,00	21.167,06
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.325,39	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0058 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.788,61	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas			52.425,52	1.689,66
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0001 Obras e Instalacoes			52.030,62	
4.4.90.51.07.00.00.00.01.0001 Reforma			52.030,62	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos e Material Permanente			394,90	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0001 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			149,90	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0001 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			245,00	
04.01.12.361.0006.2.013 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL	221.000,00	0,00	221.000,00	190.662,95
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	14.207,05	0,00	14.207,05	662,95
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	190.000,00	0,00	190.000,00	190.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo			6.878,90	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Imóveis			940,15	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0001 Material Elétrico e Eletrônico			5.938,75	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			6.665,20	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			3.727,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0001 Serviços de Água e Esgoto			1.074,56	
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0001 Limpeza e Conservação			1.800,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			63,64	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	16.792,95	0,00	16.792,95	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0001 Obras e Instalacoes			16.792,95	
4.4.90.51.07.00.00.00.00.01.0001 Reforma			16.792,95	
04.01.12.361.0006.2.014 MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA_ CENTRO EI	42.500,00	0,00	42.500,00	372,65
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	42.000,00	0,00	41.707,55	292,45
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			34.441,42	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0001 vencimentos e salários			34.441,42	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 Obrigacoes Patronais			7.266,13	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 14

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	2.402.736,64	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	2.312.211,40	1.248.705,67
0401.12 Educação	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	2.312.211,40	1.248.705,67
0401.12.361 Ensino Fundamental	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.876.714,67	1.116.966,55
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.876.714,67	1.116.966,55
04.01.12.361.0006.2.014 MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA_ CENTRO EI	42.500,00	0,00	42.500,00	42.127,35	372,65
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS				7.266,13	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	419,80	80,20
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo				419,80	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0001 Material de Processamento de Dados				419,80	
04.01.12.361.0006.2.015 PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO FUNDAMENTAL	448.397,31	0,00	448.397,31	424.723,09	23.674,22
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	235.000,00	0,00	235.000,00	191.405,92	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				191.405,92	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e salários				43.594,08	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 Obrigacoes Patronais				43.594,08	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS				43.594,08	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	88.988,83	1.031,17
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	50.600,00	0,00	50.600,00	40.168,93	10.431,07
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058 Aplicacoes Diretas	40.700,00	0,00	40.700,00	36.085,55	4.614,45
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061 Aplicacoes Diretas	26.100,00	0,00	26.100,00	18.502,47	7.597,53
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0022 Aplicacoes Diretas	1.154,41	0,00	1.154,41	1.154,41	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0058 Aplicacoes Diretas	4.842,90	0,00	4.842,90	4.842,90	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo				65.454,86	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0022 Material de Consumo				40.168,93	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0058 Material de Consumo				15.521,43	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0061 Material de Consumo				18.502,47	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0022 Material de Consumo				549,41	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0058 Material de Consumo				2.797,90	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0001 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				51.942,46	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0022 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				32.408,93	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0058 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				4.900,85	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0061 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				8.270,90	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Veículos				13.387,20	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0022 Material para Manutenção de Veículos				7.760,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 15

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12.361 Ensino Fundamental	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.993.681,22	0,00	2.993.681,22	1.116.966,55
04.01.12.361.0006.2.015 PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO FUNDAMENTAL	448.397,31	0,00	448.397,31	23.674,22
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0058 Material para Manutenção de Veículos			10.620,58	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0061 Material para Manutenção de Veículos			10.231,57	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0022 Material para Manutenção de Veículos			549,41	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0058 Material para Manutenção de Veículos			2.797,90	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0001 Material de Sinalização Visual e Afins			125,20	
3.3.90.39.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			23.513,97	
3.3.90.39.00.00.00.01.0058 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			20.564,12	
3.3.90.39.00.00.00.03.0022 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			605,00	
3.3.90.39.00.00.00.03.0058 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.045,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0001 Limpeza de Veículos			9.395,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0058 Limpeza de Veículos			1.767,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Veículos			6.949,19	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0058 Manutenção e Conservação de Veículos			18.052,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0022 Manutenção e Conservação de Veículos			605,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0058 Manutenção e Conservação de Veículos			2.045,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0001 seguros em Geral			4.566,17	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.603,61	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0058 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			745,12	
0401.12.362 Ensino Médio	48.266,11	0,00	48.266,11	15.690,25
04.01.12.362.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	48.266,11	0,00	48.266,11	15.690,25
04.01.12.362.0006.2.016 PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO MÉDIO	48.266,11	0,00	48.266,11	15.690,25
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 Aplicacoes Diretas	29.945,56	0,00	29.945,56	5.402,81
3.3.90.00.00.00.00.01.0061 Aplicacoes Diretas	16.000,00	0,00	16.000,00	10.287,44
3.3.90.00.00.00.00.03.0022 Aplicacoes Diretas	81,91	0,00	81,91	0,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0061 Aplicacoes Diretas	2.238,64	0,00	2.238,64	0,00
3.3.90.30.00.00.00.01.0022 Material de Consumo			21.674,29	
3.3.90.30.00.00.00.01.0061 Material de Consumo			5.712,56	
3.3.90.30.00.00.00.03.0022 Material de Consumo			81,91	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 16

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE				
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação				
0401.12.362 Ensino Médio	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
04.01.12.362.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	48.266,11	0,00	48.266,11	15.690,25
	48.266,11	0,00	48.266,11	15.690,25
04.01.12.362.0006.2.016 PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO MÉDIO				
3.390.30.00.00.00.00.03.0061 Material de Consumo	48.266,11	0,00	48.266,11	15.690,25
3.390.30.01.00.00.00.01.0022 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	48.266,11	0,00	48.266,11	15.690,25
3.390.30.01.00.00.00.01.0061 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.390.30.39.00.00.00.01.0022 Material para Manutenção de Veículos				
3.390.30.39.00.00.00.01.0061 Material para Manutenção de Veículos				
3.390.30.39.00.00.00.03.0022 Material para Manutenção de Veículos				
3.390.30.39.00.00.00.03.0061 Material para Manutenção de Veículos				
3.390.39.00.00.00.00.01.0022 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.390.39.00.00.00.00.03.0061 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.390.39.19.00.00.00.01.0022 Manutenção e Conservação de Veículos				
3.390.39.19.00.00.00.03.0061 Manutenção e Conservação de Veículos				
3.390.39.99.00.00.00.01.0022 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
0401.12.363 Ensino Profissional	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
04.01.12.363.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
04.01.12.363.0006.2.061 APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS				
3.390.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.390.18.00.00.00.00.01.0000 Auxilio Financeiro a Estudantes	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.390.18.99.00.00.00.01.0000 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes				
0401.12.364 Ensino Superior	0,00	110.000,00	110.000,00	17.164,57
04.01.12.364.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	110.000,00	110.000,00	17.164,57
04.01.12.364.0006.2.062 APOIO AO ENSINO SUPERIOR				
3.190.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	0,00	110.000,00	110.000,00	17.164,57
3.190.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	20.000,00	20.000,00	4.499,36
3.190.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários				
3.190.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais				
3.190.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.390.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas				
3.390.18.00.00.00.00.01.0000 Auxilio Financeiro a Estudantes	0,00	90.000,00	90.000,00	12.665,21

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 17

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE				
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação				
0401.12.364 Ensino Superior	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
04.01.12.364.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	0,00	110.000,00	110.000,00	17.164,57
	0,00	110.000,00	110.000,00	17.164,57
04.01.12.364.0006.2.062 APOIO AO ENSINO SUPERIOR	0,00	110.000,00	110.000,00	17.164,57
3.3.90.18.99.00.00.00.01.0000 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes				
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos				
0401.12.365 Educação Infantil	253.524,94	0,00	253.524,94	72.129,69
04.01.12.365.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	253.524,94	0,00	253.524,94	72.129,69
	21.930,98	0,00	21.930,98	19.995,98
04.01.12.365.0006.1.015 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_ CRECHE	5.000,00	0,00	5.000,00	3.065,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	16.930,98	0,00	16.930,98	16.930,98
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0001 Aparelhos e Utensílios Domésticos				
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0001 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				
	21.930,98	0,00	21.930,98	19.995,98
	5.000,00	0,00	5.000,00	3.065,00
	16.930,98	0,00	16.930,98	16.930,98
	1.935,00		1.935,00	
	1.260,00		1.260,00	
	675,00		675,00	
04.01.12.365.0006.2.017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÉ ESCOLA	203.665,10	0,00	203.665,10	40.663,66
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	54.000,00	0,00	54.000,00	34.484,09
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 Aplicacoes Diretas	121.234,20	0,00	121.234,20	0,30
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0062 Aplicacoes Diretas	2.312,41	0,00	2.312,41	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0018 Aplicacoes Diretas	4.218,49	0,00	4.218,49	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0062 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0001 vencimentos e salários				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0018 vencimentos e salários				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0062 vencimentos e salários				
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0018 vencimentos e salários				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0018 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS				

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 18

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE				
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO				
0401.12 Educação				
0401.12.365 Educação Infantil	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.01.12.365.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
04.01.12.365.0006.2.017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÉ ESCOLA				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0018 Contribuições Previdenciárias - INSS	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	253.524,94	0,00	253.524,94	72.129,69
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo	253.524,94	0,00	253.524,94	72.129,69
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0000 Material de Consumo				
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0001 Gás Engarrafado				
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0001 Material Educativo e Esportivo				
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0001 Material de Expediente				
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0001 Material de Processamento de Dados				
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0001 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Móveis				
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0001 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0001 Material de Distribuição Gratuita				
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0001 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0001 Serviços Técnicos Profissionais				
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0000 Serviços Técnicos Profissionais				
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0001 Manutenção de Software				
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0001 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0001 Serviços de Energia Elétrica				
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0001 Serviços de Água e Esgoto				
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0001 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				
	1.000,00	0,00	1.000,00	940,10

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 19

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
0401.12 Educação				
0401.12.365 Educação Infantil				
04.01.12.365.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	1.248.705,67
04.01.12.365.0006.2.018 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO_PRÉ ESCOLA	253.524,94	0,00	253.524,94	72.129,69
3.3.90.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	253.524,94	0,00	253.524,94	72.129,69
3.3.90.30.00.00.00.01.0001 Material de Consumo				
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0001 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0001 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				
04.01.12.365.0006.2.019 PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_PRÉ ESCOLA	5.408,86	0,00	5.408,86	3.000,45
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0061 Aplicacoes Diretas	2.400,00	0,00	2.400,00	0,45
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0061 Aplicacoes Diretas	8,86	0,00	8,86	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0061 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0061 Material de Consumo				
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0061 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0061 Material para Manutenção de Veículos				
04.01.12.365.0006.2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE	18.800,00	0,00	18.800,00	5.644,03
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0001 Vencimentos e salários				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo				
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0001 Gás Engarrafado				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0001 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.20.00.00.00.01.0001 Material de Cama, Mesa e Banho				

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 20

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE					
04.01 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	2.402.736,64	1.350.180,43
	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	2.312.211,40	1.248.705,67
0401.12 Educação					
0401.12.365 Educação Infantil	3.448.917,07	112.000,00	3.560.917,07	2.312.211,40	1.248.705,67
04.01.12.365.0006 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	253.524,94	0,00	253.524,94	181.395,25	72.129,69
	253.524,94	0,00	253.524,94	181.395,25	72.129,69
04.01.12.365.0006.2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE	18.800,00	0,00	18.800,00	13.155,97	5.644,03
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0001 Material de Copa e Cozinha				110,15	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0001 Material de Limpeza e Produção de Higienização				722,70	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.255,30	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				878,40	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0001 Serviços Técnicos Profissionais				4.050,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0000 Serviços Técnicos Profissionais				878,40	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				205,30	
04.01.12.365.0006.2.021 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO DA CRECHE	1.720,00	0,00	1.720,00	0,00	1.720,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	1.720,00	0,00	1.720,00	0,00	1.720,00
	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
04.02 DEPARTAMENTO DE CULTURA					
0402.13 Cultura					
0402.13.392 Difusão Cultural					
04.02.13.392.0007 APOIO E DESENVOLVIMENTO A CULTURA					
	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
04.02.13.392.0007.1.016 AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CULTURA					
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
04.02.13.392.0007.2.022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	83.000,00	0,00	83.000,00	35.705,38	47.294,62
	80.000,00	0,00	80.000,00	35.705,38	44.294,62
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				7.686,38	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação				2.321,50	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0000 Material Educativo e Esportivo				1.945,00	
3.3.90.30.20.00.00.00.01.0000 Material de Cama, Mesa e Banho				59,60	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha				405,60	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0000 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.247,18	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo				1.707,50	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				10.080,00	
3.3.90.36.15.00.00.00.01.0000 Locação de Imóveis				10.080,00	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 21

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	2.402.736,64	1.350.180,43
04.02 DEPARTAMENTO DE CULTURA	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
0402.13 Cultura					
0402.13.392 Difusão Cultural					
04.02.13.392.0007 APOIO E DESENVOLVIMENTO A CULTURA	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
04.02.13.392.0007.2.022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
3.390.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
3.390.39.23.00.00.00.01.0000 Festividades e Homenagens	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
3.390.39.59.00.00.00.01.0000 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
3.390.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
3.390.47.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
3.390.47.18.00.00.00.01.0000 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc. - PF	95.000,00	0,00	95.000,00	35.705,38	59.294,62
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	83.000,00	0,00	83.000,00	35.705,38	47.294,62
				16.675,00	
				1.535,00	
				1.000,00	
				14.140,00	
				1.264,00	
				1.264,00	
	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
04.02.13.392.0007.2.023 AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.390.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE	97.000,00	0,00	97.000,00	54.819,86	42.180,14
0403.27 Desporto e Lazer					
0403.27.812 Desporto Comunitário	97.000,00	0,00	97.000,00	54.819,86	42.180,14
04.03.27.812.0008 ESPORTE E LAZER	97.000,00	0,00	97.000,00	54.819,86	42.180,14
04.03.27.812.0008.1.017 AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_ESPORTE E CME	25.000,00	0,00	25.000,00	9.474,00	15.526,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	9.474,00	15.526,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				9.474,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Utensílios Domésticos				2.665,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0000 Máquinas e Equipamentos Energéticos				180,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0000 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				2.736,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0000 Equipamentos de Processamento de Dados				1.669,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral				2.224,00	
04.03.27.812.0008.2.024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE E DA CME	72.000,00	0,00	72.000,00	45.345,86	26.654,14
3.390.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	72.000,00	0,00	72.000,00	45.345,86	26.654,14
3.390.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				9.460,69	
3.390.30.04.00.00.00.01.0000 Gás Engarrafado				140,85	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 22

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE	3.640.917,07	112.000,00	3.752.917,07	1.350.180,43
04.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE	97.000,00	0,00	97.000,00	42.180,14
0403.27 Desporto e Lazer				
0403.27.812 Desporto Comunitário	97.000,00	0,00	97.000,00	42.180,14
04.03.27.812.0008 ESPORTE E LAZER	97.000,00	0,00	97.000,00	42.180,14
04.03.27.812.0008.2.024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE E DA CME	72.000,00	0,00	72.000,00	26.654,14
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação			287,38	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0000 Material Educativo e Esportivo			6.729,90	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados			110,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha			40,15	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.503,76	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis			42,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico			243,65	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo			363,00	
3.3.90.31.00.00.00.00.01.0000 Premiações Culturais, Artist. Cientif. Despor. e Out			2.873,70	
3.3.90.31.04.00.00.00.01.0000 Premiações Desportivas			2.873,70	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			33.011,47	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			290,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica			8.939,95	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto			735,38	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			23.046,14	
06 SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
06.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
0601.20 Agricultura				
0601.20.605 Abastecimento				
06.01.20.605.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA				
06.01.20.605.0012.1.048 CONSTRUÇÃO E/OU APLICAÇÃO REDE DE ÁGUA				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas			275.235,60	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas			55.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas			197.150,43	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000 Obras e Instalacoes			23.085,17	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0024 Obras e Instalacoes			55.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0000 Obras e Instalacoes			197.150,43	0,00
4.4.90.51.91.00.00.00.00.01.0000 Obras em Andamento			23.085,17	0,00

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 23

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	1.353.055,35	375.607,50
06.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	1.353.055,35	375.607,50
0601.20 Agricultura	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	1.353.055,35	375.607,50
0601.20.605 Abastecimento	305.235,60	0,00	305.235,60	304.811,20	424,40
06.01.20.605.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA	305.235,60	0,00	305.235,60	304.811,20	424,40
06.01.20.605.0012.1.048 CONSTRUÇÃO E/OU APLICAÇÃO REDE DE ÁGUA	275.235,60	0,00	275.235,60	275.235,60	0,00
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0024 Obras em Andamento				197.150,43	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0000 Obras em Andamento				23.085,17	
06.01.20.605.0012.2.028 PROTEÇÃO DE FONTES	30.000,00	0,00	30.000,00	29.575,60	424,40
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	29.575,60	424,40
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				29.575,60	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				29.575,60	
0601.20.606 Extensão Rural	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	908.300,15	325.127,10
06.01.20.606.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	908.300,15	325.127,10
06.01.20.606.0012.1.018 AQUISIÇÃO VEÍCULOS_AGRICULTURA	32.294,25	0,00	32.294,25	0,00	32.294,25
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089 Aplicacoes Diretas	30.100,00	0,00	30.100,00	0,00	30.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0089 Aplicacoes Diretas	2.194,25	0,00	2.194,25	0,00	2.194,25
06.01.20.606.0012.1.021 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	336.733,00	0,00	336.733,00	153.733,00	183.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	61.600,00	0,00	61.600,00	31.933,00	29.667,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	250.000,00	97.500,00	152.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	25.133,00	0,00	25.133,00	24.300,00	833,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				31.933,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0024 Equipamentos e Material Permanente				97.500,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0000 Equipamentos e Material Permanente				24.300,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.01.0000 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				31.933,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.01.0024 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				97.500,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.03.0000 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				24.300,00	
06.01.20.606.0012.2.025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	859.400,00	0,00	859.400,00	751.367,15	108.032,85
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	425.900,00	0,00	425.900,00	399.186,94	26.713,06
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0000 Contratacao por Tempo Determinado				12.412,60	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais				2.644,89	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços Temporários				9.767,71	

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 24

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
06 SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
06.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
0601.20 Agricultura	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
0601.20.606 Extensão Rural	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	325.127,10
06.01.20.606.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	325.127,10
06.01.20.606.0012.025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	859.400,00	0,00	859.400,00	108.032,85
3.190.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			314.393,36	
3.190.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários			314.393,36	
3.190.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais			72.380,98	
3.190.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS			72.380,98	
3.350.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	50.000,00	0,00	50.000,00	2.613,34
3.350.41.00.00.00.01.0000 Contribuicoes				
3.350.41.02.00.00.00.01.0000 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv				
3.390.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	362.500,00	0,00	362.500,00	77.062,94
3.390.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	1.208,51
3.390.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				
3.390.30.00.00.00.00.03.0000 Material de Consumo				
3.390.30.01.00.00.00.01.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.390.30.01.00.00.00.03.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.390.30.04.00.00.00.01.0000 Gás Engarrafado				
3.390.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação				
3.390.30.07.00.00.00.03.0000 Gêneros de Alimentação				
3.390.30.11.00.00.00.01.0000 Material Químico				
3.390.30.16.00.00.00.01.0000 Material de Expediente				
3.390.30.17.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados				
3.390.30.18.00.00.00.01.0000 Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário				
3.390.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha				
3.390.30.21.00.00.00.03.0000 Material de Copa e Cozinha				
3.390.30.22.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização				
3.390.30.22.00.00.00.03.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização				
3.390.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.390.30.25.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Móveis				
3.390.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico				
3.390.30.28.00.00.00.01.0000 Material de Proteção e Segurança				
3.390.30.39.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos				

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 25

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
06 SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
06.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
0601.20 Agricultura	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
0601.20.606 Extensão Rural	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	325.127,10
06.01.20.606.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	325.127,10
06.01.20.606.0012.2.025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	859.400,00	0,00	859.400,00	108.032,85
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0000 Material para Manutenção de Veículos			3.301,34	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0000 Ferramentas			11,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0000 Material de Sinalização Visual e Afins			125,20	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo			1.660,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0000 Material de Distribuição Gratuita			2.597,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			2.597,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			136.006,42	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			13.230,48	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0000 Manutenção de Software			182,85	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0000 Locação de Máquinas e Equipamentos			1.510,50	
3.3.90.39.12.00.00.00.03.0000 Locação de Máquinas e Equipamentos			379,12	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0000 Limpeza de Veículos			3.375,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			590,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			340,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Veículos			23.056,88	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0000 Manutenção e Conservação de Veículos			80,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica			3.368,73	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto			114,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0000 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			325,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0000 Serviços de Telecomunicações			1.157,12	
3.3.90.39.58.00.00.00.03.0000 Serviços de Telecomunicações			3.874,90	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0000 Serviços de Audio, Video e Foto			20,70	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0000 Serviços Gráficos e Editoriais			6.180,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0000 seguros em Geral			855,69	
3.3.90.39.78.00.00.00.03.0000 Limpeza e Conservação			800,00	
3.3.90.39.79.00.00.00.01.0000 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			18.600,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			76.329,95	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8.096,46	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	435,00

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 26

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
06 SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
06.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
0601.20 Agricultura	1.728.662,85	0,00	1.728.662,85	375.607,50
0601.20.606 Extensão Rural	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	325.127,10
06.01.20.606.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA	1.233.427,25	0,00	1.233.427,25	325.127,10
06.01.20.606.0012.2.025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	859.400,00	0,00	859.400,00	108.032,85
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente			565,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0000 Máquinas e Equipamentos Energéticos			275,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral			290,00	
06.01.20.606.0012.2.027 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SEMENTES E MUDAS	5.000,00	0,00	5.000,00	1.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	1.800,00
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0000 Material de Distribuicao Gratuita			3.200,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			3.200,00	
0601.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	190.000,00	0,00	190.000,00	50.056,00
06.01.20.608.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA	190.000,00	0,00	190.000,00	50.056,00
06.01.20.608.0012.2.026 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	100.000,00	0,00	100.000,00	1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	39.000,00	0,00	39.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			32.095,78	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários			32.095,78	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais			6.904,22	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS			6.904,22	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo			50.640,00	
3.3.90.30.18.00.00.00.01.0000 Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário			50.640,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			7.800,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			7.800,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas			1.560,00	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc. - PF			1.560,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
06.01.20.608.0012.2.060 MELHORAMENTO GENÉTICO	90.000,00	0,00	90.000,00	49.056,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	49.056,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo			33.165,00	
3.3.90.30.18.00.00.00.01.0000 Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário			27.735,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 27

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
06 SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.353.055,35	375.607,50
06.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	1.728.662,85	0,00	1.353.055,35	375.607,50
0601.20 Agricultura				
0601.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	1.728.662,85	0,00	1.353.055,35	375.607,50
06.01.20.608.0012 AGRICULTURA FORTALECIDA	190.000,00	0,00	139.944,00	50.056,00
	190.000,00	0,00	139.944,00	50.056,00
06.01.20.608.0012.2.060 MELHORAMENTO GENÉTICO	90.000,00	0,00	40.944,00	49.056,00
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo			5.430,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			7.779,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0000 Serviços Técnicos Profissionais			7.779,00	
07 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	2.255.575,84	0,00	201.626,06	2.053.949,78
07.01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	2.254.575,84	0,00	201.626,06	2.052.949,78
0701.15 Urbanismo				
0701.15.451 Infra-Estrutura Urbana	2.104.575,84	0,00	201.626,06	1.902.949,78
07.01.15.451.0015 INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.054.575,84	0,00	201.626,06	1.852.949,78
	2.054.575,84	0,00	201.626,06	1.852.949,78
07.01.15.451.0015.1.023 PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANAS	185.391,33	0,00	0,00	185.391,33
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	15.422,55	0,00	0,00	15.422,55
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0016 Aplicacoes Diretas	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	900,00	0,00	0,00	900,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0044 Aplicacoes Diretas	81.000,00	0,00	0,00	81.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0016 Aplicacoes Diretas	408,18	0,00	0,00	408,18
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0044 Aplicacoes Diretas	86.560,60	0,00	0,00	86.560,60
07.01.15.451.0015.1.025 CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E BANHEIROS PÚBLICOS	200.500,00	0,00	0,00	200.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
07.01.15.451.0015.1.026 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0083 Aplicacoes Diretas	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
07.01.15.451.0015.1.027 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA PRAÇA PÚBLICA	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
07.01.15.451.0015.1.042 CONSTRUÇÃO ABRIGOS PASSAGEIROS_PER_URBANO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 28

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
			Total	
07 SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	2.255.575,84	0,00	2.255.575,84	2.053.949,78
07.01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	2.254.575,84	0,00	2.254.575,84	2.052.949,78
0701.15 Urbanismo				
0701.15.451 Infra-Estrutura Urbana	2.104.575,84	0,00	2.104.575,84	1.902.949,78
07.01.15.451.0015 INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.054.575,84	0,00	2.054.575,84	1.852.949,78
07.01.15.451.0015.1.045 PASSEIO CICLOVIA	2.054.575,84	0,00	2.054.575,84	1.852.949,78
07.01.15.451.0015.1.045 PASSEIO CICLOVIA	412.000,00	0,00	412.000,00	412.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	400.000,00	0,00	400.000,00	400.000,00
07.01.15.451.0015.1.053 CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS	20.000,00	0,00	20.000,00	15.243,60
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	15.243,60
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.99.00.00.00.01.0000 Outras Obras e Instalações				
07.01.15.451.0015.2.029 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	110.000,00	0,00	110.000,00	24.655,94
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	59.446,29	0,00	59.446,29	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.30.00.00.00.01.0000 Material de Consumo	50.553,71	0,00	50.553,71	24.655,94
3.3.90.30.11.00.00.00.01.0000 Material Químico				
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização				
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0000 Material de Proteção e Segurança				
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0000 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				
3.3.90.39.28.00.00.00.01.0000 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica				
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0000 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0000 Limpeza e Conservação				
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 29

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
07 SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	2.255.575,84	0,00	201.626,06	2.053.949,78
07.01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	2.254.575,84	0,00	201.626,06	2.052.949,78
0701.15 Urbanismo				
0701.15.451 Infra-Estrutura Urbana	2.104.575,84	0,00	201.626,06	1.902.949,78
07.01.15.451.0015 INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.054.575,84	0,00	201.626,06	1.852.949,78
	2.054.575,84	0,00	201.626,06	1.852.949,78
07.01.15.451.0015.2.030 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.340,07	0,00	29.181,16	5.158,91
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	9.841,09	5.158,91
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0017 Aplicacoes Diretas	19.340,07	0,00	19.340,07	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			9.841,09	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0017 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			19.340,07	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Servicos de Energia Elétrica			9.841,09	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0017 Servicos de Energia Elétrica			19.340,07	
07.01.15.451.0015.2.031 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA COLETA E LIMPEZA PÚBLICA	82.344,44	0,00	82.344,44	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	78.000,00	0,00	78.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	4.344,44	0,00	4.344,44	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			78.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Coleta de Lixo e Demais Resíduos			4.344,44	
3.3.90.39.28.00.00.00.01.0000 Coleta de Lixo e Demais Resíduos			78.000,00	
3.3.90.39.28.00.00.00.03.0000 Coleta de Lixo e Demais Resíduos			4.344,44	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0000 Servicos Gráficos e Editoriais			411,44	
3.3.90.39.78.00.00.00.03.0000 Limpeza e Conservação			690,00	
0701.15.752 Energia Elétrica	50.000,00	0,00	3.243,00	50.000,00
07.01.15.752.0015 INFRA-ESTRUTURA URBANA	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
07.01.15.752.0015.1.055 AMPLIAÇÃO REDE ENERGIA ELÉT. E ILUM.PÚBLICA				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
0701.22 Indústria				
0701.22.661 Promoção Industrial	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
07.01.22.661.0015 INFRA-ESTRUTURA URBANA	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
07.01.22.661.0015.1.028 AQUISIÇÃO ÁREA TERRA P/EMPEENDIMENTOS INDUSTRIAL				
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 30

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
	2.255.575,84	0,00	201.626,06	2.053.949,78
07 SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
07.02 FUNDO ROTATIVO DE HABITAÇÃO				
0702.16 Habitação				
0702.16.482 Habitação Urbana	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
07.02.16.482.0013 MORAR MELHOR	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
07.02.16.482.0013.2.032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ROTATIVO DE HABITAÇÃO	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
08 SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM	4.043.523,40	0,00	799.834,65	3.243.688,75
08.01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	4.043.523,40	0,00	799.834,65	3.243.688,75
0801.26 Transporte				
0801.26.782 Transporte Rodoviário	4.043.523,40	0,00	799.834,65	3.243.688,75
08.01.26.782.0020 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.043.523,40	0,00	799.834,65	3.243.688,75
08.01.26.782.0020.1.030 READEQUAÇÃO ESTRADAS E DRENAGEM PLUVIAL	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
08.01.26.782.0020.1.031 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	1.613.023,40	0,00	0,00	1.613.023,40
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	1.330.000,00	0,00	0,00	1.330.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	83.023,40	0,00	0,00	83.023,40
08.01.26.782.0020.1.032 PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
08.01.26.782.0020.1.033 PONTE S/ RIO SAGENTO_L_ÁGUA BRANCA_DIVISA MUN ROMELANDIA	220.500,00	0,00	0,00	220.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00
08.01.26.782.0020.1.034 PONTE S/RIO BARRA SUJA_DIV S.T.PROGRESSO	8.000,00	0,00	6.400,00	1.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	6.400,00	1.600,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000 Obras e Instalações			6.400,00	
4.4.90.51.99.00.00.00.01.0000 Outras Obras e Instalações			6.400,00	
08.01.26.782.0020.1.035 CONSTRUÇÃO DE PONTILHÕES E BUEIROS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 31

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	3.243.688,75
08.01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	3.243.688,75
0801.26 Transporte	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	3.243.688,75
0801.26.782 Transporte Rodoviário	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	3.243.688,75
08.01.26.782.0020 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	3.243.688,75
08.01.26.782.0020.1.040 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
08.01.26.782.0020.1.043 CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS_RURAL	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
08.01.26.782.0020.2.033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA S.M.E.R	950.000,00	0,00	950.000,00	163.483,40
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	456.000,00	0,00	456.000,00	10.691,98
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0000 Contratacao por Tempo Determinado	57.390,89		57.390,89	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais	9.799,67		9.799,67	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços Temporários	47.591,22		47.591,22	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	316.267,74		316.267,74	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários	316.267,74		316.267,74	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais	71.649,39		71.649,39	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS	71.649,39		71.649,39	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	339.951,38		339.951,38	152.791,42
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo	282.300,35		282.300,35	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	162.114,51		162.114,51	
3.3.90.30.03.00.00.00.00.01.0000 Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	120,00		120,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.00.01.0000 Gás Engarrafado	93,90		93,90	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação	1.953,89		1.953,89	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados	594,70		594,70	
3.3.90.30.20.00.00.00.00.01.0000 Material de Cama, Mesa e Banho	89,50		89,50	
3.3.90.30.21.00.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha	94,60		94,60	
3.3.90.30.22.00.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização	514,17		514,17	
3.3.90.30.24.00.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis	50.175,68		50.175,68	
3.3.90.30.25.00.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Móveis	405,00		405,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico	14,90		14,90	
3.3.90.30.28.00.00.00.00.01.0000 Material de Proteção e Segurança	308,30		308,30	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos	60.043,11		60.043,11	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 32

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM					
08.01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM					
0801.26 Transporte	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	799.834,65	3.243.688,75
0801.26.782 Transporte Rodoviário	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	799.834,65	3.243.688,75
08.01.26.782.0020 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS					
08.01.26.782.0020.2.033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA S.M.E.R					
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0000 Ferramentas	950.000,00	0,00	950.000,00	786.516,60	163.483,40
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0000 Material de Sinalização Visual e Afins				1.010,11	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo				125,20	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0000 Passagens e Despesas com Locomoção				4.642,78	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0000 Passagens Para o País				300,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				300,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0000 Manutenção de Software				57.351,03	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0000 Limpeza de Veículos				562,85	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				3.578,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				240,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Veículos				320,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0000 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				33.690,21	
3.3.90.39.21.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Estradas e Vias				110,00	
3.3.90.39.28.00.00.00.01.0000 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				13.687,20	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica				976,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto				865,16	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0000 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				209,88	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0000 Serviços de Telecomunicações				425,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0000 Serviços Gráficos e Editoriais				356,85	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0000 seguros em Geral				420,00	
3.3.90.39.74.00.00.00.01.0000 Fretes e Transportes de Encomendas				688,32	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				480,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	1.257,20	0,00	1.257,20	741,56	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente				1.257,20	
4.4.90.52.38.00.00.00.01.0000 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				1.257,20	
08.01.26.782.0020.2.034 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO GARAGEM DA S.M.E.R					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	6.918,05	13.081,95
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo	20.000,00	0,00	20.000,00	6.918,05	13.081,95

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 33

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	799.834,65	3.243.688,75
08.01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	799.834,65	3.243.688,75
0801.26 Transporte	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	799.834,65	3.243.688,75
0801.26.782 Transporte Rodoviário	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	799.834,65	3.243.688,75
08.01.26.782.0020 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.043.523,40	0,00	4.043.523,40	799.834,65	3.243.688,75
08.01.26.782.0020.2.034 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO GARAGEM DA S.M.E.R	20.000,00	0,00	20.000,00	6.918,05	13.081,95
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis			218,10		
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico			439,95		
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			6.260,00		
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			6.260,00		
09 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	250.189,49	0,00	250.189,49	131.893,31	118.296,18
09.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	250.189,49	0,00	250.189,49	131.893,31	118.296,18
0901.28 Encargos Especiais	250.189,49	0,00	250.189,49	131.893,31	118.296,18
0901.28.843 Serviço da Dívida Interna	26.000,00	0,00	26.000,00	7.712,70	18.287,30
09.01.28.843.0000 ENCARGOS ESPECÍCIAS	26.000,00	0,00	26.000,00	7.712,70	18.287,30
09.01.28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	26.000,00	0,00	26.000,00	7.712,70	18.287,30
3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	7.459,08	12.540,92
3.2.90.21.00.00.00.00.01.0000 Juros sobre a Dívida por Contrato				7.459,08	
3.2.90.21.99.00.00.00.01.0000 Outros Juros da Dívida Contratada	6.000,00	0,00	6.000,00	253,62	5.746,38
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas				253,62	
4.6.90.71.00.00.00.00.01.0000 Principal da Dívida Contratual Resgatado				253,62	
4.6.90.71.99.00.00.00.01.0000 Outras Amortizações da Dívida Contratada	128.050,00	0,00	128.050,00	87.611,47	40.438,53
0901.28.845 Outras Transferências	128.050,00	0,00	128.050,00	87.611,47	40.438,53
09.01.28.845.0000 ENCARGOS ESPECÍCIAS					
09.01.28.845.0000.0.002 CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMA PASEP	128.050,00	0,00	128.050,00	87.611,47	40.438,53
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas	127.000,00	0,00	127.000,00	86.718,94	40.281,06
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0016 Aplicações Diretas	150,00	0,00	150,00	11,05	138,95
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0044 Aplicações Diretas	900,00	0,00	900,00	881,48	18,52
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas				86.718,94	
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0016 Obrigações Tributárias e Contributivas				11,05	
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0044 Obrigações Tributárias e Contributivas				881,48	
3.3.90.47.12.00.00.00.01.0000 Contribuição Para o PIS/PASEP				86.718,94	
3.3.90.47.12.00.00.00.03.0016 Contribuição Para o PIS/PASEP				11,05	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 34

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
09 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	250.189,49	0,00	131.893,31	118.296,18
09.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	250.189,49	0,00	131.893,31	118.296,18
0901.28 Encargos Especiais	250.189,49	0,00	131.893,31	118.296,18
0901.28.845 Outras Transferências	128.050,00	0,00	87.611,47	40.438,53
09.01.28.845.0000 ENCARGOS ESPECÍCIAS	128.050,00	0,00	87.611,47	40.438,53
09.01.28.845.0000.0.002 CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMA PASEP	128.050,00	0,00	87.611,47	40.438,53
3.3.90.47.12.00.00.00.03.0044 Contribuição Para o PIS/PASEP			881,48	
0901.28.846 Outros Encargos Especiais	96.139,49	0,00	36.569,14	59.570,35
09.01.28.846.0000 ENCARGOS ESPECÍCIAS	96.139,49	0,00	36.569,14	59.570,35
09.01.28.846.0000.0.003 MANUTENÇÃO DOS CONVÊNIOS DE TRÂNSITO	31.509,92	0,00	14.232,65	17.277,27
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0054 Aplicacoes Diretas	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0055 Aplicacoes Diretas	900,00	0,00	711,20	188,80
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0056 Aplicacoes Diretas	2.200,00	0,00	1.182,87	1.017,13
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	6.548,27	1.451,73
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0054 Aplicacoes Diretas	1.532,82	0,00	1.532,82	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0056 Aplicacoes Diretas	8.713,64	0,00	4.257,49	4.456,15
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0055 Material de Consumo			711,20	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0000 Material de Consumo			4.919,27	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0054 Material de Consumo			1.322,82	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			590,88	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0000 Gás Engarrafado			45,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0000 Gêneros de Alimentação			10,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0055 Material de Expediente			101,20	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0000 Material de Expediente			81,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0000 Material de Processamento de Dados			147,00	
3.3.90.30.20.00.00.00.03.0000 Material de Cama, Mesa e Banho			349,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0000 Material de Copa e Cozinha			157,10	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização			235,20	
3.3.90.30.23.00.00.00.03.0054 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			980,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0000 Material para Manutenção de Bens Móveis			80,08	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0000 Material Elétrico e Eletrônico			40,90	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0000 Material de Proteção e Segurança			380,00	
3.3.90.30.29.00.00.00.03.0000 Material para Audio, Video e Foto			300,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0055 Material para Manutenção de Veículos			610,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 35

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
09 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	250.189,49	0,00	131.893,31	118.296,18
09.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	250.189,49	0,00	131.893,31	118.296,18
0901.28 Encargos Especiais	250.189,49	0,00	131.893,31	118.296,18
0901.28.846 Outros Encargos Especiais	96.139,49	0,00	36.569,14	59.570,35
09.01.28.846.0000 ENCARGOS ESPECÍCIAS	96.139,49	0,00	36.569,14	59.570,35
09.01.28.846.0000.0.003 MANUTENÇÃO DOS CONVÊNIOS DE TRÂNSITO	31.509,92	0,00	14.232,65	17.277,27
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0000 Material para Manutenção de Veículos			2.418,11	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0000 Material de Sinalização Visual e Afins			85,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0054 Material de Sinalização Visual e Afins			342,82	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.182,87	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.629,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0054 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			210,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.257,49	
3.3.90.39.15.00.00.00.03.0000 Limpeza de Veículos			735,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			395,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0000 Manutenção e Conservação de Veículos			329,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0000 Serviços Gráficos e Editoriais			170,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0054 Serviços Gráficos e Editoriais			210,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0056 Serviços Gráficos e Editoriais			4.212,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0056 Serviços Bancários			217,30	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			965,57	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			45,49	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0055 Aplicacoes Diretas	300,00	0,00	0,00	300,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0054 Aplicacoes Diretas	1.451,54	0,00	0,00	1.451,54
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0055 Aplicacoes Diretas	7.311,92	0,00	0,00	7.311,92
09.01.28.846.0000.0.004 DESPESAS JUDICIAIS	60.000,00	0,00	20.491,49	39.508,51
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	20.491,49	39.508,51
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			571,49	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			571,49	
3.3.90.91.00.00.00.00.01.0000 Sentenças Judiciais			19.920,00	
3.3.90.91.01.00.00.00.01.0000 Precatórios-Ativo Civ/Sents Jud Transs em Julgado			19.920,00	
09.01.28.846.0000.0.005 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNREBOM	4.629,57	0,00	1.845,00	2.784,57
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024 Aplicacoes Diretas	2.700,00	0,00	0,00	2.700,00

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 36

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	250.189,49	0,00	250.189,49	131.893,31	118.296,18
09.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	250.189,49	0,00	250.189,49	131.893,31	118.296,18
0901.28 Encargos Especiais	250.189,49	0,00	250.189,49	131.893,31	118.296,18
0901.28.846 Outros Encargos Especiais	96.139,49	0,00	96.139,49	36.569,14	59.570,35
09.01.28.846.0000 ENCARGOS ESPECIAIS	96.139,49	0,00	96.139,49	36.569,14	59.570,35
09.01.28.846.0000.0.005 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNREBOM	4.629,57	0,00	4.629,57	1.845,00	2.784,57
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0024 Aplicacoes Diretas	1.929,57	0,00	1.929,57	1.845,00	84,57
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0024 Material de Consumo					
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0024 Material de Proteção e Segurança					
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	1.845,00	5.000,00
99.99 RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
9999.99 Reserva de Contingência	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
9999.99.999 Reserva de Contingência	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
99.99.99.999.0099 RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
99.99.99.999.0099.9.999 RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.01.0000 RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total por Entidade:	14.079.665,95	116.000,00	14.195.665,95	6.592.472,26	7.603.193,69

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 37

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10 Saúde				
0501.10.301 Atenção Básica	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
05.01.10.301.0009.1.037 AQUISIÇÃO VEÍCULOS, SAÚDE	190.087,00	0,00	190.087,00	58.127,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	24.020,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0088 Aplicacoes Diretas	34.100,00	0,00	34.100,00	34.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	65.987,00	0,00	65.987,00	7,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0002 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0064 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.01.0002 Veiculos de Tração Mecânica				
4.4.90.52.00.00.00.03.0064 Veiculos de Tração Mecânica				
05.01.10.301.0009.1.039 AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA	81.140,14	0,00	81.140,14	19.699,46
3.3.20.00.00.00.00.00.01.0023 Transferencias a Uniao	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.20.00.00.00.00.03.0023 Transferencias a Uniao	560,14	0,00	560,14	560,14
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	1.310,13
4.4.90.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	59.580,00	0,00	59.580,00	16.829,19
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0002 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0023 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0002 Obras em Andamento				
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0023 Obras em Andamento				
05.01.10.301.0009.1.040 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	37.100,39	0,00	37.100,39	10.872,49
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	32,10
4.4.90.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	5.251,98
4.4.90.00.00.00.00.01.0066 Aplicacoes Diretas	2.200,00	0,00	2.200,00	10,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0088 Aplicacoes Diretas	2.009,61	0,00	2.009,61	2.009,61
4.4.90.00.00.00.00.03.0002 Aplicacoes Diretas	10.482,80	0,00	10.482,80	3.568,80
4.4.90.00.00.00.00.03.0088 Aplicacoes Diretas	407,98	0,00	407,98	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0002 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.01.0064 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.01.0066 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.03.0002 Equipamentos e Material Permanente				

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 38

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica					
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
05.01.10.301.0009.1.040 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0088 Equipamentos e Material Permanente	37.100,39	0,00	37.100,39	26.227,90	10.872,49
4.4.90.52.04.00.00.00.03.0002 Aparelhos de Medição e Orientação				407,98	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0002 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				1.714,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.03.0088 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				199,90	
4.4.90.52.08.00.00.00.01.0064 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp				370,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0002 Aparelhos e Utensílios Domésticos				2.400,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0064 Máquinas e Equipamentos Energéticos				1.768,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.03.0088 Máquinas e Equipamentos Energéticos				1.787,02	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0064 Equipamentos Para Audio, Vídeo e Foto				37,98	
4.4.90.52.34.00.00.00.03.0002 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				3.410,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0064 Equipamentos de Processamento de Dados				5.200,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0066 Equipamentos de Processamento de Dados				5.076,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0064 Mobiliário em Geral				2.190,00	
				2.075,00	
05.01.10.301.0009.2.035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA					
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0002 Transferências a Consórcios Públicos	1.829.501,06	0,00	1.829.501,06	1.260.407,04	569.094,02
3.1.71.70.00.00.00.00.01.0002 Participação em Consórcios Públicos	1.106,13	0,00	1.106,13	1.106,13	0,00
3.1.71.70.01.00.00.00.01.0002 Participação em Consórcios Públicos				1.106,13	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	677.090,12	0,00	677.090,12	657.451,98	19.638,14
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				534.378,64	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0002 vencimentos e salários				534.378,64	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0002 Obrigações Patronais				123.073,34	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0002 Contribuições Previdenciárias - INSS				123.073,34	
3.3.40.00.00.00.00.00.01.0002 Transferências a Municípios	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002 Transferências a Consórcios Públicos	13.433,07	0,00	13.433,07	13.433,07	0,00
3.3.71.70.00.00.00.00.01.0002 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				13.433,07	
3.3.71.70.01.00.00.00.01.0002 Participação em Consórcios Públicos	631.607,25	0,00	631.607,25	436.396,89	195.210,36
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas					

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 39

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica					
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS					
05.01.10.301.0009.2.035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065 Aplicacoes Diretas	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 Aplicacoes Diretas	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 Aplicacoes Diretas	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 Aplicacoes Diretas	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	1.829.501,06	0,00	1.829.501,06	1.260.407,04	569.094,02
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	140.000,00	0,00	140.000,00	48.201,86	91.798,14
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065 Aplicacoes Diretas	7.900,00	0,00	7.900,00	2.188,36	5.731,64
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 Aplicacoes Diretas	9.200,00	0,00	9.200,00	0,00	9.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 Aplicacoes Diretas	10.400,00	0,00	10.400,00	5.928,91	4.471,09
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	48.113,91	0,00	48.113,91	35.969,66	12.144,25
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	132.086,00	0,00	132.086,00	0,00	132.086,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 Aplicacoes Diretas	7.200,00	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 Aplicacoes Diretas	7.661,64	0,00	7.661,64	7.661,64	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 Aplicacoes Diretas	120,00	0,00	120,00	120,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067 Aplicacoes Diretas	5.913,16	0,00	5.913,16	5.748,59	164,57
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067 Aplicacoes Diretas	2.961,58	0,00	2.961,58	2.961,58	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067 Aplicacoes Diretas	18.183,77	0,00	18.183,77	13.586,95	4.596,82
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				114.664,92	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0064 Material de Consumo				21.721,65	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0064 Material de Consumo				22.046,86	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0002 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				63.076,61	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0064 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.425,48	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0002 Gás Engarrafado				420,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0064 Gás Engarrafado				448,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0064 Gás Engarrafado				47,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0002 Gêneros de Alimentação				216,10	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0064 Gêneros de Alimentação				1.186,05	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0064 Gêneros de Alimentação				481,20	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0064 Material de Expediente				2.285,95	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0064 Material de Expediente				469,50	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0002 Material de Processamento de Dados				900,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0064 Material de Processamento de Dados				1.102,80	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0064 Material de Processamento de Dados				205,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 40

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica					
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS					
05.01.10.301.0009.2.035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA					
3.390.30.21.00.00.00.01.0002 Material de Copa e Cozinha	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.390.30.21.00.00.00.01.0064 Material de Copa e Cozinha	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.390.30.21.00.00.00.03.0064 Material de Copa e Cozinha					
3.390.30.22.00.00.00.01.0002 Material de Limpeza e Produção de Higienização					
3.390.30.22.00.00.00.01.0064 Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.390.30.22.00.00.00.03.0064 Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
3.390.30.24.00.00.00.01.0064 Material para Manutenção de Bens Imóveis	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
3.390.30.26.00.00.00.01.0002 Material Elétrico e Eletrônico					
3.390.30.26.00.00.00.01.0064 Material Elétrico e Eletrônico	1.829.501,06	0,00	1.829.501,06	1.260.407,04	569.094,02
3.390.30.28.00.00.00.01.0002 Material de Proteção e Segurança					
3.390.30.36.00.00.00.01.0002 Material Hospitalar					
3.390.30.36.00.00.00.01.0064 Material Hospitalar					
3.390.30.36.00.00.00.03.0064 Material Hospitalar					
3.390.30.39.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Veículos					
3.390.30.39.00.00.00.01.0064 Material para Manutenção de Veículos					
3.390.30.39.00.00.00.03.0064 Material para Manutenção de Veículos					
3.390.30.42.00.00.00.01.0002 Ferramentas					
3.390.30.44.00.00.00.01.0002 Material de Sinalização Visual e Afins					
3.390.30.99.00.00.00.01.0002 Outros Materiais de Consumo					
3.390.32.00.00.00.00.01.0002 Material de Distribuicao Gratuita					
3.390.32.00.00.00.00.01.0067 Material de Distribuicao Gratuita					
3.390.32.00.00.00.00.03.0067 Material de Distribuicao Gratuita					
3.390.32.00.00.00.00.03.0067 Material de Distribuicao Gratuita					
3.390.32.00.00.00.00.03.0067 Material de Distribuicao Gratuita					
3.390.32.02.00.00.00.01.0002 Medicamentos					
3.390.32.02.00.00.00.01.0067 Medicamentos					
3.390.32.02.00.00.00.03.0067 Medicamentos					
3.390.32.02.00.00.00.03.0067 Medicamentos					
3.390.32.02.00.00.00.03.0067 Medicamentos					

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 41

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10 Saúde	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10.301 Atenção Básica	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
05.01.10.301.0009.2.035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA	1.829.501,06	0,00	1.829.501,06	589.094,02
3.390.32.99.00.00.00.01.0002 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			14.318,80	
3.390.33.00.00.00.00.01.0002 Passagens e Despesas com Locomocao			2.871,36	
3.390.33.01.00.00.00.01.0002 Passagens Para o Pais			2.871,36	
3.390.34.00.00.00.00.01.0002 Outras Despesas Pessoal Decorr. Contratos Terceiriz			20.400,00	
3.390.34.00.00.00.00.03.0064 Outras Despesas Pessoal Decorr. Contratos Terceiriz			7.200,00	
3.390.34.01.00.00.00.01.0002 Substituição de mão-de-obra (LRF - art. 18,§1º			20.400,00	
3.390.34.01.00.00.00.03.0064 Substituição de mão-de-obra (LRF - art. 18,§1º			7.200,00	
3.390.36.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			220,00	
3.390.36.99.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			220,00	
3.390.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			172.481,93	
3.390.39.00.00.00.00.01.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			26.480,21	
3.390.39.00.00.00.00.01.0065 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.168,36	
3.390.39.00.00.00.00.03.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			13.922,80	
3.390.39.00.00.00.00.03.0065 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			7.661,64	
3.390.39.00.00.00.00.03.0065 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			120,00	
3.390.39.01.00.00.00.01.0064 Assinatura de Periódicos e Anuidades			344,00	
3.390.39.05.00.00.00.01.0002 Serviços Técnicos Profissionais			13.150,00	
3.390.39.08.00.00.00.01.0002 Manutenção de Software			128,78	
3.390.39.08.00.00.00.01.0064 Manutenção de Software			292,85	
3.390.39.12.00.00.00.01.0002 Locação de Máquinas e Equipamentos			2.434,76	
3.390.39.15.00.00.00.01.0002 Limpeza de Veículos			4.118,00	
3.390.39.15.00.00.00.01.0064 Limpeza de Veículos			570,00	
3.390.39.16.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			937,78	
3.390.39.16.00.00.00.01.0064 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			711,10	
3.390.39.17.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			3.303,00	
3.390.39.17.00.00.00.03.0064 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			712,00	
3.390.39.19.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Veículos			1.174,60	
3.390.39.19.00.00.00.01.0064 Manutenção e Conservação de Veículos			1.863,20	
3.390.39.19.00.00.00.03.0064 Manutenção e Conservação de Veículos			2.249,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 42

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
05.01.10.301.0009 SAUDE PARA TODOS	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
05.01.10.301.0009.2.035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA	1.829.501,06	0,00	1.829.501,06	1.260.407,04	569.094,02
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0002 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				80,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0064 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				100,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0064 Serviços de Energia Elétrica				8.612,20	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0002 Serviços de Água e Esgoto				945,22	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0002 Serviços de Comunicação em Geral				4.437,62	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0002 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				101.977,95	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0065 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				2.168,36	
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0065 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				7.661,64	
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0065 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				120,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0002 Serviços de Telecomunicações				2.825,91	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0064 Serviços de Telecomunicações				9.411,36	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0002 Serviços de Audio, Video e Foto				103,70	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0002 Serviços Gráficos e Editoriais				1.720,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0064 Serviços Gráficos e Editoriais				4.575,50	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0064 Serviços Gráficos e Editoriais				10.961,80	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0002 seguros em Geral				2.688,95	
3.3.90.39.74.00.00.00.01.0002 Fretes e Transportes de Encomendas				190,00	
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0002 Limpeza e Conservação				2.400,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0002 Serviços Bancários				335,80	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				29.549,86	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0002 Obrigações Tributárias e Contributivas				7.124,00	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0002 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				7.124,00	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0002 Participação em consórcios públicos	22.524,43	0,00	22.524,43	22.471,42	53,01
3.3.93.70.00.00.00.00.01.0002 Participação em consórcios públicos				22.471,42	
3.3.93.70.01.00.00.00.01.0002 Participação em Consórcios Públicos				22.471,42	
05.01.10.301.0009.2.036 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE	3.000,00	0,00	3.000,00	2.252,55	747,45
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	2.252,55	747,45
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				1.643,55	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 43

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica					
05.01.10.301.0009 SAUDE PARA TODOS					
05.01.10.301.0009.2.036 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE					
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Bens Imóveis	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
05.01.10.301.0009.2.037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE DO ESF	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0002 vencimentos e salários					
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0004 vencimentos e salários					
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0002 Obrigacoes Patronais					
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0004 Obrigacoes Patronais					
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0002 Contribuições Previdenciárias - INSS					
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0004 Contribuições Previdenciárias - INSS					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	417.984,12	0,00	417.984,12	287.586,61	130.397,51
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0004 Aplicacoes Diretas	110.000,00	0,00	110.000,00	97.825,47	12.174,53
3.3.90.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.000,00	0,00	30.000,00	24.187,93	5.812,07
3.3.90.11.01.00.00.00.01.0002 vencimentos e salários					
3.3.90.11.01.00.00.00.01.0004 vencimentos e salários					
3.3.90.13.00.00.00.00.01.0002 Obrigacoes Patronais					
3.3.90.13.00.00.00.00.01.0004 Obrigacoes Patronais					
3.3.90.13.02.00.00.00.01.0002 Contribuições Previdenciárias - INSS					
3.3.90.13.02.00.00.00.01.0004 Contribuições Previdenciárias - INSS					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0004 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo	150.000,00	0,00	150.000,00	76.102,00	73.898,00
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0064 Material de Consumo	82.760,00	0,00	82.760,00	78.430,00	4.330,00
3.3.90.30.14.00.00.00.03.0064 Material Educativo e Esportivo	45.224,12	0,00	45.224,12	11.041,21	34.182,91
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0002 Uniformes, Tecidos e Aviamentos					
3.3.90.30.46.00.00.00.03.0064 Material Bibliográfico não Imobilizável					
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0064 Outros Materiais de Consumo					
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0064 Passagens e Despesas com Locomocao					
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0064 Passagens Para o País					
3.3.90.34.00.00.00.00.01.0002 Outras Despesas Pessoal Decorr. Contratos Terceiriz					
3.3.90.34.00.00.00.00.01.0004 Outras Despesas Pessoal Decorr. Contratos Terceiriz					
3.3.90.34.01.00.00.00.01.0002 Substituição de mão-de-obra (LRF - art.18.º)					

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 44

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica					
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
	417.984,12	0,00	417.984,12	287.586,61	130.397,51
05.01.10.301.0009.2.037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE DO ESF					
3.390.34.01.00.00.00.01.0064 Substituição de mão-de-obra (LRF. art.18.§1º				42.780,00	
3.390.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.870,00	
3.390.39.00.00.00.00.01.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				35.650,00	
3.390.39.00.00.00.00.03.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.236,32	
3.390.39.50.00.00.00.01.0002 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				9.870,00	
3.390.39.50.00.00.00.01.0064 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				35.650,00	
3.390.39.69.00.00.00.03.0064 seguros em Geral				1.169,80	
3.390.39.99.00.00.00.03.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.086,52	
05.01.10.301.0009.2.038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL					
3.190.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	214.762,53	0,00	214.762,53	95.755,84	119.006,69
3.190.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	21.167,00	0,00	21.167,00	20.666,94	500,06
3.190.00.00.00.00.00.03.0002 Aplicacoes Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	24.530,00	2.470,00
3.190.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	25.300,00	0,00	25.300,00	25.300,00	0,00
3.190.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	3.662,53	0,00	3.662,53	3.662,53	0,00
3.190.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				15.949,11	
3.190.11.00.00.00.00.01.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				24.530,00	
3.190.11.00.00.00.00.03.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				17.127,16	
3.190.11.00.00.00.00.03.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				3.662,53	
3.190.11.01.00.00.00.01.0002 vencimentos e salários				15.949,11	
3.190.11.01.00.00.00.01.0064 vencimentos e salários				24.530,00	
3.190.11.01.00.00.00.03.0002 vencimentos e salários				17.127,16	
3.190.11.01.00.00.00.03.0064 vencimentos e salários				3.662,53	
3.190.13.00.00.00.00.01.0002 Obrigacoes Patronais				4.717,83	
3.190.13.00.00.00.00.03.0002 Obrigacoes Patronais				8.172,84	
3.190.13.02.00.00.00.01.0002 Contribuições Previdenciárias - INSS				4.717,83	
3.190.13.02.00.00.00.03.0002 Contribuições Previdenciárias - INSS				8.172,84	
3.390.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	18.333,00	0,00	18.333,00	550,14	17.782,86
3.390.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	4.771,23	15.228,77
3.390.00.00.00.00.00.01.0065 Aplicacoes Diretas	70.814,89	0,00	70.814,89	5.280,00	65.534,89

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 45

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica					
05.01.10.301.0009 SAUDE PARA TODOS					
05.01.10.301.0009.2.038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL					
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	214.762,53	0,00	214.762,53	95.755,84	119.006,69
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo	22.485,11	0,00	22.485,11	4.995,00	17.490,11
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0064 Material de Consumo				259,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0064 Material de Consumo				4.771,23	
3.3.90.30.10.00.00.00.01.0002 Material Odontológico				5.820,00	
3.3.90.30.10.00.00.00.01.0064 Material Odontológico				259,00	
3.3.90.30.10.00.00.00.03.0064 Material Odontológico				4.771,23	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.820,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0065 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				291,14	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.280,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				180,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.03.0064 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				291,14	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0065 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				180,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0065 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				5.280,00	
05.01.10.301.0009.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE					
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	120.102,78	0,00	120.102,78	83.388,95	36.713,83
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	33.000,00	0,00	33.000,00	15.844,50	17.155,50
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	58.006,78	0,00	58.006,78	57.980,45	26,33
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	9.096,00	0,00	9.096,00	9.096,00	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0002 Contratacao por Tempo Determinado				14.909,70	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0064 Contratacao por Tempo Determinado				57.980,45	
3.1.90.04.02.00.00.00.03.0064 Contratacao por Tempo Determinado				9.096,00	
3.1.90.04.02.00.00.00.01.0002 Serviços Temporários de Agentes de Saúde				12.342,50	
3.1.90.04.02.00.00.00.01.0064 Serviços Temporários de Agentes de Saúde				47.379,29	
3.1.90.04.02.00.00.00.03.0064 Serviços Temporários de Agentes de Saúde				6.489,48	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0002 Obrigações Patronais				2.567,20	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0064 Obrigações Patronais				10.601,16	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 46

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
0501.10 Saúde					
0501.10.301 Atenção Básica					
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS					
05.01.10.301.0009.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE					
3.1.90.04.00.00.00.00.03.0064 Obrigações Patronais	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0002 Vencimentos e salários					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	2.134.074,35	1.057.125,67
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0002 Material de Expediente	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	2.086.446,03	1.010.503,94
05.01.10.301.0009.2.040 MANUTENÇÃO DO PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	120.102,78	0,00	120.102,78	83.388,95	36.713,83
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.606,52	
3.3.90.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e salários				934,80	
3.3.90.11.01.00.00.00.01.0002 Vencimentos e salários				934,80	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	468,00	19.532,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				468,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0002 Material de Expediente				468,00	
05.01.10.301.0009.2.043 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	147.494,15	0,00	147.494,15	121.136,06	26.358,09
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	123.706,75	0,00	123.706,75	97.573,06	26.133,69
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	23.787,40	0,00	23.787,40	23.563,00	224,40
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				97.573,06	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0002 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				23.563,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0002 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				97.573,06	
05.01.10.301.0009.2.043 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	9.000,00	0,00	9.000,00	7.825,70	1.174,30
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.000,00	0,00	9.000,00	7.825,70	1.174,30
3.3.90.39.28.00.00.00.01.0002 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				7.825,70	
05.01.10.301.0009.2.052 PROGRAMA SAÚDE DO HOMEM					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	350,00	4.650,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	0,00	5.000,00	350,00	4.650,00
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0064 Serviços Gráficos e Editoriais				350,00	
05.01.10.301.0009.2.053 PROGRAMA SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
05.01.10.301.0009.2.054 PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	968,80	9.031,20
	10.000,00	0,00	10.000,00	968,80	9.031,20

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 47

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL				
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10 Saúde				
0501.10.301 Atenção Básica	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
05.01.10.301.0009.2.054 PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR	10.000,00	0,00	10.000,00	9.031,20
3.390.30.00.00.00.00.01.0064 Material de Consumo			968,80	
3.390.30.07.00.00.00.00.01.0064 Gêneros de Alimentação			248,80	
3.390.30.14.00.00.00.00.01.0064 Material Educativo e Esportivo			60,00	
3.390.39.00.00.00.00.01.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			188,80	
3.390.39.99.00.00.00.01.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			720,00	
			720,00	
05.01.10.301.0009.2.055 PROGRAMA SAÚDE DA MULHER				
3.390.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	9,60
3.390.30.00.00.00.00.01.0064 Material de Consumo	5.000,00	0,00	5.000,00	9,60
3.390.30.07.00.00.00.00.01.0064 Gêneros de Alimentação			2.605,40	
3.390.30.14.00.00.00.00.01.0064 Material Educativo e Esportivo			1.005,00	
3.390.30.23.00.00.00.00.01.0064 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			260,40	
3.390.32.00.00.00.00.01.0064 Material de Distribuição Gratuita			1.340,00	
3.390.32.99.00.00.00.01.0064 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			2.160,00	
3.390.39.00.00.00.00.01.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.160,00	
3.390.39.99.00.00.00.01.0064 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			225,00	
			225,00	
05.01.10.301.0009.2.056 PROGRAMA SAÚDE MENTAL				
3.390.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
05.01.10.301.0009.2.057 PROGRAMA TABAGISMO				
3.390.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	4.961,00
3.390.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	39,00	1.961,00
3.390.30.00.00.00.00.01.0064 Material de Consumo	3.000,00	0,00	39,00	3.000,00
3.390.30.07.00.00.00.01.0064 Gêneros de Alimentação			39,00	
05.01.10.301.0009.2.058 PROGRAMA SAÚDE DO IDOSO				
3.390.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 48

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10 Saúde				
0501.10.301 Atenção Básica				
05.01.10.301.0009 SAÚDE PARA TODOS	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10.301.0009.2.059 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
3.390.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
3.390.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	3.096.949,97	0,00	3.096.949,97	1.010.503,94
3.390.30.00.00.00.00.03.0064 Material de Consumo				
3.390.30.07.00.00.00.03.0064 Gêneros de Alimentação				
3.390.32.00.00.00.00.03.0064 Material de Distribuicao Gratuita	6.777,80	0,00	6.777,80	4.661,30
3.390.32.99.00.00.00.03.0064 Outros Materiais de Distribuição Gratuita	2.500,00	0,00	2.500,00	2.500,00
0501.10.304 Vigilância Sanitária	4.277,80	0,00	4.277,80	2.161,30
05.01.10.304.0009 SAÚDE PARA TODOS				
0501.10.304.0009.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	60.068,08	0,00	60.068,08	23.662,76
3.190.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	60.068,08	0,00	60.068,08	23.662,76
3.190.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.190.11.01.00.00.00.01.0002 Vencimentos e salários				
3.190.13.00.00.00.00.01.0002 Obrigações Patronais				
3.190.13.02.00.00.00.01.0002 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.390.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas				
3.390.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas				
3.390.00.00.00.00.01.0066 Aplicacoes Diretas				
3.390.00.00.00.00.03.0066 Aplicacoes Diretas				
3.390.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				
3.390.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				
3.390.30.00.00.00.00.03.0066 Material de Consumo				
3.390.30.01.00.00.00.01.0002 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.390.30.16.00.00.00.01.0002 Material de Expediente				
3.390.30.17.00.00.00.01.0002 Material de Processamento de Dados				
3.390.30.23.00.00.00.01.0002 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				
3.390.30.23.00.00.00.01.0002 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				
3.390.30.39.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Veículos				
3.390.30.99.00.00.00.03.0066 Outros Materiais de Consumo				

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 49

Entidade : FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
05.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10 Saúde	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67
0501.10.304 Vigilância Sanitária	60.068,08	0,00	60.068,08	23.662,76
05.01.10.304.0009 SAÚDE PARA TODOS	60.068,08	0,00	60.068,08	23.662,76
05.01.10.304.0009.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	60.068,08	0,00	60.068,08	23.662,76
3.390.39.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			372,00	
3.390.39.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			44,45	
3.390.39.00.00.00.03.0066 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			630,00	
3.390.39.19.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Veículos			372,00	
3.390.39.51.00.00.00.03.0066 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas			630,00	
3.390.39.81.00.00.00.01.0002 Serviços Bancários			44,45	
0501.10.305 Vigilância Epidemiológica	34.181,97	0,00	34.181,97	22.958,97
05.01.10.305.0009 SAÚDE PARA TODOS	34.181,97	0,00	34.181,97	22.958,97
05.01.10.305.0009.2.042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	34.181,97	0,00	34.181,97	22.958,97
3.390.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.390.00.00.00.00.00.01.0066 Aplicacoes Diretas	9.200,00	0,00	9.200,00	9.200,00
3.390.00.00.00.00.00.03.0066 Aplicacoes Diretas	19.981,97	0,00	19.981,97	8.758,97
3.390.30.00.00.00.00.03.0066 Material de Consumo			11.223,00	
3.390.30.11.00.00.00.03.0066 Material Químico			8.103,00	
3.390.30.24.00.00.00.03.0066 Material para Manutenção de Bens Imóveis			1.603,00	
3.390.32.00.00.00.00.03.0066 Material de Distribuição Gratuita			6.500,00	
3.390.32.99.00.00.00.03.0066 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.350,00	
3.390.39.00.00.00.00.03.0066 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.350,00	
3.390.39.16.00.00.00.03.0066 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			1.770,00	
3.390.39.63.00.00.00.03.0066 Serviços Gráficos e Editoriais			1.400,00	
			370,00	
Total por Entidade:	3.191.200,02	0,00	3.191.200,02	1.057.125,67

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 50

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08.241 Assistência ao Idoso	18.462,80	0,00	18.462,80	12.640,79
05.02.08.241.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	18.462,80	0,00	18.462,80	12.640,79
05.02.08.241.0010.2.046 MANUTENÇÃO ATIVIDADES P.B. TRANSIÇÃO (API/PAC)	18.462,80	0,00	18.462,80	12.640,79
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	2.500,00	0,00	2.500,00	525,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0047 Aplicacoes Diretas	8.200,00	0,00	8.200,00	8.115,79
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0048 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0047 Aplicacoes Diretas	2.598,06	0,00	2.598,06	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0048 Aplicacoes Diretas	1.164,74	0,00	1.164,74	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0047 Material de Consumo			84,21	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0047 Material de Consumo			2.598,06	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0047 Gêneros de Alimentação			84,21	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.03.0047 Gêneros de Alimentação			2.598,06	
3.3.90.32.00.00.00.00.00.03.0048 Material de Distribuicao Gratuita			1.164,74	
3.3.90.32.99.00.00.00.00.03.0048 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.164,74	
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			288,00	
3.3.90.36.25.00.00.00.00.01.0000 Serviços de Limpeza e Conservação			288,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.583,00	
3.3.90.39.59.00.00.00.00.01.0000 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto			1.000,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.00.01.0000 Serviços Gráficos e Editoriais			165,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			418,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas			104,00	
3.3.90.47.18.00.00.00.00.01.0000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			104,00	
0502.08.242 Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	0,00	5.000,00	2.467,23
05.02.08.242.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00	0,00	5.000,00	2.467,23
05.02.08.242.0010.2.047 SUBVENÇÃO SOCIAL A APAE "MARISOL" DE MARAVILHA	5.000,00	0,00	5.000,00	2.467,23
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu			2.532,77	
3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0000 Subvencoes Sociais			2.532,77	
3.3.50.43.02.00.00.00.00.01.0000 Transf a Instituicoes Privadas de Assistencia Soc			2.532,77	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 51

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010.1.050 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL CRAS	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00
05.02.08.244.0010.1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	95.000,00	0,00	95.000,00	95.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	23.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0053 Aplicacoes Diretas	72.000,00	0,00	72.000,00	72.000,00
05.02.08.244.0010.1.052 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.186,69	2.600,00	23.786,69	1.006,57
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	15,96
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0052 Aplicacoes Diretas	9.186,69	0,00	9.186,69	978,19
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0063 Aplicacoes Diretas	0,00	800,00	800,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,11
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0052 Aplicacoes Diretas	0,00	1.420,00	1.420,00	8,31
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0063 Aplicacoes Diretas	0,00	380,00	380,00	4,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente			22.780,12	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0052 Equipamentos e Material Permanente			9.984,04	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0063 Equipamentos e Material Permanente			8.208,50	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0000 Equipamentos e Material Permanente			800,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0052 Equipamentos e Material Permanente			1.999,89	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0063 Equipamentos e Material Permanente			1.411,69	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			376,00	
4.4.90.52.26.00.00.00.01.0000 Instrumentos Musicais e Artísticos			280,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0000 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			1.819,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0052 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			2.190,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0000 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			1.374,50	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0052 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			883,50	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0063 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			2.685,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0000 Equipamentos de Processamento de Dados			800,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0052 Equipamentos de Processamento de Dados			3.860,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0000 Equipamentos de Processamento de Dados			4.149,00	
			1.980,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 52

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	488.090,90	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	488.090,90	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	488.090,90	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	459.736,12	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	459.736,12	233.711,82
05.02.08.244.0010.1.052 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.186,69	2.600,00	23.786,69	22.780,12	1.006,57
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral			72,42		
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0000 Mobiliário em Geral			19,89		
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0052 Mobiliário em Geral			417,69		
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0063 Mobiliário em Geral			376,00		
4.4.90.52.51.00.00.00.01.0000 Peças Não Incorporáveis a Imóveis			879,12		
4.4.90.52.51.00.00.00.03.0052 Peças Não Incorporáveis a Imóveis			994,00		
05.02.08.244.0010.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	227.077,45	0,00	227.077,45	193.688,58	33.388,87
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	100.082,58	0,00	100.082,58	100.082,58	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				82.136,88	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários				82.136,88	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais				17.945,70	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				17.945,70	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas				55.440,18	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas				29.861,42	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo	88.309,55	0,00	88.309,55	32.869,37	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0000 Material de Consumo	30.000,00	0,00	30.000,00	138,58	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				8.055,11	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0000 Gás Engarrafado				4.483,17	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0000 Material de Expediente				6.690,01	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados				47,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0000 Material de Processamento de Dados				700,60	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha				271,80	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0000 Material de Copa e Cozinha				702,76	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				49,90	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				134,50	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico				227,35	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0000 Material Elétrico e Eletrônico				204,80	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Veículos				352,90	
				75,60	
				86,70	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 53

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	227.077,45	0,00	227.077,45	33.388,87
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0000 Material para Manutenção de Veículos			2.595,36	
3.3.90.30.46.00.00.00.01.0000 Material Bibliográfico não Imobilizável			399,00	
3.3.90.31.00.00.00.00.03.0000 Premiações Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out			663,86	
3.3.90.31.01.00.00.00.03.0000 Premiações Culturais			336,86	
3.3.90.31.04.00.00.00.03.0000 Premiações Desportivas			327,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0000 Material de Distribuição Gratuita			524,90	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			524,90	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0000 Passagens e Despesas com Locomoção			520,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0000 Passagens e Despesas com Locomoção			586,42	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0000 Passagens Para o País			520,00	
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Passagens Para o País			586,42	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			36.235,63	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			13.436,21	
3.3.90.36.15.00.00.00.01.0000 Locação de Imóveis			10.920,00	
3.3.90.36.16.00.00.00.01.0000 Locação de Bens móveis e intangíveis			2.400,00	
3.3.90.36.45.00.00.00.01.0000 Jetons a Conselheiros			22.915,63	
3.3.90.36.45.00.00.00.03.0000 Jetons a Conselheiros			13.436,21	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8.796,29	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.526,96	
3.3.90.39.12.00.00.00.03.0000 Locação de Máquinas e Equipamentos			111,42	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0000 Limpeza de Veículos			722,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			140,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			25,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			120,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Veículos			50,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0000 Manutenção e Conservação de Veículos			1.149,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0000 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			50,00	
3.3.90.39.22.00.00.00.01.0000 Exposições, Congressos e Conferências			2.100,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica			19,10	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 54

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	227.077,45	0,00	227.077,45	33.388,87
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto			45,00	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0000 Serviços de Comunicação em Geral			792,22	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0000 Serviços de Telecomunicações			1.422,70	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0000 Serviços Gráficos e Editoriais			930,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0000 Serviços Gráficos e Editoriais			610,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0000 seguros em Geral			167,37	
3.3.90.39.69.00.00.00.03.0000 seguros em Geral			105,25	
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0000 Limpeza e Conservação			350,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.01.0000 Hospedagens			481,52	
3.3.90.39.80.00.00.00.03.0000 Hospedagens			314,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0000 Serviços Bancários			172,20	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.234,18	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.212,29	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas			1.308,25	
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas			6.964,80	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			1.308,25	
3.3.90.47.18.00.00.00.03.0000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			6.964,80	
3.3.90.48.00.00.00.00.03.0000 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			200,00	
3.3.90.48.01.00.00.00.03.0000 Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas			200,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	8.685,32	0,00	8.685,32	380,92
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente			8.304,40	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0000 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			220,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0000 Máquinas e Equipamentos Energéticos			750,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0000 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			2.036,50	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0000 Equipamentos de Processamento de Dados			1.920,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0000 Mobiliário em Geral			2.976,00	
4.4.90.52.51.00.00.00.01.0000 Peças Não Incorporáveis a Imóveis			401,90	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 55

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	468.090,90	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	468.090,90	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	468.090,90	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	459.736,12	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	459.736,12	233.711,82
05.02.08.244.0010.2.045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	319.383,80	-1.800,00	317.583,80	243.267,42	74.316,38
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	55.000,00	49.139,66	5.860,34
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0052 Aplicacoes Diretas	29.000,00	0,00	29.000,00	11.767,59	17.232,41
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0052 Aplicacoes Diretas	9.720,00	0,00	9.720,00	9.720,00	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0000 Contratacao por Tempo Determinado				3.262,46	3.262,46
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais				3.262,46	3.262,46
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				36.167,38	36.167,38
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0052 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				11.767,59	11.767,59
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0052 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				9.007,18	9.007,18
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 Vencimentos e salários				36.167,38	36.167,38
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0052 Vencimentos e salários				11.767,59	11.767,59
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0052 Vencimentos e salários				9.007,18	9.007,18
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Patronais				9.709,82	9.709,82
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0052 Obrigações Patronais				712,82	712,82
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				9.709,82	9.709,82
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0052 Contribuições Previdenciárias - INSS				712,82	712,82
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	19.233,35	10.766,65
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052 Aplicacoes Diretas	12.960,54	0,00	12.960,54	11.990,11	970,43
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052 Aplicacoes Diretas	26.678,16	0,00	26.678,16	26.024,75	653,41
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052 Aplicacoes Diretas	1.010,66	0,00	1.010,66	1.010,66	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052 Aplicacoes Diretas	32.200,00	0,00	32.200,00	16.171,46	16.028,54
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052 Aplicacoes Diretas	54.000,00	0,00	54.000,00	49.771,47	4.228,53
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0063 Aplicacoes Diretas	15.900,00	0,00	15.900,00	0,00	15.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0052 Aplicacoes Diretas	15.269,93	0,00	15.269,93	15.212,65	57,28
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0052 Aplicacoes Diretas	8.276,40	0,00	8.276,40	8.274,65	1,75
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0052 Aplicacoes Diretas	6.480,00	0,00	6.480,00	6.229,35	250,65
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0052 Aplicacoes Diretas	4.506,39	-1.420,00	3.086,39	2.838,84	247,55
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0052 Aplicacoes Diretas	15.882,88	0,00	15.882,88	15.882,88	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0063 Aplicacoes Diretas	2.498,84	-380,00	2.118,84	0,00	2.118,84
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				5.394,89	5.394,89

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 56

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010.2.045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	319.383,80	-1.800,00	317.583,80	74.316,38
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0052 Material de Consumo			11.990,11	20.505,75
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0052 Material de Consumo			1.010,66	1.010,66
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0052 Material de Consumo			16.171,46	31.605,57
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0052 Material de Consumo			8.855,95	103,65
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0052 Material de Consumo			701,00	9.151,68
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0052 Material de Consumo			703,50	869,83
3.3.90.30.04.00.00.00.00.01.0052 Gás Engarrafado			7.001,80	1.010,66
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação			28.995,81	6.497,53
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0052 Gêneros de Alimentação			1.701,65	11.990,11
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0052 Gêneros de Alimentação			1.868,86	1.827,00
3.3.90.30.07.00.00.00.00.03.0052 Gêneros de Alimentação			2.225,37	4.269,60
3.3.90.30.14.00.00.00.00.01.0000 Material Educativo e Esportivo			671,00	1.892,30
3.3.90.30.14.00.00.00.00.01.0052 Material Educativo e Esportivo			241,45	1.547,00
3.3.90.30.14.00.00.00.00.01.0052 Material Educativo e Esportivo			11.432,09	844,50
3.3.90.30.14.00.00.00.00.03.0052 Material Educativo e Esportivo			79,90	1.842,80
3.3.90.30.14.00.00.00.00.03.0052 Material Educativo e Esportivo				
3.3.90.30.16.00.00.00.00.01.0000 Material de Expediente				
3.3.90.30.16.00.00.00.00.01.0052 Material de Expediente				
3.3.90.30.16.00.00.00.00.01.0052 Material de Expediente				
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados				
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0052 Material de Processamento de Dados				
3.3.90.30.19.00.00.00.00.01.0052 Material de Acondicionamento e Embalagem				

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 57

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	233.711,82
05.02.08.244.0010.2.045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	319.383,80	-1.800,00	317.583,80	74.316,38
3.3.90.30.20.00.00.00.01.0052 Material de Cama, Mesa e Banho			1.249,20	
3.3.90.30.20.00.00.00.03.0052 Material de Cama, Mesa e Banho			4.586,35	
3.3.90.30.20.00.00.00.03.0052 Material de Cama, Mesa e Banho			103,65	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copa e Cozinha			40,50	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0052 Material de Copa e Cozinha			1.197,15	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0052 Material de Copa e Cozinha			1.394,80	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0052 Material de Copa e Cozinha			34,25	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização			392,71	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0052 Material de Limpeza e Produção de Higienização			2.311,30	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0052 Material de Limpeza e Produção de Higienização			3.895,01	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis			118,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0052 Material para Manutenção de Bens Imóveis			33,90	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0052 Material para Manutenção de Bens Móveis			424,80	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico			161,70	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0052 Material Elétrico e Eletrônico			82,90	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0052 Material de Proteção e Segurança			210,00	
3.3.90.30.46.00.00.00.01.0000 Material Bibliográfico não Imobilizável			968,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo			55,75	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0052 Outros Materiais de Consumo			384,39	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0052 Outros Materiais de Consumo			30,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0052 Outros Materiais de Consumo			302,80	
3.3.90.31.00.00.00.00.03.0052 Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Out			728,35	
3.3.90.31.04.00.00.00.03.0052 Premiações Desportivas			728,35	
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0052 Passagens e Despesas com Locomoção			1.585,84	
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0052 Passagens Para o País			1.585,84	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			3.622,90	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			10.805,90	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			3.371,20	
3.3.90.36.16.00.00.00.01.0000 Locação de Bens móveis e intangíveis			1.200,00	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 58

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	468.090,90
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	716.910,74	468.090,90
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	716.910,74	468.090,90
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	693.447,94	459.736,12
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	693.447,94	459.736,12
05.02.08.244.0010.2.045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	319.383,80	-1.800,00	317.583,80	243.267,42
3.3.90.36.25.00.00.00.01.0000 Serviços de Limpeza e Conservação		131,38		131,38
3.3.90.36.25.00.00.00.01.0052 Serviços de Limpeza e Conservação		100,62		100,62
3.3.90.36.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		2.291,52		2.291,52
3.3.90.36.99.00.00.00.01.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		10.705,28		10.705,28
3.3.90.36.99.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		3.371,20		3.371,20
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		8.203,44		8.203,44
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		5.519,00		5.519,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		7.360,00		7.360,00
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		1.897,98		1.897,98
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		8.171,00		8.171,00
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		4.800,00		4.800,00
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		1.253,00		1.253,00
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		3.360,00		3.360,00
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0000 Manutenção de Software		182,85		182,85
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		230,00		230,00
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0052 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		30,00		30,00
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica		1.501,84		1.501,84
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto		147,30		147,30
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0000 Serviços de Comunicação em Geral		1.435,87		1.435,87
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0000 Serviços de Telecomunicações		2.945,68		2.945,68
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0000 Serviços de Rádio, Vídeo e Foto		49,90		49,90
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0052 Serviços de Rádio, Vídeo e Foto		1.000,00		1.000,00
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0000 Serviços Gráficos e Editoriais		360,00		360,00
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0000 Limpeza e Conservação		950,00		950,00
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		400,00		400,00
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		4.489,00		4.489,00
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		7.360,00		7.360,00
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		1.897,98		1.897,98
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		8.171,00		8.171,00

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 59

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
	716.110,74	800,00	468.090,90	248.819,84
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	716.110,74	800,00	468.090,90	248.819,84
05.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
0502.08 Assistência Social	716.110,74	800,00	468.090,90	248.819,84
0502.08.244 Assistência Comunitária	692.647,94	800,00	459.736,12	233.711,82
05.02.08.244.0010 ASSISTÊNCIA SOCIAL	692.647,94	800,00	459.736,12	233.711,82
0502.08.244.0010.2.045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	319.383,80	-1.800,00	243.267,42	74.316,38
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.800,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.253,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.360,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas			2.012,12	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0000 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			2.012,12	
3.3.90.48.00.00.00.00.03.0052 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			4.458,72	
3.3.90.48.01.00.00.00.03.0052 Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas			4.458,72	
Total por Entidade:	716.110,74	800,00	468.090,90	248.819,84

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 60

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	85.979,90	0,00	85.979,90	69.683,32
05.03 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	85.979,90	0,00	85.979,90	69.683,32
0503.08 Assistência Social	85.979,90	0,00	85.979,90	69.683,32
0503.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	85.979,90	0,00	85.979,90	69.683,32
05.03.08.243.0011 CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	85.979,90	0,00	85.979,90	69.683,32
05.03.08.243.0011.1.041 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE_FIA	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
05.03.08.243.0011.2.048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A	34.979,90	0,00	34.979,90	24.475,32
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	21.235,42
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	7.979,90	0,00	7.979,90	3.239,90
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			400,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.740,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			400,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.740,00	
3.3.90.48.00.00.00.00.01.0000 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			5.364,58	
3.3.90.48.01.00.00.00.00.01.0000 Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas			5.364,58	
05.03.08.243.0011.2.049 MANUTENÇÃO DO ABRIGO DOMICILIAR	20.000,00	0,00	20.000,00	14.208,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	14.208,00
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			5.792,00	
3.3.90.36.32.00.00.00.00.01.0000 Serviços de Assistência Social			5.792,00	
05.03.08.243.0011.2.050 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ABRIGO INSTITUCIONAL DE MARAVILHA	21.000,00	0,00	21.000,00	21.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.50.00.00.00.00.00.01.0000 Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Total por Entidade:	85.979,90	0,00	85.979,90	69.683,32

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 61

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
01 CAMARA DE VEREADORES	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
01.01 CAMARA DE VEREADORES	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
0101.01 Legislativa	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
0101.01.031 Ação Legislativa	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
01.01.01.031.0001.1.001 EQUIPAR O PODER LEGISLATIVO	5.000,00	0,00	5.000,00	3.730,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	3.730,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 Equipamentos e Material Permanente			1.270,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0000 Máquinas e Equipamentos Energéticos			1.120,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0000 Equipamentos de Processamento de Dados			150,00	
01.01.01.031.0001.1.049 AQUISIÇÃO UM IMÓVEL(Terreno). P/CONSTRUÇÃO SEDE PRÓRIA PODER L	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO				
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	607.214,32	0,00	607.214,32	52.221,84
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	505.000,00	0,00	505.000,00	32.118,80
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0000 vencimentos e salários				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 Obrigacoes Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0000 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.3.50.00.00.00.00.01.0000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu				
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	500,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0000 Diárias - Civil	101.714,32	0,00	101.714,32	19.603,04
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0000 Diárias no País - Civil				
3.3.90.30.00.00.00.01.0000 Material de Consumo				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0000 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0000 Material de Expediente				
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0000 Material de Processamento de Dados				
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0000 Material de Copia e Cozinha				
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0000 Material de Limpeza e Produção de Higienização				
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0000 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0000 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0000 Passagens e Despesas com Locomocao				
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0000 Passagens Para o País				

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 62

SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CAMARA DE VEREADORES	617.214,32	0,00	617.214,32	556.262,48	60.951,84
01.01 CAMARA DE VEREADORES	617.214,32	0,00	617.214,32	556.262,48	60.951,84
0101.01 Legislativa	617.214,32	0,00	617.214,32	556.262,48	60.951,84
0101.01.031 Ação Legislativa	617.214,32	0,00	617.214,32	556.262,48	60.951,84
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	617.214,32	0,00	617.214,32	556.262,48	60.951,84
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO	607.214,32	0,00	607.214,32	554.992,48	52.221,84
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				7.655,66	
3.3.90.36.06.00.00.00.01.0000 Serviços Técnicos Profissionais				1.095,00	
3.3.90.36.15.00.00.00.01.0000 Locação de Imóveis				6.400,66	
3.3.90.36.25.00.00.00.01.0000 Serviços de Limpeza e Conservação				160,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				27.992,73	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0000 Serviços Técnicos Profissionais				980,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0000 Manutenção de Software				426,93	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0000 Locação de Softwares				8.257,91	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				130,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				55,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0000 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				95,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0000 Serviços de Energia Elétrica				1.387,36	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0000 Serviços de Água e Esgoto				210,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0000 Serviços de Seleção e Treinamento				2.750,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0000 Serviços de Telecomunicações				1.406,67	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0000 Serviços de Publicidade Legal				2.934,26	
3.3.90.39.97.00.00.00.00.01.0000 Despesas de Teleprocessamento				1.460,00	

SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 63

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
01 CAMARA DE VEREADORES	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
01.01 CAMARA DE VEREADORES	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
0101.01 Legislativa	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
0101.01.031 Ação Legislativa	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO	607.214,32	0,00	607.214,32	52.221,84
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			7.899,60	
Total por Entidade:	617.214,32	0,00	617.214,32	60.951,84
Total Geral:	18.690.170,93	116.800,00	18.806.970,93	9.039.774,36

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Exercício de 2014

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	17.028.760,00	10.115.731,66	1.068.240,59	7.981.268,93
RECEITAS CORRENTES	11.392.180,00	9.282.805,12	839.885,05	2.949.259,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	264.000,00	292.936,39	33.724,64	4.788,25
IMPOSTOS	250.900,00	277.545,53	29.788,14	3.142,61
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	195.900,00	225.688,14	29.788,14	0,00
Imp. s/Propried. Predial/Tert.Urbana_IPTU	22.900,00	21.292,94	-1.607,06	0,00
IPTU-Imp.s/Propried. Predial/Tert.Urbana_ Próprio	12.650,00	14.254,84	1.604,84	0,00
Dedução Imp.Propried.Predial/Tert.Urbana_ MDE	-100,00	-4.625,06	-4.525,06	0,00
IPTU-Imp.s/Propried.Predial/Tert.Urbana_ MDE	6.440,00	7.257,07	817,07	0,00
IPTU-Imp.s/Propried.Predial/Tert.Urbana_ Saúde	3.910,00	4.406,09	496,09	0,00
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	123.000,00	135.525,23	12.525,23	0,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	120.000,00	129.900,96	9.900,96	0,00
IRRF s/Rendimentos do Trabalho_ Próprio	66.000,00	71.445,51	5.445,51	0,00
IRRF s/Rendimentos do Trabalho_MDE	33.600,00	36.372,27	2.772,27	0,00
IRRF s/Rendimentos do Trabalho_Saúde	20.400,00	22.083,18	1.683,18	0,00
IRRF s/ Outros Rendimentos	3.000,00	5.624,27	2.624,27	0,00
IRRF s/Outros Rendimentos - Próprio	1.650,00	3.093,37	1.443,37	0,00
IRRF s/Outros Rendimentos-MDE	840,00	1.574,78	734,78	0,00
IRRF s/Outros Rendimentos-Saúde	510,00	956,12	446,12	0,00
Imposto s/Trans.Inter Vivos B.Imóveis_ITBI	50.000,00	68.869,97	18.869,97	0,00
Imposto s/Trans.Inter Vivos B.Imóveis_ITBI-Próprio	27.500,00	37.878,47	10.378,47	0,00
Imposto s/Trans.Inter Vivos B.Imóveis_ITBI-MDE	14.000,00	19.283,60	5.283,60	0,00
Imposto s/Trans.Inter Vivos B.Imóveis_Saúde	8.500,00	11.707,90	3.207,90	0,00
Impostos sobre a Produção e a Circulação	55.000,00	51.857,39	0,00	3.142,61
Imposto s/Serviços Qualquer Natureza-ISS	55.000,00	51.857,39	0,00	3.142,61
Imposto s/Serviços Qualquer Natureza-ISS-Próprio	30.250,00	28.519,09	0,00	1.730,91
Imposto s/Serviços Qualquer Natureza_ISS-MDE	15.400,00	14.521,36	0,00	878,64
Imposto s/Serviços Qualquer Natureza_ISS-Saúde	9.350,00	8.816,94	0,00	533,06
TAXAS	12.600,00	15.390,86	3.936,50	1.145,64
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	12.600,00	15.390,86	3.936,50	1.145,64
Taxa de Fiscalização Vigilância Sanitária	1.000,00	1.030,00	1.030,00	1.000,00
Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	8.000,00	7.891,72	0,00	108,28
Taxa de Licença para Execução de Obras	800,00	2.815,40	2.015,40	0,00
Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	2.800,00	3.653,74	891,10	37,36
Taxas de FUNREBOM	2.700,00	2.662,64	0,00	37,36
Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	100,00	991,10	891,10	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	500,00	0,00	0,00	500,00
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	500,00	0,00	0,00	500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.000,00	19.340,07	1.340,07	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMIC	18.000,00	19.340,07	1.340,07	0,00
Contrib p/Custeio Serviço Iluminação Públic-COSIP	18.000,00	19.340,07	1.340,07	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	76.000,00	115.905,04	52.054,66	12.149,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	76.000,00	115.905,04	52.054,66	12.149,62
Remuneração de Depósitos Bancários	76.000,00	115.905,04	52.054,66	12.149,62
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	25.400,00	69.552,15	49.636,74	5.484,59
Rec.Rem. de Dep. Bancários de Rec. Vinc.-ROYALTIES	100,00	0,00	0,00	100,00
Receita Remuneração Depósitos Bancários-FUNDEB	100,00	0,00	0,00	100,00
Remuneração Dep.Bancários-FUNDEB	1.000,00	3.517,79	2.517,79	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.SUS-F.Saúde	8.500,00	27.232,77	19.508,43	775,66
Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(Aten.Básica)	4.000,00	13.432,81	9.432,81	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(Vig.Sanit/Ep	200,00	1.878,44	1.678,44	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(Ass.Farm.Bás	200,00	1.065,02	865,02	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.Farmacia .Básica Estado	1.000,00	1.350,45	350,45	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc.Estado=ESF	2.000,00	5.630,36	3.630,36	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc.(Alienação)_Saúde	100,00	9,61	0,00	90,39
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc.Convenio União	1.000,00	314,73	0,00	685,27
Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(BLMAC)	0,00	3.253,09	3.253,09	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.Alvara Sanitário	0,00	35,94	35,94	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.Estado (MAC)	0,00	262,32	262,32	0,00
Receita Remuneração de Depósitos Bancários - MDE	10.500,00	4.449,45	-1.753,04	4.297,51

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Remuneração Dep.Bancário-PNATE	100,00	479,16	379,16	0,00
Remuneração Dep.Bancário-Salário Educação	200,00	1.252,57	1.052,57	0,00
Rem.Dep.Bancário Trans.Escolar_ESTADO	100,00	799,93	699,93	0,00
Rem. Dep.Bancário-PNAE-Fundamental	100,00	104,22	4,22	0,00
Remuneração Dep.Bancário-Conv.União.Educação	10.000,00	5.702,49	0,00	4.297,51
Devolução Rem.Dep.Banc.Rec.Vinc.Educação-União	0,00	-3.944,11	-3.944,11	0,00
Rem. Dep.Bancário-PNAE- Creche	0,00	28,35	28,35	0,00
Rem. Dep.Bancário- Brasil Carinhoso	0,00	26,84	26,84	0,00
Remuneração Dep. Bancários-CIDE	100,00	105,61	5,61	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc.-FNAS	1.600,00	7.105,35	5.621,14	115,79
Rec. Remun. Dep. Banc.R.Vinculado - API	200,00	84,21	0,00	115,79
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc._PAIF	1.000,00	1.694,28	694,28	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado-IGD	200,00	367,53	167,53	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc.R.Vinculado-SUAS	200,00	408,42	208,42	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado-PBV-SCFV	0,00	2.654,94	2.654,94	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado-FEAS A C	0,00	604,14	604,14	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- FEAS A I	0,00	994,55	994,55	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- FEAS BEC	0,00	19,47	19,47	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- PBF	0,00	77,19	77,19	0,00
Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- FEAS Basica Custei	0,00	200,62	200,62	0,00
Remun. de Outros Depósitos Banc. de Rec. Vinculado	3.600,00	27.141,18	23.736,81	195,63
Remuneração Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.(FEP)	1.000,00	15.911,91	14.911,91	0,00
Remuneração Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.(Alienação)	100,00	155,04	55,04	0,00
Remun Dep Banc.R.Vin.(Conv.Estado_Outros)	100,00	0,00	0,00	100,00
Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(SSP/Militar)	100,00	217,20	117,20	0,00
Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(SSP/Civil)	200,00	507,36	307,36	0,00
Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(SSP/Prefeitura)	200,00	498,64	298,64	0,00
Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(Radiopatrulha)	100,00	4,37	0,00	95,63
Remun Dep Banc.Rec.Vin.(Conv.União_Outros)	1.800,00	4.076,75	2.276,75	0,00
Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(FUNREBOM)	0,00	110,78	110,78	0,00
Remun Dep Banc.R.Vin.(Conv.Estado_Defesa Civil)	0,00	5.659,13	5.659,13	0,00
Remun. de Depósitos Banc. de Recursos Não Vinculad	50.600,00	46.352,89	2.417,92	6.665,03
Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	50.600,00	46.352,89	2.417,92	6.665,03
RECEITA DE SERVIÇOS	108.700,00	95.789,23	13.362,30	26.273,07
Serviços Administrativos	1.700,00	14.557,14	13.362,30	505,16
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	200,00	13.562,30	13.362,30	0,00
Serviços de Venda de Editais	200,00	0,00	0,00	200,00
Serviços de Expedição de Certificados	1.100,00	994,84	0,00	105,16
Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	100,00	0,00	0,00	100,00
Outros Serviços Administrativos	100,00	0,00	0,00	100,00
Serviços Agropecuários	100.000,00	74.431,52	0,00	25.568,48
Serv.Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resíd Sólido	7.000,00	6.800,57	0,00	199,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.878.880,00	8.717.860,86	729.706,57	2.890.725,71
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.801.880,00	8.640.568,36	718.283,07	2.879.594,71
Transferências da União	7.057.380,00	5.666.294,11	572.997,01	1.964.082,90
Participação na Receita da União	6.211.120,00	4.774.886,54	250.776,04	1.687.009,50
Cota-Parte Fundo Participação Municípios_FPM	6.210.000,00	4.773.764,06	250.773,56	1.687.009,50
Cota-Parte F.Participação Municípios_FPM-Próprio	4.169.000,00	3.109.555,77	0,00	1.059.444,23
Dedução Cota-Parte FPM Formação FUNDEB_MDE	-1.370.000,00	-1.130.747,27	0,00	-239.252,73
Cota-Parte F.Participação Municípios_FPM-MDE	2.122.400,00	1.583.046,57	0,00	539.353,43
Cota-Parte F.Participação Municípios_FPM-Saúde	1.288.600,00	961.135,43	0,00	327.464,57
Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM 1%	0,00	250.773,56	250.773,56	0,00
Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM 1%	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00
Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM 1%	0,00	160.773,56	160.773,56	0,00
Cota-Parte Imp. s/ Propr.Territorial Rural - ITR	1.120,00	1.122,48	2,48	0,00
Cota-Parte Imp.s/Propr.Territorial Rural-ITR-Próp	770,00	771,69	1,69	0,00
Dedução Receita ITR Formação FUNDEB-Próprio	-280,00	-280,59	-0,59	0,00
Cota-Parte Imp s/ Propr.Territorial Rural- ITR-MDE	392,00	392,85	0,85	0,00
Cota-Parte Imp.s/ Propr.Territorial Rural-ITR-Saúd	238,00	238,53	0,53	0,00
Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	80.000,00	80.563,41	563,41	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	80.000,00	80.563,41	563,41	0,00
Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	505.460,00	440.991,41	108.079,76	172.548,35
Atenção Básica	478.060,00	314.409,90	3.520,00	167.170,10

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Piso Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	174.000,00	49.062,00	0,00	124.938,00
Saúde da Família (ESF)	85.560,00	78.430,00	0,00	7.130,00
Agentes Comunitários de Saúde	57.000,00	60.520,00	3.520,00	0,00
Saúde Bucal	27.000,00	24.530,00	0,00	2.470,00
Outros Programas Finac.Transf.Fundo a Fundo	134.500,00	101.867,90	0,00	32.632,10
Prog.Melhoria Aces.e Qualid. A.Básica_(PMAQ)	132.000,00	101.867,90	0,00	30.132,10
Programa Saúde na Escola (PSE)	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	87.708,22	87.708,22	0,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	87.708,22	87.708,22	0,00
Outros programas (PROTESES)	0,00	87.708,22	87.708,22	0,00
Vigilância em Saúde	17.000,00	29.401,74	16.851,54	4.449,80
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	9.000,00	4.550,20	0,00	4.449,80
Vigilância Sanitária	8.000,00	24.851,54	16.851,54	0,00
Assistência Farmacêutica	10.400,00	9.471,55	0,00	928,45
Componentes Básico Assistência Farmacêutico	10.400,00	9.471,55	0,00	928,45
Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Assist.Social -	142.500,00	126.049,72	72.487,22	88.937,50
Piso Básico de Transição - API	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Piso Básico de Transição - PAC	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Índice Gestão Descentralizada-IGD(Bolsa Família)	16.500,00	7.562,50	0,00	8.937,50
Programa Atenção Integral Família_PAIF	108.000,00	42.000,00	0,00	66.000,00
SUAS (Bolsa Família)	6.000,00	4.000,00	0,00	2.000,00
Piso Básico Variável - SCFV	0,00	60.487,22	60.487,22	0,00
Piso Básico Fixo	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FNDE	108.700,00	113.057,85	19.545,08	15.187,23
Transferências do Salário-Educação	50.000,00	64.723,20	14.723,20	0,00
Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	14.300,00	13.160,00	1.660,00	2.800,00
Transf. Diretas FNDE PNAE- Infantil - Pré-Escola	3.000,00	3.600,00	600,00	0,00
Transf. Diretas FNDE PNAE- Fundamental	6.500,00	7.560,00	1.060,00	0,00
Preg.Nac. Alimen. Escolar - PNAE-Infantil Creche	4.800,00	2.000,00	0,00	2.800,00
Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	44.400,00	32.889,08	876,31	12.387,23
Transf.Diretas FNDE ref-PNATE-Educ.Infantil	2.400,00	3.276,31	876,31	0,00
Transf.Diretas FNDE ref-PNATE-Ens.Fundament	26.000,00	23.186,17	0,00	2.813,83
Transf.Diretas FNDE ref.PNATE-Ens.Médio	16.000,00	6.426,60	0,00	9.573,40
Outras Transferências Diretas do FNDE	0,00	2.285,57	2.285,57	0,00
Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96	9.600,00	9.199,68	0,00	400,32
Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96-Próprio	6.600,00	6.324,84	0,00	275,16
Dedução ICMS-Des.L.C.87/96 Formação FUNDEB-MDE	-2.400,00	-2.299,92	0,00	-100,08
Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96-MDE	3.360,00	3.219,84	0,00	140,16
Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96-Saúde	2.040,00	1.954,92	0,00	85,08
Outras Transferências da União	0,00	121.545,50	121.545,50	0,00
FEX-Aux. Financeiro p/Fomento Exportações	0,00	9.936,25	9.936,25	0,00
AFM - Apoio Financeiro aos Municípios	0,00	111.609,25	111.609,25	0,00
AFM - Apoio Financeiro aos Municípios-próprio	0,00	61.385,09	61.385,09	0,00
AFM - Apoio Financeiro aos Municípios-MDE	0,00	31.250,59	31.250,59	0,00
AFM - Apoio Financeiro aos Municípios-Saúde	0,00	18.973,57	18.973,57	0,00
Transferências dos Estados	3.264.500,00	2.443.772,03	94.783,84	915.511,81
Participação na Receita dos Estados	3.222.400,00	2.312.154,92	106,73	910.351,81
Cota-Parte do ICMS	3.020.800,00	2.199.456,28	0,00	821.343,72
Cota-Parte do ICMS_Próprio	1.980.440,00	1.512.125,48	0,00	468.314,52
Dedução ICMS Formação FUNDEB_Próprio	-580.000,00	-549.862,79	0,00	-30.137,21
Cota-Parte do ICMS_MDE	1.008.224,00	769.809,32	0,00	238.414,68
Cota-Parte do ICMS_Saúde	612.136,00	467.384,27	0,00	144.751,73
Cota-Parte do IPVA	152.500,00	77.823,06	0,00	74.676,94
Cota-Parte do IPVA_Próprio	94.875,00	53.502,84	0,00	41.372,16
Dedução Receita IPVA Formação FUNDEB_Próprio	-20.000,00	-19.454,83	0,00	-545,17
Cota-Parte do IPVA_MDE	48.300,00	27.237,81	0,00	21.062,19
Cota-Parte do IPVA_Saúde	29.325,00	16.537,24	0,00	12.787,76
Cota-Parte IPI s/Exportação_(LC 61/1989)	48.100,00	33.768,85	0,00	14.331,15
Cota-Parte IPI s/Exportação(LC 61/1989)_Próprio	33.000,00	23.216,17	0,00	9.783,83
Dedução IPI-Exportação Formação FUNDEB-MDE	-11.900,00	-8.442,34	0,00	-3.457,66
Cota-Parte IPI s/Exportação(LC 61/1989)_MDE	16.800,00	11.819,13	0,00	4.980,87
Cota-Parte IPI s/Exportação(LC 61/1989)_Saúde	10.200,00	7.175,89	0,00	3.024,11
Cota-Parte Contrib.Interv.Dom.Econ_CIDE	1.000,00	1.106,73	106,73	0,00
Transf.Recursos Estado p/Programas Saúde	42.100,00	83.148,95	46.208,95	5.160,00

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Exercício de 2014

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 4

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Assistencia Farmacêutica_ Estado_(Diabetes)	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistencia Farmaceutica_Estadual (Far.Básica)	8.000,00	7.140,00	0,00	860,00
Saude da Familia_Estadual_(ESF)	25.200,00	21.900,00	0,00	3.300,00
Média/Alta Complexidade Estadual_(MAC)	7.900,00	13.823,84	5.923,84	0,00
Premio Atenção Basica	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00
Vigilancia em Saúde Estadual	0,00	285,11	285,11	0,00
Outras Transferências dos Estados	0,00	48.468,16	48.468,16	0,00
FEAS_Outras Trans dos Estados- Ben.Even.Custeio	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
FEAS_Outras Trans dos Estados- Alta .Custeio	0,00	12.474,00	12.474,00	0,00
FEAS_Outras Trans dos Estados- Alta .Investimento	0,00	8.316,00	8.316,00	0,00
FEAS_Outras Trans dos Estados- Básica Custeio	0,00	26.678,16	26.678,16	0,00
TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	480.000,00	530.502,22	50.502,22	0,00
Transferência do Recurso do FUNDEB	480.000,00	530.502,22	50.502,22	0,00
Transferência do FUNDEB (Profissionais do Magistér	480.000,00	530.502,22	50.502,22	0,00
Transf. de Conv.	77.000,00	77.292,50	11.423,50	11.131,00
Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	77.000,00	77.292,50	11.423,50	11.131,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinados	73.000,00	69.512,00	7.643,00	11.131,00
Convênio Transp.Escolar-Estado-Ens.Fundamental	50.500,00	39.369,00	0,00	11.131,00
Convênio Transp.Escolar-Estado-Ens.Médio	22.500,00	30.143,00	7.643,00	0,00
Outras Transferência de Convênio dos Estados	4.000,00	7.780,50	3.780,50	0,00
Convênio SSP/Trânsito - Militar	1.000,00	2.200,14	1.200,14	0,00
Convênio SSP/Trânsito - Civil	1.000,00	2.200,14	1.200,14	0,00
Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura	2.000,00	3.380,22	1.380,22	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.600,00	40.973,53	9.696,81	15.323,28
Multas e Juros de Mora	19.400,00	10.843,03	2.210,09	10.767,06
Multas/Juros de Mora dos Tributos	500,00	265,23	102,06	336,83
Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	100,00	2,25	2,25	100,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	100,00	63,17	0,00	36,83
Multas/Juros de Mora s/ IPTU_Próprio	55,00	34,72	0,00	20,28
Multas/Juros de Mora s/ IPTU_MDE	28,00	17,69	0,00	10,31
Multas/Juros de Mora s/ IPTU_Saúde	17,00	10,76	0,00	6,24
Multas/Juros de Mora s/ o ISS	100,00	199,81	99,81	0,00
Multas/Juros de Moura s/ ISS_Próprio	55,00	109,83	54,83	0,00
Multas/Juros de Moura s/ ISS_MDE	28,00	55,91	27,91	0,00
Multas/Juros de Moura s/ ISS_Saúde	17,00	34,07	17,07	0,00
Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	100,00	0,00	0,00	100,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	100,00	0,00	0,00	100,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	100,00	0,00	0,00	100,00
Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	15.800,00	5.369,77	0,00	10.430,23
Multas/Juros de Mora Dívida Ativa s/ IPTU	200,00	0,00	0,00	200,00
Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ IPTU_Próprio	110,00	0,00	0,00	110,00
Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ IPTU_MDE	56,00	0,00	0,00	56,00
Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ IPTU_Saúde	34,00	0,00	0,00	34,00
Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ ISS	15.500,00	5.316,88	0,00	10.183,12
Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ISS_Próprio	8.525,00	2.924,28	0,00	5.600,72
Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ISS_MDE	4.340,00	1.488,73	0,00	2.851,27
Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ISS_Saúde	2.635,00	903,87	0,00	1.731,13
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	100,00	52,89	0,00	47,11
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00	1.239,32	239,32	0,00
Multas/Juros Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00	1.239,32	239,32	0,00
Multas/Juros Mora Div. Ativ.Outras Receitas	1.000,00	1.239,32	239,32	0,00
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	2.000,00	3.546,01	1.546,01	0,00
Outras Multas e Juros de Mora	2.000,00	3.546,01	1.546,01	0,00
Multas de Outras Origens	100,00	422,70	322,70	0,00
Multas por Auto de Infração	100,00	422,70	322,70	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.200,00	12.709,05	65,27	4.556,22
Rec. Div. Ativ. Tributaria	11.200,00	7.458,24	65,27	3.807,03
Receita da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Receita da Dívida Ativa IPTU_Próprio	550,00	0,00	0,00	550,00
Receita da Dívida Ativa IPTU-MDE	280,00	0,00	0,00	280,00
Receita da Dívida Ativa IPTU-Saúde	170,00	0,00	0,00	170,00
Receita da Dívida Ativa ISS	10.100,00	7.292,97	0,00	2.807,03
Receita da Dívida Ativa ISS_Próprio	5.555,00	4.011,14	0,00	1.543,86

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Receita da Dívida Ativa ISS_MDE	2.828,00	2.042,03	0,00	785,97
Receita da Dívida Ativa ISS_Saúde	1.717,00	1.239,80	0,00	477,20
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	100,00	165,27	65,27	0,00
Receita Dívida Ativa Outros Tributos-Principal	100,00	165,27	65,27	0,00
Receita da Dívida Ativa não tributária	6.000,00	5.250,81	0,00	749,19
Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	6.000,00	5.250,81	0,00	749,19
Rec Div Ativ Não-Tribut Outr.Receitas_Principal	6.000,00	5.250,81	0,00	749,19
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	17.421,45	7.421,45	0,00
Outras Receitas	10.000,00	17.421,45	7.421,45	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.636.580,00	832.926,54	228.355,54	5.032.009,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	66.000,00	29.020,00	29.020,00	66.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	66.000,00	29.020,00	29.020,00	66.000,00
Alienação de Veículos	0,00	29.020,00	29.020,00	0,00
Alienação de Bens	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00
Alienação de Outros Bens Móveis	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
Alienação Outros Bens Móveis	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.670.580,00	803.906,54	199.335,54	4.066.009,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.670.580,00	803.906,54	199.335,54	4.066.009,00
Transf. Convênios da União e de suas Entidades	4.630.580,00	604.571,00	0,00	4.026.009,00
Transf. de Convênio União p/ SUS	59.580,00	59.580,00	0,00	0,00
Transf. Convênio União p/SUS (Ampliação UBS)	59.580,00	59.580,00	0,00	0,00
Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	880.000,00	447.491,00	0,00	432.509,00
Convênio Ensino Fundamental - FNDE	880.000,00	447.491,00	0,00	432.509,00
Outras Transferências de Convênios da União	3.691.000,00	97.500,00	0,00	3.593.500,00
Outras transferências de Convênio União	3.619.000,00	97.500,00	0,00	3.521.500,00
Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	40.000,00	199.335,54	199.335,54	40.000,00
Transf. de Convênio Estados p/ SUS	0,00	2.185,11	2.185,11	0,00
Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde-Estad	0,00	2.185,11	2.185,11	0,00
Transf.Convênio Estado Dest Programa Educação	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	197.150,43	197.150,43	0,00
Outras Transf.Conv.Estado_Const/Ampliação Rede Águ	0,00	197.150,43	197.150,43	0,00
Totais:	17.028.760,00	10.115.731,66	1.068.240,59	7.981.268,93

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

 Gilnei Antonio Guth
 Prefeito Municipal

 Serlei Fatima Puntel
 Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

DEM. DESPESAS POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 1

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	556.262,48		556.262,48
01.031	Ação Legislativa	556.262,48		556.262,48
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	556.262,48		556.262,48
01.031.0001.1.001	EQUIPAR O PODER LEGISLATIVO	1.270,00		1.270,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO	554.992,48		554.992,48
4	Administração	1.703.326,25		1.703.326,25
04.122	Administração Geral	1.107.750,19		1.107.750,19
04.122.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	438.437,70		438.437,70
04.122.0002.1.002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO_GABINETE	112.500,00		112.500,00
04.122.0002.1.003	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_GA	349,00		349,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO P	325.588,70		325.588,70
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	533.261,47		533.261,47
04.122.0003.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃ	532.256,47		532.256,47
04.122.0003.2.005	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO ADMIN	1.005,00		1.005,00
04.122.0004	FORTALECIMENTO DE ENTIDADES	136.051,02		136.051,02
04.122.0004.2.006	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES	135.211,02		135.211,02
04.122.0004.2.063	DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO	840,00		840,00
04.123	Administração Financeira	541.760,64		541.760,64
04.123.0005	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	541.760,64		541.760,64
04.123.0005.1.007	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MATERIAIS PERMANENTES_	16.730,00		16.730,00
04.123.0005.2.007	MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO FINAN	525.030,64		525.030,64
04.124	Controle Interno	53.815,42		53.815,42
04.124.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	53.815,42		53.815,42
04.124.0002.1.004	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE CI	520,00		520,00
04.124.0002.2.003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SISTEMA CONTROL	53.295,42		53.295,42
8	Assistência Social	294.849,87	189.537,61	484.387,48
08.241	Assistência ao Idoso	1.975,00	3.847,01	5.822,01
08.241.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.975,00	3.847,01	5.822,01
08.241.0010.2.046	MANUTENÇÃO ATIVIDADES P.B.TRANSIÇÃO (API/PAC	1.975,00	3.847,01	5.822,01
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	2.532,77		2.532,77
08.242.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.532,77		2.532,77
08.242.0010.2.047	SUBVENÇÃO SOCIAL A APAE "MARISOL" DE MARAVI	2.532,77		2.532,77
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	16.296,58		16.296,58
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	16.296,58		16.296,58
08.243.0011.1.041	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMA			0,00
08.243.0011.2.048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A	10.504,58		10.504,58
08.243.0011.2.049	MANUTENÇÃO DO ABRIGO DOMICILIAR	5.792,00		5.792,00
08.244	Assistência Comunitária	274.045,52	185.690,60	459.736,12
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL	274.045,52	185.690,60	459.736,12
08.244.0010.1.052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMA	11.983,93	10.796,19	22.780,12
08.244.0010.2.044	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIA SOCI/	193.688,58		193.688,58
08.244.0010.2.045	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	68.373,01	174.894,41	243.267,42
10	Saúde	1.628.107,94	505.966,41	2.134.074,35
10.301	Atenção Básica	1.592.382,62	494.063,41	2.086.446,03
10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS	1.592.382,62	494.063,41	2.086.446,03
10.301.0009.1.037	AQUISIÇÃO VEÍCULOS_SAÚDE	65.980,00	65.980,00	131.960,00
10.301.0009.1.039	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA	18.689,87	42.750,81	61.440,68
10.301.0009.1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMA	8.881,90	17.346,00	26.227,90
10.301.0009.2.035	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA	1.130.859,49	129.547,55	1.260.407,04
10.301.0009.2.036	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAÚ	2.252,55		2.252,55
10.301.0009.2.037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE DO ESF	173.927,47	113.659,14	287.586,61
10.301.0009.2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL	46.517,08	49.238,76	95.755,84
10.301.0009.2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COM	16.312,50	67.076,45	83.388,95
10.301.0009.2.040	MANUTENÇÃO DO PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR	121.136,06		121.136,06
10.301.0009.2.043	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DOS RES	7.825,70		7.825,70
10.301.0009.2.052	PROGRAMA SAÚDE DO HOMEM		350,00	350,00
10.301.0009.2.054	PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR		968,80	968,80
10.301.0009.2.055	PROGRAMA SAÚDE DA MULHER		4.990,40	4.990,40
10.301.0009.2.057	PROGRAMA TABAGISMO		39,00	39,00
10.301.0009.2.059	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA		2.116,50	2.116,50

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	1.628.107,94	505.966,41	2.134.074,35
10.304	Vigilância Sanitária	35.725,32	680,00	36.405,32
10.304.0009	SAÚDE PARA TODOS	35.725,32	680,00	36.405,32
10.304.0009.2.041	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SAN	35.725,32	680,00	36.405,32
10.305	Vigilância Epidemiológica		11.223,00	11.223,00
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.223,00	11.223,00
10.305.0009.2.042	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPI		11.223,00	11.223,00
12	Educação	1.182.703,04	1.129.508,36	2.312.211,40
12.306	Alimentação e Nutrição	117.241,44	9.448,75	126.690,19
12.306.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	117.241,44	9.448,75	126.690,19
12.306.0006.2.008	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAM	117.241,44	6.087,40	123.328,84
12.306.0006.2.009	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_PRÉ ESCOLA		1.532,20	1.532,20
12.306.0006.2.010	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_CRECHE		1.829,15	1.829,15
12.361	Ensino Fundamental	919.404,13	957.310,54	1.876.714,67
12.361.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	919.404,13	957.310,54	1.876.714,67
12.361.0006.1.009	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ES	124.500,00	424.280,00	548.780,00
12.361.0006.1.012	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CEN	9.845,00	26.711,00	36.556,00
12.361.0006.1.013	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_LAB	1.930,00		1.930,00
12.361.0006.2.008	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAM			0,00
12.361.0006.2.011	MANUTENÇÃO ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO MAG	59.464,53	401.939,71	461.404,24
12.361.0006.2.012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAM	327.231,37	3.625,57	330.856,94
12.361.0006.2.013	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO EDUC.	30.337,05		30.337,05
12.361.0006.2.014	MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO DE INFO	42.127,35		42.127,35
12.361.0006.2.015	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO FUND.	323.968,83	100.754,26	424.723,09
12.362	Ensino Médio		32.575,86	32.575,86
12.362.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA		32.575,86	32.575,86
12.362.0006.2.016	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO MÉDIC		32.575,86	32.575,86
12.363	Ensino Profissional	2.000,00		2.000,00
12.363.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.000,00		2.000,00
12.363.0006.2.061	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DE CURSOS TÉ	2.000,00		2.000,00
12.364	Ensino Superior	92.835,43		92.835,43
12.364.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	92.835,43		92.835,43
12.364.0006.2.062	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	92.835,43		92.835,43
12.365	Educação Infantil	51.222,04	130.173,21	181.395,25
12.365.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	51.222,04	130.173,21	181.395,25
12.365.0006.1.015	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CRE	1.935,00		1.935,00
12.365.0006.2.017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÉ ESCOLA	35.236,64	127.764,80	163.001,44
12.365.0006.2.018	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO_PRÉ E	894,43		894,43
12.365.0006.2.019	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_PRÉ ESCOLA		2.408,41	2.408,41
12.365.0006.2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE	13.155,97		13.155,97
13	Cultura	35.705,38		35.705,38
13.392	Difusão Cultural	35.705,38		35.705,38
13.392.0007	APOIO E DESENVOLVIMENTO A CULTURA	35.705,38		35.705,38
13.392.0007.2.022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	35.705,38		35.705,38
15	Urbanismo	182.285,99	19.340,07	201.626,06
15.451	Infra-Estrutura Urbana	182.285,99	19.340,07	201.626,06
15.451.0015	INFRA-ESTRUTURA URBANA	182.285,99	19.340,07	201.626,06
15.451.0015.1.053	CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS	4.756,40		4.756,40
15.451.0015.2.029	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E SERVI	85.344,06		85.344,06
15.451.0015.2.030	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBL	9.841,09	19.340,07	29.181,16
15.451.0015.2.031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA COLETA E LIMPEZ	82.344,44		82.344,44
20	Agricultura	1.058.404,92	294.650,43	1.353.055,35
20.605	Abastecimento	107.660,77	197.150,43	304.811,20
20.605.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA	107.660,77	197.150,43	304.811,20
20.605.0012.1.048	CONSTRUÇÃO E/OU APLIAÇÃO REDE DE ÁGUA	78.085,17	197.150,43	275.235,60
20.605.0012.2.028	PROTEÇÃO DE FONTES	29.575,60		29.575,60
20.606	Extensão Rural	810.800,15	97.500,00	908.300,15
20.606.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA	810.800,15	97.500,00	908.300,15
20.606.0012.1.021	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCO	56.233,00	97.500,00	153.733,00
20.606.0012.2.025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	751.367,15		751.367,15

Betha Sistemas

Exercício de 2014

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 3

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	1.058.404,92	294.650,43	1.353.055,35
20.606	Extensão Rural	810.800,15	97.500,00	908.300,15
20.606.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA	810.800,15	97.500,00	908.300,15
20.606.0012.2.027	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SEMENTES E MUI	3.200,00		3.200,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	139.944,00		139.944,00
20.608.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA	139.944,00		139.944,00
20.608.0012.2.026	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO AR	99.000,00		99.000,00
20.608.0012.2.060	MELHORAMENTO GENÉTICO	40.944,00		40.944,00
26	Transporte	799.834,65		799.834,65
26.782	Transporte Rodoviário	799.834,65		799.834,65
26.782.0020	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	799.834,65		799.834,65
26.782.0020.1.031	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMEN			0,00
26.782.0020.1.034	PONTE S/RIO BARRA SUJA_DIV.S.T.PROGRESSO	6.400,00		6.400,00
26.782.0020.1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMA			0,00
26.782.0020.2.033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA S.M.E.R	786.516,60		786.516,60
26.782.0020.2.034	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO GARAGEM DA S.M.I	6.918,05		6.918,05
27	Desporto e Lazer	54.819,86		54.819,86
27.812	Desporto Comunitário	54.819,86		54.819,86
27.812.0008	ESPORTE E LAZER	54.819,86		54.819,86
27.812.0008.1.017	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_ESP	9.474,00		9.474,00
27.812.0008.2.024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE E DA I	45.345,86		45.345,86
28	Encargos Especiais	121.471,40	10.421,91	131.893,31
28.843	Serviço da Dívida Interna	7.712,70		7.712,70
28.843.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	7.712,70		7.712,70
28.843.0000.0.001	AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	7.712,70		7.712,70
28.845	Outras Transferências	86.718,94	892,53	87.611,47
28.845.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	86.718,94	892,53	87.611,47
28.845.0000.0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMA PASEP	86.718,94	892,53	87.611,47
28.846	Outros Encargos Especiais	27.039,76	9.529,38	36.569,14
28.846.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	27.039,76	9.529,38	36.569,14
28.846.0000.0.003	MANUTENÇÃO DOS CONVÊNIOS DE TRÂNSITO	6.548,27	7.684,38	14.232,65
28.846.0000.0.004	DESPESAS JUDICIAIS	20.491,49		20.491,49
28.846.0000.0.005	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNREBOM		1.845,00	1.845,00
Total:		7.617.771,78	2.149.424,79	9.767.196,57

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

 Gilnei Antonio Guth
 Prefeito Municipal

 Serlei Fatima Puntel
 Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

DEMONSTRATIVO FUNÇÃO, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa		1.270,00	554.992,48	556.262,48
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		1.270,00	554.992,48	556.262,48
01.031.0001.1.001	EQUIPAR O PODER LEGISLATIVO		1.270,00	554.992,48	1.270,00
01.031.0001.1.049	AQUISIÇÃO UM IMÓVEL(Terreno), P/CONSTRUÇÃO SEDE PRÓRIA PODER LEGISLATIVO				0,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO			554.992,48	554.992,48
04	Administração				
04.122	Administração Geral		130.099,00	1.573.227,25	1.703.326,25
04.122.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		112.849,00	994.901,19	1.107.750,19
04.122.0002.1.002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO_GABINETE		112.849,00	325.588,70	438.437,70
04.122.0002.1.003	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_GABINETE		112.500,00		112.500,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO		349,00		349,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL			325.588,70	325.588,70
04.122.0003.1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO_ADM GERAL			533.261,47	533.261,47
04.122.0003.1.036	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL			0,00	0,00
04.122.0003.1.046	CONSTRUÇÃO COBERTURA ACESSO CENTRO ADMINISTRATIVO			0,00	0,00
04.122.0003.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL			532.256,47	532.256,47
04.122.0003.2.005	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO			1.005,00	1.005,00
04.122.0004	FORTALECIMENTO DE ENTIDADES			136.051,02	136.051,02
04.122.0004.2.006	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES			135.211,02	135.211,02
04.122.0004.2.063	DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO			840,00	840,00
04.123	Administração Financeira		16.730,00	525.030,64	541.760,64
04.123.0005	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		16.730,00	525.030,64	541.760,64
04.123.0005.1.007	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MATERIAIS PERMANENTES_FINANÇAS				16.730,00
04.123.0005.2.007	MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			525.030,64	525.030,64
04.124	Controle Interno		520,00	53.295,42	53.815,42
04.124.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		520,00	53.295,42	53.815,42
04.124.0002.1.004	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE CI		520,00		520,00
04.124.0002.2.003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SISTEMA CONTROLE INTERNO			53.295,42	53.295,42
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso		22.780,12	461.607,36	484.387,48
08.241.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL			5.822,01	5.822,01
08.241.0010.2.046	MANUTENÇÃO ATIVIDADES P.B.TRANSIÇÃO (API/PAC)			5.822,01	5.822,01
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência			5.822,01	5.822,01
08.242.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL			2.532,77	2.532,77
08.242.0010.2.047	SUBVENÇÃO SOCIAL A APAE "MARISOL" DE MARAVILHA			2.532,77	2.532,77
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			2.532,77	2.532,77
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO			16.296,58	16.296,58
08.243.0011.1.041	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE_FIA			16.296,58	16.296,58
08.243.0011.2.048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A			10.504,58	10.504,58

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social				484.387,48
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		22.780,12	461.607,36	16.296,58
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO			16.296,58	16.296,58
08.243.0011.2.049	MANUTENÇÃO DO ABRIGO DOMICILIAR			5.792,00	5.792,00
08.243.0011.2.050	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ABRIGO INSTITUCIONAL DE MARAVILHA			0,00	0,00
08.244	Assistência Comunitária		22.780,12	436.956,00	459.736,12
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL		22.780,12	436.956,00	459.736,12
08.244.0010.1.050	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL_CRAS			0,00	0,00
08.244.0010.1.051	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			0,00	0,00
08.244.0010.1.052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		22.780,12	193.688,58	193.688,58
08.244.0010.2.044	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			243.267,42	243.267,42
08.244.0010.2.045	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS				
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		219.628,58	1.914.445,77	2.134.074,35
10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS		219.628,58	1.866.817,45	2.086.446,03
10.301.0009.1.037	AQUISIÇÃO VEÍCULOS_SAÚDE			1.866.817,45	1.866.817,45
10.301.0009.1.039	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA		219.628,58		131.960,00
10.301.0009.1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			61.440,68	61.440,68
10.301.0009.2.035	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA		26.227,90		26.227,90
10.301.0009.2.036	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE			1.260.407,04	1.260.407,04
10.301.0009.2.037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE DO ESF			2.252,55	2.252,55
10.301.0009.2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL			287.586,61	287.586,61
10.301.0009.2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE			95.755,84	95.755,84
10.301.0009.2.040	MANUTENÇÃO DO PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR			83.388,95	83.388,95
10.301.0009.2.043	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE			121.136,06	121.136,06
10.301.0009.2.052	PROGRAMA SAÚDE DO HOMEM			7.825,70	7.825,70
10.301.0009.2.053	PROGRAMA SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			350,00	350,00
10.301.0009.2.054	PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR			0,00	0,00
10.301.0009.2.055	PROGRAMA SAÚDE DA MULHER			968,80	968,80
10.301.0009.2.056	PROGRAMA SAÚDE MENTAL			4.990,40	4.990,40
10.301.0009.2.057	PROGRAMA TABAGISMO			0,00	0,00
10.301.0009.2.058	PROGRAMA SAÚDE DO IDOSO			39,00	39,00
10.301.0009.2.059	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA			0,00	0,00
10.304	Vigilância Sanitária				
10.304.0009	SAÚDE PARA TODOS			2.116,50	2.116,50
10.304.0009.2.041	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			36.405,32	36.405,32
10.305	Vigilância Epidemiológica			36.405,32	36.405,32
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS			36.405,32	36.405,32
10.305.0009.2.042	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			11.223,00	11.223,00
10.305.0009.2.042	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			11.223,00	11.223,00

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
 Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 3

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde		219.628,58	1.914.445,77	2.134.074,35
10.305	Vigilância Epidemiológica			11.223,00	11.223,00
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS			11.223,00	11.223,00
10.305.0009.2.042	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			11.223,00	11.223,00
12	Educação		589.201,00	1.723.010,40	2.312.211,40
12.306	Alimentação e Nutrição			126.690,19	126.690,19
12.306.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			126.690,19	126.690,19
12.306.0006.2.008	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAMENTAL			123.328,84	123.328,84
12.306.0006.2.009	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_PRÉ ESCOLA			1.532,20	1.532,20
12.306.0006.2.010	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_CRECHE			1.829,15	1.829,15
12.361	Ensino Fundamental		587.266,00	1.289.448,67	1.876.714,67
12.361.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA		587.266,00	1.289.448,67	1.876.714,67
12.361.0006.1.008	AQUISIÇÃO VEÍCULO_EDUCAÇÃO			0,00	0,00
12.361.0006.1.009	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR			0,00	0,00
12.361.0006.1.010	CONSTRUÇÃO GARAGEM VEÍCULOS TRANSPORTE ESCOLAR			0,00	0,00
12.361.0006.1.011	READEQUAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO PRÉDIO CENTRO EDUCACIONAL			0,00	0,00
12.361.0006.1.012	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CENTRO EDUCACIONAL			36.556,00	36.556,00
12.361.0006.1.013	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_LABORATÓRIO INFORMÁTICA			1.930,00	1.930,00
12.361.0006.1.014	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_PRÉ ESCOLA			0,00	0,00
12.361.0006.2.008	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAMENTAL			0,00	0,00
12.361.0006.2.011	MANUTENÇÃO ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			461.404,24	461.404,24
12.361.0006.2.012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			330.856,94	330.856,94
12.361.0006.2.013	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL			30.337,05	30.337,05
12.361.0006.2.014	MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA_CENTRO EDUC.			42.127,35	42.127,35
12.361.0006.2.015	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO FUNDAMENTAL			424.723,09	424.723,09
12.362	Ensino Médio			32.575,86	32.575,86
12.362.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			32.575,86	32.575,86
12.362.0006.2.016	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO MÉDIO			32.575,86	32.575,86
12.363	Ensino Profissional			2.000,00	2.000,00
12.363.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			2.000,00	2.000,00
12.363.0006.2.061	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS			2.000,00	2.000,00
12.364	Ensino Superior			2.000,00	2.000,00
12.364.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			92.835,43	92.835,43
12.364.0006.2.062	APOIO AO ENSINO SUPERIOR			92.835,43	92.835,43
12.365	Educação Infantil			92.835,43	92.835,43
12.365.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			179.460,25	181.395,25
12.365.0006.1.015	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CRECHE			181.395,25	181.395,25
12.365.0006.2.017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÉ ESCOLA			179.460,25	181.395,25
12.365.0006.2.018	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO_PRÉ ESCOLA			179.460,25	181.395,25
12.365.0006.2.019	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_PRÉ ESCOLA			179.460,25	181.395,25
12.365.0006.2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE			163.001,44	163.001,44
				894,43	894,43
				2.408,41	2.408,41
				13.155,97	13.155,97

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 4

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação				
12.365	Educação Infantil		589.201,00	1.723.010,40	2.312.211,40
12.365.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA		1.935,00	179.460,25	181.395,25
12.365.0006.2.021	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO DA CRECHE		1.935,00	179.460,25	181.395,25
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural			35.705,38	35.705,38
13.392.0007	APOIO E DESENVOLVIMENTO A CULTURA			35.705,38	35.705,38
13.392.0007.1.016	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CULTURA			35.705,38	35.705,38
13.392.0007.2.022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA			0,00	0,00
13.392.0007.2.023	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO			35.705,38	35.705,38
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana		4.756,40	196.869,66	201.626,06
15.451.0015	INFRA-ESTRUTURA URBANA		4.756,40	196.869,66	201.626,06
15.451.0015.1.023	PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANAS		4.756,40	196.869,66	201.626,06
15.451.0015.1.025	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E BANHEIROS PÚBLICOS			0,00	0,00
15.451.0015.1.026	CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS			0,00	0,00
15.451.0015.1.027	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA PRAÇA PÚBLICA			0,00	0,00
15.451.0015.1.042	CONSTRUÇÃO ABRIGOS PASSAGEIROS_PER URBANO			0,00	0,00
15.451.0015.1.045	PASSEIO CICLOVIA			0,00	0,00
15.451.0015.1.053	CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS		4.756,40		4.756,40
15.451.0015.2.029	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			85.344,06	85.344,06
15.451.0015.2.030	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			29.181,16	29.181,16
15.451.0015.2.031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA COLETA E LIMPEZA PÚBLICA			82.344,44	82.344,44
15.752	Energia Elétrica			0,00	0,00
15.752.0015	INFRA-ESTRUTURA URBANA			0,00	0,00
15.752.0015.1.055	AMPLIAÇÃO REDE ENERGIA ELÉT. E ILUM.PÚBLICA			0,00	0,00
16	Habitação				
16.482	Habitação Urbana			0,00	0,00
16.482.0013	MORAR MELHOR			0,00	0,00
16.482.0013.2.032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ROTATIVO DE HABITAÇÃO			0,00	0,00
20	Agricultura				
20.605	Abastecimento		428.968,60	924.086,75	1.353.055,35
20.605.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA		275.235,60	29.575,60	304.811,20
20.605.0012.1.048	CONSTRUÇÃO E/OU APLIAÇÃO REDE DE ÁGUA		275.235,60	29.575,60	304.811,20
20.605.0012.2.028	PROTEÇÃO DE FONTES		275.235,60	29.575,60	275.235,60
20.606	Extensão Rural			29.575,60	29.575,60
20.606.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA		153.733,00	754.567,15	908.300,15
20.606.0012.1.018	AQUISIÇÃO VEÍCULOS_AGRICULTURA		153.733,00	754.567,15	908.300,15
					0,00

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural		428.968,60	924.086,75	1.353.055,35
20.606.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA		153.733,00	754.567,15	908.300,15
20.606.0012.1.019	CONSTRUÇÃO DA GARAGEM PARA VEÍCULOS_SEC.AGRICULTURA		153.733,00	754.567,15	908.300,15
20.606.0012.1.020	AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO PRÉDIO SECRETARIA DA AGRICULTURA				0,00
20.606.0012.1.021	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS				0,00
20.606.0012.1.022	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		153.733,00		153.733,00
20.606.0012.2.025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA			751.367,15	751.367,15
20.606.0012.2.027	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SEMENTES E MUDAS			3.200,00	3.200,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária				
20.608.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA				
20.608.0012.2.026	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL			139.944,00	139.944,00
20.608.0012.2.060	MELHORAMENTO GENÉTICO			139.944,00	139.944,00
				99.000,00	99.000,00
				40.944,00	40.944,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial				0,00
22.661.0015	INFRA-ESTRUTURA URBANA				0,00
22.661.0015.1.028	AQUISIÇÃO ÁREA TERRA PIEMPEENDIMENTOS INDUSTRIAL				0,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário		6.400,00	793.434,65	799.834,65
26.782.0020	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		6.400,00	793.434,65	799.834,65
26.782.0020.1.030	READEQUAÇÃO ESTRADAS E DRENAGEM PLUVIAL		6.400,00	793.434,65	799.834,65
26.782.0020.1.031	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS				0,00
26.782.0020.1.032	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				0,00
26.782.0020.1.033	PONTE S/ RIO SAGENTO_L_ÁGUA BRANCA_DIVISA MUN.ROMELANDIA				0,00
26.782.0020.1.034	PONTE S/ RIO BARRA SUJA_DIV.S.T.PROGRESSO				0,00
26.782.0020.1.035	CONSTRUÇÃO DE PONTILHÕES E BUEIROS		6.400,00		6.400,00
26.782.0020.1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				0,00
26.782.0020.1.043	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS_RURAL				0,00
26.782.0020.2.033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA S.M.E.R			786.516,60	786.516,60
26.782.0020.2.034	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO GARAGEM DA S.M.E.R			6.918,05	6.918,05
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário		9.474,00	45.345,86	54.819,86
27.812.0008	ESPORTE E LAZER		9.474,00	45.345,86	54.819,86
27.812.0008.1.017	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_ESPORTE E CME		9.474,00		9.474,00
27.812.0008.2.024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE E DA CME			45.345,86	45.345,86

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 6

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	131.893,31			131.893,31
28.843	Serviço da Dívida Interna	7.712,70			7.712,70
28.843.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	7.712,70			7.712,70
28.843.0000.0.001	AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	7.712,70			7.712,70
28.845	Outras Transferências	87.611,47			87.611,47
28.845.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	87.611,47			87.611,47
28.845.0000.0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMA PASEP	87.611,47			87.611,47
28.846	Outros Encargos Especiais	36.569,14			36.569,14
28.846.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	36.569,14			36.569,14
28.846.0000.0.003	MANUTENÇÃO DOS CONVÊNIOS DE TRÂNSITO	14.232,65			14.232,65
28.846.0000.0.004	DESPESAS JUDICIAIS	20.491,49			20.491,49
28.846.0000.0.005	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNREBOM	1.845,00			1.845,00
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
99.999.0099.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
Total:		131.893,31	1.412.577,70	8.222.725,56	9.767.196,57

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 - 3

DEMOSTRATIVO DA RECEITA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
1 CAMARA DE VEREADORES	556.262,48			492.253,12		
2 GABINETE DO PREFEITO				1.211.073,13		
3 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZEND				1.703.326,25		
Total :	556.262,48					
ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
4 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESF		484.387,48		2.134.074,35		2.312.211,40
5 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOC		484.387,48		2.134.074,35		2.312.211,40
Total :						
ÓRGÃOS	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
4 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESF	35.705,38					
7 SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBAN			201.626,06			
Total :	35.705,38		201.626,06			
ÓRGÃOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
6 SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.353.055,35					
Total :	1.353.055,35					
ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 CAMARA DE VEREADORES						556.262,48
2 GABINETE DO PREFEITO						492.253,12
3 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZEND						1.211.073,13
4 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESF			54.819,86			2.402.736,64

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
5 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOC						2.618.461,83
6 SECRETARIA DE AGRICULTURA						1.353.055,35
7 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBAN						201.626,06
8 SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM		799.834,65				799.834,65
9 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				131.893,31		131.893,31
Total :		799.834,65	54.819,86	131.893,31		9.767.196,57

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

DEMOSTRATIVO RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Exercício de 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	9.282.805,12	DESPESAS CORRENTES	8.260.327,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	292.936,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.779.115,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.340,07	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.459,08
RECEITA PATRIMONIAL	115.905,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.473.753,32
RECEITA DE SERVIÇOS	95.789,23		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.717.860,86		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.973,53		
		SUPERAVIT	1.022.477,66
TOTAL	9.282.805,12	TOTAL	9.282.805,12
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.022.477,66		
RECEITAS DE CAPITAL	832.926,54	DESPESAS DE CAPITAL	1.506.869,11
ALIENAÇÃO DE BENS	29.020,00	INVESTIMENTOS	1.506.615,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	803.906,54	AMORTIZACAO DA DIVIDA	253,62
		SUPERAVIT	348.535,09
TOTAL	10.115.731,66	TOTAL	10.115.731,66

Resumo

RECEITAS CORRENTES	9.282.805,12	DESPESAS CORRENTES	8.260.327,46
RECEITAS DE CAPITAL	832.926,54	DESPESAS DE CAPITAL	1.506.869,11
		SUPERAVIT	348.535,09
TOTAL	10.115.731,66	TOTAL	10.115.731,66

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Consignações	0,00	666.792,71	666.310,28	482,43
Depósitos de Diversas Origens	0,00	5.773,00	5.773,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	672.083,28	482,43
RESTOS A PAGAR				
Obrigações a Pagar				
Fornecedores	28.464,25	70.245,34	28.464,25	70.245,34
Restos a Pagar Não Processados	347.309,90	73.036,67	37.879,34	382.467,23
Obrigações Tributárias	2.994,38	2.210,84	2.994,38	2.210,84
SUBTOTAL		378.768,53	145.492,85	454.923,41
TOTAL GERAL		378.768,53	818.058,56	455.405,84

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 05/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no E	
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	
000332/01	31-07-2001	35.272.501-0	123.792,58	Obrigações a Pagar	44.615,76	0,00	
				INSS - Inst. Nacional de Seguridade Social	44.615,76	0,00	
				SUBTOTAL	44.615,76	0,00	
				TOTAL GERAL	44.615,76	0,00	

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, 05/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Betha Sistemas

Exercício 2014

Página: 1

Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Baixa	

1.014,48 43.601,28

1.014,48 43.601,28**1.014,48 43.601,28**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Betha Sistemas
Exercício 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Receitas	10.115.731,66	Despesas	9.757.176,75
Receitas Correntes	9.282.805,12	Despesas Correntes	8.258.516,14
Receita Tributária	297.561,45	Pessoal e Encargos Sociais	4.779.115,06
Receita de Contribuições	19.340,07	Juros e Encargos da Dívida	7.459,08
Receita Patrimonial	119.849,15	Outras despesas correntes	3.471.942,00
Receita de Serviços	95.789,23	Despesas de Capital	1.498.660,61
Transferências Correntes	10.428.948,60	Investimentos	1.498.406,99
Outras Receitas Correntes	40.973,53	Amortização da Dívida	253,62
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.719.656,91	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.574.162,67
Receitas de Capital	832.926,54	Transferências Financeiras Concedidas	2.574.162,67
Alienação de Bens	29.020,00		
Transferências de Capital	803.906,54		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.574.162,47		
Transferências Financeiras Recebidas	2.574.162,47		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.430.290,59	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	48.338,14
Aquisições de Bens	1.430.290,59	Alienação de Bens	29.020,00
Bens Imóveis	394.262,85	Bens Móveis	29.020,00
Bens Móveis	1.036.027,74	Liquidação de Créditos	19.318,14
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.014,48	Recebimento de Dívida Ativa	19.318,14
Outras Desincorporações de Passivos	1.014,48		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	9.494.403,44	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	9.494.403,44
Interferências Ativas	9.494.403,44	Interferências Passivas	9.494.403,44
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	5.980.717,33	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	3.663.319,53
Incorporações de Ativos	27.878,82	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	3.663.319,53
Incorporação de Bens Imóveis	22.008,77	Desvalorização de Bens	3.663.319,53
Incorporação de Direitos	5.870,05	Bens Imóveis	2.615,70
Valores Pendentes	1.453,11	Bens Móveis	3.598.768,83
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	4.416,94	Outros Bens	61.935,00
Dívida Ativa - Inscrição	4.416,94		
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	5.908.947,23		
Valorização de Bens	5.907.332,54		
Bens Imóveis	4.005.845,10		
Bens Móveis	1.901.487,44		
Ajustes de Créditos	1.614,69		
Atualização Monetária não Financeira	513,03		
Dívida Ativa - Atualização Monetária	513,03		
Juros	1.101,66		
Dívida Ativa - Juros e Multas	1.101,66		
Desincorporação de Passivos	43.601,28		
Cancelamento de Restos a Pagar	290,00		
Total das Variações Ativas	29.596.319,97	Total das Variações Passivas	25.537.400,53
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	4.058.919,44
TOTAL GERAL	29.596.319,97	TOTAL GERAL	29.596.319,97

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais
Administração Direta, Indireta e Fundacional

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, 05/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			376.944,12
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			285.107,11
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		285.107,11	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	231.895,90		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	231.895,90		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	53.211,21		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	53.211,21		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			91.837,01
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		91.837,01	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	69.187,23		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	69.187,23		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	14.060,29		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	11.187,63		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	2.872,66		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	605,42		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	605,42		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	7.984,07		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	642,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	421,21		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	2.929,49		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	18,40		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	30,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.473,72		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	170,25		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.299,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			115.309,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			115.309,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		115.309,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	115.309,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	349,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.940,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	520,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	112.500,00		
Total da Unidade:				492.253,12
Total do Órgão:				492.253,12

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			658.704,57
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			236.413,89
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.098,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Participação em Consorcios Publicos	1.098,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Participação em Consorcios Publicos	1.098,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		235.315,89	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	191.408,01		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	191.408,01		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	43.907,88		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	43.907,88		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			422.290,68
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		135.211,02	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	135.211,02		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	127.511,02		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	7.700,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.132,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	Rateio para Participação em Consorcios Publicos	1.132,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Rateio para Participação em Consorcios Publicos	1.132,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		285.947,66	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	36.017,30		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.134,34		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	234,80		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.970,25		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	8.958,73		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	2.897,85		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	412,36		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.832,89		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	90,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	9.473,95		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	127,00		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	708,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	86,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.995,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.096,13		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	685,42		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o Pais	685,42		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	249.244,94		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	3.912,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	32.950,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	1.654,32		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	3.240,00		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	4.502,97		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	114,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3.085,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	745,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	160,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.120,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	17.520,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	6.952,71		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	132,90		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	20.208,04		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	13.650,00		

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	313,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	11.501,45		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	7,20		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	20.252,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	167,37		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	289,42		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	650,00		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	46.748,25		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	7.990,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	19.944,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	31.435,31		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			10.607,92
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			10.607,92
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		150,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	150,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.457,92	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	10.457,92		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	140,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.595,00		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	990,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	660,00		
4.4.90.52.51.00.00.00	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	7.072,92		

Total da Unidade: 669.312,49

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 4

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			525.030,64
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			512.864,57
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		512.864,57	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	422.047,02		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	422.047,02		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	90.817,55		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	90.817,55		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.166,07
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.166,07	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	3.341,30		
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	249,80		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	2.913,50		
3.3.90.30.46.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	178,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.824,77		
3.3.90.39.12.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	3.325,62		
3.3.90.39.16.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.140,00		
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	3.290,40		
3.3.90.39.90.00.00	Serviços de Publicidade Legal	818,75		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	250,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			16.730,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			16.730,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		16.730,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	16.730,00		
4.4.90.52.30.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	13.890,00		
4.4.90.52.42.00.00	Mobiliário em Geral	2.840,00		
Total da Unidade:				541.760,64
Total do Órgão:				1.211.073,13

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.651.647,13
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.186.608,86
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.186.608,86	
3.1.90.01.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	524,88		
3.1.90.01.99.00.00	Outras Aposentadorias - Pessoal Civil	524,88		
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	76.858,05		
3.1.90.04.01.00.00	Professores Substitutos	61.977,13		
3.1.90.04.04.00.00	Obrigações Patronais	14.880,92		
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	901.490,80		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	901.490,80		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	207.735,13		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	207.735,13		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			465.038,27
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		465.038,27	
3.3.90.18.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	78.831,10		
3.3.90.18.99.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Estudantes	78.831,10		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	253.110,17		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	117.368,60		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.596,45		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	36.582,30		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	6.653,78		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	13.245,42		
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	2.548,40		
3.3.90.30.20.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	393,58		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	665,90		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	7.208,45		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	210,00		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.922,99		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	359,16		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	6.878,03		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	417,30		
3.3.90.30.31.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	55,20		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	56.850,70		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	125,20		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	28,71		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	13.531,90		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	13.531,90		
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	3.425,11		
3.3.90.33.01.00.00	Passagens Para o Pais	3.425,11		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	116.139,99		
3.3.90.39.01.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	15.240,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	11.952,00		
3.3.90.39.08.00.00	Manutenção de Software	365,70		
3.3.90.39.12.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	3.295,39		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	11.162,00		
3.3.90.39.16.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	4.574,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	280,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	31.705,19		
3.3.90.39.20.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	318,00		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	11.110,64		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.197,56		
3.3.90.39.50.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	1.175,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	1.560,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	2.219,94		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.500,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	4.566,17		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	1.800,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.118,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			660.564,27
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			660.564,27
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		660.564,27	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes			
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	68.823,57		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	68.823,57		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	591.740,70		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	209,80		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	3.344,90		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	760,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.490,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	8.075,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	3.870,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	23.211,00		
		548.780,00		

Total da Unidade: 2.312.211,40

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 7

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			35.705,38
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.705,38
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo		35.705,38	
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	7.686,38		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	2.321,50		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	1.945,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	59,60		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	405,60		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.247,18		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.707,50		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	10.080,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.080,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	16.675,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	1.535,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	14.140,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	1.264,00		
		1.264,00		
	Total da Unidade:			35.705,38

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE

Betha Sistemas
 Exercício de 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 8

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			45.345,86
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			45.345,86
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo			
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	9.460,69		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	140,85		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	287,38		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	6.729,90		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	110,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	40,15		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.503,76		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	42,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	243,65		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	363,00		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	2.873,70		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.873,70		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	33.011,47		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	290,00		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	8.939,95		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	735,38		
		23.046,14		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			9.474,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			9.474,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		9.474,00	
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	9.474,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.665,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	180,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.736,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	1.669,00		
		2.224,00		
Total da Unidade:				54.819,86
Total do Órgão:				2.402.736,64

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			923.521,75
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			438.186,94
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		438.186,94	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	12.412,60		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	2.644,89		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	9.767,71		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	346.489,14		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	346.489,14		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	79.285,20		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	79.285,20		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			485.334,81
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		47.386,66	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	47.386,66		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	47.386,66		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		437.948,15	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	265.775,25		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	71.689,42		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	281,70		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.499,39		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	2.700,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	2.084,42		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	431,70		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Usos Veterinário	82.306,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	279,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	2.847,76		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	29.751,44		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	24,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	912,00		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	429,15		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	63.312,57		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	11,00		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	125,20		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	7.090,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	5.797,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	5.797,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	7.800,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.800,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	157.015,90		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	7.779,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	182,85		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	1.889,62		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	3.375,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	590,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	340,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	23.136,88		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	3.368,73		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	114,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	325,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	5.032,02		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	20,70		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	6.180,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	855,69		

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	800,00		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	18.600,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	84.426,41		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.560,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	1.560,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			429.533,60
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			429.533,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		429.533,60	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	275.235,60		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	275.235,60		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	154.298,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	275,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	153.733,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	290,00		
Total da Unidade:				1.353.055,35
Total do Órgão:				1.353.055,35

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			196.869,66
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			59.446,29
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		59.446,29	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	49.066,58		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	49.066,58		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	10.379,71		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	10.379,71		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			137.423,37
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		137.423,37	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	8.447,35		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	317,50		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.400,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	517,10		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	2.263,80		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	27,00		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	1.921,95		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica	128.976,02		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.655,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	81.933,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	29.529,82		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	50,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	690,00		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	13.800,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	318,20		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.756,40
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			4.756,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.756,40	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	4.756,40		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	4.756,40		
Total da Unidade:				201.626,06
Total do Órgão:				201.626,06

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 08 - SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			792.177,45
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			445.308,02
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		445.308,02	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	57.390,89		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	9.799,67		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	47.591,22		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	316.267,74		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	316.267,74		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	71.649,39		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	71.649,39		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			346.869,43
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		346.869,43	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	282.958,40		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	162.114,51		
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	120,00		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	93,90		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.953,89		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	594,70		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	89,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	94,60		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	514,17		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	50.393,78		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	405,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	454,85		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	308,30		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	60.043,11		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	1.010,11		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	125,20		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.642,78		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	300,00		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	300,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	63.611,03		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	562,85		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	3.578,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	6.500,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	320,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	33.690,21		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	110,00		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	13.687,20		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	976,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	865,16		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	209,88		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	425,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	356,85		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	420,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	688,32		
3.3.90.39.74.00.00.00	Frete e Transportes de Encomendas	480,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	741,56		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			7.657,20
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			7.657,20
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.657,20	

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 13

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 08 - SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	6.400,00		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	6.400,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.257,20		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.257,20		
Total da Unidade:				799.834,65
Total do Órgão:				799.834,65

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 14

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Unidade Orçamentária: 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			131.639,69
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			7.459,08
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.459,08	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	7.459,08		
3.2.90.21.99.00.00.00	Outros Juros da Dívida Contratada	7.459,08		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			124.180,61
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		124.180,61	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	8.798,29		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	590,88		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	45,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	10,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	182,20		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	147,00		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	349,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	157,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	235,20		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	980,00		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	80,08		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	40,90		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	2.225,00		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	300,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	3.028,11		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	427,82		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.850,85		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	735,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	395,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	329,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.592,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	217,30		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.582,55		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	87.611,47		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	87.611,47		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	19.920,00		
3.3.90.91.01.00.00.00	Precatórios-Ativo Civ/Sents Jud Transs em Julgado	19.920,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			253,62
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			253,62
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		253,62	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatado	253,62		
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Dívida Contratada	253,62		
Total da Unidade:				131.893,31
Total do Órgão:				131.893,31
Total da Entidade:				6.592.472,26

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 15

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.914.445,77
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			971.588,35
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.106,13	
3.1.71.70.00.00.00.00	Participação em Consorcios Publicos	1.106,13		
3.1.71.70.01.00.00.00	Participação em Consorcios Publicos	1.106,13		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		970.482,22	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	81.986,15		
3.1.90.04.02.00.00.00	Serviços Temporários de Agentes de Saúde	66.211,27		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	15.774,88		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	723.103,03		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	723.103,03		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	165.393,04		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	165.393,04		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			942.857,42
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		13.433,07	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	13.433,07		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consorcios Publicos	13.433,07		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		906.952,93	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	188.296,42		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	64.574,09		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	915,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	3.393,85		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	10.850,23		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	1.603,00		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	2.733,20		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	3.942,17		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	2.459,80		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	957,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.995,51		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	2.006,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	8.208,25		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	1.391,35		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	4.494,35		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	46.519,96		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	25.867,32		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	15,00		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	377,60		
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	850,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	5.142,74		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	152.080,71		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	132.541,91		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	19.538,80		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	4.212,19		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o Pais	4.212,19		
3.3.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas Pessoal Decorr.Contratos Terceiriz	136.000,00		
3.3.90.34.01.00.00.00	Substituição de mão-de-obra (LRF. art.18,§1º	136.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	220,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	220,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	419.019,61		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	344,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	13.150,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	421,63		

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 16

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	2.434,76		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	4.688,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3.657,88		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	4.486,14		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	5.658,80		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	180,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	7.825,70		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	8.612,20		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	945,22		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	4.437,62		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	288.859,01		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	630,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	12.237,27		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	103,70		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	17.977,30		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	3.838,75		
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes e Transportes de Encomendas	190,00		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	2.400,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	380,25		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	35.561,38		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	7.124,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	7.124,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Participação em consórcios públicos		22.471,42	
3.3.93.70.00.00.00.00	Participação em consórcios públicos	22.471,42		
3.3.93.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	22.471,42		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			219.628,58
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			219.628,58
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		219.628,58	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	61.440,68		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	61.440,68		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	158.187,90		
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos de Medição e Orientação	1.714,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	569,90		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	2.400,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.768,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.825,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.410,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	5.200,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	7.266,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.075,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	131.960,00		

Total da Unidade: 2.134.074,35

Total do Órgão: 2.134.074,35

Total da Entidade: 2.134.074,35

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 17

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			437.006,38
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			170.709,83
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		170.709,83	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	3.262,46		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	3.262,46		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.079,03		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	139.079,03		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	28.368,34		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	28.368,34		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			266.296,55
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.532,77	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	2.532,77		
3.3.50.43.02.00.00.00	Transf a Instituições Privadas de Assistência Soc	2.532,77		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		263.763,78	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	120.711,27		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	6.690,01		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	750,50		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	47.057,90		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	26.445,89		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	13.921,14		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.898,96		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	1.842,80		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	5.939,20		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	2.851,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	6.826,37		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	357,50		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	424,80		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	673,10		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	210,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	2.682,06		
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	1.367,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	772,94		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	1.392,21		
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiações Culturais	336,86		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	1.055,35		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	1.689,64		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	1.689,64		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	2.692,26		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o Pais	2.692,26		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	67.759,84		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	10.920,00		
3.3.90.36.16.00.00.00	Locação de Bens móveis e intangíveis	3.600,00		
3.3.90.36.25.00.00.00	Serviços de Limpeza e Conservação	520,00		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	36.351,84		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	16.368,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	54.470,67		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	182,85		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	111,42		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	722,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	425,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	120,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	1.199,00		

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 18

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	50,00		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	2.100,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	1.520,94		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	192,30		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	2.228,09		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	4.368,38		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	2.049,90		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	2.065,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	272,62		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	1.300,00		
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	795,52		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	172,20		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.595,45		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	10.389,17		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	10.389,17		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	4.658,72		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	4.658,72		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			31.084,52
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			31.084,52
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.084,52	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	31.084,52		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	500,00		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	1.819,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	750,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.564,50		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	6.405,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	11.909,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	3.862,00		
4.4.90.52.51.00.00.00	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	2.275,02		
Total da Unidade:				468.090,90
Total do Órgão:				468.090,90
Total da Entidade:				468.090,90

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 19

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 03 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			16.296,58
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			16.296,58
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		16.296,58	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.792,00		
3.3.90.36.32.00.00.00	Serviços de Assistência Social	5.792,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.140,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.140,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	5.364,58		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxilio Financeiro a Pessoas Fisicas	5.364,58		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			0,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		0,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0,00		
Total da Unidade:				16.296,58
Total do Órgão:				16.296,58
Total da Entidade:				16.296,58

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 20

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			554.992,48
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			472.881,20
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		472.881,20	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	384.918,36		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	384.918,36		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	87.962,84		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	87.962,84		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			82.111,28
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		82.111,28	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	41.992,34		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	41.992,34		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.610,30		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	661,64		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	890,00		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	215,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	236,30		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	527,16		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	4,90		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	361,30		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	714,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	860,25		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	860,25		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	7.655,66		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	1.095,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	6.400,66		
3.3.90.36.25.00.00.00	Serviços de Limpeza e Conservação	160,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	27.992,73		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	980,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	426,93		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	8.257,91		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	130,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	55,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	95,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	1.387,36		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	210,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	2.750,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	1.406,67		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	2.934,26		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	1.460,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.899,60		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.270,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.270,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.270,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.270,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.120,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 21

SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	150,00		
Total da Unidade:				556.262,48
Total do Órgão:				556.262,48
Total da Entidade:				556.262,48
TOTAL GERAL:				9.767.196,57

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth

Serlei Fatima Puntel

Prefeito Municipal

Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

PROGRAMA DE TRABALHO POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		113.369,00	378.884,12	492.253,12
04.122	Administração Geral		112.849,00	325.588,70	438.437,70
04.122.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		112.849,00	325.588,70	438.437,70
04.122.0002.1.002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO_GABINETE		112.500,00		112.500,00
04.122.0002.1.003	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_ GABINETE		349,00		349,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO			325.588,70	325.588,70
04.124	Controle Interno			53.295,42	53.815,42
04.124.0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		520,00	53.295,42	53.815,42
04.124.0002.1.004	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE CI		520,00	53.295,42	520,00
04.124.0002.2.003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SISTEMA CONTROLE INTERNO		520,00	53.295,42	53.295,42
Total:				378.884,12	492.253,12

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			669.312,49	669.312,49
04.122	Administração Geral			669.312,49	669.312,49
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL			533.261,47	533.261,47
04.122.0003.1.005	AQUISICÃO DE VEÍCULO_ADM GERAL			0,00	0,00
04.122.0003.1.036	AQUISICÃO DE IMÓVEL			0,00	0,00
04.122.0003.1.046	CONSTRUÇÃO COBERTURA ACESSO CENTRO ADMINISTRATIVO			532.256,47	532.256,47
04.122.0003.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.005,00	1.005,00
04.122.0003.2.005	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO			136.051,02	136.051,02
04.122.0004	FORTALECIMENTO DE ENTIDADES			135.211,02	135.211,02
04.122.0004.2.006	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES			840,00	840,00
04.122.0004.2.063	DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO				

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		16.730,00	525.030,64	541.760,64
04.123	Administração Financeira		16.730,00	525.030,64	541.760,64
04.123.0005	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		16.730,00	525.030,64	541.760,64
04.123.0005.1.007	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MATERIAIS PERMANENTES.FINANÇAS		16.730,00		16.730,00
04.123.0005.2.007	MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			525.030,64	525.030,64
Total:			16.730,00	1.194.343,13	1.211.073,13

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 4

Entidade :MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação			1.723.010,40	2.312.211,40
12.306	Alimentação e Nutrição		589.201,00	126.690,19	126.690,19
12.306.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			126.690,19	126.690,19
12.306.0006.2.008	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENS.FUNDAMENTAL			123.328,84	123.328,84
12.306.0006.2.009	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_PRÉ ESCOLA			1.532,20	1.532,20
12.306.0006.2.010	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_CRECHE			1.829,15	1.829,15
12.361	Ensino Fundamental			1.289.448,67	1.876.714,67
12.361.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA		587.266,00	1.289.448,67	1.876.714,67
12.361.0006.1.008	AQUISIÇÃO VEÍCULO_EDUCAÇÃO			0,00	0,00
12.361.0006.1.009	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR			0,00	0,00
12.361.0006.1.010	CONSTRUÇÃO GARAGEM VEÍCULOS TRANSPORTE ESCOLAR			0,00	0,00
12.361.0006.1.011	READEQUAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO PRÉDIO CENTRO EDUCACIONAL			0,00	0,00
12.361.0006.1.012	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE CENTRO EDUCACIONAL		36.556,00	36.556,00	36.556,00
12.361.0006.1.013	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE LABORATÓRIO INFORMÁ		1.930,00	1.930,00	1.930,00
12.361.0006.1.014	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_PRÉ ESCOLA			0,00	0,00
12.361.0006.2.008	PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_ENS.FUNDAMENTAL			0,00	0,00
12.361.0006.2.011	MANUTENÇÃO ATIVIDADES PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			461.404,24	461.404,24
12.361.0006.2.012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			330.856,94	330.856,94
12.361.0006.2.013	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL			30.337,05	30.337,05
12.361.0006.2.014	MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA_CENTRO E			42.127,35	42.127,35
12.361.0006.2.015	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO FUNDAMENTAL			424.723,09	424.723,09
12.362	Ensino Médio			32.575,86	32.575,86
12.362.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			32.575,86	32.575,86
12.362.0006.2.016	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_ENSINO MÉDIO			32.575,86	32.575,86
12.363	Ensino Profissional			2.000,00	2.000,00
12.363.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			2.000,00	2.000,00
12.363.0006.2.061	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS			2.000,00	2.000,00
12.364	Ensino Superior			92.835,43	92.835,43
12.364.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			92.835,43	92.835,43
12.364.0006.2.062	APOIO AO ENSINO SUPERIOR			92.835,43	92.835,43
12.365	Educação Infantil			179.460,25	181.395,25
12.365.0006	TODA CRIANÇA NA ESCOLA			179.460,25	181.395,25
12.365.0006.1.015	AQUISIÇÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CRECHE		1.935,00	1.935,00	1.935,00
12.365.0006.2.017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÉ ESCOLA			163.001,44	163.001,44
12.365.0006.2.018	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO_PRÉ ESCOLA			894,43	894,43
12.365.0006.2.019	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR_PRÉ ESCOLA			2.408,41	2.408,41
12.365.0006.2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE			13.155,97	13.155,97
12.365.0006.2.021	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO DA CRECHE			0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 5

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural			35.705,38	35.705,38
13.392.0007	APOIO E DESENVOLVIMENTO A CULTURA			35.705,38	35.705,38
13.392.0007.1.016	AQUISICÃO DE EQUIP.MATERIAL PERMANENTE_CULTURA			0,00	0,00
13.392.0007.2.022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA			35.705,38	35.705,38
13.392.0007.2.023	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO			0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 6

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer		9.474,00	45.345,86	54.819,86
27.812	Desporto Comunitário		9.474,00	45.345,86	54.819,86
27.812.0008	ESPORTE E LAZER		9.474,00	45.345,86	54.819,86
27.812.0008.1.017	AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAL PERMANENTE_ESPORTE E CME		9.474,00		9.474,00
27.812.0008.2.024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE E DA CME			45.345,86	45.345,86
Total:			598.675,00	1.804.061,64	2.402.736,64

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 7

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura		428.968,60	924.086,75	1.353.055,35
20.605	Abastecimento			29.575,60	304.811,20
20.605.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA		275.235,60	29.575,60	304.811,20
20.605.0012.1.048	CONSTRUÇÃO E/OU APLIAÇÃO REDE DE ÁGUA		275.235,60		275.235,60
20.605.0012.2.028	PROTEÇÃO DE FONTES			29.575,60	29.575,60
20.606	Extensão Rural		153.733,00	754.567,15	908.300,15
20.606.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA		153.733,00	754.567,15	908.300,15
20.606.0012.1.018	AQUISIÇÃO VEÍCULOS_AGRICULTURA			0,00	0,00
20.606.0012.1.019	CONSTRUÇÃO DA GARAGEM PARA VEÍCULOS_SEC.AGRICULTURA			0,00	0,00
20.606.0012.1.020	AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO PRÉDIO SECRETARIA DA AGRICULTUR		153.733,00		153.733,00
20.606.0012.1.021	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS				0,00
20.606.0012.1.022	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				0,00
20.606.0012.2.025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA			751.367,15	751.367,15
20.606.0012.2.027	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SEMENTES E MUDAS			3.200,00	3.200,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária			139.944,00	139.944,00
20.608.0012	AGRICULTURA FORTALECIDA			139.944,00	139.944,00
20.608.0012.2.026	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL			99.000,00	99.000,00
20.608.0012.2.060	MELHORAMENTO GENÉTICO			40.944,00	40.944,00
Total:				924.086,75	1.353.055,35

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 8

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana		4.756,40	196.869,66	201.626,06
15.451.0015	INFRA-ESTRUTURA URBANA			196.869,66	201.626,06
15.451.0015.1.023	PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANAS		4.756,40	196.869,66	201.626,06
15.451.0015.1.025	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E BANHEIROS PÚBLICOS				0,00
15.451.0015.1.026	CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS				0,00
15.451.0015.1.027	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA PRAÇA PÚBLICA				0,00
15.451.0015.1.042	CONSTRUÇÃO ABRIGOS PASSAGEIROS_PER_URBANO				0,00
15.451.0015.1.045	PASSEIO CICLOVIA				0,00
15.451.0015.1.053	CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS		4.756,40		4.756,40
15.451.0015.2.029	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			85.344,06	85.344,06
15.451.0015.2.030	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			29.181,16	29.181,16
15.451.0015.2.031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA COLETA E LIMPEZA PÚBLICA			82.344,44	82.344,44
15.752	Energia Elétrica				0,00
15.752.0015	INFRA-ESTRUTURA URBANA				0,00
15.752.0015.1.055	AMPLIAÇÃO REDE ENERGIA ELÉT. E ILUM.PÚBLICA				0,00
22	Indústria				0,00
22.661	Promoção Industrial				0,00
22.661.0015	INFRA-ESTRUTURA URBANA				0,00
22.661.0015.1.028	AQUISIÇÃO ÁREA TERRA P/EMPEENDIMENTOS INDUSTRIAL				0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 9

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO ROTATIVO DE HABITAÇÃO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.0013	MORAR MELHOR				0,00
16.482.0013.2.032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ROTATIVO DE HABITAÇÃO				0,00
Total:					201.626,06
		4.756,40		196.869,66	

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 08 - SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário		6.400,00	793.434,65	799.834,65
26.782.0020	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		6.400,00	793.434,65	799.834,65
26.782.0020.1.030	READEQUAÇÃO ESTRADAS E DRENAGEM PLUVIAL		6.400,00	793.434,65	799.834,65
26.782.0020.1.031	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS				0,00
26.782.0020.1.032	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				0,00
26.782.0020.1.033	PONTE S/ RIO SAGENTO_L_ÁGUA BRANCA_DIVISA MUN.ROMELANDIA				0,00
26.782.0020.1.034	PONTE S/ RIO BARRA SUJA_DIV.S.T.PROGRESSO		6.400,00		6.400,00
26.782.0020.1.035	CONSTRUÇÃO DE PONTILHÕES E BUEIROS				0,00
26.782.0020.1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				0,00
26.782.0020.1.043	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS_RURAL				0,00
26.782.0020.2.033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA S.M.E.R			786.516,60	786.516,60
26.782.0020.2.034	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO GARAGEM DA S.M.E.R			6.918,05	6.918,05
Total:				793.434,65	799.834,65

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 11

SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Órgão: 09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade Orçamentária: 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	131.893,31			131.893,31
28.843	Serviço da Dívida Interna	7.712,70			7.712,70
28.843.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	7.712,70			7.712,70
28.843.0000.0.001	AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	7.712,70			7.712,70
28.845	Outras Transferências	87.611,47			87.611,47
28.845.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	87.611,47			87.611,47
28.845.0000.0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMA PASEP	87.611,47			87.611,47
28.846	Outros Encargos Especiais	36.569,14			36.569,14
28.846.0000	ENCARGOS ESPECÍCIAS	36.569,14			36.569,14
28.846.0000.0.003	MANUTENÇÃO DOS CONVÊNIOS DE TRÂNSITO	14.232,65			14.232,65
28.846.0000.0.004	DESPESAS JUDICIAIS	20.491,49			20.491,49
28.846.0000.0.005	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNREBOM	1.845,00			1.845,00
Total:		131.893,31			131.893,31

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 12

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Unidade Orçamentária: 99 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
99.999.0099.9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
Total:					0,00
Total da Entidade:					6.592.472,26
		131.893,31	1.168.899,00	5.291.679,95	

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 13

Entidade :FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		219.628,58	1.914.445,77	2.134.074,35
10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS		219.628,58	1.866.817,45	2.086.446,03
10.301.0009.1.037	AQUISIÇÃO VEÍCULOS_SAÚDE		219.628,58	1.866.817,45	2.086.446,03
10.301.0009.1.039	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA		131.960,00		131.960,00
10.301.0009.1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		61.440,68		61.440,68
10.301.0009.2.035	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA		26.227,90		26.227,90
10.301.0009.2.036	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE			1.260.407,04	1.260.407,04
10.301.0009.2.037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE DO ESF			2.252,55	2.252,55
10.301.0009.2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL			287.586,61	287.586,61
10.301.0009.2.039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE			95.755,84	95.755,84
10.301.0009.2.040	MANUTENÇÃO DO PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR			83.388,95	83.388,95
10.301.0009.2.043	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DOS RESÍDUOS DE SAÚDE			121.136,06	121.136,06
10.301.0009.2.052	PROGRAMA SAÚDE DO HOMEM			7.825,70	7.825,70
10.301.0009.2.053	PROGRAMA SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			350,00	350,00
10.301.0009.2.054	PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR			0,00	0,00
10.301.0009.2.055	PROGRAMA SAÚDE DA MULHER			968,80	968,80
10.301.0009.2.056	PROGRAMA SAÚDE MENTAL			4.990,40	4.990,40
10.301.0009.2.057	PROGRAMA TABAGISMO			0,00	0,00
10.301.0009.2.058	PROGRAMA SAÚDE DO IDOSO			39,00	39,00
10.301.0009.2.059	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA			0,00	0,00
10.304	Vigilância Sanitária				
10.304.0009	SAÚDE PARA TODOS			2.116,50	2.116,50
10.304.0009.2.041	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			36.405,32	36.405,32
10.305	Vigilância Epidemiológica			36.405,32	36.405,32
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS			36.405,32	36.405,32
10.305.0009.2.042	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			11.223,00	11.223,00
				11.223,00	11.223,00
			219.628,58	1.914.445,77	2.134.074,35
			219.628,58	1.914.445,77	2.134.074,35

Total:
Total da Entidade:

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 14

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			445.310,78	468.090,90
08.241	Assistência ao Idoso		22.780,12	5.822,01	5.822,01
08.241.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL			5.822,01	5.822,01
08.241.0010.2.046	MANUTENÇÃO ATIVIDADES P.B. TRANSIÇÃO (API/PAC)			5.822,01	5.822,01
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência			2.532,77	2.532,77
08.242.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL			2.532,77	2.532,77
08.242.0010.2.047	SUBVENÇÃO SOCIAL A APAE "MARISOL" DE MARAVILHA			2.532,77	2.532,77
08.244	Assistência Comunitária		22.780,12	436.956,00	459.736,12
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL		22.780,12	436.956,00	459.736,12
08.244.0010.1.050	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL CRAS			0,00	0,00
08.244.0010.1.051	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			0,00	0,00
08.244.0010.1.052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		22.780,12	193.688,58	216.468,70
08.244.0010.2.044	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			243.267,42	243.267,42
08.244.0010.2.045	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS				
Total:					468.090,90
Total da Entidade:					468.090,90

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 15

SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 03 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			16.296,58	16.296,58
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			16.296,58	16.296,58
08.243.0011	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO			16.296,58	16.296,58
08.243.0011.1.041	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE_FIA			0,00	0,00
08.243.0011.2.048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A			10.504,58	10.504,58
08.243.0011.2.049	MANUTENÇÃO DO ABRIGO DOMICILIAR			5.792,00	5.792,00
08.243.0011.2.050	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ABRIGO INSTITUCIONAL DE MARAVILHA			0,00	0,00
				16.296,58	16.296,58
				16.296,58	16.296,58

Total:

Total da Entidade:

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 16

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa		1.270,00	554.992,48	556.262,48
01.031	Ação Legislativa		1.270,00	554.992,48	556.262,48
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		1.270,00	554.992,48	556.262,48
01.031.0001.1.001	EQUIPAR O PODER LEGISLATIVO		1.270,00		1.270,00
01.031.0001.1.049	AQUISIÇÃO UM IMÓVEL(Terreno), P/CONSTRUÇÃO SEDE PRÓRIA PODER I				0,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO			554.992,48	554.992,48
Total:					556.262,48
Total da Entidade:					556.262,48
TOTAL GERAL:					9.767.196,57

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			10.115.731,66
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES			9.282.805,12
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA		292.936,39	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS		277.545,53	
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	225.688,14		
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	21.292,94		
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.01	IPTU-Imp.s/Propried. Predial/Tert.Urbana_Pr	14.254,84		
9.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.01	Dedução Imp.Propried.Predial/Tert.Urbana_M	-4.625,06		
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.02	IPTU-Imp.s/Propried.Predial/Tert.Urbana_MC	7.257,07		
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.03	IPTU-Imp.s/Propried.Predial/Tert.Urbana_Sa	4.406,09		
4.1.1.1.2.04.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	135.525,23		
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	129.900,96		
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.01	IRRF s/Rendimentos do Trabalho_Proprio	71.445,51		
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.02	IRRF s/Rendimentos do Trabalho_MDE	36.372,27		
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.03	IRRF s/Rendimentos do Trabalho_Saúde	22.083,18		
4.1.1.1.2.04.34.0.0.0.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos	5.624,27		
4.1.1.1.2.04.34.0.0.0.0.01	IRRF s/Outros Rendimentos - Próprio	3.093,37		
4.1.1.1.2.04.34.0.0.0.0.02	IRRF s/Outros Rendimentos-MDE	1.574,78		
4.1.1.1.2.04.34.0.0.0.0.03	IRRF s/Outros Rendimentos-Saúde	956,12		
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.0	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	68.869,97		
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.01	Imposto s/Trans.Inter Vivos B.Imóveis_ITBI-P	37.878,47		
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.02	Imposto s/Trans.Inter Vivos B.Imóveis_ITBI-M	19.283,60		
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.03	Imposto s/Trans.Inter Vivos B.Imóveis_Saúde	11.707,90		
4.1.1.1.3.00.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação	51.857,39		
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.0	Imposto s/Serviços Qualquer Natureza-ISS	51.857,39		
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.01	Imposto s/Serviços Qualquer Natureza-ISS-Pi	28.519,09		
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.02	Imposto s/Serviços Qualquer Natureza_ISS-M	14.521,36		
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.03	Imposto s/Serviços Qualquer Natureza_ISS-S	8.816,94		
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS		15.390,86	
4.1.1.2.1.00.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	15.390,86		
4.1.1.2.1.17.0.0.0.0.0.0	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.030,00		
4.1.1.2.1.25.0.0.0.0.0.0	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	7.891,72		
4.1.1.2.1.29.0.0.0.0.0.0	Taxa de Licença para Execução de Obras	2.815,40		
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.0	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	3.653,74		
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.01	Taxas de FUNREBOM	2.662,64		
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.02	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	991,10		
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		19.340,07	
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO EC		19.340,07	
4.1.2.0.2.29.0.0.0.0.0.0	Contrib p/Custeio Serviço Iluminação Públic-COSIP	19.340,07		
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL		115.905,04	
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		115.905,04	
4.1.3.2.5.00.0.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	115.905,04		
4.1.3.2.5.01.00.0.0.0.0	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	69.552,15		
4.1.3.2.5.01.02.0.0.0.0	Remuneração Dep.Bancários-FUNDEB	3.517,79		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.0	Rec.Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.SUS-F.Saúde	27.232,77		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.01	Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(Aten.Bás	13.432,81		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.02	Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(Vig.É	1.878,44		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.03	Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(Ass.É	1.065,02		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.04	Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.Farmacia .Básica	1.350,45		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.05	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc.Estado=ESF	5.630,36		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.06	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc.(Alienação)_Sa	9,61		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.08	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc.Convenio Uniãr	314,73		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.09	Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.SUS UNIÃO(BLM	3.253,09		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.10	Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.Alvara Sanitario	35,94		
4.1.3.2.5.01.03.0.0.0.11	Rec.Rem.Dep.Banc.R.Vinc.Estado (MAC)	262,32		
4.1.3.2.5.01.05.0.0.0.0	Receita Remuneração de Depósitos Bancários - MI	4.449,45		
4.1.3.2.5.01.05.0.0.0.01	Remuneração Dep.Bancário-PNATE	479,16		
4.1.3.2.5.01.05.0.0.0.02	Remuneração Dep.Bancário-Salário Educaçã	1.252,57		

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.3.2.5.01.05.00.00.03	Rem.Dep.Bancário Trans.Escolar_ESTADO	799,93		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.04	Rem. Dep.Bancário-PNAE-Fundamental	104,22		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.05	Remuneração Dep.Bancário-Conv.União.Edu	5.702,49		
9.1.3.2.5.01.05.00.00.05	Devolução Rem.Dep.Banc.Rec.Vinc.Educaçã	-3.944,11		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.06	Rem. Dep.Bancário-PNAE- Creche	28,35		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.07	Rem. Dep.Bancário- Brasil Carinhoso	26,84		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Remuneração Dep. Bancários-CIDE	105,61		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec.Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc.(PAC e API)-FNAS	7.105,35		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.01	Rec. Remun. Dep. Banc.R.Vinculado - API	84,21		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.02	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinc._PAIF	1.694,28		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.03	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado-IGD	367,53		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.04	Rec. Remun. Dep. Banc.R.Vinculado-SUAS	408,42		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.05	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado-PBV-SCF	2.654,94		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.06	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado-FEAS A C	604,14		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.07	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- FEAS A I	994,55		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.08	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- FEAS BE	19,47		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.09	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- PBF	77,19		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.10	Rec.Remun.Dep.Banc.R.Vinculado- FEAS Ba	200,62		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos Banc. de Rec. Vincul	27.141,18		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.01	Remuneração Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.(FE	15.911,91		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.02	Remuneração Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.(Ali	155,04		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.04	Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(SSP/Militar)	217,20		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.05	Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(SSP/Civil)	507,36		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.06	Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(SSP/Prefeitura)	498,64		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.07	Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(Radiopatrulha)	4,37		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.09	Remun Dep Banc.Rec.Vin.(Conv.União_Outr	4.076,75		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.10	Rem.Out.Dep.Banc.Rec.Vin.(FUNREBOM)	110,78		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.11	Remun Dep Banc.R.Vin.(Conv.Estado_Defesi	5.659,13		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósitos Banc. de Recursos Não Vincul	46.352,89		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração Outros Dep.Rec.Não Vinculados	44.272,09		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		95.789,23	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	14.557,14		
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	13.562,30		
4.1.6.0.0.13.04.00.00.00	Serviços de Expedição de Certificados	994,84		
4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	74.431,52		
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv.Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resíd Sólido	6.800,57		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		8.717.860,86	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		8.640.568,36	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.666.294,11		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	4.774.886,54		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte Fundo Participação Municípios_FPM	4.773.764,06		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.01	Cota-Parte F.Participação Municípios_FPM-P	3.109.555,77		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.01	Dedução Cota-Parte FPM Formação FUNDEF	-1.130.747,27		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.02	Cota-Parte F.Participação Municípios_FPM-M	1.583.046,57		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.03	Cota-Parte F.Participação Municípios_FPM-S	961.135,43		
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM 1%	250.773,56		
4.1.7.2.1.01.02.20.00.01	Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM	90.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.00.02	Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM	160.773,56		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural -	1.122,48		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.01	Cota-Parte Imp.s/Propr.Territorial Rural-ITR-P	771,69		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.01	Dedução Receita ITR Formação FUNDEB-Pr	-280,59		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.02	Cota-Parte Imp s/ Propr.Territorial Rural- ITR-	392,85		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.03	Cota-Parte Imp.s/ Propr.Territorial Rural-ITR-ç	238,53		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	80.563,41		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	80.563,41		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	440.991,41		
4.1.7.2.1.33.00.11.00.00	Atenção Básica	314.409,90		
4.1.7.2.1.33.00.11.10.00	Piso Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	49.062,00		

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.2.1.33.00.11.31.00	Saúde da Família (ESF)	78.430,00		
4.1.7.2.1.33.00.11.32.00	Agentes Comunitários de Saúde	60.520,00		
4.1.7.2.1.33.00.11.33.00	Saúde Bucal	24.530,00		
4.1.7.2.1.33.00.11.39.00	Outros Programas Finac.Transf.Fundo a Fundo	101.867,90		
4.1.7.2.1.33.00.11.39.01	Prog.Melhoria Aces.e Qualid. A.Básica_(PMA	101.867,90		
4.1.7.2.1.33.00.12.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	87.708,22		
4.1.7.2.1.33.00.12.99.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	87.708,22		
4.1.7.2.1.33.00.12.99.01	Outros programas (PROTESES)	87.708,22		
4.1.7.2.1.33.00.13.00.00	Vigilância em Saúde	29.401,74		
4.1.7.2.1.33.00.13.10.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	4.550,20		
4.1.7.2.1.33.00.13.20.00	Vigilância Sanitária	24.851,54		
4.1.7.2.1.33.00.14.00.00	Assistência Farmacêutica	9.471,55		
4.1.7.2.1.33.00.14.10.00	Componentes Básico Assistência Farmacêutic	9.471,55		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Assist.Social -	126.049,72		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.03	Índice Gestão Descentralizada-IGD(Bolsa Fam	7.562,50		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.04	Programa Atenção Integral Família_PAIF	42.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.05	SUAS (Bolsa Família)	4.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.06	Piso Basico Variavel - SCFV	60.487,22		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.07	Piso Basico Fixo	12.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FN	113.057,85		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	64.723,20		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	13.160,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas FNDE PNAE- Infantil - Pre'Escol	3.600,00		
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas FNDE PNAE- Fundamental	7.560,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Preg.Nac. Alimen. Escolar - PNAE-Infantil Crech	2.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	32.889,08		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf.Diretas FNDE ref-PNATE-Educ.Infantil	3.276,31		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf.Diretas FNDE ref-PNATE-Ens.Fundament	23.186,17		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf.Diretas FNDE ref.PNATE-Ens.Médio	6.426,60		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	2.285,57		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96	9.199,68		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.01	Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96-I	6.324,84		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.01	Dedução ICMS-Des.L.C.87/96 Formação FUN	-2.299,92		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.02	Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96-I	3.219,84		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.03	Transf.Fin.ICMS-Desoneração- L.C.Nº 87/96-I	1.954,92		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	121.545,50		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	FEX-Aux. Financeiro p/Fomento Exportações	9.936,25		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	AFM - Apoio Financeiro aos Municípios	111.609,25		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.01	AFM - Apoio Financeiro aos Municípios-propri	61.385,09		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.02	AFM - Apoio Financeiro aos Municípios-MDE	31.250,59		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.03	AFM - Apoio Financeiro aos Municípios-Saúde	18.973,57		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.443.772,03		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.312.154,92		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.199.456,28		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.01	Cota-Parte do ICMS_Próprio	1.512.125,48		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.01	Dedução ICMS Formação FUNDEB_Próprio	-549.862,79		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.02	Cota-Parte do ICMS_MDE	769.809,32		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.03	Cota-Parte do ICMS_Saúde	467.384,27		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	77.823,06		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.01	Cota-Parte do IPVA_Próprio	53.502,84		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.01	Dedução Receita IPVA Formação FUNDEB_f	-19.454,83		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.02	Cota-Parte do IPVA_MDE	27.237,81		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.03	Cota-Parte do IPVA_Saúde	16.537,24		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte IPI s/Exportação_(LC 61/1989)	33.768,85		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.01	Cota-Parte IPI s/Exportação(LC 61/1989)_Pró	23.216,17		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.01	Dedução IPI-Exportação Formação FUNDEB-	-8.442,34		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.02	Cota-Parte IPI s/Exportação(LC 61/1989)_MD	11.819,13		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.03	Cota-Parte IPI s/Exportação(LC 61/1989)_Sa	7.175,89		

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte Contrib.Interv.Dom.Econ_CIDE	1.106,73		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	83.148,95		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.02	Assistencia Farmaceutica_Estadual (Far.Bási	7.140,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.03	Saude da Familia_Estadual_(ESF)	21.900,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.04	Média/Alta Complexidade Estadual_(MAC)	13.823,84		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.05	Premio Atenção Basica	40.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.06	Vigilancia em Saúde Estadual	285,11		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	48.468,16		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.01	FEAS_Outras Trans dos Estados- Ben.Even.()	1.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.02	FEAS_Outras Trans dos Estados- Alta .Custe	12.474,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.03	FEAS_Outras Trans dos Estados- Alta .Invest	8.316,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.04	FEAS_Outras Trans dos Estados- Básica Cus	26.678,16		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	530.502,22		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transferência do Recurso do FUNDEB	530.502,22		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.01	Transferência do FUNDEB (Profissionais do M	530.502,22		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		77.292,50	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	77.292,50		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinados	69.512,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.01	Convênio Transp.Escolar-Estado-Ens.Fundan	39.369,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.02	Convênio Transp.Escolar-Estado-Ens.Médio	30.143,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferência de Convênio dos Estados	7.780,50		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.01	Convênio SSP/Trânsito - Militar	2.200,14		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.02	Convênio SSP/Trânsito - Civil	2.200,14		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.03	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura	3.380,22		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		40.973,53	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		10.843,03	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	265,23		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	2,25		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	63,17		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.01	Multas/Juros de Mora s/ IPTU_Próprio	34,72		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.02	Multas/Juros de Mora s/ IPTU_MDE	17,69		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.03	Multas/Juros de Mora s/ IPTU_Saúde	10,76		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	199,81		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.01	Multas/Juros de Moura s/ ISS_Próprio	109,83		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.02	Multas/Juros de Moura s/ ISS_MDE	55,91		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.03	Multas/Juros de Moura s/ ISS_Saúde	34,07		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	5.369,77		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ ISS	5.316,88		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.01	Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ISS_Próprio	2.924,28		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.02	Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ISS_MDE	1.488,73		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.03	Multas/Juros Mora Dívida Ativa s/ISS_Saúde	903,87		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	52,89		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.239,32		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.239,32		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.01	Multas/Juros Mora Div. Ativ.Outras Receitas	1.239,32		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	3.546,01		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	3.546,01		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	422,70		
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	422,70		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		12.709,05	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	7.458,24		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa ISS	7.292,97		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.01	Receita da Dívida Ativa ISS_Próprio	4.011,14		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.02	Receita da Dívida Ativa ISS_MDE	2.042,03		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.03	Receita da Dívida Ativa ISS_Saúde	1.239,80		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	165,27		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita Dívida Ativa Outros Tributos-Principal	165,27		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	5.250,81		

SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	5.250,81		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut. Outras Rec. Principal	5.250,81		
4.1.9.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		17.421,45	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	17.421,45		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			832.926,54
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		29.020,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		29.020,00	
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	29.020,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		803.906,54	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		803.906,54	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	604.571,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	59.580,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.01	Transf. Convênio União p/SUS (Ampliação UF	59.580,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educa	447.491,00		
4.2.4.7.1.02.02.00.00.00	Convênio Ensino Fundamental - FNDE	447.491,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	97.500,00		
4.2.4.7.1.99.10.00.00.00	Outras transferências de Convênio União	97.500,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. e suas Entid.	199.335,54		
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio Estados p/ SUS	2.185,11		
4.2.4.7.2.01.00.00.00.01	Piso Variável de Vigilância e Promoção da Sa	2.185,11		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	197.150,43		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.01	Outras Transf. Conv. Estado_Const/Ampliação	197.150,43		

Total: 10.115.731,66

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito MunicipalSerieli Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

RESUMO GERAL DA DESPESA (CONSOLIDAÇÃO)**SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			8.260.327,46
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.779.115,06
3.1.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		2.204,13	
3.1.71.70.00.00.00	Participação em Consorcios Publicos	2.204,13		
3.1.71.70.01.00.00	Participação em Consorcios Publicos	2.204,13		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.776.910,93	
3.1.90.01.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	524,88		
3.1.90.01.99.00.00	Outras Aposentadorias - Pessoal Civil	524,88		
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	231.910,15		
3.1.90.04.01.00.00	Professores Substitutos	61.977,13		
3.1.90.04.02.00.00	Serviços Temporários de Agentes de Saúde	66.211,27		
3.1.90.04.04.00.00	Obrigações Patronais	46.362,82		
3.1.90.04.99.00.00	Outros Serviços Temporários	57.358,93		
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.705.765,61		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	3.705.765,61		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	838.710,29		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	838.710,29		
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			7.459,08
3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.459,08	
3.2.90.21.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	7.459,08		
3.2.90.21.99.00.00	Outros Juros da Dívida Contratada	7.459,08		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.473.753,32
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		185.130,45	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuicoes	182.597,68		
3.3.50.41.02.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	174.897,68		
3.3.50.41.99.00.00	Outras Contribuições	7.700,00		
3.3.50.43.00.00.00	Subvencoes Sociais	2.532,77		
3.3.50.43.02.00.00	Transf a Instituições Privadas de Assistência Soc	2.532,77		
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		14.565,07	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	13.433,07		
3.3.71.70.00.00.00	Rateio para Participação em Consorcios Publicos	1.132,00		
3.3.71.70.01.00.00	Rateio para Participação em Consorcios Publicos	1.132,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consorcios Publicos	13.433,07		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.251.586,38	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	111.179,57		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	111.179,57		
3.3.90.18.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	78.831,10		
3.3.90.18.99.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Estudantes	78.831,10		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1.202.273,41		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	437.349,48		
3.3.90.30.03.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	120,00		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	4.058,20		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	95.738,10		
3.3.90.30.10.00.00	Material Odontológico	10.850,23		
3.3.90.30.11.00.00	Material Químico	4.620,50		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	44.507,77		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	43.224,08		
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	11.553,21		
3.3.90.30.18.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	82.306,50		
3.3.90.30.19.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	1.842,80		
3.3.90.30.20.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	6.830,88		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	6.099,11		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	26.891,27		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	4.443,18		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	91.287,96		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.293,04		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	25.606,43		

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	8.238,10		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	300,00		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	2.685,15		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	46.519,96		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	214.742,53		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	1.036,11		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.181,02		
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	2.395,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	1.995,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	24.557,80		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	4.265,91		
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiações Culturais	336,86		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	3.929,05		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	173.099,25		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	132.541,91		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	40.557,34		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	12.780,65		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	12.780,65		
3.3.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas Pessoal Decorr. Contratos Terceiriz	136.000,00		
3.3.90.34.01.00.00.00	Substituição de mão-de-obra (LRF. art.18,§1º	136.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	99.307,50		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	1.095,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	27.400,66		
3.3.90.36.16.00.00.00	Locação de Bens móveis e intangíveis	3.600,00		
3.3.90.36.25.00.00.00	Serviços de Limpeza e Conservação	680,00		
3.3.90.36.32.00.00.00	Serviços de Assistência Social	5.792,00		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	36.351,84		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	24.388,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.295.957,05		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	19.496,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	66.811,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	3.797,13		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	11.497,91		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	15.559,78		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	25.016,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	23.046,88		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	6.741,14		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	96.300,29		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.873,00		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	13.687,20		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	2.100,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	19.055,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	90.734,70		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	72.287,51		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	3.737,24		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	26.873,75		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	16.400,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	291.147,01		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	630,00		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	1.560,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	40.052,07		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	3.199,90		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	56.706,30		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	11.862,64		
3.3.90.39.74.00.00.00	Frete e Transportes de Encomendas	670,00		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	459,67		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	20.750,00		

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	18.600,00		
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	795,52		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	4.060,15		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	46.748,25		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	11.743,01		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	21.404,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	250.554,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	107.948,64		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	87.611,47		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	20.337,17		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	10.023,30		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	10.023,30		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	19.920,00		
3.3.90.91.01.00.00.00	Precatórios-Ativo Civ/Sents Jud Transs em Julgado	19.920,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Participação em consórcios públicos		22.471,42	
3.3.93.70.00.00.00.00	Participação em consórcios públicos	22.471,42		
3.3.93.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	22.471,42		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.506.869,11
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.506.615,49
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		150,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	150,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	150,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.506.465,49	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	416.656,25		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	68.823,57		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	336.676,28		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	11.156,40		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.089.809,24		
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos de Medição e Orientação	1.714,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.768,70		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	2.400,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	9.372,90		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	1.819,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	18.800,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	10.464,50		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	22.416,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	26.804,00		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	990,00		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.257,20		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	153.733,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	35.682,00		
4.4.90.52.51.00.00.00	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	9.347,94		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	793.240,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			253,62
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		253,62	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	253,62		
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Dívida Contratada	253,62		
			Total:	9.767.196,57

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 04/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.336 - HOMOLOGAR O RESULTADO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 8.336/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os incisos VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e tendo em vista o exposto na Ata de Abertura e Julgamentos pela comissão julgadora do Edital de Concorrência Pública nº 01/2015 de 26 de janeiro de 2015, RESOLVE:

HOMOLOGAR O RESULTADO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Edital do Processo Licitatório nº 19/2015, da Modalidade de Concorrência Pública nº 01/2015 de 26 de janeiro de 2015, para contratação de agência de propaganda para prestação de serviço de estudo, planejamento conceitual, concepção, criação, execução e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação, para o município de São Miguel do Oeste -SC, conforme Lei nº 12.232/2010, parágrafo 1º do Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º Fica homologada a proposta apresentada pela Empresa AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA, de acordo com os critérios de avaliação classificados pela comissão Julgadora.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 21 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.337/2015 - CRIA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.337/2015

CRIA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 70, VII, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e,

Considerando que há necessidade de efetuar uma fiscalização efetiva por parte da municipalidade junto aos prestadores de serviços de transporte escolar.

Considerando que a Auditoria Interna n. 01/2015, efetuado pelo Controle Interno do Poder Executivo Municipal, onde apontou algumas irregularidades, que necessitam de uma apuração mais aprofundada, inclusive no que diz respeito aos contratos.

DECRETA:

Art.1º Fica criada Comissão de Fiscalização do Transporte Escolar, composta pelos seguintes membros:

I – WALMIR LEDUR; Diretor de Unidade Escolar,
II – ROBERTO GUILHERME CRISTMANN; Diretor de Unidade Escolar,
III – CLAUDIR PAVAN; Gerente de Compras e Patrimônio,
IV – NEREU IVANDRO WELTER; Motorista,
V – ANDRESSA CRISTINA VANI; Diretora de Unidade Escolar,
VI – SABRINA ALMEIDA VOSNIAK; Diretora de Unidade Escolar,
VII – KATYANA TANARA VON DENTZ; Diretora de Unidade Escolar.

§ 1º A presidência da presente comissão caberá ao Sr. Roberto Guilherme Cristmann.

§ 2º Fica designado o Advogado Julio Antonio Bagetti, servidor público efetivo, para prestar assessoramento jurídico à Comissão.

Art. 2º Compete a Comissão realizar o acompanhamento e fiscalização dos serviços dos transporte escolar prestados pelas empresas contratadas pela municipalidade.

Parágrafo único. A comissão apresentará no prazo de 30 dias, relatório ao Secretário Municipal de Educação e ao Prefeito Municipal das providências que devem ser tomadas para sanar eventuais irregularidade.

Art. 3º A comissão designada neste ato, trabalhará sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º Os integrantes da presente Comissão, ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de trabalhos objeto da presente Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 22 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

SILVIA TERESINHA KUHN

Secretária de Educação

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº8.338/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 15/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.338/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 15/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que o processo licitatório n. 71/2015, edital de tomada de preços n. 015/2015 tem como objeto contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria a Secretaria Municipal da Fazenda, envolvendo orientações e treinamentos aos servidores municipais nos setores de tributação e fiscalização sobre o novo sistema tributário do Município de São Miguel do Oeste.

CONSIDERANDO, que após o lançamento do edital retromencionado constatou-se que há mais necessidade de contratação de tais serviços.

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, que são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, quando constar ilegalidade, nulidade ou até mesmo quando constatar a desnecessidade dos serviços.

DECRETA:

Art. 1º Revogar o processo licitatório modalidade Tomada de Preços n. 71/2015 e o Edital de Tomada de Preço n. 15/2015, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 22 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº10/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº10/2015

"Concede Diploma de Honra ao Mérito Profissional ao Jovem Atleta Alcantarense, Ilustríssimo Marcos Henrique Francisco Reitz".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito Profissional ao Ilustríssimo Marcos Henrique Francisco Reitz, por sua elevada contribuição ao desenvolvimento deste Município, como Jovem Atleta Alcantarense que representa a nossa Cidade e se tornou um grande Medalhista de Campeonatos Estaduais, Municipais e Campeonato Mundial de Karatê.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de maio de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº12/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº12/2015

"Concede Diploma de Honra ao Mérito Profissional a Jovem Atleta Alcantarense, Ilustríssima Daiane Pedroso Machado".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito Profissional a Ilustríssima Daiane Pedroso Machado, por sua elevada contribuição ao desenvolvimento deste Município, como Jovem Atleta Alcantarense que representa a nossa Cidade e se tornou uma grande Medalhista de Campeonatos Estaduais, Municipais e, Campeonato Mundial de Karatê.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de maio de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº11/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº11/2015

"Concede Diploma de Honra ao Mérito Profissional a Jovem Atleta Alcantarense, Ilustríssima Maria Eduarda Nalovaiko de Sousa".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito Profissional a Ilustríssima Maria Eduarda Nalovaiko de Sousa, por sua elevada contribuição ao desenvolvimento deste Município, como Jovem Atleta Alcantarense que representa a nossa Cidade e se tornou uma grande Medalhista de Campeonatos Estaduais, Municipais e, Campeonato Mundial de Karatê.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de maio de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº13/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº13/2015

"Concede Diploma de Honra ao Mérito Profissional a Jovem Atleta Alcantarense, Ilustríssima Vitória Kretzer".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito Profissional a Ilustríssima Vitória Kretzer, por sua elevada contribuição ao desenvolvimento deste Município, como Jovem Atleta Alcantarense que representa a nossa Cidade e se tornou uma grande Medalhista de Campeonatos Estaduais, Municipais e, Campeonato Mundial de Karatê.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de maio de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2.º Secretario
---------------------------------	--	--------------------------------------

DECRETO LEGISLATIVO Nº14/2015

DECRETO LEGISLATIVO nº14/2015

"Concede Diploma de Honra ao Mérito Profissional ao Professor dos Atletas Alcantarenses, Ilustríssimo Luiz Adegilson Freitas Sombra".

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito Profissional ao Ilustríssimo Professor Luiz Adegilson Freitas Sombra, por sua elevada contribuição nos ensinamentos e encorajamento dos nossos Jovens Atletas Alcantarenses que representam a nossa Cidade e se tornaram grandes Medalhistas de Campeonatos Estaduais, Municipais e, Campeonato Mundial de Karatê.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de maio de 2015.

Roberto Enning 1º Secretário	Marcos Rodrigo Reitz Presidente da Câmara de Vereadores	Moacir José Schell 2º Secretário
---------------------------------	--	-------------------------------------

PORTARIA N.º 199/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 199/2015

REVOGA A PORTARIA Nº. 0191/2015.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 180, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria 0191/2015 que Constitui Comissão de Sindicância.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 200/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 200/2015

Concede licença para tratamento de Saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 06/05/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/05/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 45/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 45/2015-PMS

PROCESSO Nº. 99/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de junho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de junho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.322/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 3.322/2015, de 19 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 15 de maio de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Claudiane Maria Ehlke Vieira B-2-I B-2-II

Gerusa Isabel Lamb Mass C-3-I C-3-II

Junior Marcos Farias C-3-I C-3-II

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 19 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 127/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 127/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 43/2015-PMS - Processo nº. 100/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DESPACHANTE JONAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.399.213/0001-87, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 2343, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada em serviços de despachante este para veículo ônibus VW/15.190, ano 2015/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	EMPLACAMENTO DO VEÍCULO ÔNIBUS VW/15.190, ANO E MODELO 2015 (PRIMEIRO EMLACAMENTO)	Unidade	01	729,00	729,00
TOTAL R\$	729,00				

Valor do contrato: R\$ 729,00 (setecentos e vinte e nove reais)

Data da Assinatura: 22/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 128/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 128/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 89/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 42/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 84.433.705/0001-92, estabelecida na Rua Carlos Hruschka, nº. 161, Rau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-432.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra para executar ampliação da rede adutora e manutenção nas unidades operacionais do sistema de abastecimento de água da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE 01					
1	Pedreiro	500	Hora	33,80	16.750,00
2	Auxiliar Serviços Gerais	1500	Hora	22,80	34.200,00
3	Instalador Mecânico	300	Hora	44,70	13.410,00
4	Pintura com fornecimento de tinta acrílica c/ 3 de mão	1000	m²	14,70	14.700,00
5	Corte, Torno e Solda	150	Hora	54,60	8.190,00
6	Fornecimento Aço CA 50	500	Quilo	9,20	4.600,00
7	Fornecimento Aço CA 60	250	Quilo	9,80	2.450,00

8	Fornecimento de concreto armado fck 25 Mpa bombeado	30	m³	425,00	12.750,00
TOTAL DO LOTE 01 R\$		107.050,00			

Valor do contrato: R\$ 107.050,00 (cento e sete mil e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 22/06/2015 – Vigência: 22/06/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 129/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 129/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 44/2015-PMS - Processo nº. 101/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de interruptor de ré para a viatura Renault/Duster, placa MLS3435 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Interruptor de ré	01	Unidade	171,55	171,55
TOTAL R\$		171,55			

Valor do contrato: R\$ 171,55 (cento e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 22/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 130/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 130/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 45/2015-PMS - Processo nº. 102/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: Constitui o presente contrato a Revisão de 2 anos ou 20.000km para o veículo Logan MMK 8523 do PROCON do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Óleo	04	Litro	7,59	30,36
02	Filtro de óleo	01	Unidade	34,67	34,67
03	Filtro de Combustível	01	Unidade	36,54	36,54
04	Anel do Bojão do Carter	01	Unidade	5,09	5,09
05	Balanceamento	01	Unidade	40,00	40,00
06	Geometria	01	Unidade	50,00	50,00

07	Filtro de Ar	01	Unidade	88,88	88,88
08	Filtro de Ar Condicionado	01	Unidade	28,26	28,26
09	Limpeza dos Freios	01	Unidade	47,00	47,00
10	Kit Lubrificação partes móveis	01	Unidade	45,00	45,00
11	Palheta	01	Unidade	70,00	70,00
12	Mão de Obra	01	Unidade	230,00	230,00
TOTAL R\$	705,80				

Valor do contrato: R\$ 705,80 (setecentos e cinco reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 22/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.062/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.062/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Patrícia Janaina Hornburg, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF

Prefeito Municipal

Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.063/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.063/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a exoneração da servidora, Sra. Leonice Engler Kafer em 20 de janeiro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.397/2012, de 09/02/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Andreia Nass Friedemann, para exercer o cargo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial nº 25 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 42/2015-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Número do Registro de Preços: 28/2015 Data do Registro: 22/05/2015 Válido até: 22/05/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra para executar ampliação da rede adutora e manutenção nas unidades operacionais do sistema de abastecimento de água da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pedreiro	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	33,5000	1
2	Auxiliar Serviços Gerais	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	22,8000	1
3	Instalador Mecânico	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	44,7000	1
4	Pintura com fornecimento de tinta acrílica c/ 3 de mão	M²	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	14,7000	1
5	Corte, Torno e Solda	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	54,6000	1
6	Fornecimento Aço CA 50	KG	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	9,2000	1
7	Fornecimento Aço CA 60	KG	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	9,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Número do Registro de Preços: 28/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra para executar ampliação da rede adutora e manutenção nas unidades operacionais do sistema de abastecimento de água da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Fornecimento de concreto armado fck 25 Mpa bombeado	M3	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	425,0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015

Número do Registro de Preços: 28/2015		Data do Registro: 22/05/2015		Válido até: 22/05/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra para executar ampliação da rede adutora e manutenção nas unidades operacionais do sistema de abastecimento de água da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015
PROCESSO Nº 89/2015
(11225) - CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA

Schroeder, 22 de Maio de 2015.

DISPENSA 43/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2015 - DL****Processo Nr.: 100/2015
Data: 22/05/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: **DESPACHANTE JONAS LTDA - ME**
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 2343
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 07.399.213/0001-87

Código: 10174

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de despachante este para veículo ônibus VW/15.190, ano 2015/2015 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	EMPLACAMENTO DO VEÍCULO ÔNIBUS VW/15.190, ANO E MODELO 2015 (PRIMEIRO EMPLACAMENTO)	UN	729,00	729,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

TAL SOLICITAÇÃO VEM AO ENCONTRO DAS EXIGÊNCIAS DE TRAFEGABILIDADE DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE. VALOR TOTAL CONFORME ORÇAMENTO R\$729,00

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 22 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2015 - DL

Processo Nr.: 100/2015
Data: 22/05/2015

Folha: 2/2

21/05/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 21 de Maio de 2015

Valor da Despesa:

729,00 (setecentos e vinte e nove reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 44/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2015 - DL**Processo Nr.: 101/2015
Data: 22/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: LIBERTE VEICULOS LTDA
Endereço: AV PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292 -
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 01.796.973/0004-94

Código: 10629

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de interruptor de ré para a viatura Renault/Duster, placa MLS3435 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Interruptor de ré	UN	171,55	171,55

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade desse serviço/produto para o bom desempenho da viatura da Polícia Militar, e tendo em vista o valor total da contratação

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 22 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2015 - DL

Processo Nr.: 101/2015
Data: 22/05/2015

Folha: 2/2

18/05/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Maio de 2015

Valor da Despesa:

171,55 (cento e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 45/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 45/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 102/2015
Data: 22/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: LIBERTE VEICULOS LTDA
Endereço: AV PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292 -
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 01.796.973/0004-94

Código: 10629

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Revisão de 2 anos ou 20.000km para o veículo Logan MMK 8523 do PROCON do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Óleo.	LT	7,59	30,36
2	1,00	Filtro de óleo.	UN	34,67	34,67
3	1,00	Filtro de Combustível..	UN	36,54	36,54
4	1,00	Anel do Bojião do Carter	UN	5,09	5,09
5	1,00	Balancimento,	UN	40,00	40,00
6	1,00	Geometria,	UN	50,00	50,00
7	1,00	Filtro de Ar,	UN	88,88	88,88
8	1,00	Filtro do Ar Condicionado.	UN	28,26	28,26
9	1,00	Limpeza dos Freios	UN	47,00	47,00
10	1,00	Kit Lubrificação partes móveis	UN	45,00	45,00
11	1,00	Palheta	UN	70,00	70,00
12	1,00	Mão de Obra.	UN	230,00	230,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O veículo está na garantia e a segunda revisão (2 anos ou 20.000km) deve ser feita na concessionária, caso contrário perderá as garantias das peças.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 45/2015 - DLProcesso Nr.: 102/2015
Data: 22/05/2015

Folha: 2/2

Schroeder, 22 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

18/05/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Maio de 2015

Valor da Despesa: 705,80 (setecentos e cinco reais e oitenta centavos)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 026, DE 22 DE MAIO DE 2015.

“ALTERA O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, NO QUE DIZ RESPEITO AOS CARGOS COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano de Cargos e Funções definidos nesta Lei aplica-se aos servidores do Poder Legislativo Municipal ocupantes de cargos comissionados.

Art. 2º Fica alterado o anexo IV da Lei Complementar nº 008/2012 e Anexo I da Lei Complementar nº 023/2015, passando a vigorar conforme o anexo I da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013.

Serra Alta (SC), 22 de maio de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara de Vereadores

ANEXO I

(Anexo IV da Lei Complementar nº 008/2012)

(Anexo I da Lei Complementar nº 023/2015)

QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC

TABELA REMUNERATÓRIA

GRUPO	CÓD.	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO R\$	CARGA HORARIA
1. SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01	Auxiliar de serviços gerais	12	R\$ 788,00	20 H/S
2. TÉCNICO CIENTÍFICO	02	Tesoureiro	13	R\$ 1.850,00	20 H/S
	03	Controlador Interno	14	R\$ 700,00	10 H/S
	04	Contador	15	R\$ 1.950,00	20 H/S
	05	Secretário Geral	CC-16	R\$ 1.560,00	20 H/S
	06	Assessor Jurídico	CC-17	R\$ 3.150,00	20 H/S
3. SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	07	Motorista	18	R\$ 700,00	20 H/S

Siderópolis

PREFEITURA

RREO - ANEXOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 2º BIMESTRE

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	32.500.000,00	32.500.000,00	5.175.953,54	15,93	9.908.652,45	30,49	22.591.347,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.294.100,00	30.294.100,00	5.009.547,37	16,54	9.668.097,93	31,91	20.626.002,07
IMPOSTOS	3.219.000,00	3.219.000,00	1.009.620,62	31,36	1.298.635,71	40,34	1.920.364,29
TAXAS	2.200.000,00	2.200.000,00	458.437,02	20,84	700.791,63	31,85	1.499.208,37
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	999.000,00	999.000,00	551.183,60	55,17	597.844,08	59,84	401.155,92
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	355.000,00	355.000,00	68.383,18	19,26	132.229,23	37,25	222.770,77
RECEITA PATRIMONIAL	355.000,00	355.000,00	68.383,18	19,26	132.229,23	37,25	222.770,77
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	210.600,00	210.600,00	34.727,21	16,49	67.070,59	31,85	143.529,41
RECEITA DE SERVIÇOS	210.600,00	210.600,00	34.727,21	16,49	67.070,59	31,85	143.529,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.000,00	53.000,00	3.265,00	6,16	9.035,00	17,05	43.965,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.455.000,00	25.455.000,00	3.824.782,20	15,03	7.881.907,59	30,96	17.573.092,41
Transf. de Conv.	25.282.000,00	25.282.000,00	3.750.619,14	14,85	7.807.744,53	30,91	17.454.255,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.000,00	193.000,00	74.163,06	38,43	74.163,06	38,43	118.836,94
Multas e Juros de Mora	1.001.500,00	1.001.500,00	68.769,16	6,87	279.219,81	27,88	722.280,19
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	207.000,00	207.000,00	25.385,91	12,26	41.525,00	20,06	165.475,00
RECEITAS DIVERSAS	227.000,00	227.000,00	16.934,85	7,46	27.468,45	12,10	199.531,55
RECEITAS DE CAPITAL	567.500,00	567.500,00	26.448,40	4,66	210.226,36	37,04	357.273,64
OPERÇÕES DE CRÉDITO	2.205.900,00	2.205.900,00	166.406,17	7,54	240.554,52	10,91	1.965.345,48
Operações de Crédito Internas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.203.900,00	2.203.900,00	166.406,17	7,55	240.554,52	10,91	1.963.345,48
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	32.500.000,00	32.500.000,00	5.175.953,54	15,93	9.908.652,45	30,49	22.591.347,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.500.000,00	40.459.367,65	6.499.594,66	23.957.535,24	16.501.832,41	5.150.043,96	10.046.568,24	30.412.799,41	9.049.013,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	27.743.740,00	29.619.387,65	6.039.434,62	15.067.041,86	14.552.345,79	4.500.916,59	9.016.899,70	20.602.487,95	8.025.962,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.560.240,00	16.548.876,45	2.583.711,60	5.730.455,32	10.818.421,13	2.602.873,97	5.634.323,52	10.914.552,93	5.329.530,24
DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00	220.000,00	7.645,11	94.431,80	125.568,20	23.256,78	49.347,02	170.652,98	49.347,02
INVESTIMENTOS	10.963.500,00	12.850.511,20	3.448.077,91	9.242.154,74	3.608.356,46	1.874.785,84	3.333.229,16	9.517.282,04	2.647.085,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.726.260,00	10.809.980,00	460.160,04	8.890.493,38	1.919.486,62	649.127,37	1.029.668,54	9.780.311,46	1.023.050,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.676.260,00	9.759.980,00	379.962,06	8.213.876,54	1.546.103,46	482.907,19	693.450,48	9.066.529,52	686.832,48
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.050.000,00	1.050.000,00	80.197,98	676.616,84	373.383,16	166.220,18	336.218,06	713.781,94	336.218,06
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	32.500.000,00	40.459.367,65	6.499.594,66	23.957.535,24	16.501.832,41	5.150.043,96	10.046.568,24	30.412.799,41	9.049.013,26
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	32.500.000,00	40.459.367,65	6.499.594,66	23.957.535,24	16.501.832,41	5.150.043,96	10.046.568,24	30.412.799,41	9.049.013,26
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	9.908.652,45
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	32.500.000,00	40.459.367,65	6.499.594,66	23.957.535,24	—	5.150.043,96	10.046.568,24	—	18.957.665,71

FONTE:

SIDEROPOLIS , 22/05/2015

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.453.000,00	2.453.000,00	725.562,70	29,58
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	325.000,00	325.000,00	220.239,33	67,77
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	325.000,00	325.000,00	70.716,67	21,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.150.000,00	1.150.000,00	257.972,60	22,43
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400.000,00	400.000,00	151.863,03	37,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.000,00	55.000,00	2.932,95	5,33
Dívida Ativa dos Impostos	167.000,00	167.000,00	14.190,42	8,50
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	31.000,00	31.000,00	7.647,70	24,67
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.855.000,00	21.855.000,00	7.010.471,10	32,08
Cota-Parte FPM	10.000.000,00	10.000.000,00	3.562.806,01	35,63
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	70.694,50	353,47
Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	424.974,31	26,56
Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	2.896.867,90	28,96
Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	160.000,00	44.486,08	27,80
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	75.000,00	75.000,00	11.642,30	15,52
Desoneração ICMS (LC 87/96)	75.000,00	75.000,00	11.642,30	15,52
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	24.308.000,00	24.308.000,00	7.736.033,80	31,83

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.739.240,00	8.444.021,61	4.359.636,51	51,63	2.487.865,76	29,46
Pessoal e Encargos Sociais	5.468.240,00	5.506.876,45	2.032.203,93	36,90	1.938.722,13	35,21
Outras Despesas Correntes	2.271.000,00	2.937.145,16	2.327.432,58	79,24	549.143,63	18,70
DESPESAS DE CAPITAL	196.260,00	425.360,00	284.061,74	66,78	122.257,74	28,74
Investimentos	196.260,00	425.360,00	284.061,74	66,78	122.257,74	28,74

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	196.260,00	425.360,00	284.061,74	66,78	122.257,74	28,74
	196.260,00	425.360,00	284.061,74	66,78	122.257,74	28,74
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.935.500,00	8.869.381,61	4.643.698,25	52,36	2.610.123,50	29,43
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.927.000,00	3.572.067,30	1.950.609,11	42,01	823.311,44	31,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.927.000,00	3.572.067,30	1.950.609,11	42,01	823.311,44	31,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.927.000,00	3.572.067,30	1.950.609,11	42,01	823.311,44	31,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	5.008.500,00	5.297.314,31	2.693.089,14	57,99	1.786.812,06	68,46
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						626.406,99

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANteriores PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.494.500,00	8.275.920,16	4.321.553,80	93,06	2.494.555,82	95,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	351.000,00	466.798,45	236.069,05	5,08	88.608,46	3,39
Vigilância Sanitária	90.000,00	126.663,00	86.075,40	1,85	26.959,22	1,03
TOTAL	7.935.500,00	8.869.381,61	4.643.698,25	100,00	2.610.123,50	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.500.000,00	40.459.367,65	6.498.594,66	23.957.535,24	100,00	5.150.043,96	10.046.568,24	30.412.799,41
Legislativa	1.150.000,00	1.150.000,00	219.687,23	447.547,86	1,87	233.344,19	429.742,93	720.257,07
Ação Legislativa	1.150.000,00	1.150.000,00	219.687,23	447.547,86	1,87	233.344,19	429.742,93	720.257,07
Judiciária	180.000,00	180.000,00	29.971,37	50.906,11	0,21	29.971,37	50.906,11	129.093,89
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	180.000,00	180.000,00	29.971,37	50.906,11	0,21	29.971,37	50.906,11	129.093,89
Administração	3.515.000,00	3.649.000,00	1.034.857,56	1.946.816,50	8,13	532.754,51	985.711,52	2.663.288,48
Administração Geral	2.775.000,00	2.835.000,00	882.354,29	1.627.930,41	6,80	413.682,41	736.899,60	2.098.100,40
Administração Financeira	740.000,00	814.000,00	152.503,27	318.886,09	1,33	119.072,10	248.811,92	565.188,08
Segurança Pública	70.000,00	70.000,00	317,53	317,53	0,00	317,53	317,53	69.682,47
Defesa Civil	70.000,00	70.000,00	317,53	317,53	0,00	317,53	317,53	69.682,47
Assistência Social	1.120.000,00	1.120.000,00	74.375,75	464.845,66	1,94	215.483,55	390.920,90	729.079,10
Assistência à Criança e ao Adolescente	40.000,00	40.000,00	10.425,60	10.425,60	0,04	0,00	0,00	40.000,00
Assistência Comunitária	1.080.000,00	1.080.000,00	63.950,15	454.420,06	1,90	215.483,55	390.920,90	689.079,10
Saúde	8.501.500,00	9.458.381,61	1.803.216,54	5.076.923,44	21,19	1.344.624,61	2.749.759,50	6.708.622,11
Assistência à Criança e ao Adolescente	89.000,00	89.000,00	11.945,88	31.342,34	0,13	13.067,54	26.144,26	62.855,74
Atenção Básica	7.494.500,00	8.275.920,16	1.646.802,84	4.321.553,80	18,04	1.202.151,47	2.494.555,82	5.781.364,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	351.000,00	466.798,45	119.299,94	236.069,05	0,99	32.917,50	88.608,46	378.189,99
Vigilância Sanitária	90.000,00	126.663,00	25.167,88	86.075,40	0,36	17.907,82	26.959,22	99.703,78
Alimentação e Nutrição	477.000,00	500.000,00	0,00	401.882,85	1,68	78.580,28	113.491,74	386.508,26
Educação	7.062.000,00	8.573.300,00	1.873.968,87	4.571.147,52	19,08	1.173.883,19	2.428.490,47	6.144.809,53
Educação Especial	5.673.500,00	7.184.800,00	1.678.966,32	4.119.407,12	17,19	1.004.409,03	2.056.118,06	5.128.681,94
Ensino Fundamental	51.000,00	51.000,00	34.000,00	49.044,00	0,20	30.088,00	45.132,00	5.868,00
Ensino Superior	1.292.500,00	1.292.500,00	125.002,55	363.696,40	1,52	133.366,16	318.240,41	974.259,59
Educação Infantil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Educação de Jovens e Adultos	43.000,00	43.000,00	36.000,00	39.000,00	0,16	6.000,00	9.000,00	34.000,00
Educação Especial	117.500,00	117.500,00	13.957,14	98.218,54	0,41	14.414,34	96.846,94	20.653,06
Cultura	117.500,00	117.500,00	13.957,14	98.218,54	0,41	14.414,34	96.846,94	20.653,06
Urbanismo	6.992.000,00	11.775.186,04	1.137.241,07	9.365.980,40	39,09	983.545,47	1.819.287,34	9.955.898,70
Infra-Estrutura Urbana	6.509.000,00	11.292.186,04	1.087.972,29	9.259.065,67	38,65	934.717,69	1.717.415,65	9.574.770,39
Serviços Urbanos	483.000,00	483.000,00	49.288,78	106.884,73	0,45	48.827,78	101.871,69	381.128,31
Habituação	6.000,00	47.000,00	41.932,70	42.932,70	0,18	42.104,55	42.620,10	4.379,90
Habituação Urbana	6.000,00	47.000,00	41.932,70	42.932,70	0,18	42.104,55	42.620,10	4.379,90
Saneamento	2.000,00	517.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517.000,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	517.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517.000,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.500.000,00	40.459.367,65	6.499.594,66	23.957.535,24	16.501.832,41	5.150.043,96	10.046.568,24	30.412.799,41
Gestão Ambiental	661.000,00	661.000,00	64.000,00	326.209,03	334.790,97	142.880,62	214.778,75	446.221,25
Preservação e Conservação Ambiental	31.000,00	31.000,00	0,00	3.009,03	27.990,97	805,71	1.817,07	29.182,93
Controle Ambiental	630.000,00	630.000,00	64.000,00	323.200,00	306.800,00	142.074,91	212.961,68	417.038,32
Agricultura	580.000,00	588.000,00	95.294,67	201.260,74	386.739,26	79.995,31	150.436,54	437.563,46
Extensão Rural	580.000,00	588.000,00	95.294,67	201.260,74	386.739,26	79.995,31	150.436,54	437.563,46
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Desporto e Lazer	816.000,00	826.000,00	4.350,81	556.886,24	269.113,76	140.145,05	274.081,82	551.918,18
Desporto Comunitário	816.000,00	826.000,00	4.350,81	556.886,24	269.113,76	140.145,05	274.081,82	551.918,18
Encargos Especiais	1.695.000,00	1.695.000,00	106.423,42	807.542,97	887.457,03	216.579,67	412.667,79	1.282.332,21
Serviço da Dívida Interna	1.270.000,00	1.270.000,00	87.843,09	771.048,64	498.951,36	189.476,96	385.565,08	884.434,92
Outros Encargos Especiais	425.000,00	425.000,00	18.580,33	36.494,33	388.505,67	27.102,71	27.102,71	397.897,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	32.500.000,00	40.459.367,65	6.499.594,66	23.957.535,24	16.501.832,41	5.150.043,96	10.046.568,24	30.412.799,41

FONTE:

SIDEROPOLIS , 22/05/2015

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPALMOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (últ. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		3.431.046,66	2.329.550,16	3.598.265,99	2.502.756,74	2.181.643,55	2.336.345,42	2.616.930,09	2.900.552,63	2.947.745,50	2.446.450,01	2.654.671,20	3.015.222,89	32.583.180,84	34.685.100,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		562.575,25	230.033,93	200.442,17	167.398,92	217.438,61	209.522,84	216.886,56	150.938,12	137.827,55	151.187,54	412.514,52	597.105,10	3.255.882,01	3.219.000,00
IPI, IPIU		195.707,84	20.182,10	25.465,62	18.272,26	3.142,59	1.979,93	1.355,01	4.143,60	709,95	741,19	12.080,46	206.227,73	460.463,28	325.000,00
IPIR/F		27.256,44	38.151,31	12.705,67	29.877,39	40.974,23	36.882,08	36.346,12	26.623,16	47.885,74	34.569,30	33.117,24	36.580,65	403.681,43	400.000,00
I.S.S.		83.954,87	129.468,39	82.901,61	73.933,15	98.846,01	110.572,33	106.382,26	96.285,94	66.732,46	64.274,35	54.204,06	72.741,73	1.042.317,16	1.150.000,00
I.T.E.U.		33.254,85	9.249,09	44.697,85	18.328,35	36.875,55	50.810,48	48.912,25	9.769,11	12.992,21	14.423,41	16.507,40	26.787,65	322.881,20	325.000,00
Outras Receitas Tributárias		222.401,25	32.863,04	34.401,42	26.977,67	37.600,23	9.276,02	19.888,92	15.139,31	9.487,19	37.173,29	286.625,26	254.559,34	966.515,94	1.018.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		16.461,26	14.653,56	13.315,63	18.178,04	25.729,33	28.243,28	29.469,29	28.873,10	32.053,73	31.792,22	33.849,03	34.534,15	470.697,72	355.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		17.810,61	15.677,43	18.210,64	20.476,66	20.906,60	21.724,68	20.521,01	27.835,69	16.383,60	15.959,78	18.795,67	15.931,54	230.234,51	210.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.985,00	1.694,81	2.024,90	3.645,00	2.870,00	765,00	510,00	2.140,00	4.270,00	1.500,00	1.425,00	1.940,00	24.649,91	53.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.777.935,24	2.031.123,00	3.136.624,78	2.096.631,07	1.876.506,13	1.963.923,72	2.164.049,29	2.522.517,88	2.556.881,79	2.226.088,55	2.156.387,29	2.328.741,63	27.787.218,47	29.826.000,00
Cota-Parte do FPM		764.119,07	573.039,99	492.169,85	597.901,41	524.110,57	495.338,47	655.643,81	1.054.541,43	968.692,78	1.019.675,99	742.694,20	801.553,04	8.718.669,61	10.000.000,00
Cota-Parte do ICMS		658.435,93	664.854,74	618.306,83	646.042,54	694.729,76	716.821,55	789.970,32	780.313,66	774.738,23	689.427,15	688.676,04	742.028,48	8.447.253,23	10.000.000,00
Cota-Parte do IPVA		185.083,54	185.582,40	147.376,33	146.970,38	137.975,74	134.176,00	121.574,00	55.576,46	46.837,15	72.141,96	176.261,50	130.733,70	1.525.963,96	1.600.000,00
Cota-Parte do ITR		26,44	14,50	234,11	34,73	2.480,68	7.055,28	239,53	283,81	70.065,80	146,59	309,12	142,59	81.063,38	20.000,00
Outras Transferências Correntes		879.006,87	349.026,47	1.621.870,25	366.729,82	238.549,50	319.155,59	285.520,64	346.987,78	353.448,72	150.223,51	260.219,07	332.193,67	5.504.773,89	4.171.000,00
Transferências de LC 61/1989		10.531,87	10.128,29	10.402,25	10.723,04	10.690,92	10.806,54	12.408,12	12.244,20	15.945,75	9.485,86	9.306,45	9.747,02	131.920,91	180.000,00
Transferências de LC 87/1966		2.898,79	2.898,79	2.898,79	2.898,79	2.898,79	2.898,79	2.898,79	5.737,58	0,00	0,00	0,00	11.642,30	37.461,41	75.000,00
Transferências do FUNDEB		277.762,63	285.469,82	243.395,77	280.390,36	285.702,17	277.605,50	288.823,08	287.953,06	307.722,36	284.985,49	277.930,91	300.742,43	3.338.476,88	3.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		54.299,30	36.397,43	137.647,97	92.856,85	48.190,88	112.124,90	183.463,94	170.227,44	190.528,63	19.921,82	31.699,69	37.099,47	1.114.465,52	1.001.500,00
DEDUÇÕES (II)		322.328,13	282.164,53	283.067,66	280.171,08	273.258,10	272.072,29	316.437,14	308.730,90	379.038,46	356.606,49	322.521,43	337.825,29	3.705.221,50	4.371.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		322.328,13	282.164,53	283.067,66	280.171,08	273.258,10	272.072,29	316.437,14	308.730,90	379.038,46	356.606,49	322.521,43	337.825,29	3.705.221,50	4.371.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		3.108.718,53	2.047.385,63	3.315.198,33	2.222.585,66	1.918.385,45	2.064.273,13	2.300.492,95	2.592.821,73	2.568.707,04	2.089.843,52	2.332.149,77	2.677.397,60	28.177.959,34	30.294.100,00
FONTE:															
SIDEROPOLIS, 22/05/2015															
HELO ROBERTO CESA															
PREFEITO MUNICIPAL															

MOISÉS DE MATIA
 CONTADOR CRC-SC 066331/O-9

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.454.000,00	2.454.000,00	725.562,70	29,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	543.000,00	543.000,00	243.329,40	44,81
1.1.1- IPTU	325.000,00	325.000,00	220.239,33	67,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.251,95	2,50
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	147.000,00	147.000,00	14.190,42	9,65
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.000,00	7.647,70	36,42
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	328.000,00	328.000,00	70.716,67	21,89
1.2.1- ITBI	325.000,00	325.000,00	70.716,67	21,76
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.185.000,00	1.185.000,00	259.653,60	21,91
1.3.1- ISS	1.150.000,00	1.150.000,00	264.096,57	22,96
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	1.681,00	33,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(6.123,97)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400.000,00	400.000,00	151.863,03	37,97
1.4.1- IRRF	400.000,00	400.000,00	151.863,03	37,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.855.000,00	21.855.000,00	7.010.471,10	32,08
2.1- Cota-Parte FPM	10.000.000,00	10.000.000,00	3.562.806,01	35,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.000.000,00	10.000.000,00	3.562.806,01	35,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	2.895.867,90	28,96
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	75.000,00	75.000,00	11.642,30	15,52
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	160.000,00	160.000,00	44.486,08	27,80
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	70.694,50	353,47
2.6- Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	424.974,31	26,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.309.000,00	24.309.000,00	7.736.033,80	31,82
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	704.000,00	704.000,00	221.061,86	31,40
5.1- Transferências do Salário-Educação	513.000,00	513.000,00	177.744,11	34,65
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	125.000,00	125.000,00	31.554,00	25,24
5.4- Transferências Diretas - PNATE	64.000,00	64.000,00	11.763,75	18,38
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	106.000,00	106.000,00	13.433,50	12,67
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	821.000,00	821.000,00	234.495,36	28,56
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.371.000,00	4.371.000,00	1.395.991,67	31,94
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.000.000,00	2.000.000,00	712.561,10	35,63
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	572.976,11	28,65
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	15.000,00	15.000,00	2.328,46	15,52
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	32.000,00	32.000,00	8.897,18	27,80
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	14.138,85	353,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	320.000,00	320.000,00	85.089,97	26,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.810.000,00	3.810.000,00	1.174.655,08	30,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	1.171.382,19	30,83
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	3.272,89	32,73
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-571.000,00	-571.000,00	-224.609,48	39,34
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.238.000,00	3.238.000,00	873.653,56	26,98	873.653,56	26,98	
13.1- Com Educação Infantil	798.000,00	798.000,00	245.679,33	30,79	245.679,33	30,79	
13.2- Com Ensino Fundamental	2.440.000,00	2.440.000,00	627.974,23	25,74	627.974,23	25,74	
14- OUTRAS DESPESAS	572.000,00	572.000,00	389.435,85	68,08	389.435,85	68,08	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	572.000,00	572.000,00	389.435,85	68,08	389.435,85	68,08	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.810.000,00	3.810.000,00	1.263.089,41	33,15	1.263.089,41	33,15	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.263.089,41		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					74,38		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					33,15		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-7,53		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²		6.077.250,00		6.077.250,00		1.934.008,45 31,82	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100 Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		1.218.000,00		1.218.000,00		358.261,40 29,41 312.805,41 25,68	
23.1- Creche		609.000,00		609.000,00		179.130,69 29,41 156.402,70 25,68	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		399.000,00		399.000,00		122.839,66 30,79 122.839,66 30,79	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		210.000,00		210.000,00		56.291,03 26,81 33.563,04 15,98	
23.2- Pré-escola		609.000,00		609.000,00		179.130,71 29,41 156.402,71 25,68	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		399.000,00		399.000,00		122.839,67 30,79 122.839,67 30,79	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		210.000,00		210.000,00		56.291,04 26,81 33.563,04 15,98	
24- ENSINO FUNDAMENTAL		4.996.000,00		5.032.762,38		2.114.376,67 42,01 1.680.577,93 33,39	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		3.012.000,00		3.012.000,00		1.017.410,08 33,78 1.017.410,08 33,78	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.984.000,00		2.020.762,38		1.096.966,59 54,28 663.167,85 32,82	
25- ENSINO MÉDIO		0,00		0,00		0,00 0,00 0,00 0,00	
26- ENSINO SUPERIOR		0,00		0,00		0,00 0,00 0,00 0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00		0,00		0,00 0,00 0,00 0,00	
28- OUTRAS		0,00		0,00		0,00 0,00 0,00 0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		6.214.000,00		6.250.762,38		2.472.638,07 39,56 1.993.383,34 31,89	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-224.609,48		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.272,89		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-221.336,59		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.214.719,93		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					28,63		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100 Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00		0,00		0,00 0,00 0,00 0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		515.000,00		586.000,00		383.275,88 65,41 153.707,84 26,23	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00		0,00		0,00 0,00 0,00 0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		237.000,00		1.640.537,62		1.627.189,57 99,19 227.267,29 13,85	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		752.000,00		2.226.537,62		2.010.465,45 90,30 380.975,13 17,11	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		6.966.000,00		8.477.300,00		4.483.103,52 52,88 2.374.358,47 28,01	

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		60.900,56	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.171.382,19	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.192.517,67	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.129.592,48	0,00
49.2 Restos a Pagar		62.925,19	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.272,89	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		43.037,97	0,00

SIDEROPOLIS, 22/05/2015

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Sombrio

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
CHAMADA PUBLICA Nº 002/2015

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.808/ 2009.

Objeto: concessão de espaço público para fins de veiculação de publicidade entre maio de 2015 e 31/12/2016.

A Habilitação será realizada durante todo o em a presente data e 01.12.2016, mediante comparecimento no setor responsável desta municipalidade munidos da documentação necessária. Na sede da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC na Avenida Nereu Ramos, nº 861 de segundas às sextas feiras das 08h:00 as 11h:30 e das 13h:30 as 17h:30.

Sombrio - SC, em 22 de Maio de 2015.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 86/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATO N.º 86/15

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sombrio.

CONTRATADO: PAIS E FILHOS TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA

DO OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM CAUQ NO ACESSO DO RETIRO DA UNIÃO, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projeto arquitetônico anexo do edital.

Da Vigência: 18/05/2015 a 18/01/2016.

Do Valor: R\$ 649.919,84 (seiscentos e quarenta e nove mil novecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 18/05/2015.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 58/2015, Tomada de Preços nº 058/2015 de 24/04/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações Posteriores.

Dotação Orçamentária: 04. 02 – 15.451.0112.2.046 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00; 04. 02 – 15.451.0112.2.046 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00

Sombrio, 18 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 87/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATO N.º 87/15

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sombrio.

CONTRATADO: ALBINO & CIA LTDA - ME

DO OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LOJOTA SEXTAVADA NAS RUAS JOÃO QUARTIEIRO E MÁXIMO RODRIGUES DA SILVA, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital.

Da Vigência: 18/05/2015 a 18/01/2016.

Do Valor: R\$ 403.170,61 (quatrocentos e três mil cento e setenta reais e sessenta e um centavos).

Data da assinatura: 18/05/2015.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 59/2015, Tomada de Preços nº 059/2015 de 29/04/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações Posteriores.

Dotação Orçamentária: 04.02 – 15.451.0112.1.014 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00; 04.02 – 15.451.0112.1.014 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00.

Sombrio, 18 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 89/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATO N.º 89/15

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sombrio.

CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

DO OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM CAUQ NA AVENIDA QUINTINO MANOEL DOMINGOS E NA RUA CAETANO LUMMERTZ DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projeto arquitetônico anexo ao edital.

Da Vigência: 20/05/2015 a 20/05/2016.

Do Valor: R\$ 770.315,08 (setecentos e setenta mil trezentos e quinze reais e oito centavos).

Data da assinatura: 20/05/2015.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 56/2015, Tomada de Preços nº 056/2015 de 29/04/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações Posteriores.

Dotações orçamentárias: 04.02 – 15.451.0112.1.014 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00; 04.02 – 15.451.0112.1.014 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00.

Sombrio, 20 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATO N.º 90/15

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sombrio.

CONTRATADO: ALBINO & CIA LTDA - ME

DO OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA NA RUA EDÍLIO ANTÔNIO DA ROSA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projeto arquitetônico anexo ao edital.

Da Vigência: 20/05/2015 a 20/05/2016.

Do Valor: R\$ 107.476,94 (cento e sete mil quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

Data da assinatura: 20/05/2015.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 59/2015, Tomada de

Preços nº 059/2015 de 29/04/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações Posteriores.

Dotação Orçamentária: 04.02 - 15.451.0112.1.014 - 4.4.90.51.98.00.00.00.00; 04.02 - 15.451.0112.1.014 - 4.4.90.51.98.00.00.00.00.

Sombrio, 20 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 84/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATO N.º 84/15

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sombrio.

CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO: A contratação de empresa especializada para a pavimentação com CAUQ em cinco ruas do município de sombrio, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projeto arquitetônico anexo do edital.

Da Vigência: 13/05/2015 a 13/05/2016.

Do Valor: R\$ 1.474.536,98 (um milhão quatrocentos e setenta e quatro mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos).

Data da assinatura: 13/05/2015.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 57/2015, Tomada de Preços nº 057/2015 de 24/04/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações Posteriores.

Dotações orçamentárias: 04.02 - 15.451.0112.1.014 - 4.4.90.51.98.00.00.00.00; 04.02 - 15.451.0112.1.014 - 4.4.90.51.98.00.00.00.00.

Sombrio, 13 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATORIO 56/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 56/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna público que foi homologado o processo de licitação nº 56/2015 no dia 20/05/2015, que objetiva a contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq e lajota sextavada em três ruas do município de sombrio, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, no Lote 01 a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, com o menor valor global por lote de: R\$ 770.315,08 (setecentos e setenta mil trezentos e quinze reais com oito centavos); e Lote 02 a empresa ALBINO E CIA LTDA-ME, com o menor valor global por lote de: R\$ 107.476,94 (cento e sete mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e quatro reais). Sendo que, as empresas classificadas, foi adjudicado e homologado logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório a disposição dos interessados.

Sombrio, 20 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATORIO 57/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna público que foi homologado o processo de licitação nº 57/2015 no dia 13/05/2015, que objetiva a contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq em cinco ruas do município de sombrio, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., com o menor valor global por lote de R\$ 1.474.536,98 (um milhão quatrocentos e setenta e quatro reais quinhentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos). Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório a disposição dos interessados.

Sombrio, 20 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATORIO 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 58/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna público que foi homologado o processo de licitação nº 58/2015 no dia 18/05/2015, que objetiva a contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq no acesso do retiro da união, incluindo materiais e mão de obra, conforme condições e quantitativos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa PAIS & FILHOS TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA – ME, com o menor valor global de R\$ 649.919, 84 (seiscentos e quarenta e nove mil novecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos). Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório a disposição dos interessados.

Sombrio, 20 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATORIO 59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna público que foi homologado o processo de licitação nº 59/2015 no dia 18/05/2015, que objetiva a contratação de empresa especializada para a pavimentação com lajota sextavada nas Ruas João Quartieiro e Máximo Rodrigues da Silva, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa ALBINO E CIA LTDA-ME, com o menor valor global por lote de R\$ 403.170,61 (quatrocentos e três mil cento e setenta reais e sessenta e um centavos). Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados.

Sombrio, 20 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 063/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015

Objeto: selecionar a melhor proposta para aquisição de uma escavadeira hidráulica nova, com potência mínima de 110hp e um caminhão novo toco com PBT mínimo de 8.250kg, ambos movido a diesel, conforme especificações mínimas, condições e valores máximos constantes no edital e seus anexos.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei 8.078, de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30min do dia 08 de junho de 2015, com início do credenciamento e abertura dos envelopes marcada para as 08h:45 do dia 08 de junho de 2015.

A retira do edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 22 de Maio de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 051/2015

DECRETO Nº. 051/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR 2015/2017 NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica,
DECRETA:

Art. 1º. – Ficam nomeado como membros do CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR 2015/2017, as seguintes pessoas:

Representantes da direção da escola

- IARA GOHLKE

Representantes dos professores

- CLAUDIA RODRIGUES
- MARAISA DE VARGAS
- REGINA GATELLI
- ELIANE MIORANDO

Representantes da Associação de Pais e Professores (APP)

- JOARES LOWIS
- SIMONE CIBULSKI
- INEZILDA BOTIN
- GLEIDSON MARCOS NEU

Representantes dos Alunos

- ANDREI NEU
- LARISSA DREWS

Representantes da Comunidade Local

- MARISA KNAK CORREA
- ELESANDRA KLUGE

Art. 2º. Os membros do CONSELHO ESCOLAR 2015/2017, terão mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte dois de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 96/2015

DECRETO Nº 96, DE 22 DE MAIO DE 2015.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Susana dos Santos, RG nº 4.230.470 e CPF nº 008.688.879-00, no Cargo de Professor Supletivo 20 hs/semanais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 22 de Maio de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 39 2015 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº 39/2015 - SEMED

Às quatorze horas, do vigésimo segundo dia do mês de maio de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento da proposta da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, tendo em vista o parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente. Conforme consta da Ata de Abertura da Proposta, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise dos valores, quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pela empresa.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, constatou-se que a proposta da empresa cumpriu com as exigências do Edital, no entanto, a mesma apresentou erros de arredondamento, conforme planilha de conferência onde fez constar o seguinte valor:

Empresa	Valor total apresentado pela empresa	Valor total corrigido pelo engenheiro
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP	R\$ 795.611,78 (setecentos e noventa e cinco mil e seiscentos e onze reais e setenta e oito centavos)	R\$ 795.667,14 (setecentos e noventa e cinco mil e seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos)

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela classificação da proposta e, declara-se vencedora a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, porém com o valor apontado no parecer técnico do engenheiro civil, em conformidade com o item 8.8.1 do Edital, ou seja, no valor total global de R\$ 795.667,14 (setecentos e noventa e cinco mil e seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos).

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

fins de proposta de preços bem como, no caso de discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 30 2015 PMT - PROPOSTA TÉCNICA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA TÉCNICA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 30/2015 - PMT

Às oito horas, do vigésimo segundo dia, do mês de maio de dois mil e quinze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015) e, representando a empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA. o Sr. Rafael Carlos Thiesen, para abertura do envelope de Proposta Técnica da Tomada de Preço nº 30/2015 – PMT, bem como realização da demonstração técnica do sistema.

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura do envelope de Proposta Técnica, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Em prosseguimento, o representante da empresa realizou a demonstração técnica do sistema, conforme exigências constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

Na sequência, a Presidente suspendeu a sessão para a análise dos documentos da proposta técnica, em especial, encaminhamento dos mesmos para análise e parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, sendo que após a emissão do parecer/análise será marcada a abertura do envelope de Proposta de Preço.

Após a suspensão da sessão o representante da empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA solicitou a comissão permissão para se retirar da reunião antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

8.8.1 - Havendo divergência na redação da proposta entre os valores unitários e o valor total, será considerado o valor unitário para

ATA TOMADA DE PREÇO N.º 03 2015 - FME - CONVOCAÇÃO ENVELOPE PROPOSTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2015 - FME

Às onze horas e trinta minutos, do vigésimo segundo dia, do mês de maio de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço 03/2015 - FME, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) da adequação do sistema preventivo de incêndio do complexo esportivo localizado na Rua Gustavo Piske, s/nº, bairro Pe. Martinho Stein, neste Município, em atendimento às necessidades da Fundação Municipal de Esportes.

Tendo em vista que o prazo estabelecido na Ata de Julgamento de Habilitação de 13/05/2015 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 26 de maio de 2015, às 14h00 na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
PresidenteANDREA TAISE FRANZ
SecretáriaBARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro**ATA TOMADA DE PREÇO N.º 36 2015 - PMT - CONVOCAÇÃO ENVELOPE PROPOSTA**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº. 36/2015 - SEMED

Às onze horas, do vigésimo segundo dia, do mês de maio de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço 36/2015 - SEMED, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de construção de muro de contenção e rampa de acesso, e pavimentação em paver da Unidade Pré Escolar Beija-flor, localizada na Rua Belém, esquina com a Rua Manaus, Centro, neste Município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos do Edital.

Tendo em vista que o prazo estabelecido na Ata de Julgamento de Habilitação de 13/05/2015 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 26 de maio de 2015, às 09h00 na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
PresidenteANDREA TAISE FRANZ
SecretáriaBARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro**AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50 2015 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 50 2015 PMT

O Município de Timbó/SC torna público que, em cumprimento à ordem judicial expedida pela 2ª Vara Cível da Comarca de Timbó/SC nos autos do mandado de segurança nº 0301052-65.2015.8.24.0073, fica SUSPENSA – "SINE DIE" a licitação acima citada, cujo objeto versa sobre o fornecimento de macadame carregado em veículos dos setores solicitantes, para atender as necessidades da administração direta e indireta (repetição total dos processos licitatórios n.º 27 e 38/2015 – PMT, com alterações).

TIMBO (SC), 22/05/2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços UrbanosMARCIA DA ROCHA
Secretaria de Desenvolvimento EconômicoWALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 50/2015.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 50/2015.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

Contratada: FUNDACAO EXPANSAO CULTURAL RADIO E TV CANOINHAS, CNPJ 03.422.900/0001-15.

Objeto: prestação de serviços de radiodifusão para prestação de serviços de divulgação e publicidade da administração publica do município.

Fundamento legal: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2015.

Valor: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Três Barras – SC, 19 de maio de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO - JURIDICO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 50/2015.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 50/2015.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

Contratada: RADIO PANTERA LTDA, CNPJ 79.888.673/0001-80.

Objeto: prestação de serviços de radiodifusão para prestação de serviços de divulgação e publicidade da administração publica do município.

Fundamento legal: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2015.

Valor: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Três Barras – SC, 19 de maio de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO - JURIDICO

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 036/15

DECRETO 036/15 DE 06 DE MAIO DE 2015.

RETIFICA O ART. 1º DO DECRETO 009/15 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 51 da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICA o Decreto 009/15 que NOMEIA comissão permanente para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento de licitações para o exercício de 2015, conforme nominata abaixo descrita:

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI - (PRESIDENTE)
JOABE LUCAS COMPER DOS SANTOS
DANIEL AUGUSTO PISETTA
BIANCA BARCHFELD

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BIN I AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 037/15

DECRETO 037/15 DE 06 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 38.284,61 (trinta e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01.06.182.0003.1.004-4.4.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 38.284,61

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de

arrecadação:

Superávit financeiro R\$ 38.284,61

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 038/15

DECRETO 038/15 DE 11 DE MAIO DE 2015.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO de área de terras no perímetro urbano, sito a Rua Getúlio Vargas, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 16.863, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, com área total de 37.991,25 m² (trinta e sete mil, novecentos e noventa e um metros e vinte e cinco decímetros quadrados), com 01 (uma) ÁREA A DESMEMBRAR com 434,56 m² (quatrocentos e trinta e quatro metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE com terras da Prefeitura Municipal de Trombudo Central em 5,06 metros, aos FUNDOS com terras da Paróquia Evangélica de Trombudo Central em 5,00 metros, LADO ESQUERDO com terras da Prefeitura Municipal de Trombudo Central em 155,35 metros e do LADO DIREITO com a Rua Erich Dietrich em 154,56 metros, permanecendo ÁREA REMANESCENTE com 37.556,69 m² (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis metros e sessenta e nove decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE com a Rua Getúlio Vargas em 183,00 metros, aos FUNDOS com terras da Paróquia Evangélica de Trombudo Central em 175,00 metros (matrícula 16.734), do LADO ESQUERDO em 02 (duas) linhas com o "C" em 33,00 e 15,00 metros e com terras de Werner Henrich Schütte em 175,00 metros (matrícula 34.704), e do LADO DIREITO com terras de Fritz Schütte em 65,44 metros e com a Rua Erich Dietrich em 5,06 metros mais 155,35 metros.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALVARO MELCHIORETTO
Secretário do Planejamento Urbano

DECRETO 039/15

DECRETO 039/15 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECLARA ÁREA DE TERRAS DE NECESSIDADE E UTILIDADE PÚBLICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 182 § 3º da Constituição Federal, pelo artigo 83 da Lei Orgânica Municipal de 03 de abril de 1990 e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal de desmembramento de área de terras 038/15 de 11 de Maio de 2015;

CONSIDERANDO, a exigência documental expressa pelo Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de necessidade e utilidade pública a área de terras no perímetro urbano, sito a Rua Getúlio Vargas, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 16.863, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, com área de 434,56 m² (quatrocentos e trinta e quatro metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE com terras da Prefeitura Municipal de Trombudo Central em 5,06 metros, aos FUNDOS com terras da Paróquia Evangélica de Trombudo Central em 5,00 metros, LADO ESQUERDO com terras da Prefeitura Municipal de Trombudo Central em 155,35 metros e do LADO DIREITO com a Rua Erich Dietrich em 154,56 metros

Art. 2º - A declaração de necessidade e utilidade pública de que trata o Art. 1º do presente Decreto, se destinará a fins de alargamento da Rua Erich Dietrich, com extensão de 155,35 metros e largura de 5,00 metros, que permitirá o acesso a terras de propriedade da família Baasch.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALVARO MELCHIORETTO
Secretário do Planejamento Urbano

DECRETO 040/15

DECRETO 040/15 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º- Fica DECRETADO ponto facultativo nas repartições públicas do Município no dia 05 de Junho de 2015 (sexta-feira), face a passagem em comemoração ao feriado de Corpus Christi no dia 04 de Junho de 2015 (quinta-feira).

Art. 2º - A Secretaria da Educação e do Esporte respeitará o calendário próprio do ano letivo de 2015, ficam mantidos em forma de plantão os serviços nos Centros de Educação Infantil em regime integral no Município e, ficam ainda, mantidos os serviços de natureza essencial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 041/15

DECRETO 041/15 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECLARA ANTECIPAÇÃO DE FERIADO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1738 de 30 de Agosto de 2012, Art. 1º, item III.

DECRETA:

Art. 1º- DECRETA a antecipação do feriado municipal do dia 22 de Julho de 2015 (quarta-feira), para o dia 20 de Julho de 2015 (segunda-feira).

Art. 2º - A presente antecipação se dá pela passagem em comemoração ao 57º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Trombudo Central.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

LEI 1875

LEI 1875 DE 14 DE MAIO DE 2015.

“ESTABELECE PLANTÃO EM SISTEMA DE RODÍZIO NAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E DÁ AS SEGUINTE PROVIDÊNCIAS”.

SILVIO VENTURI, Prefeito de Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, Eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os proprietários de estabelecimento farmacêutico estabelecidos na sede do município de Trombudo Central realizarão plantão noturno diariamente, em forma de rodízio alternado.

§ Único - A municipalidade cadastrará os estabelecimentos e fornecerá a escala a ser cumprida.

Art. 2º - Os plantões serão realizados diariamente, das 20h00min às 06h00min do dia seguinte.

Art. 3º - Os estabelecimentos farmacêuticos que não estiverem de plantão, deverão indicar aos interessados, qual estabelecimento estará de plantão naquela noite.

Art. 4º - Fica estabelecida multa de 02 (duas) UFM, por dia, para o estabelecimento farmacêutico que não prestar o serviço de plantão noturno.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se quaisquer disposições em contrário.

Trombudo Central 14 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 240/15

PORTARIA 240/15 DE 06 DE MAIO DE 2015.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar Federal Nº 123/2006 no seu Art. 85-A.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI como Agente Municipal de Desenvolvimento Adjunta do Município de Trombudo Central.

Art. 2º - O Agente Municipal de Desenvolvimento Adjunto é parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de cooperação assinado entre esse município e SEBRAE/SC, que tem como objetivo a promoção, coordenação e desenvolvimento de ações de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedor Individual – Lei Complementar Federal Nº123-06 e Nº128-08, resultado da parceria entre as prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC.

Art. 3º - Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento Adjunto:

- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 241/15

PORTARIA 241/15 DE 06 DE MAIO DE 2015.

ESTABELECE ESCALA DE HORÁRIO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Trombudo Central, de acordo com o Capítulo II do Exercício, em seu Art. 32;

CONSIDERANDO a Portaria 479/14 de 18 de Setembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica estabelecida escala de trabalho ao servidor público municipal Sr. NELSON GUILHERME WACHHOLZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, conforme tabela abaixo descrita:

SERVIDOR	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Nelson Guilherme Wachholz	07h00min – 13h00min (2ª, 3ª, 5ª e 6ª feira) 07h00min – 12h00min - 13h30min – 17h30min (4ª feira)

Art. 2º - Como complemento do horário de expediente e pela necessidade de prestar informações e esclarecimentos de saúde e higiene bucal e dental, o servidor público municipal realizará palestras para os grupos de saúde do UNICENTRO, Programa da Saúde Escolar (PSE) na Secretaria da Educação e do Esporte, bem como atender a novas solicitações da Prefeitura, conforme disponibilidade de agendamento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário, Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 242/15

PORTARIA 242/15 DE 06 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Art. 60, § 3º da Medida Provisória nº 664 de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. TATIANA DA SILVA ZWICKER, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme atestado médico emitido em 04 de Maio de 2015 apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 04 de Maio de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 243/15

PORTARIA 243/15 DE 07 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. REGIANE SANTOS STINGHEN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico emitido em de 07 de Maio de 2015, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 244/15

PORTARIA 244/15 DE 08 DE MAIO DE 2015.

NORMATIZA O REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO DA ESCALA DE HORÁRIO DE EXPEDIENTE AOS MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico 006/2014, expedido pelo Advogado do Poder Executivo do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica normatizado os registros de ponto eletrônico da escala de horário de expediente aos motoristas do transporte escolar do Município, conforme tabela abaixo descrita:

SERVIDOR	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Jackson Fabiano Almeida	06h15min – 12h15min - 13h30min – 17h30min
Ademir da Silva	06h00min – 12h45min - 14h30min – 18h15min
Francisco Carlos Correa	06h20min – 12h20min - 14h30min – 18h30min
Marcio Norenberg	06h20min – 12h40min - 13h40min – 17h40min
Isaías Sima	06h20min – 12h30min - 14h10min – 18h00min
Paulo Sergio Luciano	06h30min – 13h15min - 15h15min – 18h30min
Domingos Sávio da Silva	06h30min – 10h30min - 11h20min – 17h20min
Edo Paul Norenberg	06h35min – 12h35min - 13h30min – 17h30min
Fabio Norenberg	06h35min – 12h35min - 13h30min – 17h30min
Moacir Marcos Geremias	07h00min – 13h00min - 13h30min – 17h30min

Art. 2º - Havendo a necessidade de substituição funcional de servidores públicos municipais, por qualquer ato legal requerido junto ao Departamento de Pessoal, respeitar-se-á o respectivo horário de expediente estabelecido no Art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a Portaria 215/15 de 14 de Abril de 2015 e demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 245/15

PORTARIA 245/15 DE 13 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013 e Lei Complementar 1353 de 11 de Março de 2003, alterada pela Lei Complementar 1766 de 09 de Abril de 2013. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. REGIANE SANTOS STINGHEN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento junto ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 246/15

PORTARIA 246/15 DE 13 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais) referente a 02 (duas diárias), para custeio de alimentação e hospedagem a funcionária Pública Municipal Sra. LUCIANA CORREA KUNZE, que estará participando de Capacitação Para Cadastro e Emissão de Nota Fiscal de Produtor Primário IX, entre os dias 26 e 28 do mês de Maio do corrente ano, no Município de Florianópolis - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 247/15

PORTARIA 247/15 DE 13 DE MAIO DE 2015.

AMPLIA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 16-A da Lei Complementar 1619 de 01 de Dezembro de 2009...

CONSIDERANDO: O Edital do Processo Seletivo nº 005/2015 de 17 de Abril de 2015 para admissão de Professores em caráter temporário;

CONSIDERANDO: O Decreto 033/15 de 30 de Abril de 2015;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público na manutenção dos serviços vinculados;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- AMPLIAR a carga horária em 20:00 horas semanais, da servidora pública municipal Sra. LUCIANE GAMBETA PASSIG, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 04 de Maio de 2015 a 22 de Dezembro de 2015, a desempenhar suas funções junto ao CEB. Erica Hasse, devido ao remanejamento no quadro de pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 04 de Maio de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 248/15

PORTARIA 248/15 DE 13 DE MAIO DE 2015.

AMPLIA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 16-A da Lei Complementar 1619 de 01 de Dezembro de 2009...

CONSIDERANDO: O Edital do Processo Seletivo nº 013/2014 de 28 de Outubro de 2014 para admissão de Professores e Auxiliares de Sala em caráter temporário;

CONSIDERANDO: O Decreto 169/14 de 15 de Dezembro de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público na manutenção dos serviços vinculados;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- AMPLIAR a carga horária em 20:00 horas semanais, da

servidora pública municipal Sra. DEBORA DE SOUZA KLAUMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 04 de Maio de 2015 até enquanto perdurar o afastamento para tratamento de saúde da servidora pública municipal titular Sra. TATIANA DA SILVA ZWICKER.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 04 de Maio de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 249/15

PORTARIA 249/15 DE 13 DE MAIO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. JOELMA PASQUALLI PAGANINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13/11/2009 a 13/11/2014, para o mês de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 250/15

PORTARIA 250/15 DE 13 DE MAIO DE 2015.

FIXA DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 3.288,00 (Três mil, duzentos e oitenta e oito reais) referente a 04 (quatro diárias), para custeio de estadia e alimentação ao Prefeito Sr. SILVIO VENTURI, que estará em audiências no Ministério das Cidades e demais órgãos competentes, com o propósito de acompanhar o processo dos Convênios para obras estruturais de pavimentação em diversas ruas no Município, entre os dias 25 à 28 de Maio do corrente ano, na capital Federal do Brasil, Brasília – DF.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 251/15

PORTARIA 251/15 DE 21 DE MAIO DE 2015.

CANCELA PAGAMENTO DE PENSÃO VITALÍCIA

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO, a Portaria 499/10 de 19 de Outubro de 2010 que concede pensão vitalícia;

CONSIDERANDO, a Certidão de Óbito da pensionista Sra. MARIA GONÇALVES, datado em 21 de Maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR o pagamento de pensão vitalícia em favor da Sra. MARIA GONÇALVES, em função de seu falecimento ocorrido na data de 18 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 252/15

PORTARIA 252/15 DE 22 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 2º, da Lei Federal nº 9.452 de 20 de Março de 1997

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal Sr. EDSON STEUCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, pela responsabilidade em notificar os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais constituídos e estabelecidos no Município de Trombudo Central, acerca da liberação e recebimento de recursos financeiros Federais em favor do Município, a partir do mês de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Maio de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1697/2015

DECRETO Nº 1697/2015

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação do Imóvel, a ser utilizado como incentivo ao desenvolvimento Industrial do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto em seu artigo 4º e 63,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, o imóvel de propriedade da empresa CITRUS TUNAS S.A. – CITUSA, com área de 66.676 m² (sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis metros quadrados), com edificações, situado no Município de Tunápolis, Matrícula 2.965, constante do livro 2 – Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Itapiranga, Comarca de Itapiranga.

Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto será utilizado como incentivo ao desenvolvimento Industrial do Município.

Art. 3º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a correta descrição e delimitação do Imóvel, abrangendo o terreno e edificações nele existentes, bem como para a avaliação financeira do mesmo.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 21 de maio de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

Elisabeth Inês Heberle Scherer
Secretário de Adm. Finanças e Planejamento.

DECRETO 1698/2015

DECRETO Nº 1698/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015.

DESATIVA E EXTINGUE ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas.

Art. 1º Fica desativada e extinta a Escola Municipal de Linha Fátima, localizada na Linha Fátima, Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pertencente à Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Após amplo debate realizado com a comunidade e Associação de Pais e Professores, juntamente com a Secretaria da Educação, deliberou-se que os alunos seriam às Unidades Escolares Centro Educacional Helga Follmann e Centro de Educação Infantil de Tunápolis – SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 21 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em data supra.

DECRETO 1699/2015

DECRETO Nº 1699/2015

Desapropria parte dos lotes rurais nº 15 e 20 com todas as Edificações, situados na Linha Tunas, registrado no registro de imóveis de Itapiranga sob a matrícula 2.965, a ser utilizado como incentivo ao desenvolvimento Industrial do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto em seu artigo 4º e 63, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado, por via amigável ou judicial, parte dos LOTES RURAIS Nº. 15 com área de 47.600,00 m² (quarenta e sete mil e seiscentos metros quadrados), e N.º 20, com área de 19.076,00 m² (dezenove mil e setenta e seis metros quadrados) perfazendo área total de 66.676,00 m² (sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis metros quadrados), no valor de R\$ 1000.000,00 (cem mil reais), situados na Linha Tunas, as Construções em Alvenaria de um Pavilhão e área destinada para Administração, Escritório e demais em torno de 800 m² (oitocentos metros quadrados) no valor R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), demais estruturas existentes no local como cercas, postes, arames e ferragens no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando assim o valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), conforme Laudo de Avaliação pela comissão designada para este fim em apenso.

Art. 2º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação, inclusive para o pagamento e Transferência do Imóvel. Parágrafo único: No caso de pagamento amigável será celebrado Termo de pagamento e de Transferência do Imóvel.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 22 de maio de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

Elisabeth Inês Heberle Scherer
Secretário de Adm. Finanças e Planejamento.

PORTARIA 3872/2015

PORTARIA Nº. 3.872/2015.

Em 21 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.015, conforme Edital 007/2014 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário e enquanto perdurar o atestado médico da Professora Clari Wehrmann;

2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) MARILEI CHRIST LEHNHOFF, com cargo de PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA ALEMÃO – ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (VINTE) horas aula, para o período de 21 de Maio e enquanto perdurar o atestado da Professora Clari Wehrmann, não habilitada, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, recebendo ajuda de custo no valor de R\$ 34,63 referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 21 de Maio de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Urussanga

PREFEITURA

ADT 103/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 103/2013

Data de assinatura: 22/05/2015

Processo de Licitação: 07/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: GLOBAL GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 07.964.348/0001-48

Objeto: serviço de tratamento através de autoclave e destinação
final em aterro devidamente licenciado de resíduos de saúde.

Reajuste de 5,68% (INPC/IBGE)

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 168/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AGROTER CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 168/2014 por mais um período de 30 (trinta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 168/2014.

Vargeão, SC, 08 de maio de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2015

1º Termo de retificação do Edital nº 02/2015 – CMDCA para escolha dos membros do conselho tutelar – eleições unificadas 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução Conanda nº 170/2014, e pela Lei Municipal nº 1524/14, parecer da comissão eleitoral do CMDCA, torna público a retificação do edital conforme segue:

1 – Fica alterado o prazo final de inscrição para dia 02/06/2015 às 17:00h.

2 – O atestado médico que consta no item 3.1.2, item VI do edital, poderá ser apresentado no ato da inscrição e deverá, obrigatoriamente, no ato da posse.

3 – Altera o cronograma que consta no anexo I, conforme segue:

Inscrições	20/04 a 02/06/2015	No Departamento de Ação Social das 08h30min às 11h30minhrs e 14h00min às 17h00min horas (em dias úteis)
Publicação da Relação dos Candidatos	03/06/2015	Fixado em Quadro de Avisos no Departamento de Ação Social, Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios.
Impugnação de Candidatura	08/06/2015 a 12/06/2015	Proposta por qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova (art.11,§ 2º, da Resolução CONANDA Nº170/2014)
Apresentação da Defesa pelo candidato impugnado	15/06/2015 a 18/06/2015	Interposto no Departamento de Ação Social do município na Secretaria Executiva do CMDCA
Análise e decisão das impugnações	19/06/2015	Comissão Eleitoral do CMDCA
Interposição de recurso 2ª instância.	23/06/2015 até 24/06/2015	Departamento de Ação Social do município na Secretaria Executiva do CMDCA
Aplicação da prova	28/06/2015	E.E.B. Paulo Fioravante Penso
Interposição e decisão de recursos referentes a prova aplicada	29/06/2015 a 30/06/2015	Departamento de Ação Social do município na Secretaria Executiva do CMDCA
Publicação dos candidatos aprovados	03/07/2015	Fixado em Quadro de Avisos no Departamento de Ação Social, Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios.
Avaliação Psicológica	06/07/2015 a 10/07/2015	Conforme Edital de Convocação
Resultado preliminar do exame de avaliação psicológica	13/07/2015	Conforme Edital de Convocação
Requerimento/Agendamento de entrevista devolutiva da avaliação psicológica	14/07/2015	Conforme Edital de Convocação
Realização de entrevista devolutiva	15/07/2015 a 17/07/2015	Conforme Edital de Convocação
Apresentação de Recursos referentes à avaliação psicológica	20/07/2015 a 24/07/2015	Conforme Edital de Convocação

Divulgação dos resultados dos Recursos referentes à Avaliação Psicológica	31/07/2015	Conforme Edital de Convocação
Divulgação do Resultado Final da Avaliação Psicológica	03/08/2015	Fixado em Quadro de Avisos no Departamento de Ação Social, Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios.
Reunião para homologação de Candidatura e orientação de campanha	13/08/2015	Através de Edital de Convocação
Impugnação de Candidatura	14/08/2015 a 17/08/2015	Proposta de qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova (art.11,§ 2º, da Resolução CONANDA Nº170/2014)
Apresentação da Defesa pelo candidato impugnado	18/08/2015 a 19/08/2015	Interposto no Departamento de Ação Social do município na Secretaria Executiva do CMDCA
Decisão das impugnações	21/08/2015	Comissão Eleitoral do CMDCA
Homologação final de Candidatura e agrupamentos de sessões eleitorais	24/08/2015	Fixado em Quadro de Avisos no Departamento de Ação Social, Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios.
Campanha Eleitoral	24/08/2015 a 02/10/2015	Eleitores Municipais
Eleição	04/10/2015	Das 8h30min às 17h00min, nas seguintes sessões: ◦ E.E.B. Paulo Fioravante Penso ◦ E.E.B. Madre Terezinha Leoni ◦ E.E.B. Esther Crema Marmantini ◦ E.E.B. Municipal Wlademar Kleinubing ◦ Escola CAIC
Homologação Resultado Final dos eleitos e suplentes	05/10/2015	Fixado em Quadro de Avisos no Departamento de Ação Social, Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios.
Posse dos Eleitos	10/01/2016	Sala de Reuniões do Departamento de Ação Social.

Alvair Lirio Barzotto
Presidente CMDCA

DECRETO Nº 11.960/15

DECRETO Nº 12.037/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.882/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8491/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.882/15, que nomeou

NORANEI CARMEM LOFF, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.038/15

DECRETO Nº 12.038/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.856/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8499/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.856/15, que nomeou EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.038/15

DECRETO Nº 12.038/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.856/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8499/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.856/15, que nomeou EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.039/15

DECRETO Nº 12.039/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.974/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8604/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.974/15, que nomeou CIDINEIA GRAHL, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.040/15

DECRETO Nº 12.040/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GLACIELE MARIA CHAVES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.041/15

DECRETO Nº 12.041/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVANA RODRIGUES DA SILVA MULLER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.042/15

DECRETO Nº 12.042/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MIRIAM RIGO DEMORI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.043/15

DECRETO Nº 12.043/15, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Marceneiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RONALDO WENGRATT GUERRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Marceneiro, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.044/15

DECRETO Nº 12.044/15, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8563/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, LUIZ BRESOLIN, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, nomeado pela Portaria nº 1732/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 21 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 035/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCAÇÃO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. MARINES GOMES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.988/15, DE 06/05/2015
2. FABIANI BREZOLIM	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.990/15, DE 06/05/2015
3. SANDRA NATALINA VANIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.991/15, DE 06/05/2015
4. DAYANA GOMES DE CAMPOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.995/15, DE 06/05/2015
5. ANA SCHEILA GABRIELI ZORNITTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.997/15, DE 06/05/2015
6. RAMIRES ZAGO	OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA	12.027/15, DE 15/05/2015
7. ORIDES NUNES PINTO	OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA	12.028/15, DE 15/05/2015
8. ANTONINHO DE JESUS	OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA	12.029/15, DE 15/05/2015
9. REGIANE APARECIDA ADAM	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.030/15, DE 15/05/2015
10. FLAVIA MOREIRA DE ALMEIDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.031/15, DE 15/05/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;

- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 21 de Maio de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0381/15

PORTARIA nº 0381/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 2489/15, nomeada pela Portaria nº 0304/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 26 de maio de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 2489/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 26 de maio de 2015.

Videira, 21 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0381/15

PORTARIA nº 0381/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 2489/15, nomeada pela Portaria nº 0304/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº

129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 26 de maio de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 2489/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 26 de maio de 2015.

Videira, 21 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0383/15

PORTARIA nº 0383/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8677/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pelo SESI Escola Educação Infantil, no dia 27 de maio de 2015, das 19h00min às 21h30min, a fim de realizarem uma palestra para os pais dos alunos da educação infantil.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0384/15

PORTARIA nº 0384/15

Revoga a Portaria nº 0538/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como no Processo Administrativo nº 8.730/15;

RESOLVE

Revogar, a partir de 1º de maio de 2015, a Portaria nº 0538/14, que designou JOSYANE SCHULLER, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Serviços Administrativos, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2015.

Videira, 22 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0385/15

PORTARIA nº 0385/15

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Imóveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 86.67/15;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAURO ROBERTO CANAL, VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI e RAQUEL BRUSCHI, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de compra e venda, o seguinte imóvel:

I – Um edifício em alvenaria, com área total de 540,55 (quinhentos e quarenta metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), coberto com telhas de cimento de amianto, denominado “Condomínio Edifício Neiva Lucia”, situado na Rua Antonio Pinto, nº 249, Bairro Alvorada, contendo 03 (três) apartamentos, sendo que cada um deles possui 02 (duas) vagas de garagem, conforme matrícula nº 16.305 do Cartório de Registro de imóvel de Videira para compra, de propriedade de Sérgio Henrique Geremias e Neiva Lucia Mantoani Geremias, casados, ele portador da cédula de identidade nº 6R-1.080.184/SC e inscrito no CPF nº 495.455.409/82, ela portadora da cédula de identidade nº 1.512.962/SC e inscrita no CPF nº 480.123.439-91, conforme matrícula nº 16.305 do Cartório de Registro de Imóveis de Videira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 73/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS EM POLIESTER PARA SEREM UTILIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 11/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 22 de Maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 74/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DE FORMA PARCELADA, PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA E PARA A POLICIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16h00min do dia 11/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 22 de Maio 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE ABRIL 2015
DECRETO 11.120/14
ANEXO IV**CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE ABRIL DE 2015**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU				705.510,68
1.2 - ITBI				584.780,72
1.3 - ISS				2.724.216,31
1.4 - IRRF				571.589,02
1.5 - FPM				7.125.612,00
1.6 - ITR				2.867,96
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO				69.712,37
1.8 - ICMS				12.035.334,54
1.9 - IPVA				2.120.784,75
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO				190.505,43
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				201.980,91
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS				125.349,66
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS				26.458.244,35
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)				3.968.736,65
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.086.821,21
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.162.621,45
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				160.970,92
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				348.938,83
TOTAL				8.728.089,06
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	3.968.736,65	4.671.868,81	17,66	703.132,16
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	4.249.442,66	1.269.964,20	29,89	-2.979.478,46
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	509.909,75	104.021,81	20,40	-405.887,94
TOTAL	8.728.089,06	6.045.854,82		-2.682.234,24

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 22 de Maio de 2.015.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 057/2015

DECRETO Nº 057/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.444, de 19 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 39.320,29 (trinta e nove mil, trezentos e vinte reais e vinte e nove centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1252 – CR 110	
R\$	39.320,29
TOTAL	39.320,29

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.1252 – FNAS – PBV - SCFV, no valor de R\$: 39.320,29.

TOTAL	39.320,29
-------------	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal nº 054/2015.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1444

LEI Nº 1444, DE 19 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 39.320,29 (trinta e nove mil, trezentos e vinte reais e vinte e nove centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
--	--

(Vetado Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina). Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0052 – CR 100	
R\$	10.081,74
(Vetado Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina).	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1152 – CR 105	
R\$	16.899,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1252 – CR 110	
R\$	39.320,29
(Vetado Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina).	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF E SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0063 – CR 104	
R\$	2.146,37
TOTAL	39.320,29

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

(Vetado Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina).

03.0052 – Outras Transferências - FNAS, no valor de R\$: 10.081,74.

(Vetado Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina).

03.1152 – FNAS – Co-Financiamento, no valor de R\$: 16.899,74.

03.1252 – FNAS – PBV - SCFV, no valor de R\$: 39.320,29.

(Vetado Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina).

03.0063 – Bolsa Família, no valor de R\$: 2.146,37.

TOTAL	39.320,29
-------------	-----------

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

Jose Dal Bosco

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 052/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 100/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2015 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, visando o registro de preços para prestação de serviços de conserto, montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:45min do dia 08 de junho de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 22 de maio de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 053/2015

MUNICIPIO DE XAXIM – ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PREGÃO N. 053/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 101/2015

LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de profissional para serviços gerais, para atuar junto ao CEACA na Rua Santo Antônio, n. 1680 – Bairro Guarany – Xaxim – SC. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:45min do dia 09 de junho de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 22 de maio de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

CONTRATO 0119/2015

INSTRUMENTO CONTRATUAL nº 0119/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade

de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e,

Do outro lado, CONSTRUTORA COLINA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Asão Luiz, nº 181, Bairro Bela Vista, na cidade de Xaxim no Estado de Santa Catarina, CEP 89.825.000, inscrita no CNPJ sob nº 05.560.501/0001-46, neste ato representada pelo Sr. DIRCEU MATTIELLO, brasileiro, maior, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 369.526.720-87 e portador da cédula de identidade nº 12/R-561.990, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de empresa para prestação de serviços para execução de obras de um conjunto de intervenções que visam à requalificação da Praça Frei Bruno de Xaxim/SC, em etapas de intervenção vinculadas, conforme segue:

- Execução de Boulevard na Praça Frei Bruno, Xaxim/SC, conforme Convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social, através de Programa de Infraestrutura Turística, convênio nº SICONV 785267/2013, OPERAÇÃO 1005419-90, tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao presente;
- Execução de obra integrada de reabilitação urbana na Rua da Matriz em Xaxim/SC, conforme Convênio com o Ministério das Cidades, através de Programa de Planejamento Urbano, convênio nº SICONV 792879/2013, operação 1009936-05, tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao presente;
- Execução de obra integrada de reabilitação urbana na Rua da Matriz em Xaxim/SC, conforme Convênio com o Ministério das Cidades, através de Programa de Planejamento Urbano, convênio nº SICONV 791245/2013, operação 1009018-30, tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao presente;
- Execução de Espelhos d'água na Praça Frei Bruno de Xaxim/SC, conforme Convênio com o Ministério das Cidades, através de Programa de Planejamento Urbano, convênio nº SICONV 789279/2013, operação 1007696-88, tudo em conformidade com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao presente;
- O Contratado deverá fornecer os materiais, mão de obra, serviços, maquinários e ferramentas, para o fiel cumprimento do objeto deste contrato, como detalhado nas planilhas e projetos do processo licitatório.

Sub cláusula Única – Faz parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, as peças constantes do Processo Licitatório nº 094/2015 – TOMADA DE PREÇOS nº 007/2015, bem como todos seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

O prazo para execução dos serviços será de 04 (quatro) meses, de acordo com o Cronograma Físico Global e iniciará após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo departamento responsável;

Sub cláusula Primeira – O início da obra (todos os itens/etapas são concomitantes) deverá ocorrer em até 7 (sete) dias após o recebimento da ordem de serviço emitido pelo responsável;

Sub cláusula Segunda – O prazo de execução poderá ser prorrogado

mediante Termo de apostilamento, caso os serviços não tenham sido concluídos, mediante justificativa devidamente aceita pelo setor de engenharia e aprovada pelo setor jurídico ambos desta municipalidade e readequação do Cronograma Físico-Global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E VALORES

As despesas decorrentes do presente contrato serão comportadas pelas dotações orçamentárias especificadas a seguir:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Xaxim

Órgão de Governo: 26 – Secretaria de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 29.01 – Secretaria de Infraestrutura

Centro de Custo: 01/2015 – Secretaria de Infraestrutura

Dotação Orçamentária: 4.4.90.51.99.00.00.00 (56/57/2015)

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela prestação dos serviços, a importância de R\$ 1.136.804,90 (um milhão, cento e trinta e seis mil, oitocentos e quatro reais e noventa centavos) no exercício de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Para liberação dos pagamentos da contra prestação dos serviços contratados, a contratada deverá fornecer mensalmente a relação dos empregados que, trabalharam de forma direta ou indireta na execução dos serviços contratados, comprovando através da ficha de registro;
- Deverá anexar também a GFIP – Guia de FGTS e Informações a Previdência Social, contendo a relação dos empregados com prova de recolhimento de todos os encargos;
- Cópia dos cartões de controle do horário de trabalho;
- E prova de pagamento dos salários dos empregados;

CLÁUSULA QUINTA – DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados através de depósitos bancários em nome da Contratada, mediante liberação do convênio e de acordo com o Cronograma Financeiro, com o Boletim de medição e o Diário de Obra, dos serviços executados e nos termos do cronograma físico financeiro, devidamente atestado pelo Departamento responsável e a sua efetiva execução.

Subcláusula Primeira – Quando do pagamento dos serviços executados, a Prefeitura observará o cumprimento da Ordem de Serviço 209/99, do INSS;

Subcláusula Segunda - Para liberação dos pagamentos, o contratado deverá apresentar: Diário da Obra, CND, Relação dos empregados que trabalharam de forma direta e indireta na execução dos serviços, comprovando através da Ficha de Registro, GFIP.

Subcláusula Terceira – A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- Serviços Prestados fora dos padrões contratados e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela Contratante;
- Existência de qualquer débito para com a contratante;
- Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato ou no Processo Licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E CONTRATANTE A CONTRATADA será responsável por:

- Executar os serviços de acordo com as normas técnicas vigentes e em conformidade com os Projetos, Orçamentos e Memoriais que integram o presente Edital, independentemente de algum item estar incluso em apenas um dos documentos;
- Fornecer os materiais descritos nos memoriais, projetos e orçamentos;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades decorrentes

de transportes, manutenção da estrutura e demais encargos, impostos e as obrigações sociais para a manutenção de seus empregados ou prepostos;

- Pela fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pela Contratante;
- Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na entrega dos bens contratados;
- Manter, durante toda a vigência do contrato, as obrigações assumidas e a qualificação exigida, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato;
- Identificar os funcionários autorizados a trabalhar na obra contratada, assim como veículos, impedindo que terceiros ingressem no local;
- Fornecer e fiscalizar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPIS) e coletivos (EPCs) adequados ao serviço a ser prestado, renovando-os dentro do período de validade e repassando, sempre que solicitado, cópia das respectivas fichas de entrega;
- Contratar trabalhadores que com treinamentos específicos quando exigível, em cumprimento das NR's – Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho Nº 4 a 9 e 18, bem como das demais NR's aplicáveis às medidas preventivas de acidentes de trabalho. Especialmente, para os serviços a serem prestados em espaços confinados, contratação de profissionais com certificação da Norma Regulamentadora NR nº 33 (NR-33 Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados) e aqueles serviços a serem prestados em altura, de profissionais com certificação da Norma Regulamentadora NR nº 35 (NR-35 Segurança no Trabalho em Altura);
- Retirar dos serviços quaisquer de seus empregados que, por incapacidade técnica, ação, omissão, inconveniência de conduta ou a pedido da CONTRATANTE, seja julgado nocivo ao trabalho;
- Isentar a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade civil, criminal, trabalhista, tributária, fiscal, administrativa, ambiental e previdenciária, ou outra, decorrente dos serviços objeto deste contrato;
- Responder por eventuais reclamações trabalhistas interpostas por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços objeto do presente contrato, desonerando a CONTRATANTE da responsabilidade solidária ou subsidiária, e assumindo o dever de indenizar a CONTRATANTE para a hipótese de esta adimplir qualquer débito a que esta não tenha dado causa;
- Ocorrendo algum incidente que demande atuação efetiva dos funcionários da CONTRATADA, deverá, imediatamente, o funcionário em serviço, comunicar os representantes da CONTRATANTE (ou pessoas por eles indicadas) e, se for o caso, as autoridades competentes, tais como Polícia Civil, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros;
- Comunicar imediatamente a CONTRATANTE a ocorrência de ilícitos no ambiente de trabalho, inclusive a ocorrência de acidentes de trabalho;
- A proponente contratada deverá apresentar no Setor de Engenharia, sempre que lhe for solicitado, os seguintes documentos:
 - I) ART de Execução assinada pelo profissional indicado;
 - II) CEI;
 - III) Alvará de construção;
 - IV) Orçamento e cronograma em meio digital
 - V) Diário de obra;
 - VI) Relação dos empregados que trabalharam de forma direta ou indireta na execução dos serviços, comprovado através da ficha de registro;
 - VII) GFIP;
 - VIII) CND;
 - IX) Alvará de Habite-se;
 - X) Projeto "as built", quando for o caso.

A CONTRATANTE será responsável por:

- Por apresentar Ordem de Serviço;
- Pela Fiscalização desde o início até o recebimento definitivo dos serviços;
- Pelo cumprimento na forma e nas condições e pagamento estabelecidas neste contrato;
- Pelo esclarecimento das dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com o Artigo 77 à 80 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIAS
DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

I - No ato da assinatura do contrato, a proponente vencedora prestará Garantia de Execução, no percentual de 3% (três por cento) do valor do Contrato, a fim de proteger a Entidade Licitante contra atos ou omissões da proponente. A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Em dinheiro, através de depósito no Banco do Brasil Agência nº 0996-2, Conta Corrente 130-9 em nome do município;
- b) Em títulos da dívida pública, na forma do art. 31, inciso III, combinado com o art. 56, § 1º. Inciso, ambos da Lei n. 8.666/93;
- c) Em seguro garantia;
- d) Em fiança bancária.

II – Fica automaticamente convertida A garantia de Proposta em Garantia de Execução conforme previsão no edital;

III - No caso de aplicação de multa, por atraso ou inexecução contratual da CONTRATADA, a garantia não será devolvida, e será apropriada pela Prefeitura a título pagamento das penalidades respectivas ou a título de indenização de prejuízos sofridos.

IV - A Caução será liberada até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas. Atualizada monetariamente no caso de ter sido efetuada em dinheiro;

V - Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

DA GARANTIA DA OBRA:

A Contratada obriga-se a dar garantia da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, a contar do recebimento da obra, pela solidez e segurança do trabalho, conforme prevê a Lei 10.406/02, em seu art. 618.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência das obrigações contratuais, a CONTRATADA, caso não seja aceita suas justificativas, ficará sujeita às penalidades previstas na Seção II e III do Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e ainda, a multa correspondente a 5% (cinco) por cento) do valor total do Contrato;

II - Em caso de reincidência sistemática de faltas, as penalidades serão de:

- a) Rescisão contratual;
- b) Suspensão do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Xaxim/SC;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

III – Em caso de atraso na conclusão da obra, caberá a incidência de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do contrato, limitado esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual, dando margem à incidência cumulada da multa prevista no item I, supra.

IV - Em caso de penalidade financeira, resta assegurado ao município compensá-la com pagamentos porventura ainda devidos ou executar a garantia de contrato firmada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- De penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05(cinco)

dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestado o mesmo, até p julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

- Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste contrato por extrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data da sua assinatura;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 05 (cinco) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- Os serviços executados em desacordo com as características, especificações ou quantidades do edital, verificadas dentro do prazo de execução serão comunicados a contratada para proceder às devidas precauções sob penalização caso haja repetições das falhas.

- A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, objeto deste contrato, será feita pela CONTRATANTE através da Secretaria de Administração.

O MUNICIPIO DESIGNA COMO:

a) Gestor desde Contrato: o Sr. Rodrigo Veriato Moras – Secretario de Administração, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentos e contábeis;

b) Fiscal deste Contrato: a Sra. Simone Michelon, Engenheira Civil, para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços in loco, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido;

As exigências e a atuação da fiscalização pelo MUNICIPIO DE XAXIM em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- É expressamente proibida à CONTRATADA, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto do presente edital, assim como a associação, fusão ou incorporação da vencedora;

- Será exigida a permanência na obra de engenheiro civil indicado pela empresa, o qual será o Engenheiro preposto da Obra, e que não poderá estar vinculado a qualquer outra obra;

- A partir da expedição da Ordem de Serviço, será exigida a permanência na obra, da Equipe Técnica indicada pela empresa, a qual deverá ser apresentada à Fiscal da Prefeitura Municipal de Xaxim/SC, Srª Simone Michelon;

- Deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Xaxim/SC, pela empresa, em até 10 (dez) dias após a data da Ordem de Serviço, as ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (A.R.T.) validadas pelo C.R.E.A, do Engenheiro RESPONSÁVEL TÉCNICO e do Engenheiro PREPOSTO (residente da obra);

- Os equipamentos somente poderão ser retirados do canteiro de obras após o término de sua utilização prevista, ou quando houver autorização escrita da Fiscalização;

- Quando houver interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem da Prefeitura Municipal de Xaxim, e no

interesse da Administração, a empresa contratada está dispensada de manter os equipamentos na Obra, com prévia comunicação à fiscalização, até a retomada do ritmo normal dos serviços, tendo em vista que a ociosidade dos equipamentos não será objeto de qualquer indenização por parte da Prefeitura Municipal de Xaxim/SC;

- A Fiscalização poderá determinar à contratada um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o mesmo é insuficiente para os serviços de acordo com o previsto no plano de Execução;

- A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços e materiais e ambiental é integralmente da empresa executora. Reserva-se o direito a Prefeitura Municipal de Xaxim/SC, quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos;

- Caso a Prefeitura Municipal de Xaxim/SC julgar necessário, será exigido o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia sujeitos a controle laboratorial, executados pela contratada durante o período abrangido na medição. Os ensaios deverão estar à disposição da fiscalização no laboratório da contratada, para quaisquer verificações;

- A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a Contratada de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados, na forma da legislação vigente;

- A Prefeitura Municipal de Xaxim/SC reserva-se o direito de contratar, a qualquer tempo, empresa consultora para acompanhamento dos serviços;

- São também obrigações da empresa contratada:

- Garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação, dos serviços executados; sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço, em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas com placas;

- Adquirir, e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrências, autenticado pela Prefeitura Municipal de Xaxim/SC, onde serão anotados pela parte contratada e fiscal, todo e qualquer fato que mereça registro, o qual será entregue a Prefeitura

Municipal de Xaxim/SC após medição final da obra;

- Permitir e facilitar a inspeção das obras pela fiscalização, em qualquer dia e hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Xaxim/SC;

- Colocar, junto à obra, em local apropriado e visível 01 (uma) placa de publicidade, de acordo com orçamentos, referente à obra, devendo estas despesas estar contidas nos seus orçamentos da Proposta de Preços;

- A obtenção das licenças e/ou autorizações necessárias à execução da obra, devendo as despesas correspondentes integrar a composição de seu preço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Xaxim/SC, 21 de maio de 2015.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	CONSTRUTORA COLINA LTDA ME CONTRATADA Dirceu Mattiello Representante Legal
--	--

FABIO JOSÉ DAL MAGRO
OAB/SC-20.041
Procurador-geral

JULIANI MARINHO 070.284.449-70 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
---	--

CONTRATO 0120/2015

INSTRUMENTO CONTRATUAL nº 0120/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pelo Sr. GILDOMAR MICHELON, brasileiro, casado, Secretária da Educação e Cultura, inscrito no CPF sob nº 918.962.589-72 e portador da cédula de identidade nº 2.877.226, residente e domiciliado na Rua Silvio Lunardi, nº 1838, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e,

Do outro lado, ALCEDIR CAPELETTI ME 03007242924I, pessoa jurídica, estabelecida na Rua Pedro Bortoluzzi, nº 249, Bairro João Batista Tonial, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, CEP 89820-000, inscrita no CNPJ sob nº 13.621.633/0001-69, neste ato representada pelo Sr. ALCEDIR CAPELETTI, brasileiro, casado, professor de música, inscrito no CPF sob nº 030.072.429-24 e portador da cédula de identidade nº 3.581.375-0, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0096/2015, Pregão Presencial nº 0050/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de profissional para atuação específica na área musical, para atendimento semanal como regente do Coral Italiano Della Aurora, com desenvolvimento de aulas e ensaios canto coral e língua italiana regulares bem como, disponibilidade para atuar em eventos no município e região vinculados a este Coral e Departamento; com carga horária semanal aproximada de 10h/semana e horários a combinar de acordo com a demanda do Departamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E VINCULAÇÃO

Ficam integrados a este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA:

- Atos convocatórios
- Edital de licitação (Pregão nº 0050/2015 - Processo Licitatório nº 0096/2015)
- Especificações e proposta da proponente vencedora
- Parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

§ 1º - A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, ITENS, QUANTIDADES E VALORES

As despesas decorrentes do presente contrato serão comportadas pelas dotações orçamentárias especificadas a seguir:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Xaxim

Órgão de Governo: 24 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 24.06 – Secretaria de Educação e Cultura

Centro de Custo: 24/2015 – Departamento de Cultura

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 (52/2015)

No quadro a seguir são especificados os sistemas, o período da locação e o valor mensal a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, durante a vigência contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO	VLR. MENSAL	QTD.	UNID	VLR. TOTAL
01	Profissional para atuação específica na área musical, para atendimento semanal como regente do Coral Italiano Della Aurora, com desenvolvimento de aulas e ensaios canto coral e língua italiana regulares bem como, disponibilidade para atuar em eventos no município e região vinculados a este Coral e Departamento; com carga horária semanal aproximada de 10h/semana e horários a combinar de acordo com a demanda do Departamento..	1.550,00	12,00	Mês	18.600,00
		1.550,00			18.600,00

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela locação dos sistemas, a importância de R\$ 1.550,00 (hum mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), no exercício de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado mensalmente conforme cronograma financeiro mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado, em até 30 (trinta) dias da prestação do serviço, conforme prevê o art. 40, inciso XIV, alínea 'a' da Lei Federal 8.666/93;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009;
- Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções;
- O presente contrato será válido até 22 de maio de 2016, sendo para sua eventual prorrogação, conforme prevê o art. 57 da lei 8.666/93, com os valores contratados corrigidos automaticamente, para cada interstício de 12 meses, contados da data limite da apresentação da proposta de preços, conforme Art. 3º, § 1º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento terá duração a partir da data de assinatura do contrato, com vigência até 22/05/2016. Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

Paragrafo Primeiro – Conforme dispõe o art. 55, III, da Lei 8.666/93, o valor contratual será reajustado anualmente, após o transcurso do prazo de 12 meses, com base no IGPM;

Paragrafo Segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE através da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES

- Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações do Edital e seus anexos, em especial o ANEXO I, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- O profissional responsabilizar-se-á pela qualidade dos serviços executados, especialmente para efeito de penalização, no caso de não

atendimento ao solicitado;

- O licitante vencedor deverá arcar com as despesas de deslocamento até o Departamento, em que será realizada a prestação de serviço.
- O licitante deverá obrigatoriamente manter sempre o mesmo profissional;

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber: (a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens; (b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento; (c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

Parágrafo segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS APLICAÇÕES DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 5 (cinco) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O profissional obriga-se a executar o objeto, conforme solicitação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DE QUALIDADE

Os serviços executados em desacordo com as características, especificações ou quantidades do edital, verificadas dentro do prazo de execução serão comunicadas à contratada para proceder às devidas precauções sob penalização caso haja repetições das falhas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO E DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

§ 2º - A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7º do mesmo diploma legal.

§ 3º - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

§ 4º - Sem prejuízo das penalidades de multa, pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, fica sujeita ainda:

À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber:

a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens;

b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;

c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

§ 5º - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida;

b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

§ 1º - A rescisão do contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

II - Judicial, nos termos da legislação.

§ 2º - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

§ 3º - A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS ou apostilamentos, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à CONTRATANTE, mediante solicitação por escrito e devida comprovação através de Notas Fiscais, que será analisada pela Assessoria Jurídica num prazo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente, especialmente pela Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Xaxim/SC, 22 de maio de 2015.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA CONTRATANTE Gildomar Michelin Secretário Municipal	ALCEDIR CAPELETTI CONTRATADO Representante Legal
--	--	--

FABIO JOSÉ DAL MAGRO
OAB/SC-20.041
Procurador-geral

JULIANI MARINHO 070.284.449-70 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
---	--

CONTRATO 0121/2015

INSTRUMENTO CONTRATUAL nº 0121/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pelo Sr. GILDOMAR MICHELON, brasileiro, casado, Secretária da Educação e Cultura, inscrito no CPF sob nº 918.962.589-72 e portador da cédula de identidade nº 2.877.226, residente e domiciliado na Rua Silvio Lunardi, nº 1838, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e,

Do outro lado, IVAIR DE CARVALHO DA SILVA ME 42982006049, pessoa jurídica, estabelecida na Rua Nereu Ramos, E nº 1675, apart 107, centro, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.801-020, inscrita no CNPJ sob nº 17.648.369/0001-08, neste ato representada pelo Sr. IVAIR DE CARVALHO DA SILVA, brasileiro, maior, casado, professor, inscrito no CPF sob nº 429.820.060-49 e portador da cédula de identidade nº 6.650.964, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0096/2015, Pregão Presencial nº 0050/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de profissional específico para atuação na área musical, para atendimento semanal como regente da Banda Municipal - Percussão, em relação à oficina de Percussão, bem como demais trabalhos ligados à Banda Municipal, com disponibilidade para atuar em eventos no município e região vinculados a este Departamento; com carga horária semanal aproximadamente de 15h/semana e horários a combinar de acordo com a demanda do Departamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E VINCULAÇÃO

Ficam integrados a este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA:

- Atos convocatórios
- Edital de licitação (Pregão nº 0050/2015 - Processo Licitatório nº 0096/2015)
- Especificações e proposta da proponente vencedora
- Parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

§ 1º - A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, ITENS, QUANTIDADES E VALORES

As despesas decorrentes do presente contrato serão comportadas pelas dotações orçamentárias especificadas a seguir:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Xaxim

Órgão de Governo: 24 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 24.06 – Secretaria de Educação e Cultura

Centro de Custo: 24/2015 – Departamento de Cultura

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 (52/2015)

No quadro a seguir são especificados os sistemas, o período da locação e o valor mensal a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, durante a vigência contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO	VL.R. MENSAL	QTD.	UNID	VL.R. TOTAL
01	Profissional específico para atuação na área musical, para atendimento semanal como regente da Banda Municipal - Percussão, em relação à oficina de Percussão, bem como demais trabalhos ligados à Banda Municipal, com disponibilidade para atuar em eventos no município e região vinculados a este Departamento; com carga horária semanal aproximadamente de 15h/semana e horários a combinar de acordo com a demanda do Departamento	1.900,00	12,00	Mês	22.800,00
		1.900,00			22.800,00

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela locação dos sistemas, a importância de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) mensais, totalizando R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), no exercício de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado mensalmente conforme cronograma financeiro mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, receptor do objeto licitado, em até 30 (trinta) dias da prestação do serviço, conforme prevê o art. 40, inciso XIV, alínea 'a' da Lei Federal 8.666/93;
- É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009;
- Constatando o receptor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções;
- O presente contrato será válido até 22 de maio de 2016, sendo para sua eventual prorrogação, conforme prevê o art. 57 da lei 8.666/93, com os valores contratados corrigidos automaticamente, para cada interstício de 12 meses, contados da data limite da apresentação da proposta de preços, conforme Art. 3º, § 1º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento terá duração a partir da data de assinatura do contrato, com vigência até 22 de maio de 2016. Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

Paragrafo Primeiro – Conforme dispõe o art. 55, III, da Lei 8.666/93, o valor contratual será reajustado anualmente, após o transcurso do prazo de 12 meses, com base no IGP-M;

Paragrafo Segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE através da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES

- Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações do Edital e seus anexos, em especial o ANEXO I, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- O profissional responsabilizar-se-á pela qualidade dos serviços executados, especialmente para efeito de penalização, no caso de não atendimento ao solicitado;
- O licitante vencedor deverá arcar com as despesas de deslocamento até o Departamento, em que será realizada a prestação de serviço.
- O licitante deverá obrigatoriamente manter sempre o mesmo profissional;

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber: (a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do Contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens; (b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento; (c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

Parágrafo segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS APLICAÇÕES DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 5 (cinco) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O profissional obriga-se a executar o objeto, conforme solicitação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DE QUALIDADE

Os serviços executados em desacordo com as características, especificações ou quantidades do edital, verificadas dentro do prazo de execução serão comunicadas a contratada para proceder às devidas precauções sob penalização caso haja repetições das falhas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO E DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

§ 2º - A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7º do mesmo diploma legal.

§ 3º - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

§ 4º - Sem prejuízo das penalidades de multa, pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, fica sujeita ainda:

À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber:

a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens;
b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;
c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

§ 5º - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida;

b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

§ 1º - A rescisão do contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

II - Judicial, nos termos da legislação.

§ 2º - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

§ 3º - A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS ou apostilamentos, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à CONTRATANTE, mediante solicitação por escrito e devida comprovação através de Notas Fiscais, que será analisada pela Assessoria Jurídica num prazo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente, especialmente pela Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Xaxim/SC, 22 de maio de 2015.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA CONTRATANTE Gildomar Michelin Secretário Municipal	IVAIR CARVALHO DA SILVA CONTRATADO Representante Legal
--	--	--

FABIO JOSÉ DAL MAGRO

OAB/SC-20.041

Procurador-geral

JULIANI MARINHO 070.284.449-70 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
---	--

CONTRATO 0122/2015**INSTRUMENTO CONTRATUAL nº 0122/2015**

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pelo Sr. GILDOMAR MICHELON, brasileiro, casado, Secretária da Educação e Cultura, inscrito no CPF sob nº 918.962.589-72 e portador da cédula de identidade nº 2.877.226, residente e domiciliado na Rua Silvio Lunardi, nº 1838, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e,

Do outro lado, NEICARLOS GIOVANONI 00441476945, pessoa jurídica, estabelecida na Rua Minas Gerais, nº 399, centro, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.801-020, inscrita no CNPJ sob nº 15.117.808/0001-20, neste ato representada pelo Sr. NEICARLOS GIOVANONI, brasileiro, maior, casado, professor/regente, inscrito no CPF sob nº 004.414.769-45 e portador da cédula de identidade nº 3.653.213, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0096/2015, Pregão Presencial nº 0050/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de profissional específico para atuação na dança folclórica italiana, para atendimento semanal em relação ao Grupo Folklorístico São Luiz Gonzaga com aulas e ensaios regulares de dança folclórica, bem como demais trabalhos ligados a este grupo, com disponibilidade para atuar em eventos no município e região vinculados a este Departamento; com carga horária semanal aproximadamente de 10h/semana e horários a combinar de acordo com a demanda do Departamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E VINCULAÇÃO

Ficam integrados a este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA:

- Atos convocatórios
- Edital de licitação (Pregão nº 0050/2015 - Processo Licitatório nº 0096/2015)
- Especificações e proposta da proponente vencedora

· Parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

§ 1º - A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, ITENS, QUANTIDADES E VALORES

As despesas decorrentes do presente contrato serão comportadas pelas dotações orçamentárias especificadas a seguir:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Xaxim

Órgão de Governo: 24 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 24.06 – Secretaria de Educação e Cultura

Centro de Custo: 24/2015 – Departamento de Cultura

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 (52/2015)

No quadro a seguir são especificados os sistemas, o período da locação e o valor mensal a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, durante a vigência contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO	VLR. MENSAL	QTD.	UNID	VLR. TOTAL
01	Profissional específico para atuação na área de dança folclórica italiana, para atendimento semanal em relação ao Grupo Folklorístico São Luiz Gonzaga com aulas e ensaios regulares de dança folclórica, bem como demais trabalhos ligados a este grupo, com disponibilidade para atuar em eventos no município e região vinculados a este Departamento; com carga horária semanal aproximadamente de 10h/semana e horários a combinar de acordo com a demanda do Departamento.	1.670,00	12,00	Mês	20.040,00
		1.670,00			20.040,00

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela locação dos sistemas, a importância de R\$ 1.670,00(hum mil e seiscentos e setenta) mensais, totalizando R\$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais), no exercício de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

· O pagamento será efetuado mensalmente conforme cronograma financeiro mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado, em até 30 (trinta) dias da prestação do serviço, conforme prevê o art. 40, inciso XIV, alínea 'a' da Lei Federal 8.666/93;

· É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009;

· Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções;

· O presente contrato será válido até 22 de maio de 2016, sendo para sua eventual prorrogação, conforme prevê o art. 57 da lei 8.666/93, com os valores contratados corrigidos automaticamente, para cada interstício de 12 meses, contados da data limite da apresentação da proposta de preços, conforme Art. 3º, § 1º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento terá duração a partir da data de assinatura do contrato, com vigência até 22 de maio de 2016. Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

Paragrafo Primeiro – Conforme dispõe o art. 55, III, da Lei 8.666/93, o valor contratual será reajustado anualmente, após o transcurso do prazo de 12 meses, com base no IGP-M;

Paragrafo Segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE através da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES

· Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações do Edital e seus anexos, em especial o ANEXO I, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

· O profissional responsabilizar-se-á pela qualidade dos serviços executados, especialmente para efeito de penalização, no caso de não atendimento ao solicitado;

· O licitante vencedor deverá arcar com as despesas de deslocamento ate o Departamento, em que será realizada a prestação de serviço.

· O licitante deverá obrigatoriamente manter sempre o mesmo profissional;

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber: (a) de 0,1% (um

décimo por cento) do valor global do Contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens; (b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento; (c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

Parágrafo segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS APLICAÇÕES DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 5 (cinco) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O profissional obriga-se a executar o objeto, conforme solicitação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DE QUALIDADE

Os serviços executados em desacordo com as características, especificações ou quantidades do edital, verificadas dentro do prazo de execução serão comunicadas a contratada para proceder às devidas precauções sob penalização caso haja repetições das falhas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO E DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

§ 2º - A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7º do mesmo diploma legal.

§ 3º - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

§ 4º - Sem prejuízo das penalidades de multa, pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, fica sujeita ainda:

À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber:

- a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato por dia consecutivo de atraso em relação ao prazo de entrega dos bens;
- b) de 1% (um por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;
- c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual ou municipal), pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

§ 5º - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida;
- b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

§ 1º - A rescisão do contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- II - Judicial, nos termos da legislação.

§ 2º - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

§ 3º - A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS ou apostilamentos, qualquer modificação que venha ser necessária

durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à CONTRATANTE, mediante solicitação por escrito e devida comprovação através de Notas Fiscais, que será analisada pela Assessoria Jurídica num prazo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente, especialmente pela Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Xaxim/SC, 22 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA CONTRATANTE Gildomar Michelin Secretário Municipal	NEICARLOS GIOVANONI CONTRATADO Representante Legal
--	--	---

FABIO JOSÉ DAL MAGRO
OAB/SC-20.041
Procurador-geral

JULIANI MARINHO 070.284.449-70 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
---	--

Associações

AMMVI

EDITAL 01/2015 DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RESULTADO DA CONTAGEM DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RESULTADO DA CONTAGEM DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS

A Comissão Especial designada para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar CADASTRO PARA RECRUTAMENTO, no emprego de Auxiliar de Contabilidade, em atendimento a necessidade de recursos humanos, de que trata o Edital nº 01/2015, torna pública a relação nominal das inscrições homologadas e o resultado da contagem dos títulos dos candidatos, na forma que segue:

Auxiliar de Contabilidade	Inscrição	DN	Titulação (item 3.1.1, I)	Total	Obser- vação		
Nome			3.1.1, I, "a"	3.1.1, I, "b"	3.1.1, I, "c"		
Fabricio Roberto Hahne	01	04/05/1977	-	6,66	10	16,66	
Patrícia Poffo da Silva	02	21/01/1986	-	-	0,6	0,6	
Cristian da Silva Brito	03	27/07/1976	-	-	-	-	
Alberto Kin Bogo Agostini	04	09/02/1984	-	-	-	-	

Por outro lado, torna pública a prorrogação do período de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado de que trata o Edital nº 01/2015, para função de Estagiário(a), destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar CADASTRO PARA RECRUTAMENTO, em atendimento a necessidade de recursos humanos, que passará a ser de 12 de Maio a 09 de Junho de 2015, diretamente na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro da Velha, cidade de Blumenau – SC, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 hs.

Informações relativas ao Processo Seletivo serão prestadas no local e endereço acima ou pelo Fone (47) 3331-5817. A íntegra do Edital, inclusive com a readequação do cronograma previsto para função de Estagiário(a), encontra-se a disposição no site da AMMVI, em www.ammvi.org.br.

Blumenau, SC, em 21 de Maio de 2015.

José Rafael Correa	Luiz Claudio Kades	Valdete Korz Marques
Secretario Executivo	Assessor Jurídico	Contadora

READEQUAÇÃO CRONOGRAMA PREVISTO (para função de Estagiário(a)):

ETAPA OU ATIVIDADE	DATAS
Publicação do Edital	11 e 12/05/2015 (Jornal local) e em 12/05/2015 no DOM/SC
Período de Inscrição (com a prorrogação)	12/05 a 09/06/2015
Publicação da relação das inscrições homologadas e da contagem/avaliação dos títulos	11/06/2015
Recebimento de recurso contra o indeferimento de inscrição e/ou contagem/avaliação dos títulos	12 e 15/06/2015
Retificação justificada da relação das inscrições e/ou da contagem/avaliação dos títulos, se for o caso	30/06/2015
Convocação dos candidatos para entrevista	30/06/2015
Realização da Entrevista Individual	03/07/2015
Sorteio Público de desempate na Classificação Provisória – 09 hs na sede da AMMVI	07/07/2015
Publicação da Classificação Provisória	08/07/2015
Recebimento de recurso contra a Classificação Provisória	09 e 10/07/2015
Retificação justificada da Classificação, se for o caso	14/07/2015
Publicação da Classificação Final e Homologação do Processo Seletivo para função de Estagiário(a), no site e no DOM/SC.	14/07/2015

PROCESSO SELETIVO (EDITAL Nº 01/2015) - PRORROGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO (EDITAL nº 01/2015) - PRORROGAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI torna pública a prorrogação do período de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado de que trata o Edital nº 01/2015, destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar CADASTRO PARA RECRUTAMENTO, na função de Estagiário(a), em atendimento a necessidade de recursos humanos, que passará a ser de 12 de Maio a 09 de Junho de 2015, diretamente na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro da Velha, cidade de Blumenau – SC, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 hs.

Informações relativas ao Processo Seletivo serão prestadas no local e endereço acima ou pelo Fone (47) 3331-5817. A íntegra do Edital, inclusive com a readequação do cronograma previsto para função de Estagiário(a), encontra-se a disposição no site da AMMVI, em www.ammvi.org.br.

Blumenau, SC, em 21 de Maio de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS JOSÉ RAFAEL CORREA
Presidente da AMMVI Secretário Executivo

READEQUAÇÃO CRONOGRAMA PREVISTO (para função de Estagiário(a)):

ETAPA OU ATIVIDADE	DATAS
Publicação do Edital	11 e 12/05/2015 (Jornal local) e em 12/05/2015 no DOM/SC
Período de Inscrição (com a prorrogação)	12/05 a 09/06/2015
Publicação da relação das inscrições homologadas e da contagem/avaliação dos títulos	11/06/2015
Recebimento de recurso contra o indeferimento de inscrição e/ou contagem/avaliação dos títulos	12 e 15/06/2015
Retificação justificada da relação das inscrições e/ou da contagem/avaliação dos títulos, se for o caso	30/06/2015
Convocação dos candidatos para entrevista	30/06/2015
Realização da Entrevista Individual	03/07/2015
Sorteio Público de desempate na Classificação Provisória – 09 hs na sede da AMMVI	07/07/2015
Publicação da Classificação Provisória	08/07/2015
Recebimento de recurso contra a Classificação Provisória	09 e 10/07/2015
Retificação justificada da Classificação, se for o caso	14/07/2015
Publicação da Classificação Final e Homologação do Processo Seletivo para função de Estagiário(a), no site e no DOM/SC.	14/07/2015

FECAM**ATA Nº 02/2015 REUNIÃO CONSELHO EXECUTIVO FECAM E CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO EGEM, CIGA E ARIS**

ATA nº 02/2015 – Da Reunião da Diretoria da Federação Catarinense de Municípios – FECAM – Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze estiveram reunidos na sala de reuniões da Associação de Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFOPOLIS, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os senhores Prefeitos membros do Conselho Executivo da FECAM, Diretores e técnicos dessa Federação e os senhores Prefeitos membros dos Conselhos de Administração e diretores da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, conforme lista de presença anexa, atendendo ao Edital de Convocação nº 08/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, no dia 21 de maio de 2015, Edição 1747, página 429, com a seguinte ordem do dia: avaliação sobre as deliberações da reunião do Conselho Executivo da FECAM do dia 13 de abril de 2015 e informações sobre aquisição da Sede Administrativa das entidades que compõem o Sistema FECAM; e assuntos gerais. Foi aberta a reunião pelo Presidente da FECAM e Prefeito de Chapecó, Sr. José Caramori, que agradeceu os presentes e justificou a ausência do Presidente da EGEM e Prefeito de Penha, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, por motivos pessoais. Fazendo a leitura da ordem do dia, começou enfatizando o elevado nível de crescimento da Federação perante a sociedade e o relacionamento e reconhecimento que mantém com os Poderes de Governo e instituições, nível este elevado durante o mandato do Ex-Presidente e atual Vice-Presidente da FECAM, o Prefeito de Taió, Sr. Hugo Lembeck. Atualmente, salientou que a entidade está focada no âmbito interno, ou seja, na própria instituição, pois observou que a Federação é reconhecida e valorizada pelos prefeitos apenas internamente. Prova disso é a participação de menos de 50% dos mandatários municipais no XVIII Congresso Catarinense de Municípios, realizado nos dias 18 a 20 de março, e nas assembleias

ordinária e extraordinárias. Considera que essa indiferença por parte dos gestores municipais com o movimento municipalista prejudica e desgasta em muito a imagem da Federação. Partindo da ideia de resgatar a valorização interna, o Conselho Executivo e os Diretores das entidades, com o apoio e deliberação dos prefeitos em assembleias ordinária e extraordinárias regionais, mobilizaram-se para proporcionar a aquisição da nova sede administrativa do Sistema FECAM. O presidente comentou que os municípios já estão realizando economias para auxiliar nas despesas com a sede e, da mesma forma, as quatro entidades do Sistema FECAM devem empenhar-se para tal. Além disso, reforçou a importância da articulação entre as mesmas, referindo-se a elas como um “corpo indissolúvel”. Também ressaltou a importância do alinhamento no contexto administrativo das entidades, destacando o papel permanente dos técnicos, enquanto os Presidentes desempenham função temporária e estratégica para o fortalecimento institucional. Para isso, solicitou aos quatro Diretores que apresentassem, em data a ser combinada, uma nova postura administrativa das instituições (ou a atual revitalizada), e submeter a mesma deliberação ao Conselho Deliberativo da FECAM, que é formado pelos presidentes das Associações de Municípios, em 03 de Julho de 2015. Ato contínuo, o Presidente da FECAM, Sr. José Caramori, abriu espaço para a fala dos Presidentes das entidades. O Presidente da ARIS e Prefeito de Canoinhas, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, reiterou o aspecto do relacionamento das quatro entidades evidenciando a estreita comunicação que deve existir. Em seguida, o Presidente do CIGA e Prefeito de Braço do Trombudo, Sr. Charles Rafael Schwambach, argumentou que o período em que o Ex-Presidente Hugo Lembeck esteve na Presidência da Federação foi marcado pela tentativa de reconhecimento da Federação pelos prefeitos, entretanto há uma evidente dificuldade em relação a essa percepção. Salientou, ainda, a participação e o crescimento conjunto do Sistema FECAM como um todo, priorizando a eliminação de disparidades entre elas. Ato contínuo, o Presidente da FECAM, Sr. José Caramori, abriu a palavra aos Diretores presentes. O Diretor de Articulação

Institucional da FECAM, Senhor Celso Vedana, enfatizou que é preciso engajamento dos Prefeitos para mudar o modelo federativo, lembrando que uma ótima oportunidade serão as seis reuniões mesorregionais descentralizadas propostas pelo Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Deputado Mauro Mariani, visando colher propostas e o sentimento dos prefeitos sobre as suas dificuldades na gestão dos Municípios. Em seguida, elencou as cinco alternativas de imóveis colocadas como propostas para abrigar a sede Administrativa da FECAM, sendo elas: a) Centro Executivo Imperatriz – Estreito, no valor de R\$10,9 milhões com todas as adequações, com área privativa de 1.561,75m², 30 vagas de garagens, condomínio a R\$10.670,00 por mês; é o que oferece a solução mais rápida de ocupação, um prédio bem localizado no Estreito com alguma dificuldade de mobilidade e de montagem de um auditório de grande capacidade, mas a qualidade da obra é considerada alta, salas amplas, vista panorâmica do ático e do 12º e 13º andares; a incorporadora Beco e Castelo aceitou estabelecer uma cláusula em contrato para construção de um prédio exclusivo para o Sistema FECAM, recebendo as salas atualmente adquiridas; os Diretores das entidades e as comissões designadas para avaliar as alternativas ofertadas analisaram e entenderam que as salas ofertadas atendem e dão ótimas condições de trabalho as equipes e sua ocupação poderá ser efetivada em aproximadamente 60 dias; há a possibilidade de fixar localizador na parte superior do ático para identificar o Sistema FECAM; o Diretor Geral da ARIS, Senhor Adir Faccio, manifestou posição a favor dessa opção, sendo o imóvel mais adequado para atender as demandas das entidades e apresentou, inclusive, um esboço do layout da ocupação da Agência; b) Itaguaçu Center - Praia Itaguaçu (antiga RBS), no valor de R\$ 9.500.000,00, com área privativa de 1.577,42m², 19 vagas de garagens externas, valor para reforma de, aproximadamente, R\$2.634.320,00, o qual poderá durar pelo menos seis meses para sua conclusão. É um prédio com mais de 30 anos de construção, de quatro andares, suas salas estão instaladas em caracol, cuja avaliação de corretores estão bem abaixo do valor pedido pelo proprietário, que não reduz os valores ao patamar desejado para compra nas condições em que se encontra o edifício; o Diretor Geral da ARIS, Senhor Adir Faccio, manifestou a posição da entidade como sendo inviável para compra; c) Centro Comercial Nienkotter - Ivo Silveira, no valor de R\$10 milhões, é um prédio inacabado, terreno de 3.942m² e área para obra de 5.113m², com 70 vagas de garagens, valor de reforma em torno de R\$3.796.550,00, a estimativa de conclusão da obra está subdimensionada; para sua conclusão imagina-se um investimento acima de R\$ 15 milhões e o prazo de, pelo menos em um ano; obra paralisada a mais de 5 anos, erguida e fechada em alvenaria mas em estado inicial; há consenso no grupo técnico de que oferece o melhor espaço físico, com possibilidade de auditório e expansão futura, no entanto, a dificuldade encontra-se no preço final pedido pelo proprietário, além dos valores que serão necessários para conclusão da obra, instalação do sistema de ar condicionado central e complementares; d) IWN Empreendimentos e Participações Ltda – Estreito, no valor de R\$ 9.720.000,00, com área privativa de 1.957,64m², sendo em torno de 640m² de área privativa às 18 vagas de garagens, previsão de término da obra em julho de 2015, adequações das salas de acordo com a necessidade das entidades, sem possibilidade de espaço para auditório; e) Centro Empresarial Estreito, no valor de R\$ 9,5 milhões, com área privativa de 1.216m², 32 vagas de garagens, prédio de 4 pavimentos em construção com previsão de término em 1 ano, sem dimensionamento de ar condicionado, luminárias e adequações das salas. Em relação às duas últimas, há consenso no grupo técnico de que não há viabilidade por questões de estacionamento no entorno, além de espaços para atender a demanda das entidades. Prosseguindo, o Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi, evidenciou a urgência da aquisição da nova sede em virtude de problemas de saúde ocasionados pela estrutura física da atual sede e manifestou a posição do CIGA pela opção do Centro Executivo Imperatriz, que já possui os cabeamentos de internet para o Consórcio, além da estrutura comercial junto ao

edifício (hipermercado, café, praça de alimentação, agência bancária, ponto de ônibus e outras facilidades). Ratificando o Diretor do CIGA, o Vice-Presidente da FECAM, Senhor Hugo Lembeck, ressaltou a notificação do Ministério do Trabalho sobre as más condições da estrutura de trabalho da atual sede. Por fim, o Presidente da FECAM José Caramori, solicitou aos prefeitos conselheiros se haveria consenso na tomada de decisão ou se haveria alguma objeção quanto à aquisição do Centro Executivo Imperatriz, para abrigar a sede administrativa do Sistema FECAM. Com a concordância dos presentes, o Presidente recomendou aos Diretores das entidades para que proponham as adequações e projetos de ocupação e que passará a tomar as providências para formalização dos preços finais de negociação com a Beco e Castelo para aquisição dos andares 12º, 13º e ático do Centro Executivo Imperatriz. Além disso, reunirá os Presidentes das entidades para formalização dos contratos de aquisição do imóvel. Nada mais havendo a tratar, eu, Dayna Maressa Soares Pacheco, lavrei a presente ata.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente da FECAM

DAYNA MARESSA SOARES PACHECO

Assessora de Articulação Institucional da FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2015 – COMITRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2015 – COMITRA

O Secretário do CONSELHO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS INTEGRADOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO, DIOGO GUSTAVO BEPLER, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para a 12ª Reunião Ordinária do COMITRA.

Data: 11 de junho de 2015.

Hora: 09h30 às 17h30 (com intervalo para o almoço).

Local: Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, situada à Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, Centro, na cidade de Lages/SC CEP 88.501-050. Tel.: (49) 3224-4800.

Ordem do dia:

1. Alteração do Regimento Interno – RI (adequação as situações de vacância na Presidência do Conselho);
2. Eleição da Diretoria;
3. Convênios de trânsito (prestação de contas da proposta realizada pelo COMITRA à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina nos autos do Procedimento Administrativo nº 481/2015, que dispõe sobre o novo marco regulatório dos convênios de trânsito no Estado de Santa Catarina);
4. Correios (contratação da prestação do serviço de remessa postal diretamente pelos órgãos municipais de trânsito);
5. Mensagem de veto do Governador do Estado de Santa Catarina nº 24/2015 (PL nº 271/2014, que dispõe sobre a carreira dos Agentes de Trânsito e Fundo de Aperfeiçoamento da categoria);
6. Divulgação do estudo realizado sobre a estrutura dos órgãos municipais de trânsito no Estado de Santa Catarina;
7. Divulgação do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Federação Catarinense de Municípios e o Conselho Estadual de Trânsito;
8. Análise do Termo de Cooperação Técnica que será proposto à Secretaria de Segurança Pública para troca de informações que objetivam a coleta de dados sobre acidentes de trânsito e suas causas, que servirão para a elaboração de estudos sobre os acidentes de trânsito pelos órgãos municipais;
9. Debate sobre a minuta de Regimento Interno padrão das Juntas Administrativas de Recurso de Infrações – JARI;
10. Divulgação das atividades desempenhadas na reunião realizada no DENATRAN;

11. Divulgação das consultas interpostas pela Federação Catarinense de Municípios no Conselho Estadual de Trânsito;

12. Dívida Ativa;

13. PL nº 822/2015, que dispõe sobre a unificação de competências de fiscalização de trânsito;

14. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 21 de maio de 2015.

DIOGO BEPPLER

Secretário Geral

Consórcios

AGIR

DECRETO Nº 005/2015 - AGIR

DECRETO Nº 005/2015

NOMEIA CONSELHEIROS SUPLENTES DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, inciso III do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados o 1º e 2º Conselheiros Suplentes indicados pelos Usuários, para comporem o Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, a saber: Sr. Geraldo Máximo de Oliveira (Indicado pelo Conselho

Municipal de Saneamento de Gaspar – 1º Conselheiro Suplente), e o Sr. Günther Lothar Pertschy (Indicado pelo Conselho Municipal de Saneamento de Brusque – 2º Conselheiro Suplente), os quais foram eleitos e tiveram seus nomes aprovados em Assembleia Geral Ordinária da AGIR do dia 13.02.2015 e após, referendados pelo Comitê de Regulação na Reunião Ordinária do dia 23.03.15, nos termos do que dispõe o artigo 35 e seguintes do Estatuto do Consórcio Público da AGIR;
Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros Suplentes do Comitê de Regulação será de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma única reeleição;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 22 de maio de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

CIGA

PROCURAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: A empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, inscrita no CNPJ sob o número 09.427.503/0001-12, situada na rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis SC, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE, SR. CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, brasileiro, casado, portador do CPF nº 891.667.959-15, IDENTIDADE nr. 3.211.708, residente e domiciliado na rua Erica Joenck, Centro, cidade de Braço do Trombudo-SC.

OUTORGADO(S): Sra. MORGANA ARENT MICHELS BAGINI, brasileira, casada, gerente administrativo, portadora do CPF nº 039.143.739-97, IDENTIDADE NR. 3.943.000, residente e domiciliada à Rua das Baleias Franca, 166, Apto. 101, Jurerê, cidade de Florianópolis-SC;

Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO, brasileiro, casado, diretor executivo do CIGA, portador do CPF nº 912.833.619-49, IDENTIDADE NR. 3.488.396, residente e domiciliado à Rua Desembargador Pedro Silva, 2034, Conjunto Residencial Coqueiros, BL 06 - apto 11, Coqueiros, Florianópolis – SC.

PODERES: Pelo presente instrumento, o(a) outorgante acima qualificado(a) nomeia e constitui seu(s) procurador(es) a(s) pessoa(s) cujo(s) nome(s) e qualificação(ões) consta(m) neste documento para representá-la junto ao Banco do Brasil S.A., conforme as atribuições abaixo discriminadas:

- Relativamente à conta corrente, "assinar em conjunto":

EMITIR CHEQUES, ABRIR CONTAS DE DEPOSITO, AUTORIZAR COBRANCA, UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES, RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO, SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS, REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES, AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES, RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS, ENDOSSAR CHEQUE, REQUISITAR CARTAO ELETRONICO, MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRONICO, SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES,

CANCELAR CHEQUES, BAIXAR CHEQUES, EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS, EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE, EFETUAR SAQUES - POUPANCA, CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS, EFETUAR TRANSFERÊNCIAS "POR MEIO ELETRÔNICO", EFETUAR PAGAMENTOS "POR MEIO ELETRÔNICO", EFETUAR TRANSFERÊNCIAS, "EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO (DEMAIS)", EFETUAR PAGAMENTOS "EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO (DEMAIS)", LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP, EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRÔNICO, CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.

Florianópolis SC, em 22 de maio de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Presidente do CIGA

Prefeito do Município de Braço do Trombudo

PROCURAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: A empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, inscrita no CNPJ sob o número 09.427.503/0001-12, situada na rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis SC, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE, SR. CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, brasileiro, casado, portador do CPF nº 891.667.959-15, IDENTIDADE nr. 3.211.708, residente e domiciliado na rua Erica Joenck, Centro, cidade de Braço do Trombudo-SC.

OUTORGADO(S): Sra. FERNANDA ROSA SOCAL, brasileira, casada, assistente administrativo, portadora do CPF nº 769.098.599-87, IDENTIDADE NR. 2.042.685, residente e domiciliada à Rua Dr. Ney Luiz Gonzaga, 111, Apto. 301, Coqueiros, cidade de Florianópolis-SC.

PODERES: Pelo presente instrumento, o(a) outorgante acima qualificado(a) nomeia e constitui seu(s) procurador(es) a(s) pessoa(s)

cujo(s) nome(s) e qualificação(ões) consta(m) neste documento para representá-la junto ao Banco do Brasil S.A., conforme as atribuições abaixo discriminadas:

- Relativamente à conta corrente, "assinar isoladamente":
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS, CONSULTAS - DOC ELETRÔNICO / TED - CONSULTA FAVORECIDO, CONSULTAS - DOC ELETRÔNICO / TED - CONSULTA REMETENTE, CONSULTAS - DEMONSTRATIVO DE RENDIMENTOS FINANCEIROS IRPJ, CONSULTAS - EMISSÃO DE COMPROVANTES, CONSULTAS - EXTRATO CDB/RDB E BB REALIC, CONSULTAS - EXTRATO IPVA/DETRAN
CONSULTAS - EXTRATO CHEQUES, CONSULTAS - EXTRATO DE CONTA CORRENTE, CONSULTAS - EXTRATO DE CONTA INVESTIMENTO, CONSULTAS - EXTRATO DE DEPÓSITOS IDENTIFICADOS, CONSULTAS - EXTRATO DE LANÇAMENTOS FUTUROS, CONSULTAS - EXTRATO INVESTIMENTOS FINANCEIROS - MENSAL,

CONSULTAS - EXTRATO INVESTIMENTOS FINANCEIROS FUNDOS/CDB, CONSULTAS - EXTRATO POUPANÇA, CONSULTAS - EXTRATO POUPANÇA, CONSULTAS - EXTRATO POUPANÇA, CONSULTAS - EXTRATO VALORES BLOQUEADOS, CONSULTAS - OBN - DETALHAMENTO DE ORDEM BANCÁRIA, CONSULTAS - PAGAMENTOS A TERCEIROS - EXTRATO CRÉDITOS POR ORDEM DE TERCEIROS, CONSULTAS - REPASSE DE ARRECAÇÃO, CONSULTAS - SALDO DE CONTA CORRENTE, CONSULTAS - SALDO DE CONTA CORRENTE, CONSULTAS - SALDO DE CONTA INVESTIMENTO, CONSULTAS - SALDO DE POUPANÇA.

Florianópolis SC, em 22 de maio de 2015.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Presidente do CIGA
Prefeito do Município de Braço do Trombudo

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO Nº 0014_2015

Resolução n. 0014/2015.

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0001, de 15 de maio de 2015.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0001, de 15 de maio de 2015, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de maio de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO N. 0014/2015

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 15 DE MAIO DE 2015.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/FUNÇÃO	01 – ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - III			
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	1	MAURO MARCELO CIZESKI	8	26/08/1974
2	4	THASIA AQUINO	6	09/01/1990
3	5	BRUNA MAFRA	6	16/03/1990
4	8	NADIA DE LORENZI	5	09/06/1992
5	3	ANDRÉA MIGUEL PADILHA	4	14/01/1978
6	9	CLAUDINEI MARCIO MORSOLETTI	2	20/09/1965
7	2	GABRIELA PFAFF MINGOTTI	2	21/12/1985
8	6	CAROLINE APARECIDA MAFRA	2	11/04/1988
9	7	RENATA MARAFON	2	27/04/1990

Fraiburgo, 25 de maio de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 128 DE 22 DE MAIO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 128, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Altera a Resolução nº 119, de 15/01/2015, que tratou da revisão geral anual 2015, Altera o Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 1º do art. 45, § 5º do art. 46, § 1º do art. 52 e art. 87 do Estatuto do CIMVI; e

Considerando-se o disposto na Resolução nº 119, de 15/01/2015, que "Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CIMVI, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências";

Considerando-se o disposto nos artigos 31, caput e § 5º, 46, § 1º, 52, caput e §§ 1º e 2º, 95, caput, 96, caput, e 105, §§ 2º e 4º, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014;

Considerando-se as alterações aprovadas e ratificadas para o Protocolo de Intenções e para o Estatuto do CIMVI, e a vigência do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º - O caput dos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução nº 119, de 15/01/2015, que "Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CIMVI, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências", passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - O salário dos empregados do CIMVI será revisto, no mês de Janeiro de 2015, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelecem o § 5º do art. 46 e § 1º do art. 52 do Estatuto do Consórcio Público e § 1º do artigo 46 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014.

§ 1º -

Art. 2º - O salário/mês dos empregos e o valor da bolsa-estágio e do auxílio-alimentação, de que tratam os artigos 50, 51, 46, § 13, e 52-C do Estatuto do Consórcio Público e artigos 95, 96, 105, §§ 2º e 4º, e 52, caput e §§ 1º e 2º, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, ficam atualizados pelo mesmo índice da Revisão Geral Anual definido nesta Resolução, conforme Anexo Único integrante desta.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual." (NR).

Art. 2º - O artigo 2º da Resolução nº 119, de 15/01/2015, que "Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CIMVI, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências", passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo Único:

"Art. 2º -

Parágrafo Único – O preço público instituído pelo art. 31, caput, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, para inscrição em Concurso Público do Consórcio Público, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, ficam atualizados para os seguintes valores:

I - R\$ 63,74 (sessenta e três reais e setenta e quatro centavos) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 42,49 (quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos) para os empregos que exigem nível médio."

Art. 3º - O § 5º do art. 50 e o caput do art. 55 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

"§ 5º - Os adiantamentos de viagem serão requeridos de forma não cumulativa e em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64." (NR).

"Art. 55 - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do Estatuto do Consórcio Público, permanecerão no seu regime jurídico e

previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral e através de resolução, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.” (NR)

Parágrafo Único – O emprego de “Engenheiro Sanitarista” de que tratam os artigos 96, caput, e 97, inciso VII, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, fica renomeado para “Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental”.

Art. 4º - Ficam revogados o inciso II do caput, os §§ 1º, 2º e 3º, e o inciso II do § 4º do art. 50 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014.

Parágrafo Único – Ficam extintos os empregos de “Engenheiro Florestal” e de “Engenheiro de Minas” de que tratam os artigos 96, caput, e 97, incisos IX e X, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014.

Art. 5º - Esta Resolução foi aprovada na Assembleia Geral do CIMVI realizada nesta data, na cidade de Blumenau/SC, e entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbó - SC, em 22 de Maio de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente do CIMVI

ANEXO ÚNICO

Empregos Públicos de Confiança (art. 50 do Estatuto e art. 95 do RQP)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
1	Diretor Executivo	40 hs	10.332,14
8	Gestor de Serviços	40 hs	6.000,00
Empregos Públicos Permanentes (art. 51 do Estatuto e art. 96 do RQP)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
9	Agente Administrativo	40 hs	2.302,94
1	Agente Controle Interno	20 hs	1.966,84
1	Contador	20 hs	1.966,84
1	Engenheiro Químico	20 hs	3.361,06
1	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	20 hs	3.361,06
9	Médico Veterinário	20 hs	3.112,09
Estagiário / Bolsa-estágio (§ 13 do art. 46 do Estatuto e art. 105, § 2º, do RQP)			R\$
3º grau (4hs/d=20hs/s)			516,61
3º grau (6hs/d=30hs/s)			771,80
Auxílio-Alimentação			R\$
Valor máximo diário (Art. 52-C do Estatuto)			23,82
Valor diário (Art. 52, caput, do RQP)			14,66
Valor mensal (Art. 52, § 1º, do RQP)			293,19

CIASAMREC**RESOLUÇÃO Nº 01**

Resolução nº 01/2015

Resolução nº 01/2015, de 11 de maio de 2015

Aplica revisão geral anual de salários do CIASAMREC

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera, CIASAMREC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Aplicar revisão geral anual de salários do CIASAMREC, incidindo uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais seguindo os termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme atribuições definidas no Contrato de Consórcio Intermunicipal de Atenção a Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina, em seu art.43, em 8,34%.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Criciúma, 11 de maio de 2015

EVANDRO LUIS GAVA

Prefeito de Nova Veneza

Presidente do CIASAMREC

Anexo I

Indenização de despesas com hospedagem e alimentação (diária)

Empregado	Destino	Valor da diária (R\$)
Diretor Administrativo e Técnico	Cidades de Santa Catarina	206,86
	Cidades de outros estados	310,31
	Capital Federal e capitais de outros estados	413,74
Demais empregados	Cidades de Santa Catarina	183,89
	Cidades de outros estados	287,32
	Capital Federal e capitais de outros estados	379,26

Anexo II

Indenização de despesas de deslocamento com veículo particular

Item	Valor por Km (R\$)
Deslocamento com veículo particular	0,69

Referência Salarial	Salário (R\$)		Referência Salarial	Salário (R\$)		Referência Salarial	Salário (R\$)
1	620,60		39	2.470,93		77	4.712,01
2	666,57		40	2.528,40		78	4.826,94
3	712,55		41	2.585,86		79	4.941,86
4	758,52		42	2.643,32		80	5.056,79
5	804,49		43	2.700,79		81	5.171,72
6	850,46		44	2.758,25		82	5.286,65
7	896,43		45	2.815,71		83	5.401,57
8	942,41		46	2.873,18		84	5.516,50
9	988,37		47	2.930,64		85	5.631,43
10	1.034,34		48	2.988,10		86	5.746,35
11	1.080,31		49	3.045,57		87	5.861,28
12	1.126,28		50	3.103,03		88	5.976,21
13	1.172,26		51	3.160,49		89	6.091,13
14	1.218,23		52	3.217,96		90	6.206,06
15	1.264,20		53	3.275,42		91	6.320,99
16	1.310,17		54	3.332,89		92	6.435,92
17	1.356,14		55	3.390,35		93	6.550,84
18	1.402,11		56	3.447,81		94	6.665,77
19	1.448,08		57	3.505,28		95	6.780,70
20	1.494,05		58	3.562,74		96	6.895,62
21	1.540,02		59	3.620,20		97	7.010,55
22	1.585,99		60	3.677,67		98	7.125,48
23	1.631,97		61	3.735,13		99	7.240,41
24	1.677,94		62	3.792,59		100	7.355,33
25	1.723,91		63	3.850,06		101	7.470,26

26	1.769,87		64	3.907,52		102	7.585,19
27	1.815,84		65	3.964,98		103	7.700,11
28	1.861,82		66	4.022,45		104	7.815,04
29	1.907,79		67	4.079,91		105	7.929,97
30	1.953,76		68	4.137,37		106	8.044,90
31	2.011,22		69	4.194,84		107	8.217,29
32	2.068,69		70	4.252,30		108	8.389,68
33	2.126,15		71	4.309,77		109	8.562,07
34	2.183,61		72	4.367,23		110	8.734,46
35	2.241,08		73	4.424,69		111	8.906,85
36	2.298,54		74	4.482,16		112	10.228,51
37	2.356,00		75	4.539,62		113	10.400,90
38	2.413,47		76	4.597,08		114	10.573,29

Tabela de Referências Salariais

CIASS

CONTRATO DE RATEIO 01/2015_TURVO

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 01 /2015

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TURVO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Turvo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.548.983/0001-60, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 588 Centro - Turvo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Ronaldo Carlessi e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Ronaldo Carlessi (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 344.589.139-72.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Turvo nº 2.226/2014 de 16/12/2014..

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 19.922,24.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 2235/2015 de 26/03/2015).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 9.003,05;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 8.189,31;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 2.729,88.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 31 de Março de 2015..

Ronaldo Carlessi
Prefeito de Turvo

Ronaldo Carlessi
Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 02/2015_JACINTO MACHADO

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 02 /2015

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de JACINTO MACHADO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Jacinto Machado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.960.758/0001-36., com sede administrativa na Rua Pool Jorge Zacca, 75 Centro – Jacinto Machado, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Antonio João de Faveri e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Ronaldo Carlessi (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 344.589.139-72.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Jacinto Machado nº 767/2014 de 19/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;
XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;
XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;
XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;
XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 17.033,33.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº. 760/2014 de 17/12/2014).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 7.703,54;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 6.997,33;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 2.332,44.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 31 de Março de 2015.

Antônio João de Faveri

Prefeito de Jacinto Machado

Ronaldo Carlessi

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 03/2015_ERMO

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 03 /2015

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de ERMO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Turvo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.608.905/0001-01, com sede administrativa na Rodovia SC 485 KM 06, nº 120 - Centro – Ermo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Aldoir Cadorn e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Ronaldo Carlessi (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 344.589.139-72.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Ermo nº 376/2014 de 23/12/2014.. Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do

Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 3.322,22.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 371/2014 de 20/11/2014).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 1.501,87;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 1.365,35;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 455,00.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 31 de Março de 2015.

Aldoir Cadorin

Prefeito de Ermo

Ronaldo Carlessi

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 04/2015_TIMBE DO SUL

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 04 /2015

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TIMBE DO SUL e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Timbé do Sul, pessoa jurídica de direito público interno,

inscrito no CNPJ nº 82.915.234/001-34, com sede administrativa na Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro – Timbé do Sul, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Eclair Alves Coelho e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Ronaldo Carlessi (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 344.589.139-72.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Timbe do Sul nº 1739/2014 de 09/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 8.611,11.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1737/2014 de 02/12/2014.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 3.892,90;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 3.538,66;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 1.179,55.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 31 de Março de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito de Timbé do Sul

Ronaldo Carlessi

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 05/2015_MELEIRO

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 05 /2015

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MELEIRO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Meleiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.837.741/0001-96, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, 371 - Centro – Meleiro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Jonnei Zanette e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Ronaldo Carlessi (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 344.589.139-72.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Meleiro nº. 1680/2014 de 23/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 11.322,22.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 1663/2014 de 17/11/2014).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 5.117,78;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 4.653,33;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 1.551,11.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 31 de Março de 2015.

Jonnei Zanette

Prefeito de Meleiro

Ronaldo Carlessi

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 06/2015_MORRO GRANDE

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 06 /2015

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MORRO GRANDE e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Morro Grande, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.782.785/0001-08., com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 310 - Centro – Morro Grande, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Valdionir Rocha e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Ronaldo Carlessi (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 344.589.139-72.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Morro Grande nº. 818/2014 de 17/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo

24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 4.677,77.
Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 810/2014 de 13/11/2014.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 2.114,23;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 1.922,66;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 640,88..

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 31 de Março de 2015.

Valdionir Rocha

Prefeito de Morro Grande

Ronaldo Carlessi

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo